

Comissão da Verdade
Marcos Lindenberg
da
Universidade Federal
de São Paulo

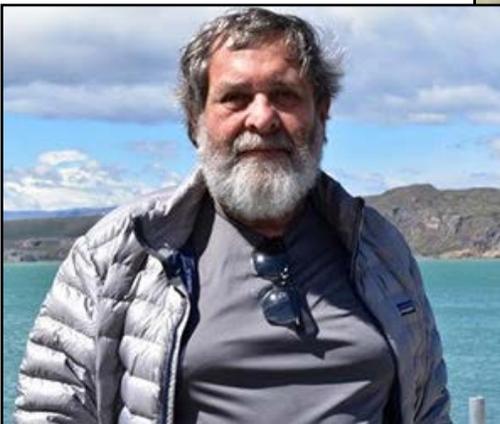


Comissão da Verdade Marcos Lindenberg
da Universidade Federal de São Paulo

São Paulo
Editora Pontocom
2021



No dia 14 de setembro de 1963, o então Reitor da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), Marcos Lindenberg, de costas na foto, inaugurou o novo Instituto de Biologia da Escola Paulista de Medicina. No primeiro mês após o golpe de 1964, a experiência da UFSP seria encerrada e seu Reitor afastado. A placa sumiu, dela resta apenas este registro.



No curso dos nossos trabalhos, que tomaram algo em torno de cinco anos, alguns companheiros que muito contribuíram com seus depoimentos nos deixaram. Registramos aqui nosso carinho e agradecimento.

São eles: Antônio Roberto Espinosa, Durval Rosa Borges, Gentil Porto, Márcia Barbosa Mansor D'Alessio, Nestor Schor.

Copyright © 2021 dos autores
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Preparação: Iris Vitorino e Muriel Cristina Vieira
Revisão: Dalka Castanheira e André Gattaz
Diagramação: André Gattaz
Capa: Helena Phillip

Editora Pontocom

Conselho Editorial
José Carlos Sebe Bom Meihy
Muniz Ferreira
Pablo Iglesias Magalhães
Zeila de Brito Fabri Demartini
Zilda Márcia Gricoli Iokoi
Coordenação editorial
André Gattaz

*Todos os livros da Editora Pontocom
estão disponíveis para download gratuito em
www.editorapontocom.com.br*

CATALOGAÇÃO NA FONTE (CIP)

C733 Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Universidade Federal de São Paulo.

Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Universidade Federal de São Paulo / Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Universidade Federal de São Paulo — São Paulo: Pontocom, 2021.

746p.:

ISBN 978-65-89496-02-1

1. História do Brasil. 2. Ditadura civil-militar. 3. Movimento estudantil. I. Título.

CDD 981.063
CDU 94(81)

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg foi formada em 2013, por iniciativa da Reitoria da Unifesp, e desenvolveu seus trabalhos por quase sete anos. Além do levantamento documental e dos testemunhos recolhidos, houve intensa parceria com a Comissão Nacional da Verdade, a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva e a Comissão Municipal da Verdade “Vladimir Herzog”, às quais deixamos enorme agradecimento.

O relatório que agora vem a público resume este trabalho. A abertura oferece um primeiro olhar sobre a trajetória da instituição, considerando as lutas e caminhos possíveis no contexto estudado. Na primeira parte, buscou-se reconstruir a experiência da Escola Paulista de Medicina durante a ditadura e, para isso, estabeleceu-se um diálogo entre os documentos pesquisados e os testemunhos recolhidos. Na segunda parte, são apresentadas biografias de alunos, servidores e professores que sofreram violações de direitos humanos. Na terceira parte, reunimos reflexões de colaboradores que participaram de nossos seminários e de comissionados. Os depoimentos gravados em sessões públicas e em sessões reservadas, foram aqui transformados em narrativa de acordo com a metodologia de história oral, e compõem a quarta parte deste relatório. Os depoimentos recolhidos em seções públicas ficaram disponíveis no site da CVNM/Unifesp. Por último, são reproduzidas as recomendações incorporadas pelo Conselho Universitário da Unifesp em 2017.

O que o leitor encontra nas páginas deste relatório é a evidência da ditadura na vida cotidiana das pessoas, nas vidas de familiares de alunos, professores e servidores presos sem justificativa a partir de denúncias nunca explicitadas, e também as consequências da experiência em suas vidas.



Universidade Federal de São Paulo

Reitora: Soraya Soubhi Smaili

Vice-Reitora: Andrea Rabinovici

Comissão da Verdade Marcos Lindenberg

Comissionados

(Em ordem alfabética, estão listados todos que, em algum momento, contribuíram com os trabalhos da CVML/Unifesp)

Alice Teixeira Ferreira

Ana Nemi

Bianca Letícia de Almeida

Bruno Konder Comparato

Carlos Eduardo Malagutti Camacho

Daniel Campos de Carvalho

Daniel Rodrigues de Assis Martins

Elaine Muniz Pires

Elisaldo Luiz Araujo Carlini

Elson Lima

Elson Luiz Mattos Tavares da Silva

Emerson da Silva Sousa

Frederico de Oliveira Foini

Gabriel Mantovani C. Toro
Gilberto Natalini
Guiomar Silva Lopes
Helena Tacola Ramalho
Heloísa Catani Mariani Pavoni Matias
Javier Amadeo
Lucas Carlini Tirelli
Mayara de Lara Teixeira de Souza
Natália Marino Marques
Nicanor R. Silva Pinto
Patrícia Helena Gomes Da Silva
Paulo de Tarso Perez
Renata Cristina Gonçalves Santos
Rodrigo Medina Zagni
Sheila Marques Feitosa
Thomaz Barbeiro Gonçalves
Vinicius Faustino Ferreira da Silva

Transcrição dos depoimentos:

Samira Adel Osman

Com um forte agradecimento para as secretárias que tivemos:

Andreia Reis Pereira Meleti

Valéria Rocha Mota

Fabiane Cláudia da Silva

Flávia Patrícia Pinto

Lourdes Melo

E também para as estagiárias que prepararam o texto final:

Iris Vitorino

Muriel Cristina Vieira

Conteúdo

À guisa de abertura: entre a história, a memória, o tempo e a verdade	17
ANA NEMI	
I. A experiência da Escola Paulista de Medicina durante a ditadura militar	
1. Teias, tramas e vestígios entre arquivos e memórias	35
ANA NEMI	
2. 1972: estudantes no olho do furacão	73
DANIEL RODRIGUES DE ASSIS MARTINS HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS PATRÍCIA HELENA GOMES DA SILVA SHEILA MARQUES FEITOSA	
II. Biografias	
Outros olhares sobre o passado: as biografias, o trauma e a memória na história do tempo presente	97
VICTOR CALLARI	
1. Arthur Beltrame Ribeiro	103
MAYARA DE LARA	
2. Benedicto Arthur Sampaio	107
MAYARA DE LARA	
3. Cássia Maria Luperni	111
HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS	
4. Cícero José Campos Brasiliano	117
HELENA TACOLA RAMALHO	
5. Clóvis Eduardo Tadeu Gomes	123
PATRÍCIA SILVA	
6. Crimeia Alice Schmidt de Almeida	129
HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS VINICIUS FAUSTINO	

7. David Rosenberg	137
PAULO DE TARSO PEREZ	
VINICIUS FAUSTINO	
8. Fábio Ancona Lopez	145
DANIEL RODRIGUES MARTINS	
9. Gilberto Tanos Natalini	151
DANIEL RODRIGUES MARTINS	
10. Jesus Carlos Machado	161
VINICIUS FAUSTINO	
11. Lucílio da Silva Filho	165
SHEILA MARQUES FEITOSA	
12. Luiz Carlos Aiex Alves	171
FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI	
13. Paulo Antunes Horta	179
SHEILA MARQUES FEITOSA	
14. Paulo José Brito de Castro	191
HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS	
15. Regina Elza Solitrenick	197
MAYARA DE LARA	
16. Rubens Schmidt Werner	205
FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI	
17. Sebastião Baeta Henriques	211
VINICIUS FAUSTINO	
18. Tsuyoshi Yamashita	217
HELENA TACOLA RAMALHO	
19. Walter do Nascimento	225
PATRÍCIA SILVA	
III. Reflexões	
1. Trinta anos de luta: a trajetória do caso brasileiro por “Memória, Verdade e Justiça”	239
CARLOS EDUARDO MALAGUTI CAMACHO	
ELSON LUIZ MATTOS TAVARES DA SILVA	

2. A UNEM e a busca por uma medicina humanista EVANDRO JOSÉ BRAGA	255
3. Livros e editores contra a ditadura FLAMARION MAUÉS	269
4. A vala clandestina de Perus: entre a memória e a história JANAÍNA DE ALMEIDA TELES	287
5. A questão fundiária sob a Doutrina da Segurança Nacional e desenvolvimento: o caso do Vale do Ribeira MARIA CECILIA MARTINEZ	329
6. A arquitetura institucional da segurança pública na ditadura civil-militar MARIA PIA GUERRA	353
7. A importância das <i>Madres de Plaza de Mayo</i> para requalificar e ressignificar princípios de direitos humanos MARINA FIGUEIREDO	379
8. Palestra de abertura do Seminário “Verdade, Memória e Justiça: 50 anos do Golpe Militar” PAULO ARANTES	399
9. Palestra de encerramento do Seminário “Verdade, Memória e Justiça: 50 anos do Golpe Militar” FABIO KONDER COMPARATO	415
10. A voz dos fracos: personagens e narradores da “Redemocratização” RICARDO LÍSIAS	429
11. Aqui está presente o movimento estudantil VINÍCIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA	445
12. Sítio de Consciência “Raul Soares Nunca Mais” JOSE LUIZ SAAVEDRA BAETA	457

IV. Depoimentos

O Projeto de História Oral na Comissão da Verdade da UNIFESP: subjetividades, narrativas e memórias SAMIRA ADEL OSMAN	467
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

1. Antonio Luiz Caldas Júnior	473
2. Antônio Roberto Espinosa	481
3. Arthur Beltrame	491
4. Cássia Maria Luperni	495
5. Cícero José Campos Brasileiro	503
6. Clóvis Eduardo Tadeu Gomes	511
7. Crimeia Alice Schmidt de Almeida	517
8. Daher Gattaz	531
9. Durval Rosa Borges	537
10. Erney Felício Plessmann de Camargo	561
11. Fábio Ancona Lopez	567
12. Fábio Braz Giannini	577
13. Gentil Porto	583
14. Helenalda Resende de Souza Nazareth	585
15. João Paulo Botelho Vieira Filho	593
16. José Teles Claro	603
17. Lucílio da Silva Filho	611
18. Luiz Carlos Aiex Alves	619
19. Márcia Barbosa Mansor D'Alessio	625
20. Márcia Aparecida do Amaral	629
21. Marcos Pacheco de Toledo Ferraz	631
22. Nestor Schor	637
23. Paulo Antunes Horta	643
24. Paulo de Tarso Puccini	655
25. Paulo José Brito de Castro	663
26. Regina Elza Solitrenick	683
27. Renato Nabas Ventura	693

28. Rosana Puccini	701
29. Rubens Schmidt Werner	707
30. Soraya Soubhi Smaili	711
31. Valéria Petri	717
32. Vera Bohomoletz Henriques	723
33. Walter do Nascimento	727
34. Walter Manna Albertoni	737

V. Recomendações

1. Recomendações relativas às relações entre a universidade e a sociedade no que diz respeito a políticas públicas de respeito aos Direitos Humanos	741
2. Recomendações relativas às investigações de Perus, considerando a parceria desta CV com a CV ALESP e com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos	743
3. Recomendações relativas às investigações de Perus	745

*A todos que resistiram,
e àqueles que não pudemos ouvir*

À guisa de abertura: entre a história, a memória, o tempo e a verdade

ANA NEMI¹

Inveja é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder.
João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: Veredas*

Em seu depoimento à CVML/Unifesp, o Dr. José Telles Claro², detido na Operação Bandeirantes (Oban) junto com outros dez colegas do segundo ano do curso de Medicina da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1972³, relatou os sustos e as agruras dos dias que antecederam a detenção, dos de permanência na prisão e dos posteriores. Na sua primeira memória, a prisão dos estudantes teria sido em 1973 e eles estariam no quarto ano do curso de Medicina. Quando lhe foi, no entanto, mostrada a documentação produzida pela repressão, assim como os relatos dos outros colegas com os quais a CVML/Unifesp pudera conversar até então, descobriu que a data era outra. Pensou, remexeu um pouco mais nas suas lembranças e percebeu o equívoco. Para seus entrevistadores, porém, não era certo que a data apresentada inicialmente pelo depoente estivesse incorreta. Havíamos já constatado um enorme conjunto de erros de anotação de nomes, datas e filiações pela repressão, às vezes fruto de idiotias comuns a regimes autoritários, mas, muitas outras vezes, resultado de evidente intenção

1 Parte das reflexões aqui apresentadas fazem parte do livro *Entre o público e o privado: Hospital São Paulo e Escola Paulista de Medicina (1933-1988)*.

2 J. T. Claro, *Depoimento à CVML*, 23 set. 2015.

3 Pasta OP 1249 ME EPM, APESP.

de esconder prisões arbitrárias e evitar registros que comprometessem as chamadas “investigações” que, por certo, não se pretendia divulgar ou documentar. O próprio Telles e sua então namorada, Ines Miney⁴, também aluna da mesma turma na EPM, haviam já sido presos, sem qualquer registro ou comunicado à família, alguns meses antes. Também Paulo José de Brito Castro, chamado de “JB” pelos colegas, em 1970 fora retirado de sua república, localizada à época onde hoje se encontra o edifício do GRAACC, e levado para uma escola de sargentos que então se localizava próxima ao DOPS⁵. O então aluno havia entrado na escola em 1966 e era considerado perigoso; a ditadura resolvera precaver-se diante da possibilidade de uma grande manifestação relativa ao primeiro aniversário da morte de Carlos Marighella. Não há qualquer registro dessa prisão, mas a pesquisa no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) permitiu encontrar a notícia das prisões relatadas por JB no jornal *O Estado de São Paulo*⁶, embora a documentação oficial talvez faça parte dos documentos da ditadura ainda não tornados públicos.

A experiência de uma comissão da verdade (CV), em meio a ações políticas, arquivos e depoimentos, sugere fortemente a construção de diálogos com os depoimentos, especialmente com as opacidades, as possibilidades, dúvidas e sombras que produz. Há, também, que desconfiar da documentação, e não apenas porque foi produzida pelo aparato de “inteligência” e repressão do regime, mas porque documentos de qualquer natureza guardam caminhos e meandros que só o diálogo com outras fontes permite deslindar. O conjunto de fontes trabalhadas por esta comissão incluiu a documentação produzida pelos órgãos do regime⁷, periódicos de circulação interna à EPM⁸ e de

4 I. Miney, *Depoimento à CVML*, 16 jul. 2015

5 P. J. de B. Castro, *Depoimento à CVML*, 11 de junho de 2014.

6 *O Estado de São Paulo*. 04 nov. 1970. APESP.

7 A documentação produzida pelos órgãos de repressão foi estudada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. No caso deste último, com o apoio da Comissão Nacional da Verdade, foi possível gravar toda documentação envolvendo a comunidade epemista e trazer para leitura e estudo na Unifesp, além de, conforme já dito, ser possível guardá-la no Repositório Institucional que está sendo construído.

8 Os periódicos produzidos na Unifesp foram estudados no Arquivo do CEHFI/Unifesp.

circulação nacional⁹, atas de reuniões da Congregação da EPM¹⁰, atas de reuniões do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB)¹¹, atas de reuniões da União Nacional de Estudantes de Medicina (Unem)¹², e por último, mas seguramente não menos importante, um conjunto de documentos que foram sendo trazidos pelos membros da comunidade. Aqui destacam-se fotografias, textos memorialistas, periódicos guardados, ofícios, cartas e muitos outros que serão apresentados ao longo do relatório final. O acolhimento da comunidade epemista foi aqui fundamental. A comissão recebeu, também, preciosas informações não documentadas que permitiram aprofundar as tintas dos diálogos possíveis que fomos perscrutando e elaborando entre depoentes, documentos, memórias e silêncios.

“Decifrar as coisas que são importantes”, desejo profundo de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, em meio a um conjunto complexo de fontes históricas, foi a inspiração e o desafio para a trilha que foi construída ao longo desses três anos de pesquisa, seminários, ações públicas e políticas empreendidas pela CVML/Unifesp.

O desafio que a trilha sugeria, entretanto, implicava o tempo vivido pelos comissionados: a circunstância de herdeiros do tempo da ditadura parecia cobrar lugar em nossas atividades de maneiras as mais distintas. Como professores, alunos ou técnicos da Unifesp, com faixas etárias e vivências diversas, todos guardávamos alguma impressão de que teríamos que enfrentar a incômoda certeza de que, ao “dar corpo ao suceder”, alinhavando documentação e experiências, sejam aquelas vividas durante a ditadura ou aquelas do tempo vivido pelos comissionados, teríamos que responder sobre as dimensões da experiência da ditadura ainda concernentes ao tempo presente. Além disso,

9 Os periódicos de circulação nacional foram estudados no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

10 As Atas das reuniões da Congregação estão guardadas no arquivo da Reitoria/Unifesp.

11 As Atas das reuniões do CAPB foram guardadas, em parte no próprio CAPB e já haviam sido digitalizadas por Evandro José Braga, sob orientação de Luigi Biondi, quando de sua pesquisa em Iniciação Científica na EFLCH/Unifesp.

12 As Atas da UNEM foram também estudadas pelo historiador Evandro José Braga, quando ainda graduando do curso de História da EFLCH/Unifesp e sob orientação do professor Luigi Biondi. Convidado a incorporar esta pesquisa aos trabalhos da CVML, aprofundou os estudos até os primeiros Encontros Científicos de Estudantes de Medicina e suas relações com o movimento estudantil da EPM e produziu um dos capítulos que compõem a terceira parte deste relatório, *Reflexões...*

aqui as temporalidades sobrepunham-se e maliciosamente enfrentavam-se, como que a nos desafiar. Naqueles anos de 1960 havia muitas certezas e projetos, muitos medos e coragens indizíveis, empurrando a todos “para fazer muitos atos”. Senão, vejamos alguns, apenas à guisa de abertura.

Antônio Carlos Madeira, formado na EPM em 1961, à época participava dos debates de uma célula do Partido Comunista que havia na Escola. Quando sobreveio o golpe, já médico formado, juntou-se aos comunistas que consideraram a urgência de combater o regime pela força das armas e ajudou a organizar uma dissidência em São Paulo que, em 1968, fundaria a Ação Libertadora Nacional (ALN), na qual formou parte no grupo de apoio como médico. Desse grupo de apoio à ALN também fez parte o professor Benedicto Arthur Sampaio (1925-2009)¹³, que seria afastado da Escola com o golpe e enfrentaria prisão e exílio.

Guiomar Silva Lopes traçou caminho parecido ao de Madeira e Sampaio¹⁴, mas era ainda estudante de Medicina na Santa Casa de Misericórdia quando optou pela luta armada contra o regime junto à ALN. Hoje, pesquisadora da Unifesp, relatou o momento em que se jogou da janela do hospital para onde havia sido levada por seus algozes apenas para evitar sua morte, para que pudesse continuar sofrendo sevícias para fornecer “informações”. Preferiu a porta que se abriu com a janela, mas que se fechou nos poucos metros que a separavam de uma imprevista laje... Ossos quebrados, Hospital das Clínicas, Hospital Militar, retorno para a Oban, hospital de novo, DOPS, Presídio Tiradentes, penitenciária feminina, novos códigos, novas condutas. Em meados dos anos de 1970 retornou às ruas. Queria terminar sua graduação e retomou os estudos após o julgamento e a prisão, mas as marcas que trazia e que levaria consigo não eram apenas físicas; relatou a perseguição que sofria de alguns professores, tendo sido impedida de desenvolver pesquisa nesta instituição. E tudo isso na mesma Santa Casa na qual se organizara, também, um pronto atendimento para os

13 Não localizamos Antônio Carlos Madeira, e Benedicto Arthur Sampaio faleceu em 2009, mas sua esposa, Susana Sampaio, gravou um depoimento para a CVML. Também pudemos ler a entrevista que Benedicto gravou antes de morrer para o jornalista Mário Magalhães, a quem agradecemos a gentileza com que nos atendeu e ofereceu importantes informações. S. C. Sampaio, *Depoimento à CVML*, 8 de abr. de 2015; M. Magalhães, *Marighela, o guerrilheiro que incendiou o mundo*.

14 G. S. Lopes, *Depoimento à CVML*, 26 set. de 2013.

resistentes que, na luta cotidiana contra a ditadura, precisassem de socorro médico.

Foi esse pronto socorro que acolheu Márcia D'Aléssio¹⁵ em 1968, à época aluna da FFLCH/USP e hoje professora da EFLCH/Unifesp. Ela levara um tiro na perna quando participava de uma passeata e não podia ser atendida oficialmente na Santa Casa de Misericórdia porque teria que declarar o motivo e poderia ser fichada, mas o médico, cujo nome não se lembra, foi até a sua casa e retirou a bala lá mesmo.

O professor Roberto Geraldo Baruzzi (1929-2016) nos graves anos de 1960, organizou, junto com o Dr. Oswaldo Monteiro de Barros (1924-2008), caravanas médicas ao Araguaia para oferecer atendimento à saúde às populações ribeirinhas e indígenas daquela região do Brasil¹⁶. As caravanas, em meio ao golpe e às radicalizações que lhe seguiram, ainda aconteceriam em julho de 1964 e de 1965, sempre envolvendo alunos da Escola e o departamento de Medicina Preventiva. Os avanços do Projeto Rondon, no entanto, devem ter constrangido a continuidade das caravanas, especialmente se considerarmos os seus vínculos com os dominicanos do Araguaia, comprometidos com a luta dos posseiros e dos povos indígenas.

Baruzzi¹⁷ considerou o Projeto Rondon incapaz de atender às necessidades dos povos do interior do Brasil; afirmou que eram feitos levantamentos e diagnósticos com exigência de ações posteriores que nunca foram implementadas. Sua atenção, por isso, voltou-se para o Parque Indígena do Xingu, onde organizou o projeto que até os dias de hoje movimenta professores e médicos da EPM/Unifesp e do HSP/HU/Unifesp, além de um grande número de alunos. Tratou-se, neste caso, de bordar as possibilidades de exercício da Medicina nos limites e brechas que se abriam e forcejavam contra o regime.

Mesma opção parece ter marcado a trajetória do professor José Leal Prado de Carvalho (1918-1987). Responsável pela cátedra de Bioquímica em 1964, quando o golpe se fez evidente, foi o único dos professores da congregação da EPM que se recusou a aceitar a demissão do colega Sebastião Baeta Henriques (1918-1996). Comunista, o

15 M. B. M. D'Aléssio, *Depoimento à CVML*, 05 dez. 2013.

16 A. Nemi; J. C. S. B. Meihy & L. Cruz, *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu: Narrativas médicas das expedições da década de 1960*.

17 R. G. Baruzzi, *Depoimento a Ana Nemi*, 20 mar. 2014.

professor de Física Baeta seria de fato afastado da Escola pelo AI-1 com a aquiescência de parte dos seus colegas e o desagravo de Leal Prado. Alguns anos mais tarde, em 1969, Leal receberia no prédio conhecido como Pampulha o colega Erney Felício Plessmann de Camargo¹⁸, que havia sido afastado da USP pela ditadura. Ele permaneceria na Escola até que a abertura lhe permitisse retomar suas atividades na antiga universidade. Descreve-se aqui também um bordado de sobrevivência nas brechas do sistema. Seu depoimento é bastante ilustrativo:

[...] quando o Leal me convidou para ir para a Escola Paulista, eles tinham acabado de montar o curso de Biomédicas. Ele me convidou para lecionar Microbiologia e Parasitologia. Ao mesmo tempo, o professor Luiz Rachid Trabulsi, que era da Faculdade de Medicina e também estava comigo no instituto de *gastro*, assumiu a Microbiologia na Escola Paulista. Aproveitando o convite do Leal e a ida do Trabulsi, eu resolvi ir para a Escola Paulista em 1969. Só que eu não podia ser contratado, porque tinha o Ato 7, que proibia qualquer pessoa demitida por atos institucionais de trabalhar em serviços públicos. Eu disse ao Leal que não poderia e ele falou para eu conversar com o diretor, que era Horácio Kneese de Mello. Eu não o conhecia, mas disse a ele que gostaria de ir para a Escola Paulista, voltar a fazer pesquisa, disse também que fui convidado pelo Leal e que me dava bem com o Trabulsi, que era da cadeira, e que não teria nenhum problema nesse aspecto, entretanto, não poderia ser contratado. O Horácio disse que não era investigador, nem responsável pelos AIs do governo, iria me contratar e que se os militares me tirassem de lá, ele não poderia fazer nada, mas ele contrataria formalmente.

Fui contratado como professor associado e logo depois passei a professor titular da Parasitologia. Eu fiquei sabendo que na época tinha um coronel na Escola que era ouvido para essas coisas. Ou ele fez vista grossa, ou ele não foi consultado. A verdade é que em nenhum momento eu tive qualquer empecilho para assumir a Parasitologia. Foi tranquilo. Em nenhum momento, dos 15 anos que fiquei lá,

18 E. F. P. Camargo, *Depoimento à CVML*, 02 de outubro de 2015.

tive aborrecimento por questões políticas, restrições, anticomunismo. Dizer que tinha um setor duro de extrema direita, eu sei que tinha mesmo, mas isso nunca interferiu na minha estada na Paulista. Inclusive quando eu virei professor titular por indicação da Congregação. (...) A memória que tenho da Paulista é excelente, dos alunos, funcionários e direção. Foi o Leser que me arrumou o passaporte, com as relações dele, pois eu não podia sair do país, lá pelos anos de 1970.

Na época em que vim, não lembro do caso de alunos presos, mas posso contar o seguinte: vários professores relataram, como o próprio Horácio, que alguns alunos haviam perdido o exame por estarem presos e perguntaram se eu poderia aplicá-lo para eles, o que eu fiz imediatamente. Isso aconteceu com mais de um professor. Agora, como resolveram isso na Secretaria não sei. Havia uma solidariedade lá. Isso provavelmente reflete um pouco a postura do diretor, porque na USP foi o contrário. Onde a instituição podia atrapalhar, ela o fez. Não a instituição, mas a gestão¹⁹.

Quando Erney chegou à Escola havia já passado o tempo das perseguições que se seguiram ao golpe e que levaram alguns professores a propor a formação de uma comissão que deveria indicar ao “novo regime” os nomes dos “contrarrevolucionários”. Após esses primeiros momentos de fortíssimo enfrentamento interno, o grupo de professores com postura mais tolerante parece ter conseguido controlar os ímpetus persecutórios dos apoiadores do regime. Tal postura, no entanto, não impediu a repressão de invadir os espaços da Escola, realizar prisões dentro dela e manter em seus arquivos pastas com relatórios escritos por agentes que vigiavam as ações do centro acadêmico, dos professores e dos servidores que frequentavam a associação criada no início dos anos de 1960.

Essas pequenas histórias, contadas apenas à guisa de abertura, permitem entrever ações distintas em busca de corpo para as utopias e projetos, mas, principalmente, permitem-nos esquadrihar modos distintos de nos relacionarmos com o tempo que nos prende, nos define em circunstâncias e nos impõe escolhas. Houve aqueles que pretenderam dominar a roda da história, controlar o imponderável, dando

19 *Idem*.

corpo armado às utopias, mas houve, também, aqueles que o trouxeram para as suas vidas cotidianas e bordaram diuturnamente acolhimentos e resistências não tão perceptíveis na cena pública. E há que afirmar logo que não se criou hierarquia entre eles; ao contrário, foram todos narrados respeitando as relações com o tempo e a circunstância que cada um definiu para si.

Muitos dos depoentes parecem encontrar sentido para suas ações nos anos da ditadura quando olham para trás nos dias de hoje. Suas memórias são, desta forma e apesar disso, conteúdos da história que se quer escrever aqui. O poeta Waly Salomão (1943-2003), em uma de suas profícuas digressões, afirmou que a memória seria uma ilha de edição que, aqui em interpretação livre, talvez nos indique o experimento de nossas vidas. Na senda aberta por esta reflexão, como lidar com a noção de verdade inscrita nas reivindicações que levaram à formação de comissões como a CVML/Unifesp?

Definindo-a por este desejo humano perscrutado por Guimarães Rosas nas veredas do grande sertão: o medo e a coragem nos empurram no incontido e universal desejo de “dar corpo ao suceder”. Os personagens da história que será contada aqui nas próximas páginas deram “corpo ao suceder” em um momento absolutamente adverso da história do Brasil, e de muitas e diversas maneiras que coube à CVML/Unifesp descobrir e desencobrir em narrativa.

Como fazê-lo, porém? Alinhando os estratos do tempo revelados em depoimentos e fontes, em cartas e textos de memórias deixados por personagens estudados, e por documentos guardados em arquivos pessoais e públicos. Tudo isso porque aquilo que permite ao narrador contar a sua história é a impossibilidade de recuperar o experimentado como único ou, radicalizando o argumento, de compreender todos os estratos do tempo, considerando-os como elementos, articulados a partir de uma dimensão escolhida como fundamental²⁰. Coube à CVML definir o(s) estrato(s) do tempo e o conjunto de experiências que iriam compor o fio condutor de sua narrativa, os problemas e as questões que seriam enfrentados e, quem sabe, respondidos em alguma medida.

Um dos problemas fundamentais de uma comissão da verdade é o tensionamento entre diversos estratos de tempo. Nesses começos cabe destacar três, quais sejam: o tempo dos eventos efetivamente vividos

20 R. Koselleck, *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*.

na circunstância que se rememora ou sobre a qual se lê em documentos; o tempo vivido pelo depoente no momento em que suas memórias se tornam conteúdo dos trabalhos de uma CV; e o tempo vivido pelos comissionados, tendo experienciado ou não a ditadura. Essas três temporalidades, que em si já trariam muitas outras, implicam distintas leituras e visões de mundo; todas elas imbricam-se e cobram lugar na narrativa que se pretende escrever no tempo presente, mas que se reporta ao tempo vivido outrora pelos depoentes e também ao tempo vivido agora pelos comissionados e depoentes. Tais imbricações foram responsáveis pelo entendimento de que a escrita da história do tempo presente traria em si incertezas e imponderabilidades que dificultariam a elaboração de sua narrativa. Seria necessário algum distanciamento temporal para que o narrador pudesse compreender os “fatos”. Havia, em tal postura que se espalhou a partir do último terço do século XIX²¹, algum fetiche com a urgência de observarem-se períodos históricos como completos, processos finalizados, antes de escrever sua história. No final do século XIX havia bem poucas certezas, embora os avanços da ciência emblemados nas muitas fases das revoluções industriais que se espalhavam, reiterassem o contrário. As incertezas, mesmo quando tornadas públicas como certezas em relação aos avanços das tecnologias e da humanidade, constituíram enorme obstáculo para a escrita da história do tempo presente, já que tal escrita parecia impregnada pelo imponderável e pelos comprometimentos políticos que caracterizam os caminhos da memória e que, acreditava-se, não poderiam recortar o texto histórico.

Para muitos autores²², a experiência das guerras do século XX foi fundamental para que os historiadores voltassem a enxergar com bons olhos os depoimentos, ou quaisquer textos, como fotografias, cartas, etc., que se debruçassem sobre o tempo vivido partilhado pelo historiador e, a partir deles, voltassem a escrever sobre o tempo presente, superando a interdição imposta pelo século XIX e aceitando os desafios da imponderabilidade, da parcialidade, dos jogos entre silêncios e luzes, da vida, enfim, que saltam destas fontes. Caberia ao narrador, diante de tantas variáveis, considerar sua escrita em relação a elas, e não apesar delas ou suprimindo-as de sua narrativa. Recolher e guardar memórias

21 C. Fico, “A história que temos vivido”, p. 67-100.

22 C. Fico, op. cit.; J. Aróstegui. *La historia vivida: sobre la historia del tiempo presente*.

e registros do tempo vivido passou, então, a ser um dos fundamentos do trabalho do historiador, fato que em nosso cotidiano significou o desenvolvimento de um veio bastante rico, o da história oral²³. Articular memórias, reveladas em depoimentos e registros diversos e história, resultando na narrativa construída pelo historiador a partir de documentos de natureza, sintaxe e intencionalidade distintas, tornou-se uma possibilidade bastante profícua na escrita da história do tempo presente. Cabem aqui algumas reflexões sobre o assunto.

Preocupado em deslindar os conteúdos do que se chamava de moderno em meio às dicotomias próprias dos tempos de guerra fria em que viveu, o historiador alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) finalizou seu doutorado em 1953. Seu título, *Crítica e crise*²⁴, aproximava a experiência da crise vivida por ele em seu tempo da experiência iluminista vivida pelos europeus, amplificada para o mundo, e que se materializaria nos processos revolucionários da passagem do século XVIII para o XIX. Tratava-se, no seu entender, de um momento de fortíssima inflexão na compreensão do que fosse a história e de quais eram os sentidos da ação humana nela. O Iluminismo, ou o Esclarecimento, ao sugerir a razão como instância normativa capaz de apontar o avanço da humanidade, supunha uma história que se construía pela ação consciente dos homens por meio de projetos. A percepção do tempo como possibilidade de progresso e de futuro que poderia ser organizado e ordenado pelos homens, implicou a edificação mesma do tempo vivido como lugar de debate e ação política que se orientava para o futuro possível. Criou-se, desta forma, no mundo contemporâneo, um *ethos* político cuja principal característica é romper com qualquer possibilidade de continuidade entre o passado lembrado e perscrutado, o presente vivido e o futuro fabulado, uma busca constante por um futuro que, no limite, sublimava o tempo vivido em nome do futuro que a todos redimiria.

A filosofia da história que se desenvolveu nesses tempos revolucionários, em sua busca por regularidades que indicassem o seu sentido, permitindo revelar um futuro inscrito nela mesma e um evidente progresso que a todos os homens concerniria, tornaria o tempo vivido

23 P. Thompson, *A voz do passado: História oral*; V. Alberti, *Manual de História Oral*; Holanda & Meihy, *História oral: como fazer, como pensar*.

24 R. Koselleck, *Crítica e crise*.

do presente em algo fugidio a ser superado, um momento ainda preso a tradições com as quais se deveria romper em nome de um futuro projetado, em nome do que se considerava “moderno”²⁵. A possibilidade de “dar corpo ao suceder”, nesta lógica, implicaria o rompimento com o tempo vivido e a luta pelo momento em que o futuro e a roda da história nos redimiria, salvando-nos dos infortúnios. Os tempos revolucionários dos anos de 1960, assim como aqueles da passagem do século XVIII para o XIX, e todos aqueles que marcam o mundo contemporâneo desde então, assim como as paixões das utopias que nesses momentos cobram lugar na cena pública, traziam em si a urgência de movimentar a roda da história, a certeza de que era preciso forcejá-la para cumprir o ideal de justiça professado.

Guiomar Silva Lopes, que aderiu à luta armada, e Artur Beltrame Ribeiro²⁶, aluno da turma de 1969 do curso de Medicina da EPM, que não o fez, relataram as conversas e debates dos quais participaram e nos quais a questão era colocada na forma de opção a ser feita. A “matéria vertente” que incendiou as ações de muitos dos que marcharam contra a ditadura, desta forma, tinha múltiplas traduções, podia ser armada ou não, podia implicar apoio aos que estavam na luta armada, por acreditar na luta ou apenas por solidariedade. Podia, ainda, implicar a busca por brechas no sistema. E havia as implicações de viver em ditadura muitas vezes sem perceber exatamente os efeitos da conjuntura na própria vida cotidiana. Para muitos, as brechas procuradas e as vidas um tanto distantes da luta política, talvez não tenham a mesma relevância, mas no escopo deste relatório, como já afirmado, não se fez hierarquia entre as diferentes maneiras de enfrentar uma ditadura. E não se fez hierarquia porque foram exatamente essas diferenças que permitiram observar alterações naquele *ethos* político referido mais acima, especialmente na ação política de parte das esquerdas. A percepção da derrota da luta armada, aliada ao crescimento dos movimentos em favor da abertura política e pela anistia na segunda metade dos anos de 1970, provocou um ajustamento do discurso político em relação às possibilidades da circunstância e trouxe as expectativas de futuro para

25 Sobre este debate, cabe sugerir: P. Arantes, *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*.

26 A. B. Ribeiro, *Depoimento à CVML*, 18 dez. 2014.

o espaço de experiência do tempo presente²⁷. Nesse sentido, o tema dos direitos humanos, que se pode afirmar como o elemento estruturante da luta contra a ditadura, permitiu aproximar o tempo vivido e as expectativas de futuro.

Ainda acompanhando a reflexão de Koselleck, sua teoria dos estratos do tempo²⁸ propõe observar e historiar a experiência vivida pelos homens conectando os três tempos que se articulam nas vidas dos homens: passado, presente e futuro, observando suas nuances, as percepções que engendram e as narrativas que sobre eles são elaboradas, de maneira a escrever história independentemente daquela dissociação que sublima experiências e possibilidades presentes no tempo efetivamente vivido que cabe ao narrador revelar. No que diz respeito às possibilidades de escrita da história do tempo presente, a sugestão é preciosa:

En nuestra historia del tiempo presente hay estructuras que no pertenecen únicamente a nuestra historia del tiempo presente. Hay constelaciones repetibles, efectos a largo plazo, actitudes arcaicas que perviven, regularidades en la serie de acontecimientos, acerca de cuya actualidad un historiador del tiempo presente puede informarse a partir de la historia. Y es que, como se dijo, la historia del tiempo presente, elevada a la categoría de concepto, es más que la historia de nuestro tiempo presente. Sólo cuando sabemos lo que se puede repetir en cualquier momento, aunque no siempre igual, podemos ponderar lo que hay realmente de nuevo en nuestro tiempo. Tal vez menos de lo que podemos suponer. Este poco es lo importante²⁹.

O trecho citado permite afirmar a relevância das realidades reencontradas a partir das experiências do passado como fundamentais para o entendimento do tempo presente. A dissociação entre a experiência vivida e as expectativas de futuro constituiu-se elemento fundante

27 R. Koselleck, *Futuro pasado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Sobre o assunto, a palestra do filósofo Paulo Arantes, transcrita para este relatório, é bastante elucidativa do argumento.

28 R. Koselleck, *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*.

29 *Idem*, p. 133.

do mundo contemporâneo e permite compreender os conteúdos dos projetos revolucionários dessa época, mas não pode tingir a construção de uma narrativa sobre o tempo presente. No mesmo sentido, o fetiche sobre o distanciamento temporal necessário para a escrita da história não pode inibir os trabalhos de uma comissão da verdade. O tempo vivido, o tempo passado e o tempo futuro são, dessa forma, níveis temporais nos quais movem-se as pessoas, nos quais desenvolvem-se acontecimentos, e a partir dos quais é possível observar conteúdos de longa e/ou curta duração. Não se trata de perceber o tempo como linear ou como circular, mas de observar os entrelaçamentos entre diferentes níveis de duração nos quais estão presentes elementos lineares, que indicam continuidades, elementos recorrentes, que parecem reiterar tradições ou experiências quando se imaginava viver em outros tempos, ou modificações introduzidas, que podem ser percebidas como mais ou menos novas, dependendo das gerações que avaliam seus impactos. A referida prisão de onze alunos da EPM em 1972, por exemplo, para o então aluno e hoje professor Miguel Roberto Jorge³⁰, provocou enorme medo e teve como consequência uma forte retração no movimento estudantil e nos debates promovidos pelo centro acadêmico à época. Nacime Salomão Mansur³¹, que se tornaria calouro na instituição apenas em 1976, no entanto, relatou que, ao contrário, quando entrou na Escola sentia que essas prisões teriam criado uma solidariedade que fortaleceu o movimento dos estudantes e os levou para ações de atendimento à saúde em áreas pobres da cidade.

Muitas histórias, muitas dimensões, muitas memórias e narrativas; acima de tudo poderíamos afirmar muitas verdades e interpretações que podemos descobrir, mas também ainda há muito a pesquisar e muitos a ouvir, o que poderia parecer estranho em um informe sobre um relatório final de uma comissão da verdade. Mas é exatamente isso: pesquisas são processos em construção, sempre haverá documentos não lidos, e, neste caso, considerando que seguramente há documentos não publicitados e devidamente escondidos pelo regime que se instalou em 1964, mais ainda. Sempre haverá algum depoimento que não foi possível recolher. Ao longo do relatório será possível perceber vozes ausentes, às quais antecipadamente pedimos sinceras desculpas.

30 M. R. Jorge, *Depoimento à CVML*, 28 nov. 2013.

31 N. S. Mansur, *Depoimento à CVML*. 28 nov. 2013.

Atribuímos tais omissões ao nosso tempo curto, mas delegamos a novos pesquisadores as possibilidades de se dedicarem ao assunto.

Para encerrar esta abertura, cabe afirmar que em todas essas histórias que se entrecruzaram em vida e nesta narrativa, as vidas descobertas e as que não conseguimos perscrutar como gostaríamos, talvez exista uma única “gã que nos empurra” alinhando estratos entre o tempo vivido, o lembrado e o fabulado: a “gã” de repensar as bases do tão falado quanto pouco compreendido Estado democrático de direito. Aquele cujas portas não deveriam ser abertas a golpes de marreta, mas por meio dos espaços públicos partilhados pelo debate. Também aquele que não deveria precisar proteger cidadãos pela força das armas, tão pouco mobilizar contra eles forças repressivas baseadas em interrogatórios com tortura e em execuções sumárias³².

A questão aqui é fundamental e fundante do entendimento dos projetos e ações que hoje pautam o debate público. Se nos anos de 1960 a escolha da luta armada e as paixões que invadiam a cena pública apontavam forte intenção de movimentar a roda da história por meio das utopias³³ partilhadas, o sofrimento daqueles que sucumbiram nas engrenagens da repressão, aliado ao sofrimento daqueles que padeciam com os efeitos em suas vidas da evidente concentração de renda promovida pelo regime militar, amplificou os sentidos dos direitos humanos que, então, tornaram-se um conteúdo de futuro que deveria caber no tempo presente. Não haveria mais que esperar o futuro que nos redimisse, haveria que o construir no tempo presente. Dessa forma, se é seguro afirmar a relevância dos movimentos sociais³⁴ que cresceram na década de 1970 como forte elemento de desestabilização da ditadura, é também urgente considerar as articulações entre esses novos atores sociais e as denúncias de familiares de presos, exilados, desaparecidos e mortos pela ditadura na efetivação e publicitação da oposição ao regime. Tratava-se de um esforço por retomar os espaços públicos do qual muitos estudantes da EPM não deixaram de participar.

32 M. Joffily, *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*.

33 M. Ridenti, *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da televisão*.

34 E. Sader, *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*.

A opacidade das fronteiras entre as dimensões pública e privada da vida foi fortemente radicalizada pela experiência da tortura que se instalou com a ditadura militar a partir de 1964. Intimidades privadas foram invadidas pela exposição pública do corpo a sevícias impostas por homens, nem sempre reconhecíveis, em espaços privados, porque estes nunca foram afirmados como espaços oficiais do Estado responsável, em tese, pelo bem público. Para além da experiência da tortura, há, também, imbricações e afastamentos de fronteiras entre o segredo do exercício da política, em princípio pública, mas só possível no âmbito privado da vida das pessoas, e as possibilidades da política efetivamente autorizadas na lógica das eleições indiretas e do bipartidarismo. Esta dificuldade para estabelecer limites e fronteiras entre a política que se exerce nos espaços públicos e aquela que cobra seu lugar em espaços privados, porque era proibida em público, permitiu observar uma série de interpretações, nexos, aproximações e dissonâncias que, no escopo das atividades desta comissão, ajudaram a fundamentar e a compreender os sentidos plurais da vida e do exercício da política em uma circunstância de ditadura. Esperamos ter contribuído, por menos que seja o muito que fabulamos, para o entendimento da relevância deste, cabe repetir, tão falado quanto pouco compreendido, Estado democrático de direito³⁵.

Referências bibliográficas

- ARÓSTEGUI, Julio. *La historia vivida*. Madri: Alianza, 2007.
- BRAGA, E. “Movimento estudantil na Escola Paulista de Medicina (1958-1979)”, In: Nemi, A. *EPM/SPDM: Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012, p. 181-220.
- CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba UFBA, 2017.
- Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp. *Informe sobre o Relatório*. São Paulo: Unifesp, 2016. Disponível em: <http://www2.Unifesp.br/comissaodaverdade>
- FICO, C. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. R. J./S.P.: Record, 2012.
- GOOCH, G. P. *Historia e historiadores en el siglo XIX*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1977.

35 Hilb; Salazar & Martín, *Les a humanidad: Argentina y Sudáfrica: reflexiones después del mal*.

- DREIFUSS, R. A. 1964: *A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- KOSELECK, Los estratos del tiempo: Estudios sobre la historia. Barcelona: Paidós, 2000.
- _____. Crítica e crise. São Paulo: Contraponto, 1999.
- MAGALHÃES, M. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.
- MICHELET, J. *Histoire de la revolution française*. 7 volumes, ePub, Editora KWL, 2017.
- MOTTA, R. Patto S. *As universidades e o regime militar*. R. J.: Zahar, 2014.
- NEMI, Ana. “A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade (1933-1956)”. In: RODRIGUES, Jaime (Org.). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos -- Ensaíos sobre História e Memória*. São Paulo: Unifesp, 2008.
- _____. “A federalização da Escola Paulista de Medicina: imbricações de origem entre a norma e a experiência (1956-1970)”. *Tempo Brasileiro*, v. 178, p. 165-213, 2009.
- _____. (Org.) *EMP/SPDM Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012.
- _____. “Hospital São Paulo/SPDM: atendimento à saúde entre o público e o privado nos anos 70 do século XX”. In: Mota, André & Marinho, Gabriela. (Org.). *Medicina, Saúde e História: Textos Escolhidos & Outros Ensaíos*. São Paulo: FMUSP, UFABC & Casa de Soluções Editora, 2014.
- NEMI, A. MEIHY, José C. S. B. & CRUZ, Leandro. *Caravanas da Escola Paulista de Medicina ao Araguaia e Xingu: Narrativas das expedições na década de 1960*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”, em Reis; Ridenti & Motta, *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.
- SANTOS Jr., Jaime F. “A Universidade invisível: A criação e a ‘dissolução’ da UFSP (1950-1968)”, In: NEMI, Ana. *EPM/SPDM – Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012, p. 93-179.
- SILVA, Márcia R. *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*, Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- TELES, Janaína de A. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”, em Santos; Teles & Teles, *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, vol. I, p. 151-176.
- VALLE, José R. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos do seu 40 Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.
- VARRESCHI, I. “José Ribeiro do Valle e a Endocrinologia Paulista”. In: *Arquivos Brasileiros Endocrinologia & Metabologia*, vol 45, no 2, abril 2001.

I. A experiência da Escola Paulista de Medicina durante a ditadura militar

1. Teias, tramas e vestígios entre arquivos e memórias

ANA NEMI¹

Um dos grandes historiadores franceses do século XIX, Jules Michelet (1798-1874) costumava dizer que era necessário ir aos arquivos e deixar as vozes que neles permaneciam guardadas falarem, ao mesmo tempo em que caberia, também, organizar, montar e resguardar arquivos, motivo pelo qual, tornando-se Conservador dos Arquivos, diante de toda documentação da Comuna que podia ler, estabeleceu diálogos entre leis, obras-de-arte, memórias e uma infinidade de documentos e fontes que revelavam vozes e retiravam das sombras e do silêncio dos arquivos pessoas de outras temporalidades².

A trajetória deste artigo, em meio às muitas possibilidades encontradas no arquivo histórico do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde e nos arquivos da Reitoria da Unifesp, e às urgências do trabalho de coordenação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp (CVML)³, inspira-se nas paixões de Michelet, o historiador que, em meio aos processos revolucionários franceses que se espalharam pelo longo século XIX, ousou propor a escrita da história como fundamento da liberdade e dos direitos dos pobres que queria ver efetivados. Desta forma, por meio dos vestígios encontrados em documentos muitas vezes esquecidos em gavetas de escritórios particulares ou em lugares de acervos nem sempre consultados, buscar-se-á colocar em diálogo os fios que permitem perscrutar, compreender e aproximar experiências de professores, alunos e funcionários da Escola Paulista de Medicina (EPM) da Unifesp que, atropelados pelo turbilhão dos anos de 1960, enfrentaram a ditadura militar que se estabeleceu por

1 Parte das reflexões apresentada neste capítulo foi publicada em CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*.

2 G. P. Gooch, *Historia e historiadores en el siglo XIX*.

3 A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp foi formada pela Resolução 88 do Conselho Universitário em 12 jun. 2013.

Golpe em 1964, mas que já se desenhava nos corredores da Escola alguns anos antes.

Entre os anos JK, JQ e JG

A Escola Paulista de Medicina foi fundada em 1933; trazia nos desejos manifestos⁴ por seus fundadores algo das fabulações paulistas sobre sua excepcionalidade em relação aos outros brasis e, especialmente, algum ressentimento pela derrota de 1932 que era necessário sublimar com novos empreendimentos que demonstrariam as singularidades bandeirantes⁵. Suas gloriosas pretensões, no entanto, enfrentaram desde os seus primeiros dias as dificuldades de financiamento de uma escola médica privada, notadamente dos leitos-ensino necessários ao efetivo cumprimento dos seus ideais e pressupostos. Como sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, usufruía de isenção de parte dos impostos cobrados aos empreendimentos privados, mas tal isenção não era suficiente para que a Escola pudesse sustentar suas atividades e garantir a edificação do empreendimento projetado. Recorrendo sempre a subvenções públicas, a empréstimos e a acordos de atendimento a institutos de pensões, a EPM sobreviveu como empreendimento privado até 1956⁶, quando, na esteira das intenções do presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976) de fundar uma universidade federal em cada estado da federação, tornou-se instituto federal pela Lei 2712/1956⁷.

O processo de federalização, discutido nas reuniões da congregação da Escola desde o início dos anos de 1950, não havia sido tranquilo.

4 Manifesto de fundação da Escola Paulista de Medicina. *Folha da Noite*, São Paulo, 01 jun. 1933. Arquivo CEHFI/Unifesp.

5 A. Nemi, “A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade (1933-1956)”. em J. Rodrigues (Org.), *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: Ensaio sobre História e Memória*, p. 93-140; M. R. Silva, *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*.

6 *Atas da Congregação da Escola Paulista de Medicina*, Livros 1 a 6 (1933 a 1956), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

7 A. Nemi, *A federalização da Escola Paulista de Medicina: imbricações de origem entre a norma e a experiência (1956-1970)*, p. 165-213; Lei 2712, de 21 jan. 1956, Arquivo Senado Federal.

Para muitos professores a federalização significaria a perda da liberdade de cátedra, de pesquisa e de definição dos rumos do Hospital São Paulo que, fundado em 1936 e funcionando em prédio próprio desde 1940, era a grande conquista dos fundadores: um espaço livre de atuação e de ensino médico. E era exatamente a partir das atividades do Hospital que se formara o maior passivo da sociedade civil, e tal passivo a União não pretendia incorporar no processo de federalização. Desta forma, o que se federalizou em 1956 foi a Escola. O seu hospital permaneceria privado e passaria a ser gerido pela Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM) que, também, ficava obrigada pela Lei 1712/1956 a oferecer gratuitamente seus leitos para o ensino da escola médica federalizada. Observe-se, para que se possa entender as lutas que viriam nos anos de 1960, que os sócios da SPDM eram os mesmos professores que compunham a congregação da Escola federalizada: trabalhando em regime de dedicação parcial, os professores geriam a Escola pública e o Hospital privado, atuavam como professores da Escola pública no âmbito do Hospital privado, onde davam aulas e realizavam procedimentos. A solução híbrida oferecida pela União criara, assim, uma situação emblemática que até os dias de hoje caracteriza o complexo formado pela Escola Paulista de Medicina, o Hospital São Paulo e sua mantenedora, a SPDM⁸: ensino público sendo praticado, também, em leitos e espaços privados.

Entre os anos de Juscelino Kubitschek (1902-1976), a efêmera presidência de Jânio Quadros (1917-1992) e os debates sobre a posse de João Goulart (1919-1976), o vice que não havia sido eleito pela chapa do presidente que renunciava, a Escola arcava com o enorme peso da situação híbrida criada pela forma negociada para a sua federalização: seu diretor, Marcos Lindenberg, movia enormes esforços para conseguir que o Hospital também fosse encampado pela União, especialmente porque, logo após a promulgação da lei de 1956 e as tratativas para separar as metades pública e privada da sociedade civil original, ficara claro que a SPDM herdara as dificuldades de financiamento do Hospital e que isso comprometia gravemente o ensino médico. Antes ainda do final do governo JK, o diretor conseguira incluir a EPM nos debates que se travavam no Congresso Nacional para a fundação da

8 A SPDM mudou seu nome para Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina nos primeiros anos do século XXI por exigências do novo Código Civil que não cabe discutir neste artigo.

primeira universidade federal do estado de São Paulo, já que a Escola, que se federalizara como instituto federal independente, não era uma universidade. O projeto aprovado em dezembro de 1960 previa a junção de faculdades que existiam isoladas no estado, algumas públicas e outras privadas, em uma universidade federal, a Universidade Federal de São Paulo (UFSP)⁹. As tratativas das quais participara Lindenberg, porém, não agradaram a todos os membros da congregação da Escola. O que se pode apreender da leitura das Atas da congregação é que a maioria, considerando os constrangimentos econômicos do Hospital e da SPDM, defendia a incorporação do Hospital ao patrimônio da União, mas fazer parte de uma universidade federal, apenas se a EPM fosse a sede da nova universidade, pois boa parte dos congregados não aceitava a ideia da Escola submetida a uma reitoria distante¹⁰. As paixões despertadas pelos debates sobre a desejada independência da Escola e dos professores no Hospital, que entendiam como edificação resultante dos seus esforços e do seu trabalho, não seriam de pequena monta, mais do que isso, seriam agravadas pelas lutas que se anunciavam no plano nacional sobre como lidar com os povos dos brasis que se movimentavam em busca de inclusão social e política, aquelas gentes pobres para quem Michelet cobrava direitos quando escrevia história e que por essas terras brasílicas ainda viviam aquém de qualquer participação política.

As diversas interpretações e os muitos projetos sobre os brasis existentes e o brasis fabulados, apresentados e defendidos por distintos grupos políticos e sociais, marcaram as disputas na Escola Paulista de Medicina nos primeiros anos da década de 1960, e foi a pesquisa no arquivo do CEHFI (Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde) que permitiu perscrutar e encontrar muitas de suas dimensões.

9 Lei 3835, de 13 dez. 1960, Arquivo Senado Federal.

10 *Atas da Congregação*, Livro 7 (05 abr. 1963). Arquivo da Reitoria da Unifesp; J. F. dos Santos Jr. “A Universidade invisível – A criação e a ‘dissolução’ da UFSP (1950-1968)”. In: A. Nemi. *EPM/SPDM – Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. p. 93-179.

Nas trilhas do arquivo

Os primeiros passos no arquivo do CEHFI foram em busca da história dos primeiros 23 anos da experiência da EPM, escrevendo um capítulo sobre esse momento da história da instituição e trazendo comigo impressões generalizadas que destacavam o aspecto “conservador” dos fundadores e do ensino oferecido. De fato, por um lado, foi possível observar a reprodução do discurso sobre a excepcionalidade dos paulistas em relação aos outros brasis, menos afeitos ao trabalho e à criatividade, que se manifestara na semana modernista de 1922, e ainda textos e “falas” esparsas dando relevo ao papel da elite cafeicultora paulista na fundação e nos primeiros passos da instituição, assim como as características empreendedoras dos fundadores, notadamente na edificação do seu hospital-escola¹¹. Por outro lado, porém, encontrei, aos poucos, relatos e textos, assim como ofícios de departamentos e do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB), que apontavam outras dimensões da experiência epemista. Desta forma, se o discurso oficial, que sem dúvida confirmava-se na documentação¹², reforçava o paulitanismo da instituição, saltavam das caixas de documentos entregues ao CEHFI por professores ou por seus familiares, aspectos pouco visitados até então e, muitas vezes, não referenciados nos muitos livros comemorativos escritos ao longo de sua trajetória no século XX.

Entrelaçando os fios da história já contada e daquela que permanecia guardada nos arquivos, foi possível construir uma narrativa bastante complexa sobre os anos de 1960 na Escola. Destaco, nessas páginas, as trilhas abertas a partir do estudo do conjunto de caixas do CEHFI/Unifesp que guardam o espólio do professor José Ribeiro do

11 *Atas da Fundação da EPM, Livro I de Reuniões Preliminares*, 23 mar. 1933, fls 1 e 2, Manuscrito, Arquivo CEHFI/Unifesp; “Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina”, *Folha da Noite*, 01 jun. 1933, Arquivo CEHFI/Unifesp; “Manifesto de Fundação da Escola Paulista de Medicina”, *O estado de São Paulo*, 01 jun. 1933, APESP, microfilme 01.04.024; G. de Almeida, “Oração”, em J. R. Valle, *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos do seu 40º Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*.

12 Os Livros de Atas das reuniões da Congregação entre 1933 e os anos de 1960 sempre destacam, por meio das falas dos diretores da EPM, as origens da Escola ligadas à história de São Paulo e às suas elites que se desdobraram para garantir o empreendimento privado de edificação de uma escola médica e de um hospital escola que pudesse, também, atender às populações pobres. Arquivo da Reitoria da Unifesp.

Valle (1908-2000), considerado um dos principais nomes da endocrinologia no estado de São Paulo. Nesse conjunto documental encontram-se os ofícios de Valle, como responsável pela então chamada Cátedra de Farmacologia, dirigidos ao CAPB. Chamou-me atenção um ofício seu, de 13 de agosto de 1960, enviado ao presidente do CAPB Antônio Carlos Madeira, já citado na abertura deste Relatório.

Estranhei, inicialmente, o responsável por uma cadeira na EPM consultar o Centro Acadêmico para a substituição de um pesquisador doutor que se encontrava nos EUA com Bolsa da Fundação Rockefeller. Os sons que saltavam do documento eram plurais e pareciam desconexos: havia lido no livro do jornalista Mário Magalhães¹³ sobre o papel do médico Antônio Carlos Madeira junto à Ação Libertadora Nacional (ALN), especialmente sua ligação com os dominicanos. Conhecia o professor Carlini, importante companheiro na CVML¹⁴ que, no final dos anos de 1970, fora uma referência para os alunos e professores que se posicionavam contra a ditadura. José Ribeiro do Valle, por sua vez, além de ser bastante lembrado, junto com José Leal Prado (1918-1987), como um dos pioneiros da pesquisa na EPM, era citado em depoimentos como um dos apoiadores do Golpe em suas primeiras horas¹⁵. Leal Prado, ao contrário, parecia ser um dos que não cedera às injunções dos apoiadores do Golpe contra os colegas de esquerda¹⁶. Para compreender esses sons e os ruídos que indicavam trajetórias entrecruzadas mas bastante distintas, procurei, em primeiro lugar, buscar nos outros fundos do CEHFI/Unifesp e no Banco de Memórias e Histórias de Vida da EPM/Unifesp (BMHV)¹⁷, informações sobre os personagens implicados no ofício.

Antônio Carlos Madeira afastara-se da Escola após sua formatura, Leal Prado e Ribeiro do Valle faleceram antes do início da organização do BMHV, por isso havia apenas os registros de Carlini, o

13 M. Magalhães, *op. cit.*

14 E. L. A. Carlini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 ago. 2013. Ver também seu depoimento para o Banco de Memórias e Histórias de Vida da EPM/Unifesp (BMHV).

15 C. Brasileiro, *Depoimento à CVML*, 27 nov. 2014.

16 D. da R. Borges, *Depoimento à CVML*, 15 jun. 2016; V. B. Henriques, *Depoimento à CVML*, 05 dez. 2013.

17 O Banco de Memórias e Histórias de Vida da EPM/Unifesp encontra-se disponível no site do Centro de Estudos em História e Filosofia das Ciências da Saúde - CEHFI.

pesquisador que se encaminhava para estudar nos EUA e precisava de substituto que poderia ser indicado pelo CAPB. No BMHV suas atenções voltaram-se especialmente para a memória dos seus tempos de aluno e para a construção da ideia da EPM elitista que se expressava nos “Bailes do Café”, realizados desde os anos de 1930 e que tinham como objetivo arrecadar fundos para a Escola. Havia, ainda, seu depoimento para a CVML, quando Carlini ressaltou os sustos do final dos anos de 1970, época em que seus filhos militavam e chegaram a ser presos, além de destacar o clima de medo daqueles anos, quando parte da sociedade brasileira ousou propor a redemocratização.

O Fundo Ribeiro do Valle traz muitos ofícios assinados por ele, assim como artigos na fase de sua escrita à mão, antes de publicação, mas de Leal Prado não há espólio, apenas o que dele guardou a própria Escola, pois a família não reuniu espólio para entregar ao CEHFI, como muitos professores fizeram. Mas havia o Fundo Marcos Lindenberg, diretor da EPM entre 1959 e 1964 e primeiro Reitor da UFSP entre janeiro e março de 1964, e, assim como no fundo de Ribeiro do Valle, aqui encontram-se ofícios timbrados da UFSP, alguns dirigidos também ao CAPB, o que permitiu observar uma relação bastante estrita do centro acadêmico com os órgãos diretivos e com as cadeiras da Escola. Este Fundo apontou, ainda, trilhas mais interessantes acerca dos caminhos dos personagens citados no primeiro ofício citado aqui: havia um artigo datado de 4 de outubro de 1964, para o jornal *Última Hora*, onde Lindenberg indagava o que teria sido feito da Universidade Federal de São Paulo que, conforme afirmava, havia sido açodadamente desarticulada pelo Ministro da Educação e Cultura empossado após a derrubada de João Goulart¹⁸. Livros e artigos recentes sobre as universidades e o movimento estudantil nos anos de 1960 e em relação ao Golpe de 1964 não se referiam a esta UFSP¹⁹ que, segundo Lindenberg, desaparecera; havia apenas os artigos de Luigi Biondi e de Jaime dos Santos²⁰ indicando os debates sobre a UFSP e o seu desaparecimento após o Golpe. Era preciso alinhar esses dois textos aos depoimentos

18 “Cartas à redação”, *Última Hora*, 04 out. 1964. O jornal *Folha de São Paulo* reproduziu a carta em 10 out. 1964. Arquivo CEHFI.

19 C. Fico, *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*; R. Motta & S. Patto, *As universidades e o regime militar*.

20 L. Biondi, “Não éramos mais uma Universidade: a política na Escola Paulista de Medicina, da Universidade federal à Ditadura”, em J. Rodrigues. *A Universidade*

oferecidos à CVML, à documentação dos Fundos citados, às Atas da Congregação da EPM, às Atas do Conselho da UFSP que estavam guardadas no CEHFI, à documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS) guardada no Arquivo Público do estado de São Paulo (APESP)²¹, à documentação do CAPB, em parte guardada no CEHFI e em parte guardada no próprio Centro, e à documentação que vinha sendo trazida para a CVML pelos depoentes que viveram aqueles anos de 1960 na EPM. Além disso, haveria que verificar na legislação o processo de implementação da UFSP, e foi isso que procurei estudar primeiro, articuladamente com a leitura das Atas da Congregação da EPM e da UFSP.

Os anos que seguiram à aprovação da Lei 3835/1960 foram de intensa negociação no âmbito do Congresso Nacional, para definir os conteúdos e propostas da mensagem que o Poder Executivo deveria enviar ao Congresso “para atender ao disposto”²² na Lei, e no âmbito da EPM, para que fosse garantida a sede da Reitoria na cidade de São Paulo. Mas o projeto defendido com o acordo de Marcos Lindenberg e do deputado federal paulista Lauro Monteiro da Cruz, embora tenha sido aprovado pela Comissão de Educação e Cultura em 1961, e pelas Comissões de Constituição e Justiça, Orçamento e Fiscalização Financeira do Congresso Nacional em 1962, teria ainda que esperar para votação na Câmara até 1963²³.

A organização da UFSP dependia, em primeiro lugar, da efetiva federalização das faculdades componentes, o que se arrastava sem solução política evidente, e da dotação de verba para sua consecução cotidiana. A Lei orçamentária de 1962, que definia orçamento próprio para as universidades federais, foi, para a EPM, providencial: sendo a única faculdade da UFSP já federalizada tornou-se responsável pela

Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre História e memória, p. 141-185; Jr. Santos, *op. cit.*

21 Os arquivos do DEOPS foram transferidos para o APES em 1991, seus conteúdos e possibilidades de pesquisas podem ser consultados no site do Arquivo do Estado de São Paulo.

22 Lei 3835, de 13 dez. 1960, artigo 13, *op. cit.* Consultar também: *Diários do Congresso Nacional (1960-1966)*.

23 Trata-se do Projeto 2735, de 1961, *Diários do Congresso Nacional*. Consultar sobre o assunto: J. F. dos Santos Jr., “A Universidade invisível – A criação e a ‘dissolução’ da UFSP (1950-1968)”, *op. cit.* cf. também V. Sguissard, *Universidade, fundação e autoritarismo: o caso da UFSCAR*.

execução da verba da UFSP nos termos do Decreto 1107, de maio de 1962:

Art. 1º Fica o Diretor da Escola Paulista de Medicina, com sede na cidade de São Paulo, incumbido de responder pelo expediente da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo, criada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, para o fim de movimentar a dotação global da Escola Paulista de Medicina, constante da lei orçamentária para o corrente exercício, na rubrica da referida Universidade Federal de São Paulo, podendo praticar todos os atos decorrentes do movimento da dotação.

Art. 2º Fica o Conselho Técnico Administrativo da Escola Paulista de Medicina autorizado a funcionar como Conselho de Curadores, para os fins apontados no artigo anterior.

Art. 3º O disposto no presente Decreto cessará quando a Universidade Federal de São Paulo for devidamente regulamentada²⁴.

Observe-se que a nomeação do Diretor da EPM, Marcos Lindenberg, para o cargo da Reitoria da UFSP, assim como a transformação do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da EPM em Conselho de Curadores da UFSP, eram medidas que vinham ao encontro dos anseios por autonomia da sua Congregação, posto que trazia para São Paulo o centro administrativo da futura UFSP. Em tese, a UFSP funcionava em São Paulo enquanto seu campus definitivo, que seria em São Carlos, não fosse construído e enquanto ela não fosse devidamente regulamentada. Mas em 1963, frente à possibilidade de a regulamentação da UFSP transferir para as “construções da Escola Técnica Industrial de São Bernardo do Campo”²⁵ a sua sede provisória, e retirar do CTA da EPM suas atribuições conquistadas no Decreto 1107/1962 acima referido, a Congregação da Escola deixaria clara sua posição: queria ser excluída do projeto de criação da UFSP caso tal transferência ocorresse de fato²⁶. Tratava-se, portanto, de uma luta por ser

24 Decreto 1107, de 30 mai. 1962, Arquivo do Senado Federal.

25 Decreto 53372, de 31 dez. 1963, Arquivo Senado Federal.

26 *Atas da Congregação*, Livro 7 (05 abr.1963), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

universidade federal sem perder sua autonomia. E nesta luta, as tintas ideológicas que já apontavam os acirramentos que marcaram a conjuntura de 1964, pareciam revelar-se: na defesa da UFSP com sede em São Paulo e controlada administrativamente pela EPM encontravam-se opositores do Golpe que já se anunciava, como Marcos Lindenberg e José Leal Prado de Carvalho, e apoiadores dele, como Otto Bier (1906-1985) e Antônio Bernardes de Oliveira (1901-1981).

Quando vieram os Decretos 53372 e 53373 para estruturação da UFSP, ambos de 31 de dezembro de 1963²⁷, com a designação de um Conselho Consultivo e Deliberativo (CCD) da UFSP, que já não seria mais formado pelo CTA da EPM e deveria funcionar em São Bernardo do Campo, a divisão na Congregação da EPM seria incontornável.

Afirmava o Decreto 53373:

Art. 1º Ficam designados Marcos Lindenberg, Professor catedrático da Escola Paulista de Medicina; Paulo de Camargo e Almeida, Professor catedrático da Escola de Engenharia de São Paulo; Fernando Henrique Cardoso, Professor da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo; Fausto Castilho, Professor da Faculdade de Filosofia de Araraquara; Antônio Angarita Silva, Professor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas; Roberto Frade Monte, Professor catedrático da Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie; Sylvio Barros Sawaya, Presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade de São Paulo, e José Carlos Seixas, Representante da União Nacional de Estudantes, para, sob a presidência do primeiro, integrarem o Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo, destinado a: a) Promover e estudar a estrutura jurídica, econômica, financeira, administrativa, didática e disciplinar da Universidade Federal de São Paulo, criada pela Lei nº 3.835, de 13 de novembro de 1960, e apresentar ao Ministro da Educação e Cultura o resultado dêste seu trabalho, dentro de

27 Decreto 53372, de 31dez. 1963; Decreto 53373, de 31 dez. 1963, Arquivo do Senado Federal.

180 dias da publicação do presente Decreto: b) Elaborar, dentro de quinze (15) dias da publicação deste Decreto, o seu Regimento Interno e publicá-lo no Diário Oficial União; c) Apresentar ao Ministro da Educação e Cultura o projeto de Estatuto da Universidade, a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação.

Parágrafo único. O Presidente do Conselho que se trata este artigo será o responsável pela reitoria da universidade Federal de São Paulo, até sua estruturação definitiva.

Art. 2º As atribuições cometidas ao Conselho Técnico-Administrativo, da Escola Paulista de Medicina; como Conselho de Curadores, na forma do Decreto de 22 de janeiro de 1963, passam a ser da exclusiva competência do Conselho Consultivo e Deliberativo da Universidade Federal de São Paulo constituindo por este Decreto²⁸.

Na sequência da implementação dos Decretos, Marcos Lindenberg pediria afastamento do cargo de Diretor da EPM para exercer exclusivamente o cargo de Reitor da UFSP. Alegava sobreposição de funções, mas sua decisão indicava, também, sua adesão incondicional ao projeto da UFSP e a crença de que tal projeto não feria a autonomia da EPM, ao contrário, conferia à escola médica até então isolada, maior capacidade de crescimento e desenvolvimento por meio da aproximação com outros campos de saber.

Difícil definir exatamente os setores da EPM que não lhe perdoariam a digressão em favor da UFSP e da nova localização de sua sede administrativa. O fato é que a Congregação foi a público denunciar os novos Decretos em um Manifesto contra a instalação do novo Conselho Consultivo e Deliberativo da UFSP e afirmando que a demissão de Marcos Lindenberg da Diretoria da EPM significava que ele reconhecia não mais representar a Escola. Observe-se que a Congregação manifestava-se contra o novo CCD da UFSP, não se tratava de renegar a UFSP, mas o novo CCD/UFSP que se reuniria nos primeiros meses de 1964²⁹ e idealizaria uma Universidade a partir de quatro grandes setores: Ciências Exatas e Naturais, Filosofia e Ciências Sociais, Letras

²⁸ Decreto 53373, de 31 dez. 1963, Arquivo do Senado Federal.

²⁹ *Atas do CCD/UFSP*, Arquivo da Reitoria da Unifesp.

e Artes, Cultura Popular e com a manifesta intenção interdisciplinar³⁰. José Carlos Seixas, representante da União Nacional de Estudantes no Conselho, indicado pelo então presidente da UNE, José Serra, em depoimento à CVML/Unifesp, recordou a forte inclinação desenvolvimentista nos projetos elaborados pelo Conselho em suas reuniões, a preocupação com o desenvolvimento industrial e tecnológico do país, aliada ao fortalecimento da educação em todos os níveis, e deixou também claro a completa ausência de qualquer debate que pudesse ser filiado a projetos socialistas ou comunistas³¹. Suas afirmações, no entanto, sobre a urgência de se edificar uma universidade plural e aberta “a todos os povos do país”³², seguramente implicaram interpretações distintas de seus objetivos.

Naqueles anos de 1960, desenvolvimentismo e educação popular formavam uma equação que assustava os setores conservadores do Brasil. Tendo os Decretos que definiram o CCD/UFSP sido resultado de negociações políticas junto ao governo João Goulart, sendo os membros deste CCD claramente defensores das reformas propugnadas pelo referido governo, e tendo o deputado udenista, Lauro Monteiro da Cruz, criticado os Decretos de dezembro de 1963 por terem afastado a UFSP da cidade de São Carlos, não seria difícil propor sua dissolução e novos caminhos para a UFSP na esteira das trilhas políticas construídas a partir do Golpe. E os ataques contra o projeto que vinha sendo debatido pelo CCD/UFSP em São Bernardo do Campo viriam do novo regime instalado em primeiro de abril de 1964 e de dentro da própria EPM.

30 *Atas do CCD/UFSP*, Arquivo da Reitoria da Unifesp, M. Lindenberg, *Relação dos Atos e dos Fatos que Condiçionaram a Posição Atual da Universidade Federal de São Paulo, de sua Administração e de Suas Atividades*; *Idem*, *Medicina, Civilização e Humanismo*, Arquivo CEHFI/Unifesp, Pasta 103.

31 J. C. Seixas, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 13 nov. 2014.

32 B. J. Duarte & E. Szankovski, *Uma escola de médicos*, Vídeo comemorativo dos 30 anos da Escola Paulista de Medicina, na gestão Marcos Lindenberg, quando já se organizava a Universidade Federal de São Paulo, então conhecida como UFSP, Disponível Arquivo CEHFI/Unifesp.

E sobreveio o turbilhão

Aos nove dias de abril de 1964, apenas oito dias após o Golpe de Estado desferido entre os dias 31 de março e primeiro de abril daquele ano, reuniu-se a Congregação da Escola Paulista de Medicina. Na reunião, sob a presidência referida como “em exercício” do professor Luiz Cintra do Prado (1904-1984), dado que o professor Marcos Lindenberg licenciara-se para assumir a Reitoria da UFSP, os debates foram acalorados e revelam as muitas dimensões e possibilidades de entendimentos do sentido daquele momento da história do Brasil. Destaco alguns trechos do relato guardado na Ata e feito pelo secretário neste dia, o professor José Ribeiro do Valle (1908-2000):

Foi dada a palavra pela ordem ao professor Doutor Antônio Bernardes de Oliveira, que após um pequeno preâmbulo sobre pluralidade partidária e dos acontecimentos que estão se sucedendo em nossa Pátria, apresenta a seguinte proposta: “Na qualidade de professor catedrático da Escola Paulista de Medicina venho apresentar a douta Congregação, reunida em sessão do dia 9 de abril de 1964, a seguinte proposta: Considerando que o recente movimento revolucionário democrático derrubou um governo nitidamente totalitário e esquerdizante; considerando que essa vitória só se efetivará realmente quando estiverem afastados das posições de mando todos os que contribuíram para a crescente infiltração e a implantação de ideias e providências esquerdizantes; considerando que omitir-se na realização de tais medidas saneadoras será trair a causa da revolução democrática; Proponho que seja enviado, simultaneamente, ao Governo do Estado e ao II Exército, a relação completa dos componentes dos quadros docente, administrativo e discente da Escola Paulista de Medicina e Hospital São Paulo, para efeito de obter-se informações quanto a atuação dos mesmos na trama contra o regime, e ainda; proponho que sejam tomadas as medidas para a devida punição, inclusive com o afastamento de suas posições e funções, de todos aqueles

professores, assistentes, auxiliares de ensino e funcionários outros de qualquer categoria que possam ser convidados nocivos a consolidação da remodelação democrática visada pela revolução.” Sobre o assunto, com a palavra o Senhor Presidente do Centro Acadêmico Pereira Barreto, Acadêmico Walter M. Albertoni, faz a seguinte declaração a título informativo “quero deixar manifesto a (...) opinião favorável a proposta do Professor Bernardes, e aproveitar a oportunidade para comunicar a egrégia Congregação que o presidente do Centro Pereira Barretto está tomando todas as providências para facilitar às autoridades competentes e a Escola as reais condições em que se encontra o Centro Acadêmico e cada elemento de sua diretoria, levando em conta o atual movimento democrático revolucionário. Neste sentido, tivemos ontem audiência particular com o Presidente do Legislativo Paulista Dr. Ciro de Albuquerque, acompanhados do Deputado Fernando Mauro. Pedimos ao Doutor Ciro, que por seu intermédio nos fosse dado informações a respeito da situação de todos os membros da Diretoria do Centro Acadêmico Pereira Barreto do Dops. [...] Quero ainda informar aos Ilustres Professores que amanhã, através ainda do Doutor Ciro Albuquerque e Doutor Fernando Mauro, o presidente do Centro Acadêmico Pereira Barretto terá audiência com o Doutor Andréias, Diretor do Dops, pessoas que nesta Escola, acobertados pela bandeira da democracia e usando o nome do Dops tem coagido e ameaçado esta diretoria democrata e democraticamente eleitas pela maioria dos alunos desta Escola. Com estas medidas visamos colaborar com o Governo e afim de que o vitorioso movimento democrático de 31/03/1964 não se ponha a perder pela ação nefasta de aproveitadores da ocasião.³³

Os trechos destacados permitem afirmar um conjunto de estratégias de sobrevivência nesses dias após o Golpe. Desta reunião,

33 *Livro de Atas da Congregação*, Livro 8 (09 abr. 1964), Arquivo da Reitoria, fls. 44-46.

segundo relato da Ata, o professor José Leal Prado de Carvalho sairia em protesto por discordar da proposição do colega Antônio Bernardes de Oliveira. Já outro professor da Escola, também citado na Ata em parte reproduzida acima, Rodolfo de Freitas (1899-1974), não apenas acataria como viria a ser membro atuante do chamado Inquérito Policial Militar que se instalou na Escola³⁴. O acadêmico Walter Albertoni³⁵ teria que responder pela atuação do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB/EPM) do qual era então presidente; sua fala na reunião da congregação sugere uma estratégia de defesa e sobrevivência em relação aos avanços da repressão que já então notavam-se.

Poucos dias depois, em 13 de abril de 1964, o novo governo que se formou decretaria a revogação dos decretos de dezembro de 1963 que disciplinavam a estruturação da UFSP, a dissolução de seus Conselhos e a exoneração de seu Reitor, o professor e também fundador da EPM Marcos Lindenberg³⁶. Em setembro, Lindenberg seria aposentado compulsoriamente por meio dos “Atos Normativos da Revolução”, além de ter enfrentado um IPM no âmbito interno da Escola liderado pelo mesmo Antônio Bernardes de Oliveira. No mesmo Decreto o Professor David Rosemberg também seria aposentado, e o Professor Sebastião Baeta Henriques seria exonerado de suas funções, assim como seria demitido do cargo de Procurador o advogado Fábio Braz Gianini e seria colocado em disposição o Professor assistente Jesus Carlos Machado.³⁷ Tratava-se, do ponto de vista dos golpistas com apoio de setores conservadores da congregação da EPM, de dissolver a “célula comunista da Escola Paulista de Medicina”, o que incluía, ainda, outros membros do

34 O IPM instalado na Escola Paulista de Medicina foi estudado por L. Biondi, *op. cit.*, p. 141-185. Sobre o referido IPM, a Comissão da Verdade da Unifesp já ouviu os alunos Walter Albertoni, Regina Elza Solitrineck, Cícero Brasileiro e Fábio Ancona Lopez.

35 W. Albertoni, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 24 out. 2013. Ressalte-se que a narrativa sobre o IPM é resultado de depoimentos, alguns alunos não prestaram depoimento ainda, e não se encontrou documentação suficiente ainda sobre ele.

36 Decreto n.º 53.885, de 13 abr. 1964, Arquivo Senado Federal.

37 *Atos Normativos da Revolução*, 30 de setembro de 1964, Microfilme 50-D-26-2097. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Todos os cinco nomes citados foram constantemente vigiados pela Ditadura conforme documentação do Fundo SNI do Arquivo nacional do Rio de Janeiro.

Gabinete do Reitor, segundo relatório do General Durval Campello de Macedo, do II Exército em São Paulo³⁸.

O documento acima permite supor relações entre membros da comunidade epemista e os golpistas. Parece não ter se tratado apenas de usar as tintas das disputas políticas nacionais para resolver problemas e embates internos acerca da independência da Escola ou de seu pertencimento a uma universidade com sede fora de São Paulo, mas de uma articulação entre membros da comunidade e preparadores de véspera do Golpe. Se assim não for possível afirmar, de onde poderia ter saído a informação de que Lindenberg teria declarado seu marxismo em reunião do CTA? Declaração, aliás, não encontrada em nenhuma das Atas lidas, e todas estão disponíveis; não há ausências, e eram escritas à mão nessa época, o que permitiria perceber alterações e folhas arrancadas. Ou ainda alegações de que o substituto de Lindenberg, professor José Maria de Freitas, mantinha o grupo considerado subversivo em seus cargos e de que a comunidade epemista e do HSP esperava providências das autoridades para afastar tais pessoas? O governo e a EPM responderiam rapidamente aos apelos do senhor Informante: os professores Otto Bier, Rodolpho de Freitas e Antônio Bernardes de Oliveira, liderariam a organização de uma Comissão de Investigação Sumária contra suspeitos a partir de documentos acusatórios aos quais os denunciados tinham que responder internamente:

O documento foi entregue à CVML pelo próprio estudante Cícero Brasileiro³⁹. Recebemos, ainda, as convocatórias intituladas “libelo” da secretária Yvone Fattibene⁴⁰ e do Procurador Fábio Braz Giannini⁴¹, ambos do Gabinete de Lindenberg. Mas os depoimentos recolhidos pela CVML indicam que responderam a esta Comissão o Reitor já destituído do cargo na UFSP, mas ainda professor da EPM, Marcos Lindenberg, o estudante citado na acusação acima reproduzida, Tsuyoshi Yamashita,

38 *Fundo DEOPS*, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

39 Toda documentação recebida pela CVML/Unifesp está sendo devidamente guardada e catalogada no CEHFI/Unifesp, além disso, parte da documentação ficará disponível on-line no Repositório Institucional que está sendo organizado na Unifesp.

40 Y. Fattibene, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 09 abr. 2015.

41 F. B. Giannini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 12 jun. 2015.

o estudante Fábio Ancona Lopes e o presidente do CAPB no momento do Golpe, Walter Manna Albertoni⁴².

Não se sabe se efetivamente esses inquiridos chegaram oficialmente aos responsáveis pela repressão, dado que alguns dos investigados não sofreram represálias, para além do forte constrangimento de responder ao inquirido em sala fechada, como foram os casos de Cícero Brasileiro e de Walter Albertoni, que puderam finalizar sua graduação e se formaram médicos pela EPM na década de 1960. Alguns dos personagens dessa história, como Walter Albertoni e Durval da Rosa Borges, lembram-se de Jairo Ramos (1900-1972), um dos fundadores da Escola e já bem perto de sua aposentadoria, ter exigido que essa Comissão não tomasse medidas contra membros da comunidade, mas o fato é que alguns dos “acusados” foram oficialmente afastados.

Nos documentos produzidos pela repressão, Lindenberg e os membros do seu Gabinete: Machado, Fattibene e Giannini formariam uma célula comunista na EPM, o que não se comprova pelos depoimentos e nem pelas ações de cada um deles, apenas Lindenberg foi membro do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nos anos de 1950, quando chegou a ser candidato a deputado estadual⁴³. Fattibene e Machado haviam formado a associação de servidores da EPM, e participavam de sua direção, mas bem longe estavam de qualquer filiação comunista. O mesmo se pode afirmar de Giannini, cuja presença no Gabinete devia-se ao convite feito por Lindenberg para que ocupasse o cargo de procurador da EPM quando foi necessário fazer a transferência dos servidores da EPM para o âmbito da UFSP⁴⁴. Já os professores Baeta Henriques e David Rosenberg de fato mantinham relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), notadamente o primeiro que, junto com sua esposa, atuava em atividades culturais de aproximação entre o Brasil e a URSS, mas nenhum dos dois formava parte do Gabinete de Lindenberg. Desta forma, os Atos Normativos parecem responder a informações saídas dos grupos conservadores da EPM, por um

42 Há indicações de que outros personagens, como os professores David Rosenberg e Jesus Carlos Machado, também teriam respondido a essa Comissão de Investigação Sumária, mas não pudemos encontrar documentação.

43 O Fundo Marcos Lindenberg do CEHFI/Unifesp guarda alguns dos panfletos da campanha.

44 Giannini, hoje advogado, guardou a documentação oficial dessa transferência e pudemos digitalizar e guardar no acervo do CEHFI/Unifesp.

lado, mas, por outro lado, parecem estar relacionados a investigações que já vinham se fazendo há muitos anos sobre cidadãos brasileiros vinculados, direta ou indiretamente, ao PCB⁴⁵.

Observe-se, no entanto, a ironia: havia de fato uma pequena célula comunista que se reunia regularmente na EPM e que foi mais bem detalhada no depoimento do então estudante Fábio Ancona Lopez à CVML:

Quando eu era aluno, certo dia fui procurado por um aluno mais velho que já era assistente. Ele trabalhava junto com o Walter Leser na bioestatística. O nome dele é José Maria Marlet Pareta, um espanhol. Ele disse que havia na Escola uma organização ligada ao partido comunista. Tinha uma célula do partidão na Escola. (...) Tinha alguns colegas na minha turma que faziam parte. Tinha o Daher Gattaz, psiquiatra, e tinha também, que eu me lembro, o Deodato Curvo de Azambuja.

Quem discutia com a gente, e de certo modo era um tutor político, era um professor de psiquiatria, o Benedito Arthur Sampaio, ele já morreu. Ele era uma pessoa muito simpática, muito carismática. Ele se reunia com a gente e discutíamos filosofia. Ele me ensinou o que era dialética, a transformação da quantidade em qualidade e tal. Discutíamos essas coisas com ele. De vez em quando ele sumia. A polícia tirava de circulação, ele era obrigado a ficar em casa. Um tempo depois ele voltava e dizia “Estive em Cannes”. Na verdade era em cana.

O partidão tinha um comitê universitário. E este comitê solicitou a indicação de representantes das células das universidades. E quem foi participar do comitê universitário pela célula comunista da EPM fui eu. Ai a minha atividade lá aumentou, porque daí eu estava participando em nível estadual. Porque tinha um representante desse

45 *Fundo DEOPS*, Arquivo Público do estado de São Paulo. Foram pesquisados os documentos relativos à Escola Paulista de Medicina, termo usado como palavra-chave, e a partir dessa primeira pesquisa foram separados documentos relativos a membros da comunidade investigados pelo DEOPS. No caso dos professores Rosenberg, Lindenberg e Baeta, havia farta documentação anterior ao Golpe.

comitê que se reunia com o comitê estadual. Quando estive no comitê universitário, quem era o secretário de organização, o que era tipo o secretário político, era o Alberto Goldman. Ele era o homem do conchavo ali. No congresso da união nacional dos estudantes era ele quem discutia com o pessoal da JUC, Juventude Universitária Católica, que obedecia a um padre dominicano – o padre Enzo que era famoso e aparecia em todo lugar. Era quem dava orientação para Juventude Universitária Católica. O Alberto Goldman também discutia com o pessoal da AP, José Serra, Seixas, enfim. Chegou um momento que num conchavo desses apareceu a proposta do meu nome sair como presidente da UEE, porque eu estava chegando e ninguém sabia que eu era do partidão. Artes do Alberto Goldman, que era bom em se juntar com a direita e ganhar a eleição⁴⁶.

Susana Cruz Sampaio, esposa do citado Benedicto Arthur Sampaio (1925-2009), complementa o depoimento de Ancona:

Eu me lembro de algumas pessoas que militavam com ele (Benedicto): o Madeira que era presidente do Centro Acadêmico Pereira Barreto, me lembro do Daher Gattaz, Daher e Dalka, que é mulher dele, os dois são médicos, eles gostavam muito do meu marido, porque era o psiquiatra que os havia atraído para a célula, eu não me lembro da célula, nós frequentávamos o partido, militávamos na Escola Paulista, eu me lembro dos comunistas da Escola Paulista, o Daher e a Dalka Gattaz, o Madeira. Eu me lembro que eles faziam reuniões grandes, e fizeram um seminário muito importante sobre política brasileira, “O Momento Político Brasileiro”, deve ter sido em 1958, 1960⁴⁷.

46 F. A. Lopes, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 14 jul. 2014.

47 S. C. Sampaio, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 08 abr. 2015.

Dos membros do Gabinete de Lindenberg, considerado comunista pelos informantes do regime que se impunha pela força, nenhum era de fato ligado à célula do PCB que se reunia regularmente na Escola para discutir política e filosofia a partir da influência do professor Benedicto. Esse psiquiatra e filósofo, na sequência do Golpe, não seria recontratado e não voltaria a ensinar na Escola por decisão interna. Não foi encontrado documento oficial de afastamento do professor, embora ele tenha sido preso pelos seus vínculos com o PCB. Parte do grupo que se reunia em torno de Benedicto migraria com ele para a Clínica da Borda do Campo, fundada em 1966 na cidade de Santo André e especializada em psiquiatria. Para lá se deslocaram alunos progressistas como Cícero Brasileiro, Regina Elza Solitrenick e Marcos Pacheco Ferraz⁴⁸, e na Clínica puderam oferecer suporte e ajuda para companheiros perseguidos⁴⁹.

Tenho memórias de pessoas que se esconderam lá, inclusive um uruguaio que foi torturado na ditadura uruguaia, ele e a mulher, ele foi internado num quadro psicótico meio tenso, resquício da tortura. Isso foi nos anos 70, encaminharam para mim para poder tratar⁵⁰.

Os Gattaz e os Sampaio, assim como o recém formado médico Antônio Madeira, bastante ligados a Carlos Marighella (1911-1969), fariam parte de uma rede de apoio à Ação Libertadora Nacional (ALN)⁵¹. Regina Elza também seguiria os passos da ALN e seria, por isso, presa e torturada no início dos anos de 1970. Ancona, por sua vez, de história familiar antiga no PCB, não apoiaria a luta armada e iria para Botucatu finalizar seus estudos⁵². Marcos Ferraz manteria seu compromisso com

48 D. Gattaz, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 09 set. 2015.

49 R. E. Solitrenick, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 22 jun. 2015; M. P. Ferraz, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 26 mai. 2015.

50 D. Gattaz, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 09 set. 2015.

51 M. Magalhães, *op. cit.*

52 Há muitos outros personagens nessa história, Nestor Schor, por exemplo, então aluno, relatou à CVML discussões sobre aderir ou não à luta armada no âmbito do CAPB. Não cabem todas as histórias em um artigo, mas estão todas no Relatório da CVML que está em fase de revisão pelos depoentes e deve ser finalizado em 2017 para publicação em 2018.

a democracia trabalhando junto a Dom Paulo Evaristo Arns em cuidados com militantes que haviam sofrido torturas.

O que se pode notar pela documentação perscrutada e pelos depoimentos recolhidos pela CVML/Unifesp, é que havia grupos politicamente atuantes em vários lugares da política na Escola, e isso já antes do Golpe, após o Golpe esses grupos ganharam dimensões e caminhos distintos. Madeira, por exemplo, presidente do CAPB conforme documento reproduzido neste artigo, parece ter sido o primeiro diretor de esquerda do centro acadêmico. Sua atuação coincide com o momento em que a União Nacional de Estudantes de Medicina (UNEM), fundada em 1958, militava fortemente pela mudança dos currículos dos cursos médicos em favor de uma educação mais humanista, pelo acesso das populações pobres ao atendimento hospitalar e por farmácias com remédios a preços populares⁵³. Talvez não seja acaso que, tendo sido forçada pelo Golpe a acabar com suas atividades, as Atas das reuniões da UNEM⁵⁴ estivessem guardadas até o início do século XXI no mesmo CAPB que manteria seu apoio à entidade durante a ditadura mudando o nome de suas reuniões para Encontro Científico de Estudantes de Medicina⁵⁵.

Com atitude política diferente, evidentemente mais próximos do regime que se impunha, os professores Antônio Bernardes de Oliveira (1901-1981), José Ribeiro do Valle e Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1998) atuavam contra o chamado “perigo comunista” em uma vertente que entendia como comunista qualquer proposta que aliasse educação das camadas populares e nacionalismo com desenvolvimento social e econômico. Oliveira, fundador do departamento de cirurgia da EPM, e cujo Fundo também se encontra no arquivo do CEHFI/Unifesp, escreveu artigos e deu palestras desenvolvendo o conceito de soberania

53 G. Porto, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 11 mai. 2015. Gentil Porto foi presidente da UNEM na gestão 1961-1962, quando aluno do curso de medicina da Universidade Federal de Pernambuco.

54 E. Braga, “Movimento estudantil na Escola Paulista de Medicina (1958-1979)”, em A. Nemi, *EPM/SPDM – Histórias de gente, Ensino e Atendimento à Saúde*, p. 181-220. Atas Conselho Nacional dos Estudantes de Medicina – UNEM: 1958-1965, Arquivo CAPB e Arquivo CEHFI/Unifesp. No Arquivo do CEHFI/Unifesp encontram-se as Atas digitalizadas após trabalho do pesquisador Evandro Braga que foi quem encontrou as Atas da UNEM no CAPB.

55 P. J. B. Castro, *Depoimento à CVML*, 11 de junho de 2014; N. Schor, *Depoimento à CVML*, 16 de mar. de 2016.

e de segurança nacional a partir dos preceitos da Escola Superior de Guerra do Brasil, além de ter denunciado o conceito de luta de classes e o comportamento dos “hippies” do Brasil, pouco afeitos ao trabalho e a à construção da nação⁵⁶. Pacheco e Silva, psiquiatra que atuava também na Universidade de São Paulo (USP), foi membro e diretor do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), criado em 1961 e braço do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959 com a intenção de coibir o que seus fundadores consideravam o avanço do comunismo no Brasil e de “moldar a opinião pública” por meio da “criação de grupos de ação política e ideológica”⁵⁷.

Cícero Brasileiro, jovem e bastante assustado com o fato de ter tido que responder a investigação interna, recorda-se de uma aula de Valle em cuja docência, ciência e militância misturavam-se naqueles sensíveis anos de escolhas difíceis entre a defesa dos direitos civis e o avanço violento do regime, não apenas a partir dos agentes públicos, mas também de seus apoiadores civis:

Nosso amigo na farmacologia, Ribeiro do Valle, eu tenho sérias críticas. Eu estou em uma aula de farmacologia no segundo ano, eu acho, depois de ter sido submetido ao inquérito, sem saber o que vai acontecer comigo. Aí tem um cachorro eviscerado em que ele estava colocando substâncias químicas. Ele olha para um grupo de alunos e fala “Vejam, quem sabe o que eu coloquei de produto farmacológico neste ‘cãomunista?’”. Marcou. Nesta hora ele foi um filho da puta. Pode ser que depois ele tenha sido melhor...⁵⁸

Estariam aqui dimensionados dois lugares da política? Um a favor e outro contra a ditadura e o Golpe? Não era tão simples, houve aqueles

56 A. B. Oliveira, De “Instruir para deseducar”, “Os hippies do Brasil”, “Soberania e segurança nacional”, “A luta de classes e suas consequências”, em *Fundo Antônio Bernardes de Oliveira*, Arquivo CEHFI/Unifesp. Os três primeiros são datilografados e o último está manuscrito, nenhum deles está datado.

57 René Dreifuss estudou o IPES e o IBAD e publicou parte dos documentos que apontam os financiadores, participantes e diretores, além das ações empreendidas, na tabela da página 563 do livro, Pacheco e Silva aparece como um dos associados ligado ao Centro das Indústrias do estado de São Paulo (CIESP). R. A. Dreifuss, *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*.

58 C. Brasileiro, *Depoimento à CVML*, 27 nov. 2014.

na Escola que se colocaram contra o Golpe e a ditadura, mas aqui havia distintas posições que iam do apoio direto à luta armada, passavam pelo apoio indireto e chegavam à resistência democrática sem apoio à luta armada. No mesmo sentido, entre os apoiadores do Golpe havia os defensores do uso da força contra os opositores, e que por isso apoiavam ou faziam vistas grossas ao uso da tortura pelo regime, e aqueles que acreditavam que se poderia construir um regime democrático após o golpe, mas ao perceber a ingenuidade das primeiras ideias, tomaram atitudes de proteção em relação a colegas e militantes contrários à ditadura. Nesse último caso podemos localizar o lugar político do professor Leal Prado, cuja saída em protesto da reunião da congregação de 9 de abril de 1964, quando Oliveira propôs a investigação interna contra supostos “comunistas” que atuavam na EPM, deixava evidente que não ajudaria a perseguir colegas, e nesse caso estava especialmente preocupado com o colega Sebastião Baeta Henriques. Caminhos da ciência e da pesquisa, mas que as opções políticas podiam constranger. Na memória de Ieda Verreschi, em artigo de 2001 que se limitava ao papel de Valle na endocrinologia paulista, Valle, Leal Prado, Baeta e Carlini ocupam lugares parecidos:

Com o fim da seção de Endocrinologia do Instituto Butantan (final dos anos de 1940), o grupo formado pelos dois José, o Ribeiro do Valle e o Leal Prado, o casal Olga e Sebastião Baeta Henriques e os clínicos José Ignácio Lobo, Luciano Décourt, Álvaro Marcondes da Silva e Ananias Porto fixam-se à Escola Paulista de Medicina. Os quatros primeiros formam um precursor departamental ao unirem, em prédio construído para tal fim, os laboratórios das Cátedras de Farmacologia e Química Fisiológica, abrindo suas portas principalmente para químicos, pois anteviam a sua importância para o desenvolvimento das Ciências Básicas na Medicina. Por outro lado, os clínicos, que traziam consigo os arquivos dos casos atendidos no Hospital do Butantan, liderados por José Ignácio Lobo, deram início à Cadeira de Endocrinologia e Nutrição da EPM. Seguramente, sem o respeitável apoio do Prof. Valle, por razões particulares, teria sido difícil a substituição

acadêmica daquele por Luciano Décourt, no que veio a ser a Disciplina de Endocrinologia do Departamento de Medicina, quando este foi criado por Jairo Ramos, precisamente 50 anos atrás.

O último período a que me refiro aproxima-se temerosamente do presente, mas nele ousou destacar: a) a efervescência científica no eixo Pampulha-INFAR, o primeiro Instituto Nacional de Farmacologia a abrigar pesquisadores nas diferentes áreas básicas do ensino médico e que, com justiça, ainda em vida, levou o nome José Ribeiro do Valle; b) o significativo número de alunos e pesquisadores que ali se formaram; c) a construção de base sólida para os cursos de Pós-Graduação da própria instituição.

Já instalados em prédio próprio inaugurado em 1956, graças ao apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Fundação Rockefeller, o que logo seria Departamento de Bioquímica e Farmacologia, recebe novo impulso com a vinda de novos pesquisadores como a química (USP, 1949) Zuleika Picarelli e o médico (EPM, 1957) Elizaldo Luiz de Araújo Carlini⁵⁹.

O eixo Pampulha-INFAR, talvez influenciado por aquele irredento Leal Prado que não aceitara no calor de abril de 1964 perseguir colegas e alunos, seria de grata memória não apenas para Baeta⁶⁰, que manteve forte amizade com Prado ao longo de sua vida, e também com o casal Arthur Sampaio, com quem dividiria a vida no exílio, mas para o pesquisador da USP que fora afastado da universidade pela ditadura: Erney Felício Plessmann de Camargo, já citado na abertura deste Relatório.

Teria conseguido Leal Prado arrefecer os primeiros arrufos anti-comunistas de Valle? Difícil responder, o fato é que, entrados os anos de 1970, não haveria mais relatos de perseguição dentro da Escola, embora a ditadura tenha feito mais vítimas de prisões e tortura, notadamente entre os alunos, conforme se pode ler com mais detalhe no

59 I. Varreschi, “José Ribeiro do Valle e a Endocrinologia Paulista”.

60 A filha de Baeta e Olga, Vera Henriques, hoje professora de física na USP, ofereceu depoimento à CVML e deu detalhes dessa amizade com Prado e com o casal Sampaio do exílio e no exílio.

próximo capítulo e nos depoimentos e biografias deste Relatório. Internamente, no entanto, o CAPB continuava a publicar *O Barretinho*, sua publicação oficial.

Mas é de se notar e afirmar que os afastamentos e as prisões jamais foram revogados internamente, fato que deixou feridas também jamais cicatrizadas. Baeta, por exemplo, faleceu sem retomar a pesquisa que tanto o fazia feliz antes do Golpe. O procurador Giannini⁶¹ e o professor Jesus Carlos Machado seriam reintegrados, mas por força das leis de abertura. O único caso em que a Escola propôs a reintegração e de fato o fez é o do professor David Rosenberg, aprovado em concurso para titular da disciplina de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental da Escola Paulista de Medicina em 1984⁶².

Marcos Lindenberg: um pouco mais de sua trajetória

A carta que Lindenberg escreveu aos jornais em outubro de 1964, citada mais acima, pode ser interpretada como uma tentativa de cobrar da sociedade civil que se posicionasse frente aos avanços da ditadura, dado que sua aposentadoria compulsória significava a condenação daquele a quem coube coordenar “um grande esforço de interesse coletivo”⁶³ malogrado pelo Golpe. As dúvidas sobre o que seria aquele Golpe, assim como as esperanças que ainda se alimentavam em alguns círculos, podem ser observadas no parágrafo final da carta:

Que é feito da Universidade Federal de São Paulo? Por mim, valer-me-ei ainda de um recurso antes de ter tudo por perdido. Apoiando-me nos conceitos manifestados pelo sr. presidente da República no discurso que pronunciou em Curitiba, ao receber o título de Professor Honoris Causa da Universidade do Paraná, e convicto de que as responsabilidades maiores pelo sucedido não estão no alto

61 Giannini não reassumiu seu lugar porque preferiu se manter na iniciativa privada como advogado.

62 “Paulista de medicina corrige injustiça histórica e readmite professor”, em *Folha de São Paulo*, 26 jun. 1984, Arquivo CEHFI/Unifesp.

63 “Cartas à redação”, *Última Hora*, 04 out. 1964. O jornal *Folha de São Paulo* reproduziu a carta em 10 out. 1964, Arquivo CEHFI.

comando da revolução, dirigir-me-ei a s. exa., solicitando sua atenção para o problema. Acalento ainda esperanças, porque creio em minha terra e em sua gente⁶⁴.

As lutas políticas entre as faculdades que iriam compor a UFSP seguramente inspiraram Lindenberg a considerar que o Decreto era resultado das injunções políticas dos grupos contrários à UFSP, no que seguramente tinha razão⁶⁵. A esperança, porém, de que algo pudesse ser feito sem que o “alto comando da revolução” soubesse, a história já demonstrou ter sido ingenuidade, talvez da mesma forma que o acadêmico Albertoni reclamava da pressão dos agentes do DOPS que agiam em contrário aos princípios da “revolução”...

Os anos entre 1964 e 1984 foram tempos de força, e nos “regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e moveções do que nas democracias.”⁶⁶ Há que se proteger do Estado nesses regimes, há que resistir às suas injunções que pretendem constituir uma ordem pública sem debate, supondo um consenso jamais discutido, embora, na circunstância brasileira, legitimado por muitos silêncios e inquéritos, como aquele promovido por parte dos professores da Escola e que constrangeu toda a comunidade. Mas as ações públicas de Marcos Lindenberg, seus esforços na direção de interesses coletivos, remontam aos anos de fundação da Escola. Nos anos de 1940 houve intenso debate na Escola devido às dificuldades financeiras que apontavam a urgência de federalizar o curso, aproveitando desejo da União de ter ao menos uma universidade federal em cada unidade da federação.

Com a palavra o Professor Marcos Lindenberg diz que fora procurado por vários colegas sobre o assunto da

64 *Idem*.

65 Tais lutas foram estudadas por Jaime Fernando dos Santos Jr. em: “A universidade invisível – A criação e dissolução da UFSP (1950-1968), em A. Nemi, *EPM/SPDM – histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*, p. 93-180. A documentação produzida no âmbito da então EPM sobre a criação da UFSP, assim como os debates na congregação, podem ser encontradas no Arquivo da Reitoria, *Livro 5 de Atas da Congregação*.

66 M. H. T. Almeida & L. Weis, “Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar”, em L. Schwarcz, *História da vida privada no Brasil 4 – contrastes da intimidade contemporânea*, p. 327.

Federalização e pelos argumentos apresentados havia se tornado um federalista e que também não vê razão para a demissão de Professores⁶⁷.

Um dos professores que ameaçava a demissão caso a Escola fosse federalizada, e que de fato cumpriu o afirmado, era Alípio Correa Neto (1898-1988), professor também da USP, médico voluntário da FEB na Segunda Guerra Mundial e fundador do Partido Socialista em São Paulo. Nas eleições de 1946, Lindenberg formava parte da Esquerda Democrática (ED), grupo que atuava dentro da União Democrática Nacional (UDN) quando das lutas pela queda do Estado Novo. Após a queda de Getúlio, no entanto, a UDN fortaleceu as tintas conservadoras do seu discurso, fato que levou a ED a abandonar a UDN e formar o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Lindenberg foi candidato pela ED em 1946 e sua campanha destacava a presença do grupo dissonante dentro da UDN:

Esquerda Democrática – Socialismo e Liberdade. Para deputado estadual Marcos Lindenberg. Professor da Escola Paulista de Medicina. Plataforma do Partido: Neutralidade oficial em face dos credos religiosos e liberdade de culto. (...)

Extensão do direito de voto a todos os militares e aos analfabetos. (...)

Incentivo à organização de cooperativas em municípios, bairros e locais de trabalho; (...)

Proteção efetiva do trabalhador no exercício do trabalho, especialmente nas indústrias insalubres. (...)

Construção de residências populares pelos serviços de previdência social. (...)

Aumento do número de escolas primárias, secundárias e técnicas. (...)

Organização dos serviços de saúde pública (...) Subordinação dos estabelecimentos de caridade existentes a um

67 *Atas da Congregação*, Livro 3 (27 jun. 1950), fl. 57, Arquivo da Reitoria.

plano de assistência que os coloque efetivamente a serviço do povo (...)»⁶⁸.

Coerente com a proposta socialista e reformista tornada pública nos anos de 1940, tudo indica que Lindenberg acompanhou Alípio Correa Neto na fundação do PSB em 1947, embora tenha se distanciado dele no apoio à causa da federalização da EPM. Lindenberg chegou à diretoria da EPM em setembro de 1959, nos duros anos que se seguiram à efetiva federalização que acontecera em 1956. Os problemas financeiros, porém, continuavam, dado que o Hospital não fora federalizado junto com a Escola. Os professores, por isso, continuavam a envidar esforços para federalizar também o Hospital, ao mesmo tempo em que se movimentavam para aumentar a dotação orçamentária da Escola para o ensino de clínicas, o que incidiria positivamente nas contas do Hospital. Durante os anos em que esteve na diretoria esforçou-se para que a União recebesse todo o patrimônio da SPDM, a Sociedade Paulista para o Desenvolvimento da Medicina que passou a gerir o Hospital após a federalização da Escola, isso porque seus associados eram os mesmos professores da EPM que compunham a congregação⁶⁹.

Quando sobreveio o Golpe, Lindenberg atuava fortemente pela formação da UFSP, à qual a EPM se juntaria e que, para muitos dos seus congregados, traria a esperança de federalização do Hospital São Paulo e de resolução dos problemas financeiros. Tratava-se de constituir uma Universidade voltada para a pesquisa e a emancipação nacional⁷⁰, mas os ventos sopravam em outra direção e o projeto foi abortado pela

68 No Arquivo do CEHFI encontram-se dois panfletos da campanha de Lindenberg, além do supra citado, um outro com sua foto e os mesmos dizeres do primeiro, mas sem a plataforma do Partido. Marcos Lindenberg vinha sendo vigiado pelo DOPS desde 1947, segundo documentação microfilmada no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Microfilme 30-Z-47-784.

69 Cf. *Atas da Congregação*, Livro 7, Arquivo da reitoria da Unifesp; *Projeto 2731/1961 e Decreto 50.342/1961*, disponíveis no site do Senado Federal. A SPDM hoje se denomina Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, mas mantém a mesma sigla.

70 O projeto defendido por Lindenberg e seu Gabinete na Reitoria da UFSP, assim como CCD dissolvido pelo Golpe, pode ser percebido em suas linhas gerais, no que diz respeito ao curso médico, no vídeo produzido para comemorar os 30 anos da EPM em 1963. Cf.: B. J. Duarte & E. Szankovski, *Uma escola de médicos*. Vídeo comemorativo dos 30 anos da Escola Paulista de Medicina, na gestão Marcos

ditadura poucos dias após o Golpe. Às injunções do regime militar em seus primeiros dias na Escola, somaram-se os acertos de conta internos, bastante evidentes nas ações dos professores que se dispuseram a realizar inquéritos como o proposto na Ata reproduzida no início deste texto, e no apoio que receberam dos setores que se autodenominavam de anticomunistas no movimento estudantil.

É preciso afirmar, no entanto, que a UFSP não desapareceria com a dissolução do seu Conselho Consultivo e Deliberativo formado pelo Decreto 53373, e nem a EPM desistiria de se tornar uma universidade federal. Nos anos seguintes, professores como Antônio Bernardes de Oliveira e José Leal Prado de Carvalho continuariam a lamentar o desmembramento da EPM em relação à UFSP. O deputado Lauro Monteiro da Cruz, por sua vez, udenista histórico e arenista de primeira hora, saberia carrear as possibilidades de uma nova UFSP para sua cidade de origem, São Carlos. Em tempos de ditadura, de negociações ocultas e evidentes conluios de apoiadores do Golpe, ele engendrou um novo Decreto⁷¹ de estruturação para a UFSP proposta na Lei 3835 de 1960, só que agora desde o início em São Carlos. Mudaria apenas o nome, seria a Universidade Federal de São Carlos, dado que pela Lei 4759/1965⁷² o nome do instituto federal de ensino deve acompanhar o da sua cidade sede, caso não esteja localizado na capital do Estado. O processo de formação de universidades federais a partir da junção de faculdades isoladas, porém, seria deixado de lado. O Decreto deixava expresso que se tratava da instituição da “Fundação Universidade Federal de São Paulo” com o objetivo de “instalar progressivamente e manter na forma estabelecida neste Decreto, a Universidade Federal de São Paulo (UFSP), criada pela Lei n.º 3835, de 13 de dezembro de 1960 (art. 11)”⁷³. O Decreto não citava nenhuma faculdade isolada para compor a Universidade; seu patrimônio seria constituído pelos prédios a serem doados pelo município de São Carlos, pelos bens que viesse a adquirir, pelas doações que recebesse, por contribuições previstas em convênios e incorporações resultantes de trabalhos realizados. Ficava a Escola Paulista de Medicina excluída do processo.

Lindenberg, quando já se organizava a Universidade Federal de São Paulo, então conhecida como UFSP. Disponível Arquivo CV/Unifesp.

71 Decreto 62758, de 22 mai. 1968, Arquivo Senado Federal.

72 Lei 4759, de 20 ago. 1965, Arquivo Senado Federal.

73 Decreto 62758, de 22 mai. 1968, Arquivo Senado Federal.

Assim, esta é uma história de exclusão, exclusão pela ditadura de um projeto que buscava construir uma universidade para todos. Uma exclusão construída, também, dentro da EPM, pelos setores que aliaram o desejo de ser a sede administrativa da UFSP com uma visão conservadora das reformas projetadas pelo governo Goulart e que, por isso, foram apoiadores de primeira hora do Golpe. A atitude deste grupo, no entanto, acabou por afastar a EPM da UFSP, dado que havia outros apoiadores do Golpe interessados em se apossar do projeto da UFSP, e foram mais fortes nas negociações que caracterizam um Estado de exceção. Talvez seja possível afirmar que a força de Lauro Monteiro da Cruz, secundada pelo empresário são-carlense Ernesto Pereira Lopes, tenha sido potencializada pelas divisões dentro da Congregação da EPM. Divisões entre os apoiadores confessos do Golpe, que pretendiam afastar da comunidade acadêmica seus desafetos, e aqueles que, embora não fossem apoiadores do governo João Goulart, não pretendiam perseguir membros da comunidade, e aqueles claramente contrários ao Golpe. Os depoimentos dos alunos que vieram a ser presos por sua militância, especialmente entre 1966 e 1972⁷⁴, indicam a proteção de boa parte dos colegas e dos professores da Escola enquanto presos e quando do seu retorno às atividades acadêmicas após a prisão⁷⁵. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se capilarizavam formas de expressão e reprodução do Estado autoritário, também enraizavam-se formas de resistência e solidariedade que, creio ser possível afirmar, espalham-se diacronicamente pelos brasis e podem hoje ser expressas pelos trabalhos das comissões da verdade que se formaram e que pretendem influir nos processos de reparação e julgamento dos envolvidos em violações de direitos humanos⁷⁶.

74 Foram levantados até agora 22 nomes de alunos presos entre 1966 e 1972, sendo que nove com graves violações de direitos humanos, mas os processos ainda estão sendo estudados, assim como os depoimentos ainda sendo recolhidos.

75 Os seguintes depoimentos relatam histórias de proteção: Luís Carlos Aiex Alves, Gilberto Natalini, Márcia Aparecida do Amaral, Rubens Werner e Clóvis Eduardo Tadeu Gomes. Walter Albertoni, Miguel Jorge, Walter Feldmann e Marcos Ferraz, embora não tenham sido presos, também relatam histórias de proteção da militância no Centro Acadêmico.

76 J. de A. Teles, “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”, em Santos; Teles & Teles, *Desarquivando a Ditadura: memória e justiça no Brasil*. vol. I, p. 151-176.

O IPM instalado na Escola e o autoritarismo dos grupos que apoiaram o Golpe dentro dela, assim, não foram capazes de impedir que se estabelecessem nexos e caminhos de solidariedade em defesa dos direitos humanos para com alunos e professores envolvidos na resistência, armada ou não, à ditadura. Lindenberg seria convidado, à revelia dos setores conservadores ou silenciosos da congregação da EPM, para ser paraninfo da turma de Walter Albertoni, em 1966. Em 1970, Leal Prado receberia no edifício chamado de Pampulha na Escola, o colega Erney Felício Plessmann de Camargo, que perdera seu lugar na USP e retornava do exílio. Erney permaneceria na Escola até poder ser recebido de volta na USP, em 1985, e tomou parte na Comissão da Verdade da USP. Nesses mesmos anos 1970, quando o movimento estudantil era ainda um importante foco de oposição à ditadura, embora já em desarticulação⁷⁷, estudantes da EPM levavam caixas de comida ao colega Gilberto Natalini, preso no DOI-CODI⁷⁸.

Quantos episódios como esses teriam ocorrido em diferentes instituições, não apenas universitárias, e que poderiam ser deslindados e perscrutados de maneira a contribuir para um profícuo debate sobre os sentidos, conteúdos e formas que as resistências a um Estado autoritário podem assumir?⁷⁹ E que, especialmente, poderiam iluminar o entendimento das maneiras de um Estado autoritário reproduzir -se e enraizar-se no seio da sociedade civil, criando circunstâncias cuja incômoda presença em nossas vidas, muitas vezes, independe da própria continuidade do Estado autoritário original. Teias e tramas que Comissões da Verdade podem reconstruir perscrutando arquivos, ouvindo depoimentos, conduzindo debates e estabelecendo trilhas de pesquisa e de novas narrativas⁸⁰.

Na Escola Paulista de Medicina Heleneide Resende de Souza Nazareth é conhecida por ter fundado, junto com Joyce Anderson Duffles Andrade, a disciplina de Genética no início dos anos 1960. Tinha cinco irmãs, Helenice, Helenalda, Helenilda, Helenoira e Helenira. Eram todas filhas do médico Adalberto de Assis Nazareth que,

77 E. J. Braga, *op. cit.*, p. 181-220.

78 G. Natalini, *Depoimento à Comissão de Verdade Marcos Lindenberg*. 26 set. 2013.

79 M. P. N. Araújo, “Lutas democráticas contra a Ditadura”, em Ferreira & Reis, *Revolução e democracia – 1964*, p. 321-353.

80 M. Ridenti, “As oposições à Ditadura: resistência e integração”, em Reis; Ridenti & Motta, *A Ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do Golpe de 1964*, p. 30-47.

formado pela UFBA, pertencia ao Partido Comunista e era conhecido como “médico dos pobres” em Assis, onde foram criadas, mas são todos de origem baiana, e por isso, segundo Helenalda, os nomes todos assemelhados⁸¹. As seis filhas foram vindo para a capital São Paulo estudar, em duplas. Heleneide fazia Biologia na USP, ficaria um tempo pequeno no Instituto Butantã e, por fim, viria para a Escola Paulista de Medicina. Entre o final dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970 ela encontrava cartas nas bancadas do Laboratório que eram deixadas ela não sabia por quem, mas eram notícias da caçula Helenira que, do curso de Letras na USP, saíria para a luta armada contra o regime militar junto com o PCdoB. Helenalda recebia cartas deixadas no portão da sua casa, depois as cartas não vieram mais, não se lembra exatamente quando. Helenira seria uma das mortas e desaparecidas no Araguaia, e as irmãs Heleneide e Helenalda só viriam a confirmar o que esperavam não ouvir em um Congresso na PUC em 1978, quando o movimento pela Anistia ganhava corpo e, especialmente, as ruas. Perguntaram quem era parente de desaparecido e muitos foram dizendo os nomes dos parentes que buscavam. Olharam-se as duas: “você fala”, “não, você fala”, Helenalda conta que foi Heleneide “quem falou o nome da Nira”: Helenira Rezende de Souza Nazareth. Ao final da reunião foram procuradas por José Genoíno, que lhes contou que Helenira havia sido morta no Araguaia, ele havia visto fotos da companheira morta. Nesta reunião no Tuca as duas irmãs também reconheceriam Rioko, esposa de Genoíno que elas, quando Helenira já estava na clandestinidade, chamavam brincando de Exército Chinês porque era quem as levava até Helenira quando ainda podiam encontrar a caçula, às escondidas, na cidade universitária da USP.

As cinco irmãs em São Paulo sabiam da oposição ao regime professada pela caçula, sabiam que ela havia pertencido à JUC quando ainda secundarista, e também à AP quando já na faculdade, mas não sabiam que havia aderido à luta armada junto com o PCdoB, eram tempos em que era melhor mesmo não saber muita coisa. Heleneide e Helenice foram levadas ao DOI-CODI várias vezes, queriam que dessem conta de onde estava a caçula, não sabiam, e sofreram por isso. Os colegas Ricardo e Marília Smith lembram-se de Heleneide retornando das

81 H. R. de S. Nazareth, *Depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp*, 05 ago. 2014.

detenções com as marcas de queimaduras nos braços, ela foi presa dentro do Laboratório por mais de uma vez. E havia os choques... Hele-nice desenvolveria síndrome de pânico, e Heleneide, durante a ditadura, mudava constantemente de casa, imaginava poder se esconder ou talvez encontrar a caçula sem ser vista. Ricardo e Marília conheceram Helenira, ela vinha fazer exames no Hospital São Paulo. Ricardo colocava o nome de Heleneide nos pedidos médicos, para enganar as “autoridades”... Helenira teve princípio de pneumonia um pouco antes de ir para o Araguaia e quando já estava na clandestinidade. Uma vez o casal foi com Heleneide para uma SBPC em Pernambuco de carro. Quando pararam em Salvador, caminhando um pouco por perto da praia, escutaram uma voz “Continua andando e não olha para trás”. Era Helenira, vinha conversar e rever a irmã, não sabem como ela os encontrou, ou não se lembram, mas caminharam enquanto conversavam por um tempo, talvez a última vez que se viram. Marília também trabalhava no Laboratório de Genética, Helenalda lembra-se das festas no departamento de Genética, que frequentava a convite da irmã Hele-neide. Os homens do DOI-CODI que a prenderam, por várias vezes mostraram fotos dessas festas quando queriam informações de Helenira. Deixavam claro que vigiavam a todos.

A história de Márcia Aparecida do Amaral é diferente. Quando entrou na Escola para estudar Medicina em 1971 já pertencia à ALN, vinha de forte militância secundarista na cidade de Taquaritinga, onde costumava alfabetizar boias-frias com o método Paulo Freire. Na Escola ninguém sabia da sua militância, tempos de clandestinidade; mas tinha um grupo de colegas com quem discutia processos de humanização da Medicina em relação aos pacientes, que contribuíam para o aprendizado. Não se falava de política, “porque eram anos muito... anos de chumbo.”⁸² Foi presa em casa, durante a noite, no ano de 1972, quando iniciava o segundo ano do curso de Medicina. O caminho ela relata resumidamente, embargando a voz e sem conseguir dar detalhes: um período incomunicável e apanhando, depois o DOPS para “formalizar” a prisão e a papelada e, por fim, o presídio para aguardar julgamento. Quando foi solta, no meio de 1973, não havia ainda sido julgada, não sabia se seria condenada ao tempo em que estivera presa

82 M. A. do Amaral, *Depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp*, 21 mai. 2014.

ou a mais tempo. Chegou a pensar em deixar o país, mas resolveu ficar, retornou à Escola para pedir para ficar como aluna especial, precisava retornar à normalidade porque era vigiada constantemente. Foi recebida pela Professora Catharina Brandi, da Bioquímica:

(...) fui super bem recebida por ela, não sei com quem ela teve que falar, mas ela me deixou junto com a turma do primeiro ano, eu fiquei seis meses com a turma com a qual eu viria a me formar (...) Aí eu retomei as minhas atividades, no ano seguinte eu fui para o segundo ano. No fim do julgamento eu fui condenada ao tempo que já tinha ficado presa. (...) Fui super bem acolhida, minha turma e os colegas sabiam que eu vinha de prisão, de ligação com a luta armada, em nenhum momento me senti rejeitada (...) Acho que é este espírito de corpo que tem aqui, mas também é uma atitude humanista mais do que política, porque tinha professores solícitos e professores autoritários também.

Márcia recorda que depois de 1974 ou 1975 começou-se a falar de política de novo na Escola. Ela se lembra do Eduardo Suplicy fazendo debate no pátio quando era candidato a deputado, o que era, no seu entender, “absolutamente inusitado” já que quando entrou na Escola o ambiente era de muito silêncio e medo. A residência fez em Botucatu; interessava-se por medicina social e achou a residência da EPM muito médico-centrada. Estudou saúde pública e hoje trabalha com gestão e planejamento em saúde. Voltou para a política na virada dos anos de 1970 para os anos de 1980, quando trabalhou na fundação do PT junto com colegas de Botucatu, para onde afluíram muitos exilados que retornavam.

Mas esta é também uma história de tentativas de reinclusão, e não apenas pelos alunos da turma de 1966⁸³, que convidaram o Professor aposentado pela ditadura, Marcos Lindenberg, para ser paraninfo⁸⁴,

83 O discurso proferido por Marcos Lindenberg na ocasião da formatura de 1966 intitulou-se *Medicina, civilização e humanismo* encontra-se disponível na pasta 102 do Arquivo do CEHFI/Unifesp.

84 Em documento do SNI, Walter Albertoni é afirmado como perigoso por ter enfrentado a Congregação para garantir que Marcos Lindenberg fosse o paraninfo da sua

mas também dos colegas que o convidavam para retornar por meio de conferências, ou daqueles que o homenagearam dando nome a um anfiteatro⁸⁵. Essas tentativas, um tanto isoladas, podem ganhar, neste ano de 2014, 50 anos após os “Atos Normativos da Revolução” que excluíram do convívio acadêmico membros do Gabinete do Reitor Marcos Lindenberg – como os já citados Fábio Braz Giannini e Jesus Carlos Machado, e também os professores Sebastião Baeta Henriques e David Rosenberg – um sentido institucional, por meio da concessão do título de Professor Emérito a Marcos Lindenberg por iniciativa da Comissão da Verdade da Unifesp e com apoio do Conselho Universitário da Unifesp. Trata-se de responder à pergunta feita por Marcos Lindenberg no jornal *Última Hora* em outubro de 1964: o que teria sido feito da Universidade Federal de São Paulo? A Universidade Federal de São Paulo encontra-se aqui, e seus alunos, técnicos e professores, por meio dos trabalhos da sua Comissão da Verdade, reforçam seu desejo de edificar uma universidade plural e aberta a “todos os povos do país”⁸⁶.

Considerações finais: sobre as teias, as tramas e os vestígios

O caminho construído neste texto, alinhavando temporalidades sugeridas por depoimentos e documentos, memórias e registros de acontecimentos, foi inspirado por um pequeno texto de Michel de Foucault intitulado *Qué es la ilustración?* Nele, o autor afirma que a modernidade não é um período histórico, mas um *ethos* que nos compromete a todos e nos convida à ontologia histórica de nós mesmos, o que só é possível se pudermos perceber, em sua forma historicamente singular, questões que são de alcance geral. No caso aqui relatado e alinhavado,

turma. *Ministério do Exército ASP ACE 3901 80*. Fundo SNI do Arquivo Nacional Rio de Janeiro.

85 No Arquivo do CEHFI/Unifesp foram encontradas cartas-convite de Horácio Kneese De Mello (1971), Magid Iunes (1969), Nylceo Marques de Castro (1968 e 1969). Pastas 101 e 102.

86 B. J. Duarte & E. Szankovski, *Uma escola de médicos*, Vídeo comemorativo dos 30 anos da Escola Paulista de Medicina, na gestão Marcos Lindenberg, quando já se organizava a Universidade Federal de São Paulo, então conhecida como UFSP. Disponível Arquivo CV/Unifesp.

trata-se das possibilidades da vida em liberdade, dos medos e compromissos que ela nos exige e aos quais nos compele nas muitas circunstâncias e conjunturas que vivemos e partilhamos, a mesma liberdade em nome da qual militou e organizou arquivos o historiador francês Jules Michelet.

Cabe destacar aqui a relevância dos depoimentos, das cartas e das memórias guardadas em diferentes suportes, sempre tensionando os registros escritos em documentos oficiais, e, também esses, desafiando a memória, e especialmente estabelecendo limites para as palavras que o historiador pode usar para referir experiências de medo e de luta que marcaram os anos 60 do século XX brasileiro. Como finalizar sem mencionar as dúvidas sobre as conclusões acerca das filiações e ações dos personagens estudados e daqueles com os quais foi possível conversar? Incontornável finalizar um artigo sobre período tão perigosamente próximo para um historiador com uma reflexão de Virgínia Woolf:

*After all, she may have thought, do words say everything? Can words say anything? Do not words destroy the symbol that lies beyond the reach of words?*⁸⁷

Referências bibliográficas

- BRAGA, E. “Movimento estudantil na Escola Paulista de Medicina (1958-1979)”, In: Nemi, A. *EPM/SPDM: Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012, p. 181-220.
- CARDOSO, Lucileide Costa; CARDOSO, Célia (Org.). *Ditaduras: memória, violência e silenciamento*. Salvador: Edufba UFBA, 2017.
- Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Unifesp. *Informe sobre o Relatório*. São Paulo: Unifesp, 2016. Disponível em: <http://www2.Unifesp.br/comissaodaverdade>
- FICO, C. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. R. J./S.P.: Record, 2012.
- GOOCH, G. P. *Historia e historiadores en el siglo XIX*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1977.

87 “Depois de tudo, ela pode ter pensado, as palavras falam tudo? Podem as palavras falar qualquer coisa? As palavras não destroem o símbolo que jaz além do alcance das palavras?” V. Woolf, *Flush, a biography*, em: *The complete Works of Virginia Woolf*.

- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MAGALHÃES, M. *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*. S. P.: Cia das Letras, 2012.
- MICHELET, J. *Histoire de la revolution française*. 7 volumes, ePub, Editora KWL, 2017.
- MOTTA, R. Patto S. *As universidades e o regime militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NEMI, Ana. “A Escola Paulista de Medicina entre Tradição e Modernidade (1933-1956)”. In: RODRIGUES, Jaime (Org.). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre História e Memória*. São Paulo: Unifesp, 2008.
- _____. “A federalização da Escola Paulista de Medicina: imbricações de origem entre a norma e a experiência (1956-1970)”. *Tempo Brasileiro*, v. 178, p. 165-213, 2009.
- _____. (Org.) *EMP/SPDM Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012.
- _____. “Hospital São Paulo/SPDM: atendimento à saúde entre o público e o privado nos anos 70 do século XX”. In: Mota, André & Marinho, Gabriela. (Org.). *Medicina, saúde e história: textos escolhidos & outros ensaios*. São Paulo: FMUSP, UFABC & Casa de Soluções EDitora, 2014.
- RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”, em Reis; Ridenti & Motta, *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 1964*, Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.
- SANTOS Jr., Jaime F. “A Universidade invisível: A criação e a ‘dissolução’ da UFSP (1950-1968)”, In: NEMI, Ana. *EPM/SPDM: Histórias de gente, ensino e atendimento à saúde*. S. P.: Editora FAP/Unifesp, 2012, p. 93-179.
- SILVA, Márcia R. *Estratégias da ciência: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*, Bragança Paulista: EDUSF, 2003.
- TELES, Janaína de A. “Entre o luto e a melancolia: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”, em Santos; Teles & Teles, *Desarquivando a ditadura – Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2009, vol. I, p. 151-176.
- VALLE, José R. *A Escola Paulista de Medicina: Dados Comemorativos do seu 40 Aniversário (1933-1973) e Anotações Recentes*, S. P.: Revista dos Tribunais, 1977.
- VARRESCHI, I. “José Ribeiro do Valle e a Endocrinologia Paulista”. In: *Arquivos Brasileiros Endocrinologia & Metabologia*, vol 45, no 2, abril 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302001000200013

2. 1972: estudantes no olho do furacão

DANIEL RODRIGUES DE ASSIS MARTINS
HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS
PATRÍCIA HELENA GOMES DA SILVA
SHEILA MARQUES FEITOSA

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foi o período em que a ditadura militar brasileira cometeu violações aos direitos humanos em maior escala, principalmente em meio ao setor estudantil. Nesse período, após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 1968, a repressão deu atenção especial às universidades devido à grande relevância que o ambiente estudantil tinha na atuação dos movimentos de caráter revolucionário. Os militares consideravam o movimento estudantil universitário como foco de proliferação de ideias comunistas. Além disso, as universidades eram visadas desde o início da ditadura, pois “ocupam lugar estratégico na formação das elites intelectuais do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos”¹.

Devido a posições ideológicas, houve expurgos de professores tanto após o golpe, em 1964, quanto após o AI-5. No primeiro expurgo estima-se que cerca de cem professores foram afastados, já após o AI-5 o número foi maior, aproximadamente 120². No caso dos estudantes, foi concebida até mesmo uma lei específica, o Decreto-Lei n. 477, “um dos instrumentos repressivos mais draconianos produzidos pelo regime militar”³. Entre 1969 e 1979, possivelmente mais de mil estudantes foram expulsos⁴.

Dessa forma, uma grande estrutura repressiva foi montada após o AI-5, inclusive com o apoio financeiro do empresariado. Esse quadro possibilitou à extrema direita executar seus anseios, presentes

1 R. P. S. Motta Sá, *As universidades e o regime militar: cultura, política brasileira e modernização autoritária*, p. 16.

2 *Idem*, p. 164.

3 *Idem*, p. 156. O decreto pode ser lido na íntegra no Portal da Câmara dos Deputados.

4 *Idem*, p. 160.

na Doutrina de Segurança Nacional, que “se assentava na tese de que o inimigo da Pátria não era mais externo, e sim interno”⁵. O esforço da repressão nesse período foi para desenvolver um sistema que integrasse todos os órgãos que pudessem contribuir para a eliminação do inimigo, que no caso compunha-se em sua maioria de estudantes universitários. Em 1969, foi desenvolvida em São Paulo uma operação piloto, a Operação Bandeirante (Oban), que chegou a contar com organizações civis paramilitares, além de efetivos das três Forças Armadas, das polícias Civil e Militar, da Força Pública e da Guarda Civil.

Com a aprovação do regime à experiência de São Paulo, o formato da Oban estendeu-se a todo o país, com a criação do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)⁶.

Já no final de 1969, estava caracterizada a instalação de um aparelho de repressão que assumiu características de verdadeiro poder paralelo ao Estado no país. Seus agentes podiam utilizar os métodos mais sórdidos, mas contavam com o manto protetor representado pelo AI-5 e pela autoridade absoluta dos mandatários militares⁷.

Obviamente que era grande a desigualdade de forças entre os agentes da ditadura e os movimentos revolucionários. Somando-se a isso a violência gratuita da extrema direita e uma lógica militar usada na repressão de civis, o Estado brasileiro tornou-se responsável por um grande número de mortes, torturas e desaparecimentos. As vítimas eram compostas, em sua maioria, por jovens estudantes e idealistas, dispostos a grandes sacrifícios em prol de justiça social e com muito a contribuir socialmente. O caso que trataremos aqui demonstra que os agentes da ditadura tinham poucos escrúpulos em suas investigações, pois trata-se de um episódio de grande violência infringida contra pessoas que não tinham relações orgânicas com os movimentos de luta

5 Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. p. 22. Cf. Também: L. Cardoso, *Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)*.

6 *Idem*, p. 23.

7 *Idem*, p. 22. Cf também: M. Joffily, *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*.

armada. A única aluna da EPM que realmente era ligada ao Molipo era Márcia Aparecida do Amaral, presa em fevereiro de 1972.

A EPM teve estudantes perseguidos e presos desde 1964, conforme pode-se observar nas outras partes deste relatório. No ano de 1972 houve um grande número de prisões, mais de uma dezena de estudantes da Escola foram detidos. Nenhum destes estudantes tinha qualquer atuação na luta armada e mesmo assim foram torturados. Os agentes queriam encontrar informações sobre o Molipo, e souberam que o jornal *Imprensa Popular*, que divulgava as ideias do movimento, havia circulado na Escola. Dentre os movimentos de caráter revolucionário que se formaram em oposição à ditadura brasileira, o Molipo destacou-se pela grande intensidade de violência usada pelos aparelhos da ditadura ao combatê-lo⁸. O movimento surgiu exatamente após o AI-5, quando a barbárie foi admitida no Brasil como uma política de governo. Foi uma organização de curta duração e boa parte de seus integrantes foi assassinada. Os agentes da ditadura entendiam que os integrantes do Molipo deveriam ser executados a qualquer custo⁹.

O Molipo é resultado de uma dissidência da Ação Libertadora Nacional (ALN). Para seus integrantes, a ALN havia se tornado uma organização demasiadamente militar, perdendo assim o contato com as massas. Formado em 1971, o novo movimento reivindicava um retorno aos ideais de Carlos Marighella, que havia sido morto pelo regime em 1969¹⁰.

Marighella fora expulso do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1967, quando decidiu ir a Cuba para participar da conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas)¹¹. Na Ilha, ele aprofundou suas reflexões sobre as necessidades e possibilidades da luta armada no Brasil. Ao retornar, ele criou o Agrupamento Comunista, que pouco tempo depois tornou-se a ALN¹². A ligação de Marighella e

8 D. Rollemberg, *O Apoio de Cuba à Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, p. 46. Ver também: M. Godoy, *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar*, p. 283.

9 Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória... op. cit.*, 2007. 479. p. 34.

10 *Idem*, p. 34.

11 J. R. Sales, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, p. 61.

12 *Idem*, p. 65.

da ALN com Cuba é importante, especialmente para o entendimento do Molipo, pois a visão que se tinha dessa organização, tanto para os militantes da esquerda quanto para os agentes do regime, está diretamente ligada ao apoio cubano aos grupos de caráter revolucionário do Brasil.

A partir de 1967, o apoio de Cuba, com o oferecimento de treinamento em guerrilha à luta armada brasileira, ocorreu por intermédio de Marighella. Assim, militantes de organizações brasileiras de caráter revolucionário chegavam a Cuba e agrupavam-se para treinamento. Apesar de haver militantes de outras organizações brasileiras nos grupos de treinamento em Cuba, a ALN destacou-se por ser a organização que mais enviou membros e os grupos ficaram conhecidos como “Exércitos da ALN”¹³.

O primeiro grupo a se reunir em Cuba, I Exército da ALN, foi composto por 16 pessoas e recebeu treinamento de setembro de 1967 até julho de 1968. A segunda turma iniciou em julho de 1968, ficando até meados de 1969 e contou com trinta militantes¹⁴. Ao todo quatro grupos fizeram o treinamento e o que nos interessa aqui é o terceiro.

O III Exército da ALN contou com 33 militantes, dentre eles algumas lideranças importantes no movimento estudantil de 1968. Seu treinamento começou em maio de 1970 e terminou no mês de dezembro do mesmo ano. Em 1970 a ALN já não dispunha da liderança de Marighella. Joaquim Câmara Ferreira, que substituíra Marighella na direção do movimento, fora assassinado pela repressão em outubro de 1970, quando o III Exército ainda estava em treinamento. daquelas trinta e três pessoas, vinte e seis romperam com a ALN enquanto ainda estavam na Ilha. A estas 26 pessoas juntaram-se mais dois militantes, Carlos Eduardo Pires Fleury e Jeová Assis Gomes, que haviam sido banidos do Brasil em junho de 1970. Assim, formou-se o que ficou conhecido como o Grupo dos 28 ou o Grupo da Ilha¹⁵.

13 D. Rollemberg, *op. cit.*, p. 35.

14 *Idem*, p. 35.

15 Na documentação produzida pelos órgãos de repressão sobre o ‘Grupo da Ilha’, ver: São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Divisão de Ordem Política e Social. Setor de Análise, Operações e Informações. *Cursos Realizados em Cuba*. p. 209. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Acervo DOPS. Pasta SOI 962. A partir da página 173.

Uma questão importante a ser considerada é que havia a intenção do serviço secreto de Cuba em atuar mais diretamente nas ações armadas dos movimentos revolucionários brasileiros, o que havia sido vetado veementemente por Marighella em vista de assegurar a soberania brasileira¹⁶. A situação do Comandante Raul ilustra as intenções cubanas. O militante de codinome Raul participou do treinamento do II Exército e foi artificialmente colocado, pelo serviço secreto de Cuba, na posição de comando da luta armada no Brasil. A nomeação de Raul ocorreu enquanto ele ainda estava na ilha, mas quando chegou ao Brasil não foi aceito como líder pela militância. “Marighella teria ficado revoltado com a designação e decidido não enviar mais ninguém para o treinamento, mas logo em seguida morreu”¹⁷.

O III Exército iniciou o treinamento em Cuba seis meses depois da morte de Marighella pela repressão. Assim, é bastante provável que os 28 que romperam com a ALN tenham se aproximado do serviço secreto cubano mais do que os outros grupos de treinamento. Antes de sua morte, Joaquim Câmara Ferreira havia enviado uma carta para Cuba pedindo que o grupo retornasse ao Brasil. A carta deveria ser entregue ao militante da ALN Ricardo Zarattini, que organizaria o retorno do III Exército. Zarattini, por sua vez, havia alterado a sua percepção em relação à necessidade de o grupo voltar ao Brasil. Seria um erro o retorno devido ao aumento da violência repressiva e às quedas sucessivas que a ALN sofria naquele momento. Ele já estava organizando um esquema para que o grupo passasse um tempo de experiência na Coreia do Norte, Vietnã ou Guiné. Sabendo que os planos de Zarattini haviam mudado, o serviço secreto cubano não entregou a carta de Câmara para ele e discutiram a situação com o grupo do III Exército. Esta situação levou a maior parte do grupo a romper com Zarattini e planejar o retorno de forma independente da organização. Com apoio da inteligência de Cuba, o Grupo dos 28 entrou no Brasil sem que a ALN fosse contatada¹⁸. É importante ressaltar que o III Exército da ALN não era composto somente de 28 militantes. A ideia de que havia um Grupo dos 28 remonta à prisão de Aylton Adalberto Mortati. Preso em 4 de novembro de 1970, em um aparelho na Vila Prudente,

16 D. Rollemberg, *op. cit.*, p. 60.

17 *Idem*, p. 43.

18 M. Godoy, *op. cit.*, p. 283.

Aylton possuía informações em um caderno sobre alguns militantes que estiveram com ele em Cuba, e assim a repressão pôde mapear e procurar os militantes restantes, conforme relatado em informe do II Exército¹⁹. Somente seis desses dissidentes foram reconhecidos em um primeiro momento, pois constantemente modificavam seus codinomes para despistar a repressão. Os seis haviam regressado no meio do ano. Eles eram: Aylton Adalberto Mortati, José Roberto Arantes de Almeida, Francisco José de Oliveira, Flávio de Carvalho Molina, Maria Augusta Thomaz, Natanael de Moura Girardi. Na frente de cada nome estava a situação em que se encontrava: preso, foragido ou morto. Nos nomes de José Roberto, Francisco José e Flávio Molina há uma cruz, indicando que o militante listado já estava morto²⁰.

No Brasil, a ideia dos militares sobre aqueles que faziam cursos de guerrilha no exterior era de que eles estavam mais bem preparados para realizar a luta armada e isso era amplificado em relação ao Grupo dos 28²¹. No início de 1971, o grupo começou a retornar, com a intenção de fortalecer o contato com as massas e intensificar a tendência do Foquismo, inspirado na Revolução Cubana, que visava à tomada do poder por meio da luta armada no campo²². Nesse momento, a ALN enfrentava tensão entre a Frente de Massas em São Paulo, que tinha presença no meio estudantil, e o Grupo Tático Armado (GTA), que cuidava das ações armadas. A discussão girava em torno de uma reformulação da linha de pensamento seguida entre 1969 e 1970.

A formação do Molipo deu-se, principalmente, com a associação entre o Grupo dos 28 e a Frente de Massas. O rompimento definitivo

19 Brasil. Ministério da Aeronáutica. Gabinete do Ministro. Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica. *ALN (Dissidência)*. São Paulo: 30 dez 1971. 5f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. IN: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Divisão de Ordem Política e Social. Setor de Análise, Operações e Informações. *Sem Título*. p. 504. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. p. 486.

20 *Idem*, p. 488

21 D. Rollemberg, *op. cit.*, p. 48. Ver também: SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Pasta Número 104 (Continuação da Pasta 36): Cursos Realizados em Países [SIC] Comunistas*. São Paulo: 1977. 6f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. SOI 1029.

22 J. R. Laque, *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*, p. 447-449.

com a ALN e a formação do Molipo aconteceu em setembro de 1971²³. Entre as propostas do novo grupo estava a “reorientação das ações executadas na cidade, no sentido de se criarem ‘comandos estudantis’ para atuarem, tanto no plano militar quanto no político, mais voltados para a luta concreta desses setores”²⁴. Depois de algum tempo o Molipo começou a editar o jornal *Imprensa Popular* e folhetos para setores específicos, como o *Guerrilha Operária*²⁵. As publicações propunham uma luta mais concreta, com a participação mais ativa do operariado e dos estudantes e denunciavam a manipulação das informações e notícias por parte da imprensa, considerada apoiadora do regime militar²⁶. O *Imprensa Popular*, direcionado ao setor estudantil, era redigido principalmente por Antônio Benetazzo, militante que sofreu uma execução bastante dramática pelos agentes da ditadura²⁷.

O aparelho repressivo havia passado por um reajuste no final de 1970, a repressão tornou-se “mais efetiva e trouxe a definição de que tipo de prisioneiro deveria morrer”²⁸. O Molipo surgiu logo após esta reorganização e as primeiras baixas do movimento ocorreram já em novembro de 1971, como já foi mencionado. Foram executados inicialmente José Roberto Arantes de Almeida, Aylton Adalberto Mortati, Francisco José de Oliveira e Flávio de Carvalho Molina. O forte líder na militância Carlos Eduardo Pires Fleury, o Fleuryzinho, foi encontrado morto dentro de um carro, em dezembro do mesmo ano. No começo de 1972, mais integrantes foram mortos: Hiroaki Torigoe, Ruy Carlos Vieira Berbert, Jeová Assis Gomes, Frederico Eduardo Mayr, Alexander José Ibsen Voerões, Lauriberto José Reyes e Arno Preis²⁹. Nos documentos oficiais, estas mortes aparecem como suicídios ou como

23 M. Godoy, *op. cit.*, p. 286.

24 Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória e à Verdade*, p. 34.

25 Brasil: Nunca Mais, *Relatório Projeto Brasil Nunca Mais: Tomo III - Perfil dos Atingidos*. p. 92.

26 No Processo BNM 668/72 há alguns exemplares do jornal *Imprensa Popular*, recolhidos na prisão dos estudantes da EPM, então acusados de serem militantes da organização. Para consulta aos mesmos verificar o site *Brasil: Nunca Mais Digital*.

27 M. Godoy, *op. cit.*, p. 300.

28 *Idem*, p. 279.

29 Centro de Documentação Eremias Delizoicov, Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. *Jeová Assis Gomes*.

decorrência de troca de tiros com a polícia³⁰. Outro militante do Molipo que desapareceu nesse período foi Boanerges de Souza Massa, em data e circunstâncias desconhecidas³¹.

No princípio de 1972, a organização já havia acumulado muitas baixas e já tinha pouca capacidade de atuação. Os integrantes que restavam dividiram-se entre São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás. No norte de Goiás, a intenção era implantar entre os camponeses um trabalho estratégico³². Ao que parece, desde o início de 1972 a organização esteve mais voltada à preservação do pouco que restou da formação do grupo. Novas execuções ocorreram em outubro do mesmo ano, com as mortes de Antonio Benetazzo³³ e João Carlos Cavalcanti Reis³⁴. Em maio de 1973, o casal Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz foi assassinado no casebre em que viviam no município de Rio Verde, Goiás³⁵. Depois desse acontecimento, não se teve mais notícias da existência do Molipo, sabendo-se que 18 pessoas, do Grupo dos 28, que foram treinadas na ilha, foram assassinadas pela repressão³⁶.

Como já foi dito, o início das ações do Molipo deu-se quando as execuções e as torturas estavam muito bem organizadas pelos órgãos de repressão. Os assassinatos eram teatralizados para parecerem acidentes ou conflitos em que os agentes eram obrigados a matar. E a ditadura tinha meios de fazer com que a imprensa divulgasse sua versão³⁷. Além disso, os agentes tinham critérios para escolher quem deveriam matar e quem deveriam torturar. Havia três grandes categorias de suspeitos, sendo a mais importante aquela composta pelos que participavam ativamente da luta armada, depois aqueles que serviam

30 Brasil: Nunca Mais, *Relatório Projeto Brasil Nunca Mais: Tomo III - Perfil dos Atingidos* p. 92. e J. R. Laque, *op. cit.* p. 447-449.

31 Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória e à Verdade*, p. 303-304.

32 Brasil: Nunca Mais. *Relatório Projeto Brasil Nunca Mais*, p. 92.

33 Centro de Documentação Eremias Delizoicov, Dossiê Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil. *Antônio Benetazzo*.

34 Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória e à Verdade*, p. 316.

35 *Idem*, p. 342.

36 Brasil: Nunca Mais, *Relatório Projeto Brasil Nunca Mais*, p. 93.

37 M. Godoy, *op. cit.*, p. 297.

de apoio aos grupos³⁸. Mas também havia a categoria dos simpatizantes, aqueles que simplesmente compartilhavam dos ideais das organizações clandestinas. Cabe aqui um questionamento moral sobre os limites da violência dos agentes e talvez isso nos leve a pensar sobre até que ponto ela chegava em relação a esta última categoria. O que se evidencia na leitura da documentação, e nos depoimentos recolhidos, é que se uma pessoa fosse pega pelos agentes com jornais que expressassem ideias comunistas no início da década de 1970, ela corria sérios riscos de ser torturada caso os agentes considerassem ser necessário. O caso ocorrido em agosto de 1972 na EPM, quando onze alunos foram presos, remete-nos exatamente à questão.

Na EPM, os estudantes que se interessavam por política e buscavam desenvolver alguma reflexão reuniam-se no Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB); alguns deles produziam o jornal *O Barretinho*. O CAPB não ficava no mesmo prédio em que ocorriam as aulas, de modo que não contava com grande circulação de estudantes. Ines Miney, uma das pessoas presas na ocasião, contou em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML) que os integrantes do CAPB faziam diversos eventos para a aproximação da comunidade estudantil, mas tinham pouco sucesso³⁹.

Já Gilberto Natalini, outro dos presos da EPM, contou à CVML que sua prisão em 1972 ocorreu em razão de um exemplar do jornal *Imprensa Popular* encontrado pelos agentes da repressão com um militante do PCB no Estado do Mato Grosso⁴⁰. Esse militante havia estado em São Paulo e recebera o jornal de Natalini. No Mato Grosso, o militante foi preso e contou quem lhe havia dado o jornal, possivelmente por meio de intimidação e tortura. Com essa informação, os agentes de São Paulo passaram a investigar Gilberto Natalini e o fotografaram em diversos lugares frequentados por ele diariamente. Após algum tempo de investigação, os agentes prenderam Natalini, em 9 agosto de 1972, segundo documentos do DOPS⁴¹.

Os exemplares do jornal *Imprensa Popular* chegaram aos estudantes da EPM por meio de Paulo Antunes Horta, que também

38 *Idem*, p. 279.

39 I. Miney, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 jul. 2015.

40 G. T. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013.

41 Brasil, Ministério do Exército. II Exército. *Sem título*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (30Z-163-470).

frequentava o CAPB. Paulo tinha dois irmãos que militavam em organizações clandestinas, Celso Antunes Horta, que era integrante da ALN, e Maria Aparecida Antunes Horta, que militava no Molipo. Cida Horta estudara no curso de Letras, na Universidade de São Paulo, e contribuía para a redação, produção e distribuição do jornal do Molipo⁴². Paulo Horta passou a se interessar mais por política na graduação e tanto o jornal do Molipo quanto o *Venceremos*, da ALN, chegaram aos estudantes da EPM por meio dele⁴³. O *Imprensa Popular* buscava evidenciar as contradições do regime militar e do capitalismo. A tendência do discurso era de aproximação entre estudantes e operários e de incentivo à entrada de universitários na luta contra a ditadura⁴⁴.

Dois dos estudantes que foram presos na ocasião, Ines Miney e José Teles, já haviam sido presos anteriormente pela posse de jornais. Eles faziam parte da diretoria do CAPB e os agentes descobriram que Ines guardava jornais da União Estadual dos Estudantes (UEE) em sua estante. Nessa ocasião eles não foram torturados, mas sofreram forte intimidação. Eles foram capturados sem o conhecimento dos familiares e sem qualquer registro oficial. Depois de soltos, foram obrigados a se afastar do CAPB, pois deveriam comparecer ao DOPS periodicamente para assinarem alguns papéis, uma maneira de deixá-los sob vigília.

Em depoimento à CVML, José Teles contou que percebeu que havia algo errado quando alguns colegas de turma começaram a sumir⁴⁵. Primeiro foi Natalini, depois Paulo Horta e Walter do Nascimento. As pessoas eram simplesmente sequestradas, e só quem conhecia a atuação dos agentes desconfiava que pudessem ter sido presas. Segundo Ines Miney, a avó de Natalini havia perguntado por ele a alguns colegas da faculdade. Ela dissera que alguns homens o levaram de um ponto de ônibus, às 7 horas da manhã. Na EPM, em razão dessa informação, os colegas desconfiaram que Natalini havia sido preso. Assim, os estudantes Lucílio da Silva Filho, José Augusto de Oliveira (Zé Galinha), José Gilberto Merussi di Santis (Zezito), Dirceu Diniz e Antônio Luiz Caldas Júnior decidiram ir até a casa dele para retirar

42 M. A. A. Horta, *Entrevista à CVML/Unifesp*, 15 dez. 2015.

43 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

44 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Auto de Apreensão*. São Paulo: 1972. 2356 f. f. 514 Ver também: Brasil: Nunca Mais, Processo BNM_668.

45 J. T. Claro, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 23 set. 2015.

de lá qualquer material que pudesse ser considerado subversivo pelos agentes.

Em depoimento dado à CVML, Lucílio da Silva Filho relatou que entre o material coletado na casa de Gilberto Natalini estavam algumas edições do jornal *O Barretinho* e o livro *Guerra de Guerrilhas*, escrito e autografado pelo Che Guevara. Após esse episódio, os cinco passaram a ser seguidos e observados. Como foram vigiados por mais de uma semana, Lucílio percebeu que poderia ser preso e pediu que uma de suas irmãs guardasse materiais seus que poderiam ser taxados de subversivos e deixou todos os seus documentos separados para o caso de ocorrer o que previa. Alguns dias depois, os policiais apareceram em sua casa junto com Gilberto e o levaram preso. De lá, seguiram até o bairro da Lapa, para capturar o colega José Augusto. Os três foram conduzidos para a Operação Bandeirante (Oban)⁴⁶.

Antonio Luiz Caldas Júnior também desconfiou, depois do desaparecimento de Natalini, que algo estava errado e que poderiam vir atrás dele, por isso tentou retornar a Santos, para ficar com a família, mas não teve tempo:

Preparei minha mala e estava para sair às 18h quando bateram na porta. (...) Gelei. (...) Mandaram todo mundo sentar e ficar quieto, se não, atirariam em todo mundo. Talvez pela fama da república, ali era como o quartel general da subversão. Levaram-me e o Teles, o resto ficou lá, sem palavras. Enquanto isso, outra equipe recolheu o Paulo Horta e o Walter Nascimento. (...) O Paulo Horta tinha um irmão que era preso político e uma irmã foragida, sendo que ela era do Molipo. Essa história de que nós somos do Molipo era porque quem tinha ido na casa do Gilberto era o Paulo (...). No dia seguinte prenderam o Zézito, o Dirceu, o Lucílio e o Zé Galinha só foi preso dias depois. O DOI achou que eles, presos depois, eram os subversivos e que nós tínhamos sido presos por algum engano. O Paulo sofreu mais, porque ele era o mais importante para o DOI-CODI, por causa da família. (...) Depois de um tempo perceberam que não havia uma célula

46 L. da S. Filho, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 set. 2015.

comunista ligada à luta armada na Escola Paulista de Medicina e nos soltaram. Entretanto nossa república era vigiada e percebíamos que algumas vezes paravam carros estranhos lá na frente, uma forma de fazer pressão nos estudantes⁴⁷.

Natalini contou em depoimento que foi recebido no DOI-CODI pelo então coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, e passou por interrogatórios e intimidações⁴⁸. No final, ele conseguiu convencer Ustra que encontrara o jornal em um dos banheiros da EPM, mas que não tinha nada a ver com a situação. Ustra liberou Natalini e mandou que os agentes o levassem até a sua casa. Todo o material de conteúdo comunista que o estudante guardava no local deveria ser apreendido.

Ao chegar à sua residência junto com os agentes, o estudante foi pegar o material em seu quarto de estudos, mas não encontrou nada, já que os colegas haviam recolhido o material e levado para casa de outros parentes de Natalini, com medo de que pudessem incriminá-lo. O estudante perguntou para sua avó, na frente dos agentes, onde estavam as suas coisas. Ela não tinha muita ideia do que estava acontecendo e disse que seus amigos tinham pegado o material, porque era perigoso mantê-lo na casa. A partir de então o estudante começou a apanhar brutalmente. A violência dos agentes foi tão gratuita, como parecia ser de costume, que mesmo os familiares sofreram agressões físicas. A partir daí começou a perseguição que, por meio de intimidação e tortura, levou rapidamente à prisão de mais dez estudantes da EPM em 1972. Um a um os estudantes foram sumindo. Em documentos do DOPS que mostram as fotos e as datas das prisões, é possível verificar que Walter do Nascimento e Paulo Antunes Horta foram presos no dia 11 de agosto de 1972, dois dias depois da prisão de Natalini⁴⁹. Cabe ressaltar, porém, que a documentação do DOPS não é confiável, pois há vários casos de pessoas que foram presas por meses antes de terem sua prisão legalizada, como foi o caso de Márcia Aparecida do Amaral, também do Molipo⁵⁰.

47 A. L. Caldas Jr., *Depoimento à CVML*, 26 mai. 2015.

48 G. T. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013.

49 Brasil, Ministério do Exército. II Exército. *Sem título*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (30Z-163-470).

50 Ver: Biografia de Márcia Aparecida do Amaral.

Ines Miney contou que os agentes do DOI-CODI foram até a EPM para buscar os registros que continham as fotos de todos os estudantes⁵¹. Tutelados pelo Estado, os agentes tinham alto poder de intimidação após o Ato Institucional n. 5, inclusive com relação às instituições acadêmicas⁵². Não havia limites para o seu poder de coação, desde que os presos ajudassem a alcançar seus objetivos. No caso de que tratamos aqui, o objetivo das ações era o assassinato dos integrantes do Molipo.

Os agentes conseguiram os documentos de registro dos alunos e levaram até a avó de Natalini para que ela reconhecesse os alunos que recolheram o material de organizações clandestinas da sua casa. E obviamente que ela não teve escolha entre fazer ou não o que pediam. A polícia, que foi militarizada pela ditadura e imbuída da ideia de que havia um inimigo interno a derrotar, parecia acreditar que estava em estado de guerra, onde certas regras sociais e os escrúpulos são deixadas de lado.

Seria difícil ter alguma ideia de quantas pessoas foram intimidadadas e assediadas pelos agentes no episódio de agosto de 1972 na EPM. Nesse período da ditadura, a repressão tinha grande controle das informações, de modo que tudo era feito para que os excessos de violência dos agentes tivessem caráter de legalidade. Como já foi dito, os próprios assassinatos dos integrantes do Molipo foram teatralizados para se passarem por tiroteios e acidentes, como é possível perceber neste trecho do livro *A Casa da Vovó*:

De novembro de 1971 a outubro de 1972 o grupo seria massacrado. Uma série de prisões ia levar a uma espiral da qual poucos escapariam. Muitos tiveram sua morte enenada pelo DOI. Foram “atropelados” ou “baleados em tiroteios” com o propósito de encobrir assassinatos. O teatro era um método⁵³.

Cássia Maria Luperni, casada com Paulo Antunes Horta à época, e também presa no episódio de 1972 na EPM, relembra:

51 I. Miney, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 jul. 2015.

52 R. P. S. Motta, *op. cit.*, p. 16.

53 M. Godoy, *op. cit.*, p. 300.

(...) nos levaram para a Operação Bandeirante. Lá, o Paulo Horta foi encaminhado para uma cela, onde ele foi barbaramente torturado e me levaram para outra cela, onde a tortura era principalmente psicológica. (...) Eles queriam me levar para a sala onde tinha eletrochoque e outras formas de tortura bem agressivas e desumanas. Mas eu fiquei nessa cela, e uma das coisas que me chamaram a atenção é que eles trouxeram uma mulher que tinha uma fratura de fêmur e ela estava grávida. E eles falavam assim para mim: ‘está vendo? Não é porque você está grávida que você está isenta da tortura’. Ela sofreu violência mesmo estando grávida, e essa fratura no fêmur foi devido a um chute, bem agressivo⁵⁴.

Dentre as inúmeras práticas de coação exercidas pelo regime militar no episódio da prisão dos estudantes da EPM, Lucílio relatou que uma determinada noite levaram-no, juntamente com seus colegas de cela e alunos da EPM, Paulo Antunes Horta, Gilberto Natalini, José Teles Claro, Antonio Luiz Caldas Junior, José Augusto, José Gilberto Merussi di Santis, Dirceu Diniz, Walter do Nascimento e mais dois parentes de Paulo Horta para uma sala e lhes disseram que era a Noite de São Bartolomeu. Eles ficaram de pé, separados uns dos outros e sem poder se comunicar, virados de frente para a parede. Os investigadores riam deles, falavam grosserias, abriam armários cheios de armas e ameaçavam fuzilar todos eles. Um dos policiais pediu a Lucílio que tirasse o blusão da EPM que vestia e informou-lhe que ele seria o primeiro a morrer. Encostou uma arma em seu peito e disparou, mas o revólver estava descarregado. Em seguida, o investigador colocou a pistola na cabeça de José Augusto e procedeu do mesmo modo⁵⁵.

Nos relatórios de inquéritos policiais produzidos pelos órgãos de repressão, a intenção de apagar os registros de abuso e legitimar as ações dos agentes é bastante clara. No documento que foi produzido no DOPS para relatar o inquérito do caso da EPM em 1972, é possível ter uma ideia da liberdade que o regime tinha para contar a história da maneira mais conveniente, sem nenhuma preocupação com conceitos

54 C. M. Luperni, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 jan. 2016.

55 L. da S. Filho, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 set. 2015.

de verdade ou de justiça⁵⁶. Segundo um documento de 18 de agosto de 1972, também do DOPS, em que constam as fichas individuais de alguns presos, é possível fazer a contagem e concluir que pelo menos 18 pessoas foram presas no caso⁵⁷. Conclui-se isso ao acrescentar os nomes de pessoas que sabemos que foram presas e não estão na lista. Porém, na produção do relatório de inquérito policial, no mês de novembro, apenas cinco pessoas aparecem como indiciadas. Alguns nomes da lista anterior são citados, mas apenas como testemunhas. O que aconteceu de fato é que estas foram capturadas, além de sofrerem agressões físicas e intimidações por assédio moral.

Ademais, na ficha individual de cada um dos 11 alunos, os agentes colocaram em letras garrafais: “Preso pelo DOI, em 20/08/72, Membro do Movimento de Libertação Popular – Molipo”⁵⁸. Não sabemos o motivo de os agentes colocarem o dia 20 como data da prisão, mas a leitura da documentação permite afirmar que na fase policial de elaboração dos inquéritos nem mesmo a Justiça Militar era comunicada sobre as detenções efetuadas pelos órgãos de segurança, o que explica o fato de que as datas indicadas no que eles chamavam de “interrogatórios preliminares” não correspondiam ao verdadeiro dia da prisão⁵⁹. Gilberto Natalini é um dos estudantes que foram presos e o registro de prisão não consta no relatório de inquérito policial. Ele contou que José Augusto de Oliveira foi o que mais apanhou⁶⁰. Por causa de seu apelido, Zé Galinha, ele foi confundido com outra pessoa que estava sendo procurada pelos agentes. Dos onze estudantes da EPM, oito tiveram suas prisões omitidas no relatório de inquérito, mas ficaram presos por cerca de uma semana. Quando estes oito foram liberados, ainda ficaram presos Paulo Antunes Horta, Walter do Nascimento e Gilberto Natalini. Segundo Natalini, a tortura ficou mais forte depois da liberação dos outros oito. Além dos três estudantes da EPM, aparecem também na lista de indiciados do relatório de inquérito policial os

56 Brasil, Ministério do Exército. II Exército. *Relatório de Inquérito*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP_ACE_8885_81).

57 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Ficha individual e seus anexos*. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (50-Z-9-25357).

58 Arquidiocese de São Paulo, *Brasil Nunca Mais: Um relato para a História*. p. 513.

59 *Idem*, p. 204.

60 G. T. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013.

nomes de Heloísa da Silva Bernardes, Maria Marta Antunes da Silva e Maria Aparecida Antunes Horta, irmã de Paulo Horta conhecida com Cida Horta⁶¹.

Qualquer pessoa que pudesse dar informações que levassem ao extermínio dos membros do Molipo poderia ser capturada pelos agentes sem conhecimento da família. E eles não deviam explicações a ninguém, pois estavam tutelados pelo Estado e tinham como manipular as informações, tanto nos documentos jurídicos quanto na imprensa. Assim, eles prenderam aqueles que tiveram ligação com o jornal do Molipo na EPM, e também pessoas que faziam parte do círculo de amigos de Cida Horta. A prisão de Cida seria importante para a investigação, pois ela tinha grande proximidade com fortes lideranças do movimento. Os agentes possivelmente não sabiam, mas ela era companheira de Antonio Benetazzo (1941-1972)⁶². O que eles pareciam acreditar é que ela era uma amiga bastante próxima de Silvia Peroba Carneiro Pontes e a estava ajudando a se esconder.

Antonio Benetazzo foi um dos que participaram do treinamento no III Exército da ALN, em Cuba. Figura muito querida por todos, arquiteto, filósofo e artista plástico⁶³, Benetazzo é um exemplo bastante marcante do perfil das pessoas que estavam sendo perseguidas e assassinadas na época. Sua morte foi brutal; depois de o executarem, os agentes o jogaram debaixo de um caminhão para forjar um acidente⁶⁴.

Silvia, a amiga de Cida, não era uma dos 28 do Grupo da Ilha, mas os agentes entendiam que ela era líder do setor estudantil do Molipo, além disso, ela era acusada pela morte de um policial⁶⁵. Ela foi indiciada no Relatório de Inquérito Policial nº 09/72 – vol. 6, produzido em outubro de 1972, que trata de várias ações armadas atribuídas pelo

61 Brasil, Ministério do Exército. II Exército. *Relatório de Inquérito Policial nº 34/72*. São Paulo: 1972. 2 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP_ACE_8885_81).

62 M. A. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 15 dez. 2015. Ver também: M. Godoy, *op. cit.*, p. 316.

63 Recentemente sua obra foi objeto de exposição no Centro Cultural São Paulo e reunida em livro: R. Carneduto (Org.), *Antônio Bentazzo, permanências do sensível*.

64 M. Godoy, *op. cit.*, p. 305-314.

65 São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relatório de inquérito nº 9 / 72 – vol. 6*. São Paulo: 1972. 2373f. Brasil: Nunca Mais. BNM_o68. Ver também: M. Godoy, *op. cit.*, p. 290.

regime ao Molipo⁶⁶. No relatório também constam ações que foram atribuídas aos indiciados antes da formação do movimento, provavelmente quando ainda faziam parte da ALN. Uma das coisas que se nota ao ler o documento é a curta duração das ações do grupo. Segundo o próprio documento, as ações do Molipo tiveram início em setembro de 1971, e já no início de 1972 o movimento tinha pouca capacidade de atuação. No documento, a última ação atribuída à organização foi um assalto que ocorreu em maio de 1972. Antes disso, apenas duas ações ocorreram no mesmo ano, e uma delas é classificada apenas como “atos de vandalismo”⁶⁷.

O caso da EPM pode ser visto como exemplo do quão longe eles poderiam ir para a captura de determinados militantes. Segundo o texto do Relatório de Inquérito Policial nº 34/ 72, que trata do caso da EPM, de agosto de 1972, e sobre o qual sabe-se, por testemunhos das vítimas, que houve gravíssimos excessos, seu único fim era encontrar Silvia Peroba⁶⁸.

Prosseguindo na investigação para a localização da subversiva SILVIA PEROBA CARNEIRO PONTES os Órgãos de Segurança conseguiram chegar ao “aparelho” situado a Pça. Benedito Calixto, ocupado por Maria Aparecida Antunes Horta⁶⁹.

Se considerarmos os objetivos dos agentes, as prisões, intimidações e torturas ocorridas no caso da EPM não tiveram nenhum sucesso. Nada de relevante foi encontrado e eles não conseguiram capturar ninguém associado à luta armada contra o regime. Muito sofrimento foi causado aos estudantes e seus familiares, mas os agentes não precisavam se preocupar com questões éticas, pois como já foi dito, a legalidade de suas ações era garantida pelo aparelho da ditadura.

66 São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relatório de inquérito nº 9 / 72 – vol. 6*. 2356. São Paulo: 1972. fl. 2356. Brasil: Nunca Mais, BNM_068. p. 35.

67 *Idem*, fl. 2390.

68 Brasil, Ministério do Exército. II Exército. *Relatório de Inquérito Policial nº 34/ 72*. São Paulo: 1972. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP_ ACE_8885_81).

69 *Idem*, fl. 3

Os três estudantes da EPM que permaneceram presos depois da liberação dos outros oito foram barbaramente torturados. O objetivo dos agentes era obter informações sobre Cida Horta para chegar em Silvia Peroba. Walter do Nascimento contou, em depoimento à CMVL/Unifesp, que dentre as pessoas que foram presas e liberadas mais rapidamente, aquelas que conheciam Cida a avisaram da situação de sua iminente prisão e ela conseguiu fugir⁷⁰. Cássia Luperni, casada com Paulo Antunes Horta na ocasião, foi até a casa de Maria Aparecida avisar que Paulo estava preso⁷¹. Cida havia sido casada com Antonio Benetazzo e achou melhor deixar o país sem avisar a ninguém⁷².

Um episódio interessante é contado por diversos depoentes. De alguma maneira bastante astuta, o pai de Paulo Horta conseguiu que chegasse até ele, dentro do DOI-CODI, a informação de que sua irmã já havia fugido do apartamento onde morava, de modo que ele poderia entregar o endereço para os agentes. Estes chegaram ao apartamento de Cida Horta no dia 21 de agosto. Essa informação pôde ser obtida por meio de uma guia de recolhimento, onde consta uma lista de materiais apreendidos no apartamento de Cida Horta. Os três estudantes da EPM ainda presos, Natalini, Nascimento e Horta, foram transferidos do DOI-CODI para o DOPS alguns dias depois e lá permaneceram presos por quase um mês, com tratamento menos violento⁷³.

Todos os onze estudantes da EPM presos em agosto de 1972 tornaram-se médicas e médicos e trabalham há longos anos na profissão. Cida Horta morou em Cuba por cerca de sete anos, trabalhando como redatora e locutora na Rádio Havana Cuba em português. Quando retornou, em maio de 1979, dedicou-se à educação de jovens e adultos, além de exercer forte militância pela educação brasileira, que também fora muito prejudicada pelo regime militar. Sua militância deu-se em torno da educação popular. Um dos impactos do seu retorno foi a questão salarial, pois era “gritante a diferença entre o que era ser

70 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 jul. 2015.

71 C. M. Luperni, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 jan. 2016.

72 M. A. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 15 dez. 2015.

73 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Guia de Recolhimento*. São Paulo: 1972. 531 f Brasil Nunca Mais, BNM_668.

um professor de escola pública em 1972 e no que foi transformado em 1979, quando os salários tornaram-se aviltantes”⁷⁴.

Dois dos três estudantes que ficaram presos no DOI-CODI por mais tempo, Gilberto Natalini e Walter do Nascimento, iniciaram em 1976 um trabalho social que oferece consultas gratuitas à população do bairro do Cangaíba, na zona leste de São Paulo. O ambulatório do Cangaíba permanece em funcionamento até hoje e em sua fundação contou com outros estudantes que também se formaram na EPM, no final de 1975⁷⁵. Paulo Horta, por sua vez, levou seus conhecimentos e sua militância em Medicina Popular para municípios do interior de Goiás e São Paulo⁷⁶.

O regime militar brasileiro perseguiu, torturou e tirou a vida de muitas pessoas que estavam, de fato, compromissadas em diminuir as desigualdades sociais. Isto é para nós um fato evidente, independente dos projetos políticos que tais pessoas defendiam. A tortura de pessoas que não tinham qualquer relação com a luta armada é mais uma prova de que a violência foi banalizada pelos agentes do Estado. Nos anos que se seguiram ao AI-5, os setores da extrema direita do país ganharam mais poder de atuação. As reflexões e avaliações desse período, principalmente pelas instituições midiáticas, ainda se fazem necessárias, apesar de contarem com décadas de atraso. E a situação agrava-se quando tratamos de segurança pública.

As recentes pesquisas de Maria Pia Guerra demonstram, por meio de documentos, que a militarização ostensiva da polícia também se deu nesse período⁷⁷. Com isso queremos dizer que, ao aceitarmos que as ruas sejam patrulhadas por uma polícia militarizada, estamos aceitando algo que foi criado no período mais brutal e extremista da ditadura militar brasileira. Período orientado pelo ideário da Doutrina de Segurança Nacional, que tem como pressuposto a existência de inimigos compatriotas.

74 M. A. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 15 dez. 2015.

75 J. Patarra, *Médicos do Cangaíba*, p. 13.

76 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

77 Maria Pia dos Santos Lima Guerra: Consultora técnica do PNUD prestando serviços à Comissão de Anistia e à Comissão da Verdade da Democracia Mães de Maio. Pesquisadora-coordenadora da Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2014).

A prática de forjar tiroteios, com o fim de alegar legítima defesa e justificar mortes, é largamente usada entre policiais, e vem sendo divulgada por diversas mídias⁷⁸. Segundo dados expostos na 9ª edição do Anuário de Segurança Pública elaborado pela Organização não Governamental (ONG) Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 3.022 pessoas foram mortas por policiais, apenas no ano de 2014. Além disso, as recentes atuações da polícia militar em manifestações encabeçadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) demonstram claramente que a estrutura da polícia militar não está preparada para atuar em um regime democrático⁷⁹.

Entendemos que o período após o AI-5, quando as polícias foram imbuídas mais intensamente de uma ideologia extremista, além de serem incentivadas e acobertadas pelo Estado, foi crucial para o aparelhamento policial militar que observamos atualmente. O Brasil tem uma polícia internacionalmente famosa por sua violência. As sofisticadas torturas do início da década de 1970 e os teatros articulados pelo DOI-CODI para esconder assassinatos continuam até agora. A diferença é que os jovens brancos e universitários não estão mais na lista das vítimas preferenciais.

Referências bibliográficas

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais: Um relato para a História*. 15ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. 976 p. (v. 1)
- _____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Verdade e à Memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão. *Revolução e Democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 740 p. (v.3).
- FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar Nenhum: Militares e Civis na Ocultação dos Documentos da Ditadura*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- GASPARI, Élio. *As Ilusões Armadas: A Ditadura Escancarada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 560 p. (v. 2).
- GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. 2ª ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2015.

⁷⁸ R. Gomide; H. Corrêa, “Instrutores da PM do Rio ensinam a forjar tiroteios”.

⁷⁹ Fórum Brasileiro de Segurança Pública, *Anuário de Segurança Pública*, 2015.

- JOFFILY, M. *No centro da engrenagem – Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. R. J.: Arquivo Nacional; S. P.: Edusp, 2013
- LAQUE, João Roberto. *Pedro e os Lobos: os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- PATARRA Judith. *Médicos do Cangaíba*. São Paulo: Fenix, 2012.
- REIS, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução: Documentos das Organizações Clandestinas de Esquerda (1961-1971)*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- ROLLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba a Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- VENTURA, Zuenir. *1968: O Que Fizemos de Nós*. São Paulo: Editora Objetiva, 2014.

Periódicos

- GOMIDE, Raphael; CORRÊA, Hudson. Instrutores da PM do Rio ensinam a forjar tiros. *Revista Época*. out. 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/10/instrutores-da-pm-do-rio-ensinam-forjar-tiros.html>>. Acesso em janeiro 2016.

Entrevistas

- AMARAL, Márcia Aparecida do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 21 de maio de 2014.
- CALDAS, Antônio Luiz. *Depoimento à CVML*, 26 de maio de 2015.
- FILHO, Lucílio da Silva. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de setembro de 2015.
- HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 15 de dezembro de 2015.
- HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 02 de outubro de 2015.
- MINEY, Ines. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de julho de 2015.
- NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de julho de 2015.
- NATALINI, Gilberto Tanos. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013.
- LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 de janeiro de 2016.

II. Biografias

Outros olhares sobre o passado: as biografias, o trauma e a memória na história do tempo presente

VICTOR CALLARI

Ao fazer um balanço acerca da História do Tempo Presente durante um simpósio em 1992, René Rémond afirmou “a batalha está ganha e atualmente ninguém mais contesta sua situação de fato”¹. Essa afirmação, carregada de um estranho otimismo acerca do futuro da HTP não descartava o turbulento passado encontrado pelo campo em seu processo de consolidação. Maria Helena Capelato reconheceu as dificuldades enfrentadas nesse longo período até sua legitimação e em seu reconhecimento e aceitação por parte de historiadores e demais especialistas das humanidades, mas, assim como Rémond, defendeu que esse momento de ressalvas havia passado:

Nos dias atuais, a legitimidade desse campo é consensual. Historiadores e especialistas de outras áreas admitem que a história do tempo presente é construída a partir de bases científicas tão legítimas como as de outras áreas das humanidades².

No cerne das resistências ao avanço da HTP no ambiente acadêmico, estavam os fundamentos da noção de ciência tal qual consolidada no século XIX. Esses fundamentos ganharam materialidade em pelo menos duas grandes esferas de críticas, as de ordem epistemológica e as de ordem metodológica. Na primeira delas verificava-se a permanência de uma epistemologia da História muitas vezes chamada

1 R. Rémond, “Algumas questões gerais à guisa de introdução”, em M. de M. Ferreira & J. Amado (Org.), *Usos & abusos da História Oral*, p. 205.

2 M. H. R. Capelato, “Prefácio.” em R. S. Lapuente; R. Ganster & T. A. Orben (Org.), *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. p. 9.

de positivista, que privilegiava as fontes escritas e estava assentada no estudo do passado remoto como condição *Sine qua non* para a existência de um distanciamento temporal capaz de promover um estudo objetivo e, conseqüentemente, científico acerca do passado. Sobre essa questão, o historiador Carlos Fico afirma que

Inúmeros historiadores corroborariam o anseio objetivista, como Fustel de Coulanges, para o qual nosso olhar sobre o presente é sempre tendencioso por causa de interesses pessoais, preconceitos e paixões: “Compreendemos melhor os acontecimentos e revoluções dos quais nada temos a temer nem nada a esperar”, disse. Foi a rejeição do subjetivismo em favor da busca pelo historiador de uma pretensa neutralidade ou imparcialidade – a “*parfait indépendance de son esprit*”, longe das injunções políticas ou morais – que afastou a História do Tempo Presente da “esfera do conhecimento acadêmico rigoroso”³.

Por mais que os historiadores vinculados a revista dos *Annales* tenham se esforçado em trazer o presente, novamente, para a essência do conhecimento histórico e destacado que o diálogo entre o passado e presente é uma condição indispensável aos estudos históricos, a imposição do estruturalismo na década de 1960, em especial no campo das ciências humanas, conduziu os historiadores a privilegiarem novamente o passado remoto. Segundo Dosse:

O desenvolvimento da escola dos *Annales*, durante e após a Segunda Guerra Mundial, incitou o discurso do historiador para o estudo de permanências, de invariantes do modelo estrutural e para a longa duração, como o definiu Fernand Braudel. Os estudos históricos se voltaram fortemente para a análise dos períodos medievais e modernos, deixando de lado a história do tempo presente. Isto se acentuou ainda mais entre os anos 1950 e 1970, pelo fato de passarmos da história quase imóvel de Braudel

3 C. Fico, *História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro*, vol. 28, p.46.

à “história imóvel”, tal como definiu Emmanuel Le Roy Ladurie (1978). O resultado foi um longo eclipse do tempo presente, reduzido à insignificância⁴.

A segunda esfera de rejeição à HTP diz respeito aos seus procedimentos metodológicos. Criticava-se a dificuldade em determinar os eventos que marcariam seu início e seu final, tal qual a divisão tradicional da História que acabou por consagrar a queda do Império Romano, a Revolução Francesa, entre outros marcos da história europeia, como elementos definidores da temporalidade na história. Nesse sentido, o objeto do tempo presente não era claro. Os críticos destacavam também a ausência de arquivos tradicionais, muitas vezes tidos como os “celeiros da história”, ou as dificuldades encontradas diante dos enfrentamentos possíveis com o campo da memória, fruto do convívio com as testemunhas vivas que nem sempre seriam capazes de reconhecer suas memórias na historiografia, ou ainda, as leis de acesso à documentação que poderiam funcionar como um entrave para o desenvolvimento das pesquisas. Ainda segundo Fico:

Para algumas instituições, como o Arquivo Nacional, a abertura dos chamados “arquivos secretos” da ditadura militar conflitaria com o direito à privacidade, à proteção da imagem e da honra das vítimas, por vezes descritas naqueles documentos em situações degradantes. Tais fundos documentais, portanto, podem ser entendidos como “arquivos sensíveis”⁵.

Para além de todas as dificuldades, a História do Tempo presente se impôs diante dos desafios estabelecidos. O retorno da História Política, também proposto por Rémond, foi fundamental na superação das desconfianças de áreas consagradas dentro da História, da mesma forma a passagem para um novo regime de historicidade, tal qual percebido por François Hartog caracterizado, entre outras coisas, pela desconfiança em relação à hegemonia da História acerca do passado, passando a valorizar os testemunhos pessoais e a memória como

4 F. Dosse, *História do tempo presente e historiografia*, vol. 4, p.8-9.

5 C. Fico, *op. cit.*, p.44.

discursos concorrentes sobre esse mesmo passado também ajudam a explicar o avanço da HTP. Fora do cenário da historiografia, as grandes crises do século XX cumpriram um importante papel nesse processo, fosse pelo nazismo, pelas guerras coloniais, ou pelo declínio do comunismo, os historiadores foram convocados a refletirem sobre o século XX. De acordo com Marieta de Moraes Ferreira, os estudos acerca da HTP encontraram maior força na França, em especial após a Segunda Guerra Mundial, consolidando-se em 1978 com a criação do Institut d'Histoire du Temps Présent em Paris, sob a direção de François Bédarida⁶. Fora do cenário europeu, mais especificamente na América Latina, a HTP desempenhou um importante papel na consolidação dos novos regimes democráticos na medida em que revisitava o passado próximo e mantinha um diálogo aberto com as vítimas dos regimes autoritários. Nesse sentido, é possível também perceber o deslocamento da noção de trauma, até então centrada em áreas como a psicologia e a literatura para ocupar um papel de destaque nos estudos históricos e em especial aqueles relacionados ao Tempo Presente.

O trauma e as experiências traumáticas estão presentes em quase todas as linhas dos textos biográficos do Relatório da Comissão Nacional da Verdade Marcos Lindenberg, e ao revisitarem seu passado por meio das entrevistas concedidas, os homens e mulheres que narraram suas experiências, retornam a um passado traumático em que foram vítimas, não apenas da desconfiança de um Estado opressivo, mas em alguns casos de sua violência.

A presença de textos biográficos não pode ser entendida como uma inovação no campo dos estudos históricos. As biografias foram incrivelmente populares entre os séculos XVIII e XIX enquanto acreditou-se ser possível o entendimento do universal por meio do individual. Contudo, com o avanço do estruturalismo no século XX, as biografias passaram a ser tratadas como superficiais, incapazes de serem utilizadas sob a perspectiva de uma longa duração e explicar as profundas estruturas sociais e econômicas dos povos. A retomada de narrativas particulares na História e o conseqüente interesse pelas biografias, aquilo que Mary Del Priore chamou de “moda da biografia histórica”⁷, coincide com um momento da historiografia marcado por retornos

6 M. de M. Ferreira & J. Amado (Org.), *op. cit.*, p. 121.

7 M. Del Priore, *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*, vol.10, p.7.

e renovações, tal qual o retorno da narrativa, da história política, ou ainda a ascensão da nova história cultural e da micro-história⁸. Outros autores ainda preferem falar em um momento pós-moderno da historiografia, caracterizado pela “crítica aos macromodelos explicativos e suas teorias sociais globais, que se converte numa valorização das plurais e microações individuais, numa busca pela subjetividade dos sujeitos”⁹.

As dezenove biografias que compõem o presente relatório da Comissão Nacional da Verdade Marcos Lindenberg devem ser compreendidas não como narrativas de indivíduos modelares e cujo objetivo maior consiste na exaltação do caráter manifesto dos biografados nos passos das narrativas hagiográficas medievais ou mesmo das biografias “heroicas”¹⁰ produzidas desde a Antiguidade até a época Moderna, tampouco querem reforçar a já ultrapassada noção de verdade histórica por meio da ideia do testemunho de quem vivenciou os eventos. As narrativas biográficas e os depoimentos presentes nesse relatório constituem um apanhado de histórias individuais entrecruzadas no momento da ação repressiva do Estado brasileiro durante o período militar, cujo principal objetivo é reforçar a crença de que a História não é feita apenas por meio de categorias políticas, econômicas ou estruturais, mas também revelar a presença de agentes históricos que são pessoas comuns, lançando a luz sobre a vida e a atuação de médicos, estudantes e professores de forma a reforçar a dimensão humana da investigação acerca das violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura civil militar instaurada a partir de 1964.

Deixo aqui um agradecimento sincero a todos os companheiros que dedicaram seu tempo e esforço, e de alguma forma contribuíram

8 Esses movimentos tiveram como alguns de seus principais expoentes Lawrence Stone, René Rémond, Roger Chartier e Carlo Ginzburg.

9 L. B. da Conceição, “História e biografia: limites e possibilidades teóricas”, *Revista Cantareira*, 15^o edição.

10 A noção de narrativas heróicas é utilizada pelo historiador francês François Dosse para designar o conjunto de biografias produzidas entre a antiguidade e o período moderno, cujas principais características residiriam não na busca pela verdade, preocupação da história, mas na construção de modelos de virtude e caráter à serem conhecidos e propagados para as gerações seguintes, além de apresentarem uma linearidade temporal, alguns dos biógrafos destacados por Dosse são Plutarco, Suetônio, Maquiavel e Carlyle. F. Dosse, *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*.

com esse relatório, em especial aos que participaram das pesquisas biográficas a seguir. Boa leitura.

Referências bibliográficas

- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Prefácio. In: R. S. Lapuente; R. Ganster & T. A. Orben (Org.) *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.
- CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. História e biografia: limites e possibilidades teóricas. Rio de Janeiro, *Revista Cantareira*, 15^a edição, jul-dez, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v.10, n.19, jul-dez. 2009.
- DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. Florianópolis, v. 4, n. 1 p. 05 – 22, jan/jun. 2012.
- _____. *O Desafio Biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 28, n^o 47, p.43-59, jan/jun 2012.
- GANSTER, Rafael. ORBEN, Tiago Arcanjo (Org.) *Diálogos do tempo presente: historiografia e história*. Porto Alegre, RS, Editora Fi, 2017.
- RÉMOND, René. Algumas questões gerais à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Org.). *Usos & abusos da História Oral*. 5 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

1. Arthur Beltrame Ribeiro

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI E NATÁLIA MARINO
REDAÇÃO: MAYARA DE LARA

Arthur Beltrame Ribeiro, nasceu na cidade de São Paulo em 28 de abril de 1945. Filho de Azureide Beltrame Ribeiro e José Pereira Ribeiro, iniciou seus estudos em março de 1964, na Escola Paulista de Medicina (EPM).

No início de sua vida acadêmica não era uma pessoa politizada, mas a partir do segundo semestre do curso se aproximou do Centro Acadêmico da Escola Paulista de Medicina onde ocupou os cargos de tesoureiro, segundo vice-presidente, vice-presidente e presidente.

A primeira prisão de Arthur foi em 7 de setembro de 1966, no XIX Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) e que aconteceu na Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo¹. Nesse congresso os estudantes levantaram discussões sobre os problemas ocasionados pela ditadura militar que afetavam diretamente a vida dos alunos, como as prisões de professores, reitores e de discentes que lutavam pela verdadeira liberdade, as discussões levaram os estudantes a defender a bandeira da democracia².

Em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML), Arthur afirmou que existia na EPM uma esquerda independente, que na prática apoiava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e que existiu um pequeno núcleo do PCB, mas que não era muito ativo. Depois, a geração de Arthur formou uma nova célula do PCB, que era mais ativa, porque em 1967 ocorreu um novo Congresso da UEE, na cidade de Valinhos, e Arthur Beltrame foi representando a Escola, como um comunista.

Em 1967, Arthur decidiu se afastar do movimento estudantil e se dedicar à carreira médica, mas continuou a manter contatos ocasionais com seus colegas que ainda militavam no movimento.

1 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Pedido de Busca N: 315*.

2 A. Muller, “Violações de Direitos Humanos na Universidade”, p. 264.

Entre 1966 e 1967, dentro do PCB, foram realizadas diversas discussões com o intuito de avaliar e debater as causas do golpe de 1964. Surgiram críticas aos métodos e às estratégias do Partidão que sugeriam que as reformas fossem feitas de forma pacífica, através de uma aliança com a burguesia nacional. O resultado desse debate foi um racha dentro do Partido, e essas divergências internas contribuíram para a formação de um grupo oposicionista, a Corrente Revolucionária. Esse grupo não aglutinou todos os oposicionistas, surgiram dele diversas organizações de esquerda e dissidências armadas, como a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)³. Os colegas do movimento estudantil com quem Beltrame ainda mantinha contato, eram militantes do PCBR, cuja trajetória foi

[...] marcada pela tentativa de equacionar um problema que restou insolúvel no seu seio: a adaptação da estrutura partidária tradicional à luta armada, feita através da guerrilha, contra a ditadura militar⁴.

Em 1968 Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho fundaram o PCBR, e acreditavam que a guerra de guerrilhas era a forma mais adequada para o início de uma luta armada popular e para a criação de um exército revolucionário⁵.

Em 31 de julho de 1967 havia ocorrido em Cuba a conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), que indicava como estratégia mais adequada para a maioria dos países latino americanos a guerrilha e também criticava os caminhos políticos dos países comunistas. Essa conferência da OLAS foi uma tentativa de colocar Cuba como um centro revolucionário para o continente⁶. A proposta revolucionária do PCBR movimentava-se entre uma revolução por etapas e a ideia da revolução continental proclamada pelas OLAS.

Diferente da ALN, o PCBR acreditava ser necessário um “partido de vanguarda guiado pela teoria marxista-leninista” para o

3 J. R. Sales, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, p. 55-60, 75.

4 *Idem*, p. 77.

5 *Idem*, *loc. cit.*

6 *Idem*, p. 60-61.

desencadeamento da luta armada e o enfrentamento do imperialismo norte americano⁷.

O contato de Arthur Beltrame com o PCBR se deu em 1968, quando ele compareceu a uma reunião na casa de um professor da EPM, Celso Bianco⁸. Entre os temas abordados estava a formação de um núcleo do PCBR em São Paulo. Arthur saiu dessa reunião com certo receio, uma vez que ele não tinha a intenção de participar da luta armada, seu objetivo naquele momento era investir em sua carreira médica. Após essa reunião, Arthur recebeu um pedido para comprar um mimeógrafo que seria usado pelo partido, que acabou sendo comprado por ele e outros dois amigos. Esse foi o principal vínculo que Arthur Beltrame teve com o PCBR.

Em 1970, o PCBR realizou um assalto no Rio de Janeiro e todos os integrantes do grupo foram presos. Com a prisão do grupo, Arthur sabia que também acabaria preso. Na época ele era residente do Hospital São Paulo, e pediu ajuda, uma carona até o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para um professor da EPM. Arthur acreditou que essa era sua melhor opção, uma vez que existiam várias casas clandestinas de tortura, e de certa forma, se sentia mais seguro no DOPS⁹.

Arthur Beltrame afirma não ter sido torturado, dizendo ter tido sorte, pois existiram dois fatores durante sua chegada ao DOPS que contribuíram para isso. O primeiro foi a intervenção do professor e amigo Oswaldo Ramos que, ao descobrir que o médico do delegado Sérgio Fleury era Moacyr Prada Vilela, entrou em contato com o médico, que telefonou para o DOPS e pediu para Fleury não bater muito em Arthur, “porque ele era um bom menino.” O segundo fato ocorreu na hora em que o Arthur seria interrogado, um alarme tocou no DOPS anunciando que haviam acabado de encontrar Carlos Lamarca. Por esse motivo ele foi interrogado apenas no dia seguinte.

Por erro do carcereiro, Arthur Beltrame foi colocado na mesma cela que seus colegas e assim teve tempo de acertar o depoimento com os demais, e negou todas as acusações.

Arthur ficou preso por volta de 30 dias, sendo as primeiras duas semanas no DOPS, sendo depois mandado para o Presídio Tiradentes.

7 *Idem*, p. 78.

8 A. Beltrame, *Depoimento à CVML/Unifesp*.

9 *Idem*.

A saída de Arthur da prisão deu-se através da intervenção da família do seu amigo Rubens Belfort, que assumiu a responsabilidade por Arthur e um outro amigo que os dois tinham em comum, Erkki Larson, para que os dois fossem soltos. Depois de solto, passou 2 meses assinando ponto no DOPS.

Fontes

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Pedido de Busca N: 315*, São Paulo: 4 de dezembro de 1978. 3 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social (DEOPS), *Informações sobre a vida pregressa do indiciado*, 5 de fevereiro de 1970. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

BELTRAME, Arthur. Depoimento à CVML/Unifesp. 18 de dezembro de 2014.

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. 40. ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MULLER, Angélica. Violações de Direitos Humanos na Universidade. In BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso em: 19 de jun. de 2015.

SALES, Jean Rodrigues, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. (História do Povo Brasileiro).

SCHWARZ, Roberto, *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

2. Benedicto Arthur Sampaio

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI, HELOÍSA CATANI

MARIANI PAVONI MATIAS, MAYARA DE LARA

REDAÇÃO: MAYARA DE LARA

Benedicto Arthur Sampaio nasceu no estado de São Paulo, na cidade de Sampaio, em 26 de junho de 1925. Filho de Catarina Roccanelo Sampaio e Américo Oliveira Sampaio, formou-se médico psiquiatra na Escola Paulista de Medicina (EPM). Foi militante político ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e lutou contra a ditadura civil militar brasileira (1964-1985).

Dentro da EPM, Benedicto atuou na célula comunista da Escola, junto com seus amigos Abelardo Moreira, Daher Gattaz, Dalka Gattaz, entre outros, que realizaram no ano de 1958 ou 1960 um seminário sobre “o Momento político brasileiro”.

Benedicto era professor assistente de psiquiatria do professor Darcy Mendonça Ushoua e com o golpe militar, em 1964, foi afastado do seu cargo pela direção da Escola. A esposa de Benedicto afirma que a Escola era um centro de direita e que o marido não teve o apoio dos professores. Ela se recorda de apenas algumas pessoas solidárias a ele como Abelardo Moreira, Daher Gattaz e Dalka Gattaz¹.

Após seu afastamento, Benedicto seguiu trabalhando na Clínica da qual era sócio, a Clínica de Repouso Borda do Campo, localizada em Santo André. Sua clínica por muito tempo foi utilizada para o esquema de retirada de pessoas do Brasil até a Argentina. Regina Elza, militante da ALN, trabalhava na clínica e com a autonomia que tinha internou pessoas com falsos diagnósticos até que elas pudessem ser escoltadas para a Argentina².

Em 1953 Benedicto casou-se com Suzana Cruz Sampaio, que fazia parte da Juventude Universitária Católica (JUC). Os dois frequentavam

1 S. C. Sampaio, *Depoimento à CVML/Unifesp*.

2 R. E. Solitrenick, *Depoimento à CVML/Unifesp*.

reuniões em uma célula comunista do PCB e eram também amigos de Luiz Carlos Prestes, o líder do Partido Comunista Brasileiro.

Na década de 1960, o Partido Comunista Brasileiro defendia como estratégia uma reforma feita de forma pacífica, através da aliança com a burguesia nacional. Na opinião de alguns dirigentes, essa não era a melhor estratégia e, por isso, após o golpe de 1964, ocorreu um debate dentro do partido, ocasionando um racha³. Desse modo, surgiram as dissidências que optaram pela luta armada: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), entre outros⁴. Benedicto e Suzana nunca romperam com o PCB, mas apoiavam a luta armada e eram amigos íntimos de Carlos Marighella, líder da ALN.

Após o Ato Institucional n. 5 (AI-5), Benedicto mandou a esposa e suas crianças para a Escócia em dezembro de 1969. Na Europa, Suzana recebeu o apoio de Sebastião Baeta Henrique, um dos professores da EPM perseguido politicamente no Brasil, e de sua esposa Olga Baeta Henrique. Benedicto foi preso no dia 5 de janeiro de 1970⁵, permanecendo em custódia durante onze meses. Sua esposa afirma que ele não foi torturado por sua boa condição financeira. Dias depois de ser preso foi transferido do Departamento de Ordem e Política Social (DOPS), para o Presídio Tiradentes⁶. Na Europa, Suzana procurou ajuda da Anistia Internacional, que pressionou o governo brasileiro a libertar Benedicto, o que ocorreu em novembro de 1970. Depois de solto, Benedicto foi para Escócia encontrar sua família, e quando voltou em 1975 ficou preso por mais uma semana para prestar esclarecimentos sobre o motivo de sua viagem.

Benedicto voltou a trabalhar em sua clínica Borda do Campo até 1999, quando a prefeitura de Santo André decidiu pelo seu fechamento. Depois disso passou a trabalhar em seu consultório particular.

3 Arquidiocese de São Paulo. *Brasil: nunca mais: um relato para história*. p. 89.

4 J. R. Sales, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, p.75.

5 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Advocacia Criminal Pascoal Lisboa, *Processo n° 207/65*.

6 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Ficha Remissiva Benedicto Arthur Sampaio* (SN456).

Benedicto era conhecido também por sua paixão pela filosofia, da qual era um grande estudioso. No ano em que morreu trabalhava em uma tese sobre Hegel.

Fontes

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Advocacia Criminal Pascoal Lisboa Processo nº207/65*, 18 de novembro de 1970. 5 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Ficha Remissiva* Benedicto Arthur Sampaio (SN456). 5 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo SNI.

SAMPAIO, Suzana Cruz. Depoimento à CVML/Unifesp. 8 de abril de 2015.

SOLITRENICK, Regina Elza. Depoimento à CVML/Unifesp. (d.i.).

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais: um relato para história*. 40 ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CABRERA, Valéria. Fechamento da Clínica Borda do Campo é confirmado. *Diário do Grande ABC*, [s.l.], 8 out. 1999. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/224933/fechamento-da-clinica-borda-do-campo-e-confirmado>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

MULLER, Angélica. Violações de Direitos Humanos na Universidade. In BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório DA Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso em: 19 de jun. 2015.

SALES, Jean Rodrigues, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, São Paulo :Fundação Perseu Abramo, 2007. (História do Povo Brasileiro).

SCHWARZ, Roberto, *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

3. Cássia Maria Luperni

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: HELOÍSA CATANI MARIANI
PAVONI MATIAS E SHEILA MARQUES
REDAÇÃO: HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS

Filha de Antônio César Luperni e Ondina Santos Luperni, Cássia Maria Luperni passou a infância em sua cidade natal, Guaratinguetá (SP), onde conheceu Paulo Antunes Horta e seus familiares. Posteriormente, mudou-se para São José dos Campos (SP), pois pretendia frequentar o curso técnico de Enfermagem na Escola Dom Epaminondas, cujo ensino era ministrado por religiosas. O curso – em regime de internato – ocupava período integral, das 7h às 16h, e estipulava em torno de dez plantões para cada disciplina. Paulo, que se tornara seu noivo, estudava na Escola Paulista de Medicina (EPM). Ambos se casaram logo após Cássia terminar o curso de Enfermagem, em dezembro de 1971. Após o casamento, transferiram-se definitivamente para São Paulo, e em fevereiro de 1972 Cássia começou a trabalhar como técnica de Enfermagem no Hospital São Paulo (HSP). No mesmo mês, engravidou.

No hospital, trabalhou na unidade de Nefrologia, atendendo entre seus pacientes o Doutor Alceu, um desembargador que possivelmente a protegera – conforme suspeitava – no período em que esteve presa, e uma madre que, segundo rumores que ouvira, era irmã de Sérgio Paranhos Fleury, delegado titular da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo.

Em agosto de 1972, grávida de seis meses, foi presa juntamente com o marido pela Operação Bandeirante (Oban). Na época, segundo seu depoimento à CVML, ainda não compreendia a desigualdade social e não estava acostumada à realidade de São Paulo, pois no internato vivia em um mundo à parte. Paulo comentara com ela que Gilberto Natalini havia sido preso e que acreditava que a polícia pudesse vir atrás deles. Na mesma noite em que fizera tal observação, foram presos. Cássia estava dormindo e acordou com uma metralhadora na

cabeça. Ficou atônita com a invasão repentina e com a violência dos policiais. Chegando à Oban, percebeu que estava sob algum tipo de proteção, pois alguns militares não deixaram que fosse levada às salas de tortura, embora sofresse tortura psicológica durante todo o tempo em que havia ficado presa. Os militares trouxeram até sua cela uma moça grávida, com fratura de fêmur causada por um chute muito forte ou agressão similar, como forma de mostrar que não era porque Cássia estava grávida que não sofreria tortura. Em nenhum momento pôde ver seu marido, que ficou incomunicável por sessenta e quatro dias. Nessa mesma noite foi liberada, mas ficou sob escolta de dois policiais em sua casa até as seis horas da manhã do dia seguinte, quando um deles disse ao outro: “Vamos embora? Porque ela não conhece São Paulo direito, ela é muito novinha... A gente termina de dormir em casa e amanhã a gente volta.” Ao ver que eles haviam saído, Cássia foi pedir ajuda a duas primas de Paulo (Maria Martha Antunes da Silva e Célia Maria Antunes da Silva), que moravam no mesmo prédio. Pretendia avisar a irmã de Paulo, Maria Aparecida Antunes Horta, militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), de que ele havia sido preso e que ela própria estava sendo procurada. A intenção das forças de repressão era fechar ainda mais o cerco ao Molipo, prender Maria Aparecida Antunes Horta – a quem todos chamavam de *Cida* – e Sílvia Peroba Carneiro Pontes, seu contato na organização, e liquidar com os militantes que ainda atuavam em São Paulo. Paulo e Cássia não tinham ligação orgânica com a Ação Libertadora Nacional (ALN) ou com o Molipo, mas tiveram contato com Sílvia no período em que morava com *Cida* – e, portanto, para a repressão, eram terroristas em potencial.

Cássia e as duas primas de Paulo tomaram, então, um táxi, dirigiram-se à residência de *Cida* e tentaram convencê-la a deixar o país, porque corria risco de vida. Durante a conversa, que ocorreu no pátio do prédio em que *Cida* vivia, Cássia – coincidentemente – viu passar pela rua duas viaturas, uma das quais transportava Paulo, cujo rosto estava bastante deformado e ostentava visíveis marcas de tortura. *Cida* decidiu atender ao conselho de Cássia, que lhe pediu que não a procurasse mais, porque era vigiada o tempo todo. Nunca mais se viram. *Cida* passou a noite em uma igreja. Algum tempo depois, mudou-se para o Chile e, com a queda de Salvador Allende, passou a viver em

Cuba com a filha, fruto do relacionamento com Antonio Benetazzo (1941-1972), primeiro comandante do Molipo, que viria a ser morto sob tortura em 1972.

As duas primas de Paulo foram também presas. Uma delas contou, sob coerção, que Cássia havia entrado em contato com *Cida* – e, por isso, Cássia foi presa novamente. O próprio Sérgio Paranhos Fleury, delegado titular do DOPS, interrogou-a, dizendo que não entendia como pessoas estudiosas e inteligentes, oriundas da classe média, haviam escolhido resistir à ditadura ou mesmo entrar para a luta armada. Cássia respondeu-lhe que, antes da prisão, não se interessava tanto pelos motivos da exclusão social nem pela resistência à ditadura, mas – privada de liberdade – havia “entendido a verdade”. Cássia, Maria Martha e Célia Maria foram arroladas como testemunhas no processo contra Paulo Antunes Horta, e em nenhuma vez a prisão delas foi mencionada nos arquivos do DOPS ou nesse mesmo processo. Segundo a documentação oficial, o depoimento de Cássia foi tomado em 19 de outubro de 1972, dois meses após sua prisão, juntamente com a de Paulo. Os depoimentos de Maria Martha e Célia Maria foram tomados supostamente no dia 10 de outubro desse ano. Portanto, é possível confirmar que a legalização da prisão de Paulo e de outros militantes do Molipo, assim como a investigação sobre toda a família Antunes Horta, só foi feita a partir de outubro de 1972, ocorrendo o julgamento do processo em abril do ano seguinte.

Nesses oito meses (de agosto de 1972 a abril de 1973), Cássia levava comida e produtos de higiene ao DOPS e visitava frequentemente Celso Antunes Horta, irmão de Paulo, preso desde 1968 no Presídio do Barro Branco. Sempre que tinha conhecimento de que alguém seria morto, recorria aos bispos, principalmente Dom Paulo Evaristo Arns, e ao Conselho de Bispos, para tentar obter o apoio deles em defesa dos presos políticos ameaçados, o que continuou a ocorrer após a soltura de Paulo. Celso só foi libertado com a Lei da Anistia, em 1979.

A partir dos trabalhos com a Diocese, Cássia e Paulo aproximaram-se da Teologia da Libertação, organizando um movimento que desfrutava de certa proteção por ser ligado à Igreja. Paulo continuou seus estudos e formou-se em 1976, ano em que o casal se mudou para Itapuranga (GO), com o objetivo de amparar a população local e trabalhar no Hospital dos Trabalhadores Rurais. A união entre Cássia e

Paulo perdurou até 1978, quando ela se transferiu para Brasília, após ser aprovada no vestibular de Biomedicina da Universidade de Brasília (UnB). Nos finais de semana, voltava a Itapuranga para ficar com os filhos. Entretanto, várias circunstâncias afetavam suas relações de convivência nessa cidade goiana, desagradando-a profundamente; por isso, decidiu interromper seus estudos e voltar para a casa dos pais em Guaratinguetá. Celso Horta, que fora solto em novembro de 1979, foi até Cássia e pediu-lhe que considerasse voltar a Goiás. Assim, prestaria apoio a Paulo, que poderia intensificar a atuação política e conseguir mais recursos, o que não aconteceria se os dois se separassem formalmente. Nesse mesmo ano, *Cida* voltou do exílio e todos passaram o Natal em Guaratinguetá. Paulo e Cássia voltaram, em seguida, a Itapuranga. Cássia continuou seus estudos na UnB, até que, dois anos depois, separou-se definitivamente de Paulo. Com seu novo companheiro, mudou-se para Minas Gerais, onde começou a trabalhar como professora na Faculdade de Enfermagem de Passos, posteriormente anexada à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Paulo Antunes Horta Jr. e Antonio Carlos Luperni Horta, os dois filhos que teve com Paulo Antunes Horta, também exercem militância política, especialmente na área do meio ambiente. O primeiro é biólogo marinho e pesquisa os efeitos do aquecimento global, enquanto o segundo é engenheiro físico, atuando inclusive para minimizar os impactos causados pela ruptura da barragem pertencente à empresa Samarco na recente tragédia de Mariana (MG).

Como professora universitária, Cássia mantém a militância política, por meio do ensino das disciplinas de Epidemiologia e Saúde Ambiental, pois adquiriu “uma formação ideológica muito forte, pela equidade [e] contra toda espécie de exclusão e desigualdade”.

Fontes

HORTA, Maria Aparecida Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 15 dez. 2015.

HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 nov. 2015.

LUPERNI, Cássia Maria. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 29 jan. 2016.

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 312 p.

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. v. 1. 976 p.
- FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3. 740 p.
- GASPARI, Élio. *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. v. 2. 560 p.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: história do regime militar brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. 368 p.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Política e Social. *Assentada a 2ª testemunha*. 19 out. 1972. 2f.
- _____. Secretaria da Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Autos de inquérito policial complementar da Organização Molipo*. 16 out. 1972. 531 f.
- VENTURA, Zuenir. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Objetiva, 2014. 216 p.

4. Cícero José Campos Brasileiro

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI E NATALIA MARINO

REDAÇÃO: HELENA TACOLA RAMALHO

Cícero José Campos Brasileiro nasceu em São Paulo, em 1940. Seus pais não eram religiosos, nem tinham vínculos partidários, mas desde criança recebeu uma educação diferenciada. Em sua juventude, Cícero estudou no Colégio Liceu Pasteur¹, fator que ajudou a aprofundar sua educação humanista. Após três anos prestando vestibular, entrou no curso de Medicina da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1962, concluindo sua formação em 1968.

Após entrar na faculdade foi levado à militância política, pois deparou-se com um “ambiente muito pouco propício ao pensamento que não fosse estritamente estudar medicina para abrir consultório e ganhar dinheiro”². Incomodado com o raciocínio predominante na EPM e com o forte aspecto reacionário da Escola, aproximou-se dos debates políticos e ligou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) devido aos seus interesses socioculturais e pelas leituras marxistas.

Inicialmente, Brasileiro entusiasmou-se pela Medicina Preventiva, mas logo perdeu essa afeição, já que a disciplina lecionada pelo Professor Leser, em seu ponto de vista, parecia deslocada da realidade social; o conteúdo tratava integralmente de matemática, “sem nenhuma abertura para a análise social, antropológica, histórica, política e filosófica de todas as complexas questões relacionadas à intervenção do médico como ator social”³. Transformar a medicina em uma profissão mais humana era uma das preocupações do então reitor Marcos Lindenberg, que promovia a interação entre história, literatura

1 Colégio privado nascido de uma parceria franco-brasileira, existente desde 1923.

2 Depoimento de Cícero José Campos Brasileiro à *Comissão da Verdade Marcos Lindenberg* em 27 nov. 2014.

3 L. Biondi, “Não éramos mais universidade”, em J. Rodrigues (Org.), A. L. L. Nemi; M. Lisboa & L. Biondi, *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre a história e memória*, p.165.

e filosofia nos cursos oferecidos na EPM. É importante destacar o pensamento de Marcos Lindenberg, defendido por Cícero:

Ou as faculdades de medicina resolvem promover a educação humanística, eventualmente iniciada no ciclo secundário, ou elas continuarão a ser escolas que se diferenciam das de medicina veterinária, apenas porque a espécie animal estudada é o *homo sapiens*. [...] Complete-se, pois, a formação do médico com estudos de literatura, de história e de filosofia, o tripé da educação humanística, agregando-se-lhe, ainda o indispensável conhecimento das artes⁴.

Com sua experiência em Medicina Preventiva fracassada, seguiu para a área de pesquisa. Cícero foi indicado ao Dr. Sebastião Baeta Henriques, professor de biofísica da EPM, e tornou-se estagiário durante o 2º ano da faculdade. Devido à dificuldade em seguir carreira em pesquisa científica, acabou por desistir. Convencido pela esposa de Baeta, Olga Bohomoletz Henriques, foi secretário do Centro de Estudos Sociais (centro de estudos marxistas), um local que promovia debates e atividades sociais voltadas para intelectuais e membros do partido comunista.

Em 1964, sofreu sua experiência mais traumática na EPM: um Inquérito Policial Militar (IPM). Alunos favoráveis ao golpe identificaram o grupo de alunos com a visão mais esquerdista e, no início de abril, Cícero foi acusado de subversão comunista, junto a Carlos Pollini Quintieri, Tsuyoshi Yamashita, Fábio Ancona Lopez, recém formado, e Walter Albertoni. Brasileiro passou horas trancado na sala de Otto Guilherme Bier, professor de microbiologia que chefiou o inquérito na Escola.

José Tinoco Barreto, juiz auditor da 2ª auditoria da 2ª Região Militar, ordenou a realização do IPM na Escola. Os Professores Otto Bier, Rodolfo de Freitas e Antônio Bernardes de Oliveira interrogaram

4 M. Lindenberg, “Medicina, Civilização e Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina, *O Biceps*, dez. 1966, p.3. O discurso foi proferido quando Lindenberg já estava afastado da Escola pela Ditadura. O discurso publicado n’*O Biceps* indica o posicionamento dos alunos em sua defesa.

os alunos buscando atitudes que comprovassem a ligação deles com atividades consideradas de esquerda. Do ponto de vista dos apoiadores do golpe, as universidades haviam se tornado centros de difusão de propostas revolucionárias e consistiam em uma perigosa ameaça comunista que deveria ser reprimida, censurada e reformada⁵.

O objetivo era claro: silenciar a esquerda atuante usando técnicas de terror psicológico. No IPM, Brasiliano foi acusado de escrever artigos subversivos em *O Biceps* e de participar do congresso da União Nacional dos Estudantes em Santo André, em 1963. Seu pai, advogado, o defendeu. Em paralelo, a colega Misako Uemura organizou um abaixo-assinado em que outros colegas de turma o defendiam e falavam a favor de Brasiliano.

Expressar ideias comunistas não era o suficiente para configurar um crime, pois o governo militar desejava evitar certas críticas e apresentar um tom democrático, em nome da liberdade de expressão. Os debates da esquerda eram tolerados até certo ponto e, nos primeiros anos da ditadura militar, a rica vida cultural afirmada no governo de João Goulart foi preservada⁶. Para gerar punições, era necessário participar ativamente em organizações proibidas pelo Regime ou ter militância revolucionária⁷. Talvez por essa razão Cícero tenha sido inocentado no inquérito.

Depois de responder ao inquérito, sem ideia do que aconteceria consigo, Cícero presenciou uma situação marcante. Em uma aula de Farmacologia, o professor Ribeiro do Valle disse para um grupo de alunos ao mostrar um cachorro eviscerado: “Vejam. Quem sabe quais produtos farmacológicos eu coloquei nesse ‘cãomunista’?”⁸ Após esse episódio, Brasiliano teve mais um motivo para desistir da militância política e se focar em sua formação, uma vez que os professores interrogavam alunos e caçoavam das opiniões políticas em um período de repressão e tortura.

Conversou com o professor Benedito Sampaio, psicanalista, quando estava na metade do curso, e como não havia programas de residência em psiquiatria, organizou junto a outros colegas (Marcos

5 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, p.16-23.

6 M. Napolitano, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, p. 101.

7 R. P. S. Motta, *op. cit.*, p. 54.

8 C. J. C. Brasiliano, *Depoimento à CVML/Unifesp*. 27 de novembro de 2014.

Ferraz e Ichiro Shirakawa), supervisionados pelo professor Darci de Mendonça Uchoa, o primeiro estágio na área. Atuou cerca de 3 a 4 anos no Hospital da Água Funda e seguiu para a formação de psicanalista, área em que atua até hoje em consultório próprio.

Brasiliiano não foi preso, nem expulso da faculdade, a única complicação que teve foi o prolongamento do curso. Deveria ter se formado em 1967, mas quase desistiu, desiludido com o ambiente. Formou-se em 1968 “com alívio de sair da Escola”⁹. Depois da EPM não militou mais e, devido à pressão psicológica sofrida com o inquérito, desvinculou-se do PCB.

Voltou à EPM como assistente da cadeira de psiquiatria, contratado como auxiliar de ensino. Achava “que nem seria contratado, devido ao inquérito”¹⁰ sofrido. Apesar do ambiente tacanho, Cícero revelou que havia um “espírito favorável” entre os colegas, pois nunca sofreu preconceitos.

Fontes

Depoimento de Cícero José Campos Brasiliiano à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg em 27 de novembro de 2014.

MARCOS LINDENBERG, “Medicina, Civilização e Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina, *O Biceps*, dez. 1966.

O Biceps, ano XXIII, nº 26, 1962, edição de calouros. Disponível em: BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Documento de informações nº 0424*. São Paulo: 1974. 66 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo SNI. (ESP_ACE_6448_81_001).

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Grupos de Estudos Sociais – Relação de Associados*. São Paulo. 3 microfichas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relação de associados cujos endereços não estão atualizados*. São Paulo. 2 microfichas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relação dos sócios da União Cultural Brasil U.R.S.S.* São Paulo. 3 microfichas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

9 *Idem*.

10 *Idem*.

Referências bibliográficas

- BIONDI, Luigi. “Não éramos mais universidade”, In: RODRIGUES, Jaime, org., NEMI, Ana Lúcia; LISBOA, Karen M. & BIONDI, Luigi. *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre a história e memória*. São Paulo: Unifesp, 2008.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- SALES, Jean R. *A luta armada contra a ditadura militar: A esquerda Brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

5. Clóvis Eduardo Tadeu Gomes

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI,
CARLOS MALAGUTI E PATRÍCIA SILVA
REDAÇÃO: PATRÍCIA SILVA

Clóvis Eduardo Tadeu Gomes nasceu em 21 de dezembro de 1947, na cidade de São Paulo – SP. É filho de Ari Silveira Gomes e Dulcineia Lopes Gomes. Ingressou no curso de Medicina da Escola Paulista de Medicina (EPM) no ano de 1966. Antes de sua entrada na EPM, Clóvis atuou na militância do movimento secundarista católico entre os anos de 1961 e 1962. No final da década de 1960, já como estudante de Medicina da EPM, participou de passeatas contra a ditadura militar e pela luta por melhores condições de atendimento no Hospital São Paulo (HSP) e de ensino na EPM. Em 16 de agosto de 1968 foi preso pela primeira vez, tendo prestado depoimento e sido dispensado no dia seguinte¹. Em depoimento dado à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML), Clóvis Eduardo Tadeu Gomes considerou a EPM como uma instituição isolada, possuidora de uma tradição conservadora, de modo que toda a sua atuação política foi realizada fora da Escola, no âmbito do movimento estudantil católico, na organização de grêmios nas escolas e também na estruturação da União Paulista dos Estudantes (UPE)².

1 São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Ficha remissiva 11.46.11* “ouvido em declarações simples no inquérito instaurado por esta DEOP sob n. 4/68 em que figura como indiciado José Francisco Naclerio Homem. Autos encaminhados ao Juiz Auditor da Justiça Militar. O epígráfico foi detido nesta data quando participava de uma passeata estudantil, tendo prestado as declarações acima e sendo dispensado posteriormente”. Outra referência à primeira prisão está no relato produzido pelo DOPS a partir de interrogatório prestado por Clóvis Eduardo Tadeu Gomes em 23 de dezembro de 1971, no qual descreveu que em “[...] 1968 participou de uma passeata, mas não se envolvia nos problemas do Grêmio, uma vez que naquela ocasião não aceitava as ideias do Presidente e do grupo que o dirigia”. Cf. Fundo DEOPS/Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Prontuário n. 141681*. Auto de qualificação e de interrogatório.

2 C. E. T. Gomes. *Depoimento à CVML/UNIFESP* em 18 de junho de 2014.

Conforme relato produzido pela Delegacia Especializada de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) a partir de auto de qualificação e de interrogatório prestado por Clóvis Eduardo Tadeu Gomes em sua segunda prisão (23/12/1971)³, em 1969 conheceu Hugo de Farias Ramos (membro da Ação Popular Marxista-Leninista – APML⁴) por intermédio de Maurício de Souza Dias, então estudante de Agronomia em Piracicaba. No início dos anos 1970, Hugo de Farias retomou contato com Clóvis na EPM com o intuito de conhecer seu envolvimento com o movimento estudantil na Escola. Ambos travaram alguns encontros e em abril de 1971, Hugo de Farias convidou Clóvis a organizar uma célula da APML no interior da EPM. Tal possibilidade não pode ser concretizada, pois não havia membros da organização ligados à EPM.

Ainda no interrogatório realizado nas circunstâncias de sua prisão, Clóvis afirmou que por volta de agosto do mesmo ano, Hugo de Farias propusera a sua integração em uma célula de pequena burguesia ligada a médicos e professores (chamada Célula de Base “300” da APML). Nesse ínterim, foi designado por Hugo de Farias Ramos para a prestação de serviços, principalmente no que concernia à cobertura de “pontos”, mas tal tarefa não pode ser continuada devido aos compromissos então assumidos no curso de graduação⁵.

Sobre sua segunda prisão, o estudante relatou, em depoimento à CVML, que em fins de 1971 foi preso em frente à casa de sua namorada na época (Fabiola Zioni), ficou um mês detido no DOPS, em São Paulo, e sofreu torturas logo nos primeiros dias. Avalia tais medidas enquanto estratégia tomada pelos órgãos repressivos na obtenção de possíveis nomes de integrantes das organizações consideradas subversivas. Clóvis descreveu em seu depoimento à CVML que não sabiam quem ele

3 São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Prontuário n. 141681*. Brasil: Nunca Mais. *Auto de qualificação e de interrogatório*; Arquivo Público do Estado de São Paulo. Cf. também Brasil. BNM 663 *Processo 763/72*, fls. 562-563.

4 A Ação Popular (AP) foi uma organização atuante nos anos 1960 e 1970, cujo surgimento se deu no sentido de congregar o pensamento e ação de setores da esquerda católica, os quais reelaboravam suas trajetórias.

5 São Paulo (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Prontuário n. 141681*. Auto de qualificação e de interrogatório. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Cf. também Brasil Nunca Mais. BNM 663. *Processo 763/72*, fls. 562-563.

era, e que sua prisão se dera via USP⁶. Além de dele, 23 outras pessoas integrantes da APML foram denunciadas e indiciadas no Processo n. 763/72⁷. Após seis meses dessa detenção (junho de 1972), invadiram sua casa e ele teve sua prisão novamente determinada, ficando detido durante um mês e trancado na Operação Bandeirante. Clóvis lembra de ter visto da janela da cela a chegada de uma moça transferida do Rio de Janeiro, não conseguiu identificá-la com segurança, mas acreditou ser Sônia Maria de Moraes Angel Jones, “destroçada...”⁸.

Em sessão realizada no Conselho Permanente da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar foi efetuado outro Auto de Qualificação e Interrogatório do estudante no dia 13 de novembro de 1972. Na ocasião, Clóvis Eduardo Tadeu Gomes afirmou que não conhecia as testemunhas listadas na denúncia e as provas apuradas pela autoridade policial. Qualificou a denúncia feita contra ele como falsa, alegou que não era integrante da APML e acreditava que a denúncia estava sustentada a partir do interrogatório feito pelo DEOPS quando fora preso em fins de 1971⁹.

Em 1973 foi condenado em primeira instância na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Militar de acordo com a pena prevista na segunda parte do Artigo 14 do Decreto-Lei n. 898/69. Tal decisão foi contestada por sua advogada – Rosa Maria Cardoso da Cunha – sob o entendimento da inexistência de prova séria para um decreto condenatório, “[...] já que a prova policial, meramente informativa, não pode levar os seus constituintes ao cárcere”¹⁰.

6 C. E. T. Gomes. *Depoimento à CVML/UNIFESP* em 18 de junho de 2014.

7 No *Processo 763/72* (BNM 663), Clóvis Eduardo Tadeu Gomes foi denunciado como incurso nas penas ao artigo 14 do *Decreto-Lei n. 898/69*, cujo teor se refere a “Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional – Pena: reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores e, de 6 meses a 2 anos, para os demais” – apenado como filiado à organização política”. Cf. Brasil. *Decreto-Lei, n. 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.

8 C. E. T. Gomes. *Depoimento à CVML/UNIFESP* em 18 de junho de 2014.

9 Brasil: Nunca Mais. BNM 663 *Processo 763/72*, fls. 2328-2329.

10 *Idem*, fls. 2299.

Em sessão secreta da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de 21 de novembro de 1973, Clóvis foi absolvido, com base na letra “e” do Artigo n. 439 do Código de Processo Penal Militar¹¹. O Ministério Público Militar pediu a sua absolvição, baseada no entendimento de que o acusado abandonara, em tempo oportuno, a organização à qual fora associado, de modo a afastar-se de suas atividades e de seus companheiros, constituíra família legítima e concluíra o curso de Medicina¹².

Entretanto, em 17 de outubro de 1973, o Procurador Militar José Roberto Sampaio Araújo entregou as alegações finais de apelação da sentença de absolvição de Clóvis Eduardo Tadeu Gomes e de outros acusados então absolvidos no mesmo processo ao Superior Tribunal Militar (STM), sob o mérito de

[...] acusação em parte é procedente, pois as confissões dos réus, bem como as chamadas de co-réus, colhidas na fase extrajudicial, desde que se ajustem entre si e encontrem apoio em outras provas, são elementos probatórios convincentes para lastrear decisão condenatória, pois a simples retificação da confissão policial, desacompanhada de qualquer elemento comprobatório não elide a acusação¹³.

Já a defesa de Clóvis Eduardo Tadeu Gomes, Paulo Sergio de Castilho Moçouçah, Márcio Nascimento Galvão e João Chile entrou também com pedido de apelação do recurso posto pelo Ministério Público Militar (MPM) em 18 de fevereiro de 1974 por Maria Regina Pasquale, com argumento de que os apelados foram processados e absolvidos no Conselho de Justiça da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, de modo que não havia provas suficientes para o embasamento da condenação dos apelados¹⁴.

11 Brasil. “Decreto-Lei n. 1002, de 21 de outubro de 1969”. *Código do Processo Penal Militar*.

12 Brasil: Nunca Mais. BNM 663. *Processo 763/72*, fls. 2328-2329.

13 O pedido da apelação elaborado no Ministério Público Militar foi protocolado em 17 de dezembro de 1973 ao Superior Tribunal Militar para fins de deferimento. Cf. Brasil: Nunca Mais. BNM 663 *Processo 763/72*, fls. 2128-2136; Brasil: Nunca Mais. BNM 663. *Processo 763/72*, fl. 2341.

14 *Idem*, fls. 2364-2367.

Em 6 de maio de 1975, o STM decidiu “[...] à unanimidade, negar provimento ao apelo do MP e confirmar a sentença absolutória quanto a ANTÔNIO RODRIGUES, ARCILEY ALVES PINHEIRO, CLOVIS EDUARDO TADEU GOMES, JERONIMO ALVES, JOÃO CHILE, LYSETE REGINA GOMES ARELARO E CLAIR DA FLORA MARTINS [...]”¹⁵.

Clóvis Eduardo Tadeu Gomes concluiu o curso de Medicina em 1972 e optou em especializar-se na área de Pediatria, que desenvolveu especialmente junto ao Hospital São Paulo. Em seu depoimento à CVML, ressaltou que algumas pessoas sabiam de sua prisão, e que apesar de ficar afastado das atividades da graduação, em decorrência das prisões sofridas, concluiu o curso¹⁶. Na EPM, chegou a iniciar o mestrado, porém não defendeu o trabalho final, devido ao número de horas trabalhadas no período de residência médica e, ainda neste período, fez parte do movimento político dos residentes no final dos anos 1970. Tornou-se docente da EPM em 1982, vinculado do Departamento de Pediatria, função que exerce até os dias de hoje¹⁷.

Nos anos 1990, incentivado pelo filho, Clovis solicitou, e ganhou, reparação à Comissão de Ex-Presos Políticos da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do estado de São Paulo, à época em que Belisário dos Santos Jr. presidia a comissão¹⁸.

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei, n. 898, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 set. 2014.

_____. Decreto-Lei n. 1002, de 21 de outubro de 1969. Código do Processo Penal Militar. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1002.htm>. Acesso em: 03 set. 2014.

_____. Presidência da República. Serviço Nacional de Informações. Agência Regional de São Paulo. Relatório periódico de informações n. 12/71, relativo ao

¹⁵ *Idem*, *Apelação 40.260*, fls. 2389-2395.

¹⁶ C. E. T. Gomes. *Depoimento à CVML/UNIFESP em 18 de junho de 2014*.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ *Idem*.

período de 1º ao 31 Dez. 71, elaborado pelo II Exército. Fundo Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional (AC/ACE/42588/72).

_____. Ministério de Exército. II Exército. Relatório Periódico de Informações nº 06/72. Fundo Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional (AC/ACE/48793/72).

BRASIL: NUNCA MAIS. BNM 663 Processo 763/72. Disponível em: http://bnm-acervo.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_07&PagFis=52597. Acesso em: 03 set. 2014

GOMES, Clóvis Eduardo Tadeu. Depoimento à CVML/Unifesp. 18 de junho de 2014. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Ficha remissiva 11.46.11.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Prontuário n. 141681.

Referências bibliográficas

CIAMBARELLA, Alessandra. Do cristianismo ao maoísmo: a história da Ação Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia: 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 100-128. (As esquerdas do Brasil ; v.3).

6. Crimeia Alice Schmidt de Almeida

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO E REDAÇÃO: HELOÍSA CATANI
MARIANI PAVONI MATIAS E VINICIUS FAUSTINO

Crimeia Alice Schmidt de Almeida nasceu na cidade de Santos-SP, em 17 de abril de 194, filha de Jofre de Almeida e Lúcia de Almeida. Estudou na Escola de Enfermagem da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1977. Passou boa parte da infância em Minas Gerais juntamente com sua irmã Maria Amélia de Almeida Teles¹. Seu pai era sindicalista e defendeu campanhas políticas como “O Petróleo É Nosso”, o que a fez ter contato com a militância desde muito cedo, atuando no movimento secundarista.

Em 1964, na sequência do Golpe, foi processada após a abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM) enquanto ainda morava em Minas Gerais, chamada a depor juntamente com a sua irmã Maria Amélia e o pai Jofre de Almeida, mas foi excluída do processo por ser menor de idade.

Dois anos depois seu processo foi reaberto, e devido ao fato de que todos de sua família – exceto sua mãe – estavam respondendo IPMs, teve que se mudar para o Rio de Janeiro, onde em 1967 entrou para a Escola de Enfermagem Anna Nery, da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Nesta época, seu pai vivia na clandestinidade e por não ter uma casa “oficial”, morava nos dormitórios da faculdade, a que chamava de “quartel”, devido à forte vigilância. Vivia, assim, em uma semiclandestinidade.

Em 1968, Crimeia foi eleita presidente do diretório acadêmico da Escola de Enfermagem Anna Nery, no mesmo ano em que ocorreu na cidade de Ibiúna-SP, o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE)², organizado de forma clandestina, pois a instituição foi

1 SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Prontuário n° 145057*. São Paulo: s/d. 2 f.

2 SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social Operação Ibiúna. São Paulo: 1968. 112 f.

posta na ilegalidade quando se deu o golpe militar em 1964. O evento contou com a participação de mais de 700 estudantes de todas as regiões do Brasil em um dos anos mais duros da ditadura civil-militar brasileira.

Crimeia também participou desse capítulo de resistência contra o regime militar e, segundo depoimento para CVML, ela foi uma das estudantes presas – primeiro, detida em São Paulo e depois transferida para o Rio de Janeiro. Foi também uma das estudantes que tiveram de responder ao processo depois de livres devido à sua participação no congresso. Sobre todo esse processo, Crimeia deixou claro suas expectativas em uma recente entrevista:

Olha, quando eu fui para Ibiúna eu sabia que ia ser presa: fazer um congresso, mil pessoas em São Paulo, numa cidade do interior, não seria escondido da polícia. Só que naquela época, em 68, você sendo preso num movimento de massa você tinha algum respaldo da sociedade, dos juristas que permitiam a sobrevida, sobreviver sem traumas maiores, porque trauma tem³.

Após a publicação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, Crimeia passou a viver na clandestinidade. Em janeiro de 1969, ela deslocou-se para a região do Rio Araguaia, entre os estados de Goiás, Tocantins, Pará e Maranhão, onde se organizava um movimento de guerrilha ligado ao PC do B. Por seguir uma linha maoísta, Crimeia acreditava que “o campo cercava a cidade”⁴, o que significava naquele contexto reconhecer a força do campo para a luta armada e uma forma direta de organização contra a ditadura. Por isso dirigiu ao Araguaia a sua militância. Segundo o PCdoB, o partido por trás da guerrilha, a forma de luta armada mais adequada à situação brasileira era a guerra popular, considerando-se que as forças inimigas eram mais vulneráveis no campo, e por isso deveriam ser combatidas nele até que o enfrentamento direto fosse possível. Este enfrentamento direto direto seria

3 Entrevista com Crimeia Alice Schmidt de Almeida. *Clio* - Revista de Pesquisa Histórica, n. 26-1, p. 205.

4 C. A. S. de Almeida. Depoimento à CVML/UNIFESP, 11 de junho de 2014.

resultado da guerra popular, provocada após a formação de um foco revolucionário no campo⁵. Sobre a guerrilha no Araguaia, Crimeia diz:

Como eu tinha essa concepção de luta armada e era uma concepção baseada no maoísmo, de que o campo cerca a cidade, então para mim estava claro que eu ia para o campo, para a luta armada. (...) Em geral era o seguinte: quando chegava novo lá, perguntava aos moradores onde tinha terra boa para a gente plantar, fazer a roça; como era tudo devoluto o cara só tomava o cuidado de indicar um lugar com uma certa distância da casa dele para que pudesse no ano seguinte derrubar mais um pedaço, sem chegar no quintal do outro. Era a única preocupação porque aquilo não tinha dono, então eram os camponeses que mostravam pra gente, “olha, aqui é um lugar bom, aqui tem água”, porque conhecer aquilo não se conhecia; “aqui você fica a uma distância razoável de mim, não vai me incomodar e tem água, a terra é boa,” eram esses os critérios⁶.

Muitas das terras daquela região eram do Estado, e havia uma disputa muito grande entre posseiros e camponeses. Os posseiros obrigavam os camponeses a ficarem atrelados a eles, já que o único acesso a determinadas mercadorias se dava por meio de suas terras. Os militantes do PCdoB acabaram com este ciclo e tornaram-se conhecidos na região. Isso se devia ao fato de que para a criação do foco revolucionário era preciso ganhar a confiança dos moradores da região, a fim de criar uma rede de apoio e sustentação⁷. Um programa denominado “União Pela Liberdade e Pelos Direitos do Povo” foi redigido e entregue à população local como forma de trabalho de massas, de fazer com que as pessoas também se integrassem à ação de luta contra a ditadura⁸.

5 J. R. Sales. *A Luta Armada Contra a Ditadura Militar: A Esquerda Brasileira e a Influência da Revolução Cubana*. p. 91.

6 Entrevista com Crimeia Alice Schmidt de Almeida. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-1. p. 205.

7 J. R. Sales. *A Luta Armada Contra a Ditadura Militar: A Esquerda Brasileira e a Influência da Revolução Cubana*, p. 92.

8 *Idem*, p. 102

Em fins de agosto de 1972, Crimeia veio para São Paulo para fazer alguns exames, pois estava grávida de sete meses e com malária, e foi morar com a irmã, o cunhado e os dois sobrinhos. Mas retornaria ao Araguaia mais três vezes, levando informações. Segundo depoimento para CVML⁹, Crimeia foi presa em São Paulo em dezembro de 1972 junto com sua irmã Maria de Almeida Teles, seu cunhado Cesar Teles e seus dois sobrinhos Edson Teles e Janaína Teles. No início foi confundida com a empregada da família pelos agentes da Operação Bandeirante (OBAN)¹⁰. Depois de identificada como uma militante que atuou na Guerrilha do Araguaia e presa após o congresso de Ibiúna, sofreu constantes torturas e passou por diversos interrogatórios dentro das dependências do DOI-CODI, mesmo estando grávida. Crimeia também recebeu diversas ameaças contra seu filho, com a possibilidade de um aborto forçado ou de processo de adoção sem consentimento. Crimeia identifica como um dos seus torturadores Carlos Alberto Brilhante Ustra, na época major do exército e comandante do DOI-CODI/SP¹¹.

Depois de cerca de um mês nas dependências do DOI-CODI, Crimeia foi transferida para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília. Teve seu filho quando ainda estava detida pelas autoridades, em fevereiro de 1973, no hospital da Guarnição do Exército, onde ficou cerca de 50 dias, retornando ao pelotão após ter seu filho entregue a familiares. Foi libertada somente em abril de 1973¹².

Crimeia havia parado de estudar após o AI-5, quando saiu da UFRJ e foi para o Araguaia. Após a prisão em Ibiúna, foi muito difícil voltar à Escola de Enfermagem Anna Nery, por considerá-la um ambiente muito repressivo, em que todos sabiam que ela havia sido presa¹³. Em 1977, por intermédio de uma professora chamada Clotilde, a quem conhecera em 1968, conseguiu sua transferência para a Escola

9 C. A. S. de Almeida. Depoimento à CVML/UNIFESP, 11 de junho de 2014.

10 Órgão denominado inicialmente de Operação Bandeirantes (OBAN) e depois transformado em Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

11 C. A. S. de Almeida. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Audiência Pública. Graves Violações aos Direitos Humanos na Repressão à Guerrilha do Araguaia, 27 de junho de 2013.

12 *Idem*.

13 C. A. S. de Almeida. Depoimento à CVML/UNIFESP. Audiência Pública. Estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna. 9 de março de 2015.

Paulista de Medicina. Esta professora, além de dar aulas na EPM, era diretora da creche onde o filho de Crimeia estudava.

Segundo depoimento para CVML, ela veio para a EPM por “motivos de segurança”, já que em 1976, após a Chacina da Lapa¹⁴, vários membros do PCdoB foram presos e disseram coisas a respeito dela que não haviam sido mencionadas anteriormente em depoimentos. A repressão, que continuava a segui-la, passou a fazê-lo mais insistentemente, mandando recados a ela através de seu cunhado, que ainda se encontrava preso. Decidiu então voltar para São Paulo e integrar-se novamente ao movimento estudantil – que havia ressurgido com muita força em fins da década de 1970 – pois se sentia mais segura envolvida nas lutas estudantis, “o movimento que guarda a gente, ele nos traz segurança”¹⁵.

Na Escola Paulista de Medicina, lutou pela federalização da Escola de Enfermagem, êxito alcançado em maio de 1977. Lutou também pelo direito de trazer seu filho às aulas ou ter uma creche onde pudesse deixá-lo, pois a creche da Escola não o havia aceitado por ter mais de quatro anos de idade. Manteve-se na Escola até outubro daquele ano, quando pediu transferência para a Universidade Federal de João Pessoa-PB, após conseguir um emprego na Diocese de João Pessoa, na Pastoral da Saúde.

Atualmente Crimeia tem um papel importante na luta por memória, verdade e justiça. Faz parte da Comissão dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, além de estar sempre envolvida em eventos relacionados ao tema e que as Comissões da Verdade realizam por todo Brasil.

É importante destacar o episódio recente da nossa história, de que fez parte em conjunto com sua irmã, cunhado e sobrinhos. No ano de 2005, eles entraram com uma ação no Tribunal da Justiça de São Paulo contra o ex-coronel Ustra, acusando-o de ser um dos torturadores da ditadura instaurada no Brasil em 1964. Durante três anos essa ação

14 Como explica Jean Rodrigues em seu livro já citado, a Chacina da Lapa foi um massacre ocorrido em 16 de dezembro de 1976. O II Exército invadiu a casa onde parte do Comitê Central do PCdoB havia se reunido, e fuzilou no local Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. João Batista Drummond foi preso, torturado e assassinado no DOI-CODI/SP. Poucas horas antes, a polícia havia prendido Haroldo Lima, Aldo Arantes, Elza Monnerat, Wladimir Pomar e Celso de Lima.

15 C. A. S. de Almeida. Depoimento à CVML/UNIFESP, 11 de junho de 2014.

tramitou até que, em 2008, Carlos Alberto Brilhante Ustra foi condenado como torturador. Ele entrou com um recurso em 2ª instância e, em 2012, ocorreu um novo julgamento que manteve a decisão da 1ª instância, apontando o ex-coronel como responsável por torturas ocorridas durante a ditadura civil-militar no Brasil. Essa foi uma sentença inédita no judiciário brasileiro e de grande peso político¹⁶.

Fontes

ALMEIDA, Crimeia Alice Schmidt de. Depoimento à CVML/Unifesp. Audiência Pública. Estudantes presos no Congresso da UNE em Ibiúna. 9 de março de 2015. Disponível em: <http://www2.Unifesp.br/comissaodaverdade/news/audiencia-publica-com-estudantes-da-epm-presos-em-ibiuna>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. Depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Audiência Pública. Graves Violações aos Direitos Humanos na Repressão à Guerrilha do Araguaia, 27 de junho de 2013. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=BMo4VC_fdo0 >. Acesso em: 10 set. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Prontuário n° 145057*. São Paulo: s/d. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. Índice de Nomes Falsos de terroristas. São Paulo: s/d. 3 microfichas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social *Operação Ibiúna*. São Paulo: 1968. 112 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *POC PCdoB PRT AP FELA APML*. São Paulo: 1973. 431 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

Referências bibliográficas

AMORIM, Carlos. *Araguaia: Histórias de Amor e de Guerra*. São Paulo: Record, 2014.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais: Um relato para a História*. 15ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro... [et al.] (Org.). *Relatório final da Comissão da Verdade e Memória "Octávio Ianni" da Unicamp*. Campinas: Unicamp, 2015. Disponível em: https://www.comissaoverdade.unicamp.br/pdf/RELATORIO_CVM_FINAL_web.pdf

16 Por unanimidade, Justiça condena o coronel Ustra como torturador da ditadura: entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles. *Portal viomundo*, 14 de agosto de 2012.

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014. 976 p. (v. 1)
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- VENTURA, Zuenir. 1968: O Que Fizemos de Nós. São Paulo: Editora Objetiva, 2014.
- Entrevista com Crimeia Alice Schmidt de Almeida. *Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n. 26-1. p. 205. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/64/59>. Acesso em: 13 nov. 2015.
- Por unanimidade, Justiça condena o coronel Ustra como torturador da ditadura: entrevista com Maria Amélia de Almeida Teles. *Portal viomundo*, 14 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/denuncias/amelinha-teles-e-preciso-botar-um-fim-na-impunidade-dos-torturadores-da-ditadura-militar.html>. Acesso em: 12 set. 2014.

7. David Rosenberg

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI,
CARLOS MALAGUTTI E ELSON LIMA
REDAÇÃO: PAULO DE TARSO PEREZ E VINICIUS FAUSTINO

David Rosenberg nasceu na antiga Bessarábia, atual Romênia, em 28 de julho de 1915. Era filho de Mauricio Rosenberg e Maria Rosenberg¹. David Rosenberg desde jovem trabalhava para ajudar a família imigrante em novas terras:

David Rosenberg desembarcou em Santos aos 5 anos com seus pais e irmãos vindos da Romênia. O pai, Maurício, era comerciante e a mãe, Maria, cuidava dos filhos. Adolescente já lecionava História Natural e outras matérias de vestibular para ajudar no sustento da casa.²

Rosenberg estudou e se formou na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP) em 1939, e conseguiu primeiro lugar, o que lhe valeu o Prêmio Rockfeller³. Seguiu com sua carreira e chegou a ocupar o cargo de Chefe de Cirurgia da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1945⁴.

Alguns anos depois realizou seu doutoramento na Universidade de São Paulo e, posteriormente, uma livre-docência na Escola Paulista de Medicina em 1949:

1 São Paulo, Justiça Militar Federal, 2ª Auditoria da 2ª C.I.M. 04 out. 1978, Ofício nº 1687, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

2 “Paulista de Medicina Corrige Injustiça e Readmite Professor”, *Folha De São Paulo*, 26 jun. 1984, p. 23.

3 “Noticiário”, *Revista Medicina e Cultura*, vol. 30, nº 2 – mai./ago. 1984, p. 103.

4 “Paulista de Medicina Corrige Injustiça e Readmite Professor”, *Folha De São Paulo*, 26 jun. 1984, p. 23.

Em 1949, sob orientação do Prof. Renato Locchi defendeu tese de livre-docência na EPM no campo da Cirurgia Gastroenterológica que o tornaria internacionalmente conhecido.⁵

Há várias informações a respeito de David Rosenberg nos documentos de investigação do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS). O médico é citado e incriminado como aquele que “é comunista militante, ligado ao Dr. Belfort”⁶. Durante a ditadura, eram comuns investigações e perseguições contra médicos, por mais renomados que fossem, bastava serem considerados contrários ao regime para que fossem acompanhados de perto pelos órgãos persecutórios. O caso do professor Rosenberg não foi diferente, as investigações chegavam a ter detalhes de onde vivia, com quem conversava e como trabalhava, e essas informações remontam ao ano de 1948:

Em sua residência, hospedou em janeiro de 1948, Pedro Pomar e Maurício Grabois, ROSENBERG, andou coletando donativos para as famílias prêsas políticas, comunistas, inclusive na sala do Chefe da Assembléia Legislativa Estadual [...] conforme tópicos do Jornal ‘Notícias de Hoje’, de 4/1/49, foi signatário do seguinte telegrama: Ao Senhor Luis Carlos Prestes pela passagem do seu aniversário, de felicidade e saúde para que possa continuar a dirigir o nosso povo na sua luta por uma Pátria livre e progressiva [...] Em 20/12/49 foi prêso pela delegacia da 5^a auxiliar por propaganda comunista⁷.

O grande “pecado” do doutor Rosenberg, além de ser “comunista” (no sentido de incriminação do regime militar), era de ser semita

5 “Noticiário”, *Revista Medicina e Cultura*, vol. 30, nº 2 – mai./ago. 1984, p. 103.

6 São Paulo, Secretaria De Estado Dos Negócios Da Segurança Pública, Polícia Civil De São Paulo, *Divisão De Informações – OPI – DOPS* 11 abr. 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilme 135.

7 São Paulo, Secretaria De Estado Dos Negócios Da Segurança Pública. Polícia Civil De São Paulo, *Divisão De Informações – OPI – DOPS* 11 de abril de 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilme 135. Mantida a grafia original.

ou mesmo judeu, como ele próprio afirmou no seu discurso de retorno à EPM. Para os investigadores da polícia política, ter esses atributos negativos, de nascimento ou por opção política, serviam a época em que se estabeleceu o seu julgamento como “evidências” de culpa e de condenação. Ser judeu era já um sinônimo de ser réu na ditadura militar, como vemos aqui no texto:

Em setembro de 1950 faz parte do movimento paulista contra o racismo e o anti-semitismo. Foi um dos comunistas presentes a uma reunião em 8/9/50, na residência de Palamede Borsari, onde trataram de assunto pertinente à posição do “Partido” nas eleições de outubro. [...] Em 24/9/50, este Departamento tomando conhecimento da distribuição de boletins subversivos, levada a efeito por elementos do extinto PCB, no Campo do “Corinthians” Futebol Clube de Bom Retiro, enviou policiais ao local, e, estes ao impedirem tal manifestação tipicamente comunista, puderam notar a moção de protesto de David Rosenberg que lançava veementemente⁸.

No ano de 1953, outro caso emblemático foi motivo para que o DOPS levantasse suspeita em relação ao doutor Rosenberg. Um evento em defesa do casal norte-americano Júlio e Ethel Rosenberg, acusados por suas práticas políticas, afirmam os órgãos de segurança:

Em janeiro de 1953, um Ato Público é realizado em favor do casal Rosenberg (Júlio e Ethel Rosenberg), “Cine Marconi”, tendo o Dr. Rosenberg em sua oração dito ter estado no Consulado Americano, retrucou dizendo: “Sim, nós somos comunistas, nós, comunistas, nos batemos por uma causa justa, e que eles estavam condenando um casal norte-americano e que amanhã seríamos nós os condenados”. Relatório de março de 1953, informa que em seu consultório à Rua Cons. Crispiniano, 53, 11º andar, sala

8 São Paulo, Secretaria De Estado Dos Negócios Da Segurança Pública, Polícia Civil De São Paulo, *Divisão De Informações – OPI – DOPS* 11 abr. 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilme 134.

112, tem havido reuniões de clientes comunistas. [...] Em dezembro de 1953, o epigrafado, concede entrevistas ao “Hoje”, a respeito do “casal Rosenberg” condenado à morte nos EE.UU., por espionagem anuncia também a criação de uma Comissão Israelita Paulista pela Salvação do Casal Rosenberg⁹.

Observando essas atitudes e pelas possíveis palavras ditas no relatório investigativo acima, e também por uma visão equivocada, aquilo serviu para a sua condenação e suspensão da prática da Medicina em 1964 e em 1968. No trecho a seguir, observamos como a investigação sobre Rosenberg era contínua:

Informa-nos relatório de 23/4/54, ter-se realizado na sede da antiga União Piratininga de Ajuda e Solidariedade, atual Associação Brasileira de defesa dos Direitos Humanos, uma reunião para tratar da coleta de numerais, para custear a viagem do comunista paraguaio Obdulio Barth para Guatemala, cujo governo lhe oferecera guarida. Ressalta o relatório que nessa reunião, levava a efeito pelas cabeças da ideologia bolchevista, salientaram-se José Otis Monteiro, DAVID ROSENBERG e outros. [...] Consoante relatório de 1/4/55, traz ao nosso conhecimento notícia divulgada pelo “Hoje”, que havia sido encerrada a Assembléia Paulista das forças da Paz e eleitos do delegados à Assembléia Nacional das Forças Pacíficas, figurando o epigrafado entre os eleitos.[...] Em 16/9/55 cita sua ligação com o dr. Paulo Campos – Moura, que nas eleições de outubro p.p., trabalhou para a candidatura Juscelino-Jango¹⁰.

9 São Paulo, Secretaria De Estado Dos Negócios Da Segurança Pública. Polícia Civil De São Paulo, Polícia Civil De São Paulo, *Divisão De Informações – OPI – DOPS 11 de abril de 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilme 134.

10 São Paulo, Secretaria De Estado Dos Negócios Da Segurança Pública, Polícia Civil De São Paulo, *Divisão De Informações – OPI – DOPS 11 abr. 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilme 132. Mantida a grafia original.

Como professor da EPM, David Rosenberg passou por muitas dificuldades durante o desenvolver da sua profissão e estada dentro da instituição, devido a perseguições e afastamentos decretados pelos agentes da ditadura, lidou com a aposentadoria compulsória em 1964, na Escola Paulista de Medicina, e em 1968, quando estava na Unicamp, com a promulgação dos atos institucionais pelo regime militar:

Em 1964, aos 48 anos, David Rosenberg foi aposentado por força do arbítrio, mas prosseguiu seus estudos e pesquisas graças a amigos como Arrigo Raia e Salomão Kelner. Levado pela Universidade Estadual de Campinas por Zeferino Vaz. Rosenberg sofreu o segundo golpe em sua carreira em 1968: com o Ato Institucional nº 5, perde direito à cátedra novamente. Outra vez, o auxílio de amigos ajuda-o a manter-se ativo na pesquisa. Com a anistia em 1979, David Rosenberg retornou à Escola Paulista de Medicina como professor adjunto (posto que ocupava em 64)¹¹.

A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, “As violações de direitos humanos na universidade”, refere-se a alguns casos das perseguições e violações às quais foram submetidos alguns médicos da Escola Paulista de Medicina durante a época de 1964 e 1984:

Em setembro, Lindenberg (O diretor da EPM) seria aposentado compulsoriamente por meio dos “Atos Normativos da Revolução”, além de ter enfrentado um inquérito no âmbito interno da Escola, liderado pelos professores Antônio Bernardes de Oliveira, Rodolfo de Freitas e Otto Bier. No mesmo ato o professor David Rosenberg também foi aposentado [...]¹².

11 “Paulista de Medicina Corrige Injustiça e Readmite Professor”, *Folha De São Paulo*, 26 jun. 1984, p.23.

12 J. C. Dias; J. P. Cavalcanti F.; M. R. Kehl; P. S. Pinheiro; P. B. de A. Dallari; R. M. C. da Cunha, *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*, Vol. II. p. 262.

No ano de 1984, em uma tentativa de reparação para com o professor David Rosenberg, a Escola Paulista de Medicina realizou um concurso de professor titular do Departamento de Técnicas Operatórias e Cirúrgicas e indicou Rosenberg para ocupar o cargo. Em uma das etapas desse processo, Rosenberg ministrou uma aula para mais de 150 pessoas de destaque na medicina paulista e brasileira. Na banca de avaliação estavam presentes grandes profissionais e amigos do doutor Rosenberg, entre eles Arrigo Raia, Salomão Kelner e José Hilário de Oliveira e Silva. Em seu discurso de posse no retorno à EPM, Professor David Rosenberg explicou as razões do seu afastamento:

(Discurso de Posse/25-07-84) / Meus Prezados Amigos/
Quero desde logo expressar de público meus profundos agradecimentos aos caros amigos que com muito empenho conseguiram a abertura do concurso que me possibilitou estar aqui recebendo um cargo pelo qual me preparei por muitos anos. Ao professor Magid Yunes, Diretor desta Escola, que desde sua posse buscou uma fórmula que me permitisse concorrer a este cargo.[...], talvez, até agora Magid e Gallucci veriam frustrados os seus esforços de viabilizar a realização de uma concurso que já viria com cerca de 20 anos de atraso./Nada seria mais natural neste evento do que eu partilhar com os senhores uma inquietação que me angustiou durante este 20 anos: Porque fui afastado da Escola, punido com aposentadoria-compulsória em 1964?/Apesar de não ter declarado o motivo certamente não foi por corrupção. E se bem que os motivos reais possam ter sido outros, de todos sabido, a alegação teria sido de subversão, como se constata da leitura do libelo acusatório contra mim preparado, uma peça que envergonharia a qualquer jurista principalmente./Analisemos juntos em que consistiu minha caracterização como subversivo./Teria sido por eu ter tomado posição na luta pela preservação do Monopólio Estatal do Petróleo, por ter participação na luta pela paz, contra a utilização da

energia atômica para fins militares, contra preconceitos de raça e credo?¹³

O Professor Doutor David Rosenberg morreu no ano de 2002.

Fontes

- LOTART-JACOB, J.L. *Monsieur le Pr ROSEMBERG*. Telegrama. Paris. 10 de setembro de 1968. Doc. 217/9.
- PODER JUDICIÁRIO. Justiça Militar Federal. 2ª Auditoria da 2ª C.I.M. 4 de outubro de 1978, Ofício nº 1687. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- ROSENBERG, David. *Discurso de Posse*. Doc. 217/38. Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 25 de julho de 1984.
- SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA. POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE ESTRANGEIROS E PASSAPORTE – “DEOPS”. 2ª Auditoria da 2ª C.I.M. Ofício nº 1687/78. 17 de novembro de 1978. São Paulo. Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- _____. POLÍCIA CIVIL DE SÃO PAULO. DIVISÃO DE INFORMAÇÕES – OPI – DOPS 11 de abril de 1978, Microfilme 30-K-137, ordem 01-51, Pasta 001. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Microfilmes 132-138.

Referências bibliográficas

- DIAS, José Carlos; CAVALCANTI F, José Paulo; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu; CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*. Vol. II. Textos Temáticos. Brasília, 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Paulista de Medicina Corrige Injustiça e Readmite Professor. 26 de junho de 1984.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de; ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; TOLEDO, Caio Navarro de; LIMA, Eduardo Garcia de; CANO, Wilson; BÚRIAN JR., Yaro. Relatório Final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” da Unicamp. Campinas, 1º de abril de 2015.
- REVISTA MEDICINA E CULTURA. *Noticiário*. São Paulo. Vol. 30, nº 2 – maio/agosto 1984.
- ROSENBERG, David. *Discurso da Posse*. Arquivo da Escola Paulista de Medicina. São Paulo. 25 de julho de 1984. Doc. 217/38.
- TRIVIÑO, Tarcisio. *David Rosenberg: Um nome a ser reverenciado*. Unifesp. São Paulo. Acta Cirúrgica Brasileira – Vol 17 (6) 2002.

13 São Paulo, Escola Paulista de Medicina, David Rosenberg, *Discurso de Posse*, Doc. 217/38, São Paulo, 25 jul. 1984, fl. 01.

8. Fábio Ancona Lopez

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO E REDAÇÃO:
DANIEL RODRIGUES MARTINS

Filho de Dante Ancona Lopez e Linda Ancona Lopez, Fábio Ancona Lopez nasceu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1939. Formado na Escola Paulista de Medicina (EPM), Fábio Ancona Lopez é médico pediatra e aposentou-se como docente na EPM, em 2009. Também trabalhou como docente na Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu, atual Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi interrogado pelo Inquérito Policial Militar (IPM) que ocorreu na EPM, em 1964. Ele nos contou em depoimento¹ que não foi possível trabalhar na EPM, após sua formatura, devido ao seu envolvimento com Partido Comunista Brasileiro (PCB). Iniciou sua graduação em 1958 e formou-se como Médico em 1963. Durante o curso de Medicina, por volta de 1960, filiou-se ao PCB. Participou do comitê universitário e do comitê estadual do partido, além de tornar-se membro da diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE).

Fábio alinhava-se aos ideais comunistas desde muito antes de sua entrada no curso de Medicina. Seu pai, Dante Ancona Lopez, trabalhou na distribuição e exibição cinematográfica. Dante tornou-se uma figura importante para o cinema brasileiro por disponibilizar o acesso a filmes alternativos. Em 1957 inaugurou o Cine Coral com a exibição de *La Dolce Vita*, de Fellini. No Cine Coral, realizou festivais de cinema de filmes europeus e introduziu no circuito de cinema brasileiro o conceito de cinema de arte². Na ocasião de seu falecimento, o crítico de cinema Leon Cakoff escreveu um artigo, publicado na Folha de São Paulo³, homenageando Dante. Em seu artigo, Leon afirma que se não fosse a atuação de Dante, os grandes gênios do cinema europeu seriam muito pouco conhecidos no Brasil. O artigo também diz que

1 F. A. Lopez, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 14 jul. 2014.

2 L. A. Faria, *Depoimento ao Museu da Pessoa*.

3 “Ilustrada”, *Folha de São Paulo*, 6 de Janeiro de 2000.

Dante “desafiou o regime militar promovendo exposições clandestinas nos porões do Belas Artes com filmes proibidos”. Ele fundou o Cine Belas Artes ao reformar o antigo Cine Trianon. Em seu depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML), Fábio contou, com contentamento, que Dante gostava de ler poemas revolucionários italianos em reuniões familiares⁴.

Era simpatizante do PCB e Luís Carlos Prestes frequentava sua casa. Houve uma determinada ocasião em que Prestes pediu para que Dante fornecesse seu nome para a abertura de um cofre na Caixa Econômica Federal. O cofre serviria para o depósito de dinheiro vindo da União Soviética e devido a este envolvimento, o pai de Fábio foi preso pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS) em 1975, já com 65 anos. Nesta ocasião os familiares conseguiram fazer um acordo com os delegados do DOPS. Uma quantia em dinheiro foi paga para que ele fosse libertado. Fábio conta que seu pai não sofreu tortura devido à sua idade já avançada.

Porém, mesmo com esta ligação estreita com o partido comunista, Dante repreendia seu filho Fábio pelos riscos que corria na militância. O ano de 1961 foi quando Fábio atuou mais assiduamente no PCB e participava quase que diariamente da organização de comícios e passeatas. Durante a graduação, Fábio frequentou as assembleias do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB), demonstrando que desde muito cedo tinha facilidade para falar em público. Seu envolvimento em movimentações políticas já era evidente desde o início do curso de Medicina.

Quando começou a participar de reuniões da célula comunista da EPM, recebeu ensinamentos sobre materialismo histórico de Benedito Arthur Sampaio, professor de psiquiatria da escola naquele período. Sua entrada no PCB se deu no momento da solicitação de um membro da célula da EPM para compor o comitê universitário do partido. Ao fazer parte do comitê universitário, ele passou a participar de reuniões do comitê estadual do PCB, onde teve contato com diversas figuras importantes da história e da política brasileira como Carlos Marighella e Alberto Goldman. Posteriormente, tornou-se membro da diretoria da União Estadual dos Estudantes (UEE) e membro Comitê de Solidariedade a Cuba, em São Paulo. Este comitê tinha o objetivo de demonstrar

4 F. A. Lopez, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 14 jul. 2014.

apoio a Cuba contra a invasão norte-americana de 1961. Fábio contou em depoimento⁵ que participou como orador de um comício na Praça da Sé em solidariedade a Cuba. Neste episódio ele queimou uma bandeira dos Estados Unidos com a ajuda de outros companheiros no palanque. É possível que a partir deste momento ele tenha se tornado uma figura importante a ser investigada pelos aparelhos persecutórios da ditadura.

Em documentos do DOPS, observa-se que Fábio Ancona Lopez teve atividades registradas pela ditadura até 1975, quando trabalhava como docente na Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu.

Em 3 de Janeiro de 1975, o referenciado ocupava o cargo de Diretor em Exercício do H.C., em Botucatu, oportunidade em que na qualidade de diretor/ encaminhou ao presidente da Comissão de graduação do Setor Médico, ofício dos representantes da futura 5ª série/ de Medicina, os quais reivindicavam fornecimento das refeições e o pagamento da remuneração pela atividades assistenciais que prestavam⁶.

Os documentos também fazem alusão, por exemplo, a discursos feitos por ele em prol da União Soviética: “Foi primeiro orador em comício efetuado por regozijo do então reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS, consoante relatório de 13/08/1961”⁷. Também são encontradas nos documentos, alusões ao apoio de Fábio a Cuba: “Integrou a comissão organizadora do Encontro Estadual dos Amigos de Cuba, realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos na Rua do Carmo 171 – nesta cidade”⁸.

No início dos anos 1960, as universidades haviam se tornado um foco de grande potencial para a mobilização da esquerda no país e o movimento estudantil estava bem estruturado. Com diversas lideranças comunistas e da esquerda católica, as universidades tornaram-se

5 *Idem.*

6 52-Z-0-15099, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

7 *Idem.*

8 *Idem.*

centros de mobilização e os estudantes eram um grupo importante de pressão para mudanças. Apesar do fato de as universidades reunirem inimigos do novo regime, “credenciando-se”, portanto, com alvos privilegiados das primeiras operações, elas ocupavam simultaneamente um lugar estratégico na formação das elites intelectuais e políticas do país, e, secundariamente, dos dirigentes econômicos⁹.

Dessa maneira, logo após o golpe de 1964, as universidades e os sindicatos tornaram-se o alvo principal da ação repressiva dos militares. Nomeado o “Comando Supremo da Revolução” e instaurado o Ato Institucional, que passou a vigorar no dia 9 de abril, as forças repressivas do regime começaram a atuar nas universidades, que tiveram suas primeiras semanas de aula suspensas. As ações repressivas ficaram conhecidas como Operação Limpeza, nome dado pelos próprios agentes do Estado, que afastaram do cenário público seus adversários. Reitores e docentes perderam suas posições, e além das cassações as forças repressivas também usaram Inquéritos Policial-Militares (IPM) para interrogar pessoas consideradas subversivas. Cabia aos reitores das universidades a designação das comissões para instauração dos IPMs. O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) fala de um documento que demonstra que os IPMs eram uma exigência do regime às universidades:

Na 144^a Sessão Extraordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará (UFC), em 2 de maio de 1964, os conselheiros discutiram sobre um telegrama originário do Ministério da Educação e Cultura entregue à reitoria em 28 de abril, cujo o assunto era uma portaria que determinava a instauração de inquéritos nas universidades para a investigação de atividades subversivas¹⁰.

Nessa leva de caça aos inimigos do regime, três professores da EPM foram afastados, entre eles Marcos Lindenberg, membro fundador da EPM. Ele foi exonerado do cargo de reitor em 13 de abril de 1964. Nessa mesma data foi dissolvida a Universidade Federal de São Paulo (UFSP), que reunia diversas escolas isoladas e tinha a EPM como

9 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar*, p. 16.

10 “Comissão Nacional da Verdade”, *Relatório Final*, p. 269.

a principal. Lindenberg foi aposentado compulsoriamente em setembro de 1964¹¹.

Fabio Ancona Lopez formou-se em 1963. Mesmo não sendo mais aluno da EPM, foi chamado para depor no IPM que ocorreu na escola em 1964. Ele conta que na ocasião expressou de forma incisiva sua decepção com os professores que faziam parte da comissão organizadora. Eles tinham um livro de atas onde estava escrito que, em uma assembleia estudantil da qual participara enquanto estudante, Fábio dissera ser comunista. Isso foi suficiente para que o convocassem para o inquérito.

No início de 1964, Fábio estava atuando em uma sociedade de amigos de bairro no Jardim Nordeste, zona leste de São Paulo. Cerca de três dias após o golpe ele recebeu um telefonema de um morador do bairro. Fábio foi avisado que os militares o prenderiam se ele fosse até o local. Sob o clima de medo que havia sido instalado e sem a possibilidade de entrar em contato com seus companheiros de militância, ele conta que não havia o que fazer. Deixou de ter uma ligação orgânica com PCB. Ele continuou auxiliando financeiramente partido, além de livrar muitos dos companheiros de apuros. Queimou muitos dos seus livros¹², com o fim de não deixar evidências de sua participação em ações ligadas ao PCB.

A preocupação em desfazer-se dos livros comprometedores não era injustificada, pois se sabia que os policiais sempre “varejavam” as estantes dos suspeitos em busca de evidências de subversão. Às vezes a operação acabava em depredação dos livros, como ocorreu em algumas bibliotecas particulares¹³.

A forte militância que Fábio exerceu no PCB durante sua graduação repercutiu em sua carreira de médico. Como profissional na área de pediatria, atuou no hospital Perola Byington e no Sindicato dos metalúrgicos até 1970, quando foi contratado para compor o corpo docente da Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu. Segundo ele, mesmo esta contratação se deu por engano. Fábio soube posteriormente o fato de seu nome estar listado no Serviço Nacional de Informações (SNI). Na época, o reitor teria assinado sua contratação

11 *Idem*.

12 F. A. Lopez, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 14 jul. 2014.

13 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar*, Cap 1, p. 5.

sem saber que o seu nome estava na lista. Para Fábio, é possível que a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu tenha permitido que ele continuasse contratado por medo de assumir o erro para os órgãos da ditadura.

Ele fez mestrado, doutorado e livre docência em Botucatu. No ano de 1982, quando o país já vivia o momento de reabertura democrática, Fábio Ancona Lopez retornou à EPM como professor adjunto, posteriormente tornando-se professor titular. Ele permaneceu vinculado à instituição como docente até a sua aposentadoria, no ano de 2009.

Fontes

FARIA, Lia Ancona. *Depoimento ao Museu da Pessoa*. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/pt/conteudo/historia/antenada-no-seu-tempo-52600> - Acesso em: 22 Ago. 2014.

LOPEZ, Fábio Ancona. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 14 de julho de 2014.

“Morre exibidor pioneiro de filmes de arte em SP”. *Folha de São Paulo*, Ilustrada, 06 de Janeiro de 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0601200019.htm> – Acesso em: 3 Dez. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (52-Z-0-15099)

Referências bibliográficas

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: SEDH, 2007.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Breve história do “comunismo democrático” no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia 1964-....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O movimento estudantil dos anos 1960*. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia 1964-....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura, política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, 16 p.

SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a Esquerda Brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964 -1969*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

9. Gilberto Tanos Natalini

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI,
CARLOS MALAGUCI, E ELSON LIMA
REDAÇÃO: DANIEL RODRIGUES MARTINS

Filho de Urbano Natalini e Janete Tanos Natalini, Gilberto Tanos Natalini nasceu em 1952, no Rio de Janeiro. Ingressou na Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1970, onde se formou Médico especialista em Gastrocirurgia. Natalini é vereador de São Paulo desde 2008 e foi candidato a governador pelo Partido Verde em 2014. Iniciou sua militância política durante sua graduação, quando se envolveu fortemente com o movimento estudantil e foi preso e torturado pelo regime militar.

Natalini participou de um grupo que buscou fortalecer o Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB) no início dos anos 1970, em meio aos chamados “anos de chumbo” da ditadura. Segundo depoimento de Ines Miney¹, integrante do movimento estudantil na época, a maior dificuldade enfrentada pelo grupo era a distância entre a faculdade e o prédio onde se encontrava o CAPB. Em seu depoimento, Natalini contou que junto ao movimento estudantil de outras quatro faculdades de Medicina (USP, Mogi das Cruzes, ABC e Sorocaba), o grupo ajudou na organização de um jornal chamado *Articulação* e do primeiro Encontro Científico de Escolas Médicas, que posteriormente se tornou um tradicional evento entre os estudantes de Medicina do Brasil. Os colegas de Natalini, que o conheciam na época de movimento estudantil, o apontam como muito expansivo e articulado.

O contexto político do Brasil no final da década de 1960 e início de 1970, contava com uma massa de universitários engajados ideologicamente e bastante abastecidos pela arte e pela argumentação de esquerda. “Nos santuários da cultura burguesa a esquerda é que dá o tom”², é a visão que Roberto Schwarz teve no exílio sobre os primei-

1 I. Miney, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 jul. 2015.

2 R. Schwarz, *Cultura e política, 1964 -1969*, p. 8.

ros anos após golpe. De acordo com sua análise, o regime militar permitiu a circulação dos discursos de esquerda entre a elite intelectual e cultural, pois havia conseguido minar o contato deste ideário com as massas. Esta “liberdade” levou a um grande florescimento cultural e teórico, mesmo que restrito a algumas parcelas da população. Independente de entendermos que esta análise é correta ou não, é fato que as forças opositoras ao regime haviam tomado grande vulto por volta de 1968, quando foi instaurado o Ato Institucional n. 5. Neste período o governo militar perdia apoio até mesmo da Arena, partido político que fora criado para dar sustentação aos militares³. Com o AI-5, o governo militar empoderou os setores mais radicais da direita e o seu alvo principal eram os grupos de esquerda organizados nas universidades, vistos como focos de desenvolvimento da luta armada.

Assim, os anos que seguiram após 1968 foram de grande ofensiva da extrema direita no país e a EPM contou com diversos estudantes presos e torturados. No início da década de 1970, período em que Natalini iniciou a graduação, o movimento estudantil na Escola já estava bastante enfraquecido. Aqueles que exerciam militância de esquerda concentravam-se no centro acadêmico, mas não estavam ligados organicamente a nenhum movimento externo à faculdade. Os estudantes do Centro Acadêmico neste período mantiveram a edição do jornal chamado *O Barretinho* e faziam conexões com integrantes e textos de outros movimentos.

A prisão de Natalini em 1972, que desencadeou a prisão de mais onze estudantes da EPM, ocorreu devido à circulação do jornal *Imprensa Popular* na faculdade. Este jornal era editado pelo Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), que na época já contava com boa parte de seus integrantes mortos por meio de execução. Paulo Antunes Horta, um dos estudantes da EPM, tinha dois irmãos que integravam grupos políticos clandestinos, Maria Aparecida Antunes Horta e Celso Antunes Horta. Celso era integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e Cida era integrante do MOLIPO. Natalini contou em depoimento a CVML⁴ que Paulo recebia jornais do MOLIPO por meio de sua irmã. O *Imprensa Popular* buscava evidenciar as contradições

3 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar: Cultura, política brasileira e modernização autoritária*, p. 148.

4 G. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013.

do regime militar e do capitalismo. A tendência do discurso era de aproximação do setor estudantil com a classe operária e incentivo da entrada de universitários na luta armada contra a ditadura⁵.

Uma das pessoas que recebeu o jornal de Natalini foi um membro do PCB do Mato Grosso, que posteriormente foi preso pelo regime. O militante acabou por dizer quem havia dado o jornal do MOLIPO para ele. A partir de então, Natalini conta que passou a ser espionado por agentes. Após mais de 30 dias de espionagem, ele foi preso por volta das 7 horas da manhã, quando saía de casa. Os agentes mostraram para Natalini várias fotos dele em diferentes lugares e fazendo diversas atividades do seu dia a dia. Ao ser preso, foi recebido pelo então coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra no DOI-CODI e sofreu fortes pressões psicológicas por três dias.

Em depoimento a CVML, Ines Miney⁶ contou que a avó de Natalini, conversou com seus colegas de faculdade e disse que havia visto alguns homens abordarem Natalini no ponto de ônibus. Segundo Ines, alguns colegas de Natalini entenderam que seria importante ir até a casa do estudante preso. O objetivo era avisar a família da possível prisão e recolher qualquer vestígio de material subversivo do local. A casa tinha um quarto no fundo, construído de forma improvisada. Lá Natalini estudava e guardava bastante material de propaganda revolucionária. Segundo ele, havia pôsteres nas paredes de líderes comunistas e muitos exemplares de jornais de organizações clandestinas. Tudo foi levado para a casa de um tio dele.

Na prisão, Natalini não sabia de nada sobre as movimentações de seus amigos e familiares. Disse para Ustra que o jornal entregue ao militante do PCB de Mato Grosso havia sido encontrado nos banheiros da EPM. Ustra acreditou em sua versão. O coronel assinou sua ordem de soltura e mandou que os agentes levassem Natalini para casa. Todo o material subversivo que estivesse no local deveria ser apreendido. Natalini conta ⁷ que Ustra ficou com bastante raiva dele por ter conseguido enganá-lo. Quando o estudante chegou em sua casa com os agentes foi direto ao seu quarto de estudos e não encontrou nenhum dos jornais. Perguntou para sua avó o que havia sido feito do material.

5 Brasil: Nunca Mais, BNM 668, *Delegacia Especializada de Ordem Social*.

6 I. Miney, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 jul. 2015.

7 G. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013.

Sem saber o que estava acontecendo, a senhora contou o ocorrido na frente dos agentes. Ela disse que os amigos de Natalini foram até lá e disseram que seria perigoso manter o material na casa. E que tudo havia sido levado para a casa de seu tio. Neste momento Natalini começou a apanhar e os familiares que tentaram defendê-lo também sofreram agressões físicas. Sua avó foi empurrada e um tio que era paraplégico também sofreu agressões. Acompanhado de uma prima e uma tia, o estudante foi levado sob espancamento para a casa dos parentes onde estava o material. Lá, quando o material foi encontrado, os agentes prenderam todos os presentes.

A partir daí começou a investigação que, por meio de intimidação e tortura, levou a diversas prisões de estudantes da EPM em 1972. Ines contou⁸ que primeiramente os agentes do DOI-CODI foram até a EPM para buscar os registros que continham as fotos dos colegas de turma. Depois, levaram para que a avó de Natalini reconhecesse aqueles que haviam pegado os jornais em seu quarto de estudos. Além dos estudantes da EPM, algumas pessoas que faziam parte dos círculos de amizade deles foram presas. Dentre elas a esposa de Paulo Horta, que estava grávida na ocasião. Em documentos do DOPS que mostram as fotos e as datas das prisões⁹ é possível verificar que Paulo Horta e Walter do Nascimento foram presos no dia 11 de agosto de 1972, três dias depois da prisão de Natalini.

Segundo Natalini, entre os estudantes homens que foram presos teve um que apanhou mais no dia da prisão. José Augusto de Oliveira foi confundido com outro homem que há muito estava sendo procurado, com apelido de Zé Galinha. José Augusto também tinha esse apelido entre os colegas da EPM, mas não era o Zé Galinha que estava sendo procurado. Ele era apenas simpatizante do movimento estudantil e não tinha ligação com a militância, mesmo assim foi o que mais apanhou. Natalini contou que todos ficaram presos por sete dias em averiguação e foram torturados. Após esse período, os agentes perceberam que os mais comprometidos com o caso eram Natalini, Walter do Nascimento e Paulo Horta. Os outros oito estudantes foram soltos no oitavo dia. A partir daí a tortura começou a ficar mais forte, segundo Natalini. Os

8 I. Miney, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 jul. 2015.

9 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, (30Z-163-470).

agentes queriam informações sobre Maria Aparecida Antunes Horta, que era integrante do MOLIPO e irmã de Paulo.

A política do aparelho repressivo em relação aos membros do MOLIPO era de barbárie, assim como em relação a qualquer militante de esquerda que tivesse feito cursos de guerrilha em outros países da América Latina. O MOLIPO nasceu em meados de 1971, resultado de uma dissidência da ALN. No início de 1970, o terceiro grupo que a ALN enviou a Cuba para treinamento em guerrilha contava com 30 membros. Vinte e seis deles romperam com a direção no final do mesmo ano, enquanto ainda estavam em Cuba. Este racha da ALN deu origem ao MOLIPO, no ano seguinte. O grupo ainda contava com mais dois militantes que não faziam parte dos 30, mas estavam foragidos em Cuba. Assim, o MOLIPO contava com 28 militantes com treinamento em Cuba e recebeu uma antipatia especial dos agentes da ditadura¹⁰. O caso das prisões da EPM em 1972 é um exemplo de como andavam os escrúpulos dos agentes nessa época.

É muito provável que eles já soubessem que os três estudantes não faziam parte da luta armada. Mas eles foram mantidos sob tortura na tentativa dos agentes de conseguirem mais nomes do MOLIPO. Em depoimento à CVML, Walter do Nascimento¹¹ contou que algumas das pessoas que foram liberadas antes deles encontraram Cida Horta. Ela foi informada que os agentes já sabiam de seu nome e estavam procurando por ela. Sabendo disso, Cida Horta fugiu. No documento do DOPS que relata o inquérito da prisão dos estudantes é possível verificar que o objetivo dos agentes, ao perseguirem Cida Horta, era o de encontrar Silvia Peroba Carneiro Pontes:

Prosseguindo nas investigações para a localização da subversiva - terrorista SILVIA PEROBA CARNEIRO PONTES. Os Órgãos de Segurança conseguiram chegar ao “aparelho” situado à Pça Benedito Calixto, 186 apto. 83, ocupado por Maria Aparecida Antunes Horta, no qual encontraram farto material subversivo, inclusive máquina de escrever e mimeógrafo, no qual era impresso o jornal

¹⁰ Brasil, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos, *Direito à memória e à verdade*. op. cit., p. 469.

¹¹ W. Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jul. 2015.

“Imprensa Popular”, editado pela MOLIPO - Movimento da Libertação Popular¹².

Não foram encontrados pela CVML documentos que indicassem que Natalini conhecia Silvia Peroba Carneiro Pontes ou mesmo Maria Aparecida Antunes Horta. Em documentos da DSI (Divisão de Segurança e Informações) que mostram interpretações dos agentes quanto aos depoimentos dos indiciados no caso, é possível saber o que os agentes pensavam sobre o envolvimento de Natalini com a resistência ao regime:

simpatizante de ideias de esquerda, - pois acredita o depoente que somente através um regime socialista poder-se-ia alcançar um nível social, cultural, político econômico mais condizente para maior número de pessoas; que em razão disso não perde oportunidade de proclamar suas ideias entre seus colegas e conhecidos; que ao receber documentação de caráter subversivo procurou estudar a linha política da mesma no caso a MOLIPO através seu órgão de divulgação o jornal Imprensa Popular e alguns panfletos que versam sobre técnica de guerrilhas (guerrilha urbana)¹³.

Os estudantes contaram o endereço de Cida Horta quando tiveram segurança de que ela já havia fugido. Natalini, Paulo e Walter foram transferidos do DOI-CODI para o DOPS quando não tinham mais utilidade para os agentes. No DOPS o tratamento era menos violento. O tempo passado lá era um período “em que se instaurava o processo e os prisioneiros emergiam para a legalidade”¹⁴. Os três estudantes dividiram a cela com mais 12 pessoas. Havia representantes de diversas organizações clandestinas e a intensa convivência permitiu estabelecer um clima de camaradagem.

12 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, (30Z-160-12416).

13 Brasil, Ministério Da Educação e Cultura. *Encaminhamento nº 0740, Data ilegível*, Arquivo Nacional, Fundo SNI (AC_ACE_54007_73).

14 J. Patarra, *Médicos do Cangaíba*, p. 38.

Walter do Nascimento conseguia receber pacotes de chá dos familiares. De noite, ele pegava água do chuveiro, o mais quente possível, e fazia chá. Todos se reuniam para tomar o chá e essas reuniões rendiam discussões acaloradas entre os presos. Eles analisavam as diferenças das visões conjunturais e estratégicas de cada uma das várias organizações políticas que representavam. A cada dia se discutiam as teorias de uma organização.

Um dos presos que estava na cela era um operário chamado João Chile. Ele morava no bairro do Cangaíba e contava como era o trabalho dos padres da Igreja Bom Jesus do Cangaíba com a comunidade. Certa vez João Chile debochou dos estudantes da EPM. Disse que eles tinham muita ideologia naquele momento, mas que quando ficassem mais velhos se acomodariam com a profissão médica e deixariam de lutar por justiça social. João, por sua vez, era operário. Ele morava na periferia e vivia realmente como o povo que eles diziam defender. Natalini conta que naquele momento sentiu-se desafiado, desejou mostrar para João Chile que não era o tipo de pessoa que deixaria de lutar. Por isso pediu que João escrevesse seu endereço em um papel de cigarro e escondeu o papel na barra de sua calça. Ele disse para João que mostraria o quanto estava enganado. Foi assim que nasceu a experiência popular do Ambulatório do Cangaíba, com atendimento gratuito e orientações sobre saúde. Segundo Natalini, tudo começou de um deboche do operário João Chile naquela cela do DOPS.

Depois de cerca de trinta dias no DOPS, Natalini foi libertado, mas antes teve que retornar ao DOI-CODI e foi recebido por um policial com o codinome de Coronel Ubirajara. Este policial comandou a sessão de tortura na qual o estudante perdeu quase trinta por cento de sua audição. Natalini teve que mudar sua especialidade médica devido à deficiência auditiva. Segundo ele, o torturador que o deixou parcialmente surdo, Aparecido Laertes Calandra, tinha uma personalidade peculiar. Ele era educado, carinhoso e prestativo com os presos em determinados momentos, mas sem motivos aparentes tornava-se um monstro. Quando o estudante foi liberado, Calandra conversou com ele antes de sair. Disse para que não voltasse a lutar contra o regime e que não contasse a ninguém o que havia acontecido no DOI-CODI, caso contrário seria preso novamente e sumiriam com ele, pois muitos já tinham desaparecido. Ao sair do DOI-CODI, assim que entrou no táxi,

Natalini começou a relatar o que havia acontecido ao taxista. E voltou a militar no movimento estudantil ao retornar para EPM.

Natalini formou-se em dezembro de 1975 e apareceu na casa de João Chile em janeiro de 1976, acompanhado de mais alguns médicos recém-formados na EPM. Houve grande comoção neste reencontro. A igreja da paróquia tinha um ambulatório pronto, mas sem médicos para atender a população. Os conhecidos médicos do Cangaíba foram além dos atendimentos. “O grupo logo passou a dar cursos sobre saúde, preparou e distribuiu cartilhas, fez palestras tanto no Cangaíba como em outros bairros da Zona Leste”¹⁵. A maioria dos médicos do Cangaíba filiou-se ao PCdoB quando estava atuando na comunidade. Segundo Natalini, a escolha do PCdoB foi decorrente da trajetória desse partido, que é mais ligado à atuação na periferia. Natalini ingressou na carreira política, mas se desligou do PCdoB devido a discordâncias com a forma de atuação das coordenações. Já na carreira política, mas sem partido, participou da fundação do PSDB, na década de 1980. Atualmente é vereador do município de São Paulo pelo PV e foi candidato a governador pelo mesmo partido em 2014. Natalini continua atuando gratuitamente no ambulatório do Cangaíba.

Fontes

BRASIL. Ministério Da Educação e Cultura. *Encaminhamento nº 0740. Data ilegível.*

Arquivo Nacional. Fundo SNI (AC_ACE_54007_73).

BRASIL: NUNCA MAIS. BNM 668. Delegacia Especializada de Ordem Social.

MINEY, Ines. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de julho de 2015

NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de julho de 2015

NATALINI, Gilberto. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (30Z-163-470)

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (30Z-160-12416)

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Relatório de inquérito nº 9 / 72 – vol. 6*. 2356. São Paulo: 1972. 2356 f. Brasil Nunca Mais, BNM_068. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=115200. Acesso em 15

¹⁵ *Idem*, p. 14.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.
- _____. Secretaria Especial de Direitos Humanos: Comissão especial sobre mortos e desaparecidos políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: SEDH, 2007.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Breve história do “comunismo democrático” no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia 1964-....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia 1964-....* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- MARTINS FILHO, João Roberto. *O movimento estudantil dos anos 1960*. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: Cultura, política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PATARRA Judith, *Médicos do Cangaíba*. São Paulo: Fenix Editorial, 2012.
- ROLEMBERG, Denise. *O Apoio de Cuba a Luta Armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a Esquerda Brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política, 1964 -1969*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

10. Jesus Carlos Machado

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO E REDAÇÃO:
VINICIUS FAUSTINO

Jesus Carlos Machado nasceu na cidade de Catanduva-SP, em 19 de novembro de 1919. Era filho de Carlos Machado e de Maria Theresa Machado. Formou-se em medicina pela EPM (Escola Paulista de Medicina), em 1954, onde começou a trabalhar na área da patologia.

Em 1959 entrou no Instituto Butantan, atuando inicialmente como chefe de Seção de Anatomia Patológica e chegando ao cargo de vice-diretor da instituição. Em um documento enviado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) para a Presidência da República, com o assunto: “Subversivos no Instituto Butantan¹”, Jesus Carlos Machado teve o nome citado como um homem de antecedentes esquerdistas.

No início do ano de 1963, segundo consta em documentação do DEOPS², Jesus Carlos Machado foi designado pela diretoria da União Cultural Brasil–URSS para entrevistar candidatos a bolsas de estudos para a Universidade de Amizade dos Povos Patrice Lumumba, em Moscou. Já em 1964, chegou a ocupar o cargo de diretor da União Cultural Brasil–URSS, o que para os órgãos repressores era uma clara associação à ideologia comunista.

Ainda no ano de 1964, Jesus Carlos Machado atuava como médico e professor assistente da disciplina de Anatomia Patológica na Escola Paulista de Medicina e também como Secretário Geral da Associação dos Servidores da Universidade Federal de São Paulo, segundo consta em documentação no Arquivo DEOPS³ em sua folha de antecedentes requerida em 1970 pelo Serviço Nacional de Informação

1 Brasil, Presidência da República, Agência São Paulo, *Instituto Butantan*, São Paulo: 1972, 75 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (AC ACE 64783/73).

2 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, *Divisão de Informações: Jesus Carlos Machado*, 2 fls., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, (52-Z-0-6201).

3 *Idem, loc., cit.*

– confirmada essa participação pelo depoimento de sua companheira Yvone Fattibene. Ainda, segundo o documento, ele e sua companheira pregavam ideologias comunistas para alunos e funcionários da EPM. Jesus Carlos Machado também fez parte do Centro de Estudos Sociais, que segundo documentação do SNI⁴, seria de fundo comunista e dirigido pelo cientista Mário Schemberg. Esse centro funcionava como aglutinador de debates políticos e culturais de intelectuais paulistas, tendo como base os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁵. De modo geral, as faculdades de medicina eram predominantemente conservadoras, entretanto existiam exceções como Jesus Carlos Machado, que sofriam com a repressão por suas opções políticas, “os docentes sensíveis ao apelo da esquerda representavam franca minoria nos meios universitários antes de 1964. (...) No momento do golpe, os agentes repressivos já tinham seus alvos previamente definidos.”⁶

Nas semanas seguintes ao golpe militar, Jesus Carlos Machado sofreu um duro golpe contra a sua carreira. Foi retirado da sala de aula por agentes policiais enquanto exercia a função de docente assistente na EPM⁷. Em seguida, foi levado com sua companheira para o navio-prisão Raul Soares, em Santos⁸, mas por conta de uma ligação imprevista que Yvone não sabe explicar a origem, eles foram levados para as instalações do DOPS, onde passaram alguns dias detidos.

No final do ano de 1964, com a publicação dos Atos da Revolução⁹, Jesus Carlos Machado teve seu cargo colocado como disponível, ou seja, foi exonerado do cargo de professor assistente da Escola Paulista de Medicina. Os atos da então Presidência da República atingiram vários membros de universidades do país, tidos como ameaças à ordem vigente, como é o caso do então reitor da Universidade Federal de São Paulo, à qual pertencia a EPM, Marcos Lindenberg.

4 Brasil, Presidência da República, Agência São Paulo, Instituto Butantan, São Paulo: 1972, 75 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (AC ACE 64783/73).

5 V. H. Baeta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 dez. 2013.

6 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, p. 25.

7 Y. Fattibene, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 09 abr. 2015.

8 “O Navio Raul Soares, se transformou em cárcere flutuante, de 24 abr. a 23 nov. 1964 e serviu para encarcerar sindicalistas, rotulados de comunistas.”

9 Os “Atos da Revolução” foi o primeiro conjunto de leis e artigos pelo governo militar. Brasil, Ministério da Educação e Cultura, *Atos da Revolução*, Brasília: 1964. 71 fls., Arquivo Nacional. Fundo SNI (AFZ ACE 960 002).

Após esses momentos conturbados de perseguição e repressão, Jesus e Yvone fizeram uso de uma licença da EPM para deixar o país. Em 1966, com a licença aprovada em mãos, viajaram rumo à França, onde se instalaram com a ajuda do dr. Humberto Rangel, colega de trabalho no Instituto Butantan. Ainda no exílio francês, sofreram com a vigilância e a opressão do regime ditatorial brasileiro. Segundo Yvone, as perseguições aos exilados eram comuns. Foi assim que em uma noite, quando voltavam de um jantar com um amigo, tiveram que fugir de um provável investigador policial no metrô francês¹⁰.

De volta ao Brasil, Machado foi presidente da Sociedade Brasileira de Patologia de 1990 a 1993¹¹, tendo construído uma grande carreira na área com contribuições importantes para a medicina brasileira. Faleceu aos 76 anos, em fevereiro de 1996.

Fontes

BAETA, Vera Henriques. Depoimento à CVML/Unifesp. 05 de dezembro de 2013.

FATTIBENE, Yvone. Depoimento à CVML/Unifesp. 09 de abril de 2015.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Agência São Paulo. *Instituto Butantan*. São Paulo: 1972. 75 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (AC ACE 64783/73).

_____. Ministério da Educação e Cultura. Atos da Revolução. Brasília: 1964. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (AFZ ACE 960 002).

FONSECA, Pedro Henrique. “Navio- Prisão Raul Soares: Memórias do Cárcere Flutuante”. *Diário do Litoral*. 23 Out. 2013. Mais informações em: <<http://www.diariodolitoral.com.br/conteudo/20604-navio--prisao-raul-soares-memorias-do-carcere-flutuante>> Acesso em 04/05/2015.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. P.25.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social. *Divisão de Informações*: Jesus Carlos Machado. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. (52-Z-0-6201)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGIA. Galeria de ex-presidentes: Prof. Dr. Jesus Carlos Machado (período de 1990-93). Disponível em: <<http://www.sbp.org.br/QuemSomos/exPresidenteCurriculum.aspx?id=20>> Acesso em 02 mar. 2015.

10 Y. Fattibene, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 09 abr. 2015.

11 Sociedade Brasileira de Patologia, *Galeria de ex-presidentes: Prof. Dr. Jesus Carlos Machado (período de 1990-93)*.

11. Lucílio da Silva Filho

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI, DANIEL R. A. MARTINS,
PATRÍCIA HELENA G. SILVA E SHEILA MARQUES FEITOSA
REDAÇÃO: SHEILA MARQUES FEITOSA

Lucílio da Silva Filho nasceu em Altinópolis, interior de São Paulo, em 19 de outubro de 1949. É filho de Lucílio da Silva e Lucinda Teodoro da Silva. Ingressou no curso de Medicina na Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1970¹.

Lucílio morou um tempo em Altinópolis com a família e em busca de novas oportunidades, seu pai mudou-se com eles para Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Lá o estudante de cerca de quinze anos participou de reuniões em que se discutiam temas como política e guerrilha, um pouco mais tarde, foram morar e trabalhar em São Paulo².

Uma vez morando na capital, Lucílio Filho conseguiu bolsa de estudos no curso pré-vestibular do Objetivo e, posteriormente, foi aprovado na EPM. Logo no começo da graduação deu aulas para complementar sua renda. Participou do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB) e presidiu a agremiação no período de 1973 e 1974. Auxiliava na escrita e edição das publicações do jornal do CAPB, *O Barretinho*. A cada novo jornal, ele e os colegas tinham o hábito de assinar seus nomes e comemoravam o feito. Mantinha contato com pessoas da Universidade de São Paulo (USP) e também com alunos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que visitavam a escola passando informações sobre o movimento estudantil³.

Em agosto de 1972, Gilberto Natalini foi preso. Querendo ajudar o amigo encarcerado, Lucílio, José Augusto de Oliveira (Zé Galinha), José Gilberto Merussi di Santis (Zezito) e Dirceu Diniz foram à casa de Natalini para se livrarem de materiais que pudessem ser considerados subversivos, como as edições de *O Barretinho* e o livro *Guerra de*

1 L. da S. Filho, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 set. 2015.

2 *Idem*.

3 *Idem*.

Guerrilhas, escrito e autografado por Che Guevara. Após esse episódio, os quatro passaram a ser seguidos e observados. Como foram vigiados por mais de uma semana, Lucílio percebeu que poderia ser preso e pediu que uma de suas irmãs guardasse materiais seus que poderiam ser taxados de insurretos e já deixou todos os seus documentos separados para caso ocorresse o que previa. Alguns dias depois, os policiais apareceram em sua casa junto com Gilberto e assim levaram Lucílio Filho preso. De lá, seguiram até o bairro da Lapa, para capturar o colega José Augusto. Os três foram conduzidos para a Operação Bandeirante (OBAN)⁴.

Chegando ao prédio da OBAN, Natalini foi separado dos amigos e os outros dois foram conduzidos para uma sala de interrogatório, equipada com aparelho de choque elétrico⁵, onde cada um ficou em um dos cantos das paredes. Logo surgiram as primeiras piadas relacionadas com o apelido de Zé Galinha⁶. Fizeram-lhes várias perguntas, principalmente relacionadas ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), para assim verificar se eles eram ligados à organização. Ambos foram torturados, primeiro psicologicamente, com ameaças de que iriam matá-los, e depois vieram os flagelos físicos, com castigos corporais e descargas elétricas nas mãos, braços, orelhas e genitais⁷. Outra forma de suplício foi amarrar Lucílio, colocar uma forte luz branca em seu rosto e aplicar-lhe a palmatória⁸. Colocaram-no também

4 *Idem*.

5 *Choque elétrico* é a aplicação de descargas elétricas em várias partes do corpo do torturado, preferencialmente nas partes mais sensíveis, como, por exemplo, no pênis e no ânus, amarrando-se um polo no primeiro e introduzindo-se outro no segundo; ou amarrando-se um polo nos testículos e outro no ouvido; ou ainda, nos dedos dos pés e mãos, na língua etc. (Quando se tratava de presas políticas, os polos costumavam ser introduzidos na vagina e no ânus). Brasil, Comissão Nacional da Verdade, *Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dezembro de 2014 - Capítulo 9: Tortura*. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 103. Palmatória, p. 366.

6 Os inquiridores disseram que José Augusto deveria colocar um ovo em pé e vermelho, por ser um “comunista”. L. da S. Filho, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 set. 2015.

7 Relato escrito por Lucílio da Silva Filho.

8 *Palmatória* é a utilização de uma haste de madeira, com perfurações na extremidade, que é arredondada. É usada de preferência na região da omoplata, na planta dos pés e palma das mãos, nádegas etc., causando rompimento de capilares sanguíneos e ocasionando derrames e inchaço, que impedem a vítima de caminhar e de

por pouco tempo no pau de arara⁹. Foram vários dias de depoimentos individuais e torturas, e uma das táticas para ver se Lucílio diria algo que lhe comprometesse era afirmar que José Augusto já o havia entregado. Visto que não sabia de nada, ficava quieto. Em um dos dias de prisão, ficou até de madrugada em depoimento sendo flagelado. Numa noite, levaram ele e os colegas de cela, alunos da EPM, Paulo Antunes Horta, Gilberto Natalini, José Teles Claro, Antonio Luis Caldas Junior, José Augusto, José Gilberto Merussi di Santis, Dirceu Diniz, Walter do Nascimento e dois parentes de Paulo Horta, para uma sala e lhes disseram que era a “Noite de São Bartolomeu”. Eles ficaram de pé, separados uns dos outros e sem poder se comunicar, virados de frente para a parede. Os investigadores riam deles, lhes falavam grosserias e abriram armários cheios de armas e ameaçavam fuzilar todos eles. Um dos policiais pediu a Lucílio que tirasse o blusão da escola que vestia e informou-lhe que ele seria o primeiro a morrer. Encostou uma arma em seu peito e disparou, porém o revólver estava descarregado. Em seguida, o investigador colocou a pistola na cabeça de José Augusto e procedeu do mesmo modo, com o armamento sem munição¹⁰. Nas últimas declarações que precisou dar, os militares tentaram ligar o nome de Lucílio ao movimento contra o governo promovido por alunos da Fundação Getúlio Vargas (FGV)¹¹.

Após aproximadamente duas semanas, Lucílio foi libertado, ficando ainda detidos Gilberto Natalini, Paulo Antunes Horta e Walter do Nascimento. Antes de ser liberado, no pátio da OBAN, ainda

segurar qualquer coisa. Brasil, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dezembro de 2014 - Capítulo 9: Tortura*. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 103. Palmatória, p. 368.

9 *Pau de Arara*: Nessa modalidade, o preso fica suspenso por um travessão, de madeira ou metal, com os braços e pés atados. Nesta posição, outros métodos de tortura são aplicados, como afogamento, palmatória, sevícias sexuais, choques elétricos, entre outros. Brasil, Comissão Nacional da Verdade, *Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dezembro de 2014 - Capítulo 9: Tortura*. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 103. Palmatória, p. 372.

10 Relato escrito por Lucílio da Silva Filho. L. da S. Filho, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 set. 2015.

11 *Idem*.

disseram que os fuzilariam ali. O coronel Ustra chegou a ameaçá-lo para que não fizesse mais o jornal da escola, *O Barretinho*. Lucílio Filho foi acompanhado pelos guardas até em casa, pois ele não havia entregado a chave de seu armário da faculdade. Foi seguido e vigiado por aproximadamente um mês após sua libertação¹².

Como consequência dos martírios que sofreu durante a prisão, Lucílio Filho ficou estéril, surdo de um dos ouvidos e com zumbido no outro, e submeteu-se à psicoterapia por ter desenvolvido transtornos depressivos e fóbico-ansiosos. Adquiriu também cifose crônica, que limita suas atividades físicas. Quando desejou ter filhos, recorreu à reprodução assistida¹³.

Depois do confinamento, Lucílio voltou à faculdade e se sentiu acolhido pela escola. Continuou seus estudos e sua participação no CAPB e no jornal *O Barretinho*. Em um dos eventos para a federalização da EPM, ele participou de um jantar com o então ministro da educação Jarbas Passarinho. Na festa de 40 anos da escola, Lucílio Filho pôde discursar, mas antes seu texto passou pela averiguação dos professores. Formou-se em 1975. Desde o terceiro ano da faculdade, já trabalhava no Hospital São Paulo como generalista. Não se envolveu com partidos nem com política, pois achou angustiante para ele e para a família o período que esteve preso¹⁴.

Já formado, Lucílio foi trabalhar no Hospital Brasil, em Guarulhos, fazendo todo tipo de cirurgia, principalmente cirurgia geral, ginecológica e obstétrica. Permaneceu nessa ocupação por 10 anos. Exerceu por um tempo cirurgia geral em Guarulhos e atuou no Hospital da Criança na mesma cidade. Atualmente continua no segmento de cirurgias, fazendo parte de uma equipe pediátrica em Guarulhos e em São Paulo. Ajuda também em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) na zona leste de São Paulo e possui uma clínica em Guarulhos. Está pleiteando o título de cirurgião pediátrico, através da indicação de alguns trabalhos publicados e cirurgias catalogadas para a Sociedade Brasileira de Cirurgia Pediátrica. Em sua carreira, priorizou atendimentos em hospitais públicos como reflexo da consciência adquirida na reclusão¹⁵.

12 *Idem*.

13 *Idem*.

14 *Idem*.

15 *Idem*.

Fontes

FILHO, Lucílio da Silva. Depoimento à CVML/Unifesp. 29 de setembro de 2015.

Referências bibliográficas

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dezembro de 2014 - Capítulo 9: Tortura. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 103. Palmatória.

12. Luiz Carlos Aiex Alves

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: DANIEL MARTINS E

FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI

REDAÇÃO: FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI

Luiz Carlos Aiex Alves, mais conhecido apenas pelo sobrenome *Aiex*, nasceu em 20 de fevereiro de 1948 e, em 1966, aos 18 anos de idade (incompletos), ingressou na Escola Paulista de Medicina (EPM). Conforme relatou em seu depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML)¹, em 1967 interessou-se pelas atividades do Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB) e, no ano seguinte, passou a fazer parte de sua diretoria. Além das funções que exercia nesse órgão, era um dos responsáveis pela redação do jornal do CAPB: *O Barretti-nho*. Durante o período em que produziu e divulgou esse periódico, ele e seus colegas tinham receio de que os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) pudessem a qualquer momento invadir o CAPB e apreender o aparelho utilizado para a reprodução de cópias: um mimeógrafo. Por isso, decidiram levá-lo para a garagem da casa de sua mãe, que era próxima da EPM e onde também residia, onde passou a ser produzida a maior parte das edições do jornal, durante o ano de 1968. No início, junto com o hoje cardiologista Alberto Liberman, um colega de classe, e depois com (o tragicamente morto) José Eduardo Cajado Moncau, o *Peninha*, de uma turma anterior. A frequência era semanal e o jornal era composto três folhas, com texto na frente e no verso das folhas (seis páginas). Aiex conta que jornal começava a ser elaborado aos domingos, por volta das cinco horas da tarde, e passava-se a noite trabalhando nisso. Por vezes o jornal só estava terminado perto das seis horas da manhã de segunda-feira. Quando eram oito horas, mesmo após terem passado a noite em claro, *Aiex* e *Peninha* distribuíam o jornal nas salas de aula do campus da instituição, na Vila Clementino.

1 L.C.A.Alves. *Depoimento à CVML/UNIFESP*. 2 jun. 2014.

Em função de sua atividade como membro da diretoria do Centro Acadêmico, Aiex foi indicado como um dos dois representantes do CAPB no XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em Ibiúna, em outubro de 1968. O outro era Rubens Belfort Mattos Junior, atual professor titular da Oftalmologia da Unifesp, que, no último momento, recusou a indicação e foi substituído por Rubens Schmidt Werner, hoje médico endocrinologista.

O local onde ocorreria o Congresso não era conhecido publicamente, e Aiex, então com 20 anos, teve de aceitar as regras estabelecidas pelo comando da entidade para integrar-se ao evento. Assim, no dia 9 de outubro de 1968, uma quarta-feira, às 17h00, compareceu ao “ponto” — como então eram chamados os locais previamente combinados para esses encontros de natureza semiclandestina — acertado com uma das organizadoras do Congresso, a também aluna da EPM Regina Elza Solitrenick. Era nas proximidades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, na época localizada na Rua Maria Antônia, na Vila Buarque, bairro da região central de São Paulo. Desse ponto, ele foi levado numa *Kombi* a outro, uma casa, que lhe era completamente desconhecida, mas já fora de São Paulo e próxima do local onde o Congresso seria realizado. No caminho, quando perguntava para aonde estava indo, Regina Elza respondia que a informação era sigilosa e não poderia ser revelada. Ali passou a noite, junto de outras pessoas. Na quinta-feira pela manhã foi levado ao local Congresso, o sítio Muduru, no município de Ibiúna, distante 74 km de São Paulo. Aiex relata que teve a impressão de que havia um ninho de metralhadora junto da porteira de entrada do sítio, mas que não havia ninguém tomando conta dele.

Aiex recorda que as discussões do Congresso, nessa quinta-feira, eram intermináveis. Discutia-se à exaustão, repetitivamente, os critérios para o reconhecimento dos delegados que elegeriam o próximo presidente da UNE. A disputa era entre dois candidatos: José Dirceu (José Dirceu de Oliveira e Silva), estudante de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), e Luiz Travassos (Luís Gonzaga Travassos da Rosa), também aluno da Faculdade de Direito da PUC-SP. O CAPB apoiava o primeiro deles. Para passar a noite de quinta para sexta-feira, na casa do sítio, não havia lugar para todos dormirem. De modo que dividiram-se os congressistas em dois turnos.

Os que dormiram primeiro, no chão de cimento, foram acordados no meio da madrugada para dar lugar aos do segundo turno. Chovia e fazia frio. Os que haviam cedido lugar aos do segundo turno, Aiex entre eles, ficaram perambulando na chuva, aguardando o amanhecer para entrar na fila do café-da-manhã. Lavava-se o rosto e se escovava os dentes em um córrego. Já na noite de sexta-feira para sábado, os que estavam no primeiro turno se recusaram a sair. De modo que todos se amontoaram no mesmo apertado espaço, dormindo o restante da noite literalmente uns por cima dos outros, moços e moças.

No início da manhã do sábado, dia 12 de outubro², chegaram os soldados Força Pública, atual Polícia Militar, e policiais do DOPS. Surgiram às dezenas, aos gritos, atirando para o alto — e a pé, pois a lama da estrada não possibilitava o trânsito dos caminhões até o sítio. O ninho de metralhadora da entrada do sítio havia sido retirado com antecedência. Aiex foi preso com os demais participantes, centenas estudantes de diversos estados do país. Foram levados em caminhões da Força Pública — veículos de transporte de tropas, com cobertura de lona — inicialmente ao hoje demolido Presídio Tiradentes, na avenida Tiradentes, que abrigava presos políticos. Ficavam cerca de 20 estudantes em cada cela. Os homens eram separados das mulheres. Foram quatro dias no Presídio Tiradentes, onde se realizaram tumultuadas *assembleias* nas próprias celas, e se tentava ler trechos mimeografados de *O Capital*, de Karl Marx. Depois foram levados ao (hoje fechado) Complexo Penitenciário do Carandiru, próximo ao bairro de Santana, onde foram vestidos com roupas de presidiários, mas mantidos separados dos presos comuns. Por fim, ao cabo de seis dias, foram levados ao prédio do extinto DOPS ou DEOPS-SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), no bairro da Luz. Nesse órgão, foram fichados, fotografados e soltos, apesar de três estudantes da EPM — os já citados Rubens Schmidt Werner e Regina Elza Solitrenick, além do falecido psiquiatra Ladislau Ruy Ungar Glausiusz — que havia chegado ao Congresso na noite da véspera da prisão —, terem ali permanecido detidos por mais tempo.

Sobre os momentos da prisão, Aiex relata duas lembranças que o marcam especialmente. Uma delas foi a possibilidade de ter

2 CONGRESSO da UNE: todos presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1968. Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: abr. 2015.

tentado escapar, evadindo-se pela mata que circundava do sítio onde o Congresso era realizado. Isso poderia ter ocorrido, como aconteceu com alguns estudantes, enquanto se caminhava em uma longa fila na lamacenta estrada de cerca de 8 km, em direção ao lugar onde estavam estacionados os caminhões da Força Pública. “Embora pudesse ter tentado, eu não o fiz, porque queria, de fato, ser preso.”

A outra recordação foi o comentário ouvido no diálogo entre dois policiais, num momento de descanso durante a caminhada. Ao assistir a prisão de todas aquelas centenas de estudantes, um dos policiais disse ou outro mais ou menos o seguinte: “Mas essas pessoas não trabalham? Como podem estar aqui, desde quarta-feira, sem trabalhar?” E Aiex reflete, recordando a singela pergunta do policial: — “Era preciso reconhecer que, de fato, nós não trabalhávamos. Senão, como poderíamos estar lá? Qual seria, então, a motivação que me levava a participar de tudo aquilo, a sacrificar o tempo que poderia estar dedicando ao estudo da Medicina? Talvez até hoje, passados tantos anos, eu ainda não tenha uma resposta de todo satisfatória para essa questão.”

No segundo semestre de 1969, Aiex, que havia se interessado pelo jornalismo, em função de sua experiência na EPM com *O Barretinho*, dispôs-se a buscar emprego em jornais. Fez testes em dois deles e foi aprovado na *Folha de S. Paulo*. Com isso, a partir de 1970, continuou os estudos de Medicina e, concomitantemente, passou a trabalhar como repórter da seção geral na *Folha*, desligando-se do Centro Acadêmico. Nesse mesmo ano, foi preso pela segunda vez pelo DOPS, agora em sala de aula³. Durante uma aula de Nefrologia, ministrada pelo docente Daniel Sigulem, na qual Aiex iria apresentar um trabalho em seminário, dois homens apareceram à porta, acompanhados por seu irmão, José Roberto, que havia sido obrigado pelos policiais a levá-los até ele. Um terceiro permanecia ao volante da Rural Willys, estacionada na rua. Da entrada da sala, localizada no 3º andar do prédio dos Ambulatórios da EPM, eles chamaram por Aiex, que saiu do recinto, em meio à apresentação do seminário, sem dizer nada. Um dos agentes que o prenderam disse em voz baixa: “Se você correr eu te mato.” Sobre esse

3 Aiex afirmou em seu depoimento que esse fato ocorreu por volta de julho ou agosto, mas no relatório da prisão consta o dia 26 de maio. BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

episódio, o professor Dr. Daniel Sigulem⁴ e um aluno, o agora ortopedista Dr. Luiz Aurélio Mestriner⁵, forneceram relatos escritos, confirmando o ocorrido. Da EPM foram à casa de Aiex, para encontrar com outros dois policiais, que tinham permanecido no local, a vigiar a sua mãe, sob a mira de metralhadoras.

Aiex foi levado à OBAN (Operação Bandeirantes), na Rua Tutóia, na Vila Mariana, onde passou uma noite. Segundo ele, foi uma experiência amedrontadora, embora não tivesse sido particularmente maltratado, sofrendo poucos tapas, ameaças e um único choque elétrico, com eletrodo em torno da orelha, durante o interrogatório. O que o marcou sobremaneira foram os lamentos de presos sendo torturados, durante a noite. “Isso aqui é um confessionário”, se escutava a voz de um dos supostos torturadores, em meio ao som abafado de repetidas pancadas. “Ninguém sai daqui sem confessar nada!”

Do relatório em que foi transcrito seu interrogatório, constaram a participação na direção do Centro Acadêmico da EPM, a ida ao Congresso de Ibiúna e a prisão ocorrida nesse evento. Além da informação de que trabalhara na *Folha de S. Paulo* no período noturno, constou também a reprodução de uma de suas supostas declarações: “O depoente diz ter ideias esquerdistas e discutiu muito a respeito quando ainda era membro do diretório.” Sabe-se que Neuza Maria de Souza Neto (*Nara* ou *Sílvia*)⁶ citou-o como pertencente ao Comando de Operações da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Não se pode dizer se o real motivo de sua prisão abrupta fora essa citação, o histórico de trabalho no centro acadêmico ou a atuação como repórter da *Folha* – ou, ainda, uma junção de todos esses fatores. A veracidade de tal citação também é questionável, pois foi encontrada

4 SIGULEM, Daniel. *Declarações do Dr. Daniel Sigulem sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves*. 25 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves. Sobre esse documento, Aiex faz a seguinte observação: “Fui apanhar essa declaração no consultório do Dr. Sigulem. Quando lhe agradeçi, ele me respondeu: ‘Nós é que temos que agradecer!’ Para mim foi uma resposta surpreendente. Ela me ajudou a dar algum sentido à questão indiretamente levantada pelo policial quando da prisão em Ibiúna, 40 anos antes. Foi a primeira – e talvez a única – vez em que recebi um cumprimento por aquilo que tinha feito.”

5 MESTRINER, Luiz Aurélio. *Declarações do médico Dr. Luiz Aurélio Mestriner sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves em 1970*. 2 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

6 BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

em um relatório da OBAN produzido em um período no qual a pressão por informações, a omissão e a parcialidade dos documentos elaborados pelos militares relativizam-nos por si mesmos. Sabe-se que, durante o interrogatório, Aiex negou envolvimento com o movimento em que foi citado, dizendo que desconhecia o motivo dessas acusações. Segundo ele, logo perceberam que era uma acusação sem procedência e cessaram as agressões. No dia seguinte, soltaram-no, após uma mulher, fazendo as vezes de relações públicas da OBAN, pedir-lhe verbalmente desculpas pelo ocorrido. Ele, então, deixou o local e dirigiu-se, andando, à sua casa, onde foi recebido pelos familiares com grande surpresa e alívio⁷.

Aiex continuou trabalhando como repórter até outubro de 1972, tendo se desligado da *Folha de S. Paulo* dois meses antes da sua graduação como médico. Um fato interessante relatado em seu depoimento é que logo depois de ter sido solto, foi falar com o diretor da EPM, Prof. Horácio Kneese de Mello. Argumentou: “Professor, fui preso aqui, no interior da própria Escola Paulista de Medicina. Como é que alguém pode invadir a faculdade dessa forma, retirar um aluno de dentro de uma sala de aula?” Ao que o diretor simplesmente respondeu: “Aiex, não mexa com isso, não!”

Uma vez graduado médico, Aiex focou seus interesses na carreira de psiquiatra. Em 1973, foi um dos cinco participantes da primeira turma de Residência Médica em Psiquiatria da EPM. Em 1974, ainda residente, começou a trabalhar em um hospital psiquiátrico particular, o Sanatório Charcot, localizado na Avenida Carlos Liviero, nº 120, na cidade de São Paulo.

Em 1981, passou a exercer suas atividades profissionais no Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital do Servidor Público Estadual, vinculado ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Pública Estadual (IAMSPE), localizado na Vila Clementino. Conforme declarou em seu depoimento, nessa última instituição apresentava-se, de início, apenas como *Luiz Carlos*, e não como *Aiex*, para que não se lembrassem dele da época de estudante. Contou que não poderia deixar de mencionar o sentimento de estranheza e certo desconforto

7 Aiex relata que após a segunda prisão decidiu afastar-se do movimento estudantil. Explica: “Tive a nítida sensação de que ocorria um verdadeiro massacre. Se continuasse, cedo ou tarde acabaria outra vez preso ou morto. De qualquer forma, não era aquilo que eu queria para mim.”

que então experimentava com relação a esse aspecto da sua história pessoal. Sentia que era um momento já terminado — e talvez quisesse que tivesse sido diferente. No entanto, apesar dessa reticência inicial, os seus “antecedentes” acabaram por prevalecer, e ele continuou teimosamente sendo tratado por *Aiex*. E, de um modo ou de outro, voltou a envolver-se em política, desta vez na política médica. Por quatro anos (dois mandatos) foi presidente da Associação Médica do Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual (AMIAMSPE), o que abriu-lhe as portas para participar da diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo (SIMESP) e ser eleito conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), na gestão de 2003-2008. Lembra que “apesar de eu preferir não ser tratado por *Aiex*, mas sim por Luiz Carlos, para não estar associado ao passado de militante estudantil, os meus antecedentes prevaleceram e foram valorizados, servindo como referência para o meu envolvimento na política médica. Mas então em outro momento da minha vida, com consciência e sem arrependimentos”.

Fontes

ALVES, Luiz Carlos *Aiex*. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 2 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Atividades da Operação Bandeirante*. São Paulo, 1970. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

CONGRESSO da UNE: todos presos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 out. 1968. Primeiro Caderno, p. 1. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: abr. 2015.

MESTRINER, Luiz Aurélio. *Declarações do médico Dr. Luiz Aurélio Mestriner sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves em 1970*. 2 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

SIGULEM, Daniel. *Declarações do Dr. Daniel Sigulem sobre a prisão política sofrida pelo Dr. Luiz Carlos Aiex Alves*. 25 jun. 2008. Arquivo pessoal de Luiz Carlos Aiex Alves.

Referências bibliográficas

AMORIM, Carlos. *Araguaia: histórias de amor e de guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MULLER, Angélica. Violações de direitos humanos na universidade. In: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*. Brasília: CNV, 2014. p. 258-288. Disponível em: <www.cnv.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2015.

- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 448 p.
- _____.; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 171 p.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 356 p.
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 61-92.
- SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 320 p.

13. Paulo Antunes Horta

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI, DANIEL R. A. MARTINS,
PATRÍCIA HELENA G. SILVA E SHEILA MARQUES FEITOSA
REDAÇÃO: SHEILA MARQUES FEITOSA

Paulo Antunes Horta nasceu na cidade de Guaratinguetá, interior de São Paulo, em 27 de maio de 1949. É filho de Alberto Pinto Horta Junior e Maria Joana Antunes Horta. É o quarto de onze irmãos. Ingressou no curso de Medicina na Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1970¹. Por sua formação católica, Paulo Horta sempre teve sua carreira ligada a movimentos sociais².

Horta veio para São Paulo em 1968 com o objetivo de fazer o curso pré-vestibular e concorrer à carreira de medicina. Mudou-se para o apartamento que o pai mantinha para que os filhos estudassem. Já moravam nele Maria Aparecida Antunes Horta (Cida), a filha mais velha, Alberto Pinto Horta Neto (Beto) e Celso Antunes Horta. Paulo interrompeu seus planos no mesmo ano, por ter sido convocado pelo exército a servir no Quinto Regimento Itororó de Lorena (5º R.I.) e lá permaneceu até maio de 1969. Enquanto se manteve no 5º RI, seu grupo auxiliou o 4º Regimento, do qual Carlos Lamarca desertou. De volta a São Paulo, retomou seus estudos e no ano seguinte conseguiu seu objetivo³.

Os alunos ligados a entidades estudantis, como centros acadêmicos e a União Nacional dos Estudantes (UNE), eram considerados

1 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

2 *Idem*.

3 *Idem.*; São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de Qualificação e de Interrogatório*, São Paulo, 16 out. 1972, p. 15; Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Divisão de Segurança e Informações, *Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73, Estudantes Presos*, 15 fev. 1973. Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Microfilme AC/ACE/54007/73, p. 40.

possíveis comunistas durante o período militar⁴. O graduando fazia parte do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB), agremiação da EPM⁵.

Os irmãos de Paulo, Celso e Cida, faziam parte de movimentos contra a ditadura militar. Celso pertenceu à Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso e condenado a 15 anos de reclusão⁶, enquanto Aparecida Horta era integrante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e do Grupo Tático Armado (GTA). Foi condenada, à revelia, a um ano de reclusão⁷. Um mês após a volta de Paulo, Celso entrou para militância na ALN e mudou de casa sem informar o novo endereço aos parentes. Tempos depois, homens armados entraram no apartamento da família e encapuzado, Paulo foi levado a um lugar que ele acredita que deveria ser a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), para reconhecer o irmão. No local, Celso estava numa Cadeira do Dragão⁸, deformado. Paulo Horta ouviu das autoridades “isso que se faz com comunista”. Os agentes achavam que vendo o irmão assim, Horta diria alguma informação relevante sobre a ALN. Celso tinha 18 anos. Em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML), Paulo disse que esse foi o seu maior trauma. O irmão ficou preso até a anistia, passando pelo Presídio Tiradentes e pelo Carandiru. Sofreu muitas ameaças de desaparecimento, o que não ocorreu graças à influência de seu pai com a Igreja Católica⁹.

4 D. A. Reis & M. Ridenti & R. P. S. Motta, *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 64*, p. 31.

5 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

6 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório do Inquérito Policial n. 34/72*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 2014-04-16 11.13.35.

7 Poder Judiciário, *2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar*. Conselho Permanente de Justiça, *Ata de Sessão*, p. 701, Fundo Brasil: Nunca Mais (Processo n. 668).

8 *Cadeira do Dragão* era uma cadeira pesada, na qual a vítima era presa para o recebimento de choques elétricos, com uma trava empurrando para trás as suas pernas, e na qual suas pernas batiam com os espasmos decorrentes das descargas elétricas. Brasil, Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dez. 2014 - Capítulo 9: Tortura*. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 101. Cadeira do Dragão, p. 367.

9 A. Mergulhão, O “hospital do sindicato”, *O Popular*, Goiânia, 31 mar. 2014.

Quando ingressou na EPM, o calouro era mantido pelo pai. Em 1971 trabalhou no restaurante do CAPB em troca de refeições e logo foi contratado pelo Pronto Socorro do Hospital São Paulo (HSP). Ao fim do 2º ano, se envolveu com o jornal do Centro Acadêmico, *O Barretinho*. Neste mesmo período, casou-se com Cássia Maria Luperni Horta, enfermeira do HSP e antiga conhecida de Guaratinguetá. Em seu 3º ano de curso, sua esposa engravidou¹⁰.

Cida Horta pediu para Paulo fazer cópias no mimeógrafo do Centro Acadêmico do texto de Bertold Brecht *Cinco Maneiras de Dizer a Verdade*. O estudante deixou algumas cópias no CAPB e o amigo Gilberto Tanus Natalini entregou um dos folhetos a um conhecido do Mato Grosso. Este colega de Natalini foi pego com o panfleto e quando foi questionado da origem do documento, entregou Gilberto. Logo em seguida, Gilberto Natalini foi preso pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)¹¹. Sabendo que corria o perigo de ser detido, Paulo Horta pediu à sua esposa que avisasse Cida, assim a irmã poderia fugir. Em 11 de agosto de 1972, foi a vez de Paulo e Walter do Nascimento serem levados em custódia, este último acusado de ajudar Horta na impressão dos textos¹². Paulo tinha 23 anos na ocasião.

Junto com eles, foram presas Maria Martha Antunes da Silva, prima de Paulo e Heloísa da Silva Bernardes, amiga da família Horta¹³. No DOI, as autoridades mostraram um fichário com fotos de procurados. Heloísa reconheceu sua amiga Silvia Peroba (codinome *Rita*)¹⁴.

10 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de Qualificação e de Interrogatório*, São Paulo, 16 out. 1972, p. 16.

11 O DOI-CODI, conhecido inicialmente como Operação Bandeirante (OBAN), era o órgão de segurança do regime, formado por policiais e militares, a partir dos anos 1970. O destacamento coordenava as ações de inteligência militar para a vigilância dos movimentos de oposição ao governo. Cf. M. Godoy, *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1961-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*.

12 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

13 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório, Inquérito Policial 34/72, Indiciados*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 50-Z-9-28395.

14 Rita estava sendo investigada por ser considerada subversiva-terrorista integrante do MOLIPO. Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório – Inquérito Policial 34/72*. Fls. 3 e 4, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS, Microfilmes 30-Z-160-12415 e 30-Z-160-12414.

A partir disso, Paulo, Martha, Heloísa, Walter, Gilberto e Cida foram acusados de pertencerem ao MOLIPO¹⁵.

Quando esteve no DOI, Paulo Horta sofreu torturas físicas, desde agressões corpóreas a choques elétricos, e torturas psicológicas, como dizer que sua esposa Cássia, que estava grávida de três meses e presa como testemunha¹⁶ no local, estaria sendo espancada e sofreria aborto caso ele não confessasse sua participação no MOLIPO e não dissesse o paradeiro de Cida e Silvia. Ele foi colocado numa solitária e interrogado. Após dias de martírio, seu pai conseguiu entregar-lhe o recado de que sua irmã estava a salvo no Chile¹⁷. Com isso, Paulo, Walter e Gilberto puderam dizer que os jornais eram distribuídos por ela, entregaram-lhes seu endereço e assim cessaram os flagelos¹⁸.

No dia 28 de agosto, Horta foi transferido para o DOPS e em 16 de outubro foi indiciado no Inquérito Policial nº 34/72. Conseguiu liberdade no dia 19 de outubro, sob o compromisso de comparecer mensalmente no DOPS¹⁹.

No apartamento de Cida²⁰ as autoridades localizaram muitos materiais taxados como subversivos, uma máquina de escrever e um mimeógrafo, no qual acreditavam ser editado o jornal da MOLIPO *Imprensa Popular*. Ligaram o nome de Cida ao de Silvia Peroba. As duas não foram apanhadas no local, porém através dos objetos encontrados os investigadores puderam acusar os detidos de formarem uma nova rede de apoio logístico da militância, envolvendo parentes e amigos de

15 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório, *Inquérito Policial 34/72, Indiciados*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 50-Z-9-28395.

16 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, Cont. do Relatório do Inquérito Policial 34/72, fl. 4, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 2014-04-16 11.14.03.

17 Maria Aparecida viveu no Chile, Cuba e Europa. Voltou a morar em São Paulo depois da anistia. Seu marido, Antônio Benetazzo, era militante do MOLIPO. Foi preso e morto em 1972.

18 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

19 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório – Inquérito Policial 34/72, Fls. 3-4, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilmes 30-Z-160-12415 e 30-Z-160-12414.

20 Maria Aparecida não morava mais com os irmãos.

Aparecida Horta. Embora foragida, Maria Aparecida também foi indiciada no processo²¹.

Na residência de Paulo Horta foram encontrados jornais e artigos do *O Barretinho*, *Imprensa Popular* e materiais também considerados como insurrecionais. Segundo documentos produzidos pelos órgãos repressivos, em 1972, em uma das visitas à sua irmã, Paulo conheceu Silvia Peroba Carneiro Pontes. No mesmo ano, passou a se interessar pelos jornais de seu irmão e a receber de Maria Aparecida Antunes Horta exemplares dos jornais *Imprensa Popular*, do MOLIPO, e *Venceremos*, da ALN, e os repassava a alguns alunos, entre eles Gilberto Natalini, José Telles Claro e Reinaldo Chaim²².

A versão dos documentos oficiais para a prisão dos alunos da EPM e dos familiares de Paulo foi que durante as investigações para localizar o paradeiro de Silvia Peroba, encontraram o apartamento de Maria Aparecida Antunes Horta. Alegaram que ela mantinha amizade com Silvia e lhe dava abrigo e guardava materiais da organização a seu pedido²³.

Segundo o DOI, Horta informou que não participou de nenhuma missão ou ação da organização. Disse que o único local de atuação do grupo que ele sabia existir era a casa da irmã. Quando questionado sobre quais membros do MOLIPO ele conhecia, passou os nomes de Maria Aparecida, Silvia Peroba, Heloísa da Silva Bernardes, Maria Martha Antunes da Silva, seus colegas da EPM, Gilberto Tanus Natalini e Walter do Nascimento, Reinaldo Salomão Chain, Maria do Rosário e seu irmão Luís Antunes Horta. Citou também seu irmão Celso, falando de sua participação na ALN²⁴. Em depoimento à Comissão da Verdade

21 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, Continuação do Relatório do *Inquérito Policial nº 34/72*, Fl. 2, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS, Microfilme 30-Z-160-12416.

22 Brasil, Ministério da Educação e Cultura, Divisão de Segurança e Informações. *Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73, Turma de Interrogatório "A"*, Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Microfilme AC/ACE/54007/73, p. 40-42.

23 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório – Inquérito Policial 34/72*, Fls. 3-4, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilmes 30-Z-160-12415 e 30-Z-160-12414.

24 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Resumo de declarações prestadas no DOI/CODI II Ex. p.18*, Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Microfilme ASP/ACE/8620/81.

Marcos Lindenberg, Walter do Nascimento esclareceu que durante a prisão eles eram forçados a confirmar tais declarações que acusavam colegas e parentes²⁵.

Ainda no depoimento ao DOI, Paulo foi questionado sobre suas atividades no MOLIPO. Expôs que no início de 1972, Maria Aparecida lhe pediu que emprestasse os documentos de sua esposa para que ela mesma, Cida, providenciasse um passaporte para Silvia. Ele negou o pedido. Ademais, solicitou-lhe medicamentos para companheiros em campo. Acreditava-se que o estudante realizava atividades logísticas para a organização, por ordem da irmã. Utilizou o mimeógrafo do Centro Acadêmico para fazer cópias dos folhetos do MOLIPO: *Greve de Fome*, de presos políticos no Presídio Tiradentes, *9 de julho de 1917 e Cinco Maneiras de Dizer a Verdade* – de Bertold Brecht. Para as impressões, contou com o auxílio de Walter do Nascimento, que sabia manusear o instrumento. Horta levou cartas ao Correio endereçadas à Imprensa, sobre um congresso que acontecia na Universidade de São Paulo (USP). Ficou encarregado de conseguir artigos de relevância para o jornal *Imprensa Popular*²⁶.

Em 3 de novembro de 1972, seus autos foram encaminhados para julgamento na 2ª Auditoria de Exército da 2ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), onde tramitava o processo do MOLIPO²⁷. Paulo e os colegas acusados estavam sendo enquadrados no Decreto-Lei nº 868, de 12 de setembro de 1969, artigos 23, 25, 45, incisos I e II²⁸.

25 W. do Nascimento. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de junho de 2015.

26 Brasil, Ministério do Exército, II Exército. *Resumo de declarações prestadas no DOI/CODI II Ex*. p.18, Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Microfilme ASP/ACE/8620/81.

27 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório do Inquérito Policial n. 34/72*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 2014-04-16 11.14.34.

28 Art. 23. Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo: Pena: reclusão, de 8 a 20 anos. Art. 25. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena: reclusão, de 5 a 15 anos. Art. 45. Fazer propaganda subversiva: I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva; II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino: Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

No interrogatório na 2ª Auditoria²⁹, Horta esclareceu que jamais assumiu com sua irmã Maria Aparecida compromisso de auxiliá-la nas atividades do MOLIPO e do que depôs durante a prisão, apenas reconheceu que Cida pediu-lhe emprestado os documentos de sua esposa para que Silvia fosse para o exterior. Ele se recusou a entregar-lhes os papéis e a irmã não insistiu. Relatou que conheceu Silvia Peroba, mas que não teve mais que uma ligeira conversa com a acusada³⁰.

Paulo, Gilberto Natalini e as testemunhas Ines Miney e José Teles Claro declararam em seus depoimentos ao Tribunal Militar que foram coagidos e forçados pela polícia a admitir os fatos descritos no processo que acusavam Paulo e Gilberto. Nota-se uma breve denúncia dos desvios cometidos com os prisioneiros na época³¹.

Paulo Horta foi absolvido pela 2ª Auditoria em 20 de março de 1974. Sua absolvição ocorreu por falta de provas contundentes que o ligassem ao grupo esquerdista e em razão dos depoentes terem negado o recebido de qualquer material do MOLIPO. A sentença foi confirmada pelo Superior Tribunal Militar em Acórdão de 12 de dezembro de 1974 e transitado em julgado no dia 16 de maio de 1975. A maioria dos processados foi absolvida, com exceção de Maria Aparecida Antunes Horta, condenada a um ano de reclusão, à revelia, enquadrada no artigo 14³² do DL 898/69³³.

No período em que esteve preso, Paulo perdeu algumas aulas e o estágio cirúrgico. Parte das aulas foram repostas. Ele se sentiu acolhido no retorno à escola, sem sofrer qualquer discriminação por ter sido

29 Brasil, *Decreto-Lei n° 898, de 29 set. 1969. Define os crimes contra a segurança, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.*

30 Poder Judiciário, *2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Sentença*, fls. 708-709, Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668).

31 Poder Judiciário, *op. cit., loc. cit.*

32 Art. 14. Formar, filiar-se ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional: Pena: Reclusão, de 2 a 5 anos, para os organizadores ou mantenedores, e, de 6 meses a 2 anos, para os demais. Cf. Brasil, *Decreto-Lei n° 898, de 29 set. 1969. Define os crimes contra a segurança, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências.*

33 Poder Judiciário, *op. cit., loc. cit.*

preso. Mesmo depois de solto, toda semana Horta tinha que ir ao tribunal assinar uma espécie de lista de presença³⁴.

No decurso da prisão no DOPS, Paulo, Walter do Nascimento e Gilberto Natalini conheceram João Chile, operário que morava no bairro da Cangaíba, que era vinculado a movimentos sociais na região, junto aos padres do local. João desafiou os estudantes a atender na periferia, dizendo que a saúde era só para a elite. Como a amizade dos três ficou mais forte durante a reclusão, assim que se formaram, eles e outros alunos da EPM começaram a realizar atendimentos à população na Igreja de Bom Jesus do Cangaíba, sob a proteção dos padres franceses da região, atuando pela Pastoral da Saúde da Zona Leste II. Posteriormente, o auxílio passou a chamar-se Associação Popular de Saúde (APS), que derivou para o Ambulatório do Cangaíba³⁵.

O tempo preso serviu para moldar os valores e a formação política de Paulo Horta. Quando terminou um ano de residência de pediatria, desejando usar a medicina como instrumento de libertação popular, Horta viajou pelo interior do Brasil e se fixou em Itapuranga, interior de Goiás. Achava São Paulo sufocante, então optou pela mudança. Apesar de poucos recursos, decidiu lutar por reforma agrária na região, junto com o médico Mario Kone e padres do sul do Brasil instalados lá. Sua esposa Cássia se mudou posteriormente. Eles tiveram mais um filho. Como ela não se adaptou ao local, o casal acabou se separando³⁶.

Em 1978, o Ministério do Exército remeteu um relatório às autoridades de São Paulo advertindo que Paulo Horta estava morando na cidade de Itapuranga, Goiás. Realizava reuniões em sua casa, junto com o médico Mario Kone, para falar sobre política. Participava dessas conferências o delegado de polícia local, Aniceto Faria Lima. Assim que o agente foi transferido para a cidade de Goiás, os encontros findaram³⁷.

34 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

35 R. Carvalhais, “História: movimentos populares transformaram o modelo de saúde pública no país”, *Revista Ser Médico*, São Paulo, n. 48, jul./set. 2009. Cf. G. Natalini, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 16 dez. 2013. Cf. também W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

36 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

37 Brasil, Ministério do Exército, *Pedido de Busca n. 28/78-AR, Origem: CNP/11º RM (fls.7175/78)*, Difusão: DOPS/SP – DOI/CODI/II Ex. Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 50-Z-9-42723.

Segundo documentos do Ministério da Aeronáutica e do Ministério do Exército, no ano de 1980, Horta era proprietário de uma clínica em Itapuranga e chefe do Hospital Funrural da cidade, hoje atual Associação Popular de Saúde, onde trabalhava também sua esposa Cássia Maria Luperni Horta. O nosocômio e uma igreja em Goiás Velho estariam sendo utilizados como “fachada” para reuniões de planejamento de guerrilhas. Nessa época, Horta era ligado ao padre Isaac Spunelli, pároco de Itapuranga. O sacerdote era investigado, sendo acusado por atividades subversivas, promovendo reuniões rigorosamente controladas em que se tratavam assuntos como reformas sociais, relações de trabalho, críticas ao governo e ao regime e orientação de líderes. Paulo e o pe. Isaac exerciam influência sobre os associados do sindicato rural da região e estes trabalhadores eram assistidos pelo Hospital Funrural. Foi dito que os dois manipularam as eleições do sindicato em 1979. “A gente não planejava guerrilha alguma. Só que nós tentávamos mudar o mundo a partir do contato com os pacientes e falávamos da emancipação deles. O hospital era um instrumento do movimento sindical.”, disse Paulo Antunes em entrevista ao jornal *O Popular*³⁸.

Paulo, acompanhado por dois médicos da clínica e do hospital, Orlando Jesus Tomazzini e Vitor de Souza Machado, promoviam reuniões com camponeses das cidades de Itapuranga, Guaraíta, Uruana, Goiás, Heitorai, Itaberaí e Itaguru³⁹.

Houve perseguição política ao Hospital Funrural e a igreja local sofreu mudanças, tornando-se mais conservadora, transferindo alguns padres e assim os movimentos de melhoria se desarticularam. Com isso, Paulo se mudou para Cunha e depois para Guaratinguetá, em São Paulo, para trabalhar na região. No início dos anos 1990, Paulo Horta viajou à França estudar cirurgia neonatal e se casou com a francesa Dominique Domeigniz, com quem continua até os dias atuais. Juntos,

38 A. Mergulhão, O “hospital do sindicato”, *O Popular*. Goiânia, 31 mar. 2014.

39 Brasil, Ministério da Aeronáutica. *Assunto: Planejamento de Guerrilha. Informe n. 067/A-2/IV COMAR*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 50-D-26-6382. Brasil, Ministério do Exército, *Informe n. 280/80/E2.3*, Origem: CIE (fls.5954/80), Difusão: IV COMAR – 2ª DE – E2.5 – 2ª RM – 9ª RM – CN/SP – DOPS PMESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS, Microfilme 50-Z-9-43951, 43950, 43949.

eles tiveram três filhos. De volta ao Brasil, o casal foi morar em Itapuranga, onde vivem no momento presente⁴⁰.

Paulo Antunes Horta continua acreditando em medicina popular. Permanece morando em Itapuranga e trabalha no Hospital Municipal de Itapuranga e no Hospital São Pedro, da cidade de Goiás. Atua em cirurgia-geral, ginecologia-obstetrícia e como generalista⁴¹.

Fontes

HORTA, Paulo Antunes. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 02 de outubro de 2015.

NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de junho de 2015.

NATALINI, Gilberto. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 16 de dezembro de 2013.

Referências bibliográficas

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade – Volume I – dezembro de 2014 - Capítulo 9: Tortura. C) A prática da tortura e de outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes. 1. As modalidades de tortura utilizadas pelo aparelho repressivo. 1.1 Tortura Física. 101. Cadeira do Dragão.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73. Turma de Interrogatório “A”. Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Microfilme AC/ACE/54007/73.

_____. Ministério da Aeronáutica. Assunto: Planejamento de Guerrilha. Informe n. 067/A-2/IV COMAR. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 50-D-26-6382.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Segurança e Informações. Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73. Estudantes Presos. 15 fev. 1973. Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Microfilme AC/ACE/54007/73.

CARVALHAIS, Renan. História: movimentos populares transformaram o modelo de saúde pública no país. *Revista Ser Médico*, São Paulo, n. 48, jul./set. 2009. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=435>. Acesso em: 20 set. 2015.

GODOY, Marcelo. *A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-CODI (1961-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar: histórias, documentos e depoimentos dos agentes do regime*. São Paulo: Alameda, 2014.

40 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

41 P. A. Horta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 out. 2015.

- MERGULHÃO, Alfredo. O “hospital do sindicato”. O Popular. Goiânia, GO, 31 mar. 2014. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/politica/o-hospital-do-sindicato-1.509827>. Acesso em: 21 set. 2015.
- MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Informe n. 280/80/E2.3. Origem: CIE (p.5954/80). Difusão: IV COMAR – 2ª DE – E2.5 – 2ª RM – 9ª RM – CN/SP – DOPS PMESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 50-Z-9-43951, 43950, 43949.
- PODER JUDICIÁRIO. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Sentença. p. 708-709. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Assentada. p. 655-658. Sentença. p. 709. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=q=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Sentença. p. 707-745. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Conselho Permanente de Justiça. Ata de Sessão. p. 701. Fundo Brasil: Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular. Acesso em: 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Assentada. p. 655-658. Sentença. p. 709. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=q=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Sentença. p. 707-745. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- _____. 2ª Auditoria de Exército. 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Sentença. p. 708-709. Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668). Disponível em http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular. Acessado em 17 set. 2015.
- REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do Golpe de 64. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- Auto de Qualificação e de Interrogatório*. São Paulo, 16 de outubro de 1972. p. 15. Fundo Brasil: Nunca Mais. Processo BNM 668. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+libertacao+popular>. Acesso em 15 set. 2015.

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório do Inquérito Policial n. 34/72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 2014-04-16 11.13.35

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. *Auto de Qualificação e de Interrogatório*. São Paulo, 16 de outubro de 1972. p. 16. Fundo Brasil: Nunca Mais. Processo BNM 668. Disponível em: http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&pesq=Movimento+de+liberacao+popular. Acesso em: 17 set. 2015.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório. Inquérito Policial 34/72. Indiciados. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 50-Z-9-28395.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. Cont. do Relatório do Inquérito Policial 34/72. f. 4. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 2014-04-16 11.14.03.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório – Inquérito Policial 34/72. Fls. 3 e 4. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilmes 30-Z-160-12415 e 30-Z-160-12414.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório do Inquérito Policial n. 34/72. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilme 2014-04-16 11.14.34.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Delegacia Especializada de Ordem Social. Relatório – Inquérito Policial 34/72. Fls. 3 e 4. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS. Microfilmes 30-Z-160-12415 e 30-Z-160-12414.

14. Paulo José Brito de Castro

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI, HELOÍSA CATANI
MARIANI PAVONI MATIAS E NATHÁLIA MARINO
REDAÇÃO: HELOÍSA CATANI MARIANI PAVONI MATIAS

Paulo José Brito de Castro nasceu em Santos, em 1946. Interes-sou-se pela política após ter entrado na EPM e começado a frequentar o Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB), quando percebeu a impor-tância e influência da Guerra Fria sobre o mundo. Passou a interes-sar-se pelas discussões sobre o governo João Goulart e as reformas de base e entendeu a importância delas para a população mais pobre do país, a partir daí, decidiu que não gostava da política que vinha sendo feita e decidiu fazer algo para mudá-la¹. Por esse motivo passou a ser visto como comunista. Muito tempo depois de estar graduado, soube que havia sido ameaçado de morte por certos colegas de Escola que o viam como um “comunista perigoso”. Algo a se notar é que ele nunca foi comunista e, segundo seu depoimento, não possui sequer conheci-mentos marxistas. Além disso, não possuía nenhum tipo de militância externa, apenas a militância estudantil.

Paulo José Brito de Castro entrou na Escola Paulista de Medicina em 1966 e passou a ser conhecido como “JB”, pois em sua sala de aula existia mais um Paulo e na lista de chamada seu nome constava como Paulo J.B.² Dentro da escola teve papéis importantes, como ter sido nomeado representante discente junto ao Departamento de Morfo-logia (que incluía Anatomia e Histologia) e também todo o trabalho exercido no Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB) entre 1966 e 1969: primeiro secretário do CAPB entre 1966 e 1967, segundo vice-presidente do CAPB entre 1967 e 1968 e primeiro vice-presidente

1 Depoimento de Paulo José Brito de Castro à *Comissão da Verdade Marcos Lindenberg* em 11 jul. 2014.

2 *Idem*.

entre 1968 e 1969. Em 22 de agosto de 1969, foi eleito presidente do CAPB³, com 378 votos (de um total de 723) para a sua chapa, “Atuação”⁴. Além disso, participava da edição do jornal do Centro Acadêmico, *O Biceps*⁵. Em agosto de 1968 passou “a ser um dos dois representantes discentes no Conselho Departamental (CD), composto pelos chefes de Departamento, e na Congregação, órgão decisório máximo, composto por todos professores catedráticos”⁶, o que é mostrado na Ata da Congregação do dia 4 de outubro de 1968: “A seguir é apresentado o processo 8930, em que o Diretório Acadêmico da Escola comunica que os acadêmicos Fernando Antonio Alves de Souza e Paulo José Brito de Castro foram indicados como representantes do corpo discente”⁷. É importante lembrar que neste período a EPM passava pela primeira greve pela federalização da Escola e a participação estudantil dentro da Congregação tornou-se ainda mais importante.

Em certa ocasião pôde entregar ao Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, após palestra do mesmo no auditório da Escola Paulista de Medicina, uma carta do CAPB em que se posicionava contra o Projeto Rondon, que era “visto como uma grande lavagem cerebral (do ponto de vista político)”⁸ que enviava médicos despreparados para trabalhar em regiões necessitadas, onde eram mal supervisionados. Além disso, “o objetivo principal do Projeto Rondon era desmobilizar o radicalismo dos estudantes, atraindo alguns líderes para os valores do regime militar. A intenção era oferecer ao Estado outra alternativa além da repressão aos estudantes: um projeto que atraísse os jovens, apelando para o idealismo e o patriotismo, em benefício das metas nacionalistas dos militares.”⁹

Em 1969, participou de um momento importante na história da Escola como presidente do CAPB. Neste período, cursos de problemas

3 Atas da Congregação da Escola Paulista de Medicina, 14 out. 1969, fls. 385-387; 389.

4 Atas do Centro Acadêmico Pereira Barreto, 22 ago. 1969, fls. 34-54.

5 P. J. B. de Castro, *Memórias da EPM*, Não Publicado.

6 *Idem*, p. 14.

7 Atas da Congregação da Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 04 out. 1968, fl. 275.

8 Depoimento de Paulo José Brito de Castro à *Comissão da Verdade Marcos Lindenberg* em 11 jul. 2014.

9 R. P. S. Motta, *As Universidades e o Regime Militar*, p. 12.

brasileiros se tornaram obrigatórios nas universidades. Sobre isso, lembrou:

Nessa atmosfera a diretoria da Escola debateu com a representação discente uma forma aceitável de se organizar o tal curso de problemas brasileiros e acordou-se que o mesmo poderia ser feito na forma de um ciclo de palestras sendo metade dos palestrantes indicados pela Escola e metade pelo CAPB. O primeiro palestrante que o CAPB indicou foi o Prof. Marcos Lindenberg¹⁰.

O professor os “recebeu cortesmente e aceitou o convite com uma condição: o Prof. desejava entrevistar previamente grupos de alunos com cores políticas diferentes e/ou representantes das mais diversas facções existentes no meio estudantil.”¹¹

Assim, a palestra foi marcada no anfiteatro Clóvis Salgado e Marcos Lindenberg foi cumprimentado de forma emocionada por funcionários, tendo sua fala sido muito bem recebida. A partir de 1967, alguns professores afastados pelos Atos Normativos da Revolução voltaram ao Brasil e puderam retomar sua vida acadêmica e fortaleceram os quadros de várias universidades, como mostra Rodrigo Patto Sá Motta¹². Mesmo aqueles que não estavam no exílio puderam voltar a exercer suas funções, como é o caso de Lindenberg: foi afastado da Escola pelo AI, cumpriu prisão domiciliar, e pôde retornar à EPM como palestrante.

Por ter este contato com o professor Marcos Lindenberg e por suas ações dentro do movimento estudantil, chamou a atenção dos militares. Foi detido em 1º de novembro de 1970, pela manhã, em casa, por motivos que até hoje não compreende. Aparentemente, foi preso preventivamente, já que “em 15 de novembro de 1970 haveria eleições para o Senado, Câmaras Federal e Estaduais. Os órgãos de segurança teriam descoberto um plano, em homenagem a Marighella, para desestabilizar o pleito. Preventivamente, prenderam mais de 10000 pessoas

¹⁰ P. J. B. de Castro, *op. cit.*, p. 25.

¹¹ *Idem.*

¹² R. P. S. Motta, *op. cit.*, *loc. cit.*

naquele fim de semana”¹³. Sobre essas prisões, o jornal *O Estado de São Paulo* de 4 de novembro de 1970, noticiou que:

Em quatro dias, de sábado último até hoje, os órgãos de segurança efetuaram centenas de prisões em todo o estado de São Paulo, segundo informaram fontes dos departamentos encarregados da repressão ao terror e a subversão. (...) Agindo preventivamente para impedir qualquer manifestação de caráter subversivo no país, quando decorre o primeiro aniversário de morte do terrorista Carlos Mariighela, os órgãos nacionais de segurança tomaram uma série de medidas, que inclui prontidão nas polícias militar e civil e regime de alerta em guarnições¹⁴.

Inicialmente ficou preso em um prédio próximo à Pinacoteca do Estado. Depois, à tarde, foi levado para a Escola de Cabos e Sargentos do Exército, onde permaneceu preso junto com três operários, um advogado trabalhista um senhor ex-presidente do sindicato dos bancários de São Paulo e um ex-deputado federal – Dorival Massi de Abreu – que havia sido cassado pelo AI-5. Este foi escolhido para ser porta-voz do grupo, e no dia seguinte conseguiu melhorar um pouco o ambiente ao pedir melhores condições de estadia ao comandante do quartel¹⁵.

Nenhum deles foi torturado, interrogado ou constrangido de qualquer forma. Eram vigiados, mas não hostilizados. JB foi liberado oito dias depois, sem qualquer explicação. Segundo consta, foi o único estudante da EPM a ser preso sem fazer parte de nenhuma organização política. As sequelas desta prisão foram mínimas e facilmente pôde retomar sua vida. Foi bem recebido na EPM, mas deixou a militância estudantil. Nunca se filiou a partido algum e vê sua prisão como uma bobagem.

A seu ver, esta prisão foi equivocada e trouxe consequências posteriores, já que era visto como alguém que tinha a obrigação de concordar com certas bandeiras da esquerda, o que o incomodou durante certo

13 *Idem*. p. 35. Também mencionado por Paulo José Brito de Castro em Depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg em 11 jul. 2014.

14 *O Estado de São Paulo*. 04 nov. 1970, Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

15 P. J. B. de Castro, *op. cit.*, p. 25.

tempo. Mas, por outro lado, foi informal e não lhe gerou antecedentes criminais, o que lhe permitiu concluir sua residência e trabalhar sem maiores problemas. É discutível se esta prisão foi realmente equivocada. Segundo consta em reportagens e comunicados oficiais da época, a prisão foi preventiva e visava afetar setores do movimento estudantil e da luta armada, para que o II Exército pudesse garantir que não haveria nenhum tipo de protesto pela morte de Joaquim Câmara Ferreira e pelo aniversário da morte de Carlos Marighella. Sendo assim, sua prisão não foi equivocada, já que JB se enquadrava em um grupo que potencialmente ameaçava os militares.

Deixou a EPM para fazer uma pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP), no Hospital das Clínicas, e foi cobrado por alguns colegas sobre ter deixado a Escola. O que aconteceu é que não se sentia mais confortável em ter aulas com os professores que já conhecia.

Trabalhou por alguns anos no Hospital do Servidor Público Municipal e em 1979 passou a viver e medicar em Mococa, cidade do interior do estado de São Paulo.

Fontes

Atas do Centro Acadêmico Pereira Barreto, 22 de agosto de 1969. p. 34-54.

Atas da Congregação da Escola Paulista de Medicina. São Paulo, 4 de outubro de 1968. p.275

_____. São Paulo, 14 de outubro de 1969. p. 385-387;389

Depoimento de Paulo José Brito de Castro à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg em 11 de julho de 2014.

Referências bibliográficas

CASTRO, Paulo José Brito de. *Memórias da EPM*. São Paulo: não publicado, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.

O Estado de São Paulo. 4 de novembro de 1970. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

15. Regina Elza Solitrenick

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI,
CARLOS MALAGUCI E ELSON LIMA
REDAÇÃO: MAYARA DE LARA

Regina Elza Solitrenick nasceu na cidade de Santos, no dia 1 de outubro de 1943. Filha de Simão Solitrenick e Helena Luiza Solitrenick, estudou na Escola Paulista de Medicina (EPM), onde se formou médica em 1969. Foi militante política e lutou contra a ditadura militar brasileira (1964-1985) desde os tempos de estudante.

Parte da família de Regina Elza, seus tios, eram do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Quando ela saiu da cidade de Santos para estudar Medicina em São Paulo, veio como militante do “Partidão” e já sabia a quem procurar ao chegar na cidade¹. Na EPM exerceu uma militância interna, sendo diretora do departamento cultural do Centro Acadêmico Pereira Barreto, organizando coral, festival de artes plásticas, peças teatrais e participando de assembleias.

Conforme a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)², Regina Elza foi detida e fichada em 1966. Ela foi uma das 178 pessoas detidas no dia 7 de setembro no XIX Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE), que aconteceu na Faculdade de Engenharia Industrial de São Bernardo do Campo. Esse congresso tratou de discussões sobre problemas que estavam afetando a vida dos estudantes, como prisões de professores, reitores e alunos que lutavam

1 R. E. Solitrenick, “Depoimento à CVML/Unifesp”, *Audiência Pública Congresso de Ibiúna*. 09 mar. 2015.

2 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Relação de Estudantes detidos em S. Bernardo do Campo por participar do Congresso da UEE, onde seriam distribuídos panfletos subversivos em 7 set. 1966*, 07 set. 1966, 11 fl., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

pela verdadeira liberdade, motivos que levaram os estudantes a levantar a bandeira da democracia³.

Regina Elza passou a fazer parte da dissidência estudantil da Ação Libertadora Nacional. Conforme afirmam seus fundadores, a ALN seria:

Clandestina, pequena, bem-estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não permanecer em discussões e reuniões⁴.

A informação acima foi retirada do documento “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo” que marcou o rompimento público do Agrupamento Comunista, a ALN, com o PCB⁵.

A ALN foi a organização de guerrilha urbana de maior expressão entre 1968 e 1973, tendo sido fundada e comandada por Carlos Marighella, ex secretário do Conselho Estadual do PCB⁶. Enquanto secretário do partido, fez duras críticas às estratégias do PCB, que sugeriam reformas de forma pacífica através da aliança com a burguesia nacional. Para Marighella, o partido estaria subordinado a essa burguesia e as teses do PCB não se enquadravam nem no caminho pacífico e nem no caminho para a luta armada⁷.

Em 31 de julho de 1967, ocorreu em Cuba a conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que indicava como estratégia mais adequada para a maioria dos países latino-americanos a guerrilha, e também criticava os caminhos políticos dos países comunistas. Essa conferência da OLAS foi uma tentativa de colocar Cuba como um centro revolucionário para o continente. O PCB se recusou a participar dessa conferência, porém Carlos Marighella

3 A. Muller, “Violações de Direito Humanos na Universidade”, em Brasil, Comissão Nacional da Verdade, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*, p. 264.

4 J. R. Sales, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*, p. 66.

5 *Idem*, *loc. cit.*

6 Arquidiocese de São Paulo, *Brasil: Nunca Mais: um relato para a história*, p. 91.

7 J. R. Sales, *op. cit.*, p. 55-60.

esteve presente e fez duras críticas ao partido brasileiro, o que resultou em sua expulsão⁸.

A ALN sofreu influência direta da Revolução Cubana, que foi também inspiração do líder Carlos Marighella⁹. Sua visita a Cuba em 1967 provocou mudanças em seu pensamento, e o militante comunista passou a ver a guerrilha como a única forma de luta contra a ditadura e para a formação de uma consciência revolucionária no país. Acreditava que havia condições para a luta armada, pois a situação do Brasil era semelhante à de Cuba antes da revolução, especialmente no que dizia respeito aos problemas no campo e à miséria da grande massa popular¹⁰.

A experiência cubana despertou no líder da ALN uma nova possibilidade de luta para o enfrentamento do imperialismo norte-americano e das forças militares brasileiras. A tese do foquismo, na qual a revolução pode ser feita através da guerra de guerrilha sem um partido comunista para dirigir o movimento, foi a grande inspiração da Revolução Cubana para esses grupos que surgiram a partir do racha do PCB. Diante daquela conjuntura política, a ALN encarou a guerrilha como única forma de enfrentar os militares e o caminho certo para a revolução brasileira.

Enquanto militante da ALN, Regina Elza atuou no apoio médico, ajudou a montar uma clínica clandestina e ministrou cursos de enfermagem, sendo também responsável pela saída de pessoas do Brasil, escoltadas até a Argentina¹¹. Regina Elza trabalhou na clínica psiquiátrica Borda do Campo em Santo André, da qual um dos proprietários era Benedito Sampaio, professor assistente da EPM que foi afastado do cargo em decorrência do golpe militar de 1964. Por muito tempo, Regina Elza internou pessoas que precisavam sair do país com falsos diagnósticos, até que a viagem fosse possível¹².

A atuação de Regina Elza na ALN é interessante porque ela nunca esteve na clandestinidade, mas vivia na ilegalidade, não participou da

8 *Idem, op. cit.*, p. 60-61.

9 *Idem, op. cit.*, p. 55.

10 *Idem, op. cit.*, p.68.

11 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), *Inquérito da Ação Libertadora Nacional*, 09 abr. 1973. 16 fl., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

12 R. E. Solitrenick, *Depoimento à CVML/Unifesp*, Sem Data.

luta armada, mas também não esteve fora dela porque estava dentro da dinâmica do grupo e desenvolvia funções essenciais, tanto no setor médico como na proteção de pessoas que precisavam sair do Brasil.

Em 1968, ocorreu o XXX Congresso da UNE¹³. Nele estavam presentes quatro alunos da EPM, Luis Carlos Aiex e Rubens Werner representando a EPM, e Ladislau Ugar e Regina Elza por militância externa. Esse congresso motivou a segunda prisão de Regina. Em seu depoimento, Regina destacou que na verdade o Congresso não aconteceu, existia uma clara divisão entre as lideranças, o que ocasionou brigas e desentendimentos. Regina ficou responsável pelo setor médico do congresso¹⁴.

A movimentação na cidade causou estranheza aos habitantes de Ibiúna, e a presença de jovens desconhecidos levantou suspeitas. A polícia local fez contato com as autoridades da capital e imediatamente o DOPS mandou elementos para averiguar a situação. A força pública já sabia a localização exata do sítio onde estavam os estudantes e o sistema de repressão foi acionado. O DOPS e a força pública cercaram os estudantes, alguns conseguiram fugir pelo mato, outros foram presos e levados para o DOPS, sendo posteriormente fichados¹⁵. Regina Elza permaneceu por um tempo em uma prisão junto com presas comuns.

Formada em 1969, continuou trabalhando na clínica Borda do Campo, e atuando ilegalmente pela ALN. Em 1971, quando o esquema da ALN já estava se desmoronando, Carlos Eduardo Pires Fleury foi preso e morto pelo regime. Nas suas anotações encontraram informações sobre Regina Elza, informações que estavam em códigos e foram decifradas, como seu nome completo, telefone de contato e ao lado disso escrito “pessoa de extrema confiança”. A partir da morte de Carlos, Regina passou a ser perseguida, teve a casa invadida e assim passou a ser mais cuidadosa.

No dia 14 de dezembro, quando Regina voltava de um casamento em Santos, pegou um táxi em São Bernardo do Campo para Santo André,

13 A. Muller, “Violações de Direito Humanos na Universidade”, em Brasil, Comissão Nacional da Verdade, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos*, p. 267.

14 R. E. Solitrenick, *Depoimento à Audiência Pública: Congresso de Ibiúna 1968* CVML/Unifesp, 09 mar. 2015.

15 “Congresso da UNE: todos presos”, *Folha de São Paulo*, ano XLVIII, n. 143664, 13 out. 1968, Primeiro Caderno, p.1.

onde ia trabalhar na Clínica de Repouso Borda do Campo. Quando se preparava para descer, ela e um garoto de 16 anos que estava de carona foram sequestrados por homens que diziam ser policiais. O garoto foi liberado quatro dias depois.

O taxista que transportava Regina, que estava sem seus documentos, voltou até São Bernardo para buscá-los e se dirigiu até uma delegacia de lá para contar o que tinha acontecido. O delegado de São Bernardo, não tendo sido avisado da operação, disse que sequestro não é coisa de polícia e quebrou o sigilo da operação. O sequestro, que poderia resultar na morte de Regina, tornou-se público, aparecendo no *Jornal Nacional* a notícia que a médica havia sido sequestrada, e foi desse modo que sua família ficou sabendo. Regina Elza acredita que isso foi o que a manteve viva.

Regina Elza ficou um mês presa e foi duramente torturada durante 14 dias. Como mecanismo de defesa, ela tentou passar a imagem de uma moça ingênua, quebrando a ideia de mulher da luta armada. Na maior parte do tempo em que ficou presa, tentava dormir e sonhar.

Em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML), Regina Elza relatou um fato que aconteceu durante sua prisão e que traz consequências em sua vida até hoje. Na madrugada do dia 26 para o dia 27 de dezembro de 1971, Regina Elza foi retirada da solitária e levada ao encontro de um casal que havia chegado à prisão na manhã do dia 26, com quadros graves de saúde. O homem passava mal, e gritava afirmando ser diabético, dizendo que havia tomado insulina pela manhã e estava sem comer. Ela logo diagnosticou que ele estava em uma crise de hipoglicemia e que aquele estado o levaria à morte, por isso Regina optou por ajudá-lo, pediu açúcar e deu a ele, recuperando-o do quadro de hipoglicemia.

[...] eu sabia que ele iria continuar sendo torturado, mas eu tive que optar entre a morte dele ou a vida, e eu optei pela vida, isso é uma das coisas que eu faria integralmente e novamente e paguei um preço extremamente alto¹⁶

16 R. E. Solitrenick, *Depoimento à CVML/Unifesp*, Sem Data.

A mulher foi diagnosticada por Regina com um quadro de total confusão mental, não sabia onde estava, estava desorientada e tinha alucinações com a filha. Regina solicitou um Valium e a tirou do quadro.

[...] não por ordem, eles estavam morrendo, o marido dela ia morrer, ela não, ela estava confusa, não foi ordem, óbvio que eu podia ter dito não, a minha escolha foi ter dito sim, eu escolhi tratar, meu compromisso é com a vida, meu compromisso nunca é com a morte¹⁷.

No dia seguinte, Regina Elza foi novamente retirada da solitária e levada ao encontro da mulher que estava com os filhos do casal. Em uma breve conversa, Regina se apresentou a ela, disse seu nome, contou que pertencia à ALN, que também estava presa e que optou por cuidar dela e do seu marido. Depois dessa ocasião Regina não os viu novamente.

A família de Regina Elza conhecia Ivete Vargas, na época casada com Paulo Guilherme Martins, muito amigo da família. Foram eles que, sendo pessoas ligadas ao poder, garantiram a sobrevivência de Regina durante aquele mês em que ficou presa. Ivete Vargas se dirigiu ao II Exército e pediu que a vida de Regina Elza fosse preservada, e a saída da prisão só foi possível também por sua intervenção¹⁸.

Em 1979 ou 1980 saiu uma publicação em que seu nome apareceu em uma lista de médicos colaboradores do regime, logo abaixo do nome de Harry Shibata. A mulher que fora ajudada por Regina a denunciou, trocou a ordem do nome, na lista estava escrito Elza Regina Solitrenick. Com a ajuda do seu advogado, Regina Elza marcou uma reunião em que estariam as duas e os jornalistas. A mulher não compareceu e nunca mais quis nenhum tipo de contato com Regina Elza¹⁹.

Esse episódio foi extremamente prejudicial, porque Regina passou a ter duas imagens, por um lado a de terrorista e por outro a de colaboradora do regime. Sofreu processo em liberdade e foi absolvida. Durante muito tempo não teve pacientes em seu consultório,

17 *Idem.*

18 *Idem.*

19 *Idem.*

considerada por alguns terroristas, e por outros torturadora, seus pacientes foram embora.

Fontes

FERRAZ, Marcos. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 26 de maio de 2015

SAMPAIO, Suzana. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 8 de abril de 2015

SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ficha remissiva: Regina Elza Solitrenick (50-C-22-6828). 1f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ficha remissiva: Regina Elza Solitrenick (50-D-18-2168). 1f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ficha remissiva: Regina Elza Solitrenick (50-Z-9-25066). 1f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Ficha remissiva: Regina Elza Solitrenick (50-Z-22-8141). 1f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). *Relação de Estudantes detidos em S. Bernardo do Campo por participar do Congresso da UEE, onde seriam distribuídos panfletos subversivos em 7/9/66*. 7 de setembro de 1966. 11 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), *Inquérito da Ação Libertadora Nacional*, 9 de abril de 1973. 16 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Envolvidos no movimento de Ibiúna*. Microfilme. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), *Operação Ibiúna, XXX Congresso da Extinta UNE, São Paulo, 12 de outubro de 1968*. 119 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

SOLITRENICK, Regina Elza. *Depoimento à CVML/Unifesp*. (d.i.)

Referências bibliográficas

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Brasil: nunca mais: um relato para a história*. 40^o ed., Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Congresso da UNE: todos presos. *Folha de São Paulo*, ano XLVIII, n. 143664, 13 out. 1968, Primeiro Caderno. p.1. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm. Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

MULLER, Angélica. Violações de Direito Humanos na Universidade. In BRASIL, COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório DA Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso em: 19 de jun. 2015.

SALES, Jean Rodrigues, *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007 (História do Povo Brasileiro).

SCHWARZ, Roberto, *O Pai de Família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

16. Rubens Schmidt Werner

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI, CARLOS MALAGUTI,
ELSON LIMA E FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI
REDAÇÃO: FREDERICO DE OLIVEIRA FOINI

Natural do município de Rio Claro, Rubens Schmidt Werner nasceu no dia 29 de abril de 1947. Aos 12 anos se mudou para São Paulo e aos 18 anos de idade ingressou na Escola Paulista de Medicina (EPM) dando início à sua trajetória acadêmica. Em depoimento à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg¹, confessou que no primeiro ano do curso não se interessou muito pelas primeiras matérias, o que voltou seu interesse para as atividades do Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB). Ele escrevia regularmente para o jornal *O Barretinho*, que circulava no campus² e era produzido pelo CAPB.

Sua militância política começou a partir do momento em que começou a se envolver com as atividades do Centro Acadêmico. Em 1966 foi preso num Congresso da União Estadual de Estudantes (UEE) que ocorreu entre os dias 7 e 9 de setembro, em São Bernardo do Campo/SP³. Sobre esta prisão, apenas foi fichado e solto. Posteriormente, em 12 de outubro de 1968⁴, foi preso no Congresso de Ibiúna, organizado clandestinamente pela UNE. O XXX Congresso da UNE foi iniciado clandestinamente num sítio em Ibiúna e interrompido

1 R. S. Werner, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 mai. 2014.

2 O jornal “*O Barretinho*” existe até hoje, administrado por alunos que dão continuidade às publicações.

3 Seu nome consta no informe da SNI/ASP, no qual estavam escritos os nomes de todos os estudantes que haviam sido presos no Congresso da UEE. Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Complementação informe anterior que versava sobre a prisão de estudantes, relação dos elementos e respectivas qualificações estudantes presos dia 7 set. em São Bernardo do Campo/SP – Congresso da UEE*, São Paulo: 1966. 70fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI.

4 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Resumo de declarações prestadas por Reinaldo Morano Filho (“Roberto Matuccio Filho” ou “Manoel”) à equipe de interrogatório preliminar / C/1, no dia 16 set. 1970, das 20h30 às 22h30 horas*, São Paulo: 1970. 8fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI.

por cerca de 215⁵ policiais do DOPS e da Força Pública. Tendo conhecimento antecipado do local do Congresso, a Polícia acreditava que os estudantes presentes no episódio seriam propensos a “atividades subversivas e terroristas”⁶.

[...] ponderável parte daqueles elementos não se motivavam, com sinceridade, pelas apregoadas reformas universitárias. Ao contrário, utilizavam aquela bandeira como mero pretexto para contestar o regime e tentar subverter a ordem vigente⁷.

Rubens Schmidt Werner foi eleito para ir a Ibiúna através de uma votação⁸ em sala de aula, e foi ao Congresso junto com seu colega Luiz Carlos Aiex Alves. A respeito deste Congresso, e conforme exposto por Aiex⁹ em seu depoimento, grande parte dos estudantes (com exceção das lideranças¹⁰) ficou em condições precárias de acomodação, com pouca comida e sob o frio de uma noite chuvosa da primavera, e antes mesmo de o evento e suas atividades começarem todos os estudantes foram cercados pela polícia e presos. Após a prisão, foram levados para o presídio Tiradentes, depois para o Carandiru e enfim para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). No DOPS, a maioria dos estudantes presos foi solta, entre eles Aiex. Porém, Rubens Werner e seu colega da Escola, Ladislau Ruy Ungar Glausiusz, continuaram presos por mais tempo. Em depoimento, confessa que se perguntou: “Por que logo eu fiquei?”¹¹, uma vez que entre os presos remanescentes estavam militantes mais influentes e atuantes, como José Dirceu. Sobre essa

5 “Congresso da UNE: todos presos”, *Folha de São Paulo*, ano XLVIII, n. 14364, 13 out. 1968, Primeiro Caderno, p. 1.

6 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Resumo de declarações prestadas por Reinaldo Morano Filho (“Roberto Matuccio Filho” ou “Manoel”) à equipe de interrogatório preliminar / C/1, no dia 16 set. 1970, das 20h30 às 22h30 horas*, São Paulo: 1970. 8fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI.

7 *Idem*.

8 R. S. Werner, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 mai. 2014.

9 L. C. Aiex Alves, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 02 jun. 2014.

10 A informação de que as lideranças estudantis teriam ficado em alojamento privilegiado foi extraída do depoimento de Regina Elza Solitrenick. R. E. Solitrenick, *Depoimento à CVML/Unifesp*, Sem data.

11 R. S. Werner, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 29 mai. 2014.

prisão, destacou em seu depoimento¹² que circulou na época um boato de que esta teria sido planejada de propósito por alguns grupos políticos para benefício dos mesmos. Durante o período de prisão não sofreu tortura e ficou confinado num quarto com mais 22 pessoas: “a gente acaba se adaptando a esse tipo de situação”, disse. Tentou usufruir de todas as possibilidades para ser liberado da prisão. Na época, como era Secretário Geral do Centro Acadêmico, assinou até uma declaração de demissão do cargo de dentro da prisão, na esperança que pudesse ser um fator a menos pelo qual ser incriminado. Acabou saindo da prisão às vésperas do AI-5, junto com seus companheiros, graças à ação do senador Mario Martins.

Após a saída da prisão ficou alguns anos respondendo a um processo que durou até 1974. Também era necessário um atestado de bons antecedentes e ele não conseguia um. Nesse meio tempo, em função da ausência do atestado, não conseguia realizar uma série de atividades, tanto profissionais quanto em outras esferas, como por exemplo concorrer a uma vaga de residência fora da EPM, conseguir bolsas de estudo, ser sócio de um clube, sair do país, etc. Além disso, recebia intimações frequentes para comparecer ao Tribunal.

Uma vez estava fazendo uma pesquisa no Instituto de Biociências da USP, e de repente eu recebi um comunicado de que tinha que me apresentar no Quartel do 2º Exército. Eu não podia avisar os meus pais, nem minha mulher, pois todos iriam ficar apavorados. Eu tinha que avisar algum amigo, para caso eu não voltasse¹³.

A preocupação de amigos e familiares era grande nos anos que se seguiram à libertação da prisão. Não deixavam que ficasse sozinho na rua à noite, nem que frequentasse certos lugares, para evitar qualquer tipo de ataque. Acabou conseguindo um atestado de bons antecedentes porque seu pai era amigo de um delegado.

Para Rubens Werner, a volta à rotina acadêmica foi pouco conflituosa. Graças à ajuda de seu colega Aiex, não havia sido reprovado por faltas. Na primeira aula que teve, foi aplaudido em sala quando chegou.

12 *Idem.*

13 *Idem.*

Como relata em depoimento, não possui memória de ter sido perseguido dentro da Escola. Certa vez publicou em *O Barretinho* sobre a existência e presença de algum infiltrado na Escola. O receio de algum tipo de contra-ataque existiu, mas no fim, acabou não acontecendo nada. Inicialmente foi para o campo da Medicina Preventiva, no qual contribuiu para uma certa “revolução”: ele e sua esposa alegavam que Medicina Preventiva como campo singular deveria desaparecer, pois todas as especialidades deveriam ter a Medicina Preventiva incluída. Apresentaram e discutiram a proposta num Congresso de Medicina nos anos 1970 – o que, segundo ele¹⁴, deu certo, pois de fato a disciplina como singular desapareceu nos anos posteriores. Formou-se no ano de 1971, por fim especializando-se em Endocrinologia. Começou a voltar a sua atenção para a área de pesquisa, e continuou a trabalhar com a sua especialidade até os dias de hoje.

Fontes

AIEX ALVES, Luiz Carlos. Depoimento à CVML/Unifesp. 02 jun. 2014.

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército, Complementação informe anterior que versava sobre a prisão de estudantes, relação dos elementos e respectivas qualificações estudantes presos dia 7/9 em São Bernardo do Campo/SP – Congresso da UEE, São Paulo: 1966. 7of. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército, Resumo de declarações prestadas por Reinaldo Morano Filho (“Roberto Matuccio Filho” ou “Manoel”) à equipe de interrogatório preliminar / C/1, no dia 16 de setembro de 1970, das 2030 às 2230 horas. São Paulo: 1970. 8f. Arquivo Nacional. Fundo SNI.

Congresso da UNE: todos presos. Folha de São Paulo, ano XLVIII, n. 14364, 13 out. 1968. Primeiro Caderno. p. 1. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_13out1968.htm>. Acesso em: mar. 2015.

WERNER, Rubens Schmidt. Depoimento à CVML/Unifesp. 29 de maio de 2014.

Referências bibliográficas

AMORIM, Carlos. Araguaia: histórias de amor e de guerra. Rio de Janeiro: Record, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

14 *Idem*.

- MULLER, Angélica. Violações de Direitos Humanos na universidade. In: BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório da Comissão Nacional da Verdade: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014, p. 258-288. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso em: 10 set. 2015.
- SALES, Jean Rodrigues. A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da Revolução Cubana. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- SCHWARZ, Roberto. Cultura e política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

17. Sebastião Baeta Henriques

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI E CARLOS MALAGUTI
REDAÇÃO: VINICIUS FAUSTINO

Sebastião Baeta Henriques nasceu na cidade de São José do Carrapicho-MG, em 4 de dezembro de 1918. Era filho de Urbano Henriques dos Reis e Alice Nogueira Henriques. Coursou a Faculdade de Medicina na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mudou-se para São Paulo com a sua esposa, Olga Bohomoletz Henriques, no ano de 1944. Desde então trabalharam juntos no Instituto Butantan¹, no qual Baeta chegou a ocupar o cargo de chefe da Seção de Bioquímica.

Na Escola Paulista de Medicina, Baeta foi integrado no ano de 1947 como assistente de Farmacologia, chegando ao cargo de docente livre em 1957 e tornando-se regente em 1963 na Cátedra de Biofísica². Militou, a partir de 1961, no Centro de Estudos Sociais em conjunto com sua companheira e o físico Mário Schenberg. O centro funcionava como um “aglutinador” de debates políticos e culturais de intelectuais paulistas, tendo como base os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)³.

Baeta seguia a linha ideológica comunista e fazia parte dos quadros do PCB desde antes de sua vinda para São Paulo. Segundo consta em documentação dos órgãos repressivos, Baeta era um esquerdista e janguista declarado⁴. Em uma carta denúncia sobre atividades subversivas no Instituto Butantan, escrita por Gastão Rosenfeld, chefe da seção de Patologia da instituição, endereçada ao secretário de segurança do Estado de São Paulo, Baeta é citado como “um comunista de

1 L. Biondi, “Não Éramos mais Universidade” em *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre memória e história*, p. 166.

2 *Idem*, p. 167.

3 V. H. Baeta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 dez. 2013.

4 Brasil, Ministério do Exército, Agência São Paulo, *Pedido de Busca nº1662/64*, São Paulo: 1965. 5 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (AC ACE 94498 65).

longa data”⁵, e Rosenfeld continua sua denúncia sobre o cientista e suas atividades dentro do Instituto:

Sempre que havia um movimento comunista do tipo de listas de adesão como Campanha contra a Bomba Atômica, (...) trazia-me a lista para obter minha assinatura. A última foi uma lista para angariar fundos para financiar a campanha jornalística de noticiário a favor de Fidel Castro (...). Ultimamente ligado às suas amizades de outros comunistas do governo federal, desenvolveu atividades contrárias aos interesses da quase totalidade dos professores da Escola Paulista de Medicina (...) tanto assim que a Escola Paulista de Medicina logo nos primeiros dias após a Revolução cancelou ou não renovou seu contrato como Professor, dispensando-o. É portanto um comunista ativo⁶.

Após o golpe militar em 1964, Baeta sofreu duras consequências por sua posição política. Em 4 de abril, sofreu com a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM) que investigava cientistas ligados de alguma forma ao PCB⁷. Contudo, antes da conclusão do inquérito, no dia 9 de abril do mesmo ano, uma longa discussão durante a reunião da congregação da Escola Paulista de Medicina decidiu pelo afastamento do professor Sebastião Baeta Henriques. Segundo o professor Otto Guilherme Bier, membro da Comissão Geral de Investigação Sumária que visava localizar supostos opositores do regime militar dentro da Universidade, com a função de enquadrá-los e afastá-los da instituição:

b) corrigir defeitos de didática, que constituíram motivos constantes de reclamação por partes dos estudantes durante a ocupação da cátedra pelo prof. Dr. Sebastião Baeta Henriques; c) prover interinamente a cátedra com um professor em tempo integral [...]. Não pode a Congregação da Escola Paulista de Medicina sentir-se responsável pelas consequências de sua ideologia comunista e

5 Arquivo CEHFI/Unifesp, *Carta de Gastão Rosenfeld endereçado ao secretário de segurança pública do Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 jun. 1964.

6 *Idem*.

7 L. Biondi, *op. cit., loc. cit.*, p. 168.

entende mesmo, o prof. Dr. Otto Guilherme Bier, que na atual conjuntura esta poderá, por si só, constituir a razão suficiente para o afastamento do atual regente da Cátedra de Biofísica⁸.

Essa proposta de afastamento foi posta para votação da Congregação e foi aprovada com apenas dois votos contrários, dos professores José Leal Prado e Renato de Toledo.

Ainda no ano de 1964 e possivelmente devido à decisão da Congregação, com a publicação dos “Atos da Revolução⁹” Sebastião Baeta Henriques foi exonerado do cargo de professor catedrático interino da Escola Paulista de Medicina. Os atos da então Presidência da República atingiram vários membros de universidades do país tidos como ameaças à ordem vigente, como foi o caso dos professores da EPM Jesus Carlos Machado e David Rosenberg, assim como o servidor da Escola, Fábio Gianni.

Baeta e sua companheira, com receio de serem presos pela polícia política, ficaram alguns meses escondidos na clandestinidade ainda no Brasil, depois fugiram para o exílio fora do país¹⁰. Baeta teve como primeiro destino a Inglaterra, onde trabalhou como pesquisador em um instituto de Londres. Após passar um ano no exílio foi ao reencontro de sua esposa em Moscou, uma vez que ela não tinha conseguido visto para morar na Inglaterra, voltando ao Brasil apenas em 1968.

Após a volta do exílio sofreu mais um duro golpe contra sua carreira de pesquisador. Após a publicação do AI-5, em 20 de maio de 1969 o professor teve novamente seu cargo cassado no Ministério da Educação (MEC), sendo aposentado compulsoriamente do seu cargo no Instituto Butantan, junto com a sua esposa Olga Bohomoletz¹¹. Mesmo após a promulgação do AI-5, eles tentaram continuar no Brasil, mas após inúmeras tentativas fracassadas de conseguir emprego de

8 Escola Paulista de Medicina, *Atas da Congregação*, São Paulo, Livro 9 (09 abr. 1964), Arquivo da Reitoria da Unifesp.

9 Os Atos da Revolução foi o primeiro conjunto de leis e artigos pelo governo militar, Brasil, Ministério da Educação e Cultura, *Atos da Revolução*, Brasília: 1964. 71 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (AFZ ACE 960 002).

10 V. H. Baeta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 dez. 2013.

11 Brasil, Ministério da Educação e Cultura, *Atos Normativos da Revolução – AI nº5*. Brasília: 1969. 71 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (ASP ACE 4934 80).

pesquisa na área, e de sofrerem ameaças anônimas devido a suas posições políticas, tiveram que voltar para o exílio no final de 1969¹². Juntos fizeram uma grande peregrinação na Europa até voltarem ao Brasil novamente. O primeiro destino do exílio foi a cidade de Edimburgo na Escócia, depois deslocaram-se para Cuba em 1972, passando por Portugal em 1975 e terminando na Bulgária ano de 1977. O exílio foi composto por cursos nas áreas de pesquisa do casal e de trabalhos em diferentes institutos nos respectivos países.

Durante sua trajetória de militância política, Baeta compôs os quadros do PCB, passando por momentos importantes da história do Partidão. Uma das maiores tensões que Baeta e os demais militantes enfrentaram dentro do PCB, durante o período ditatorial brasileiro foi a discussão sobre as formas de resistência ao regime militar. Um dos principais militantes do Partidão, Carlos Marighella, representou uma grande oposição à direção do PCB sobre como reagir ao golpe. Marighella apresentou, em conjunto com outros militantes, uma insatisfação sobre o fato de o PCB ter tido um “desvio de direita”, acreditando nas reformas de base por vias pacíficas em uma aliança conciliatória com a burguesia nacional, principal causa para a vitória dos golpistas em sua opinião¹³.

Essa ala, durante uma conferência do PCB em 1967, também representou o início do racha que o Partidão sofreria com a dissidência para a luta armada. Marighella tinha posição dura sobre as teses do VI Congresso do PCB, “criticou a subordinação do partido à burguesia e o fato das teses não optarem claramente nem pelo caminho pacífico nem pela via armada.”¹⁴ Essa discordância dos métodos que o PCB utilizava contra o regime ocasionou em um racha entre seus quadros, dos quais muitos optaram pela luta armada como forma de resistência à ditadura nos anos seguintes, tendo como principal organização a Ação Libertadora Nacional (ALN) e contando com Carlos Marighella, umas das principais figuras dessa dissidência. Segundo depoimento de Vera Henriques, Baeta permaneceu convicto na decisão que a direção

12 V. H. Baeta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 dez. 2013.

13 J. R. Sales, *A Luta Armada Contra a Ditadura Militar: A Esquerda Brasileira e a Influência da Revolução Cubana*, p. 56.

14 *Idem*, p. 60.

do Partidão tomara e não era favorável à opção pela luta armada representada por essa corrente interna¹⁵.

Voltaram ao Brasil somente em março de 1979, quando conseguiram a concessão da Anistia pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP)¹⁶. Regressaram para Belo Horizonte, em Minas Gerais, onde trabalharam na UFMG. Sebastião Baeta Henriques faleceu em 1996.

Fontes

BAETA, Vera Henriques. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 05 de dezembro de 2013.

Referências bibliográficas

BIONDI, Luigi. “Não Éramos mais Universidade” in RODRIGUES, Jaime (org.). *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 Anos: ensaios sobre memória e história*. São Paulo: Editora FAP/Unifesp, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Atos da Revolução. Brasília: 1964. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (AFZ ACE 960 002).

_____. Ministério da Educação e Cultura. Atos Normativos da Revolução – AI nº5. Brasília: 1969. 71 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP ACE 4934 80).

_____. Ministério do Exército. Agência São Paulo. Anistia concedida pelo CREMESP. São Paulo: 9 de março de 1979. 7 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (ASP ACE 675 79).

_____. Ministério do Exército. Agência São Paulo. Pedido de Busca nº1662/64. São Paulo: 1965. 5 f. Arquivo Nacional. Fundo SNI (AC ACE 94498 65).

Carta de Gastão Rosenfeld endereçado ao secretário de segurança pública do Estado de São Paulo. São Paulo, 4 de junho de 1964. Arquivo CEMFI/Unifesp.

ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA. Atas da Congregação. São Paulo. Livro 9 (9 de abril de 1964). Arquivo da Reitoria da Unifesp.

SALES, Jean Rodrigues. *a luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo

15 V. H. Baeta, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 05 dez. 2013.

16 Brasil, Ministério do Exército, Agência São Paulo, *Anistia concedida pelo CREMESP*, São Paulo: 09 mar. 1979. 7 fls., Arquivo Nacional, Fundo SNI (ASP ACE 675 79).

18. Tsuyoshi Yamashita

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI E DANIEL MARTINS

REDAÇÃO: HELENA TACOLA RAMALHO

Tsuyoshi Yamashita nasceu em 16 de janeiro de 1943 na cidade de Pompeia, no interior de São Paulo. Filho de Seiichi Yamashita e Hisako Yamashita, imigrantes japoneses, lavradores e pequenos proprietários. Seus pais eram religiosos, não tinham vínculos partidários e não eram ligados à política brasileira. Mudaram-se para a capital do estado em 1968 e, em sua juventude, estudou no Colégio Estadual Roosevelt, no bairro da Liberdade.

O caminho em direção à militância teve início na Igreja Holiness do Brasil¹, em São Paulo, onde conheceu um amigo de origem japonesa, de visão esquerdista, com quem debatia sobre política e postulados liberais com outros frequentadores da Igreja. Sua militância política foi intensificada no ensino superior, após entrar no curso de Medicina da Escola Paulista de Medicina (EPM) em 1962 e deparar-se com o grande conservadorismo presente na faculdade, quando começou a frequentar a União Cristã dos Estudantes Brasileiros e algumas reuniões do Partido Comunista Brasileiro².

Apesar de no início dos anos 1960 as faculdades se tornarem importantes centros de mobilização esquerdista, a Escola Paulista de Medicina não apresentava a mesma efervescência que as Universidades Estaduais e Federais, por ser mais restrita e por ser, em grande parte, conservadora. O engajamento político e social se restringia a um pequeno grupo de estudantes simpatizantes da medicina humanista, com foco social. Mesmo assim, isso não impediu que as garras

1 A Igreja Holiness foi fundada no Japão em 1901 e no Brasil em 1922, por imigrantes japoneses. A igreja em Pompéia foi fundada em 1941.

2 L. Biondi, “Não éramos mais universidade”, em J. Rodrigues; A. Nemi; A. M. Lisboa & L. Biondi, *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre a história e memória*, p. 160.

do regime militar aparecessem na Escola para tentar erradicar o comunismo das instituições responsáveis pela formação da juventude.³

Em 1964, dentro da EPM, sofreu junto a outros colegas a primeira onda repressiva da ditadura: o Inquérito Policial Militar (IPM). Alunos favoráveis ao golpe identificaram o grupo de alunos com a visão mais esquerdista e, no início de abril, Tsuyoshi foi acusado de subversão comunista, junto com os colegas: Cícero José Campos Brasileiro, Carlos Pollini Quintieri, Fábio Ancona Lopez (recém formado) e Walter Albertoni. Quem ordenou a realização do IPM na Escola foi José Tinoco Barreto, juiz auditor da 2ª auditoria da 2ª Região Militar. Os professores Otto Guilherme Bier, Rodolfo de Freitas e Antônio Bernardes de Oliveira interrogaram os alunos buscando atitudes que comprovassem a ligação deles com atividades consideradas de esquerda.

O inquérito fazia parte da “Operação Limpeza”, uma ação dos agentes do Estado para afastar e frear as ações de comunistas, nacionalistas de esquerda, socialistas e trabalhistas⁴. O objetivo era claro: silenciar a esquerda atuante usando técnicas de terror psicológico. No IPM foi acusado de atividade comunista, propagandismo das reformas de base em artigos em *O Bíceps* (jornal do Centro Acadêmico Pereira Barreto) e de defesa do movimento estudantil, ao participar dos congressos da União Nacional dos Estudantes e da União Estadual de Estudantes. Foi defendido pelo advogado Sílvio Egílio de Carvalho, tio de Cícero Brasileiro⁵.

Expressar ideias comunistas não era o suficiente para ser considerado um crime, pois o governo militar desejava evitar certas críticas e apresentar um tom democrático, em nome da liberdade de expressão. Os debates da esquerda eram tolerados até certo ponto e, nos primeiros anos da ditadura militar, a rica vida cultural afirmada no governo de João Goulart foi preservada⁶. Para gerar punições era necessário participar ativamente em organizações proibidas pelo Regime ou ter militância revolucionária⁷.

3 R. P. S. Motta, *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*, p. 33.

4 *Idem*, p. 25.

5 *Depoimento de Cícero José Campos Brasileiro à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg em 27 nov. 2014*.

6 M. Napolitano, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, p. 101.

7 R. P. S. Motta, *op. cit.*, p. 54.

Logo, o IPM não resultou em prisão, nem em tortura, apenas causou o afastamento da atuação política e cultural devido ao medo, além do atraso na conclusão do curso. Sobre as limitações da atribuição dos inquéritos e a produção de punições, o autor Marcos Napolitano afirma:

Ainda que os resultados práticos dos IPM tenham sido pífios, em termos de punições efetivas, para desgosto da “linha dura”, causaram bastante insegurança entre intelectuais de várias matizes, alimentando a imagem do regime como uma ditadura obscurantista e anticultural⁸.

Tsuyoshi continuou timidamente sua atuação na UECB, participou de um projeto no Nordeste nos anos de 1965 e 1966, uma parceria com estudantes da Universidade de Cornell, ajudando a construir uma igreja com o objetivo de mostrar a realidade sertaneja. Depois que saiu da Escola foi convocado pelo exército para cumprir estágio obrigatório médico militar, em 1969. Serviu em Mato Grosso.

Após voltar do período de um ano em que serviu o exército, foi fazer residência médica no Hospital do Servidor Público Estadual. Nesta época conheceu a amiga Iraci Domenciano Poleti, professora de Língua Portuguesa. Participavam juntos de reuniões para discutir teatro, cinema e política em geral, também conheceu as irmãs Maria Helena Craidy e Carmen Maria Craidy, com quem Iraci dividia apartamento, além de Régis Rampazzo e Cláudio Panutti, que aliás organizou o grupo⁹.

Consta em um dos interrogatórios prestados ao Destacamento de Operações Internas – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)¹⁰, que Tsuyoshi viajou para a Argentina, Chile e Uruguai para participar do evento da Federação Mundial dos Estudantes Cristãos e do Conselho Mundial de Igrejas Presbiterianas, no dia 20 de maio de 1971. Mas, segundo Tsuyoshi, ele esteve apenas em Santiago e em Córdoba, e em anos diferentes, o que evidencia a intenção dos documentos oficiais e demonstrar as “filiações políticas” do médico.

8 M. Napolitano, *op. cit.*, p.100.

9 *Idem*.

10 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Primeiras Declarações: Tsuyoshi Yamashita*. 3 fls., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

No dia 26 de julho de 1971, estava trabalhando no Hospital do Servidor Público Estadual quando foi preso em uma das investidas da Operação Bandeirantes (OBAN), acusado de participar e frequentar reuniões do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)¹¹, e por guardar livros com conteúdos subversivos, deixados por Carmem na casa de seus pais¹². Foi levado ao DOI-CODI, onde foi preso por seis dias sob a acusação de desrespeitar a Lei de Segurança Nacional. Foi interrogado e torturado.

No DOI-CODI consta um telefonema avisando-o que guardas haviam estado em sua casa e, em decorrência disso, saiu do Hospital do Servidor Público Estadual às 16h30, deu voltas de carro pela cidade e se dirigiu ao Cine Belas Artes. Após sair da sessão, dirigiu o carro por algumas horas até voltar para o Hospital, onde foi preso às 20h30¹³. Mas Tsuyoshi não se lembra de cinema e acredita ter relatado isso para não falar o nome de amigos com quem encontrara para conversar sobre como agir. Sobre a prisão, Tsuyoshi relata:

Eles me prenderam, aí eu fui lá na OBAN, passei uns dias lá, para mim foi uma eternidade, mas eu vi os processos, acho que foram dois ou três dias, aí depois eu fiquei uma semana, dez dias lá no DOPS, até cheguei a apanhar um pouco, mas não muito, só ameaça, o primeiro dia me deram umas pauladas, mas depois me puseram no ‘pau de arara’ e me bateram, mas depois só ameaça¹⁴.

Durante o interrogatório, declarou nunca ter se filiado “a nenhuma organização subversiva revolucionária por falta de afinidade política e porque acredita que nenhuma organização de esquerda terá

11 Uma das dissidências do Partido Comunista Brasileiro, reorganizada nos fins de setembro de 1969, sendo seus membros, em grande maioria, antigos membros dissidentes da Ação Popular.

12 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Apresentação de Presos*. 3 fls., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

13 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Declaração que presta Tsuyoshi Yamashita à equipe de interrogatório preliminar “B” das 01h30 às 03h do dia 30/1º jul. 1971*, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

14 “Depoimento de Tsuyoshi Yamashita a Luigi Biondi, em 2007”. em L. Biondi, *op. cit.*, p. 162.

sucesso sem o apoio popular”¹⁵, mas declarou-se favorável ao socialismo cristão, à justiça social e à socialização da medicina¹⁶. Afirmou ter participado como redator de *O Bíceps*, enquanto ainda esteve na EPM. Acrescentou saber da militância de Iraci no PRT e que, depois de recusar a um convite de filiação ao partido, afastou-se de modo a diminuir a frequência das visitas. Refutou ter discutido sobre linhas políticas de qualquer organização revolucionária nas reuniões realizadas na casa de sua amiga, mas confirmou que discutiam assuntos políticos e o subdesenvolvimento do país, visando soluções através de programas de educação, higiene e socialização da medicina¹⁷.

Ainda no DOPS, foi denunciado e deu-se início ao pedido de processo, enquadrando-o e aos membros do PRT no artigo 43 do Decreto-lei nº 898/69, que prevê pena de reclusão de 2 a 5 anos para quem reorganizar ou tentar reorganizar partido político ou associação ou que exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional¹⁸. Quando interrogado se “está arrependido de cometer o crime porque responde agora, ou acha que sua atitude foi premeditada e o fim alcançado estava na sua vontade”, Tsuyoshi alegou não ter cometido crime algum¹⁹. Segundo o Regime:

Em se tratando de sociedade criminosa, consuma-se o delito no momento em que, conscientemente, com o propósito de à mesma pertencer, nela se ingressa, iniciando-se, então, a permanência no crime, onde a solidariedade de seus integrantes é absoluta, tornando-se, para a punição, desnecessárias provas de atos individualizados,

15 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Declaração que presta Tsuyoshi Yamashita à equipe de interrogatório preliminar “A” das 16h15 às 18h do dia 26/27 jun. 1971*. 2 fls., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

16 Brasil: Nunca Mais, *Processo BNM 197 (Processo 11/73)*, fl. 48.

17 Brasil, Ministério do Exército, II Exército, *Declaração que presta Tsuyoshi Yamashita à equipe de interrogatório preliminar “A” das 16h15 às 18h do dia 26/27 jun. 1971*. 2 fls., Arquivo Público do Estado de São Paulo, Fundo DEOPS.

18 Brasil, *Decreto-Lei nº 869, de 29 set. 1969. Define os crimes contra a segurança, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências*.

19 Brasil: Nunca Mais, *Processo BNM 197 (Processo 11/73)*, fl. 52.

sendo o suficiente a simples filiação. Pertencer à entidade criminosa já é caso de sofrer as sanções da lei²⁰.

Respondeu o processo em 1972, estando reunidas diversas declarações de conhecidos ao seu favor, como por exemplo: do Diretor de Serviço de Terapia Intensiva do Hospital do Servidor Público Estadual, dr. Julio Timoner, dizendo que do ponto de vista profissional, não havia nada que pudesse desaboná-lo²¹; do Reitor do Seminário Teológico da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, rev. dr. Dirson Glênio Vergara dos Santos, dizendo que sempre comportou-se como humanista e um bom cristão²²; e do pastor da Igreja Evangélica Holiness em Pompeia, Hiroyasu Yamamoto, alegando que tinha temperamento calmo e era dedicado aos estudos e aos pais idosos²³.

Só nos dias 24 e 25 de abril de 1974 ocorreu o julgamento. Tsuyoshi Yamashita foi absolvido por unanimidade de votos, por desclassificação do crime previsto no artigo 14 do Decreto-Lei 898/69 (que prevê punição por formar ou filiar-se a agrupamentos que possam prejudicar a Segurança Nacional) e com base no artigo 439 do Decreto-Lei 1002/69, no qual se afirma que o conselho absolverá o culpado mediante falta de provas ou se comprovar a inexistência dos fatos²⁴.

Fontes

BRASIL. Ministério do Exército. II Exército. *Apresentação de Presos*. 3 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Continuação do Campo Psicossocial*. São Paulo: 1971. 48 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo SNI. (AC_ ACE_43822_71).

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Documento de informações nº 0424*. São Paulo: 1974. 66 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo SNI. (ESP_ ACE_6448_81_001)

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Declaração que presta Tsuyoshi Yamashita à equipe de interrogatório preliminar "A" das 16h15 às 18h do dia 26/27/jun/1971*. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

²⁰ *Idem*, p. 11.

²¹ *Idem*, p. 1647.

²² *Idem*, p. 1648.

²³ *Idem*, p. 1649.

²⁴ Brasil, *Decreto Lei nº 1.002, de 21 out. 1969*. Código de Processo Militar.

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Declaração que presta Tsuyoshi Yamashita à equipe de interrogatório preliminar “B” das 21h às 22h do dia 27/28/Jun/1971*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Informação nº277/77*: Fábio Ancona Lopes e outros. 7 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo SNI. (ASP_ ACE_5199_80)

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Ficha Médica*. 1 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Primeiras Declarações*: Carlos Regis Bastos Rampazzo. 2 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Primeiras Declarações: Tsuyoshi Yamashita*. 3 f. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

_____. Ministério do Exército. II Exército. *Relatório Periódico de Informações nº 06/71*. São Paulo: 1971. 52 f. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Fundo SNI (AC_ ACE_34447_71).

Depoimento de Cícero José Campos Brasileiro à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg em 27 de novembro de 2014.

FUNDO BRASIL: NUNCA MAIS. *Processo BNM 197 (Processo 11/73)*. 2408 p. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_02&PagFis=132879. Acesso em: 13 de julho de 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Ordem Política e Social. *Índice remissivo dos volumes referentes às organizações subversivas e terroristas por siglas, por nomes, nomes falsos e codinomes, elaborados com os relatórios coletados dos procedimentos policiais instaurados pelas delegacias especializadas de ordem política e social do DOPS de São Paulo, no período de janeiro de 1950 à maio de 1973*. 2 microfichas. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Fundo DEOPS.

Referências bibliográficas

BIONDI, Luigi. “Não éramos mais universidade”, In: RODRIGUES J., org., NEMI, A.L.L., LISBOA, M.; BIONDI, L. *A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre a história e memória*. São Paulo: Unifesp, 2008.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Rodrigo P. S. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

SALES, Jean R. *A luta armada contra a ditadura militar: A esquerda Brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

19. Walter do Nascimento

PREPARO DA DOCUMENTAÇÃO: ANA NEMI E DANIEL MARTINS

REDAÇÃO: PATRÍCIA SILVA

Walter do Nascimento nasceu em 19 de fevereiro de 1947, na cidade de São Paulo. É filho de Porfírio do Nascimento e Maria Manfrinatti do Nascimento. Em depoimento dado à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg (CVML) destacou sua origem operária¹. Ingressou na Escola Paulista de Medicina (EPM) no ano de 1970, no curso de Medicina, com 23 anos de idade, foi colega de turma de Gilberto Natalini e Paulo Antunes Horta². Apesar de ter um tio membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), somente tomou contato com movimentos e organizações de esquerda quando esteve preso³.

Durante o curso de Medicina, Walter do Nascimento integrou-se ao Centro Acadêmico Pereira Barreto (CAPB). Sua função no CAPB consistia na edição e impressão do jornal do CAPB, *O Barretinho*, e foi assim que iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil⁴.

Sobre o período de militância na EPM, Walter do Nascimento destacou que manteve contatos com União Estadual dos Estudantes (UEE), de modo a participar de algumas reuniões com a entidade, realizadas na própria EPM⁵.

Ainda em seu depoimento, Walter do Nascimento frisou como a ditadura militar fora recebida por diferentes grupos no interior da EPM. Em sua avaliação, havia uma divisão na EPM entre grupos que, em certo sentido, apoiavam o Regime Militar (Atlética) e grupos mais à esquerda, os quais frequentavam o CAPB. Walter do Nascimento frisou

1 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

2 *Idem*.

3 *Idem*.

4 *Idem*.

5 *Idem*.

no depoimento que participava das atividades do Centro Acadêmico desde o início do curso⁶.

No terceiro ano do curso de Medicina (1972), Walter do Nascimento foi preso, acusado de subversão, devido às articulações mantidas com os colegas de turma Gilberto Natalini e Paulo Antunes Horta e também com Maria Aparecida Antunes Horta (irmã de Paulo Antunes Horta, acusada de ser integrante da organização Movimento de Libertação Nacional – MOLIPO)⁷.

Em depoimento dado à CVML, Walter do Nascimento atribui o motivo sua prisão e de seus colegas da EPM ao próprio envolvimento com as atividades do Centro Acadêmico e também às relações estabelecidas com Gilberto Natalini, que na época, escreveu um artigo para o jornal *Imprensa Popular*, do qual alguns exemplares foram distribuídos a Paulo Horta e Walter do Nascimento. Outra motivação que culminou em sua prisão deveu-se ao fato de que Walter do Nascimento guardou alguns exemplares do jornal da União Nacional dos Estudantes (UNE), organização estudantil considerada ilegal⁸.

Cabe ressaltar que o período o qual os estudantes da EPM foram presos – já o início dos anos 1970 – foi marcado por um acirramento da ditadura militar na repressão aos movimentos e organizações eminentemente estudantis. De acordo Rodrigo Patto Sá Motta, a edição do Ato Institucional n. 5 (AI-5) e as medidas subsequentes ao seu decreto representaram o ponto culminante de tendências autoritárias presentes desde o golpe de 1964, de modo a atender aos anseios de grupos radicais de direita, com o claro intuito de “aprofundar a Revolução”⁹.

6 *Idem*.

7 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de qualificação e de interrogatório*, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668, fls. 43-45. além de Walter do Nascimento, Paulo Antunes Horta, Gilberto Tannus Natalini e outras pessoas (estudantes da EPM, alguns familiares de Paulo Antunes Horta e pessoas próximas) também foram presas, arroladas no Inquérito Policial instaurado pela Delegacia Especializada de Ordem Social em 1972. Cf. São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório do Inquérito Policial n. 34/72*, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

8 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

9 R. P. S. Motta, “O novo ciclo repressivo”, em *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. p. 148.

Ainda conforme o autor, um instrumento utilizado pelos militares na repressão aos organismos estudantis consistiu na elaboração do Decreto-Lei n. 477, editado em fevereiro de 1969, cujo objetivo principal residia no desmantelamento do movimento estudantil e coibir o ativismo dos estudantes, uma das forças de oposição à ditadura militar. Tal medida fora estabelecida como uma maneira de punir os agitadores e evitar o ambiente de impunidade¹⁰.

Conforme relato produzido pela Delegacia Especializada de Ordem Social de São Paulo (DEOPS) a partir dos autos de qualificação e de interrogatório prestados por Walter do Nascimento em sua primeira prisão (agosto de 1972), o estudante declarou ter recebido documentos da UEE em agosto de 1971 por um elemento que dizia pertencer à entidade. Walter do Nascimento não revelou o nome do colega por questões de segurança. Esta pessoa convidou Walter do Nascimento para participar de uma reunião da organização, convite o qual não aceitou, pois não queria se envolver no movimento estudantil, entretanto, recebeu documentos da UEE para leitura e, caso tivesse interesse, poderia tomar parte das reuniões¹¹.

Na mesma ocasião, outro depoimento foi prestado por Walter do Nascimento, cujo teor relacionou-se ao seu envolvimento com Paulo Antunes Horta na impressão de panfletos dirigidos ao povo brasileiro sobre a greve de fome, mas ignorava que se tratava de assunto dessa natureza. Walter do Nascimento acreditava que foi convidado, devido ao conhecimento na utilização do mimeógrafo¹².

A narrativa produzida pelos órgãos de repressão sobre o envolvimento de Walter do Nascimento e seus colegas com a organização MOLIPO indica que em meados de 1972, Walter do Nascimento estava no restaurante do Diretório Acadêmico da EPM, servindo bebidas e em outros serviços. Em uma dessas ocasiões, Paulo Antunes Horta conversou com Walter do Nascimento, de forma a dar assistência na

10 *Idem*, p. 154-155.

11 Ministério da Educação e Cultura, Divisão de Segurança e Informações, *Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73, Estudantes presos*, 15 fev. 1973, fls. 13-14, Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional (AC/ACE/54007/73). Vale destacar que Walter do Nascimento corrobora a vinda de membro da UEE e da UNE em reuniões feitas na EPM Cf. W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

12 *Idem*, *loc. cit.*

impressão de dois estênceis no mimeógrafo do DA. Declarou que logo na impressão dos primeiros exemplares, conseguiu ler o material, de forma a tomar conhecimento do conteúdo das matrizes, os quais diziam respeito à “Greve de Fome” ocorrida no Presídio Tiradentes¹³.

Após a reprodução da primeira matriz, Walter do Nascimento voltou ao posto de trabalho e não sabia determinar a quantidade exata de panfletos impressos, acreditava em torno de 300, com base no tempo em que Paulo Antunes Horta permaneceu na sala. Não tinha a informação da distribuição do mesmo na EPM, com a possibilidade de ter sido entregue em outros locais¹⁴.

Após alguns dias de sua prisão, um terceiro depoimento foi elaborado pelo DOI – CODI, concedido sob forte pressão ou tortura, no qual Walter do Nascimento teve que responder um conjunto de 17 questões, cujo teor referiu-se ao seu envolvimento na organização MOLIPO. Walter do Nascimento alegou que recebeu de Gilberto Natalini três exemplares do jornal *Imprensa Popular*, fez apenas a leitura dos mesmos, de forma a ter conhecimento de que os materiais foram impressos pelo MOLIPO somente após a prisão¹⁵.

Ainda nesta declaração forjada pelo DOI-CODI, Walter do Nascimento negou todas as acusações fundamentadas no inquérito e afirmou que não teve participação em atividades da Organização citada, não conheceu elementos do grupo, nem identificou o aparelho da mesma, apenas enfatizou o recebimento do jornal *Imprensa Popular*¹⁶.

A acusação referenciada no Inquérito Policial n. 34/72 dizia respeito a cinco pontos fundamentados nos autos: participação de Walter do Nascimento no Diretório Acadêmico (DA) do Centro Acadêmico (CA) da EPM, no auxílio à impressão do jornal daquele CA,

13 *Idem*, fls. 47-48.

14 Ministério do Exército, II Exército – E2, *Resumo das declarações*, DOI-CODI II Ex. – INFO n. 580 – SSA/DOI-72 – fl. 6453/72, Informação n. 2063/72, 30 ago. 1972, fls. 15-16, Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional (ASP_ACE_8620_81).

15 *Idem*.

16 *Idem*. No período o qual permaneceu no DOI-CODI, Walter do Nascimento relatou em depoimento à CVML que ele e os outros companheiros foram torturados nas sessões de interrogatório, de modo a ficarem detidos por aproximadamente duas semanas, sendo posteriormente transferidos ao DOPS, onde permaneceram por um mês e meio em 1972. Cf. W. do Nascimento. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de junho de 2015.

manter contato com membros da UEE, oferecer o subsídio a Paulo Antunes Horta na impressão de panfletos sobre a greve de fome realizada por presos políticos e o recebimento para leitura do jornal *Imprensa Popular* da MOLIPO. No momento de sua prisão, havia em sua residência materiais e panfletos, apreendidos e referenciados no Inquérito¹⁷.

Preso no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), Walter do Nascimento afirmou em declaração à CVML que manteve contato com militantes de esquerda, integrantes de outras organizações. Foi nesta ocasião em que conheceu João Chile – militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML) – e tomou contato com possíveis trabalhos na periferia de São Paulo, trabalhos posteriormente iniciados em Cangaíba¹⁸.

Ainda no período de detenção no DOPS, outros autos de qualificação e interrogatório foram arquivados por este órgão da repressão. Após intensas sessões de práticas de sevícias ao acusado, relatou os contatos estabelecidos com membros da UEE, em cujo encontro houve a entrega de duas apostilas da organização, denominadas “Documentos e Informes” – material este apreendido em sua residência no momento de sua prisão¹⁹. Apesar disso, negou sua participação na UEE, somente manteve contato naquele instante²⁰.

Sobre a questão de seu envolvimento com Gilberto Natalini e Paulo Antunes Horta (assim como Walter do Nascimento, eram acusados de integrarem o MOLIPO), Walter do Nascimento colocou as seguintes informações: era colega de classe de Gilberto Natalini, o qual ofereceu o jornal *Imprensa Popular* em três momentos; também no decorrer do primeiro semestre de 1971 foi procurado por Paulo Antunes Horta, com o intuito de auxiliá-lo na impressão de dois estênceis com

17 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório do Inquérito Policial n. 34/72*, Arquivo Público do Estado de São Paulo (2014-04-16 11.13.45, 11.13.27, 11.13.35, 11.14.03, 11.14.34).

18 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 3 jun. 2015.

19 Ministério do Exército, II Exército, Quartel General – 2ª Secção. Destacamento de Operações e Informações, *Auto de Exibição e Apreensão*, 12 ago. 1972, fl. 50, Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668).

20 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de qualificação e interrogatório*, 18 out. 1972, fls. 43-45, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

conteúdo referente à greve de fome realizada por presos políticos no Presídio Tiradentes em São Paulo²¹.

A partir das declarações prestadas por Walter do Nascimento neste auto de qualificação e interrogatório forjado pelo órgão de repressão, o acusado no inquérito negou qualquer envolvimento com o MOLIPO nem com possíveis membros, também enfatizou o desconhecimento do fato de que o jornal *Imprensa Popular* era elaborado pela organização. Ainda reiterou o auxílio dado ao seu colega Paulo Antunes Horta por coleguismo e disse de seu arrependimento, não possuía nenhuma intenção em ajudar elementos relacionados à subversão²².

Em novembro de 1972 foi concluído o Inquérito Policial n. 34/72 pelo DOPS e os autos do processo enviados à 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar. Neste processo, Walter do Nascimento e mais cinco pessoas foram indiciadas no Inquérito Policial, dentre elas: Paulo Antunes Horta, Maria Martha Antunes da Silva, Heloísa da Silva Bernardes, Gilberto Tanus Natalini e Maria Aparecida Antunes Horta²³.

No início do ano de 1973, o Ministério Público Militar encaminhou à 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar denúncia dos qualificados dos autos do inquérito policial, originário do DOPS, sendo Walter do Nascimento incurso nas penas dos artigos 14, 23 e 25 do Decreto-Lei n. 898/69.

Neste mesmo período, Walter do Nascimento e os outros indiciados do Processo n. 111/72 foram intimados a comparecerem à 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, “[...] a fim de se ver (em)

21 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de qualificação e interrogatório*, 18 out. 1972, fls. 43-45, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668. Um dos presos no Presídio Tiradentes era Celso Antunes Horta, irmão de Paulo Antunes Horta. Celso Horta era militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e foi preso em fins dos anos 1960 e condenado pela Justiça Militar por subversão.

22 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Auto de qualificação e interrogatório*, 18 out. 1972, fls. 43-45, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

23 São Paulo (Estado), Secretaria de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Ordem Social, *Relatório Inquérito Policial n. 34/72*, 03 nov. 1972, fls. 539-543. Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

processar e julgar como incurso na(s) pena(s) do(s) artigo(s) 14-23-25 do Dec. Lei nº 898/69” nos dias 3 de março e 3 de abril de 1973²⁴.

Em audiência realizada em 21 de maio de 1973, Walter do Nascimento prestou depoimento à 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar no qual confirmou o contato com Gilberto Natalini (colega do 4º ano de Medicina na EPM), porém negou o recebimento do jornal *Imprensa Popular*; negou também o auxílio dado a Paulo Antunes Horta na impressão dos manifestos sobre a greve de fome de presos políticos. Ainda acrescentou que foi chamado em uma reunião da UEE, entretanto recusou o convite, pois a organização era ilegal. Tinha em sua casa uma apostila da UEE pois, segundo depoimento prestado à CVML, não conseguiu desfazer-se do material²⁵.

Nesta mesma sessão, Walter do Nascimento declarou “[...] que foi preso no dia 11 de agosto de 1972, em sua própria casa, e solto pela própria polícia em 20 de outubro de 1972; que o int. foi coagido fisicamente, na fase policial, a admitir fatos e detalhes não verdadeiros, pelo que só reconhece valor às presentes declarações.”²⁶

Sobre o interrogatório prestado à Auditoria Militar, Walter do Nascimento relatou em depoimento à CVML que houve uma orientação do advogado de defesa Airton Soares em denunciar a “farsa” na realização do interrogatório, de forma a tornar públicas as práticas de tortura executadas na fase policial do processo²⁷.

As alegações finais dadas pela Procuradoria tiveram como fundamento a denúncia de ação considerada delituosa por um grupo, o qual colaborava com entidades tidas subversivas (ALN e MOLIPO). No entendimento do relator das considerações, as mesmas organizações eram ramificações do Partido Comunista, então posto em ilegalidade,

24 Poder Judiciário, 2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar. *Mandado de citação*, 13 mar. 1973, fl. 570, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668. Além desta data, Walter do Nascimento e Heloísa da Silva Bernardes foram intimados a comparecerem a 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar em 03 abr. 1973, sob pena de revelia. Cf. Poder Judiciário, 2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar, *Mandado de citação*, 28 mar. 1973, fl. 586, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

25 Poder Judiciário, 2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar, *Auto de qualificação e interrogatório*, 21 mai. 1973, fls. 623-624, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

26 *Idem*.

27 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

o que faria os acusados incurso no artigo 43 e não 14 do DL 898/69. Sobre as provas documentais levantadas na fase policial, Henrique Vailati Filho avaliou que “[...] por si só não faz prova absoluta contra ninguém. Há panfletos, jornais subversivos, mas qual a prova de que estavam sendo comentados em público? Distribuídos? Tê-los, lê-los, não é crime. Assim, só valerão para orientar a convicção dos Srs. Julgadores amparados por outros elementos”²⁸.

As conclusões das alegações apontaram a absolvição de Walter do Nascimento, sob o argumento de que não houve acusações das testemunhas e nem a comprovação de elementos condenatórios²⁹.

Em ata de sessão do Conselho Permanente de Justiça do Exército, realizada no dia 20 de março de 1974, a denúncia foi julgada improcedente e absolvidos Walter do Nascimento e demais acusados do processo (exceto Maria Aparecida Antunes Horta, condenada a pena de um ano de reclusão, incurso no artigo 14 do DL 898/69)³⁰.

Esta sentença sofreu uma apelação do Ministério Público Militar, cujo pedido foi protocolado no Superior Tribunal Militar em 18 de abril de 1974 e aberto em 15 de julho de 1974, sob a alegação de que houve benevolência por parte da Auditoria Militar, sendo as provas analisadas motivadoras para uma condenação dos apelados, não somente de Maria Aparecida Antunes Horta (recomendou-se que todos os apelados fossem condenados ao grau mínimo do artigo 43 do DL 898/69)³¹. Tal sentença absolutória foi confirmada em 12 de dezembro de 1974 pelo Superior Tribunal Militar³².

Walter do Nascimento formou-se em Medicina na EPM em 1975, mas antes da conclusão do curso engajou-se nos trabalhos no

28 Poder Judiciário, 2ª Auditoria de Exército, 2ª Circunscrição Judiciária Militar, *Alegações finais da Procuradoria*, 21 nov. 1973, fls. 674-676, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

29 *Idem*. Outros quatro indiciados foram inocentados (Paulo Antunes Horta, Maria Martha Antunes da Silva, Heloísa da Silva Bernardes e Gilberto Tanus Natalini), somente Maria Aparecida Antunes Horta foi condenada nas penas dos artigos 43 e 45 do DL n. 898/69.

30 Poder Judiciário, Conselho Permanente de Justiça, *Ata de sessão*, 20 mar. 1974, fls. 700-701; fls. 706-719, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

31 Justiça Militar, Procuradoria Geral, *Apelação n. 40320*, Estado de São Paulo, 15 jul. 1974, fls. 728-734, Fundo Brasil: Nunca Mais, Processo BNM 668.

32 Superior Tribunal Militar, *Apelação n. 40.320 – Estado de São Paulo*. 12 dez. 1974, fls. 738-741, Fundo Brasil Nunca Mais (Processo n. 668).

bairro de Cangaíba, região leste da cidade de São Paulo, sobretudo no Movimento Popular de Saúde. Além de Walter do Nascimento, outros colegas da EPM também atuaram no atendimento às populações da periferia de São Paulo desde então (Gilberto Natalini, Walter Feldman, Nacime Salomão Mansur)³³.

Em reportagem publicada na revista *Ser Médico* (órgão do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), Walter do Nascimento destacou o envolvimento de setores da Igreja no desenvolvimento dos trabalhos na periferia de São Paulo. Conforme relato, até 1979, o grupo ligado às atividades em Cangaíba estava vinculado à Igreja (denominado Pastoral da Saúde da zona leste II), contava com o apoio do então bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, Dom Angélico Sândalo Bernardino. Posteriormente, o grupo passou a ser chamado de Associação Popular de Saúde (APS), com Gilberto Natalini como primeiro presidente³⁴.

Para Walter do Nascimento, a mudança da designação do grupo estava relacionada ao grande anseio de eleição de candidatos aliados às pautas oriundas dos movimentos populares, entretanto, Dom Angélico Bernardini não aceitou o envolvimento partidário de seus membros, de forma a sugerir a fundação da APS³⁵.

No depoimento prestado à CVML, Walter do Nascimento enfatizou a importância de seu engajamento nas lutas em defesa de saúde na cidade de São Paulo, cujo trabalho de conscientização política dos moradores se fazia presente nas discussões e reuniões promovidas³⁶.

Durante a militância exercida nos movimentos populares de saúde, Walter do Nascimento foi detido novamente em 14 de novembro de 1980, sob a alegação de que transportava material considerado “subversivo”³⁷.

33 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

34 R. Carvalhais, “História: movimentos populares transformam o modelo de saúde pública no país”, *Revista Ser Médico*, São Paulo, n. 48, jul/set. 2009.

35 *Idem, loc. cit.*

36 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

37 São Paulo (Estado), Polícia Civil, *Boletim de Ocorrência*, 14 nov. 1980, Arquivo Público do Estado de São Paulo, (Nascimento W. 20-C-44-14546 (A), (B), (C)). Os materiais apreendidos relacionados no Boletim de Ocorrência foram: folhetos “Judepro – História do Movimento Secundarista”, “A morte de Edson Luis”, “Carestia”, “A luta do povo continua”; rifa do Movimento de Oposição Metalúrgica; impresso da Associação Popular da Saúde (APS). Cf. também São Paulo (Estado),

Concomitante ao trabalho junto ao grupo de Cangaíba, Walter do Nascimento trabalhou no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo e em fins dos anos 1989 deixou a militância na APS. Walter do Nascimento prosseguiu a carreira médica como médico do trabalho na empresa Eletropaulo e, atualmente, trabalha em um ambulatório da Prefeitura de São Paulo na região da Vila Mariana³⁸.

Walter do Nascimento destacou em seu depoimento à CVML que teve militância no Partido Comunista do Brasil (PC do B) por mais de dez anos, em trabalhos voltados à área da saúde, juntamente com movimento popular de saúde na zona de leste de São Paulo. Saiu do partido no fim dos anos 1980³⁹.

Fontes

BRASIL. *Decreto-Lei n. 898, de 29 de setembro de 1969*. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 jun. 2015

CARVALHAIS, Renan. História: movimentos populares transformam o modelo de saúde pública no país. *Revista Ser Médico*, São Paulo, n. 48, jul/set. 2009. Disponível em: <<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=435>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FUNDO BRASIL: NUNCA MAIS. Processo BNM 668 (Processo 111/72). 777 p. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=BIB_07&PagFis=60903>. Acesso em: 15 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Divisão de Segurança e Informações. *Encaminhamento n. 0740/SIED/DSI/MEC/73*. Estudantes presos. 15 fev. 1973. p. 13-14. Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional (AC/ACE/54007/73).

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. II Exército – E2. *Resumo das declarações*. DOI-CODI II Ex. – INFO n. 580 – SSA/DOI-72 – P. 6453/72. Informação n. 2063/72. 30 ago. 1972. p. 15-16. Fundo Serviço Nacional de Informações – Arquivo Nacional (ASP_ACE_8620_81).

NASCIMENTO, Walter do. *Depoimento à CVML/Unifesp*. 03 de junho de 2015.

Secretaria de Segurança Pública, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, *Serviço de informações*. 14 nov. 1980. Arquivo Público do Estado de São Paulo, (Nascimento W. 20-C-44-14554; Nascimento W. 21-Z-14-10217).

38 W. do Nascimento, *Depoimento à CVML/Unifesp*, 03 jun. 2015.

39 *Idem*.

SÃO PAULO (Estado). Polícia Civil. *Boletim de Ocorrência*. 14 de novembro de 1980. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (Nascimento W. 20-C-44-14546 (A), (B), (C)).

_____. *Relatório do Inquérito Policial n. 34/72*. Arquivo Público do Estado de São Paulo (2014-04-16 11.13.45, 11.13.27, 11.13.35, 11.14.03, 11.14.34).

_____. *Serviço de informações*. 14 de novembro de 1980. Arquivo Público do Estado de São Paulo. (Nascimento W. 20-C-44-14554; Nascimento W. 21-Z-14-10217).

Referências bibliográficas

MARTINS FILHO, João Roberto. O movimento estudantil dos anos 1960. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil: Revolução e Democracia 1964-...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 183-198 (v. 3).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O novo ciclo repressivo. In: _____. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

III. Reflexões

As reflexões aqui reunidas são resultado dos encontros e seminários promovidos pela CVML/Unifesp.

1. Trinta anos de luta: a trajetória do caso brasileiro por “Memória, Verdade e Justiça”

CARLOS EDUARDO MALAGUTI CAMACHO
ELSON LUIZ MATTOS TAVARES DA SILVA

Em 2014, quando se completou meio século do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil, uma das principais discussões acerca das questões referentes à ditadura foi o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, a CNV. Criado em 2012, esse colegiado entregou seu relatório no final de 2014, tornando público o trabalho desenvolvido ao longo desses anos.

Em meio a toda a atenção gerada pelo trabalho da CNV, outras comissões da verdade acabaram surgindo, fazendo com que a efeméride dos 50 anos do golpe tivesse uma peculiaridade em relação a lembranças anteriores dessa mesma data. Estimativas apontavam que, no final de 2014, estavam em pleno funcionamento mais de uma centena¹ de comissões da verdade em diversos segmentos: no âmbito dos poderes municipal e estadual, nas universidades, nos sindicatos e em entidades preocupadas com a questão da violação dos direitos humanos perpetrada pelos agentes do Estado durante a ditadura militar no Brasil, entre outros.

A questão fundamental desse extenso processo é que os temas da ditadura receberam um tratamento inédito: pela primeira vez, setores da sociedade civil articularam-se e aprofundaram o tema, tendo saído dos reduzidos círculos universitários e das entidades de defesa dos direitos humanos. Nesse sentido, a importância do trabalho da CNV foi reconhecida, tornando-se uma referência no processo de constituição da democracia brasileira.

Foi nesse cenário que surgiu a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), imbuída de duas tarefas centrais: investigar os cenários de violação dos direitos

1 Dados do relatório final da CNV.

humanos na antiga Escola Paulista de Medicina e na Escola Paulista de Enfermagem e trazer à tona personagens e grupos que bravamente resistiram nas mais variadas circunstâncias ao regime militar.

Entretanto, todo o processo – que, de certa forma, resultou em uma importante mobilização pública durante o ano de 2014 – constituiu-se a partir de entraves, disputas e conflitos – fundamentais para compreender a complexidade desse processo. A trajetória de criação e atuação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg será aqui apresentada para contextualizar a compreensão de seus trabalhos e resultados, propiciando, ainda, a problematização do papel desse processo histórico e sua interpretação na consolidação democrática de nosso país.

A criação da Comissão Nacional da Verdade: o processo histórico

A criação da Comissão Nacional da Verdade foi resultado de um longo e conflituoso processo histórico, cujo início, seguramente, pode ter sido o próprio fim da ditadura. Setores organizados da sociedade civil colocaram como pauta a investigação dos crimes da ditadura, com vista principalmente à divulgação das violações dos direitos humanos e à punição dos agentes do Estado responsáveis por tais atos. Nesse sentido, a luta pela criação de um organismo que tivesse como objetivo responder às demandas por “memória, verdade e justiça” confundia-se com a própria luta pelo fim da ditadura.

Foi com a Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 que começou mais objetivamente a discussão sobre a necessidade de efetuar uma transição democrática que trouxesse à tona aquilo que sucedera durante o regime militar no Brasil. Inspirados principalmente na *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP), órgão especial criado em 1983 pelo presidente argentino Raúl Alfonsín, para investigar e esclarecer os crimes cometidos pela ditadura argentina, grupos organizados de ex-presos políticos e de familiares de mortos e desaparecidos políticos passaram a pressionar o Estado brasileiro para que fosse instituída uma comissão capaz de investigar os atos similares da ditadura militar brasileira, localizar

os corpos dos desaparecidos e aplicar as penas devidas aos responsáveis pelas violações de direitos humanos.

A CONADEP foi criada imediatamente após o fim da ditadura argentina, como uma das primeiras ações do novo governo e, devido à sua impactante proposta de identificar as transgressões dos direitos humanos e de punir seus agentes, tornou-se uma espécie de matriz que acabaria por influenciar as demais lutas vinculadas ao tema na América Latina. Dessa forma, a instauração de uma comissão da verdade era algo que compunha a pauta das entidades que lutavam por “memória, verdade e justiça”. Ainda que as ações nesse sentido se tenham intensificado com a promulgação da *Constituição Cidadã* em 1988, setores organizados da sociedade civil buscavam a recuperação dos corpos dos desaparecidos políticos já na primeira metade dos anos 1970, quando a ditadura se encontrava nos famigerados “anos de chumbo”².

Em 1973 e 1974 contabilizou-se um grande número de pessoas desaparecidas por envolvimento em ações políticas, embora não houvesse um registro oficial de mortos enquadrados nessa categoria. Isso levou os primeiros grupos de familiares dos desaparecidos políticos a se articularem para denunciar as práticas de tortura e o desaparecimento forçados que ocorriam nos centros de detenção da ditadura, como o Dops e o DOI-CODI.

O pioneirismo desses grupos de familiares foi impulsionado pelo assassinato, em 1973, de Alexandre Vanucchi Leme, estudante de Geologia da USP, fato que gerou uma onda de manifestações estudantis naquela instituição, apoiada pelos setores mais progressistas da Igreja Católica em São Paulo. Tais setores eram principalmente representados pela figura do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, que fundara a Comissão Justiça e Paz, órgão vinculado à Arquidiocese de São Paulo, cujo objetivo era proteger os perseguidos políticos da ditadura. A partir desses grupos formou-se o embrião da organização de familiares que lutaram pelo reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura.

Em 1979, especificamente, fixou-se o mais importante marco para esses grupos de familiares, quando – por meio de investigação e luta

2 “Anos de chumbo” é uma expressão utilizada recorrentemente por historiadores como Carlos Fico para descrever aqueles que seriam os anos mais repressivos da ditadura militar brasileira, sob o governo do General Médici. Cf.: C. Fico, *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*.

pessoais – Suzana Lisbôa conseguiu localizar o corpo de seu companheiro, que estava desaparecido e fora enterrado com nome falso no cemitério Dom Bosco, em Perus, na zona norte da capital paulista. Ainda que essa iniciativa não tenha forçado o governo a encontrar uma solução para o desaparecimento dos corpos, esse fato político serviu para estimular os familiares a seguir na luta e principalmente estabelecer um marco prático – qual seja o de localizar naquele cemitério as valas utilizadas para enterrar os militantes assassinados durante a luta contra a ditadura.

No decorrer da década de 1980, com a chamada abertura gradual, lenta e segura, os grupos de familiares continuaram a denunciar e a lutar pela localização dos desaparecidos políticos, fato sempre negado pelo governo, que afirmava não haver desaparecidos, mas apenas “foragidos” da justiça. Essa etapa foi entendida por alguns autores como a etapa da negação, ou seja, quando foram utilizados todos os esforços para negar que aquela verdade fosse admitida. Ainda que essa atitude não tivesse alcançado êxito no sentido de esconder para sempre tais crimes, ela foi útil do ponto de vista da repressão mais sutil, pois serviu para criar mecanismos de esquecimento para aqueles fatos (SOARES e QUINALHA, 2004).

Na década de 1980, fortaleceu-se como grupo político a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que se unificou de maneira bastante sólida a partir da promulgação da Lei nº 6.683/79, denominada Lei da Anistia. À época, esse dispositivo legal foi celebrado como uma importante vitória por trazer de volta ao Brasil centenas de exilados políticos. Esse instrumento legal, entretanto, não enfrentou o tema dos mortos e desaparecidos e de forma alguma pontuou qualquer questão sobre as investigações dos crimes da ditadura. Com isso, os familiares, que sofreram diretamente com os horrores e as violações dos direitos humanos próprios ao regime, articularam-se para levar adiante essa pauta. Foi assim que nasceu, de forma orgânica, aquele grupo da sociedade civil, organizado por uma pauta específica: localizar os corpos dos militantes cujo desaparecimento fora provocado pelas ações repressivas da ditadura militar brasileira.

A conjuntura modificou-se apenas em setembro de 1990, quando houve uma importante vitória política na luta desses familiares: por ocasião da investigação efetuada pelo jornalista Caco Barcelos, foi

localizada uma vala comum no próprio cemitério Dom Bosco, em Perus, onde, de acordo com os registros, deveriam estar enterrados ao menos seis presos políticos, em meio às 1.049 ossadas ali encontradas.

Apesar da vitória obtida e de a prefeita à época, Luiza Erundina, ter mobilizado diversos esforços para que se identificassem as ossadas, esse processo fracassou e frustrou os familiares de forma bastante significativa, pois se passaram mais de vinte anos sem que se repetissem ações similares para o reconhecimento dos desaparecidos. Na verdade, verificou-se que, decorrido esse tempo, a situação das ossadas havia piorado³.

Com esse fato político, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos seguiu sua luta, focando de maneira específica os desaparecimentos que aconteceram na região do rio Araguaia, durante a chamada Guerrilha do Araguaia⁴. Esse conflito armado foi bastante representativo da luta pela localização dos corpos dos militantes, pois mobilizou uma campanha realizada pelo próprio Exército brasileiro. Nele foram violadas ao menos duas diretrizes acerca dos direitos humanos, pois, além da execução dos militantes, também desapareceram seus corpos.

É preciso sublinhar que cerca de metade do número total de desaparecidos políticos listados relaciona-se à Guerrilha do Araguaia. Já em outubro de 1980, foram organizadas caravanas dos familiares que tentavam localizar os corpos dos desaparecidos políticos, a partir de documentos e relatos dos habitantes da região do Araguaia. A primeira caravana constatou indícios de corpos enterrados sem registro no cemitério Xambioá e localizou uma vala clandestina na região conhecida como Vietnã. Do mesmo modo, com depoimentos de moradores da região, foi aventada a possibilidade de haver ao menos seis cemitérios clandestinos ao redor de onde haviam ocorrido os conflitos.

3 O Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp (CAAF-Unifesp) assinou um convênio com a Prefeitura de São Paulo e o Ministério Público em 2014, por meio do qual se tornou o órgão responsável por cuidar dessas ossadas.

4 A Guerrilha do Araguaia foi uma ação de luta armada baseada nas táticas *foquistas* e maoístas de revolução, que visava implementar a revolução socialista, a partir do foco guerrilheiro disseminado em regiões rurais com severos problemas estruturais. Essa guerrilha foi criada pelo Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e estendeu-se desde o fim da década de 1960 até 1974, quando o Exército brasileiro, após tentativas frustradas de repressão, dizimou os militantes. Cf.: SALES, 2007.

Com o descobrimento da vala de Perus e a importância crescente dessa pauta no cenário político, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos organizou outra caravana para o Araguaia, no ano de 1991, que contava com uma equipe de legistas chefiada pelo Dr. Badan Palhares. Durante os trabalhos dessa equipe foram encontradas duas ossadas, uma das quais de uma mulher jovem, enterrada junto de um paraquedas. Posteriormente, essa ossada foi identificada como de Maria Lúcia Petit da Silva, ex-militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que integrou a Guerrilha do Araguaia e era uma das desaparecidas políticas.

Todas essas ações e acontecimentos políticos sobre os desaparecidos criaram uma conjuntura que possibilitou o fortalecimento da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, principal organismo político incumbido de tratar dessa questão no Brasil. Essa comissão, junto do Grupo Tortura Nunca Mais, outra importante entidade política que colocava em pauta a necessidade de punir os agentes que praticaram e que seguiam praticando torturas no Brasil, organizou um encontro nacional com a finalidade de elaborar um projeto de lei no qual o Estado brasileiro fosse reconhecido como responsável por essas mortes.

O objetivo teria sido reconhecer como mortos aqueles militantes considerados pelo Estado como “foragidos”, atribuindo-se a responsabilidade por essas mortes ao próprio Estado brasileiro, como perpetrador das violações dos direitos humanos. A proposta final desse encontro era a formação de uma comissão coordenada pelo Ministério da Justiça, que teria a participação da sociedade civil organizada.

Caberia a essa comissão estudar todos os casos de mortes e desaparecimentos de militantes políticos que ocorreram no Brasil entre 1964 e 1985, com especial atenção aos locais, às circunstâncias em que ocorreram essas mortes, e à indicação dos responsáveis por elas. A proposta foi apresentada ao então Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, mas apesar de toda a repercussão que o próprio projeto de lei havia gerado, o presidente Itamar Franco não aceitou o projeto apresentado.

Com a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, que se exilara durante a ditadura e exercera um papel atuante no processo de redemocratização do país, a conjuntura política se alterou e organismos

internacionais como a *Human Rights Watch* e a Anistia Internacional passaram a pressionar o novo presidente em busca de uma resposta sobre os mortos e desaparecidos.

Assim, em razão da pressão externa e da articulação interna, exercida principalmente pela comissão de familiares, em conjunto com outras organizações da sociedade civil, foi promulgada em dezembro de 1995 a Lei nº 9.140/95, que se denominou Lei dos Desaparecidos. Esse dispositivo legal foi um marco na trajetória da luta pelas investigações dos crimes da ditadura, porque o Estado brasileiro reconheceu, pela primeira vez, os desaparecidos como mortos, estabelecendo que o responsável pelas mortes teria sido o próprio Estado, admitindo sua responsabilidade pelos atos criminosos.

Entretanto, o próprio Estado brasileiro eximiu-se de averiguar em que circunstâncias haviam ocorrido as mortes e quem foram os culpados. Além disso, sequer tocou no assunto de punição aos perpetradores dessas violações. A questão da reparação aos familiares focou apenas a atribuição de uma compensação financeira pela morte do militante, não se verificando a disposição de promover diligências para encontrar os corpos dos desaparecidos e entregá-los aos parentes. Criou-se, assim, a absurda situação de terem sido emitidos atestados de óbito que oficializavam a morte de pessoas cujos corpos não haviam sido encontrados.

Portanto, apesar de ser vista como um importante marco político sobre essa questão, a Lei dos Desaparecidos ofereceu poucas respostas à luta dos familiares de desaparecidos. Esse grupo continuou, entretanto, a defender [e a levar adiante] a pauta pela qual batalhavam.

Como foi visto até aqui, as ações realizadas pelo governo brasileiro em busca de uma transição política para a democracia restringiram-se a poucas medidas que tivessem como principal objetivo a investigação dos crimes da ditadura e que tampouco tivessem como foco punir os agentes do Estado que cometeram violações dos direitos humanos. O Brasil seguiu um caminho caracterizado por diversos autores como o de realizar reparações pecuniárias, conforme analisa Glenda Mezarbba em sua tese de doutoramento (2007). Esse caminho sempre foi duramente criticado pelos organismos de defesa dos direitos humanos, porque havia o entendimento de que a reparação pecuniária não contribuiria para a transição democrática e não atenderia às exigências de

relatar a verdade, identificar os crimes da ditadura e punir os agentes de Estado responsáveis pelas mortes, desaparecimentos e torturas – o que garantiria a aplicação da justiça.

Apesar de – com o decurso do tempo – a democracia brasileira ter-se fortalecido em diversos setores, a pauta relativa à memória, verdade e justiça acabou sendo negligenciada pelos agentes governamentais. Entretanto, em 2008 ocorreram mudanças no contexto histórico que alteraram a agenda estabelecida. Nesse ano, foi realizada a 11^a Conferência Nacional de Direitos Humanos, que tratou pela primeira vez dos temas relativos à ditadura e à investigação e punição dos crimes cometidos durante esse período. As resoluções da conferência foram incorporadas no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3, que enfatizou a necessidade de criar uma comissão da verdade que cumprisse os objetivos já mencionados. O PNDH-3 determinou a necessidade de:

Designar grupo de trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, projeto de lei que institua Comissão Nacional da Verdade, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado. (BRASIL, 2010)

Simultaneamente ao processo de aproximação da pauta com o Programa Nacional de Direitos Humanos - 3, outra referência na trajetória de criação da Comissão da Verdade foi o processo levado à Corte Interamericana de Direitos Humanos. Desde 1982 tramitava na Justiça brasileira uma ação impetrada por familiares de ex-militantes da Guerrilha do Araguaia. Essa ação civil, de natureza declaratória, buscava condenar o Estado brasileiro a três obrigações, que eram: a localização dos corpos dos desaparecidos, o esclarecimento das circunstâncias das mortes e a obtenção do acesso à documentação das Forças Armadas sobre esse evento histórico. Em 2007, decorridos 25 anos após sua instauração, a ação finalmente se encerrou, determinando-se

a condenação do Estado brasileiro nesse processo. No entanto, essa condenação não resultou em nenhuma providência por parte da União em relação ao que foi estabelecido pela Justiça.

Em 1995, o chamado Caso Araguaia foi apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos, peticionado pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela organização internacional *Human Rights Watch/Americas* (HRWA), constando como copeticionários o Grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro, e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2000, esse processo foi aceito pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e, apenas em 2009, foi submetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A ação foi nomeada “Caso Gomes Lund e Outros vs Brasil”, comumente conhecida como Caso Araguaia. O principal questionamento da corte foi a falta de empenho da União em encontrar os corpos dos desaparecidos políticos para que se estabelecessem as circunstâncias das mortes. A resposta do Estado brasileiro invocou a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) e a Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/95) como iniciativas que buscavam dar conta da demanda colocada pelos familiares, mas não foi aceita pela corte interamericana, que, em dezembro de 2010, condenou o Brasil nesse caso. A sentença foi uma importante vitória política dos grupos militantes que reivindicavam as demandas por “memória, verdade e justiça”.

A condenação obrigava o Brasil aos seguintes deveres:

O Estado deve conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja (...); realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares (...); oferecer o tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico que as vítimas requeiram e, se for o caso, pagar o montante estabelecido (...); realizar um ato público de reconhecimento de responsabilidade internacional a respeito dos fatos do presente

caso (...); continuar desenvolvendo as iniciativas de busca, sistematização e publicação de toda a informação sobre a Guerrilha do Araguaia, assim como da informação relativa a violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar (...); adotar todas aquelas ações que garantam o efetivo julgamento, e se for o caso, a punição em relação aos fatos constitutivos de desaparecimento forçado (...). (COSTA RICA, 2010)

Nota-se que a sentença apresentava de maneira explícita a necessidade de o Estado brasileiro apurar e punir os crimes praticados durante a ditadura. Ou seja, em 2010 o Brasil foi novamente pressionado por entidades nacionais e internacionais para que as violações dos direitos humanos fossem punidas.

Ainda que as pressões exercidas pelo Programa Nacional de Direitos Humanos-3 e pela sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos pudessem ser entendidas como vitórias políticas importantes no caminho para a instauração de uma comissão da verdade no Brasil, isso não significou uma mudança na perspectiva do Estado brasileiro, que continuou a interpor diversas barreiras para cumprir as diretrizes do PNDH-3 e a decisão condenatória. Havia, entretanto, a necessidade de responder aos questionamentos daquele tribunal internacional e talvez essa tenha sido a razão decisiva para a criação da Comissão Nacional da Verdade, cujo projeto de lei foi enviado ao Congresso pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio de 2010. O trâmite dessa matéria durou até novembro de 2011, quando a presidente Dilma Rousseff aprovou o texto final, que se transformou na Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Conforme dispôs o artigo 1º dessa lei, a finalidade da Comissão Nacional da Verdade era:

examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [da Constituição Federal de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional. (BRASIL, 2011)

Definiu-se que a comissão atuaria durante o prazo de dois anos, o que acabou sendo prorrogado até 16 de dezembro de 2014, com o intuito de investigar as graves violações dos direitos humanos que ocorreram entre os anos de 1946 e 1988. Do texto legal constava que a comissão seria composta por sete membros, cuja escolha foi motivo de intenso debate, porque não se permitiu que pessoas que tivessem relação com o processo histórico investigado integrassem o colegiado. Esse fato causou, portanto, certo incômodo entre os familiares das vítimas e os ex-presos políticos.

É importante destacar que o atendimento a parcial da sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos não desobrigava o Estado brasileiro do cumprimento dos demais itens, sobretudo dos que diziam respeito à identificação dos mortos na região do Araguaia e à condenação dos responsáveis. Essa questão foi objeto de acentuada disputa, pois como o expediente adotado pelo Brasil para responder à sentença fora apenas a criação da Comissão Nacional da Verdade, havia a pressão de familiares e ex-presos políticos para que esse colegiado assumisse o papel de punir os agentes do Estado que haviam praticado os crimes referidos. Contudo, o projeto que originou a Lei nº 12.528/2011 estipulava em seu texto que não haveria possibilidade de punição aos agentes investigados, o que foi alvo de incontáveis críticas por parte de setores da sociedade civil, principalmente de familiares e vítimas da ditadura. A atuação da Comissão Nacional da Verdade, concebida com esse formato, passou, então, a ser vista com desconfiança (FELLET, 2012).

Além dos entraves interpostos pela própria lei que instaurou a Comissão Nacional da Verdade, outras questões foram interpretadas como potenciais limitadores de sua ação. Em primeiro lugar, a duração dos trabalhos da comissão estava prevista inicialmente para dois anos, tempo esse considerado muito restrito para tratar de um contexto complexo, com diferentes situações e lugares e com inúmeros casos sujeitos à investigação.

Em segundo lugar, a ampliação do tempo investigado, de 1964 – ano do golpe militar – para 1946, foi criticada por setores da sociedade civil, principalmente pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que entendeu essa ação como uma manobra do Estado brasileiro para tirar o foco sobre questão da ditadura em si.

Em terceiro lugar, no decorrer dos trabalhos, outro fator também criticado foi a prática de realizar audiências privadas, voltadas apenas para os membros da Comissão Nacional da Verdade. Entendia-se que havia necessidade de permitir a participação dos cidadãos nesses encontros justamente para tornar público o processo.

Diante do quadro de limitações impostas pela lei, iniciou-se um processo articulado destacadamente pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que buscava ampliar o potencial de atuação da Comissão Nacional da Verdade para a consolidação da democracia no Brasil. Com base nessas discussões, foi lançada pela Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, que homenageava o deputado Rubens Paiva, assassinado pela ditadura.

O deputado Rubens Paiva fora um importante congressista que havia permanecido ao lado de João Goulart durante o golpe de Estado de 1964, tendo inclusive realizado um pronunciamento em 31 de março de 1964, no qual conclamava estudantes e sindicalistas a resistirem à tomada do poder pelos militares. Por ter assumido essa posição, Rubens Paiva teve seu mandato imediatamente cassado. O ex-deputado seguiu sua vida no Rio de Janeiro, sem atuação política. Em 1971, sua casa foi invadida por seis militares, que o levaram preso. Rubens Paiva nunca mais foi visto, tornando-se um dos desaparecidos políticos da ditadura. Em 2014, o depoimento do coronel reformado Paulo Malhões confirmou que Paiva havia sido transferido para o DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde fora torturado e morto pelos agentes da repressão, e que seu corpo havia sido lançado ao mar. Esse histórico combativo do ex-deputado e o que sua morte representou no contexto da investigação dos crimes da ditadura fizeram com que a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo adotasse seu nome como forma de homenagem e como símbolo de luta.

O surgimento da Comissão Estadual da Verdade em São Paulo foi alvo de críticas centradas principalmente na ideia de que uma ramificação poderia dificultar os trabalhos da própria Comissão Nacional da Verdade, estabelecendo, assim, diferentes discursos narrativos acerca das investigações. Além disso, não estava determinado na lei de criação da CNV que seriam formadas outras comissões para trabalhar em conjunto com a Comissão Nacional. Apesar dessas críticas, a comissão

estadual consolidou-se no cenário político brasileiro, especialmente pela decisão de tornar públicos todos os seus processos, inclusive as audiências, servindo como base para articulação entre os trabalhos que se desenvolviam internamente e a sociedade civil. Essa característica foi decisiva, pois, a partir do lançamento da comissão estadual, tornou-se uma prática e uma peculiaridade do processo histórico brasileiro a constituição de inúmeras comissões da verdade, que primeiro se disseminaram entre os poderes estaduais e municipais, foram posteriormente propostas por segmentos sociais – como a Ordem dos Advogados do Brasil e sindicatos – e chegaram inclusive às universidades públicas e privadas do Brasil.

A trajetória da Comissão “Marcos Lindenberg”

Nesse contexto de proliferação de vários colegiados similares, surgiu a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, a partir de uma ação da Reitoria da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. É essencial destacar que seu surgimento está diretamente relacionado ao fato de que a atuação da Comissão Nacional da Verdade mostrou-se muito limitada, tanto no sentido de potencial investigador quanto na possibilidade de ação política. Portanto, instituir uma comissão da verdade na Unifesp significava, ao mesmo tempo, possibilitar o conhecimento do passado específico dessa instituição e forjar uma ferramenta política de pressão sobre o Estado brasileiro para que se atingissem os objetivos estabelecidos na sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e também no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, da Universidade Federal de São Paulo, foi criada pela Resolução nº 88, de 12 de junho de 2013, com o intuito de “examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar, compreendendo o período entre 1º de abril de 1964, data do golpe de Estado, e 5 de outubro de 1988, data da promulgação da nova Constituição, envolvendo membros da comunidade universitária, incluindo docentes, alunos, funcionários, bem como pessoas prejudicadas por atos da instituição, ainda que sem vínculo formal com esta” (Ata de Fundação da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg).

O nome de Marcos Lindenberg foi escolhido como homenagem ao antigo diretor da Escola Paulista de Medicina, também nomeado responsável pela Reitoria da Universidade Federal de São Paulo (UFSP), instituição que não chegou a ser implantada, apesar dos estudos de viabilidade realizados no início da década de 1960. Lindenberg foi exonerado em 4 de abril de 1964, poucos dias após o golpe. Aposentado compulsoriamente em setembro de 1964, manteve uma relação distante com a universidade até o fim da vida.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, formada por professores, estudantes e técnicos administrativos, atendeu aos princípios de paridade democrática entre os três setores da universidade, constituindo – na prática – um espaço que respeitou a democracia e a pluralidade de pensamento.

O objetivo básico de atuação estabelecido por esse colegiado foi a necessidade de respeitar os direitos humanos em todas as suas esferas. Assim como foi definido pela própria Comissão Nacional da Verdade e pelas demais comissões setoriais, buscou-se revisitar o passado para conseguir superá-lo, investigar e reconhecer as violações de direitos nas variadas dimensões ocorridas durante esse período de terror de nossa história e a identificação de seus perpetradores.

A Comissão da Verdade Marcos Lindenberg atuou de maneira bastante articulada com a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, estabelecendo convênios de cooperação e realizando atividades conjuntas. Entre essas atividades, destacaram-se as reuniões de trabalho com a participação de diversas comissões da verdade universitárias, como as da USP, da Unesp, da UNB, da UFPR, da UERJ, da UFRJ, da UFBA, da UFPA e da UFES. Nesse sentido, é preciso destacar que a Unifesp teve um importante papel articulador no na formação de uma rede de comissões da verdade disseminadas pelo Brasil, que complementaram os trabalhos da própria Comissão Nacional da Verdade – ressaltou-se que o relatório final da CNV foi também informado pelos resultados obtidos pelas comissões setoriais. Conforme demonstram Ivan Seixas e Silvana de Souza (2015), talvez esse fato tenha sido relevante no caso brasileiro, pois, ainda que limitados e não tão completos quanto deveriam ser, todos esses esforços foram um importante passo para a investigação dos crimes da ditadura ao incorporar uma gama maior de casos.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 1º mar. 2016.
- _____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)*. Brasília: SEDH/PR, 2010.
- COSTA RICA. Corte Interamericana de Direitos Humanos. *Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. (Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas).
- FELLET, João. Entenda como atua a comissão da verdade. *BBC Brasil*, Brasília, 10 maio 2012. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120510_comissao_verdade_jf.shtml>. Acesso em: 1º mar. 2016.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FICO, Carlos. [et al.] (org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MEZAROBBA, Glenda. *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. 2007. 470 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- RÉATEGUI, Félix (coord.). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson de Almeida. *O que resta da ditadura?* São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- SALES, Jean Rodrigues. *A luta armada contra a ditadura militar: a esquerda brasileira e a influência da revolução cubana*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SEIXAS, Ivan; SOUZA, Silvana Aparecida de. *Comissão nacional da verdade e a rede de comissões estaduais, municipais e setoriais: a trajetória do Brasil*. Revista Estudos de sociologia. Araraquara. v.20 n.39 p.347-364 jul.-dez. 2015.
- SOARES, Ines Virgínia Prado; QUINALHA, Renan Honório. A memória e seus abrigos: considerações sobre os lugares de memória e seus valores de referência. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, Brasília: Ministério da Justiça/Comissão de Anistia, n. 4, p. 250-278, 2011.

2. A UNEM e a busca por uma medicina humanista

EVANDRO JOSÉ BRAGA

Os anos de 1960 foram muito agitados no Brasil, com um forte desenvolvimento da democracia e crescimento dos movimentos sociais, que reivindicavam melhorias no país e se confrontavam com os setores conservadores que planejaram o golpe militar em 1964. Entre os movimentos sociais que mais participavam da vida política nacional estava o movimento estudantil, capitaneado pela União Nacional dos Estudantes (UNE).

Dentro do quadro de debates promovidos pela UNE, houve outros grupos específicos com suas reivindicações. Destaca-se aqui a União Nacional dos Estudantes de Medicina (UNEM), cuja atuação será analisada neste texto durante sua curta duração entre os anos de 1958-1965. Apesar de existir por apenas sete anos, a UNEM apresentou projetos ousados para a formação dos médicos e também para o futuro da nação.

Hoje não existe mais esta entidade, há apenas a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM), fundada em 1986, já com a abertura política. A UNEM foi condenada no dia 9 de novembro de 1964, quando a ditadura promulgou a lei Suplicy que colocava todos os órgãos estudantis na ilegalidade, mas apesar do decreto a entidade ainda sobreviveu, assim como outros órgão estudantis, mas sem conseguir se articular politicamente.

A hipótese desenvolvida aqui é que este período da vida da UNEM se caracterizou pela máxima articulação dos estudantes no Brasil, não apenas de medicina, mas também de outras áreas. Havia muitas trocas entre os estudantes de medicina e estudantes de outros cursos, além de articulações com políticos. A ditadura não acabou com o movimento estudantil propriamente dito, mas o desarticulou de forma contundente. Não por acaso, no projeto de construção da

Universidade Federal de São Paulo (UFSP) havia representantes da UNE no seu Conselho Consultivo e Deliberativo, nomeado por decreto pelo Presidente da República em dezembro de 1963.

O historiador João Roberto Martins Filho mostra que o movimento estudantil já possuía mais de dez anos de experiência antes de 1968, momento em que o movimento atingiu seu ápice, superando outros movimentos sociais. Na primeira fase da ditadura civil-militar brasileira os estudantes já representavam a principal oposição, ainda que não se possa mitificar tal relevância, como fizeram muitos dos seus participantes. No período anterior à década de 1960, os estudantes brasileiros pouco se manifestavam. Um membro da UDN, partido conservador, foi seu líder nos anos de 1950. Para o autor, contudo, só se pode falar em “movimento estudantil” a partir dos anos de 1960, quando começou de fato a se expandir¹.

A universidade brasileira passava por uma série de mudanças. O número de alunos matriculados aumentara e a maioria estudava em universidades públicas. Aumentou também o acesso de camadas mais pobres da população. Surgiram movimentos cristãos fortes, como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), que acreditavam ser fundamental a preocupação dos jovens com a comunidade. Esses grupos ganharam força e passaram a dominar a UNE. Nos anos de 1950 eclodiram ligas sindicais camponesas e houve forte urbanização no Brasil. Houve uma série de mudanças em escala mundial, e no Brasil os movimentos populares encontravam-se em efervescência. A Revolução Cubana “esquentou” a Guerra Fria na América, a polarização política no período pós Jânio Quadros se refletiu nos meios estudantis: apareceram estudantes comunistas e anticomunistas²,

Pensando especificamente no caso dos estudantes de medicina, não foi diferente, eles também buscaram uma articulação com estudantes de outros cursos e com projetos políticos inovadores. Nos anos 1950 havia encontros Nacionais de estudantes de medicina, e foi nesses encontros que surgiu a UNEM. Gentil Porto que presídio a

1 J. R. M. Filho, “O movimento estudantil nos anos 60”, em J. Ferreira & D. A. R. Filho (Orgs), *Revolução e democracia - 1964*, p. 183-198.

2 *Idem, loc. cit.*

UNEM entre 1961 e 1962 relatou sobre esses encontros que serviram com nascimento da entidade³.

Após esses encontros em 1958 foi criada de forma oficial a União Nacional dos Estudantes de Medicina (UNEM), nascendo de um processo maior de articulação política dos estudantes dos cursos de medicina. Uma leitura das Atas das suas reuniões permite entender os projetos e ideias que debateram os estudantes a ela ligados.

O primeiro ponto que cabe ressaltar é o debate sobre a medicina social, um dos assuntos mais importantes tratados pelas atas, pois mostra que os estudantes não se viam apenas como simples alunos, mas como pessoas que enxergavam uma responsabilidade maior e acreditavam que possuíam um papel social importante a ser preenchido, por isso precisavam de uma formação humanista e de um posicionamento político.

Questões como problemas médicos no interior do Brasil e doenças com maior incidência em sociedades mais carentes, apareceram bastante nas reuniões, e mostram bem como o papel do estudante de medicina se transformou na época.

A questão política também apareceu com frequência nas atas: como elite intelectual, os estudantes se consideravam responsáveis e posições políticas eram tomadas em relação aos problemas do Brasil. Um grande exemplo é a posição da UNEM que se declarou a favor do respeito pela Constituição, pela posse de João Goulart, em repúdio à ação antitrabalhista da UDN após a renúncia de Jânio Quadros⁴. Esse episódio mostra como aumentou a participação dos estudantes no período, com opiniões e projetos independentes.

Um grande exemplo dessa radicalidade pode ser observado nas palavras do então presidente da UNEM:

Gentil Porto fala que UNEM não está cumprindo com sua função, disse que deveriam lutar para que a UNEM seja uma real entidade de classe⁵.

3 G. Porto, *Depoimento à Ana Lúcia Lana Nemi e Evandro José Braga*.

4 Livro de Atas da UNEM 1958-1965, *Ata do dia 27 ago. 1961 no VI Congresso Nacional dos Estudantes de Medicina em Santa Maria (RS)*.

5 Livro de Atas da UNEM 1958-1965, *Ata do dia 12 out. 1960 na Segunda Reunião Ordinária do V Congresso Nacional dos Estudantes de em Santa Maria (RS)*.

A busca pela formação do médico humanista foi sem dúvida, o assunto que galvanizou os debates. A leitura das Atas das reuniões da UNEM permite entrever uma forte preocupação com a ideia de que o médico fosse mais do que um cientista. Muitas vezes foram apresentadas propostas que visavam a alteração no currículo de Medicina, inclusive com a adição das matérias de História, Filosofia, Literatura e Sociologia⁶. Tal proposta também esteve nos projetos discutidos pelo conselho da UFSP, cujo modelo curricular era incentivado por Darcy Ribeiro e inspirado na experiência da Universidade de Brasília (UnB).

Essa mudança na concepção dos estudos de Medicina mostra bem o retrato do movimento estudantil do período, pois além de estudar, os alunos buscavam uma maior interação com a sociedade. Esses alunos da UNEM acreditavam que para interagir com a sociedade, o conhecimento de Ciências Humanas era fundamental.

A atuação política e social da UNEM aponta para algumas particularidades do movimento estudantil dos alunos de Medicina, possibilitando compreender a estruturação da organização estudantil nos cursos de medicina e suas transformações.

Durante os anos de 1960 o perfil social dos estudantes de medicina mudou bastante. Os estudantes que pertenciam a uma elite intelectual não eram mais apenas de uma classe abastada, mas sim de diversos estratos da sociedade. A Escola Paulista de Medicina (EPM) que até aquele período era uma Escola frequentada especialmente por setores mais privilegiados da população, passou a receber alunos de regiões e estratificações sociais diferentes. O seu movimento estudantil se tornou um importante questionador e atuou em vários momentos, especialmente por meio da UNEM, como na defesa da posse do João Goulart⁷.

Esse “questionar” que os estudantes estavam fazendo foi terminantemente proibido após o golpe do dia primeiro de abril de 1964, e o choque com o governo foi se tornando muito mais forte no rescaldo daquele reformismo radical que caracterizou o início da década de

6 O tema da reforma aparece nas atas, pela primeira vez, no dia 12 out. 1960 na primeira reunião ordinária do V congresso da UNEM ocorrida na Universidade do Pará na cidade de Belém em Livro de Atas da UNEM 1958-1965.

7 *Ata do dia 27 ago. 1961 no VI Congresso Nacional dos Estudantes de Medicina em Santa Maria (RS).*

1960. Nos debates da UNEM, tal reformismo traduziu-se em assuntos especialmente relevantes para a Medicina do país.

A preocupação com a indústria farmacêutica, que visava apenas o lucro em detrimento do bem-estar do paciente, quando este muitas vezes não tinha condições de pagar para seguir vivendo com dignidade, atingiu muitos outros estratos da sociedade brasileira. Na esteira dos debates após a queda de Jânio Quadros, a UNEM, propôs a criação de estatais, em especial a FARMABRÁS, que deveria acabar com o problema das indústrias farmacêuticas capitalistas.

A UNEM enviou frequentemente cartas com críticas ou felicitações a ações do governo, sempre com uma visão mais progressista e procurando interferir nas decisões governamentais. Outra preocupação apresentada foi com ameaça que alunos de medicina do Rio de Janeiro sofriam da direção da Faculdade, que nos aponta para uma consciência de união estudantil sobre os problemas sociais do país, e influências sindicalistas no movimento estudantil.

Alguns exemplos extraídos das atas:

O secretário geral manda ofício ao CACEX a cerca de papel-dólar e dólar-livro. Gentil recebe ofício da COFAP dando apoio a UNEM pela luta. Manda-se ofício ao Diretório Acadêmico de Natal sobre a Semana de Debates Científicos e Inter.Med., e fala-se sobre as realizações da gestão atual da UNEM. Gentil lê resposta do secretário de Jânio Quadros: “Gentil Porto (presidente da UNEM) – Cidade Universitária – Recife. O Sr. Presidente da República, que o assunto objeto do telegrama da V.Excia. Vg foi encaminhado em especial atenção do Sr. Presidente do Instituto da Açúcar e Alcool. Saudações, José Aparecido de Oliveira, Vg Secretário Particular do Presidente da República” Em seguida informa pedido à direção da Universidade do Recife, pedido para a viagem ao Sul. Gentil Porto convoca Silvio para a redação do “O Udenista”. É anunciado no próximo dia 08 presença do governador do Rio Grande do Sul (Brizzola) no Recife, que seria importante na conversa com o diretor, tendo em vista o congresso da UNEM, a Semana de Debates Científicos e o Inter.Med. Ofício do

Diretório Acadêmico de Belém (Pará) elogia gestão atual. Falou-se da importância da viagem de Gentil ao Sul e, da necessidade de patrocínio para o “O Udenista”. E de algum membro estar presente na posse do novo Diretório Acadêmico da Universidade do Recife⁸.

Gentil Porte pede que seja enviado um telegrama a Jânio Quadros felicitando-o pela criação da Editora Universitária e pedindo providências para o Hospital das Clínicas. (...) Pede também que se mande ofício à CEMUR solicitando estadias para os estagiários no próximo mês de julho⁹.

A formação universitária do médico também foi assunto frequente. Sugeria-se História, Filosofia, Sociologia e Literatura nos cursos de Medicina. Para que o médico tivesse uma formação mais ampla e humanista, e estivesse mais preparado para enfrentar problemas sociais, era preciso aprender medicina junto com aquelas disciplinas. Esse debate também esteve presente na EPM, como mostra o relato de um de seus professores Marcos Lindenberg, que também fora aluno da escola:

Ou as faculdades de medicina resolvem promover a educação humanística, eventualmente iniciada no ciclo secundário, ou elas continuarão a ser escolas que se diferenciam das de Medicina Veterinária, apenas porque a espécie animal nelas estudadas é o *homo sapiens*. (...). Complete-se, pois, a formação do médico com estudos de Literatura, de História e de Filosofia, o tripé da educação humanística, agregando-se lhe, ainda, o indispensável conhecimento das Artes¹⁰.

8 “Ata do dia 6 mai. 1961 na Décima Segunda Reunião Ordinária da direção da UNEM, ocorrida em Recife (PE)”, em *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*.

9 “Ata do dia 3 jun. 1961 na Décima Quarta Reunião Ordinária da direção da UNEM, ocorrida em Recife (PE)”, em *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*. Mantida a grafia original

10 M. Lindenberg, “Medicina, Civilização, Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina, p. 3.

A nova Educação que estava em pauta propunha colocar o aluno no centro do seu processo de formação. Creio ser possível afirmar de que essa Medicina humanista, também propunha uma nova medicina onde o paciente estaria no centro de processo o cura. Dessa forma os alunos seriam preparados para uma nova sociedade com novos e conscientes sujeitos. Estas ideias propunham o paciente no centro do diagnóstico, uma das principais influências foi à entrada de tendências da psicanálise, para um psicanalista o paciente tem de ser participante do processo da cura. A velha ideia do médico soberano que controla todo o processo estava ultrapassada, prática da medicina deveria ser uma relação de trocas entre dois agentes ativos: o médico e o paciente.

A UNEM destacou a necessidade de vincular a medicina com os locais mais carentes do Brasil, em especial o meio rural e os estados do Norte-Nordeste, distantes dos grandes centros político-econômicos do país.

Problemas médicos, sociais no nordeste: Primeiro: Carência protéica no nordeste; Segundo ponto a alta Mortabilidade infantil; o terceiro problema a Tuberculose com problema social; a quarta são incidências de Parasitoses; por fim a necessidade da Educação sanitária do nordestino¹¹.

Na gestão de 1961/1962 a UNEM era dirigida por estudantes do Recife, que durante toda gestão se mostraram atentos aos problemas da Região Norte, buscavam uma igualdade de condições entre as regiões brasileiras. Foi assim, uma briga dos estudantes de Medicina por melhores condições nas regiões mais desfavorecidas do Brasil, e que colocava a entidade ao lado, por exemplo, dos esforços de Celso Furtado na condução da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

É importante afirmar que esses estudantes de medicina que tinham projetos ousados não podem ser vistos como a maioria dos estudantes de medicina do Brasil, já que participaram apenas um ou dois representantes de cada faculdade nas reuniões da UNEM. A Escola Paulista de Medicina mesmo não apareceu no congresso de 1961 até o

11 “Ata do dia 17 mai. 1961 na Sexta Reunião Ordinária da UNEM”, ocorrida em Recife (PE), em *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*. Mantida a grafia original.

fim da ata em 1965, e as reuniões em que aconteceram esses debates tinham presença de vinte a trinta pessoas. Trata-se de um grupo de alunos de medicina com preocupações diferenciadas, mas que não se tornou um movimento de massas reunindo os estudantes de medicina. É interessante observar, no entanto, que as atas estavam guardadas no CAPB, o que talvez indique vínculos maiores que o simples registro de reuniões em atas permitem constatar.

A influência cubana pode ser lida nas entrelinhas das atas. Ernesto Che Guevara era formado em Medicina, e em suas palavras destacava a preocupação do médico com o humano, que transcenderia a relação tradicional entre o médico e o paciente. Cabe lembrar que uma das primeiras medidas da Revolução Cubana foi democratizar a medicina, buscando-se métodos preventivos para se evitar as doenças¹². Voltando ao texto de Martins Filho sobre o movimento estudantil, podemos afirmar que a Revolução Cubana esquentou a guerra fria na América, criando sonhos em muitos jovens por todo o continente que queriam seguir os exemplos revolucionários¹³. Os estudantes que participavam da UNEM tinham posições políticas firmes e uma forte tendência para a esquerda, embora não representassem em a maioria dos estudantes de medicina do Brasil talvez indicassem um caminho progressista para a medicina e a saúde pública da época.

Outro ponto que devemos colocar é que além da articulação entre os estudantes, também se buscava uma articulação com figuras públicas, o que era bastante comum no período pré-64. A UNEM tinha vínculos estreitos com alguns políticos, por isso conseguiu se tornar uma instituição forte, fazendo muitos eventos¹⁴. Durante congresso em São Paulo receberam ajuda do Governador Ademar de Barros¹⁵. Na presidência do pernambucano Gentil Porto, a UNEM entrou em contato, em mais de uma oportunidade com o governador gaúcho Leonel Brizola, pedindo a ele ajuda, principalmente financeira, para o congresso em Santa Maria¹⁶.

12 F. Fernandes, *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*.

13 J. R. M. Filho, *op. cit.*, *loc. cit.*

14 *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*.

15 “Ata do dia 30 ago. 1961 sobre a Sessão Solene do IV Congresso nacional dos estudantes de Medicina em São Paulo (SP)”, em *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*.

16 “Ata do dia 15 de jul. 1961 na Décima Sétima Reunião Ordinária da diretoria da UNEM gestão 1960/1961”, no Recife (PE), em *Livro de Atas da UNEM 1958-1965*.

O ex-presidente da UNEM Gentil Porto apontou em suas memórias que essas alianças eram fundamentais para o desenvolvimento das entidades estudantis, e quando foram quebrados esses laços com o Golpe de 1964, houve um enfraquecimento dos movimentos sociais que já não podiam mais contar com o apoio das vias legais.

A partir do momento em que as instituições estudantis passaram a ser um risco para o governo, pelo fato de serem contestadoras, esse vínculo com as instituições políticas e seus representantes se rompeu e foi aí que o movimento estudantil perdeu força. Impossível imaginar Ibiúna dando certo sem nenhuma retaguarda política. Como sabemos, no período da ditadura civil-militar, qualquer ação de um político fora dos eixos trilhados pelo governo, provavelmente seria severamente punida. Impondo um regime e um consenso onde não poderia haver oposição é que o governo asfixiou os movimentos, seja diretamente com prisões, torturas e exílios impostos, ou impedindo que as relações de poder chegassem até eles, como antes era possível.

Não por acaso, uma das primeiras ações da ditadura foi inibir o movimento estudantil. Nesse processo a relação entre movimento estudantil e governo foi caminhando cada vez mais para um distanciamento, no qual as negociações se tornaram inviáveis e os conflitos só aumentaram. Desta forma, houve uma desarticulação que, acredita-se, acabou pondo fim à União Nacional dos Estudantes de Medicina, não sem antes salvaguardar as atas no CAPB/EPM, o que indica uma aproximação da Escola Paulista de Medicina com a UNEM. Acredito que esses laços foram estreitados com os Encontros Científicos dos Estudantes de Medicina (ECEM), que ocorreram na Escola em 1969 já após a desarticulação imposta pelo regime ditatorial.

Essa desarticulação foi umas das primeiras ações tomadas pela ditadura civil-militar com a Lei Suplicy, outorgada no mesmo ano do golpe. Esta lei proibia reuniões e agremiações estudantis, o que dificultou ainda mais o diálogo com os estudantes até o ano de 1968, ano fundamental nas históricas lutas entre movimento estudantil e governo. Após o AI-5, não houve mais qualquer diálogo com o governo (até porque políticos progressistas eram rapidamente afastados, sobrando apenas quem era a favor do golpe), restando poucas possibilidades de lutar por uma sociedade mais igualitária. Para muitos a única saída foi ir para a clandestinidade e buscar mudanças por meio da luta armada.

No período pré-AI-5 as relações entre governo e estudantes já estavam bastante tensas. Com a morte de Edson Luiz, a linha dura do governo Federal já mostrava que não haveria diálogo entre governo e movimento estudantil¹⁷, ou com qualquer oposição. Como resposta a esse recrudescimento do governo, no movimento estudantil começou a se difundir a escolha do enfrentamento violento, em particular da luta armada. Universidades foram ocupadas e houve conflito direto com grupos paramilitares. Essa relação se tornou tensa e a violência foi a tônica desse conflito que transcendeu a esfera política formal e invadiu a vida estudantil, transformando todas as relações dentro da universidade em relações extremamente difíceis.

De acordo com as Atas, até o ano de 1965 os estudantes de medicina da UNEM ainda pautaram muito o seu modo de fazer política pelo reformismo que buscava o entendimento com as autoridades políticas. Ao analisarmos estas atas, percebemos como várias vezes o apelo a entidades superiores como reitores, governadores e até mesmo o Presidente da República era a prática política dominante, mas novas formas mais radicais gradualmente encontraram espaço.

Guiomar Santos Lopes, em depoimento dado à Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, aponta para uma hipótese semelhante à que levanto em meu trabalho:

Em 1965, eu entrei na Faculdade de Medicina, evidente eu passei na Santa Casa e passei a Unicamp, acabei optando pela Santa Casa. E foi um período muito difícil porque todo o movimento estudantil sofreu uma grande repressão, a UNE foi invadida, houve uma intervenção importante, os centros acadêmicos foram considerados ilegais, os sindicatos da mesma forma. E, eu passei a tentar, a gente passou a tentar se articular para criar um movimento de oposição ao Golpe. E foi aí que surge a Frente Ampla, um pouco liderada por Lacerda, isso evidentemente que não ia dar em lugar nenhum, mas era o único espaço aparentemente de oposição naquele momento. E a partir daí, a grande preocupação dentro do Movimento Estudantil era reorganizar

17 M. R. Valle, 1968: *o diálogo é a violência; movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*.

o movimento e reestruturar essas entidades representativas dentro do Movimento Estudantil, que tinham que se chamar na época, os militares impuseram que seria agora Diretório Acadêmicos e não mais os Centros Acadêmicos, que foram completamente aliçados. Então nós começamos a nos articular, 1966 foi um ano bastante importante. Eu acho que havia uma movimentação estudantil e nós tínhamos um eco e uma importância muito grande em alguns professores como o Dr. Carlini, que foi extremamente importante para todos nós, principalmente na discussão do que deveria ser essa reforma universitária, uma nova posição, porque nós vivíamos uma estrutura muito arcaica apesar da Santa Casa ter tentado uma outra posição, mas ainda assim eram coisas muito conservadoras. Então, 1966 foi um ano de muita movimentação, grandes passeatas, todas reprimidas com muita violência. Eles colocavam tanques de guerra para reprimir a passeata. E 1967 a mesma coisa, 1967 foi um ano muito importante porque houve na verdade uma cisão do Partido Comunista Brasileiro e já uma, dentro do partido já existia uma grande discussão em função das posições que o partido até então tinha assumido, que era uma posição muito conciliadora, muito reformista e que ia aceitando de uma maneira um pouco tácita com tudo o que estava acontecendo e talvez até imaginasse que seria possível uma atitude pacífica reverter o Golpe. Então, esse... essa discussão e esse movimento interno dentro do partido, surge um racha, e acaba no Movimento Estudantil também esse racha tem uma repercussão importante e surgem organizações estudantis com uma característica um pouco mais definida do que só dentro do âmbito do próprio movimento¹⁸.

Essa hipótese é limitada ao período tratado pela fonte, uma vez que se analisa apenas até o ano até 1965, diferentemente do movimento estudantil nacional, que perdeu quase completamente este caráter de

18 Comissão da Verdade, Estado de São Paulo, *Relatório - Tomo III - Audiências Públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo - Unifesp - SP*.

relação com o poder e as “forças legais” de resistência como o MDB¹⁹. A perda da legalidade não se deu de uma forma definitiva com a Lei Suplicy, ela foi se deteriorando com o avanço dos Atos Institucionais que cada vez mais tiravam as liberdades básicas, destruindo a possibilidade do exercício da cidadania e impedindo os movimentos de fazerem política de forma coletiva.

Analisando a bibliografia e as próprias Atas, podemos chegar a uma explicação de mão dupla: por causa do recrudescimento dos militares, o movimento estudantil perdeu por completo o contato com órgãos mais poderosos que teriam ascendência sobre ele. E foi justamente por perdê-lo que o movimento acabou se tornando um forte inimigo do governo, um dos grupos que mais rapidamente foi reprimido²⁰.

Talvez hoje seja evidente, mas à época não era: sonhou-se muito naquela época, acreditava-se mesmo que seria possível mudar a sociedade, um sonho que hoje nos parece distante, mas para aqueles estudantes parecia palpável. Acreditavam, e convenceram muitos que era possível sim conseguir mudanças via políticas estudantis.

O período de 1958-1965 foi de bastante luta dos estudantes no Brasil. A ditadura civil-militar confrontou radicalmente este movimento, mas não conseguiu acabar com este²¹ – acredito sim que a ditadura tenha num primeiro momento desarticulado o movimento estudantil como fez com tantos outros movimentos democráticos, mas observando-se uma linha do tempo mais longa, foram os movimentos sociais derrotados nos primeiros anos de ditadura que a derrotaram e provocaram seu entardecer.

A partir do ato Institucional nº5 as reuniões políticas foram proibidas e tanto a UNE quanto a UNEM tiveram suas atividades suspensas. No entanto, os alunos de Medicina encontraram uma nova fórmula de driblar a ditadura nos Encontros Científicos dos Estudantes de Medicina (ECEM), que ocorrem até os dias de hoje.

19 L. C. Bresser-Pereira, *As revoluções Utópicas dos anos 60: A revolução estudantil e a revolução política na Igreja*.

20 *Idem*.

21 Em meu texto escrito em 2012 eu apontei que mesmo no período em que a UNE não existia, havia um Movimento Estudantil, que apesar que não tenha sido destruído acabou desarticulado, como eu apontei em meu texto *O movimento estudantil na Escola Paulista de Medicina (1958-1979)*: E. J. Braga, “Movimento Estudantil da EPM (1961-1979)”, em A. L. Nemi (org). *Histórias de Gente e Saúde*.

Nestes encontros havia uma pobre, mas existente articulação. Segundo memória de participantes havia reuniões políticas nesses eventos, como na Escola Paulista de Medicina em 1969. A ditadura civil-militar não permitia a articulação política, mas os encontros científicos eram permitidos. Essas são brechas que os movimentos sociais utilizam para se unir e buscar novas estratégias.

No entanto, estas estratégias não podiam se solidificar devido à repressão política, ou seja, mesmo que se tenha discutido política, realizado assembleias e criticado o governo, eram ações muito limitadas por causa da desarticulação oficial e da falta de apoio institucional. Apenas com a anistia e com o fim do regime é que os Estudantes de Medicina voltaram a se articular de fato e propor mudanças reais no Ensino e na prática médica.

Em 1986 já sob o regime democrático, surgiu a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) com bandeiras bastante similares às da UNEM, buscando a articulação com outros cursos e também uma formação mais humanista para os estudantes de medicina. Um ponto triste é que nos órgãos oficiais dessa entidade nada se ouviu sobre a UNEM.

Este órgão pioneiro não aparece nem numa pesquisa no Google, que mostra como a memória desta importante entidade está esquecida e como este artigo é necessário para fazer justiça a entidade que trouxe à luz debates que foram suprimidos pela contrarrevolução de 1964.

Em um mundo pós utópico, onde se limita cada vez mais o exercício da medicina a suas funções técnicas, da mesma forma que ocorre com as demais profissões, os sonhos da UNEM ficam cada vez mais distantes. Tal situação sugere uma reflexão sobre como teria sido positivo se o projeto da UNEM ganhasse vida nos anos 1960, e uma outra questão: o que os militares temiam tanto? Hoje a História nos mostra que o temor da elite que apoiava o regime ditatorial era político, elas temiam a instauração de um regime que acabasse com os privilégios e radicalizasse a democracia, e por causa disso reprimiram tudo que era mais progressista. Mas o vazio do projeto destruído pelo governo transcende a política e nos faz falta hoje, quando fabulamos sobre uma cidadania possível.

Referências bibliográficas

- BRAGA, Evandro J. movimento estudantil da EPM (1961-1979) In: NEMI, Ana Lucia (org). *Histórias de Gente e Saúde*, Editora Unifesp, São Paulo, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções Utópicas dos anos 60: A revolução estudantil e a revolução política na Igreja*. São Paulo: Editora 34. 2006.
- COMISSÃO DA VERDADE MARCOS LINDENBERG. Audiências Públicas. Relatório. Tomo III. 5 de Dez. 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo: TAQ. 1979.
- FILHO, João Roberto Martins. “O movimento estudantil nos anos 60”, in: FERREIRA, Jorge e FILHO, Aarão Reis, Daniel (Orgs). *Revolução e democracia (1964...)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 2007.
- LINDENBERG, Marcos. “Medicina, Civilização, Humanismo”, discurso proferido como paraninfo dos formandos de 1966 da Escola Paulista de Medicina. *O Biceps*, dez. 1966.
- LIVRO de ATAS da UNEM 1958-1965. Ata do dia 6 de Mai. 1961 na Décima Segunda Reunião Ordinária da direção da UNEM, ocorrida em Recife (PE).
- _____. Ata do dia 17 de Mai. 1961 na Sexta Reunião Ordinária da UNEM, ocorrida em Recife (PE).
- _____. Ata do dia 3 de Jun. 1961 na Décima Quarta Reunião Ordinária da direção da UNEM, ocorrida em Recife (PE).
- _____. Ata do dia 15 de Jul. 1961 na Décima Sétima Reunião Ordinária da diretoria da UNEM gestão 1960/1961, no Recife (PE).
- _____. Ata do dia 27 de Ago. 1961 no VI Congresso Nacional dos Estudantes de Medicina em Santa Maria (RS).
- _____. Ata do dia 30 de Ago. 1961 sobre a Sessão Solene do IV Congresso nacional dos estudantes de Medicina em São Paulo (SP).
- _____. Ata do dia 12 de Out. 1960 na Segunda Reunião Ordinária do V Congresso Nacional dos Estudantes de em Santa Maria (RS).
- PORTO, Gentil. Depoimento à Ana Lúcia Lana Nemi e Evandro José Braga. 2015.
- VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência; movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

3. Livros e editores contra a ditadura

FLAMARION MAUÉS

Livros e ditadura

O período entre 1968 e 1973 foi marcado no Brasil por intenso crescimento econômico, que ficou conhecido como “milagre brasileiro”, e pela intensificação da ditadura instalada em 1964, com o aumento da repressão violenta a todas as formas de oposição ao governo civil-militar, concomitantemente à radicalização de parcelas dos setores oposicionistas organizados, que optaram pela luta armada e pelo enfrentamento com o regime. Ao final desse período, a cúpula militar no poder viu-se na contingência de implementar um processo de distensão política, a “abertura”, que grosso modo começa em 1974 (início do governo Geisel) e vai até 1985 (eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência da República, após mais de 20 anos de governos militares).

O período da abertura é também o da “luta democrática”, quando “após a derrota política e militar da experiência da luta armada [...] as esquerdas brasileiras se reorganizam em torno de uma proposta de luta pelas liberdades democráticas, ajudando a constituir e, em muitos casos a liderar, um amplo campo de oposição política à ditadura militar” (Araujo, 2004, p. 243)

A partir desse período, meados da década de 1970, houve um grande incremento da indústria editorial brasileira, entendida aqui como aquela que produz livros. Um dos segmentos que se destacam nesse crescimento é o dos livros de oposição ao regime civil-militar, que se enquadram no que se pode chamar de literatura política: obras de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, livros-reportagem, memórias, romances políticos, romances-reportagem, livros de denúncias contra o governo, clássicos do

pensamento socialista. Este segmento ganha impulso significativo a partir de 1977-78, com o retorno à cena pública do movimento estudantil e do movimento sindical, em particular com as greves no ABC paulista, e o avanço da campanha da anistia.

Golpe e censura

Mas voltemos um pouco mais no tempo, até o ano de 1964, quando ocorreu o golpe que derrubou o governo de João Goulart. O golpe atingiu já em seus primeiros dias o setor da edição de livros, ainda que de modo pontual. No dia 3 de abril daquele ano – ou seja, apenas dois dias após o golpe –, a Editorial Vitória, editora vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), teve sua sede invadida e foi posta na ilegalidade. Neste mesmo dia o escritório da Editorial Vitória em São Paulo também foi invadido pela polícia e os livros que lá estavam estocados foram apreendidos.

Assim, desde seus primeiros dias o governo militar já deixava clara a sua disposição de cercear a liberdade de expressão, não só por meio da censura à imprensa, mas também pelo controle dos mais variados meios de comunicação. E os livros – e as editoras que os editavam – não escaparam a este cerco.

Com o AI-5, no final de 1968, as limitações à edição de livros que pudessem representar alguma forma de questionamento da ditadura tornaram-se bem mais fortes, ou seja, a censura passou a ser uma presença constante no meio cultural. Em relação aos livros, este processo teve seu ápice com a edição do decreto nº 1.077, de janeiro de 1970, que estabeleceu a censura prévia a livros e periódicos.

Com este quadro, até meados da década de 1970 houve forte limitação à edição de obras políticas que questionassem, ainda que moderadamente, as ideias e as práticas dos ditadores. Da mesma forma, havia enormes constrangimentos para a edição de autores como Marx, Engels, Lenin, Mao Tsé-tung, Stalin e outros que representassem o pensamento marxista ou socialista.

É a partir de meados dos anos 1970 que ganha corpo aquele movimento editorial a que nos referimos inicialmente, que terá características de oposição ao governo ditatorial, e que tem início

juntamente com o processo de distensão política que a cúpula militar no poder começou a implementar. Trata-se de um movimento editorial e cultural marcado pela revitalização de editoras com perfil marcadamente político e de oposição ao governo civil-militar iniciado em 1964. Editoras já estabelecidas, como a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra, retomaram uma atuação política mais acentuada, editando livros que tratavam de temas que colocavam em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964 ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Ao mesmo tempo, novas editoras surgiram com o projeto de publicar livros com claro caráter político. Alguns exemplos são as editoras Alfa-Ômega, Global, Edições Populares, Brasil Debates, Ciências Humanas, Kairós, Hucitec, L&PM, Graal, Codecri, Vega e Livramento, entre outras.

O que caracterizava o conjunto das editoras de oposição era seu perfil e sua linha editorial claramente oposicionistas, sem que isso implicasse que essas empresas tivessem necessariamente vinculações políticas explícitas. O fundamental é que elas deram expressão a iniciativas de oposição. Algumas destas editoras mantinham vínculos estreitos com organizações políticas. E houve casos, inclusive, de editoras de oposição surgidas nos anos 1970 e 1980 que foram criadas por partidos ou grupos políticos, alguns deles na clandestinidade ou na semiclandestinidade. Dessa forma, as editoras que tinham vinculações com organizações políticas se caracterizavam como editoras de oposição *engajadas*, formando um subgrupo dentro do conjunto mais amplo das editoras de oposição.

Ao mesmo tempo, esse florescimento editorial político também mostra que crescia o mercado para o produto produzido por essas editoras: os livros de oposição. Assim, “As preocupações com o [aspecto] empresarial, com a profissionalização e com a veiculação de conteúdos políticos vão estar um tanto imbricadas nesses anos 70”, e o mercado editorial vê “a oportunidade de abrir campo para as ‘obras de esquerda’”, percebendo que a “literatura ‘política’ passa a ser um excelente negócio no raiar da ‘abertura’” (Holanda; Gonçalves, 1980: 39, 53).

Em síntese, verifica-se que “Florescia um mercado de oposição à ditadura nas classes médias, que a indústria cultural soube aproveitar

a partir do fim dos anos 1970, com a abertura do regime civil-militar” (Ridenti, 2000: 350).

Edição política

Se é certo que muitos livros “transmitiam uma mensagem política e uma visão geral da política”, seria possível pensar, como Robert Darnton pensou em relação a outro contexto, que eles de certa forma “moldaram a própria realidade e ajudaram a determinar o curso dos acontecimentos” (Idem, p. 15)?

As editoras de oposição – e os livros que publicaram – conformaram o que podemos chamar de *edição política* no país. Ao realizar um trabalho editorial que vinculava de modo direto engajamento político e ação editorial, estas editoras – e seus editores – atuaram com clara intenção política de intervenção social, tornando-se sujeitos ativos no processo político brasileiro no período final da ditadura.

A existência e o crescimento dessas edições nos permitem pensar na hipótese de que, diante do fechamento dos canais institucionais de participação política e social, como partidos, sindicatos, movimentos políticos, sociais e culturais etc., a atividade editorial, mediante a edição de livros cujo conteúdo se caracterizava pela oposição ao governo da época, passou a ser uma alternativa para aqueles grupos e pessoas que tentavam atuar e influir politicamente de forma pública, mesmo sob um regime ditatorial.

Era uma forma de manter uma atuação política visível, que possibilitasse a aglutinação de pessoas e a divulgação de obras de denúncia e de propostas de transformação da situação existente. Assim, parece que nenhum livro de oposição era apenas um produto editorial e comercial. Ele era uma manifestação política pública, que se dirigia aos formadores de opinião, ou ao menos tinha essa pretensão. É claro que tal projeto, que estava como que impresso em cada página dos livros de oposição, trazia em si as limitações inerentes ao veículo livro, limitações estas relacionadas ao público leitor, à distribuição e ao alcance efetivo dessas obras, a seu impacto real na conjuntura política do país etc.

Livros de oposição

Alguns livros de oposição tiveram ótimos resultados comerciais, ou seja, se tornaram em alguns casos verdadeiros *best-sellers*, em outros alcançaram bom nível de vendas no quadro do mercado brasileiro, o que pode ser um bom parâmetro para atestar a repercussão do trabalho das editoras que publicaram esses livros. Constatamos que muitos deles aparecerem nas listas de livros mais vendidos, principalmente entre os anos de 1978 e 1980. A simples menção de alguns desses títulos, extraídos das listas de livros mais vendidos do jornal *Leia Livros* e da revista *Veja* no período, e de seus autores, não deixa dúvida sobre o seu caráter oposicionista.

Assim, por exemplo, livros de memórias de ex-presos políticos ou ex-exilados tiveram a partir de 1979 grande êxito, sendo o de maior destaque *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (Codecri, 1979), que esteve entre os mais vendidos por três anos, de 1979 a 1981. Destacaram-se também *O crepúsculo do macho*, do mesmo Gabeira (Codecri, 1980), *Memórias, 1ª parte*, de Gregório Bezerra (Civilização Brasileira, 1979), *Querida família*, de Flávia Schilling (Coojournal, 1979), *Os carbonários: memórias da guerrilha perdida*, de Alfredo Sirkis (Global, 1980), e *Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*, de Frei Betto (Civilização Brasileira, 1982).

Também livros de denúncia sobre a ditadura e seus desmandos e violências estiveram entre os mais vendidos desde 1978: *A ditadura dos cartéis*, de Kurt Mirow (Civilização Brasileira, 1978), *A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho (Alfa-Ômega, 1978), *Opinião x censura: momentos da luta de um jornal pela liberdade*, de J. A. Pinheiro Machado (1978), *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*, de Fernando Pacheco Jordão (Global, 1979), *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon (Global, 1979), *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela (Global, 1979), *Projeto Jari: a invasão americana*, de Jaime Sautchuk (Brasil Debates, 1980) e *O massacre dos posseiros*, de Ricardo Kotscho (Brasiliense, 1982).

Destacaram-se ainda obras sobre militantes importantes da oposição – como *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda (Global, 1980) e *Prestes: lutas e autocríticas*, de D.

Moraes e F. Viana (Vozes, 1982) – ou sobre temas que a ditadura considerava tabus, como, por exemplo, a Revolução Cubana. Este tema, aliás, foi um dos que teve mais títulos de sucesso, desde o pioneiro *A Ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Moraes (Alfa-Ômega, 1976), que esteve até 1978 nas listas dos mais vendidos. Outros títulos de sucesso nessa linha foram: *Cuba de Fidel*, de Ignácio de Loyola Brandão (Cultura, 1978), *Cuba hoje: 20 anos de revolução*, de Jorge Escosteguy (Alfa-Ômega, 1979), *A história me absolverá*, de Fidel Castro (Alfa-Ômega, 1979), *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*, de Florestan Fernandes (T. A. Queiroz, 1980), *Revolução Cubana*, de Che Guevara (Edições Populares, 1980) e *Diário*, de Che Guevara (Centro Editorial Latino-Americano, 1980).

Editoras de oposição

As editoras que tinham perfil nitidamente político e ideológico de oposição ao governo civil-militar, com reflexos diretos em sua linha editorial e nos títulos publicados – ou seja, uniam ação editorial e engajamento político – são as que chamo de *editoras de oposição*, cuja definição se dá, de um lado, por razões de fundo político-ideológico, e, de outro, por sua atuação editorial efetiva de oposição no período estudado.

Cabe lembrar que assim como a oposição ao regime civil-militar agregou diversos setores políticos e ideológicos, como liberais, nacionalistas, dissidentes do governo, comunistas, socialistas etc., também as editoras de oposição tiveram perfil eclético. Assim, editora de oposição não é necessariamente sinônimo de editora de esquerda, embora aquelas vinculadas às diversas tendências da esquerda formassem a maior parte desse universo.

As editoras de oposição eram de vários tipos e tamanhos, e tinham histórias bem distintas. De acordo com o levantamento que realizei sobre as editoras de oposição em atuação no país a partir do início dos anos 1970 e até meados dos anos 1980, existiram pelo menos 40 editoras com esse perfil. A maior parte delas foi criada nos anos 1970.

Apresento a seguir um pequeno histórico da trajetória de algumas editoras de oposição de destaque, de modo a fornecer um breve panorama da atuação dessas editoras e da sua diversidade.

Alfa-Ômega – Criada por Fernando Mangarielo, em sociedade com sua esposa, Claudete Mangarielo, em janeiro de 1973, em São Paulo. Foi uma das mais atuantes nos anos 1970 e 1980. Tinha certa afinidade política com o PCB, mas não era uma editora partidária. Tinha entre seus colaboradores alguns professores da USP, como Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa e José Sebastião Witter. Seu catálogo de obras de oposição é muito grande. Publicou um dos maiores *best-sellers* entre os livros de oposição, *A ilha: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais, lançado em 1976, que foi o primeiro livro de oposição a alcançar grande sucesso de vendas. Lançou também, em 1977, um dos primeiros romances a falar da guerrilha urbana no Brasil, *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós, que causou a prisão do autor. Inicialmente caracterizava-se por editar obras acadêmicas de ciências humanas de autores renomados, como Sérgio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Florestan Fernandes, Afonso Arinos e Sedi Hirano, entre outros. Depois passou também a editar literatura nacional, livros-reportagem e clássicos do socialismo, como as obras escolhidas de Marx e Engels, Lenin e Mao Tsé-tung.

Anita Garibaldi – Vinculada ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), foi criada em 23/10/1979 e existe até hoje. Seu objetivo é publicar “materiais de caráter político que colaboram para a formação e a informação crítica presente na luta dos trabalhadores organizados”. Atua também como distribuidora e é responsável pela edição da revista trimestral *Princípios*, do PCdoB

Brasiliense – Fundada em 1943, em São Paulo, por Caio Prado Jr., Monteiro Lobato e Artur Neves “como desdobramento do projeto de publicar livros do Partido Comunista do Brasil (PCB)”. Desde o início de suas atividades publicou obras e revistas com clara conotação de esquerda. Foi talvez a mais destacada editora brasileira do final dos anos 1970 e início dos 1980, sob a direção de Caio Graco Prado. Teve forte atuação política, seja por meio de seus títulos, seja por iniciativas envolvendo seus autores, como lançamentos de livros em praça pública. Nos anos 1980, a coleção *Primeiros Passos* foi um marco no mercado editorial brasileiro ao publicar textos acessíveis, de qualidade

e a preços baixos sobre uma infinidade de temas. Após a morte de Caio Graco, em 1992, entrou em crise financeira, editorial e administrativa por vários anos. Continua em atividade.

Ched Editorial – Fundada em 1980 por militantes de trotskistas, entre os quais o argentino Osvaldo Coggiola, hoje professor do Departamento de História da USP. “O *staff* [da editora] era composto por exilados de Política Obrera (atual Partido Obrero) da Argentina, e cinco ex-militantes da Libelu, brasileiros, que estavam no PT. O objetivo era o de criar uma editora que divulgasse o pensamento marxista e análises sobre a realidade nacional e internacional desse ponto de vista”, conta Coggiola. Um dos sócios brasileiros era José Roberto Marinho, que tornou-se livreiro na USP e editor da Editora Livraria da Física. A Ched editou obras de Marx, Engels, Lenin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Mario Pedrosa, Guillermo Lora e José Lutzenberger, entre outros autores. Atuou principalmente entre 1980 e 1982. De acordo com Coggiola, “Havia uma proximidade com o grupo Causa Operária, que estava no PT [...], mas eles apenas recebiam parte das edições para vender”. O principal canal de vendas era a rede livreira: “A distribuição era feita artesanalmente, pessoalmente, pelos próprios membros (ativistas) da editora, nas livrarias ‘alternativas’ que aceitavam os livros, que eram várias naquela época (1980-1984)”, diz ele. A organização da editora era precária: “Todo mundo tinha outro trabalho, e o trabalhava na editora ocorria nos momentos livres”, recorda Coggiola. O mesmo grupo responsável pela Ched havia criado em 1979 a Livraria Belas Artes, na avenida Paulista próximo à Rua da Consolação, que durante alguns anos foi um centro de divulgação de cultura e de textos de esquerda. A editora durou até o fim da ditadura argentina (1983-84). Então, “Os exilados de Política Obrera voltaram para Argentina (menos eu) e a sociedade se desfez”, continua Coggiola. “A livraria (estoque incluído) e parte do estoque da editora foram vendidos para José Luiz Goldfarb. Outra parte do estoque (da editora, não da livraria) ficou comigo; eu o dei de graça para Causa Operária, que vendeu esses livros por vários anos”, completa.

Civilização Brasileira – Segundo Hallewell, Octalles Marcondes Ferreira adquiriu a *Civilização Brasileira* em 1932 de Getúlio M. Costa, que a fundara em 1929. Todavia, somente a partir da década de 1950

a editora começou a conformar “um centro de intelectuais progressistas”¹. Foi das mais conceituadas e representativas editoras brasileiras, principalmente enquanto esteve sob a direção de Ênio Silveira, militante do PCB e um dos mais importantes editores do país em todos os tempos. Publicou grandes nomes da literatura internacional – muitas vezes em sua primeira edição no país – e uma ampla gama de livros de ciências humanas e de intervenção política, em geral alinhados com o pensamento progressista. Sofreu perseguições por parte do governo civil-militar nos anos 1960 e 1970, que levaram à quebra da editora e à sua venda. Publicou no início dos anos 1960 os lendários *Cadernos do Povo Brasileiro* e, após o golpe de 1964, a *Revista da Civilização Brasileira*, retomada no final dos anos 1970 como *Encontros com a Civilização Brasileira*. Atualmente pertence ao grupo editorial Record.

Codecri – Empresa criada em 1972, no Rio de Janeiro, pelos proprietários do jornal *O Pasquim*, um dos mais destacados da imprensa alternativa brasileira. Passou também a editar livros – no começo utilizando material publicado no próprio jornal – e acabou por se tornar uma das mais atuantes editoras do país no final dos anos 1970. Era inicialmente dirigida por Alfredo Gonçalves Manso e tinha Jeferson de Andrade como editor de livros. Foi marcada por grandes sucessos de venda, como o livro *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e também por má gestão administrativa, que levou à sua venda em 1984. Editou literatura brasileira e obras de cunho político, particularmente memórias e denúncias sobre o período da ditadura militar.

Cortez – Fundada em 18/01/1980 por José Xavier Cortez, após o fim da sociedade com Orozimbo José Moraes e Virgílio da Silva Fagá na Editora Cortez & Moraes. Especializada em Educação e Serviço Social, esteve sempre muito ligada a professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e editou obras de vários deles, entre os quais havia vários ligados ao pensamento de esquerda e de oposição à ditadura. Cortez iniciou sua vida na área como livreiro, e sempre manteve essa característica, construindo, junto com a editora, uma das mais importantes livrarias acadêmicas da cidade de São Paulo. A editora, já com mais de 30 anos de atuação, continua em plena atividade e em crescimento. Hoje, além das áreas em que já atuava, tem uma forte linha de livros infantis.

1 Galúcio, 2009: 118.

Duas Cidades – Livraria e editora fundada em São Paulo, em 1954, por frei Benevenuto de Santa Cruz (José Petronilo de Santa Cruz), da Ordem dos Dominicanos. “Foi ele quem, com a devida licença de seus então superiores, fez o plano, escolheu o nome, deu a orientação, arranjou dinheiro, constituiu a firma, encontrou o local”. Inicialmente, a editora visava divulgar publicações católicas, inspiradas pelo Movimento Economia e Humanismo, fundado pelo padre francês Louis J. Lebret. No final dos anos 1960 um grupo de frades dominicanos aproximou-se da Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo comunista que buscava derrubar a ditadura por meio de ações armadas e cujo líder era Carlos Marighella, considerado o principal líder da subversão pelos militares no poder. O seu assassinato, em novembro de 1969, ocorreu após a repressão identificar e prender alguns dos frades que apoiavam a ALN e mantinham contatos com Marighella, um dos quais era funcionário da Duas Cidades. A livraria caracterizou-se pela importação de obras e tornou-se um ponto de encontro de intelectuais. De acordo com a filósofa Marilena Chauí, “além de possuir livros de qualidade, a livraria tornou-se um dos raros espaços de liberdade para discussão no tempo da ditadura”. A Duas Cidades publicou obras de Antonio Candido, Roberto Schwarz, Roland Corbisier, Luiz Pereira, Rogério César de Cerqueira Leite e Severo Gomes, entre outros. A livraria fechou as portas em 2006 e a editora continua em atividade.

Global – Editora paulista fundada em outubro de 1973 por Luiz Alves, foi uma das mais atuantes no final dos anos 1970, tendo publicado numerosos títulos de cunho político, em particular clássicos do pensamento socialista. A editora surgiu como decorrência do trabalho da distribuidora de livros Farmalivros, da qual Alves era o responsável pela área de marketing. A partir de 1976, com a concordata da Farmalivros e a admissão do livreiro, editor e militante socialista moçambicano José Carlos Venâncio na área editorial, a Global passa a ter uma linha marcadamente política e de esquerda. “Ele foi o introdutor dessa nova gestão de edições da Global, foi o ideólogo disso tudo”, afirma Alves. Venâncio tornou-se sócio da editora. Na época ele tinha 30 anos, trabalhara na editora D. Quixote, em Portugal, e fora livreiro em Moçambique, além de membro da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). De acordo com Venâncio, a nova linha da Global se ligava a um projeto político para o Brasil. “Eu tinha uma militância

terceiro-mundista e sentia que aquele era o momento não só para testar a anunciada abertura política, mas principalmente para franquear aos leitores a história verdadeira que lhes era até então sonegada”, lembra Venâncio. A Global vinculava-se, ainda que de modo discreto, ao trabalhoismo brizolista. A editora continua em plena atividade, e ainda sob a batuta de Luiz Alves. Mas sua linha editorial mudou. Hoje edita principalmente literatura, livros infanto-juvenis e obras destinadas às escolas públicas. Venâncio, depois de passagens pela política, continua também na área editorial, como proprietário das editoras Ground e Aquariana.

Graal – Fundada em 1976 pelo ex-deputado federal Max da Costa Santos, em sociedade com Fernando Gasparian, da editora Paz e Terra. Em 1983 foi comprada por Gasparian e incorporada à Paz e Terra, passando a constituir um selo desta editora. Alguns títulos editados: *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*, de Carlos Estevam Martins (1977); *A economia da dependência imperfeita*, de Francisco de Oliveira (1977); *Nós, do Araguaia*, de Edílson Martins (1979); *A história da sexualidade*, de Michel Foucault (1980); *Revolta da Chibata*, de Edmar Morel (1980); *A democracia e os comunistas no Brasil*, de Leandro Konder (1980); *O Partido Comunista Brasileiro (Conflito e integração: 1922-1972)*, de Ronald H. Chilcote (1982); *1982, a conquista da democracia*, de Nelson Paes Leme (1982).

Hucitec – Editor: Flávio George Aderaldo. Fundada em 16/11/1971. Criada por Flávio Aderaldo, Artur Neves, Adalgisa Pereira da Silva e Hanna Augusta Rothschild. Teve também a colaboração de Maurício Rocha e Silva e Paulo Duarte, e contou com apoio financeiro e técnico da Editora Revista dos Tribunais. “A ideia inicial era fazer uma editora universitária privilegiando o autor nacional e voltada para a realidade brasileira” com ênfase na área de humanidades, ciências e tecnologia, afirma Aderaldo. Daí derivou o nome da editora. Obteve apoio de importantes intelectuais brasileiros, que coordenaram coleções da editora: Florestan Fernandes (coleção Pensamento Socialista), José de Souza Martins (Ciências Sociais), Fernando Novaes (Estudos Históricos) e Carlos Vogt (Linguagem). Editou a revista *Debate e Crítica*. A editora continua em atividade.

L&PM – Fundada em 1974, em Porto Alegre, por Ivan Pinheiro Machado e Paulo Lima, teve inicialmente o nome Lima & Pinheiro

Machado Editores, passando pouco depois a ser denominada de L&PM. Começou editando as tiras em quadrinho do personagem Rango, de Edgar Vasquez. Editou livros de parlamentares de oposição, como Paulo Brossard e Pedro Simon, e outros de crítica à ditadura militar, além de autores como Millôr Fernandes, Mario Quintana, Eduardo Galeano, Moacyr Scliar, Josué Guimarães e Luis Fernando Verissimo. A editora permanece em atuação e expandiu-se desde o começo dos anos 2000, quando se especializou em livros de bolso, com a coleção L&PM Pocket, que somente entre 2002 e 2010 editou mais de mil títulos e teria vendido mais de 30 milhões de exemplares.

Livramento – Fundada em março de 1978, no embalo da retomada do movimento estudantil em 1977, esta pequena livraria e editora funcionava no bairro do Butantã, na entrada da Cidade Universitária, em São Paulo, e editou cerca de 20 títulos, entre os quais alguns importantes livros de oposição, como *Memórias do exílio*, organizado por Pedro Celso Uchoa Cavalcanti e Jovelino Ramos (setembro de 1978); *Escritos de Carlos Marighella* (dezembro de 1979); e *História da UNE*, organizado por Nilton Santos (outubro de 1980). Foi criada por seis estudantes da Universidade de São Paulo (USP), entre os quais Markus Sokol, Jorge Kaupatez, Sílvio Ernesto Bathusanski e José Bonifácio Amaral, que eram militantes ou simpatizantes de organizações políticas ou de tendências estudantis e viram na ideia da livraria e editora uma forma de dar continuidade a esta militância e de ter uma fonte de renda.

Marco Zero – Fundada em 1980 pela escritora Maria José da Silveira e por Felipe Lindoso. Poucos meses depois, o escritor Márcio Souza se associou à editora. Os três haviam sido militantes da Ala Vermelha, organização de esquerda que defendeu a luta armada no final dos anos 1960. “Mas a organização não teve nada a ver com a fundação da editora. Era um projeto pessoal, construído inclusive com o apoio de familiares da Maria José”, esclarece Felipe Lindoso. “Queríamos editar bons livros, tanto de ficção quanto de não ficção”, diz ele. A editora tinha uma propósitos políticos quando surgiu: “Logo de início publicamos o livro *As lutas camponesas no Brasil: 1980*, organizado pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura). Publicamos uma extensa lista de ensaios a partir da posição de esquerda, sobre luta armada, sindicatos, depoimento de militantes políticos, a crise

do socialismo na Europa. Romances de autores cubanos e de várias vanguardas. Isso tudo fazia parte de uma vontade de intervenção política, sim”, conta Lindoso. “O que nos movia, nessa área política, era a discussão dos impasses e alternativas da esquerda naquele período do final da ditadura”. Eis alguns títulos editados pela Marco Zero: *Cenas de política explícita*, de José Álvaro Moisés (1980); *A oposição no “socialismo real”: União Soviética, Hungria, Polônia, Tcheco-Eslováquia, 1953/1980*, de Fernando Claudin (1981); *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*, de Lúcio Flávio Pinto (1982). Até 1997 a editora se manteve com os sócios originais. Foi quando dificuldades de capital de giro levaram a uma associação com a Editora Nobel e ao fim do projeto original da Marco Zero. A editora continua em atividade como um selo do grupo Nobel.

Paz e Terra – Fundada em 1966 por Ênio Silveira, proprietário da Civilização Brasileira, e Moacyr Félix. Seu objetivo era “divulgar ideias ecumênicas progressistas”. Colaborou para divulgar a Teologia da Libertação no Brasil. Principalmente a partir do momento em que foi comprada, em 1975, pelo empresário Fernando Gasparian (proprietário do jornal alternativo *Opinião*), a Paz e Terra passou a ser uma das mais importantes editoras de livros políticos de oposição do país. Era ligada a setores da oposição nacionalista e liberal ao regime civil-militar atuantes no MDB. Posteriormente, nos anos 1980, seu proprietário foi deputado constituinte pelo PMDB. Editou dezenas de obras de ciências humanas de autores nacionais e estrangeiros, além de vários de livros de parlamentares de oposição, como Marcos Freire e Alencar Furtado.

Proposta Editorial – Editores: Beth Lima e Valfrido Lima. Criada no final dos anos 1970 por sugestão da direção da Liga Operária, grupo trotskista que depois se transformaria na Convergência Socialista. A partir dessa sugestão, o casal Beth e Valfrido Lima, dirigentes da Liga na época, criaram a Proposta Editorial, que visava publicar livros politicamente alinhados com a Liga Operária e proporcionar uma estrutura para a produção gráfica (pré-impressão) de publicações da Liga/Convergência e de jornais sindicais. Para isso foram adquiridos modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitos. A editora, todavia, gozava de ampla autonomia em relação à organização política. Editou a Coleção Conheça, que publicou em quadrinhos obras de divulgação,

que eram vendidas em bancas jornal, sobre Freud, Einstein, Marx, Che Guevara, Trotski, energia nuclear e ecologia. Publicou também obras de Trotski, Kautski e Alexandra Kollontai, entre outros autores. Em 1984 parou de editar livros e pouco depois os dois proprietários, já mais distantes da militância política, transformaram a empresa em uma assessoria de comunicação empresarial.

Símbolo – A Símbolo S/A Indústrias Gráficas foi criada em 04/07/1968 por um grupo de investidores encabeçado por Moysés Baumstein, que havia sido, ao lado de Jacob Guinsburg, fundador da Editora Perspectiva nos anos 1960 (“Moysés Baumstein...”2010). Já as Edições Símbolo surgiram em 1976, fruto de uma associação entre Baumstein e Fernando Mangarielo, dono da editora Alfa-Ômega. Seu projeto editorial era voltado para o autor nacional e para a literatura brasileira (“Por atacado”, 1976: 128), mas abriu espaço também para obras de ciências humanas. Publicou, entre outros, os seguintes títulos: *Se me deixam falar*, de Moema Viezzer (1978); *O direito e a justiça social*, de Hélio Bicudo (1978); *Esquerdismo, doença infantil do comunismo, de Lenin* (1978); *A vanguarda operária*, de Celso Frederico (1979); *O Partido Comunista na gênese do populismo*, de Arnaldo Spindel (1980); e *Operário, operária: estudo exploratório sobre o operário industrial da Grande São Paulo*, de Aracky M. Rodrigues (1980).

Vega – Fundada em 21/07/1968. Surgiu da fusão de duas pequenas editoras mineiras, criada por Maria Mazzarello (Mazza) e Antonio Faria Lopes, que havia sido presidente do Sindicato dos Bancários de Minas. Voltava-se prioritariamente para o setor do ensino e reunia pessoas perseguidas pelo governo militar, ex-dirigentes sindicais e ex-militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Independente Católica (JIC). Inicialmente não publicava livros de cunho político, o que somente passou a acontecer a partir de 1975. Sua política editorial visava à publicação de livros que fossem “veículos de transformações políticas e psicossociais dos indivíduos”, que os levassem a “realizar transformações na sociedade”. Não estava ligada diretamente a nenhum grupo político específico (Rodrigues; Pereira, 1980; entrevista com Maria Mazzarello, 2003). Em 1978, a Vega foi passada “para um grupo de pessoas que mais tarde teriam participação destacada na criação do Partido dos Trabalhadores” em Minas Gerais

(Cardoso, s/d). Maria Mazzarello criou nos anos 1980 a Mazza Edições, à frente da qual permanece atualmente.

Vozes – Centenária editora (fundada em 1901) ligada à Igreja Católica brasileira (Ordem dos Franciscanos). A partir do final dos anos 1960, com frei Ludovico Gomes de Castro como diretor geral e Rose Marie Muraro e Leonardo Boff na área editorial, inicia o lançamento de uma série de obras leigas, com autores como Nélson Werneck Sodré, Octavio Ianni, Darcy Ribeiro, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Muniz Sodré, além de estrangeiros como Michel Foucault, Jean Piaget, Noam Chomsky, Paul Ricoeur e René Dreifuss, entre outros. Além disso, publicou pioneira literatura feminista. Nos anos 1970 e 1980, “foram publicadas inúmeras obras denunciando as atrocidades cometidas pela ditadura militar”, das quais a mais importante foi, em 1985, o livro *Brasil: Nunca Mais*, que registrava de modo documentado, e a partir de fontes oficiais, as torturas ocorridas durante a ditadura contra presos políticos. Nos anos 1990 voltou a ter importante produção na área política, particularmente com a publicação da coleção *Zero à Esquerda*, dirigida por Paulo Arantes e Iná Camargo da Costa.

Zahar Editores – Criada em 1956 por Jorge Zahar e por seu irmão Ernesto, no Rio de Janeiro. Desde o início se destacou na publicação de livros universitários, principalmente de ciências sociais, com ênfase para autores marxistas. Jorge e Ernesto Zahar eram homens de esquerda, mas a linha editorial da Zahar não era definida somente “pela orientação política de seus editores, mas pelo foco no público da área de ciências sociais, um nicho de mercado em expansão nos anos 1950 e 1960”. Na década de 1960 e até o começo dos anos 1970, a Zahar destacou-se na edição de obras de ciências humanas, principalmente com a tradução de autores estrangeiros. Em 1973, os dois irmãos se associaram à editora Guanabara e ao grupo Delta. Neste mesmo ano houve o fim da sociedade entre Ernesto e Jorge Zahar, o primeiro tendo retornado ao trabalho como livreiro e o segundo permanecendo à frente da editora, na qual manteve a edição ou reedição de muitas obras relacionadas ao pensamento socialista. Em 1985 ele fundou a Jorge Zahar Editor, com os filhos Ana Cristina e Jorge Zahar Júnior.

Breves considerações

É interessante destacar que muitos livros de oposição lançados pelas editoras de oposição tiveram sucesso comercial no período estudado, tornando-se *best-sellers*, aparecendo nas listas dos livros mais vendidos publicadas pela imprensa, influenciando o debate político e divulgando questões relativas ao período ditatorial que chegava ao fim nos primeiros anos da década de 1980.

Algumas editoras de oposição chegaram a ter participação significativa no mercado editorial, como a Global, a Vozes, a Paz e Terra e a Brasiliense. Tudo isso mostra que a atuação dessas editoras teve repercussão pública significativa, cumprindo um dos principais objetivos a que elas se propunham, qual seja, o de atuar abertamente na oposição ao regime civil-militar e ser um canal para setores insatisfeitos com ele.

De forma até certo ponto paradoxal, não foram muitos os casos de censura a livros, ou recolhimento de edições, entre as editoras de oposição. Certamente o caso em que houve uma maior perseguição foi o da Civilização Brasileira, mas, a partir de certo momento, tal perseguição se deu por meios administrativos e econômicos e não diretamente pela censura. Mas isso não significa que muitos livros não tenham sido censurados; ao contrário, pesquisa de Sandra Reimão (2011) mostrou que foram mais de 300 títulos vetados entre 1970 e 1982 pelo Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), em boa parte dos casos por serem considerados ofensivos à moral e aos bons costumes. Mas foram também numerosos os livros de cunho político vítimas de censura no período.

O que considero importante destacar aqui é a boa repercussão pública dos livros de oposição no período estudado, a maior parte dos quais publicados pelas editoras de oposição, contrastando, de certa forma, com o período ditatorial em que o país ainda vivia, e mostrando também que a oposição já conseguia ocupar espaços mais amplos no cenário público.

É neste sentido que podemos demarcar a importância da atuação das editoras de oposição, ou seja, elas representaram um canal de expressão e organização para setores da oposição que buscavam formas de atuar politicamente, mesmo com os constrangimentos e

limitações que a ditadura impunha à participação política e à denúncia do autoritarismo no Brasil.

Referências bibliográficas

- ANDRADES, Marcelo Ferreira de (2001). *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis, Vozes.
- ARAÚJO, Maria Paula. *A utopia fragmentada*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2001.
- BRAGA, José Luiz (1991). *O Pasquim e os anos 70: mais para epa que para oba...* Brasília, Ed. UnB.
- CANDIDO, Antonio (1987). “Um caso triste”. *Folha de S.Paulo*, 25/12/1987, p. A-28.
- CYPRIANO, Fábio (2000). “Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo”. *Folha de S.Paulo*, 29/4/2000.
- DARNTON, Robert (1998). *Os best-sellers proibidos da França revolucionária*. São Paulo: Cia. das Letras.
- FERREIRA, Jerusa Pires (Org.) (2001). *Jorge Zahar*. São Paulo, Com-Arte/Edusp, Coleção Editando o Editor, v. 5.
- GALÚCIO, Andréa Lemos Xavier (2009). *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Niterói, tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense.
- HAGE, Julien (2006). “François Maspero, éditeur partisan”. *Contretemps*, 15. <http://www.contretemps.eu/sites/default/files/Contretemps%2015.pdf>. Acessado outubro 24, 2012.
- _____. (2010). “Feltrinelli, Maspero, Wagenbach: une nouvelle génération d’éditeurs politiques d’extrême gauche en Europe Occidentale 1955-1982. Thèse de Histoire Contemporaine, Université de Versailles Saint-Quentin-En-Yvelines Bâtiment D’Alembert.
- _____. (2010b). “Collections politiques et effets de sens: Littérature et politique dans les nouvelles maisons d’édition politique d’extrême gauche au cours des années 1960 et 1970”. *Cahiers du CRHQ*, 2. <http://www.crhq.cnrs.fr/cahiers/page-article.php?num=313&ch=7>. Acessado em outubro 17, 2012.
- HALLEWELL, Laurence (2012). *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo, Edusp.
- HOLANDA, H. B e GONÇALVES, M. A. (1980). “Política e literatura: a ficção da realidade brasileira”. In: FREITAS FILHO, A. *Anos 70. Literatura*. Rio de Janeiro, Editora Europa.
- MACHADO, Rosana Pinheiro; SALAINI, Cristian Jobi (2010). “Coleção L&PM Pocket: desafios do mercado editorial brasileiro”. Disponível em: <<http://www.espm.br/Publicacoes/CentralDeCases/Documents/LPM.pdf>>. Acesso em maio de 2012.
- MAUÉS, Flamarion (2009). “A tortura denunciada sem meias palavras: um livro expõe o aparelho repressivo da ditadura”. In: SANTOS, Cecília MacDowell; TELES, Edson

- Luís de Almeida e TELES, Janaina de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: Memória e Justiça no Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Hucitec, p. 110-34.
- MAUÉS, Flamarion (2013). “A Editorial Vitória e a divulgação das ideias comunistas no Brasil”. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). *Edição e revolução: Leituras comunistas no Brasil e na França*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Ateliê, p. 121-152.
- MOLLIER, Jean-Yves (2006). “Quando o impresso se torna uma arma no combate político: a França do século XV ao século XX”. In: MOLLIER, Jean-Yves; DUTRA, Eliana Freitas (Orgs.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política. Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, p. 259-274.
- PAIXÃO, Fernando (Coord.) (1996). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo, Ática.
- PEREIRA, Luciana Lombardo Costa (2010). *A lista negra dos livros vermelhos: uma análise etnográfica dos livros apreendidos pela polícia política no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.
- REIMÃO, Sandra. *Mercado editorial brasileiro*. São Paulo, Com-Arte/Fapesp, 1996.
- _____. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/ Fapesp, 2011.
- RIDENTI, Marcelo (2000). *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro, Record.
- SIMONIN, Anne (1994). *Les éditions de Minuit, 1942-1955. Le devoir d'insoumission*. Paris: IMEC Éditions.
- VALLOTON, François (2007). “Edition et militantisme: le catalogue de ‘La Cité: Editeur’ (1958-1967)”. In *Livre et militantisme. La Cité Editeur, 1958-1967*, org. Léonard Burnand, Damien Carron, e Pierre Jeanneret. Lausanne: Éditions d'en bas 2007.

4. A vala clandestina de Perus: entre a memória e a história¹

JANAÍNA DE ALMEIDA TELES

Introdução

No Brasil, a transição para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes. Sob a forte presença do legado ditatorial, a reconstituição factual e a reflexão crítica acerca do período autoritário permeiam-se por zonas de silêncio e interdições. Decorridos mais de trinta anos desde o fim do regime de exceção, muitos acontecimentos permanecem desconhecidos ao mesmo tempo em que se observa a existência de importantes lacunas nas articulações entre o passado e o presente, no que tange ao legado da ditadura e à memória daqueles que a ela se opuseram ativamente.

Visando contribuir para o entendimento deste processo histórico, este texto procura caracterizar a formação das memórias sobre a repressão da ditadura, desde a perspectiva de um evento histórico emblemático: a abertura da vala de Perus (1990). O objetivo deste estudo é oferecer um panorama reflexivo sobre a interdição do passado recente, estabelecendo uma narrativa sobre a história da vala clandestina, das investigações iniciadas após sua revelação, bem como da formação da memória social referente à ditadura desde esse momento ‘fundacional’, o qual empurrou os limites da transição pactuada a que o país assistiu.

Para alcançar tais objetivos, este texto pauta-se pelo registro das memórias de familiares de mortos e desaparecidos políticos e

1 O estudo apresentado neste artigo compõe a pesquisa a ser publicada no livro *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. (no prelo).

de ativistas de direitos humanos. O panorama oferecido beneficia-se de entrevistas e documentos inéditos ou pouco explorados e de uma ampla revisão da bibliografia existente sobre o assunto. Note-se que, tanto o registro memorialístico quanto a análise da documentação permitiram-nos traçar um quadro sobre a abertura da vala de Perus e a longa e inconclusa investigação dos restos mortais ali encontrados. Tal análise nos permite aprofundar nosso conhecimento a respeito das disputas pelas memórias e interpretações históricas estabelecidas em torno desse evento.

Os testemunhos compilados e os documentos consultados revelam a efetiva importância da abertura da Vala de Perus para a sistematização e divulgação das denúncias dos crimes cometidos pela ditadura, as quais contribuíram decisivamente para a democratização do país e a formação de uma memória social sobre a repressão estatal do período.

Este estudo aborda os conflitos entre novas e velhas leituras desse passado, sobretudo da transição política, quando alguns atores e setores sociais buscaram exibir marcas simbólicas e efetivas de rompimento com o legado ditatorial. Um momento emblemático em que a sistematização e divulgação das denúncias dos crimes da ditadura se voltaram para a criação de mecanismos de recuperação da verdade jurídica e histórica capazes de transmitir as memórias desse período. Destacam-se aqui as relações nas quais esses sujeitos históricos estavam inseridos, abrindo uma janela de oportunidades para uma visão singular dos acontecimentos e dos dados compilados.

A conflituosa história das memórias

Na atualidade, a relação entre história e memória e a reflexão sobre a temporalidade, o passado e os processos de mudanças sociais tornaram-se uma preocupação central e estão presentes em diversos campos do conhecimento². Em todos estes domínios, tornou-se lugar comum considerar que, ao contrário da facticidade do passado que não pode ser alterada, o seu *sentido* forçosamente se transforma ao sabor

2 E. Traverso, *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*.

das intenções, disputas políticas e expectativas³. Esta dinâmica aproxima o passado do futuro quanto à sua abertura e indeterminação, bem como à porosidade da ação dos sujeitos históricos, abrindo uma janela de oportunidades para se estabelecer e transmitir novas narrativas.

O debate em torno da atribuição de sentido a esta estrutura dinâmica que é o passado, vincula-se à análise dos processos e atores sociais envolvidos na construção e formalização das memórias, especialmente sobre feitos notáveis e eventos transversais à passagem do tempo. Os atores sociais diversos lutam para afirmar a legitimidade de sua posição, em face de seus vínculos com o passado, estabelecendo continuidades ou rupturas com o mesmo.

As construções divergentes e disputas trazem à tona o papel central dos agentes estatais no estabelecimento e elaboração das histórias e memórias oficiais, as quais podem ou não se tornar hegemônicas, combinado aos intentos que visam definir e reforçar sentimentos de pertencimento alinhavados para a manutenção da coesão social e a defesa das fronteiras simbólicas.

Como toda narrativa, as versões oficiais são seletivas, embora nem todas devam ser consideradas tão enviesadas ideologicamente quanto a maioria das versões oficiais da história⁴. Ressaltar certos traços com sinais de heroísmo implica silenciar outros, especialmente os erros e as derrotas. Frente à narrativa oficial transmitida pela educação formal, constroem-se também relatos e sentidos diferentes do passado mantidos pela memória e a transmissão oral, práticas de resistência frente ao poder, muitas vezes constituídos nos âmbitos da intimidade ou da clandestinidade⁵.

Transições políticas determinam esferas públicas singulares, em que narrativas antes silenciadas podem ganhar a luz, gerando novos sentidos e relatos. Tais momentos de mudança político-institucional são importantes para a memória por vários motivos, entre os quais se destacam as alterações propiciadas na relação entre Estado e sociedade, em face das tensões que permeiam a construção do legado do regime anterior e seu sentido. Por vezes, as memórias de quem foi oprimido

3 P. Ricoeur, *A memória, a história, o esquecimento*.

4 J. Winter, “A geração da memória: as reflexões sobre ‘boom da memória’ nos estudos contemporâneos de história”, em M. Seligmann-Silva (Org.), *Palavra e imagem: memória e escritura*.

5 E. Jelin, *Los trabajos de la memoria*, p. 39-42.

e marginalizado, afetado pela prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados ou exílio, surgem através do testemunho a exigir justiça. Nesses momentos, memória, verdade e justiça permeiam-se.

Historicamente, sabe-se que a posição do Estado raramente mostra-se unitária em tal contexto, estando antes articulada em diferentes camadas e direções frente à multiplicidade dos sentidos em disputa. Desse modo, podemos dizer que estes momentos de mudança política e social representam “um novo intento fundacional”⁶, onde estão em conflito novas e velhas leituras do passado.

No Brasil pós-ditadura, a disputa pela memória da repressão política foi marcada inicialmente pela publicação do relatório do projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM), em 1985, – o ato “fundacional” na construção da memória social sobre os crimes da ditadura –, o qual favoreceu a constituição de uma consciência coletiva acerca da política repressiva do período e do *status* dos sobreviventes. Esse livro pôde ser instrumentalizado, sobretudo, para a formação escolar e acadêmica, assim como para a sistematização de denúncias⁷, as quais vêm se desdobrando lentamente, em diversos sentidos⁸.

O segundo ato memorialístico fundacional sobre a repressão do período ditatorial foi a abertura da vala clandestina de Perus, em setembro de 1990. Este evento pautou-se pela busca dos restos mortais de militantes assassinados pela repressão estatal na ditadura e obteve grande repercussão junto à opinião pública, com efetivas consequências investigatórias.

Em seguida à abertura da vala clandestina encontrada no cemitério Dom Bosco, em Perus, na periferia de São Paulo, iniciaram-se escavações de exumação das ossadas, impondo-se a realização de pesquisas de antropologia forense. Ao lado deste trabalho, ocorreu a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal de São Paulo, em 17 de setembro de 1990 – a qual se constituiu na

6 *Idem*, p. 43-44.

7 M. H. R. Capelato, *Memórias da ditadura militar argentina: um desafio para a história*, p. 14-17.

8 O projeto BNM logrou copiar secretamente 707 processos completos e dezenas de outros incompletos do período transcorrido entre 1964 e 1979, reunindo cerca de 1,2 milhão de documentos. Nos dois anos subsequentes à sua publicação, o BNM foi a obra literária mais vendida do Brasil, superando a marca de 300 mil exemplares. Suas 38 edições sucederam-se até 2009, ano no qual se completaram os 30 anos da Lei da Anistia. Na atualidade, seu acervo está disponível na internet.

única experiência de investigação parlamentar a respeito dos crimes da ditadura no país.

A abertura desta vala de Perus influenciou o desvelo de outras valas clandestinas com restos mortais de militantes assassinados, no Rio de Janeiro e em Pernambuco, em 1993. A repercussão nacional desses fatos favoreceu a pesquisa nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo, a partir da iniciativa de familiares de mortos e desaparecidos políticos e da CPI de Perus. O mesmo veio a acontecer no IML do Rio de Janeiro. Em 1990, iniciaram-se também os processos ético-profissionais nos Conselhos Regionais de Medicina (CRM) destes estados para apurar a convivência e o respaldo técnico dos médicos-legistas ao aparato repressivo do período.

Ademais, a pedido dos familiares, o presidente Fernando Collor promoveu a abertura dos arquivos das polícias políticas estaduais, os DOPS, a partir de 1990. A documentação encontrada, especialmente no DEOPS/SP, dotou os processos e as denúncias de novas informações. Esse processo culminou na criação da Comissão de Direitos Humanos do Congresso Nacional e a promulgação da Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (lei 9.140), em dezembro de 1995.

As iniciativas relativas às escavações e investigações sobre os mortos e desaparecidos políticos, porém, foram realizadas com pouco apoio oficial. Em diversos momentos, observou-se uma postura negligente do poder público, o que prejudicou enormemente o andamento das investigações. O balanço dessa experiência demonstra que o processo de democratização foi sistematicamente marcado por mecanismos de denegação e bloqueio de medidas de responsabilização. Esta conjuntura impediu a profusão de procedimentos judiciais e extrajudiciais de recuperação factual, a qual acabou limitada, em grande medida, à sistematização e divulgação de relatórios e informes. Essas ausências têm dificultado a realização de um amplo e efetivo debate na sociedade brasileira sobre o legado de violência da ditadura, contexto no qual o presente artigo se insere, juntamente com outros.

A abertura da vala clandestina de Perus

Entre 1978 e 1979, familiares de mortos e desaparecidos políticos confirmaram as suspeitas de que militantes assassinados pela repressão política eram sepultados como indigentes no cemitério Dom Bosco, localizado em Perus, na cidade de São Paulo. Ao pesquisar nos livros de sepultamento, verificaram a existência de registros referentes a militantes mortos ou desaparecidos identificados com nomes falsos, alguns deles utilizados na militância clandestina. Por meio dos relatos de funcionários e do administrador do cemitério souberam que em 1975 muitas ossadas haviam sido exumadas e enterradas numa vala clandestina no ano seguinte.

De acordo com o relato de Suzana K. Lisbôa, as primeiras buscas relativas à vala de Perus foram impulsionadas pelas informações sistematizadas pelos familiares durante o III Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, realizado no Rio de Janeiro em junho de 1979:

(...) Iara [Xavier Pereira] contou a história da descoberta do cemitério de Perus, feita pela sua tia Irene, irmã da Zilda (sua mãe) [ambas falecidas]. A família da Iara estava exilada, mas essa tia procurou os corpos de Iuri e Alex Xavier Pereira, quando da publicação das notícias de suas mortes. Infelizmente, ela não achou o local onde eles estavam enterrados. (...) Muitos anos depois, o marido dela faleceu e possuía um túmulo no cemitério de Perus (...). Ao enterrar o marido, ela resolveu ver o que constava nos livros do cemitério relativo ao período da morte dos sobrinhos. Neles constava o nome do Iuri e, na data da morte do Alex, havia o registro de um nome que lhe pareceu familiar, João Maria de Freitas. Ela copiou o nome e encontrou a nota do jornal que informava a morte do Alex, na qual constava que Alex de Paula Xavier Pereira usava o nome falso de João Maria de Freitas etc.

Nós ainda não tínhamos procurado os desaparecidos pelos seus nomes falsos. Essa informação unida à informação que o Ivan [Akselrud Seixas] nos contou – seu pai havia sido o primeiro a ser enterrado naquele cemitério – fez

com que (...) fossemos (...) para São Paulo, procurar informações no cemitério de Perus.

(...) Lá, nós achamos não somente os dados sobre o Ico [Luis Eurico Tejera Lisboa, seu marido desaparecido], como também do Iuri, do Alex, do Lana, entre outros. Já não me lembro quantos achamos naquele momento, mas foi uma emoção muito forte. (...) Assim, acabamos sabendo da existência da vala clandestina⁹.

Na ocasião, os familiares realizaram uma reunião no Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e decidiram manter a notícia em segredo para não levantar suspeitas, enquanto realizavam mais pesquisas, incluindo nas investigações o exame nos arquivos dos demais cemitérios da cidade de São Paulo. Nesse período, soube-se que naquele ano, Gilberto Molina, irmão de Flávio Carvalho Molina, militante do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) assassinado em novembro de 1971 em São Paulo, conseguira autorização judicial para abrir a vala ao conseguir comprovar que seu irmão havia sido sepultado com o nome de Álvaro Lopes Peralta, exumado em 1975 e transferido para a vala clandestina. Entretanto, não foi possível abri-la naquele momento¹⁰.

Depois de intensa investigação, os familiares estimavam que, pelo menos oito corpos de militantes assassinados haviam sido enterrados no Cemitério Dom Bosco¹¹. Desse total, três eram considerados desaparecidos, enquanto cinco eram sabidamente mortos, embora seus corpos tivessem sido ocultados dos familiares. Nessa época, o levantamento realizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP) contava com 74 nomes de desaparecidos¹².

Um dos perseguidos políticos considerado desaparecido, enterrado no cemitério de Perus, era Luiz Eurico Tejera Lisboa (1948-1972), guerrilheiro da Ação Libertadora Nacional (ALN) desaparecido em

9 S. K. Lisboa, *Entrevista concedida a Janaína de A. Teles*. Rio de Janeiro, 10 e 11 fev. 2003 e 02 jan. 2004.

10 J. A. Teles, *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por "verdade e justiça" no Brasil*.

11 Além de Dênis e Luiz Eurico, estavam enterrados no Cemitério Dom Bosco Joaquim Alencar de Seixas (1922-1971); Flávio Carvalho Molina (1947-1971), Iuri Xavier Pereira (1948-1972); Alex de Paula Xavier Pereira (1949-1972); Sônia Maria de Moraes Angel Jones (1946-1973) e Antônio Carlos Bicalho Lana (1949-1973).

12 *Idem*, p. 191-192.

setembro de 1972, em São Paulo. Ele foi o primeiro desaparecido cujos restos mortais foram encontrados. Enterrado como Nelson Bueno, seus restos mortais foram recuperados graças à incessante busca de sua companheira, Suzana Keniger Lisbôa. Segundo seu testemunho, ela se lembrava do nome para quem remetia cartas, quando queria se comunicar com o Luiz Eurico (o Ico):

(...) era Nelson B. Não me lembrava do sobrenome, mas havia um Nelson Bueno enterrado no cemitério de Perus na primeira semana de setembro de 1972. Quando vi Bueno, tive certeza de que era o sobrenome do qual não me lembrava. (...) Resolvemos conversar com o jornalista Ricardo Carvalho, da revista *IstoÉ*, e decidimos fazer uma matéria sobre a investigação. (...) Fomos ao endereço que constava no cemitério como o local onde o corpo do Ico teria sido encontrado. Era uma pensão no bairro da Liberdade. Nos apresentamos dizendo que Nelson tinha desaparecido havia muitos anos e que a mãe dele chorava muito etc. Me apresentei como a esposa e mostamos a foto do Ico, as pessoas reconheceram-na como a foto de Nelson Bueno, o rapaz que teria se suicidado naquela pensão. (...) Conversamos com três moradores, depois voltamos diversas vezes à pensão, gravamos conversas e tiramos fotos. (...) Desde o início, eles contaram uma versão da morte do Ico mirabolante (...). Por fim, achamos o boletim de ocorrência no distrito [do bairro] da Liberdade, embora não tenhamos encontrado o inquérito policial. Assim que entendemos a história, decidimos divulgar a descoberta durante a votação da Lei de Anistia (...). Percebemos que estávamos sendo seguidos e consideramos que era mais seguro fazer a divulgação¹³

Outra sepultura de desaparecido localizada em Perus, na ocasião, foi a de Dênis Casemiro (1942-1972), um militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) preso nas proximidades de Imperatriz (MA), num local destinado a treinamento de guerrilha, em abril de

13 S. K. Lisboa, *op. cit., loc. cit.*

1971, assassinado pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury no mês de maio daquele ano, em São Paulo¹⁴.

A descoberta das sepulturas foi revelada no dia 21 de agosto 1979 e divulgada no Congresso Nacional na manhã seguinte, no início da votação do projeto de Lei de Anistia. A notícia ganhou repercussão na mídia. O movimento dos familiares, aliado à campanha pela anistia, conseguiu desmascarar as versões oficiais dessas mortes¹⁵.

O documento dos familiares, distribuído em Brasília, denunciava o desaparecimento forçado dos perseguidos políticos, os métodos de ocultação de cadáveres, exigia a restituição de seus restos mortais, bem como a responsabilização judicial dos que cometeram tais crimes, conforme se pode ler:

Nossas atenções se voltam para estes casos, na medida em que eles demonstram claramente o alcance do terror repressivo. O governo, além de prender arbitrariamente, torturar e assassinar seus opositores, criando na maior parte das vezes versões escabrosas (...) para encobrir os assassinatos sob tortura, criou um novo conceito (...) o dos ‘desaparecidos’. (...)

Enquanto o projeto de anistia proposto pelo governo tenta sepultar nossa luta de anos pela elucidação dos fatos e busca dos responsáveis pelo “desaparecimento” de nossos familiares com a proposta de atestado de morte presumida, trazemos a público o verdadeiro fim dado a dois de nossos desaparecidos, desmascarando assim a clara intenção do governo em ocultar os fatos.

Exigimos a elucidação dos “desaparecimentos”! Exigimos a responsabilização judicial pelas mortes ocorridas! Exigimos o fim do aparato repressivo! Por uma anistia ampla, geral e irrestrita!¹⁶

14 C. Almeida; S. T. Lisbôa; J. A. Teles & M. A. de A. Teles (Org.), *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, p. 250.

15 J. de A. Teles, *op. cit.*, p.191-192.

16 Relatório da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 1979, p. 3-4.

A edição da revista *IstoÉ* apresentou estampada na capa a foto da sepultura de Luiz Eurico no Cemitério de Perus, acompanhada da seguinte manchete: “Aqui está enterrado um desaparecido. Anistia: A derrota do governo”¹⁷. A despeito da aprovação do projeto de anistia parcial do governo no Congresso Nacional, os familiares conseguiram impor uma derrota aos que desejavam ocultar os crimes da ditadura. A revelação da existência de restos mortais de perseguidos políticos apresentava perspectivas para a elucidação dos desaparecimentos forçados e o enfrentamento do legado da ditadura.

Não obstante o impacto gerado pelas denúncias, os familiares e ativistas de direitos humanos ficaram impossibilitados de levar adiante as investigações com vistas à localização de restos mortais de desaparecidos devido à repressão política ainda vigente no país¹⁸.

Apenas em 1990, o repórter Caco Barcellos tomou conhecimento da vala clandestina de Perus ao investigar laudos necroscópicos do Instituto Médico Legal (IML), enquanto realizava uma pesquisa sobre a violência policial em São Paulo. De acordo com seu relato, o administrador do cemitério Dom Bosco o convidou para se afastar

(...) e ir ao fundo do prédio da administração. Fomos até às covas porque ele me queria contar uma história que pretendia contar já há bastante tempo. Ele contou-me que havia sido testemunha da abertura de uma grande vala nos anos 70, onde teria sido colocada uma grande quantidade de ossadas. Ele calculava alguma coisa por volta de 1500 ossadas. Isto teria sido feito por parte de homens da repressão política daqueles anos e ele guardava aquele segredo há muito tempo. (...) Procurei saber, então, se havia um registro oficial da Vala, e realmente não havia. A partir desse momento, achei que a matéria era importante, pois no mínimo, havia naquele cemitério uma irregularidade grave, já que possuía uma vala clandestina¹⁹.

17 R. Carvalho, “Aqui está enterrado um desaparecido. Anistia: A derrota do governo”.

18 J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 193.

19 A atuação do administrador do cemitério, Antonio Pires Eustáquio, mostrou-se fundamental para a abertura da vala clandestina de Perus. Ver mais informações em: C. Barcellos, “O ‘Globo Repórter’ sobre a vala de Perus”, em J. Teles (Org.), *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?*

A pedido do jornalista, a vala de Perus foi aberta, gerando grande repercussão na imprensa nacional e internacional²⁰. No dia seguinte à divulgação da abertura estava programada a exibição do episódio especial do programa *Globo Repórter* sobre a vala que, contudo, foi exibido pela TV Globo apenas cinco anos depois²¹.

Na ocasião, a então prefeita Luiza Erundina criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus, composta por familiares de mortos e desaparecidos políticos e ativistas de direitos humanos para acompanhar os trabalhos de identificação das ossadas encontradas e apurar a existência de outras valas clandestinas nos demais cemitérios da cidade²².

Os familiares e ativistas dos direitos humanos reivindicaram a transferência das ossadas para o Departamento de Medicina Legal (DML) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pois no IML de São Paulo ainda atuavam médicos legistas que assinaram laudos falsos de presos políticos assassinados sob tortura. Neste período, era o diretor do IML o dr. José Antônio de Melo, o mesmo que assinou o laudo necroscópico de Manoel Fiel Filho, torturado até a morte em janeiro de 1976, no DOI-CODI/SP.

Os familiares, ao lado de representantes do Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV), da Anistia Internacional e da *Human Rights Watch–Americas* convidaram o Dr. Clyde Snow²³ e membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF)²⁴ para colaborarem com o Departamento de Medicina Legal da Unicamp na catalogação e identificação das ossadas encontradas na vala de Perus. Snow e os

20 *Idem*.

21 S. K. Lisbôa, *op. cit.*

22 Atuei como pesquisadora da Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus em 1992.

23 Clyde Collins Snow (1928-2014) foi um cientista norte-americano, pioneiro nos estudos de antropologia forense no âmbito da defesa dos direitos humanos. Em junho de 1984 ele esteve na Argentina para investigar os casos dos desaparecidos políticos do último período ditatorial daquele país (1976-1984), cf. M. C. Salama, *Tumbas Anonimas. Informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal*.

24 A EAAF é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em 1984 por iniciativa de organizações de direitos humanos para desenvolver técnicas de antropologia forense que ajudam a identificar pessoas desaparecidas durante a última ditadura da Argentina. A equipe realiza trabalho similar em diversos países da América Latina, Europa e Ásia, cf. M. C. Salama, *op. cit.*

antropólogos argentinos, contudo, não puderam trabalhar nas investigações, pois a equipe de medicina legal da Unicamp não concordou com sua participação.

Durante a investigação constatou-se que a vala possuía 30 metros de comprimento por 50 cm de largura e 2,70m de profundidade. Nela foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes, vítimas dos esquadrões da morte, de crianças atingidas pelo surto de meningite (censurado durante nos anos 1970) e de perseguidos políticos, assassinados pela repressão ditatorial. Em dezembro de 1990, essas ossadas devidamente catalogadas e embaladas foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp (DML/Unicamp).

A visibilidade alcançada pela abertura da vala de Perus possibilitou que os familiares obtivessem acesso aos arquivos do IML/SP. O governador de São Paulo, à época, Orestes Quércia, foi obrigado a demitir o diretor da instituição, o médico legista José Antonio de Melo, para tornar possível a pesquisa nos seus arquivos. Os familiares encontraram informações e documentos sobre diversos mortos e desaparecidos políticos. Analisou-se mais de 72 laudos necroscópicos de perseguidos políticos assassinados durante a ditadura²⁵.

Esse impacto estimulou outras escavações, tais como aquelas realizadas no cemitério de Vila Formosa, na zona leste de São Paulo. Em 13 de novembro de 1990, iniciaram-se as escavações. Pelas pesquisas realizadas pelos familiares nos arquivos do IML, poderiam ser encontradas no cemitério as ossadas de pelo menos dez militantes assassinados pelos órgãos de repressão do período ditatorial²⁶. Apesar dos esforços empenhados, não foi possível localizar de nenhum desses corpos. Entre 1975 e 1976, as quadras do cemitério sofreram alterações

25 S. K. Lisbôa & M. A. de A. Teles, “A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça!”, em *Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*, p. 67.

26 Estima-se que estariam enterrados em Vila Formosa Alceri Maria Gomes da Silva, Antônio Raymundo de Lucena, Edson Neves Quaresma, Yoshitane Fujimori, Joelson Crispim, José Maria Ferreira de Araújo (enterrado como Edson Cabral Sardinha) filiados a VPR; Antônio dos Três Reis de Oliveira, José Idésio Brianezi, Sérgio Roberto Corrêa e Virgílio Gomes da Silva (enterrado como desconhecido) da ALN. Norberto Nehring, militante da ALN, também foi enterrado em Vila Formosa, mas conseguiu-se sepultá-lo no jazigo da família, cf. C. Almeida; S. T. Lisbôa; J. A. Teles & M. A. de A. Teles (Org.), *op. cit.*, p.189-91.

e os registros e mapas não foram encontrados o que impediu a localização de suas sepulturas.

Outras buscas por restos mortais foram realizadas, tais como as realizadas em 1991, em Xambioá (TO), por familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia e membros da Comissão Justiça e Paz/SP. Na ocasião, uma ossada foi encontrada e trazida para a Unicamp, que, entretanto, procedeu a sua identificação apenas cinco anos depois²⁷. Escavações similares às de Perus foram iniciadas no cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, em 1993, mas não prosperaram.

A despeito das resistências encontradas, os resultados preliminares desse trabalho estimularam novas escavações no Pará e em Foz do Iguaçu (PR), gerando importantes avanços políticos e institucionais.

A CPI da vala de Perus

As exumações de restos mortais de mortos e desaparecidos políticos do cemitério de Perus desempenharam um papel catalisador junto à opinião pública brasileira, sobretudo devido à ampla divulgação do tema nos meios de comunicação. Neste contexto, entre outubro de 1990 e abril de 1991 funcionou na Câmara Municipal de São Paulo a CPI instaurada para investigar as irregularidades relacionadas à vala clandestina de Perus²⁸.

Durante seis meses, a CPI trabalhou na recuperação dos fatos e obteve informações e provas irrefutáveis sobre a organização de um esquema formado por militares, a polícia política (DEOPS) e médicos legistas do IML/SP para ocultar as causas das mortes e os cadáveres de perseguidos políticos assassinados. Em 42 sessões ordinárias e uma extraordinária foram ouvidos os depoimentos de 82 pessoas entre

27 A ossada da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva foi identificada graças à publicação de uma foto dela, morta, no jornal *O Globo*, cf. A. Barsotti; A. Filho & C. Dieguez, "Documentos identificam mortos do Araguaia", *O Globo*, 28 abr. 1996, p.14.

28 A CPI foi composta por 4 vereadores: Júlio César Caligiuri Filho (presidente), Teresa Lajolo (relatora), Ítalo Cardoso e Vital Nolasco, que substituiu Aldo Rebelo, cf. J. C. Caligiuri Filho *et al*, *Onde estão?* Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e os desaparecidos políticos, São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1992.

sobreviventes, militares, policiais, médicos legistas, um ex-prefeito e dois ex-governadores e recuperados centenas de documentos somando aos autos 10 mil folhas.

A CPI iniciou seus trabalhos sob o impacto da abertura da vala e sem uma estratégia clara de investigação, conforme o testemunho da então vereadora Teresa Lajolo:

De repente, a gente ficou sabendo da existência da vala de Perus e, logo em seguida, tornei-me a relatora da CPI. Aquilo foi uma surpresa. Tivemos de entender o que era essa história. A primeira providência que tomamos foi entrar em contato com os familiares de mortos e desaparecidos políticos e fizemos várias reuniões informais. Eles nos contaram a história da vala e a partir das informações que eles haviam levantado começamos a esboçar o que deveríamos investigar e quem seria convocado para depor. Não havia um plano estabelecido, nem estavam definidos quais critérios iríamos utilizar. Convocávamos as pessoas para depor conforme apareciam as informações²⁹.

A CPI utilizou o livro *Brasil: Nunca Mais, o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*, realizado pela Comissão de Familiares, e o livro *Tortura*, do jornalista Antonio Carlos Fon como guias para o trabalho de investigação. Além disso, fez inspeções nos cemitérios da cidade e em possíveis centros de tortura clandestinos e colheu vasta documentação do Serviço Funerário Municipal (SFM) e da administração pública à medida que os depoimentos foram sendo coletados.

Na primeira fase, foram ouvidos funcionários e ex-funcionários, ex-administradores do cemitério Dom Bosco e membros do SFM. Em seguida, a CPI ouviu os depoimentos de funcionários, médicos legistas e administradores do IML. As declarações destes levaram a CPI a chamar para depor os antigos funcionários e delegados do DEOPS/SP (extinto em 1983). Estes testemunhos fizeram diversas referências a integrantes do DOI-CODI/SP, também ouvidos pela CPI. Alguns deles,

29 T. Lajolo, Entrevista concedida à Janaína de A. Teles, SP, 10 abr. 2012.

tais como Carlos Alberto Brilhante Ustra, Benoni de Arruda Albarnaz e Dalmo Luiz Cirillo foram convocados, mas não compareceram. Estes depoimentos foram entremeados pela tomada dos testemunhos de ex-presos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos e de ativistas da defesa dos direitos humanos.

De acordo com os dados recolhidos pela CPI, o cemitério Dom Bosco, em Perus data de 1971 (gestão do prefeito Paulo Maluf), tendo sido originalmente concebido para receber indigentes. Preconizava-se, na ocasião de sua concepção, a instalação de um crematório para este mesmo segmento da população. O cemitério passou a receber os cadáveres de presos políticos em função de um acordo estabelecido informalmente entre o IML/SP, DOI-CODI/SP e DEOPS/SP. Este acordo foi encabeçado pelo delegado de ordem política do DEOPS/SP, Alcides Cintra Bueno, e Harry Shibata, membro da diretoria do IML/SP, visando à ocultação dos vestígios das mortes dos militantes³⁰, sob o mote de se garantir uma aparência de legalidade às práticas repressivas do regime de exceção.

Em depoimento à CPI, o delegado Josecyr Cuoco confirmou suspeitas aventadas por sobreviventes e pelo *Brasil: Nunca Mais* de que os sepultamentos clandestinos estiveram associados à ação de um grupo do DOI-CODI/SP especialmente treinado para matar, chamado “GTA”, comandado por um tenente da Polícia Militar (PM). Este grupo simulava as mortes sob tortura produzindo versões falsas em que se apontavam variadas causas para os óbitos, tais como tiroteios, tentativas de fuga, atropelamento, suicídio, acidentes de automóvel. Em outras ocasiões, eles desapareciam com as pessoas sem produzir justificativas. As práticas que forjaram falsas versões para os assassinatos de presos políticos e a ocultação de seus corpos – alterando os procedimentos do IML e dos cemitérios de São Paulo – foram documentadas e nos informam sobre a articulação e o controle exercidos pelos órgãos de segurança³¹.

30 J. C. Caligiuri Filho, *Onde estão?* Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e os desaparecidos políticos, p. 11.

31 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*, p. 25, 41.

Sabe-se que, pelo menos 19 corpos de militantes assassinados foram enterrados no Cemitério Dom Bosco³², dez deles com nomes falsos. Desse total, seis, provavelmente, estavam enterrados na vala clandestina, sendo que um deles era considerado desaparecido, enquanto cinco eram sabidamente mortos, embora seus corpos tivessem sido ocultados dos familiares.

Os sepultamentos clandestinos envolviam procedimentos padronizados, o que nos permitiu compreender de maneira clara a sua lógica. O policial militar Miguel Fernandes Zaninello era o responsável por transportar a maioria dos cadáveres de militantes assassinados do IML para o Cemitério Dom Bosco, os quais, geralmente, eram sepultados como indigentes. Ele era também o declarante de grande número de atestados de óbitos. Quando chegava ao cemitério, os sepultadores sempre lhe perguntavam se haveria “algum especial” para enterrar. Esta era a maneira como denominavam os presos políticos assassinados.

De acordo com Jair Romeu, o auxiliar de autópsia do IML/SP, ele próprio marcava com a letra “T” de terrorista, em vermelho, todas as solicitações de exame necroscópico e laudos referentes a esses militantes. Várias requisições de exame possuíam anotação indicando seus nomes verdadeiros, no entanto, eram enterrados com o nome falso utilizado na durante a atuação clandestina. Diversos documentos encontrados nos arquivos do DEOPS confirmam que os policiais sabiam seus nomes verdadeiros. Jair Romeu seguia as ordens do delegado de Ordem Política, Alcides Cintra Bueno, do DEOPS/SP. Os registros com a letra “T” não apareceram mais depois do final de 1973³³. No Rio de Janeiro, as solicitações de exame necroscópico e laudos referentes a esses militantes eram grafados com “sub”, de subversivo³⁴.

As autópsias eram realizadas pelo mesmo grupo de funcionários do IML e, em geral, ocorriam sem o testemunho de ninguém, durante a noite. Segundo Josué Teixeira dos Santos, administrador do necrotério do IML à época, havia uma lista restrita de legistas na escala para estes trabalhos. Um fato digno de nota refere-se à determinação por parte do então major comandante do DOI-CODI/SP, Carlos A. B. Ustra, de

32 Caco Barcellos levantou 28 nomes de militantes que poderiam estar enterrados no cemitério de Perus, cf. C. Barcelos, *op. cit.*, p.224.

33 C. Barcelos, *op. cit.*, p. 223.

34 J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 36.

que apenas a cabeça do morto fosse fotografada, de modo a ocultar as marcas de tortura³⁵. Esse procedimento encontrava como entrave o fato de que o relatório médico legal exige que se responda à possível existência de tortura. Quanto a esta demanda, os legistas frequentemente descreviam as marcas de tortura, ao passo que, na produção das conclusões dos laudos, corroboravam a versão policial, em patente controvérsia quanto àquilo que haviam anotado³⁶.

Harry Shibata relatou à CPI que, nas autópsias de presos políticos, não se fazia o corte do crânio, nas ocasiões em que este procedimento se fazia obrigatório e, como tal, registrado no laudo. Constatou ainda que não era hábito manter o morto na geladeira por 72 horas, à espera dos familiares, conforme determinação da lei³⁷.

As informações produzidas pela CPI levaram à extensão dos trabalhos a todos os cemitérios da capital e cidades vizinhas. Assim, outras ossadas foram encaminhadas ao DML/Unicamp para investigação com fins de identificação.

Um dos aspectos mais notáveis da CPI foi a produção de um número significativo de depoimentos de torturadores, entre policiais e militares que atuaram no DOI-CODI e no DEOPS/SP. Neste sentido, dir-se-ia que a CPI não enfrentou o dilema do projeto *Brasil: Nunca Mais* – o de privilegiar a fonte documental em detrimento da oral, apesar de algumas ausências significativas³⁸. Muitos dos depoentes não admitiram a participação direta nas práticas de tortura, mas confirmaram sua existência:

Pessoas como o coronel Erasmo Dias acabaram depondo na CPI e até hoje não sei como isso foi possível. Sabendo a história deles e o que eles fizeram, para mim foi uma surpresa ouvir os depoimentos de torturadores confessos. Eles não tiveram nenhum receio ou pudor de confirmar alguns dos crimes bárbaros que cometeram. Esses depoimentos foram caracterizados pelo deboche. Eles falavam debochando, mas falavam. E isso é comum a outros

35 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*, p. 20-22.

36 C. Almeida; S. Lisbôa & J. de A. Teles, *op. cit.*

37 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*, p. 24.

38 A convocação coercitiva de alguns notórios torturadores não foi possível em função do término do prazo dos trabalhos da CPI, cf. J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*, p. 9.

depoimentos de torturadores. Imagino que essa postura fosse necessária para que não sentissem a dimensão da barbaridade que eles cometeram³⁹.

Esses depoimentos detalharam um pouco mais a distribuição de funções dentro do aparato repressivo, estruturado em São Paulo. Através dos mesmos, tornou-se mais clara a integração entre as instâncias repressivas⁴⁰, tal como ficou comprovado nas investigações realizadas sobre a logística envolvida nas falsificações de laudos, sepultamentos e ocultações de cadáveres, previamente descritos.

A despeito da obtenção destas informações, é de se ter em vista que a maioria dos restos mortais de dissidentes não foi recuperada. Uma das razões para tanto são as estratégias empreendidas pela repressão política para a ocultação das evidências. Por exemplo, no cemitério de Vila Formosa, um bosque foi erguido sobre a quadra n. 10, originalmente destinada aos indigentes, na qual se suspeita que tenha havido sepultamentos de militantes assassinados.

Não obstante, a CPI conseguiu localizar o “Sítio 31 de Março”, em Parelheiros (SP), utilizado pelo delegado Sérgio P. Fleury⁴¹ e pelo DOI-CODI/SP para torturar, infiltrar ex-militantes nas organizações de esquerda e, eventualmente, fazer desaparecer militantes considerados “irrecuperáveis”. O sítio seria um correspondente paulista da *Casa da Morte* de Petrópolis (RJ)⁴². As escavações realizadas no local, em condições bastante precárias, não lograram encontrar restos mortais.

Os testemunhos de familiares e sobreviventes ouvidos pela CPI tiveram grande impacto⁴³ e deram visibilidade às histórias dos militantes assassinados, assim como à reivindicação de reconhecimento e de responsabilização desses crimes. Esses depoimentos expressaram o exercício público de evocação que permitiu ampliar o conhecimento sobre a história e as memórias da ditadura.

A atmosfera política da CPI foi influenciada pelo entusiasmo provocado pela promulgação da Constituição de 1988 e a realização

39 T. Lajolo, Entrevista concedida a Janaína de A. Teles. SP, 10 abr. 2012.

40 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*, p. 28-30.

41 *Idem*, p. 30,34.

42 J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 142-159.

43 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*

da primeira eleição direta para presidente depois da ditadura, em 1989. A Constituição incluiu uma série de direitos progressistas em várias áreas, ao mesmo tempo em que manteve significativos elementos autoritários, tais como os aspectos relativos ao poder político e às Forças Armadas. O resultado foi o controle do Exército sobre as forças de segurança pública e a tutela das Forças Armadas sobre os poderes políticos legitimamente instituídos, conforme determina o artigo 142, que trata da ingerência militar nos assuntos civis e do poder político. As Forças Armadas destinam-se “à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da *lei e da ordem*”⁴⁴. Os responsáveis pela repressão estatal da ditadura se sentiam relativamente seguros com a manutenção dos principais artigos da Lei de Anistia e a CPI pode encaminhar seus trabalhos com certa tranquilidade.

A CPI recomendou um conjunto de propostas e de medidas legais de significativo impacto social, entre as quais se destacam a desvinculação do IML da polícia estadual e a reorganização dos cemitérios municipais. Ao encaminhar os resultados de seu trabalho, a CPI solicitou ao governador que exigisse da União Federal a devolução dos arquivos do DEOPS/SP; e que as irregularidades do IML deveriam ser objeto de uma investigação e os responsáveis punidos. Ao Ministério Público, a CPI solicitou a apuração dos crimes de sequestro, tortura, morte e desaparecimentos forçados relatados na CPI, no âmbito da justiça. E, finalmente, ao presidente da República, recomendou a regulamentação da lei de arquivos (8.159/91), de forma a excluir a possibilidade de manter o sigilo dos documentos relativos à segurança do Estado e da sociedade por 60 anos⁴⁵.

Alguns reflexos institucionais gerados pelas recomendações da CPI foram sentidos imediatamente como a abertura do arquivo do DEOPS/SP em janeiro de 1992, a edição da Lei dos Desaparecidos (9.140/95) e a formação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Muitos desdobramentos, contudo, desenvolveram-se mais lentamente e de maneira limitada, como as ações

44 J. Zaverucha, *FH, Forças Armadas e Polícia. Entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*, p. 63-64, 93-95, 122.

45 J. C. Caligiuri Filho, *op. cit.*

judiciais propostas pelo MPF/SP a partir de 2008 e a edição da Lei de Informação, em 2011.

O impacto inicial e a interrupção das investigações

Entre 1991 e 1992, impulsionados pela ampla visibilidade dada pela imprensa e o apoio da prefeita Luiza Erundina, os trabalhos de investigação da Unicamp levaram à identificação de dois militantes⁴⁶, cujos restos mortais estavam enterrados na vala clandestina de Perus. Os esqueletos de outros três militantes enterrados em covas individuais do mesmo cemitério também foram identificados⁴⁷. Neste período, foi possível ainda estabelecer a identidade de duas ossadas encontradas no cemitério de Campo Grande⁴⁸.

D. Paulo Evaristo Arns oficiou duas missas em homenagem a esses dissidentes assassinados, reeditando as emblemáticas celebrações realizadas na Catedral da Sé nos anos 1970⁴⁹. Com a identificação dos restos mortais de Sônia Maria de Moraes Angel Jones – estudante de economia da UFRJ e militante da ALN assassinada em 1973 –, seu pai, João Luiz de Moraes, desabafou aliviado:

Quando tive a certeza de que encontrara a ossada de minha filha, a partir da explicação do legista, fiquei emocionado. Trouxe a urna com os seus ossos para a Assembleia do Estado do Rio de Janeiro e, na tarde cinzenta e chuvosa do dia 12 de agosto de 1991, enterrei-os no [...] cemitério Jardim da Saudade. Finalmente, quase 18 anos após

46 Os militantes enterrados na vala clandestina e identificados foram Dênis Casemiro e Frederico Eduardo Mayr (1948-1972). Os restos mortais de Mayr foram identificados em 25 jun 1992, cf. Almeida (2009), p.323-325.

47 Os militantes enterrados em sepulturas individuais e identificados foram: Sonia Maria Moraes Lopes Angel, Antônio Carlos Bicalho Lana e Hélber José Gomes Goulart (1944-1973).

48 Do cemitério de Campo Grande, localizado na zona sul de São Paulo, foram identificadas as ossadas de Emmanuel Bezerra dos Santos (1943-1973) e Manoel Lisbôa de Moura (1944-1973), militantes do PCR assassinados em setembro de 1973, cf. C. Almeida; S. T. Lisbôa; J. A. Teles & M. A. de A. Teles (Org.), *op. cit.*, p. 458-461.

49 J. de A. Teles, *op. cit.* p.75-83.

sua morte, minha filha teve um sepultamento digno. E cristão⁵⁰.

Para os pais de Sônia e demais familiares que conseguiram encontrar os restos mortais de seus entes queridos, a busca pela simbolização e elaboração dessas mortes violentas e o estabelecimento de uma mediação entre o testemunho e a luta do tipo de Antígona, que desejava erigir símbolos nos quais o imperativo do luto pudesse ser sancionado no espaço público, ganhou novos contornos e sentidos. Não obstante essa conquista fundamental, esses familiares continuam tentando nomear essas experiências-limite e reinscrevê-las na história do país, processando *jurídica e simbolicamente* esses traumas históricos. É o que se depreende do relato da mãe de Sônia, Cléa Lopes de Moraes, ativa militante da Comissão de Familiares e do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM/RJ), para quem a filha:

(...) integrou uma geração que procurava, corajosamente, melhorar a sociedade brasileira, eliminando desigualdades e injustiças. Seu grupo, entretanto, foi massacrado por uma repressão desigual e injusta. Mas nós fazemos a História. Queremos vingar nossa filha e seus companheiros, desvendando fatos ainda obscuros do período militar no Brasil, além de apontar os culpados e clamar por justiça. Isso nos bastará⁵¹.

Em consonância com essa perspectiva, em abril de 1991, organizou-se uma caravana de familiares e entidades de direitos humanos dirigida à região da Guerrilha do Araguaia, com o fim de realizar buscas de informações e restos mortais de combatentes desse movimento. Encontraram-se então três esqueletos de supostos guerrilheiros, os quais foram levados para a Unicamp.

Suspeitava-se que os restos mortais encontrados no cemitério de Xambioá (TO) eram de Maria Lúcia Petit da Silva (1950-1972) e

50 J. L. de Moraes, *O calvário de Sônia Angel. Uma história de terror nos porões da ditadura*. p. 67.

51 *Idem*, p. 110.

de Francisco Manoel Chaves (?-1972)⁵². Após longa espera, em maio de 1996, os restos mortais de Maria Lúcia foram identificados e a família pôde realizar os rituais funerários⁵³. Outra ossada encontrada na ocasião, a qual se acreditava pertencer a João Carlos Haas Sobrinho, foi finalmente identificada em 2009, como pertencente a Bergson Gurjão Farias (1947-1972)⁵⁴.

Apesar das dificuldades para se chegar ao término das pesquisas, antes do final do mandato da prefeita Luiza Erundina, foi possível erguer um memorial no local onde se encontrava a vala comum, de autoria do arquiteto Ricardo Ohtake. Inaugurado no final de 1992, o memorial deu lugar às diversas missas celebradas por D. Paulo Evaristo Arns no dia de finados, em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos⁵⁵. O memorial passou a compor o processo de construção de identidade dos sobreviventes e de familiares bem como a paisagem histórica da cidade, contribuindo para estabelecer uma “memória de longa duração”⁵⁶ a respeito da repressão ditatorial.

A partir de 1993, contudo, nenhum informe oficial sobre as investigações das ossadas encontradas foi divulgado. Neste contexto, em maio de 1995, os familiares e entidades de defesa dos direitos humanos exigiram a prestação de contas a respeito da pesquisa de identificação das ossadas de Perus e demais cemitérios. Soube-se, então, que fragmentos ósseos dos seis militantes mortos, já identificados pelo DML, haviam sido encaminhados para a Alemanha e fragmentos ósseos de esqueletos não identificados foram enviados para a extração de DNA na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte (MG).

Estabeleceu-se, então, a criação de uma Comissão para garantir a transparência dos trabalhos de investigação do DML. Afiançou-se que as ossadas seriam devolvidas ao cemitério de Perus depois do término

52 O caso do marinheiro Francisco Manoel Chaves permanece sem desfecho, já que sua família não foi encontrada e a Marinha se nega a fornecer seus dados físicos e pessoais.

53 C. Almeida; S. Lisbôa & J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 25-29.

54 S. Torres, “DNA identifica segundo corpo de guerrilheiro morto no Araguaia”, *Folha de S. Paulo*, 07 jul. 2009.

55 J. de A. Teles, “Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo”, p. 212.

56 A. Assmann, *Locais de Recordação: formas e transformações da memória cultural*, p. 358-359.

das pesquisas e em condições previamente acertadas com os familiares. Ademais, o DML comprometeu-se a enviar relatório detalhado a respeito da investigação realizada.

Após um ano sem resposta da Unicamp, os familiares, mediante interferência do então Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Jr., conseguiram reunir-se com o reitor daquela universidade, o Secretário Adjunto da Secretaria da Segurança Pública e os deputados estaduais Renato Simões e Wagner Lino. Na ocasião, decidiu-se pelo afastamento do Dr. Badan Palhares do processo de investigação das ossadas de Perus; o envio de médicos legistas da Secretaria de Segurança para acompanharem a investigação; a participação de um perito internacional como observador; o envio de questionário elaborado pelos familiares com todas as dúvidas a serem explicadas pela reitoria. O Dr. José Eduardo Bueno Zappa assumiu a direção dos trabalhos e o médico legista Carlos Delmonte foi encaminhado pela Secretaria da Segurança Pública para o DML/Unicamp.

Não obstante os esforços empenhados pelos familiares, as respostas fornecidas através da Procuradoria Geral da Unicamp foram evasivas e contraditórias. Em abril de 1997, os familiares receberam cópias do relatório “Projeto Perus”, assinado pelo Dr. Zappa, e do ofício do Dr. Carlos Belmonte. Novamente, tanto o relatório (primeiro documento oficial do DML/Unicamp a respeito das ossadas), quanto o ofício do médico legista da Secretaria de Segurança foram evasivos e dedicados a elogiar o DML da universidade.

Diante dessa situação, foi criada em fevereiro de 1998, uma Comissão Especial para sugerir as providências necessárias à conclusão dos trabalhos de identificação dos dissidentes enterrados na Vala de Perus, presidida pelo médico legista Dr. Antenor Chicarino e composta por ativistas de direitos humanos, familiares e representantes da Secretaria da Cultura e da Justiça do Estado de São Paulo⁵⁷. A Comissão, após realizar vistoria nas dependências da universidade, constatou a precariedade do acondicionamento das ossadas e o comprometimento das investigações, pois os esqueletos estavam em sacos abertos e sem identificação, jogados ao chão sujo de lama, devido à inundação que atingiu o prédio, e com pesados móveis sobre os mesmos.

57 Atuei como integrante da Comissão Especial criada para sugerir providências que garantissem o término das investigações das ossadas do cemitério Dom Bosco, em Perus.

A Comissão Especial indicou então que fosse feita a transferência das ossadas para o Instituto Oscar Freire, do DML/USP, um perito internacional como observador e que tal transferência fosse realizada após minuciosa averiguação da situação, quando se elaboraria um relatório circunstanciado e se estabeleceria um prazo para o término das investigações.

O relatório da Comissão Especial foi entregue aos Secretários da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo em abril de 1998, mas não houve qualquer resposta das autoridades. Em março de 1999, membros da comissão extinta realizaram reunião com o então Secretário da Segurança Pública, Marco Vinícius Petroluzzi, que se comprometeu a se pronunciar a respeito das soluções propostas no ano anterior.

Diante desse panorama desalentador e cansada de esperar, em março de 1999, a família de Flávio Carvalho Molina propôs uma Medida Cautelar Incidental com pedido de concessão de liminar para produção de prova, a fim de instruir a Ação de Ressarcimento de Danos proposta em 1992 “[...] no sentido de determinar a imediata perícia - exame de DNA nas ossadas que resta[va]m na Unicamp - [...] mais precisamente as que receberam os números 240 e 57 [...]” para realizar a identificação de seus supostos restos mortais⁵⁸. A ação solicitava que, caso a Unicamp não pudesse realizar tal prova pericial, as ossadas deveriam ser transferidas para local seguro, onde fosse possível fazer o exame necessário.

Em setembro de 1999, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou o inquérito civil 06/99 para apurar o encaminhamento dado às investigações dos restos mortais de Flávio Carvalho Molina e das ossadas da vala de Perus, na Unicamp. O MPF, atendendo a uma solicitação do GTNM-RJ, iniciou a apuração porque a universidade, responsável pelas pesquisas desde 1990, não havia apresentado qualquer relatório conclusivo das pesquisas.

58 C. Almeida; S. Lisbôa & J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 27.

A retomada das investigações de Perus: avanços tímidos

Após a realização de diversas diligências, o MPF constatou que não seria mais possível continuar os trabalhos na Unicamp. Em novembro de 2000, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo indicou o Dr. Daniel Muñoz, professor da Universidade de São Paulo (USP) e médico legista do IML/SP, como responsável pelos trabalhos de identificação das ossadas. Promoveu-se, então, em janeiro de 2001, a transferência dos documentos relativos à vala de Perus, bem como das sete ossadas suspeitas de pertencerem a Flávio Carvalho Molina, Hiroaki Torigoe e Luiz José da Cunha para o Cemitério Municipal do Araçá, em São Paulo.

Além dessas ossadas, foram transferidas para lá os restos mortais encontrados no cemitério de Xambioá (TO). No final de maio de 2001, todos os restos mortais submetidos a investigação foram transferidos para as gavetas do columbário do Cemitério Municipal do Araçá, em São Paulo, para serem classificadas.

Após a realização de uma série de mediações, constatou-se que tanto a universidade quanto a Secretaria de Segurança Pública não conseguiram adquirir tecnologia capaz de empreender os exames necessários. Nesse contexto, os familiares não aceitaram a colaboração da Polícia Federal e solicitaram à CEMDP que colaborasse com o MPF para obter recursos financeiros e realizar os exames no Laboratório Genômico Engenharia Molecular, de São Paulo. Um dos sócios do laboratório é familiar de Luis Alberto Andrade de Sá e Benevides (1942-1972), militante do PCBR assassinado pelos órgãos de segurança interna⁵⁹. Na década de 1990, ele havia se oferecido para colaborar com a equipe de Badan Palhares, na Unicamp, o qual recusou sua ajuda.

Após 16 anos de tentativas frustradas, os restos mortais de Flávio Carvalho Molina foram identificados em setembro de 2005. No mês seguinte foi realizada a cerimônia de entrega de seus restos mortais à família com a presença de companheiros, amigos, autoridades e representantes de movimentos de defesa dos direitos humanos. Em seguida, Molina foi homenageado e enterrado no túmulo da família, localizado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

⁵⁹ *Idem*, p. 330-333.

O mesmo encaminhamento foi dado ao exame dos restos mortais de Luiz José da Cunha, dirigente da ALN assassinado em 1973. Em 1997 haviam sido enviados fragmentos ósseos de sua possível ossada para a UFMG com o fim de realizar o exame de DNA. Em 2001, porém, constatou-se que as amostras estavam em condições precárias. Assim, nova coleta de amostra de sangue foi feita em 2005, mas, novamente, a USP não conseguiu fazer a extração de DNA dos ossos. Em fevereiro de 2006 foi enviada nova remessa do material genético para o laboratório Genomic, em São Paulo, e, em junho, obteve-se o resultado positivo.

Devido ao tempo transcorrido e os poucos resultados obtidos, o MPF exigiu alterações na condução dos trabalhos de investigação das ossadas do cemitério de Perus. A continuidade das pesquisas, porém, deparou-se com diversos obstáculos e a dificuldade de localizar as antigas sepulturas dos anos 1970, tendo em vista que haviam sido modificadas as disposições das ruas e a numeração das mesmas. Em setembro de 2007, os trabalhos de buscas foram reiniciados, mas sem apresentar avanços significativos.

Note-se que, como consequência das investigações iniciadas com a abertura da vala de Perus, desde 2008, o MPF passou a propor ações civis e criminais, visando à responsabilização dos envolvidos com o aparato repressivo do período ditatorial. Em meio à imposição de diversos obstáculos políticos e jurídicos, contudo, nenhum desses processos chegou a produzir consequências judiciais definitivas até o momento.

A retomada das pesquisas iniciadas com a abertura da vala clandestina de Perus possibilitou ainda a identificação dos restos mortais de Miguel Sabat Nuet, os quais se encontravam numa sepultura individual do cemitério Dom Bosco. Anos antes, durante a investigação realizada pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos nos arquivos do DEOPS/SP, tomou-se conhecimento de seu caso. Membros da Comissão encontraram um documento de Sabat Nuet marcado com a letra “T”. A anotação indicava que, provavelmente, tratava-se de um perseguido político preso e assassinado pelos órgãos repressivos.

De acordo com a documentação encontrada, Sabat Nuet foi preso em 9 de outubro de 1973 e teria se enforcado na carceragem do DEOPS/SP, em 30 de novembro daquele ano. Seu corpo fora sepultado como

indigente no cemitério Dom Bosco com os militantes da ALN, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Conforme os documentos apreendidos com Sabat Nuet, ele era natural de Barcelona e possuía cidadania venezuelana. Era divorciado, tinha três filhos e exercia a profissão de vendedor de veículos. A documentação apresentava uma foto, divulgada pela Comissão de Familiares junto às entidades de defesa dos direitos humanos do Cone Sul, a fim de viabilizar o contato com os seus familiares.

Na ocasião, essas tentativas não prosperaram. Não obstante, a Comissão de Familiares protocolou o pedido de reconhecimento de seu caso na CEMDP, instituída pela Lei 9.140/95, com vistas a garantir que as investigações relativas a Miguel Sabat Nuet pudessem continuar.

Em 2008, novas denúncias sobre a atuação do Brasil na cooperação repressiva do Cone Sul foram divulgadas e o jornalista Rubens Valente, da Folha de S. Paulo, acabou localizando a filha de Sabat Nuet, Maria Del Carmen Sabat, na Espanha⁶⁰. A família não possuía informações sobre sua morte e nem sobre a localização de seus restos mortais. Em abril do mesmo ano, suas ossadas foram exumadas pelo MPF, a pedido da procuradora da República Eugênia Augusta Gonzaga. O material genético a ser utilizado no exame de DNA foi colhido e analisado pelo Laboratório Genomic. No mês de agosto restou comprovado que aquela ossada pertencia a Sabat Nuet⁶¹. Não obstante, seus restos mortais foram entregues à família por integrantes do MPF/SP apenas em dezembro de 2011.

Na cerimônia realizada em São Paulo, as cinzas de Miguel Sabat Nuet foram entregues aos filhos, ocasião em que Maria Del Carmen declarou:

Não se pode mudar o passado. Os filhos e netos de Miguel Sabat Nuet pedem justiça, em nosso nome, mas também em nome de todos os filhos e netos de desaparecidos políticos. Não estamos apenas recebendo os restos mortais,

60 R. Valente, “Família quer apurar morte de espanhol durante a ditadura”.

61 C. Almeida; S. Lisbôa & J. de A. Teles, *op. cit.*, p. 498-500.

mas também resgatando uma parte da história de nosso pai⁶².

Estima-se que tenham sido enterrados na Vala de Perus mais três militantes assassinados pelos órgãos de segurança interna da ditadura, cujos restos mortais ainda não foram identificados. São eles: Francisco José de Oliveira (1943-1971), Dimas Antônio Casemiro (1946-1971) e Grenaldo de Jesus da Silva (1941-1972).

Investigações empreendidas com o fim de localizar os restos mortais do desaparecido político Hiroaki Torigoe (1944-1972) indicam que ele teria sido enterrado no cemitério Dom Bosco, embora não se saiba ao certo onde. Baleado e preso pelo DOI-CODI/SP, em 5 de janeiro de 1972, Torigoe foi levado, imediatamente, às câmaras de tortura. Sua prisão foi efetuada pela equipe do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., conhecido como Otavinho⁶³. Diversos presos políticos, que se encontravam no DOI-CODI nesse dia, testemunharam Torigoe sendo arrastado pelo pátio interno, sangrando muito e, imediatamente, submetido a torturas.

Não obstante a abundância de testemunhos revelando o contrário, a nota oficial divulgada à imprensa anunciou que Torigoe havia sido vítima de um enfrentamento em tiroteio, quando era levado para o hospital. O laudo necroscópico, assinado pelos médicos Isaac Abramovitch e Abeylard Queiroz Orsini, corroborou a versão policial. O exame das fotos do exame necroscópico localizadas no arquivo do DEOPS/SP, contudo, confirma as torturas e a farsa da versão policial. É digno de nota que um dos braços de Torigoe aparece quebrado, além da presença de marcas e hematomas pelo corpo.

Enterrado com identidade falsa, sob o nome de Massahiro Nakamura, em 7 de janeiro do mesmo ano, seu corpo não foi entregue à família. O reconhecimento de Torigoe foi realizado pelo irmão por meio de fotografias. Em conformidade com a lei, três anos depois, a família se dirigiu ao cemitério para resgatar os restos mortais de Torigoe, quando recebeu a informação de uma exumação realizada antes, por solicitação da administração, em 1976. Na época, a própria direção do cemitério não soube informar seu paradeiro.

62 Flacso mídia. “Governo brasileiro pede perdão aos filhos e filha de Miguel Sabat Nuet, assassinado pela Ditadura Militar”.

63 C. Almeida; S. Lisbôa & J. de A. Teles, *op. cit.* p. 304-305.

Em 1990, os familiares de Torigoe pesquisaram nos livros do cemitério e constataram que seus restos mortais haviam sido inumados no mesmo local onde foram enterrados em 1972, ou seja, encontrava-se em sepultura separada da vala. Apresentou-se uma solicitação ao DML da Unicamp para que se investigasse o caso. Badan Palhares realizou exumações, pois havia mais dois restos mortais na sepultura onde supostamente ele estaria enterrado. O corpo que se pensava ser de Torigoe não teria crânio.

Muitos anos se passaram sem que fosse dada alguma informação segura a respeito de Torigoe. Em setembro de 2007, a pedido do MPF, o IML/SP exumou os seus supostos restos mortais em outra sepultura. Os resultados das análises, contudo, foram negativos. O trabalho de investigação das demais ossadas não prosseguiu. As ossadas continuavam depositadas no Cemitério Municipal do Araçá, em São Paulo, em condições precárias de conservação.

Devido à negligência das autoridades, uma ação civil pública foi proposta pelo MPF/SP, em 2009, solicitando a condenação dos órgãos públicos e pessoas físicas responsáveis pelo abandono das ossadas, e o incremento da CEMDP para que pudesse continuar o trabalho⁶⁴. Em 2010, um convênio estabelecido entre a CEMDP, o Ministério da Justiça (MJ) e a Polícia Federal (PF) foi firmado, determinando que os peritos da PF coordenassem as investigações de localização de sepulturas, exumações e exames antropométricos de restos mortais de militantes assassinados por motivos políticos durante o período ditatorial.

A medida desconsiderava antiga reivindicação dos familiares de que as investigações não fossem conduzidas por órgãos policiais. O resultado é que, nesse período, nenhum progresso foi registrado. A ocultação dos cadáveres e das provas dos crimes cometidos pelos órgãos de segurança interna do período continua quase intacta e a reparação às vítimas pouco eficaz ou inexistente.

64 Cf. Ação 2009.61.00.025169-4 (0025169-85.2009.4.03.6100) em tramitação na 6ª Vara Federal.

Nova retomada: a colaboração da EAAF e da Unifesp

Em 2012, a Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), num gesto solidário e generoso, ofereceu à Comissão de Familiares uma doação em dinheiro para ser aplicada na retomada do processo de investigação e identificação das ossadas da Vala de Perus. A então presidenta, Alexandrina Cristensen de Souza (falecida em 2013) e a advogada sócia fundadora da instituição, Paula Febrot, empenharam-se pessoalmente para viabilizar a doação. Na ocasião, os familiares, em acordo com o MPF/SP, decidiram convidar, e arcar com os custos, a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) para avaliar a dimensão técnica, orçamentária e temporal necessária para analisar as ossadas e identificar os desaparecidos políticos.

Em reunião, que contou com a presença de integrantes da EAAF, familiares e representantes do MPF, decidiu-se iniciar a investigação pela análise das ossadas, que supostamente pertenciam a Hiroaki Torigoe, e dessa forma avaliar o trabalho feito ao longo das duas décadas anteriores. A partir do diagnóstico da situação, seria elaborado um plano para dar prosseguimento às investigações.

As antropólogas argentinas Patrícia Bernardi, Alejandra Ibáñez e Mariana Segura, integrantes da EAAF, realizaram, em duas semanas de trabalho ininterrupto, estudos detalhados sobre as ossadas que se encontravam em 21 caixas separadas anteriormente pelo Dr. Daniel Munhoz do IML/SP e do DML da Faculdade de Medicina da USP, responsável pelas investigações das ossadas da Vala de Perus, desde 2001. O resultado das investigações foi apresentado no dia 19 de abril de 2013, em audiência pública, realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. O relatório apresentado pelas antropólogas não poupou críticas aos descuidos técnicos dos responsáveis anteriores pelo trabalho:

As análises antropológicas dos restos mortais compreenderam a reavaliação da documentação correspondente ao processo de investigação do caso [de Hiroaki Torigoe] com foco nos dados antemortem (aquelas informações relativas ao período em que a pessoa desaparecida estava viva) e post-mortem (período posterior ao assassinato)

do militante, além das fichas contendo as medidas antropométricas das ossadas preenchidas pela Unicamp e dos critérios utilizados pela USP para a seleção das 21 caixas. (...) a metodologia empregada pelas equipes da Unicamp e da USP para identificação das ossadas estava equivocada e ultrapassada. Ainda que na época (1990) o exame de DNA não estivesse disponível, havia protocolos internacionais que permitiam o avanço da identificação através dos dados antropométricos. As descrições constantes nas fichas estavam focadas nas medidas do crânio em detrimento de outros ossos que poderiam oferecer informações relevantes para a identificação, tornando-se pouco conclusivas⁶⁵.

O relatório assinalou a maneira suspeita e duvidosa com que o levantamento dos dados antropométricos relativos à definição da altura, lateralidade, traços étnico-raciais e sexo dos restos mortais contidos nas caixas havia sido feito. Os integrantes da EAAF concluíram que para se chegar à identificação das ossadas dos militantes seria necessário retomar o trabalho a partir do protocolo básico, o que não havia sido feito ao longo de duas décadas. Para realizar a triagem dos ossos de forma adequada, com metodologia atualizada, dever-se-ia partir das características físicas (idade, altura ou sexo) das pessoas procuradas.

A abertura das caixas revelou o mau acondicionamento das ossadas. Os ossos se encontravam sujos, úmidos e com fungos, o que prejudica enormemente a preservação dos resquícios genéticos e a possível obtenção de material para a realização do exame de DNA. Inicialmente, a equipe procedeu à limpeza das ossadas, à reconstrução dos ossos fraturados e das arcadas dentárias.

A equipe da EAAF concluiu que nas 21 caixas se encontravam ossos referentes a 22 pessoas, sendo que desse total quatro foram excluídas da análise inicial por serem do sexo feminino – não poderiam ser consideradas para fins de identificação de Hiroaki Torigoe. Outras 12 ossadas pertenciam a homens com mais de 35 anos e não poderiam ser consideradas como de Torigoe, tendo em vista que ele

65 Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”, *Relatório*, Tomo I, Capítulo, “Métodos e Técnicas de Ocultação de Corpos na Cidade de São Paulo”. p. 13.

contava com 27 anos quando foi assassinado. Três outras não tinham a altura compatível e outras duas não possuíam arcada dentária. Dessa forma, somente uma das ossadas foi enviada para análise de DNA, mas os resultados foram negativos.

O trabalho das antropólogas da EAAF evidenciou a negligência com que os restos mortais dos desaparecidos políticos foram tratados durante 20 anos pelas instituições responsáveis por identificá-los. É digno de nota a patente carência de profissionais especializados no Brasil, capacitados para conduzir adequadamente os trabalhos de investigação e identificação desse tipo de ossadas.

A repercussão desse diagnóstico impulsionou nova articulação entre os familiares e entidades e instituições de defesa dos direitos humanos, tais como a Comissão da Verdade “Rubens Paiva”, os Comitês de Memória, MPF, SNDH-PR, CEMDP e SMDH/SP. Reacendeu-se o debate sobre como retomar as investigações, gerando a organização de uma série de reuniões para definir as medidas necessárias.

De imediato, foram sublinhadas questões relativas à precariedade das condições de armazenamento das ossadas, o que comprometia seriamente os trabalhos de investigação. Outra questão envolveu uma polêmica relativa à Prefeitura: a instituição teria ou não responsabilidade legal pela guarda das ossadas da Vala e pelas investigações. Representantes da Prefeitura alegavam que a Lei 9.140/95, de âmbito federal, conhecida como a Lei dos Desaparecidos, evocava para si esta tarefa. Este argumento foi refutado e desfeito, pois a referida lei não exclui a assunção de responsabilidade de nenhuma instância ou órgão público⁶⁶.

A principal decisão, porém, referia-se ao local para onde deveriam ser transferidas as ossadas. A priori, estabeleceu-se, sem uma consulta mais ampla aos familiares, que as ossadas deveriam ir para o IML/SP, sem levar em conta a finalidade do órgão⁶⁷ e sua participação na ocultação de cadáveres e falsificação da *causa mortis* dos presos políticos assassinados pelos órgãos de segurança da ditadura.

66 Cf. art. 4º, item II, da lei 9.140/95, que dispõe sobre as atribuições da CEMDP.

67 O IML tem como função a realização da autópsia – exame do indivíduo depois da morte, mas a maior parte de seu atendimento (70%) diz respeito aos vivos, pessoas que foram vítimas de acidentes de trânsito, agressões, acidente de trabalho, Cf. o site oficial do IML..

Por fim, a própria ministra dos direitos humanos à época, Ideli Salvatti, reconheceu a impossibilidade da transferência das ossadas para o IML/SP: “Os familiares sempre manifestaram desconfiança em relação ao Instituto Médico Legal de São Paulo (...). Nunca admitiram que a análise fosse feita lá. Esse era um dos grandes nós a serem desatados para que o trabalho andasse⁶⁸.”

Num contexto de crescente debate sobre as heranças do passado de ditadura, especialmente, a partir da sanção da Lei de Informação e da criação da Comissão Nacional de Verdade (CNV) – impulsionadas pela condenação do Brasil na OEA relativa ao caso da Guerrilha do Araguaia –, os familiares buscaram o apoio da ministra Eleonora Menicucci Soares (do então Ministério para Políticas Públicas para Mulheres), em 2014. Os familiares reivindicavam a transferência das ossadas para a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a qual foi prontamente atendida. A proposta encaminhada à reitora da Universidade, Soraya Smali, previa a instalação de um Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, uma iniciativa pioneira no Brasil. Os familiares solicitaram também que a EAAF integrasse a equipe de técnicos, tendo em vista sua *expertise*, o que poderia contribuir tanto para as investigações quanto para a formação do corpo de profissionais do centro.

O governo federal estabeleceu uma parceria entre a UNIFESP, o MPF, a SDH-PR e a SMDH-SP para definir responsabilidades e tarefas, a fim de dar andamento ao projeto. E constituiu uma parceria entre o Ministério da Educação e a Universidade, por meio da qual o governo repassou recursos à universidade, garantindo-lhe condições materiais para realizar as investigações.

Após 24 anos de espera, no dia 4 de setembro de 2014 foi anunciada nova retomada das investigações das ossadas de Perus, que contou com pronunciamentos promissores das autoridades presentes, conforme o de Ideli Salvatti:

o trabalho será retomado por equipes de antropologia forense do Brasil e do exterior contratados pela Secretaria de Direitos Humanos, assim como por peritos legistas cedidos de diferentes órgãos públicos nacionais. (...) Em

68 R. Arruda, “‘Sociedade tem dívida com famílias de desaparecidos’, diz Ideli”.

julho deste ano, os pesquisadores começaram a compilar informações para viabilizar a análise antropológica. Depois dessa etapa, o material genético coletado será encaminhado a laboratórios especializados para elaboração do perfil genético das ossadas. A estimativa é que as etapas de lavagem, secagem, catalogação, triagem e análise genética sejam conduzidas ao longo do próximo ano. A equipe que vai trabalhar na análise desses restos será composta por historiadores, antropólogos forenses, arqueólogos, geneticistas, médicos legistas e odontologistas. No grupo, haverá cerca de dez técnicos da Argentina e do Peru e de 20 a 30 peritos brasileiros⁶⁹.

A reitora da UNIFESP procurou encarar o desafio e aceitou a ideia de criar o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF). Ela anunciou que o centro a ser instalado no campus da universidade estaria pronto a tempo para realizar as investigações. De acordo com os dados compilados pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”:

O Ministério da Educação repassou, em 2014, uma verba (no valor R\$500.000,00) para alugar e reformar a casa, adaptando-a para que se proceda ao trabalho da antropologia forense, trabalho ainda inédito no Brasil por equipe de técnicos brasileiros. A proposta é que houvesse continuidade no repasse de verba para que os trabalhos prosseguissem. Parte da equipe técnica foi contratada, via convênio com o PNUD, com prazo curto de duração, mas com possibilidades de prorrogação, o que ainda não está garantido. [Ademais,] entidades, como a Associação de Antropologia Peruana, vem dando suporte técnico [às investigações]⁷⁰.

Nesse contexto, os familiares obtiveram êxitos. Duas equipes foram criadas para dar sequência as investigações: o Grupo de Trabalho

69 E. P. Cruz, “Análise de ossadas da vala clandestina de Perus será retomada este mês”.

70 Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”, *op. cit.* p. 14.

de Perus (GTP) e o Grupo de Acompanhamento de Perus (GAP), do qual participam representantes dos familiares.

Passado o momento de entusiasmo, as dificuldades reapareceram. A reforma da casa, alugada para abrigar as ossadas e permitir a condução das investigações, continua em andamento sem previsão de término (em maio de 2016). Os antropólogos e arqueólogos, profissionais imprescindíveis para a consecução do trabalho, estão submetidos a um contrato provisório com o PNUD/ONU. Eles trabalharam no período correspondente a outubro e novembro de 2014 e a janeiro e julho de 2015, retomando as atividades apenas em abril de 2016. A equipe foi engajada novamente, mas o prazo de encerramento de seu contrato termina em fevereiro de 2017, o que, dificilmente, será suficiente para realizar o trabalho de identificação das ossadas.

Ressalte-se que, desde o início, os representantes da EAAF sublinharam a necessidade de se criar um laboratório genético, mas a iniciativa tem sido protelada. Uma divergência quanto ao encaminhamento das investigações piorou o ambiente de dos trabalhos: a EAAF considerava prioritário realizar a análise dos restos mortais dos desaparecidos políticos, antes de proceder à identificação das demais ossadas. Devido a essa discordância relativa à metodologia adotada e a ausência de perspectivas de ser implantado o laboratório, a EAAF se retirou da investigação⁷¹, o que representa uma grande perda, tendo em vista sua capacidade técnica e experiência internacional na identificação de restos mortais de pessoas desaparecidas.

É de se ter em vista que, inicialmente, das 1.049 ossadas do cemitério de Perus (e demais restos mortais encontrados em outros locais), apenas 433 foram levadas para a Unifesp. As demais continuaram depositadas no “Ossário Geral do Cemitério Municipal do Araçá”, mantidas em condições precárias. Elas acabaram transferidas após insistentes reclamos dos familiares. Não obstante, num primeiro momento, foram levadas para o depósito da sede da Procuradoria Regional da República (PRR/SP) e, apenas em fevereiro de 2016, encaminharam-nas para o CAAF.

Outro aspecto digno de nota, diz respeito ao Banco de Dados de DNA, iniciado em 2006, por meio da coleta de material genético dos

71 C. A. de S. Almeida, Entrevista concedida à Janaína de A. Teles. São Paulo (SP), 02 mar. 2016.

familiares. Sabe-se que a CEMPD realizou coletas no Nordeste, São Paulo e Rio de Janeiro, mas estas não seguiram as recomendações do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) no que diz respeito à cadeia de custódia, ou seja, o procedimento sistemático de rastreamento de material genético coletado. Segundo o CICV, a cadeia de custódia deve

incluir a etiquetagem sistemática de todas as provas e a documentação adequada para demonstrar ‘a sequência dos locais desde onde as provas físicas foram localizadas até sua apresentação nos tribunais, além das pessoas que a manusearam’. Na identificação humana, a prova pode ser apresentada em um processo legal que não seja um julgamento, contudo, em ambos os casos, a admissibilidade das provas pode ser afetada da mesma forma se a cadeia de custódia não for segura e robusta⁷².

De acordo com o protocolo internacional de Bancos de DNA, deve-se ainda emitir um certificado às famílias que doaram material genético, após a verificação do cumprimento desse rastreamento, e a apresentação dos respectivos resultados. Estima-se que ao longo do segundo semestre de 2016, uma seleção de amostras ósseas seja encaminhada a um laboratório internacional, a fim de estabelecer o confronto genético (o que havia sido fixado para ser realizado até dezembro de 2015).

Cabe registrar que, as atividades do CAAF concorrem em paralelo às de responsabilidade do GTP, o que não tem sido muito produtivo, tendo em vista que o trabalho poderia ser articulado e mais proveitoso. Até o momento, estabeleceu-se a limpeza das ossadas de 442 caixas, sendo que desse total, procedeu-se à análise dos restos mortais contidos em 424 delas. Os dados colididos pelo GTP revelam que, em muitos casos, não será possível estabelecer a cadeia de custódia das ossadas, tendo em vista o estado de deterioração das caixas⁷³.

72 Comissão da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”, *op. cit.* p. 27.

73 Até o momento, não foi possível estabelecer a quantidade de caixas a serem analisadas R. de A. e Souza. *Entrevista concedida à Maria Amélia de Almeida Teles*. São Paulo (SP), 10 mai. 2016. Doutorando em arqueologia e antropologia forense pela USP e integrante do Grupo de Trabalho de Perus (GTP).

Considerando-se a atribulada história do resgate dos restos mortais da vala de Perus, cabe sublinhar que na medida em que ela alojou os considerados “indesejáveis” durante a ditadura, sobretudo os desaparecidos políticos, forçosamente ela injeta outra visão da história, favorecendo a reflexão crítica do nosso passado recente. A memória do trauma, assim como a própria recuperação dessa história, revela sua precariedade mas também sua capacidade de resistência, tornando-se o principal recurso que, eventualmente, pode-se interpor ao sofrimento e à injustiça.

A vala clandestina de Perus nos vincula à violência contra dissidentes e à população pobre. Trata-se de um local demarcado pelos familiares e sobreviventes, mas também da manifestação de uma *memória involuntária* que “traz à luz uma descoberta tardia, repentina”⁷⁴, a qual vem à tona, *i.e.*, por meio da descoberta dos restos mortais de 300 crianças, vítimas da epidemia de meningite, censurada pela ditadura. Para os familiares, ela preserva a violência “de um acontecimento que permanece, como um passado que não se esvai, que não logra guardar distância”⁷⁵. A vala é uma ferida que não pode cicatrizar.

A vala de Perus é a asseguaração arqueológica dos vestígios de um passado traumático, que se quis soterrado. É um local que estabelece uma ligação com esse passado, uma ligação entre presença e ausência, mas que insiste em manter separados o aqui e o outrora. É um local que, combinado à recuperação de sua história, suscita estranheza e nos faz perceber “o afastamento e a distância irrecuperável do passado”⁷⁶.

A persistência dos familiares em estabelecer a história e a identidade daqueles que foram enterrados na vala procura dirigir nossa atenção para um passado que resistimos em voltar nosso olhar e análises. Familiares e ativistas, entretanto, apostam no esforço de testemunhar e recordar como uma maneira privilegiada de escrever a história e perfazer o luto.

74 A. Assmann, *op. cit.*, p. 358.

75 *Idem*, P. 350.

76 *Idem*, p. 357-360.

Considerações finais

A transição brasileira para a democracia ocorreu sem rupturas evidentes, pactuada entre as elites civis e militares, após terem sido dadas mostras de que não se remexeria o passado. No momento em que o país procurava lidar com as mudanças decorrentes da transição à democracia, alguns atores e setores sociais buscaram exibir marcas simbólicas e efetivas de rompimento com aquele período histórico, sistematizando e divulgando as denúncias dos crimes da ditadura, tendo em vista propostas e mecanismos de recuperação da verdade jurídica e histórica capazes de transmitir as memórias e o legado da violência do período ditatorial.

Assim, a transição pactuada assegurou a impunidade e a preservação de dispositivos do Estado de Segurança Nacional tanto na Constituição de 1988 quanto nas leis de exceção remanescentes do período ditatorial. Os fundamentos políticos delineados aqui nos ajudam a compreender o contexto em que se insere a abertura da vala clandestina de Perus, que, conforme argumentamos, representa um dos marcos ‘fundacionais’ da construção da memória social sobre a violência ditatorial.

A abertura da vala e a CPI de Perus, instaurada para apurar o que ocorrera aos presos políticos ali enterrados, produziram desdobramentos institucionais consistentes, tais como a recomendação para a desvinculação do IML da polícia estadual, a reorganização dos cemitérios municipais e a devolução dos arquivos dos DOPS. A apuração dos fatos envolveu uma rara profusão de depoimentos de torturadores e de agentes da repressão indiretamente envolvidos com a tortura.

O longo e inconcluso processo de identificação das ossadas de Perus demonstra que, enquanto alguns países latino-americanos há tempos vêm se dedicando à criação de novos investimentos na memória e na elaboração simbólica e judicial do passado, o Brasil mantém-se como modelo de impunidade e atraso na promoção de uma política de memória e de reconstituição factual dos crimes da ditadura, a despeito dos esforços empenhados pela CNV. Isto contribui sensivelmente para a irresolução destes conflitos, impossibilitando as reconfigurações do campo social e jurídico que contemplassem as exigências de reconhecimento das vítimas e setores sociais atingidos pelo regime de exceção.

Trata-se de uma “lógica astuta”, pois ao mesmo tempo em que reconhece as demandas das vítimas por reparações, desloca-as para a periferia do universo político em que se discutem as propostas de modificação profunda da sociedade⁷⁷.

Em conclusão, dir-se-ia que o Brasil avançou a partir das experiências aqui relatadas, mas ao mesmo tempo não soube aproveitar a oportunidade para a geração de processos de justiça e responsabilização que efetivamente refletissem a real magnitude dos eventos consumados no período ditatorial.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, C.; LISBÔA, Suzana; TELES, Janaína de A.; TELES, M. A. de A. (Orgs.). *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, IEVE/Imprensa Oficial, 2009.
- ALMEIDA, Crimeia A. Schmidt de. Entrevista concedida à Janaína de A. Teles. São Paulo (SP), 02/03/2016.
- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1984.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 22^a. ed., Rio de Janeiro, Vozes, 1989.
- _____. *Perfil dos atingidos*. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- ARRUDA, Roldão. “Sociedade tem dívida com famílias de desaparecidos”, diz Ideli”. São Paulo, *OESP*, 03/09/2014. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/sociedade-tem-divida-com-familias-de-desaparecidosdiz-ideli/>. Consultado em 06/04/2016.
- ASSMAN, Aleida. *Locais de Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas (SP), Ed. Unicamp, 2011.
- BARCELOS, Caco. “O ‘Globo Repórter’ sobre a vala de Perus”. _____. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade?* 2^a.ed., São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP, 2001.
- BARSOTTI, Adriana; FILHO, AZIZ & DIEGUEZ, Consuelo. “Documentos identificam mortos do Araguaia”, *O Globo*, 28/04/96, p.14.
- CALIGIURI FILHO, Júlio César *et al.* *Onde estão?* Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e os desaparecidos políticos. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1992.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Memórias da ditadura militar argentina: um desafio para a história*. São Paulo, 2007, mimeo.

77 V. Safatle, “Encontro marcado”. p. 34.

- CARVALHO, Ricardo. “Aqui está enterrado um desaparecido. Anistia: A derrota do governo”. *Isto É*, no. 140, 29/08/1979.
- CRUZ, Elaine Patrícia. “Análise de ossadas da vala clandestina de Perus será retomada este mês”, Agência Brasil, 04/09/2014, disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-09>, consultado em 05/05/2016.
- COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (CFMDP). “Eis aqui o paradeiro de dois ‘desaparecidos’”. Brasília/DF, 22/08/1979.
- COMISSÃO da Verdade do Estado de S. Paulo “Rubens Paiva”. *Relatório*, Tomo I, Capítulo “Métodos e Técnicas de Ocultação de Corpos na Cidade de São Paulo”. São Paulo, ALESP, 2015.
- COMISSÃO Nacional da Verdade (CNV). Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília (DF), Presidência da República, 2014.
- COMITÊ Internacional da Cruz Vermelha. *Pessoas Desaparecidas, Análise de DNA e Identificação de Restos Mortais. Um guia para as melhores práticas em conflitos armados e outras situações de violência armada*. 2a. ed., Genebra (Suíça), 2009.
- FLACSO mídia. “Governo brasileiro pede perdão aos filhos e filha de Miguel Sabat Nuet, assassinado pela ditadura militar”. 20/07/2012. Disponível em: <<http://flacso.org.br/?p=990>>. Consultado em 03/04/2016.
- JELIN, Elisabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Siglo XXI, 2002.
- LAJOLO, Teresa. Entrevista concedida à Janaína de A. Teles. SP, 10/04/2012.
- LISBÔA, Suzana Keniger. Entrevista concedida à Janaína de A. Teles. Rio de Janeiro-RJ, 10 e 11/02/2003 e 02/01/2004.
- _____. & TELES, Maria Amélia de A. “A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça!” In: *Vala Clandestina de Perus. Desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira*. São Paulo, Instituto Macuco, 2012.
- MORAES, João Luiz de. *O calvário de Sônia Angel. Uma história de terror nos porões da ditadura*. Rio de Janeiro, MEC Editora, 1994
- RICOUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Unicamp, 2007.
- SAFATLE, Vladimir. “Encontro marcado”. *Reportagem*, no. 65, fev./2005, p.31-4.
- SALAMA, Maurício Cohen. *Tumbas Anonimas. Informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal*. Equipo Argentino de Antropología Forense. Buenos Aires, Catálogos, 1992.
- S/A. “Ossada encontrada no cemitério de Perus é de Miguel Sabat Nuet, preso pelo Dops em 1973”. *O Globo*, 28/08/2008. Disponível em: <<http://www.globo.com/noticias/brasil/ossada-encontrada-no-cemiterio-de-perus-de-miguel-sabat-nuet-presos-pelo-dops-em-1973-567165.html#ixzz48qgABKTt>>. Consultado em 03/04/2016.
- SOUZA, Rafael de Abreu e. Entrevista concedida à Maria Amélia de Almeida Teles. São Paulo (SP), 10/05/2016. Doutorando em arqueologia e antropologia forense pela USP e integrante do Grupo de Trabalho de Perus (GTP).

- TELES, Janaína de A. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por “verdade e justiça” no Brasil*. Mestrado, História/FFLCH, USP, 2005.
- _____. “ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo”. *Lua Nova*, no. 96, 2015, p.191-220.
- TRAVERSO, Enzo. *El pasado, instrucciones de uso. Historia, memoria, política*. Madrid, Marcial Pons, 2007.
- TORRES, S. “DNA identifica segundo corpo de guerrilheiro morto no Araguaia”. *Folha de S. Paulo*, 07/07/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u591960.shtml>. Consultado em 15/02/2016.
- UCHÔA, Marcelo. “Governo federal entrega restos mortais aos familiares de Miguel Sabat Nuet”. São Paulo, 14/12/2011. Disponível em: <<http://marcelouchoa.blogspot.com.br>>. Consultado em 20/04/2016.
- VALENTE, Rubens. “Família quer apurar morte de espanhol durante a ditadura”. *Folha de S. Paulo*, 20/01/2008.
- WINTER, Jay. “A geração da memória: as reflexões sobre ‘boom da memória’ nos estudos contemporâneos de história”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó, Argos, 2006.
- ZAVERUCHA Jorge. *FH, Forças Armadas e Polícia. Entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

5. A questão fundiária sob a Doutrina da Segurança Nacional e desenvolvimento: o caso do Vale do Ribeira

MARIA CECILIA MARTINEZ

Concentração fundiária e o contexto do golpe civil-militar

A concentração fundiária representa um dos fundamentos da política desenvolvida no Brasil, caracterizando a terra como um dos principais elementos de acesso ao fundo público e de entesouramento para o capital. A partir de meados da década de 1950, com Juscelino Kubitschek de Oliveira assumindo a Presidência da República, consolidou-se a aceleração do processo de industrialização brasileira, baseando-o na associação entre o Estado, o capital nacional – envolvendo grupos ligados ao capital financeiro e grandes proprietários de terra – e o capital internacional.

Juscelino destacava como prioridades em seu Programa de Metas a energia, os transportes e a alimentação. Por meio dele acreditava-se que, constituindo-se um amplo aproveitamento dos potenciais energéticos do país, e criando-se uma rede de transportes que cortaria todo o território brasileiro¹, ter-se-ia a certeza de desenvolvimento e de progresso. As melhorias na agricultura viriam pela sua mecanização e pela quebra dos laços arcaicos que a amarravam.

Para que essa política fosse bem sucedida seria necessário que se vencesse o obstáculo caracterizado pela propriedade privada da terra, naquele momento marcada pelo monopólio da velha oligarquia rural,

1 A proposta de integrar o território nacional através da construção de estradas remonta às concepções de Oliveira Vianna. Essa mesma proposta seria retomada pelos militares nas décadas de 1960/1970.

que se mostrava avessa a qualquer forma de mudança para transferir o eixo de poder no Brasil. Desta forma, o governo Kubitschek oscilava entre o fornecimento de incentivos para as principais áreas de dominação da economia e a tentativa de estender a lógica empresarial da indústria para os setores rurais, considerados atrasados diante das novas demandas. Esta proposta era amplamente defendida pelos intelectuais ligados à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), que pretendiam levar a lógica do tempo da produção industrial urbana para o campo.

Na área rural, havia uma tendência e uma necessidade de retirar o controle político das mãos da velha oligarquia. Dentro da nova lógica, era preciso que os ideais empresariais fincassem raízes neste setor aparentemente pouco atingido pelos ares de modernidade, trazidos pela intensificação de relações industriais em todas as áreas da economia. Percebia-se uma tentativa de ampliação do tempo de produção presente na indústria para todo o conjunto da sociedade, que deveria passar a pulsar e a reproduzir-se segundo esta lógica.

Esta tentativa de mudança do eixo político no campo ia, pouco a pouco, minando as bases de sustentação da velha oligarquia, porém, acabava por liberar forças políticas até então submetidas à sua dominação pessoal. Martins deixa isto claro ao afirmar que:

A quebra do poder dos coronéis, do poder dos grandes proprietários de terra, se por um lado fortalecia os interesses políticos e militares interessados na centralização do poder, por outro lado, enfraquecendo os fazendeiros, fortalecia os trabalhadores rurais, libertava-os também progressivamente do poder pessoal dos latifundiários. Essa mudança alterou radicalmente as formas de lutas dos trabalhadores rurais².

A paulatina quebra do poder pessoal da oligarquia, aliada ao acirramento do processo de expropriação da terra, consequência da intensificação da penetração do grande capital no campo, revelou aos trabalhadores rurais, aos arrendatários, aos posseiros as relações de dominação que se ocultavam por trás dos laços pessoais. A realidade

2 J. de S. Martins, *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*, p. 21.

mostrava-se para estes grupos cada vez mais dura. A iminência da perda da terra, da perda de seu modo-de-vida, de seu ritmo de produção e de reprodução, levou esses grupos sociais a organizarem formas de resistência, que buscavam fazer frente à ferocidade do processo de expropriação e de homogeneização dos diferentes tempos históricos sob a ótica do grande capital.

O modelo de desenvolvimento adotado apresentava um duplo caráter: o concentracionismo crescente de terra e de renda e a liberalização de forças sociais que, ao se organizarem, reivindicavam espaço político. Assim, com os conflitos gerados pela renúncia de Jânio Quadros e pela insatisfação de vários setores com o nome de João Goulart que assumia a Presidência, os grupos dominantes passaram a estabelecer ferrenha oposição às políticas sociais adotadas pelo novo presidente.

A ascensão de João Goulart ao poder somente intensificou a crise política em curso. Os movimentos sociais, de modo geral, viam em Goulart um herdeiro político de Getúlio Vargas estabelecendo, portanto, um canal de discussão para o encaminhamento de suas reivindicações. Já os setores urbano-industriais e os setores agroexportadores aterrorizavam-se diante da possibilidade do restabelecimento de uma política nacionalista que não se destinava ao benefício da associação entre o capital nacional e o internacional e que, além disso, abria cada vez mais espaço para a consolidação de reivindicações populares que em nada beneficiavam os seus interesses.

O acirramento dos conflitos no campo, a necessidade que João Goulart tinha de ampliar suas bases de apoio e a importância de impedir a radicalização desses movimentos tornaram a questão agrária um dos eixos centrais do encaminhamento político que se pôde observar no Brasil.

O crescimento dos movimentos sociais e a perspectiva de ampliação da base política de apoio ao governo levaram Goulart a propor como estratégia para o desenvolvimento do Brasil uma série de medidas reformistas, sintetizadas no seu Plano Trienal, conhecido como Reformas de Base. A reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas para o campo seriam um dos seus eixos³. As medidas reformis-

3 Prova disto foram as medidas tomadas pelo governo: 1962 – regulamentação da sindicalização rural, através da Portaria 355-A de 20 nov.; formação da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), que defendia a necessidade de

tas propostas por Goulart somente fizeram acirrar o clima de tensão e de desgaste das instituições, abrindo caminho para uma política de desestabilização executada pelos grupos diretamente ligados ao grande capital, contando com o auxílio do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e da ESG (Escola Superior de Guerra). A ação conjunta destes grupos aprofundou a crise, criando condições favoráveis para o Golpe Civil Militar de 1964, como demonstra Martins:

No dia de São José (19/03), de 1964, mulheres de boa família, acompanhadas de seus maridos, filhos e domésticos, saíram às ruas de São Paulo para realizar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Pediram, a intervenção das Forças Armadas no processo político e a derrubada do governo constitucional do Presidente João Goulart. Mostravam-se alarmadas com o avanço das pressões populares em favor das reformas de base, que concluíam uma reforma cujo combate as motivava de modo especial: a reforma agrária. É que a Marcha fora organizada na Sociedade Rural Brasileira, velha entidade que aglutinava os grandes e tradicionais fazendeiros paulistas, principalmente os fazendeiros de café, de certo modo alijados do poder desde a Revolução de 1930. A Marcha foi, de fato, articulada por membros do IPES (...), entidade dirigida por um estado-maior civil-militar, envolvendo membros da Associação Comercial, da federação das Indústrias, da Federação das Associações Rurais, do clube de Diretores Lojistas. Por trás da invocação da família, de Deus e da liberdade, escondiam-se interesses bem materiais e terrenos, que eram os dos grandes proprietários de

uma intervenção na estrutura fundiária; 1963 – formação da Comissão Nacional de Sindicalização do Trabalhador Rural (CONSIR); aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei n. 4214 de 02 mar.), que garantia os direitos trabalhistas ao campo; 1964 – assinatura do decreto que previa a desapropriação de terras ao longo de 10 km de rodovias, ferrovias e açudes sob o controle federal, no Comício da Central, em 13/03.

terras, negociantes, banqueiros e industriais, brasileiros e estrangeiros⁴.

O Golpe Civil Militar de 1964 significou o fim da política do período anterior, através do fechamento ou da intervenção em suas formas de organização, mas não modificou a política econômica anterior, baseada na concentração de renda; ao contrário, levou às suas últimas consequências. Segundo Francisco de Oliveira:

Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista – como querem alguns – transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir.”⁵

O Vale do Ribeira

O Vale do Ribeira de Iguape localiza-se a sudoeste do Estado de São Paulo, fazendo fronteira com o Paraná. É constituído pelos municípios de: Iguape, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Registro, Sete Barras, Ribeira, Juquitiba, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Iporanga, Barra do Turvo, Apiaí, Eldorado Paulista (antiga Xiririca), Tapiraí e Itapeçerica da Serra, totalizando uma área de 1.863.400 ha.

Todo o Vale é cortado por uma grande quantidade de rios; o principal deles é o Ribeira de Iguape, que penetra no Estado de São Paulo no sudoeste do município de Iporanga e desemboca no Oceano Atlântico, nas proximidades do município de Iguape. Este rio coleta as águas que vêm da Serra do Mar, formando grandes afluentes e constituindo uma bacia hidrográfica de importância capital para a população ali residente⁶.

Esta população tem uma origem bastante diversificada, sendo constituída por descendentes de escravos aquilombados que acabaram

4 J. de S. Martins, *op. cit.*, p. 28-29.

5 F. de Oliveira, *O Banquete e os Sonhos*, p. 36.

6 N. Medeiros; J. F. Cunha & R. Azzi, *O Vale do Ribeira de Iguape*, p.7.

por fixar-se; migrantes de várias áreas do país, principalmente do Paraná, de Minas Gerais e do interior do próprio Estado; imigrantes – poloneses, alemães, italianos e, principalmente japoneses – atraídos para a região no final do século XIX e no começo do século XX. Em busca de maiores condições de sobrevivência e de locomoção, essa população acabou por centralizar-se nas margens dos rios.

Apesar da presença de riquezas minerais, a economia da região está baseada na pesca - principalmente da manjuba – e na agricultura, com ênfase nas produções de banana e de chá. A região se caracteriza também pelo alto índice de propriedades não legalizadas, sejam elas grandes ou pequenas. Em relação às grandes propriedades, verifica-se o desinteresse em legalizar a situação fundiária. No caso da pequena propriedade, constituída basicamente por posseiros, percebe-se que os diferentes governos paulistas não apresentaram proposta para solucionar a questão, ou apesar de terem se disposto a discutir o problema, não executaram ação efetiva para alterar esse quadro.

O processo de ocupação do Vale do Ribeira remonta ao século XVI, porém a tentativa de inserção do capital na região se deu a partir dos projetos de colonização propostos no governo Getúlio Vargas, entre os anos 1930 e 1945⁷. Os projetos acabaram por atrair para a região capitais que estavam imobilizados e que, após obterem enormes lucros devido à especulação imobiliária, retiraram-se do Vale para serem reinvestidos em setores mais dinâmicos da economia brasileira. Essa penetração de capital, embora passageira, deixou rastros que conduziram a mudanças significativas no Vale do Ribeira, caracterizadas por uma crescente concentração fundiária, pela abertura das possibilidades de implementação da bananicultura em larga escala, visando o mercado internacional, e pelo novo caráter que a região passou a assumir em relação à economia e à política paulista.

A partir dos anos 1950, foi possível observar que uma parte considerável de pequenos produtores abandonou a cultura de arroz passou a cultivar banana na expectativa de obtenção de melhores preços e mercado, acreditando que lhes seria assegurada uma melhor

7 O estudo destes projetos foi elaborado por Odair da Cruz Paiva em sua dissertação de mestrado “Modernização e Reordenação Fundiária - A Ação da Secretaria da Agricultura no Vale do Ribeira de Iguape nas décadas de 1930 e 1940”, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

condição de vida. Aumenta o interesse pela região realizando-se, sobre ela, pesquisas e estudos encomendados ou elaborados pelo governo, para compreender melhor a realidade presente e vislumbrar ali formas de atuação. Justamente por isso, a década de 1950 caracteriza-se como um marco importante para o entendimento da situação atual do Vale.

Nos estudos citados acima, chamava-se a atenção para os problemas vividos por uma população de cerca de 120.000 pessoas, na sua maioria concentradas em áreas rurais, em situação de miséria e abandono. A região destacava-se pela manutenção de formas arcaicas de uso do solo, o que parecia aos planejadores a causa daquela situação de subdesenvolvimento, possível de ser superada devido à proximidade com São Paulo, o maior centro industrial da América Latina. Outro conjunto de preocupações ligava-se à existência de imensas propriedades não regularizadas juridicamente, cujos proprietários tomavam para si a elaboração de códigos de utilização da área, além da cobrança de taxas, que seriam da responsabilidade dos governos municipais e estadual. Este era o caso da Fazenda Guaraú, próxima a Peruíbe, cujo pretense proprietário cobrava pedágio nos morros de acesso à praia, tentando também, uma tarifa pela utilização da ponte de Peruíbe e pela energia elétrica que os moradores usavam⁸.

Buscavam-se, através dos estudos governamentais, possíveis saídas para o desenvolvimento da chamada “Amazônia Paulista”. Este desenvolvimento era pensado em duas frentes: a atração de agroindústrias, que se aproveitariam das riquezas e da produção existentes no Ribeira, e o incentivo ao turismo, importante fonte de rendimento aos cofres municipais⁹.

Durante os anos 1950, observava-se que a rizicultura ia, pouco a pouco, perdendo espaço para a bananicultura, devido às promessas de conquista do mercado internacional. Os principais produtos do Vale que saíam pelo porto de Santos eram o chá e a banana¹⁰, o que justificava o abandono da cultura de arroz, em função da perspectiva da

8 “Litoral Sul”, *Estado de São Paulo*, 15 fev. 1969.

9 “O Que Espera o Vale do Ribeira”, *Estado de São Paulo*, 15 jan. 1968; “Isolamento Mantém o Ribeira Inexplorado”, *Estado de São Paulo*, 07 jul. 1968; “Litoral Sul”, *Estado de São Paulo*, 15 fev. 1969; “Planos no Vale do Ribeira”, *Estado de São Paulo*, 18 jul. 1969.

10 Boletim do Departamento de Estado do Estado de São Paulo - nº 2, 2º semestre - 1958.

obtenção de um mercado garantido. A banana ia ocupando o espaço de produção destinado ao arroz; isto porque tanto em um caso, como no outro, a cultura era realizada em pequena propriedade, cujos ocupantes buscavam manter uma certa autonomia¹¹ em relação às tendências concentracionistas que se apresentavam. Quanto à teicultura, não havia disputa entre ela e a rizicultura ou mesmo a bananicultura, pois esta produção centralizava-se na região próxima a Registro, já que a área apresentava uma topografia favorável, além do que o mercado já havia sido monopolizado por grandes proprietários. A análise desses dados aponta outro aspecto importante: apesar de a bananicultura ocupar lugar de destaque no montante de lucro obtido, esta posição se altera completamente se for observado o valor médio entre o preço recebido e a quantidade do produto; a banana cai na colocação vertiginosamente, perdendo posição para o chá. Não é, portanto, de admirar que as primeiras agroindústrias que se deslocaram para a região foram voltadas para esta cultura. A ênfase estava dada no capital, através da demonstração de que o estabelecimento de agroindústrias traria lucros consideráveis; o Estado aparecia, somente, como um divulgador das possibilidades econômicas presentes na região.

O Vale do Ribeira durante a ditadura civil-militar

Poucas questões foram introduzidas em relação ao projeto que se elaborou na década de 1950. Foi mantida a consideração de que os principais problemas que justificavam o “atraso” do Vale eram a falta de infraestrutura (estradas, energia elétrica) e a pequena presença do capital industrial. Da mesma forma, o Estado continuava sendo responsabilizado pela criação da infraestrutura necessária para o estabelecimento de indústrias.

Apesar de não dar continuidade aos projetos e estudos sobre a região, é equivocado imaginar que o Vale não se constituísse em fonte de preocupação para o Estado. Em 1967, tropas do II Exército organizaram a “Operação Perdigueiro”, sob o comando do general Sizen

11 Essa autonomia era oriunda da perda de interesse por parte do grande capital, em investimentos ligados à agroindústria da banana, assim, os pequenos produtores não disputavam espaço com a empresa agrícola.

Sarmento, com a justificativa de treinar os soldados para teste de sobrevivência, porém, o objetivo primeiro da ação era fazer reconhecimento da área, que foi definida pelo comandante como “foco residual de insegurança” e “ninho de guerrilhas”¹². Esta descrição da área alarmou as autoridades a tal ponto que, no ano seguinte, tropas do II Exército retornaram ao Vale na Operação ACISO, com o claro objetivo de realizar manobras com a finalidade de repressão a possíveis focos guerrilheiros que poderiam escolher a área para se instalarem devido à baixa densidade populacional e à existência de amplos espaços vazios dominados por matas virgens¹³.

A história demonstrou que essas preocupações não eram infundadas. Em janeiro de 1970, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), sob o comando de Carlos Lamarca, instaurou no quilômetro 510 da Rodovia BR-116, no distrito de Capelinha (Jacupiranga), um campo de treinamento para instrumentalizar a guerrilha no país.

O Vale do Ribeira apresentava-se para a VPR não só como uma região estratégica, próxima a dois importantes centros urbanos – São Paulo e Curitiba, mas também era visto segundo as mesmas avaliações feitas pelo II Exército. Lamarca já conhecia a área quando executou operações de treinamento como capitão do II Exército, sendo responsável pela criação de um sistema de segurança contra focos de subversão.

Em abril de 1970, o campo foi descoberto por forças repressivas. Constituiu-se uma grande operação para aprisionar os guerrilheiros e destruir o campo. O 6º Grupo de Artilharia da Costa Motorizada, comandado pelo coronel Erasmo Dias e contando com um efetivo de 1.500 homens, com helicópteros e artilharia pesada, seguiu para o Vale. Apesar de Lamarca ter escapado ao cerco, a ação foi vitoriosa ao extinguir o campo de treinamento.

Após essa tentativa guerrilheira, o Vale do Ribeira passou a ser olhado sob uma nova ótica pelo Estado; não se tratava mais de se manter atento diante da possibilidade das ações consideradas subversivas, pois o Vale havia se configurado, claramente, como um risco à Segurança Nacional. Este fato exigiria uma ação mais incisiva por parte do governo. As justificativas e as estratégias para essa ação estavam na

12 S. Coelho, *op. cit.*, *loc. cit.*

13 “Grandeza e Miséria no Vale do Ribeira”, *Diário Popular*, 28 mai. 1970.

Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, base de sustentação ideológica do governo militar.

Esta Doutrina elaborada pela ESG (Escola Superior de Guerra), pregava a indissolubilidade entre o econômico e o político, identificando poder centralizado e forte com desenvolvimento econômico. Assim, em seu Manual ela foi definida como um:

(...) abrangente corpo teórico constituído por elementos ideológicos e de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e a avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódico¹⁴.

As origens dessa Doutrina remontam às concepções geopolíticas e ao antimarxismo decorrentes da Guerra Fria. O crescimento dos movimentos sociais na América Latina ampliou o temor de subversões internas, que conduzissem à guerra revolucionária, tornando vital a defesa do território nacional contra a penetração do “inimigo interno” – agente do comunismo internacional – processo que somente seria vitorioso se aliado ao desenvolvimento econômico da nação¹⁵.

A ESG definia que a guerra revolucionária era uma luta interna, fundamentada por uma ideologia que procurava conquistar o poder, através do controle progressivo sobre o país, fosse pelo uso da luta armada, fosse por iniciativas de oposições organizadas com força suficiente para fazer frente às políticas estatais. Para esta *intelligentsia*, a infiltração comunista se utilizaria das fragilidades das sociedades democráticas (identificadas como desigualdades sociais e econômicas), com o intuito de enfraquecê-las e destruí-las.

Segundo os ideólogos da ESG era necessário controlar, perseguir e eliminar os “inimigos internos”. Para tanto, era preciso manter uma rede de informação extremamente eficiente para barrar a ação indireta do comunismo soviético. A classificação, feita pela ESG, dos

14 Apud. M. H.M. Alves, *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*, p. 72.

15 Cabe lembrar que a definição de desenvolvimento para este grupo não significava mudanças estruturais; ao contrário, ligava-se ao crescimento da produtividade industrial e agrícola, que não reverteria para a população.

“inimigos internos” potenciais constituía-se de militares da ativa e da reserva, civis que trabalhassem em ministérios militares, membros da Polícia Militar e das forças paramilitares, estudantes, líderes sindicais, membros de ordens religiosas, camponeses¹⁶. Ou seja, o inimigo potencial estava em todos os lugares, o que não só justificava a repressão política, como a induzia; além disso, tornava-se claro que tal proposta só poderia ser executada através de um poder centralizado a nível federal.

Golbery do Couto e Silva, na época adjunto do Departamento de Estudos da ESG, definiu esta ação como Grande Estratégia, que deveria ser o reflexo da atuação do governo federal, baseada na Segurança Nacional, devendo ser expandida aos governos estaduais, através de diretrizes governamentais, ligadas às estratégias política, econômica, psicossocial e militar¹⁷.

A integração entre desenvolvimento econômico e Segurança Nacional seria fundamental, segundo Golbery, para compensar a vulnerabilidade dos amplos “espaços vazios” do território brasileiro, considerados como possíveis “vias de penetração” do comunismo, devendo ser “tamponadas”. Para isto, deveriam ser construídas rodovias e ferrovias que cortassem esses “espaços vazios”, integrando o território nacional¹⁸.

Em termos político-ideológicos a justificativa para uma atuação mais efetiva do Estado no Vale do Ribeira era baseada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, como se tentou demonstrar. Porém, ela não foi suficiente para explicar a forma como o governo se inseriu na região; para tanto, é fundamental entender a relação Estado/capital privado no Brasil.

16 M. H. M. Alves, *op. cit.*, p. 39.

17 G. do Couto e Silva, *Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil*, p. 26. Neste texto Golbery define cada uma de suas estratégias: 1. política – determina as metas e as diretrizes de Estado para neutralizar os obstáculos na esfera política; 2. econômica – trata dos setores privados e públicos, subdividindo-os em políticas específicas para os setores primário, secundário e terciário da economia, fazendo estudos que possibilitem o estabelecimento de uma política de desenvolvimento integrada à Segurança Nacional; 3. psico-social – relaciona-se às instituições da sociedade civil, devendo planejar estratégias para o setor; 4. militar – deve controlar as Forças Armadas e as instituições para militares.

18 *Idem*, p. 131-133. Esse projeto que via no seu desenvolvimento o protótipo da constituição da Nação e, na integração, seu curso fundamental, foi apresentado pela primeira vez na gestão de Oliveira Viana.

A iniciativa privada necessitava de uma ação por parte do Estado para beneficiá-la no sentido de agilizar trâmites burocráticos, estabelecer políticas favoráveis a seus negócios, etc. Acostumada a utilizar o fundo público na criação da infraestrutura necessária para a implantação de indústrias, na isenção fiscal, na doação de áreas para a construção das fábricas, na facilitação do crédito, a iniciativa privada opôs-se ao nacionalismo populista que liberava recursos às políticas públicas e às demandas dos trabalhadores urbanos.

Assim, o Estado acabava por submeter-se às necessidades das empresas, tornava-se um instrumento da realização de seus interesses usando as verbas disponíveis para abrir caminho para o capital privado.

O Estado funciona como um navio-varredor, limpando o terreno onde a empresa privada vai colher os frutos do trabalho; um, o Estado através do seu poder de coerção, transfere os custos para a sociedade; e outro, a empresa, privatiza os frutos dessa socialização e da exploração do trabalho. O leilão é apenas uma imagem ingênua dessa atordoante realidade. Um dos mais famosos teóricos dos movimentos sociais do século XX escreveu certa vez que os governos constituem o comitê executivo das classes dominantes. A política de incentivos vigente na economia brasileira persegue com afincos a tarefa de demonstrar a veracidade daquela afirmação¹⁹.

Justamente por isso, o Estado assumiu o papel de executor de obras capazes de atrair o capital industrial para o Vale, mas o custo destas obras, pelo uso dos recursos públicos, seria repassado para toda a sociedade, não em benefício da população e sim para o privilégio privado.

Este modelo de desenvolvimento apresentava uma mão dupla: ao mesmo tempo em que o Estado optava pela adoção dessa política, ao submeter-se aos interesses da iniciativa privada, impunha a ela um crescimento contínuo, a fim de não ser devorada pela própria lógica do sistema que a favorecia.

19 F. de Oliveira, “Ao correr do martelo: Leilão-se um país”, em *O Banquete e o Sonho: Ensaios sobre economia brasileira*, p. 24.

Um estímulo de desenvolvimento que persegue com tenacidade o tornar a economia brasileira o pasto sem fim dos grandes monopólios nacionais e internacionais, um estilo de desenvolvimento que alentou uma desesperada elevação das taxas de lucro e que portanto marginaliza quem não segue essa corrida; a lógica do sistema obriga as empresas à férrea lei de crescer tanto mais rápido quanto possível, sob pena de serem trituradas, engolidas, fusionadas, na tendência incoercível de concentração do poder econômico que é a lei maior do crescimento da economia brasileira²⁰.

Ou seja, era necessário para o Estado criar condições para a penetração definitiva do capital industrial no Ribeira por razões ligadas à segurança nacional e à própria preservação do *status quo*; também para o capital industrial impunha-se uma pressão no sentido de dar continuidade ao seu processo de crescimento, a fim de não ser devorado pela dinâmica econômica vigente.

A tarefa de promover tanto a constituição de um projeto que estimulasse o capital industrial a se consolidar no Vale, quanto à pacificação da região, através da eliminação de possíveis focos guerrilheiros foi dada pelo governador Laudo Natel²¹. Este estabeleceu duas grandes estratégias para executar a citada tarefa:

1. estímulo à penetração de novos setores do capital industrial, ligados à mineração e à agroindústria, através de estudos sobre as potencialidades econômicas da área e também, pela política de incentivos;

2. utilização do fundo público para constituição da infraestrutura necessária à atração do grande capital e também ao estabelecimento de uma rede de informações que integrasse o Ribeira ao território nacional, pela construção de estradas.

Na apresentação desses três projetos evidencia-se a proposta de levar o desenvolvimento econômico para o Vale – desenvolvimento este, compreendido como eliminação de áreas consideradas atrasadas, através de sua incorporação à lógica de reprodução do capital.

²⁰ *Idem*, p. 23-24.

²¹ F. de Oliveira, “Ao correr do martelo: Leiloa-se um país”, em *O Banquete e o Sonho: Ensaios sobre economia brasileira*, p. 24.

Justamente por isso, não se pode estranhar a íntima ligação entre o Estado e a iniciativa privada, já que se tratava de um projeto concentrador, que obviamente, teria que fechar-se para a participação de uma parte significativa da população, marginalizando-a e buscando sua submissão aos anseios e necessidade do capital.

Os projetos justificavam suas propostas de atuação tanto pela necessidade de manter a Segurança Nacional, quanto pela compreensão de que ela só seria obtida pelo desenvolvimento que só poderia advir da ligação entre Estado e capital. Assim, a utilização do fundo público com a finalidade de criar uma infraestrutura capaz de atrair investimentos privados para a região, parecia ser a consequência natural da postura política adotada, direcionando as medidas governamentais para a construção e/ou melhoria das estradas vicinais²². Os dois principais projetos do setor – Sistema Viário de Emergência para o Vale do Ribeira e PROAP (Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Litoral-Vale do Ribeira) – justificavam o “atraso” econômico da região pela deficiência da rede de transportes, como se evidenciava na declaração de seus objetivos:

(...) estão sendo acionadas medidas de curtíssimo prazo que visam solucionar uma das dificuldades básicas da região, a deficiência da infraestrutura de transportes, grande responsável pelo seu atraso econômico²³.

Além disso, procuravam desvencilhar a ação do Estado dos interesses da empresa privada ao afirmarem serem as obras uma reivindicação da população local:

(...) as reivindicações da população do litoral sul (...) foram relacionadas com obras de infraestrutura que atendessem

22 É também importante lembrar que a opção por rodovias e não por ferrovias ou por transporte fluvial (sob a alegação de que estas obras seriam mais onerosas), atendia aos interesses de setores dominantes dentro do ramo industrial, ligados tanto à construção civil, quanto às montadoras de veículos automotores.

23 Secretaria de Planejamento/SUDELPA, *Sistema Viário de Emergência para o Vale do Ribeira*, Governo Laudo Natel.

às necessidades mais prementes da área: transportes e meios de comunicação²⁴.

Apesar de a rede de transportes ser também uma reivindicação da população local, dada a necessidade de maior rapidez no escoamento da produção, não existem dados que confirmem que esta população solicitava, especificamente, a construção de rodovias. O estabelecimento de uma rede viária em si não resolveria os problemas dos pequenos produtores, problemas estes muito mais profundos, relacionados com a falta de política agrícola que defendesse seus interesses, ausência de propostas sobre a regularização fundiária de áreas ocupadas por posseiros, entre outros. Portanto, a proposta governamental veio a beneficiar somente uma pequena parcela da população local, e foi ao encontro dos interesses determinados pela lógica de reprodução do capital no Brasil.

Essa ligação entre Estado e capital, realizada no Vale tanto pela política de incentivos, como pela abertura de estradas, acarretou um aumento da especulação imobiliária e um conseqüente acirramento dos conflitos. Esta política, que foi amplamente divulgada, contava com o apoio da grande imprensa, como demonstram estas três matérias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*:

O projeto para desenvolver o Vale do Ribeira (...), que o governador Laudo Natel está estudando, utilizará basicamente recursos provenientes do ICM (...). Segundo fontes bem informadas, os empresários de São Paulo poderão aplicar uma porcentagem do ICM que deveriam recolher em atividades industriais no Vale do Ribeira (...). Acredita-se que o projeto tem boas possibilidades de sucesso, junto à área privada²⁵.

A principal fonte de recursos (...) seria a fiscal, com a destinação, ao novo organismo, de parcelas do imposto sobre circulação de mercadorias. Nestas condições, o governo estadual teria condições para orientar a aplicação de recursos de vulto em planos de desenvolvimento do litoral

24 *PROAP*, SUDELPA, Governo Laudo Natel.

25 "Como ajudaremos o Vale do Ribeira." *Folha de São Paulo*, 26 abr. 1971.

sul do estado, que realmente se encontra em lamentável situação de abandono²⁶.

Com os planos de incentivos fiscais para o Vale, empresários de São Paulo, passaram a procurar grandes áreas para projetos de reflorestamento, até fins do ano passado e, agora, para o plantio de cacau. No caso de reflorestamento, os incentivos permitiriam o desconto de até 50% do Imposto de Renda devido, quando aplicados em uma empresa com esta finalidade²⁷.

Assim, em decorrência e concomitantemente à formação de uma rede viária, constituíram-se projetos governamentais – *Oportunidades Empresariais no Vale do Ribeira* – cujos encaminhamentos estavam sintetizados no projeto citado:

Com esta filosofia de atuação (homogeneizar o grau econômico e social em todo o território paulista) e observando-se alguns pressupostos da literatura econômica, buscou-se inicialmente dotar o Vale do Ribeira / Litoral Sul de uma infraestrutura física e social capaz de atrair a iniciativa privada e, na soma dos esforços, chegar ao desenvolvimento. Dentro desses parâmetros alguns fatores locais tais como: matéria-prima, energia elétrica, facilidades de terreno, água, saneamento, transporte, comunicação e proximidade com o mercado já possibilitam o investimento industrial e servem de base para o ‘take-off’ da economia do Vale do Ribeira e Litoral Sul. Assim sendo, algumas oportunidades empresariais no setor agrícola, alimentação, mineração, celulose e papel, química, material de construção civil são hoje viáveis de se localizarem na região²⁸.

Em relação à agricultura, as propostas centravam-se nas culturas da banana e do chá – principais produtos do Ribeira. No caso da

26 “Vale do Ribeira.” *Folha de São Paulo*, 29 abr. 1971.

27 “Só 40% têm títulos legalizados.” *Folha de São Paulo*, 22 out. 1978.

28 *Oportunidades Empresariais no Vale do Ribeira*, op. cit.

teicultura procurava-se consolidar o processo de incorporação da pequena à grande propriedade, iniciada nos anos 1950. Desde aquela época, as agroindústrias lá estabelecidas passaram a ter o controle sobre a comercialização do produto, fato que dificultava ainda mais o acesso do lavrador ao mercado. Sendo assim, este último acabava não vendo outra solução a não ser vender sua colheita para as usinas beneficiadoras, tornando-se, pouco a pouco, delas dependente, pois o preço pago pelas folhas de chá não era nem próximo ao do mercado, fazendo com que esse lavrador, para poder sustentar sua família, tivesse que adquirir mercadorias nos empórios das usinas, oferecendo em troca sua próxima colheita. Isto gerava um endividamento, por parte do pequeno produtor, que levava à perda da terra, transformando-o em um assalariado ou em um parceiro.

No caso da utilização da parceria pela teicultura no Ribeira, recuperava-se um sistema presente na memória da população rural, modificando, porém, a base de sua organização. Não se acenava mais ao trabalhador com a promessa da obtenção da propriedade, pois esta já lhe tinha sido confiscada, acenava-se então, com a possibilidade de sobrevivência de sua família através da sua permanência na terra, mesmo que esta não mais lhe pertencesse. Além disso, a relação estabelecida não se pautava mais em laços pessoais, fazendo emergir a impessoalidade fixada pela empresa. Mantinha-se, entretanto, o processo de sujeição de organizações econômicas, não-capitalistas ao processo de reprodução do capital.

Outro ângulo do processo de incorporação refere-se à forma de ocupação das terras pelas agroindústrias, quando de sua instalação. Como se tratavam de terras sem regularização fundiária, as usinas se estabeleceram em locais centrais, em relação à produção já existente, passando a reivindicar o título legal da propriedade e tornando os antigos moradores (aqueles que acataram a estratégia das usinas) em arrendatários da indústria. Desta forma, é possível perceber que o processo de incorporação à lógica do capital já havia sido iniciado em período anterior ao dos projetos apresentados por Natel. Neste sentido, restava apenas a este governo, criar condições para a ampliação do investimento na agroindústria do chá, através da construção de rede viária que facilitasse o escoamento da produção e/ou pela atração de novos investimentos para o setor.

No caso da bananicultura, ocorria o oposto ao descrito para o chá. Desde a década de 1950, a banana havia penetrado no Médio Vale, sendo produzida principalmente por pequenos produtores – na sua maioria posseiros – que buscavam novas possibilidades de sobrevivência pela potencialidade do produto no mercado internacional; porém, como já foi dito, a qualidade do fruto não atingia os rígidos padrões internacionais. Deste modo, o capital não apresentou um interesse mais específico pelo produto; apenas algumas cooperativas – principalmente a de Cotia – procuravam garantir a compra de boa parte da safra.

Como a bananicultura não exercia uma atração para o capital, os pequenos produtores, apesar de não terem um fácil acesso ao mercado, também não eram imobilizados pelo controle quase monopolístico exercido por agroindústrias, como na teicultura. Assim, a eles eram abertas novas possibilidades de organização, como a formação de associações de moradores que levavam coletivamente o produto ao mercado, escapando do intermediário local. Além disso, por não se verem tão diretamente ameaçados pela perda da terra, podiam manter um ritmo de produção que, se não era aquele vivido por comunidades em que as leis de mercado não haviam se imposto, também não representava o ritmo ditado pela lógica da reprodução do capital.

Portanto, em relação à bananicultura, a ação do governo voltou-se para o estímulo, visando a constituição de agroindústrias no Vale e objetivando a incorporação dessa produção. A ideia de formação de uma indústria de purê e néctar de banana remontava ao início da década de 1960, mas somente a partir dos anos 1970 ela tomou força, através da política de incentivos. Esta política trouxe outra consequência bastante séria para o Ribeira; as facilidades de crédito e de isenções fiscais levaram à área uma quantidade significativa de grileiros, que passaram a reivindicar a propriedade de antigos moradores, fazendo acirrar-se a luta pela terra.

O terceiro eixo de atração industrial centrava-se na exploração dos recursos naturais, procurando-se levar para o Vale mineradoras, indústrias químicas, fábrica de produção de materiais para construção civil e indústrias de papel e celulose. Para estes setores a forma de interessar investimentos baseava-se fundamentalmente, na política de incentivos fiscais, pois por ela as empresas necessitariam de um

capital consideravelmente menor para se estabelecerem. Em relação à Doutrina da Segurança Nacional, a formação dessas indústrias cumpriria um papel importante ao empregar parte da mão-de-obra ociosa, que advinha do projeto de estrangulamento da pequena produção pela entrada maciça do capital no Ribeira.

Se as estratégias de ação governamental se baseavam nessas três frentes, a geopolítica de ocupação seguia os mesmos princípios de sustentação do grande capital e da defesa da Segurança Nacional. Os projetos centraram sua área de ação na região conhecida como Médio Vale, compreendida pelos municípios de Iguape, Cananéia, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Juquiá, Jacupiranga, Iporanga, Registro, Sete Barras, Eldorado Paulista e Pariquera-Açu. A explicação para isto estava ligada ao tensionamento social na área; ao fato de ela se caracterizar por presença de selvas que deveriam ser “tamponadas”, segundo Golbery, podendo abrigar focos guerrilheiros, e devido à concentração de posseiros, cuja lógica de produção não seguia o ritmo da reprodução capitalista. Além disso, a região norte do Vale, em razão de sua proximidade com São Paulo, apresentava forte dependência da capital paulista; a região sul do Ribeira já havia sido ocupada e quase desmatada pelas reflorestadoras, originárias, em geral do Paraná. Assim, o grande foco de tensão e de insubmissão à reprodução estava localizada na área central do Vale, motivo que direcionou a ação governamental para lá.

Dessa forma, não foi por acaso que as duas principais instituições representativas do Estado – a Superintendência para o Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), criada em 1968 e, o Centro de Desenvolvimento Agrícola do Vale do Ribeira (CEDAVAL), constituído em 1971 – fossem sediadas no Médio Vale.

Através do Anexo I²⁹ é possível observar que a construção da rede viária estava projetada para formar um quadrilátero, que facilitasse o rápido acesso a qualquer ponto do Médio Vale, sob a justificativa de criação da infraestrutura para facilitar a comercialização que permitiria o seu soerguimento econômico-social, ocultava os reais motivos do projeto, relacionados à Segurança Nacional e ao abrandamento de tensão na área.

29 O Anexo I foi retirado do *Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Litoral, Vale do Ribeira (PROAP)*.

Foi justamente a partir da intensificação da penetração do capital no Vale, que os conflitos pela posse da terra se acirraram. É possível perceber isto através da denúncia publicada em matéria do jornal *Folha de São Paulo*:

Apenas 40% das terras no Vale do Ribeira são tituladas. O restante são posses ou terras devolutas do Estado. Com a crescente especulação de terras dos últimos quatro anos, aumentou enormemente a procura de sítios e fazendas na região do Vale do Ribeira, em decorrência de sua relativa proximidade de São Paulo. (...) Em 1972, era comum encontrar-se terras na região a Cr\$ 1.500,00 o alqueire. Hoje, elas valem entre Cr\$ 15 mil e 20 mil, quando documentadas. Nas áreas devolutas, elas valem 'alguns cruzeiros ou uma bala no corpo', segundo expressão de um popular de Registro³⁰.

Assim, o processo de valorização das terras acabou por estabelecer um conflito que tinha, de um lado, os posseiros (geralmente, sem qualquer documento que lhes comprovasse a posse) e, de outro, um grupo representado por três setores distintos:

1. pessoas que haviam adquirido terras há alguns anos, com a finalidade de fazer um investimento, e que nunca tinham se interessado em ocupar efetivamente a área;

2. grileiros que eram atraídos pela valorização das terras, forjando títulos de propriedade e utilizando-os para entrar na Justiça, a fim de pedir a reintegração da posse;

3. grileiros ligados a grandes empresas que se dirigiam para o Vale ambicionando os incentivos fiscais oferecidos pelo governo.

Diante do recrudescimento dos conflitos, não restava aos pequenos produtores outra saída senão organizarem-se para fazer frente ao processo de expropriação, que tencionava retirar deles o bem maior que era a terra, base de sua sobrevivência tanto física, quanto cultural. Estabelecia-se uma luta cujo caráter podia ser sintetizado pelas diferenças dos interesses que viam na terra uma possibilidade de negócio,

30 "Só 40% têm títulos legalizados". *Folha de São Paulo*, 22 out. 1978.

de ganho e aqueles, que entendiam que a terra era um espaço de trabalho, de onde retiravam os frutos que reproduziam a vida.

A forma de organização que prevaleceu no Ribeira foi a constituição de associações de moradores, cujos objetivos seriam unir posseiros na luta contra a desapropriação, luta esta bastante acirrada e violenta, como demonstra matéria da revista *Isto É*, de abril de 1980:

Alguns foram mortos a tiros, nos últimos três anos, defendendo as casas de pau-a-pique, animais e a terra onde nasceram e vinham cultivando a lavoura. Outros, pelo menos 2.000 famílias, não ousaram resistir a tanto. E foram expulsos. Deixando para trás as roças destruídas, as casas tombadas e incendiadas pelos inimigos. Os que ficaram, ao pressentirem que a tragédia começava a apertar o cerco à sua volta resolveram unir-se. (...) Eles fundaram a partir de 1977, nove associações para a defesa de seus interesses³¹.

Esta situação de violência e de grilagem também foi descrita pelo advogado Joel Carneiro dos Santos:

Tendo às mãos uma escritura de posse, obtida sem exigência alguma, às vezes, com a complacência do serventuário, o vivaldino demanda à casa do caboclo e lhe afirma com a autoridade de um 'expert': 'Estas terras são minhas, porque as comprei. aqui está a escritura'. Abrindo-a, procede à leitura do texto, com toda solenidade, pondo em polvorosa o humilde matuto. Quando este, mais ousado, nega-lhe a entrega das terras, acontecem as ameaças, as violências e o que é mais vil, a busca da Autoridade Policial que muito se tem prestado, no auxílio aos grileiros. O expediente é este: o pretenso dono das terras comparece, ante a Autoridade Policial, muitas vezes é atendido pelo escrivão, outras, pelo comandante do destacamento

31 "A Briga pela Terra no Vale do Ribeira", *Isto É*, 26 abr. 1980, p. 86-87.

policial, e em número menor de vezes, pelo Delegado e ali formula queixa, alegando que está sendo ESBULHADO³².

Pode-se então perceber que em resposta às tentativas de submissão do modo de vida do pequeno produtor à lógica de reprodução capitalista, este respondia através da resistência, apesar de, para isto, ter que enfrentar, além do agente dos interesses do capital, as autoridades que frequentemente, se voltavam contra ele.

As propostas defendidas durante o governo Laudo Natel cumpriram o papel de rastrear a área, também ampliando a participação do capital na região; neste sentido, o projeto foi vitorioso, tanto que o governador que o sucedeu – Paulo Egydio Martins – teve uma atuação bastante tímida em relação ao Vale. Sem dúvida, a existência e o acirramento dos conflitos demonstravam que o processo de homogeneização não havia se completado, mas os objetivos básicos da proposta concentracionista estavam postos; daí o conflito.

A situação fundiária na região teve poucas alterações desde então. O Ribeira continua sem uma política de regularização fundiária, além de permanecer como alvo de projetos governamentais, cujo foco principal está diretamente ligado à ampliação dos interesses dos grandes investidores³³ em detrimento das necessidades dos pequenos produtores.

Fontes

O Estado de S. Paulo - de 1966 a 1989.

Folha de S. Paulo - de 1966 a 1989.

A Tribuna do Ribeira - de 1968 a 1989.

Estudo Econômico da Bananicultura - Divisão de Economia Rural da Secretaria da Agricultura/ Serviço do Vale do Ribeira, 1966.

Desenvolvimento Integrado do Vale do Ribeira - Serviço do Vale do Ribeira, Governo Abreu Sodré, 1968.

Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Litoral - Vale do Ribeira - Sudelpa, Governo Laudo Natel, 1972.

Sistema Viário de Emergência para o Vale do Ribeira - Sudelpa, Governo Laudo Natel.

32 J. C. dos Santos, *Situação dos Trabalhadores Rurais no Vale do Ribeira*, p.5.

33 Exemplo claro disto, é o projeto de construção de barragens no rio Ribeira de Iguape, cujo objetivo é fornecer energia às empresas Votorantim.

Oportunidades Empresariais no Vale do Ribeira - Sudelpa, Governo Laudo Natel.

Programa de Ensino do Vale do Ribeira - Secretaria da Educação, Governo Laudo Natel.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1987.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil. Terra e poder: o problema da terra na crise política*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MEDEIROS, Narciso & CUNHA, João Ferreira & Azzi, Reynaldo. *O Vale do Ribeira de Iguape*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1949.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *O Banquete e os Sonhos: ensaios sobre economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1976.

SANTOS, Joel Carneiro dos. *Situação dos Trabalhadores Rurais no Vale do Ribeira*. Registro: junho1978

6. A arquitetura institucional da segurança pública na ditadura civil-militar

MARIA PIA GUERRA

Introdução

Dentre os pilares da Justiça de Transição, a reforma institucional é o que tem recebido a menor atenção dos pesquisadores e dos atores políticos no Brasil, não obstante a sua centralidade para a superação das nossas permanências autoritárias. Tal ausência é ainda mais marcante no campo da segurança pública, que cotidianamente reproduz as mesmas práticas de violações de direitos do período de 1964-1988. Em que pese o debate existente sobre a organização da repressão política, pouco se sabe sobre a atuação e a organização da ditadura na repressão à criminalidade dita comum. Ainda, em virtude deste desconhecimento, pouco se sabe, efetivamente, sobre as continuidades na organização da segurança pública no período pós-1988¹.

Sabemos que as práticas de violência permanecem. Como descreveu a organização Human Rights Watch (HRW) em relatório sobre o tema, a tortura é problema crônico das forças de segurança e dos centros de detenção do país. Entre 2012 e 2014, a HRW recebeu mais de cinco mil denúncias de tortura, crueldade e tratamento degradante no Brasil e, dentre elas, 84% referente a casos em que o preso já estava sob custódia do Estado².

1 Artigo apresentado no Seminário *Polícia e Ditadura: a organização da segurança pública em São Paulo de 1964 a 1988*, organizado pela Comissão da Verdade Marcos Lindenberg, em 17 nov. 2015. Contém os debates desenvolvidos no livro M. P. Guerra. *Polícia e ditadura (1964-1988)*, Brasília: Comissão de Anistia, No prelo 2016.

2 Human Rights Watch, *Relatório Mundial 2015: Brasil – Eventos de 2014*, jan. 2015.

Pouco sabemos, porém, sobre as estruturas que permitem a continuidade das práticas de violência. É imprescindível para a consolidação da democracia brasileira enfrentar este legado de violência estatal. Reformar a estrutura do sistema de segurança pública é condição para que o estado de exceção deixe de existir para a maior parte da população brasileira.

Para enfrentar os legados, é preciso primeiro conhecê-los. Pretende-se, aqui, dar um primeiro passo para a compreensão da arquitetura institucional da segurança pública em perspectiva histórica, de modo a responder às exigências do direito à memória e à verdade e à urgência de um enfrentamento das permanências na atuação repressiva do Estado. O objetivo é apresentar, por meio de um estudo das alterações institucionais nos órgãos de segurança pública, as intervenções promovidas pelo regime militar, pelos governos de transição e pela Assembleia Constituinte de 1988, tentando identificar as rupturas e as continuidades na estrutura institucional. Tendo em vista a natureza jurídico-formal dos atos de alteração dos órgãos estatais, incluindo os órgãos policiais, teremos como marcos temáticos e temporais as reformas legais ocorridas entre o golpe civil-militar de 1964 e a promulgação da Constituição Federal de 1988, tanto no âmbito nacional como no Estado de São Paulo.

Ao final, veremos como permanecem na organização da segurança pública de hoje, referente ao período ditatorial, os elementos de militarização do policiamento ostensivo, controle sem participação da sociedade civil e modernização autoritária e, referente ao período transicional e constituinte, o elemento de descentralização federativa das políticas de segurança.

A arquitetura institucional da segurança pública sob o comando dos militares

Com o golpe civil-militar de 1964, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) se tornou diretriz oficial do governo federal, alterando a divisão de competências relativas à defesa do Estado e da sociedade. A atribuição dos militares deixou de ser restrita à defesa de fronteiras para incluir uma defesa da sociedade contra seus inimigos internos,

contra aqueles desafetos “infiltrados em meio à população ordeira”. Como bem explicou o General Fortes, na 10^a Conferência dos Exércitos Americanos em Caracas:

O inimigo usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos e ilícitos para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de camponês, de vigilante, de defensor da democracia ou de intelectual avançado (...). Daí porque a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional³.

Para as novas Forças Armadas, a preservação da segurança nacional exigia um controle sobre a ordem social interna, algo antes afeito às políticas de segurança pública. Este ponto é interessante para ressaltar que a intervenção na segurança pública pelo regime militar não foi acidental, mas sim um passo necessário ao pleno desenvolvimento da concepção autoritária de Estado. Existiu, como veremos, uma direção na reestruturação do setor. Este projeto se manifestou, sobretudo, no processo de “federalização da segurança”, ou melhor, na progressiva incorporação da segurança pública, até então matéria estadual, na órbita de controle do Comando militar federal. O processo se iniciou em 1966 e atingiu seu ápice nos anos de 1969 e 1970.

A federalização consistiu em (i) vincular as polícias às Forças Armadas, dando ao Exército o controle das políticas gerais de segurança e da atuação policial, e (ii) militarizar o policiamento, tornando-o mais eficiente a partir dos padrões ditatoriais de eficiência, que, vale dizer, não são necessariamente os mesmos padrões daqueles de um regime democrático. Uma série de leis e decretos federais realizaram a transformação:

3 Jornal da Tarde, 1973. Apud C. M. B. Coimbra, *Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência*, p. 10.

1966: Decreto federal n. 57.775/66 e Decreto-lei federal n. 11/66. Deu caráter militar ao cargo de comandante da polícia, equivalente ao de comandante de tropa.

1967: Decreto-lei Federal n. 317/67. Estabeleceu controle de nomeações para cargos chave, criou a Inspetoria Geral da Polícia Militar (IGPM), proibiu sindicalização e atribuiu às polícias militares a atuação no policiamento ostensivo.

1969 (julho): Decreto-lei n. federal 1.001 (Código Penal Militar) e Decreto-lei federal n. 1.002 (Código Processual Penal Militar).

1969 (julho): Decreto-lei federal n. 667/69. Deu exclusividade do policiamento ostensivo às polícias militares. Subordinou-as ao Exército. Determinou que o cargo de Comandante da polícia fosse exercido por oficial de Exército, salvo por autorização do Ministro do Exército. Estabeleceu superioridade do pessoal das Forças Armadas ao pessoal da polícia, mesmo em igualdade de condições.

1969 (dezembro): Decreto federal n. 1.072/69. Determinou extinção das guardas civis e criação da PM.

1970: Decreto federal n. 66.862/70. Regulamento das Polícias Militares. Ampliou o escopo de ação da PM e o seu vínculo com as Forças Armadas. Atribuiu à PM o controle de atividades subversivas. Subordinou-a ao Comando do Exército local em situações de grave perturbação da ordem. Subordinou as unidades da PM ao Comando militar com jurisdição na localidade, mesmo que diversa do Comando militar responsável pela sede da PM. Obrigou aprovação do Exército para a localização das unidades e a alteração do efetivo da PM. Garantiu participação dos Comandantes do Exército no planejamento da atividade policial. Atribuiu à IGPM o controle do material bélico das polícias. Revogado pelo Decreto federal n. 88.777/83.

1975: Decreto-lei federal n. 1.406/75. Estendeu a militarização ao corpo de bombeiros.

A primeira alteração foi o controle de nomeações. Posições de comando, como a Secretaria de Segurança Pública e o Comando da Polícia Militar, passaram a ser ocupadas por oficiais do Exército.

A medida se iniciou informalmente logo após o golpe civil-militar, quando se tornou prática do governo militar oficiosamente sugerir nomes para postos centrais de segurança nos Estados⁴. Mas foi institucionalizada por meio do Decreto federal n. 57.775/66, do Decreto-lei federal n. 11/66 e do Decreto-lei Federal n. 317/67, na segunda fase do regime militar, iniciada com a edição do Ato Institucional n. 2⁵.

A segunda alteração foi o controle das instituições. Em 1967, por meio do Decreto-lei Federal n. 317/67, o regime reorganizou toda a segurança pública nacional. Uma das medidas foi a criação de um novo sistema de controle das polícias. Tratava-se, principalmente, da Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), um órgão de controle inserido na estrutura do Exército, destinado à supervisão e à correção de condutas das polícias militarizadas. A IGPM confirmou um tipo de controle externo de polícias que não apenas era centralizador e, portanto, ineficiente se não combinado com outros instrumentos, mas também era excludente, porque recusava participação da sociedade civil.

Nas palavras do Inspetor General de Brigada Augusto de Oliveira Pereira, a IGPM era o elo de ligação entre Federação e Estados, que teria como objetivos, dentre outros, padronizar, centralizar e garantir a “defesa dos princípios militares: agressividade, capacidade de reação, espírito combativo e absoluta decisão nas ações”. Assim, seria possível combater a “violência, subversão, corrupção, tráfico de influências, infiltração ideológica, propósito de domínio econômico, intuito de desagregação social, quebra de soberania”⁶. A IGPM era, portanto, meio de garantir uma atuação nos marcos da doutrina de segurança nacional.

4 Em São Paulo, o vice-governador Laudo Natel só assumiu a vaga deixada pelo governador cassado Ademar de Barros após aceitar a indicação do Gen. Fragozo para a Secretaria de Segurança e a do Coronel João Batista Figueiredo para o Comando da Polícia Militar. B. Sallum, *Federação, autoritarismo e democratização*.

5 No período inicial da ditadura, as Forças Armadas optaram por uma atuação castelista de *limpeza cirúrgica* na sociedade, com prisões em massa, demissões, cassações e exílios, mas deixando as instituições liberais relativamente intactas. Somente após a possibilidade de derrota nas eleições de 1965 tornou-se necessário ao regime intervir diretamente nas instituições. B. Sallum, *Federação, autoritarismo e democratização*.

6 Brasil, Estado de São Paulo, Força Pública do Estado de São Paulo, *Boletim Geral* n. 4, 24 jun. 1969.

A terceira alteração foi a militarização do contato policial direto com a população. As polícias de caráter militar, a exemplo da Força Pública paulista (FP), não tinham a preponderância no policiamento ostensivo. Tal preponderância, ao menos no Estado de São Paulo, era conferida às Guardas Cívicas. De fato, a partir de 1956 a FP paulista passou a receber algumas competências de policiamento nas ruas, restritas às cidades do interior e a algumas zonas da capital mais próximas aos quartéis. Ela permanecia, porém, relativamente subsidiária⁷.

Em 1967, a ditadura atribuiu às polícias militarizadas o policiamento ostensivo⁸. Em 1969, deu a elas a sua exclusividade:

Decreto 667/69, art. 3º, “a”. Compete à polícia militar: “executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas e os casos estabelecidos em legislação específica, o policiamento ostensivo, fardado planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos”.⁹

A atribuição estava longe de ser ponto pacífico e foi duramente contestada, como se verá, por corporações policiais que se sentiram prejudicadas. Seis meses depois, como restavam dúvidas sobre as atribuições, a ditadura determinou a extinção das Guardas Cívicas e a criação, em até 180 dias, de uma nova polícia em todos os Estados, a Polícia Militar¹⁰. A Polícia Militar, portanto, é criação da ditadura.

O mesmo Decreto-lei federal n. 317/67 acentuou a militarização em outros aspectos. Confirmou o foro especial previsto havia pouco no Código Penal Militar e no Código de Processo Penal Militar para crimes cometidos por policiais militares¹¹. Também repetiu a previsão de exclusividade, a oficiais do Exército, para exercício de comando policial e, reforçando a medida, determinou que as eventuais exceções fossem

7 Ver abaixo. T. Battibugli, *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*, p. 49.

8 Brasil, *Decreto-lei federal n. 317/67*.

9 Brasil, *Decreto-lei federal n. 667/69*.

10 Brasil, *Decreto federal n. 1.072/69*.

11 Brasil, *Decreto-lei n. 1.001/69*; Brasil, *Decreto-lei n. 1.002/69*.

autorizadas não mais pela IGPM, mas pelo próprio ministro¹². Ainda, explicitou a dupla subordinação das polícias ao governo estadual e ao Exército¹³. Vale notar que, neste aspecto, o decreto era evasivo, pois se por um lado previa o caráter estadual da secretaria de segurança pública, por outro não criava mecanismos de controle da secretaria estadual sobre as polícias militares. Tal ambiguidade, na ditadura, resolvia-se a favor das Forças Armadas.

Em 1970, a ditadura editou o Regulamento das Polícias Militares, que aprofundou o vínculo entre polícias militares e Forças Armadas. Foram principalmente duas medidas: (i) ampliação do escopo da PM em direção ao combate da subversão, fortalecendo os órgãos policiais na estrutura de Estado e (ii) ampliação do controle pelas Forças Armadas sobre as polícias recém fortalecidas.

Esta foi, diga-se de passagem, a principal estratégia do regime militar para as polícias no período. Ao mesmo tempo em que ampliava suas atribuições e, assim, ampliava seus poderes, inclusive por meio de autorização informal de atuação fora da lei, antecipava-se aos desafios de sua autonomização e criava mecanismos de controle centralizadores¹⁴. Para promover a ampliação do escopo de ação das polícias, o regulamento estipulou competência estadual de prevenção de atividades subversivas. Caberia às polícias militares estaduais a repressão a “atividades subversivas, agitações, tumultos, distúrbios de toda ordem, devastações, saques, assaltos, roubos, sequestros, incêndios, depredações, destruições, sabotagem, terrorismo e ações de bandos armados nas guerrilhas rurais e urbanas”¹⁵.

Já para promover a ampliação do controle, o regulamento estabeleceu novos vínculos com as Forças Armadas. Primeiro, definiu de modo bastante elástico as situações em que a polícia e o Exército atuariam em parceria: as “graves perturbações da ordem”¹⁶. Segundo, criou

12 Brasil, *Decreto-lei federal n. 317/67*. Art. 6º, § 5º.

13 *Idem*. Art. 21.

14 Sobre o equilíbrio entre autonomização e instrumentalização, ver A. P. A. Rocha. *A gramática das polícias militarizadas*, p. 14. Sobre a paradoxal ampliação das atividades de natureza policial das polícias militares concomitantemente à sua aproximação com as Forças Armadas, ver J. Muniz, *Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional*, p. 184.

15 Brasil, *Decreto federal n. 66.862/70*.

16 Eram situações que “superem a capacidade de condução das medidas preventivas e repressivas tomadas pelos Governos Estaduais, (...) possam vir a comprometer

mecanismos formais de dependência: (i) subordinou a PM diretamente ao Comando do Exército local nas situações de graves perturbações da ordem, (ii) subordinou as unidades da PM ao Comando militar que tivesse jurisdição no local; (iii) exigiu aprovação do Estado-Maior do Exército para a localização das unidades da PM e para a ampliação ou diminuição de seu efetivo; (iv) exigiu participação dos Comandantes do Exército no planejamento da atividade policial; (v) atribuiu à Inspeção Geral das Polícias Militares o controle do material bélico das polícias e (vi) possibilitou a participação das polícias em exercícios e manobras das Forças Armadas¹⁷.

Estas medidas foram tomadas no período de recrudescimento da ditadura, em que o governo militar atribuía a si os poderes de exceção estabelecidos no Ato Institucional n. 5. Mais do que uma coincidência temporal, trata-se de um mesmo processo de implementação da Doutrina de Segurança Nacional.

A arquitetura institucional de segurança pública e o autoritarismo no Estado de São Paulo

O processo de federalização analisado acima ampliou sobremaneira a participação do governo militar federal nas políticas de segurança. Porém, não chegou a suprimir a competência dos Estados, que permaneceram sendo responsáveis pela execução e manutenção das polícias. A participação do governo de São Paulo se deu com relativa dependência: por um lado, implementou as medidas impostas pelo governo federal, em alguns momentos a contragosto, principalmente quando criavam tensões entre as corporações policiais; por outro, no entanto, aproveitou o espaço de autonomia para aprofundar a seu modo o autoritarismo no setor de segurança, implantando uma modernização autoritária. Uma série de leis e decretos estaduais incorporaram e reforçaram as diretrizes ditatoriais:

a integridade nacional e o funcionamento das instituições ou (...) impliquem na realização de operações militares”. Brasil, *Decreto federal n. 66.862/70*.

¹⁷ Brasil, *Decreto federal n. 66.862/70*.

- 1967 (maio): Constituição do Estado de São Paulo.
- 1968 (janeiro): Decreto-lei estadual n. 49.240/68. Redefiniu competências, dando à Guarda Civil o policiamento de trânsito e à Força Pública a Rádio Patrulha.
- 1968 (maio): Lei Orgânica de Polícia (Lei estadual n. 10.123/68). Manteve as três principais organizações policiais: Polícia Civil, Guarda Civil e Força Pública. Iniciou a modernização autoritária.
- 1968 (setembro): Decreto estadual n. 50.300/68. Criou critérios para conflitos de atribuição entre as polícias.
- 1969 (julho): Decreto-lei estadual n. 141/69. Criou 1670 cargos na estrutura da SSP.
- 1969 (julho): Decreto estadual n. 52.213/69. Alterou a estrutura da SSP: criou a Delegacia geral, descentralizou serviços, racionalizou a distribuição de efetivo policial, criou mecanismos de redução de conflitos entre as polícias.
- 1969 (outubro): Decreto-lei estadual n. 156/69. Aprimorou os mecanismos de redução de conflitos entre polícias.
- 1969 (17 de outubro): Emenda n. 1 à Constituição do Estado de São Paulo.
- 1970 (abril): Decreto-lei estadual n. 217/70. Extinguiu guarda civil e criou a Polícia Militar. Estabeleceu carreira equivalente à da FP. Policiais da GC entraram em “quadro em extinção”, com opção de incorporação à PM ou PC.
- 1970 (abril): Decreto-lei estadual n. 218/70. Concedeu aumento aos policiais militares.
- 1970 (julho): Decreto estadual n. 52.484/70. Autorizou o Comandante da Polícia Militar a organizar a PM em atos infralegais.
- 1974 (dezembro): Lei estadual n. 616/74. Consolidou organização criada por ato infralegal em 1970. Reproduziu a federalização e a militarização da segurança pública, com vinculação às F.A., dupla cadeia de comando, exercício do Comando da PM somente por oficial do Exército e necessidade de autorização do Ministro para alteração do efetivo policial.
- 1975 (março): Decreto estadual n. 5.821/75. Criou o Departamento Estadual de Polícia Científica
- 1975 (abril): Decreto estadual n. 6.073/75. Criou unidades administrativas da SSP: Centro de Planejamento e Controle, Centro

de Comunicação Social. Reorganizou a Corregedoria da Polícia Civil.

- 1975 (agosto): Decreto estadual n. 6.635/75. reorganizou o DEGRAN.
- 1975 (agosto): Decreto estadual n. 6.636/75. Reorganizou o DERIN
- 1975 (setembro): Decreto estadual n. 6.836/75. Reorganizou o DEOPS.
- 1975 (outubro): Decreto estadual n. 6.918/75. Reorganizou a SSP. Criou a Coordenadoria de Informações e Operações
- 1975 (dezembro): Decreto estadual n. 7.289/75. Regulamentou a Lei n. 616/74, que organizou a PM.
- 1975 (dezembro): Decreto estadual n. 7.290/75. Regulamento Geral da PM.
- 1979 (janeiro): Lei estadual n. 207/79. Lei Orgânica de Polícia. Manteve as mesmas competências, alterou direitos e deveres, concedeu vantagens a delegados. Criou gratificação por ato de bravura.
- 1979 (janeiro): Decreto estadual n. 13.167/79. Estabeleceu nova organização da PM, desconcentrou o serviço policial, criou o Comando de Polícia de Choque.

As principais reformas estaduais ocorreram no governo de Roberto de Abreu Sodré (1967-1971). Sodré foi, dos governadores paulistas, o mais próximo aos militares das alas radicais. Em sua gestão, o governo paulista não apenas participou ativamente da organização dos centros de repressão, arcando com os custos de instalação e manutenção, mas também reforçou simbolicamente a sua validade promovendo e premiando policiais envolvidos nos órgãos de terror¹⁸.

As primeiras medidas datam de 1968. Até então, existiam cinco organizações policiais: Polícia Civil, Guarda Civil, Força Pública, Polícia Feminina e Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras.

18 E. Gaspari, *A ditadura escancarada*, Também: Brasil, Estado de São Paulo, “Decreto de 23 ab. 1970”, em Brasil, Estado de São Paulo, Polícia Militar, *Boletim Geral n. 79, de 29 abr. 1970*, p. 3. Disponível no Museu da Polícia Militar de São Paulo. Ainda, ver: Brasil, Ministério da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, *Seminário de Segurança Interna: sugestões para integração dos órgãos de segurança interna*, Relator: Hely Lopes Meirelles, de 13 mar. 1969. Disponível no Arquivo Nacional, BR_AN_BSB_VAZ_019_0021.

Competia à Polícia Civil a investigação de delitos, à Guarda Civil o policiamento ostensivo da capital e dos grandes centros urbanos e à Força Pública o policiamento ostensivo do interior e das áreas adjacentes aos quartéis¹⁹.

Após a edição do Decreto-lei federal n. 317/67, percebendo um fortalecimento das polícias militarizadas, as polícias estaduais civis, principalmente a Guarda Civil, mobilizaram o debate sobre o capítulo de segurança da nova Constituição estadual. Em meio a debates sobre unificação das polícias, foram capazes de manter as três principais organizações – Polícia Civil, Guarda Civil e Força Pública – e postergar as definições de competência para nova Lei Orgânica de Polícia²⁰.

O contexto seguinte é relativamente confuso. Antes da aprovação da Lei Orgânica²¹, o Decreto-lei estadual n. 49.240 de janeiro de 1968 atribuiu à Força Pública a cobiçada Radiopatrulha, indicando seu fortalecimento. Com a aprovação da lei, diversas comissões foram criadas para efetivar a reorganização das polícias. Elas, no entanto, foram atropeladas pelos decretos nacionais de federalização da segurança. Após a edição do Decreto-lei federal n. 667, de 2 de julho de 1969, o governo de São Paulo editou o Decreto-lei estadual n. 156, de 8 de outubro, com regras de resolução de conflitos entre as corporações²². Após a promulgação da Emenda n. 1 à Constituição Federal, em 17 de outubro de 1969, o Estado de São Paulo aprovou emendas de adaptação à Constituição Estadual. Tendo em vista os ânimos especialmente acirrados nas corporações²³, mas desconsiderando as tentativas de negociação

19 Até os anos 1950, competia à Guarda Civil o policiamento ostensivo da capital dos grandes centros urbanos e à Força Pública o policiamento ostensivo do interior. Em 1956, uma reforma deu à Força Pública a competência de policiamento ostensivo das áreas urbanas próximas aos quartéis. Ainda, tinha as seguintes competências: vigilância e manutenção da ordem pública, patrulha e controle de tráfego na capital e no interior; guarda de edifícios públicos; serviços de radiopatrulha ao DOPS, escoltas, capturas, policiamento florestal, policiamento rodoviário, policiamento de divertimentos públicos. A corporação permanecia, no entanto, relativamente ausente das ruas. T. Battibugli, *op. cit.*, p. 49.

20 São Paulo (Estado), *Constituição do Estado de São Paulo de 1967*.

21 São Paulo (Estado). *Lei estadual n. 10.123/68*.

22 O decreto alterou dispositivos da *Lei estadual n. 10.123/68* para incluir regras de requisição de serviços a servidores de outras carreiras policiais. São Paulo (Estado). *Decreto-lei estadual n. 156, de 08 out. 1969*.

23 V. Sylvestre, *Guarda Civil de São Paulo: sua história*, p. 104. Também: São Paulo (Estado), Força Pública do Estado de São Paulo, *Boletim Geral Especial*, 29/08/1969.

em curso²⁴, o governo federal decidiu pelo alto: determinou a extinção das guardas civis e sua incorporação aos quadros das outras duas polícia²⁵. Em aceite, o governo de São Paulo criou a Polícia Militar do Estado de São Paulo²⁶.

A criação da PM em São Paulo gerou grande crise entre as organizações policiais. Nada que pudesse, porém, ser contestado: a militarização foi determinação federal. Oficialmente, a PM surgiu de uma fusão da Guarda Civil e da Força Pública. Na prática, porém, constituiu-se com notória preponderância da FP. Os membros da Força foram incorporados nas mesmas classes e prerrogativas, já os membros da Guarda Civil que fizeram a opção pela PM foram adaptados, com algumas distorções só posteriormente corrigidas.

Não que violência fosse uma questão para qualquer das partes. Em São Paulo, as reformas seguintes foram orientadas por uma modernização autoritária que por um lado procurava tornar mais eficientes os serviços policiais, com desconcentração geográfica, racionalização dos recursos e mesmo criação de uma polícia científica, mas por outro permitia a ampliação do DEOPS, a criação da ROTA, a instituição de uma espécie de gratificação faroeste e mesmo a nomeação de secretários de linha dura como Erasmo Dias. Tratava-se de um conceito de eficiência despreocupado com garantias de direitos fundamentais, facilmente associado às diretrizes federais autoritárias.

A modernização ocorreu em três eixos: (i) planejamento da atuação, (ii) investimento em relações públicas e (iii) melhoria da estrutura física²⁷. Em julho de 1969, a Secretaria de Segurança Pública foi reorganizada. O Decreto estadual n. 52.213/1969 criou a delegacia

24 V. Sylvestre, *op. cit.*, p. 103.

25 Brasil. *Decreto federal n. 1.072/69*.

26 São Paulo (Estado), *Decreto-lei estadual n. 217/70*.

27 Ao analisar a política de segurança pública no Brasil nos anos 1960, no que se refere à participação de técnicos americanos do sistema USAID, Motta destaca três pontos de influência: planejamento, melhoria de equipamento e preocupação com as relações públicas. Os três pontos, para este estudo, podem ser compreendidos como tentativas de modernização. Ainda de acordo com Motta e Huggins, o USAID, projeto dos EUA que tinha como objetivo exercer influência nos governos da América Latina contra a ameaça comunista. Promoveu a estruturação do sistema de repressão polícia com a implantação da OBAN e dos DOI-CODI, além de ter auxiliado financeiramente a aquisição de materiais, laboratórios de investigação e centros de treinamento. R. P. S. Motta. *Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira*. Também: M. K. Huggins, *Polícia e Política: relações Estados*.

geral, ampliou a cobertura territorial dos serviços policiais, estabeleceu critérios de distribuição de efetivos e criou mecanismos de redução de conflitos entre as organizações²⁸. Outros mecanismos de redução de conflitos, como se viu, foram estabelecidos três meses depois, referente à especificação das competências e das ações conjuntas²⁹.

No fim de 1970, a Polícia Militar foi estruturada internamente pelo seu comando. O decreto que criou a Polícia Militar estabeleceu os parâmetros gerais³⁰, mas organização detalhada foi definida em atos infralegais nos meses seguintes³¹. Em outubro, o Estado-Maior da PM elaborou estudo sobre a reorganização das unidades, substituindo a divisão em bairros por divisão em zonas e subzonas, com características socioeconômicas semelhantes³². Em novembro, a Revista *Militia* noticiou a reorganização do 1º Batalhão da Polícia Militar, o Batalhão Tobias de Aguiar, em três missões: (i) policiamento ostensivo no centro da cidade, com patrulhas não motorizadas; (ii) Apoio à Política, com tropa de choque disponível ao DEOPS para “controle de distúrbios civis, com uso de tatu, brucutu e bombas de gás lacrimogêneo”; e (iii) serviço de policiamento em toda a grande São Paulo, a cargo da Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar, “para combate aos terroristas e marginais e no caso de grandes ocorrências”³³. A ROTA, portanto, nos seus moldes atuais, foi criada no auge da repressão da ditadura brasileira.

A legislação que criou a estrutura legal da Polícia Militar só viria no governo de Laudo Natel (1971-1975). Em dezembro de 1974, a Lei estadual n. 616 organizou a PM reforçando a militarização e a federalização da segurança. Deu status legal à polícia de choque, já que, como se viu, ela havia sido criada por ato infralegal em 1970, bem como reproduziu a vinculação da PM às Forças Armadas e a dupla cadeia

28 Sobre a criação da Delegacia Geral e as vantagens para a despersonalização da segurança pública, ver A. J. Kfourri Filho, *A polícia civil e sua institucionalização*.

29 São Paulo (Estado), *Decreto-lei n. 156/69*.

30 São Paulo (Estado), *Decreto-lei n. 217/70*.

31 São Paulo (Estado), *Decreto n. 52.484/70*.

32 “Com este policiamento, mais tranquilidade”, *Revista Militia*, ano XXIII, nov. 1970.

33 “Um Batalhão, 79 anos de heroísmo”, *Revista Militia*, ano XXIII, dez. 1970. A ROTA passou a usar este nome ainda em 1970, como demonstra o artigo da Revista *Militia*. Neste mesmo ano, passou a usar a boina preta que lhe é característica. Em 1975, incorporou formalmente o nome no regulamento da PM.

de comando estabelecidas nacionalmente pelo Decreto-lei federal n. 667/69.

Outras reformas foram realizadas pelos governadores seguintes, com uma continuidade de pessoal que indicava, embora contestada, certa continuidade de ideias. Em seu governo, Laudo Natel (1971-1975) nomeou para Secretário de Segurança Pública o Coronel Erasmo Dias, que viria a ser conhecido como o “todo poderoso da segurança de São Paulo”. Erasmo Dias foi mantido no governo de Paulo Egydio Martins (1975-1979), não obstante este tenha sido mais próximo das alas castelistas menos radicais do regime.

Em 1975, Erasmo Dias, já no governo de Paulo Egydio, promoveu uma ampla reforma nos órgãos de segurança de São Paulo. Foram criados diversos órgãos: a Coordenadoria de Informações e Operações³⁴, o Departamento Estadual de Polícia Científica³⁵, a Corregedoria da Polícia Civil, o Centro de Planejamento e Controle e o Centro de Comunicação Social³⁶. Foram também reorganizados e renomeados os departamentos da Polícia Civil da grande São Paulo e do interior. A polícia militar foi reorganizada por regulamentação à Lei n. 616 de dezembro de 1974, aprovada no governo anterior, com a criação de nova divisão para os comandos de policiamento³⁷.

Na visão de Erasmo Dias, duas modificações foram positivas: a criação da corregedoria e da polícia científica³⁸. Outras duas modificações parecem seguir o mesmo caminho: a proibição de remoção de delegados para outros municípios e a exclusão da previsão que autorizava delegados a avocar inquéritos policiais³⁹. Várias alterações, no entanto, reforçaram o caráter repressivo e autoritário do sistema: o DEOPS foi atualizado, substituindo-se a estrutura adotada desde a década de 1940, e os Departamentos Regionais de Polícia receberam competência suplementar para executar atividades concernentes à ordem política e social⁴⁰. Para complementar, a Coordenadoria de

34 São Paulo (Estado), *Decreto n. 6.918/75*.

35 São Paulo (Estado), *Decreto n. 5.821/75*.

36 São Paulo (Estado), *Decreto n. 6.073/75*.

37 São Paulo (Estado), *Decreto n. 7.289/75*; São Paulo (Estado), *Decreto n. 7.290/75*.

38 M. Godoy & B. P. Manso, “ROTA 66: a confissão”. *O Estado de São Paulo*, 26 abr. 2015.

39 São Paulo (Estado), *Decreto n. 6.635/75*.

40 Ver *Decreto n. 6.635/75*, *Decreto n. 6.636/75* e *Decreto n. 6.836/75*.

Informações e Operações (CIOP), criada na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, passou a ser o órgão de informações do secretário.

Ao fim do mandato, em janeiro de 1979, dois diplomas legais alteraram a estrutura dos órgãos policiais. O Decreto n. 13.167, de 23 de janeiro de 1979, com o objetivo de descentralizar o serviço, criou na PM onze novos batalhões da polícia e o Comando de Polícia de Choque. A nova Lei Orgânica da Polícia do Estado de São Paulo⁴¹ manteve as mesmas competências das polícias civil e militar, modificou alguns direitos e deveres e alterou critérios de remoção – sem, no entanto, prejudicar as prerrogativas dos delegados⁴². Significativamente, a lei estabeleceu uma gratificação por ato de bravura:

Art. 49. “O Secretário de Segurança Pública, por proposta do Delegado Geral de Polícia, ouvido o Conselho da Polícia Civil, poderá conceder honorarias ou prêmios aos policiais autores de trabalhos de relevante interesse policial ou por atos de bravura, na forma em que for regulamentado”.

A arquitetura institucional de segurança pública nacional na transição política

A transição política brasileira, tal como pensada pelas alas ligadas a Geisel, não era um processo de democratização, mas sim de liberalização, que ao fim entregaria o país a uma democracia controlada. Dependia, assim, do isolamento dos setores duros e instáveis das Forças Armadas e da constituição de uma “nova elite política civil”⁴³. Dentro desta concepção, mais importante do que punir os responsáveis era restabelecer a hierarquia militar, a exemplo da não punição dos envolvidos no atentado Rio Centro.

Da mesma forma, mais importante do que abrir as instituições para a população era entregá-las aos governos estaduais. Isso porque a centralização total do poder não era alternativa viável. Pressionado

41 São Paulo (Estado), *Lei n. 207/79*.

42 Sobre a atuação dos delegados no período conferir M. da G. Bonelli, *Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000*.

43 B. Sallum, *Labirintos: dos generais à Nova República*.

de um lado por militares radicais e de outro por opositores do MDB que ganhavam fôlego, Geisel precisava de sustentação ao seu projeto de institucionalização e liberalização. Precisava, portanto, do apoio de lideranças regionais⁴⁴. O recurso a elas permitiu um ressurgimento do federalismo e do poder de barganha dos governadores, que ficou ainda mais forte com a derrota do partido governista nas eleições de 1982⁴⁵.

São estes, justamente, os dois elementos que caracterizaram as reformas da segurança pública durante a transição: (i) ausência de punição ou de afastamento de envolvidos com violações de direitos, tanto no âmbito federal como no estadual, e (ii) redução das possibilidades de democratização a medidas de descentralização das competências para os Estados. Pouca ou nenhuma atenção foi dada à contenção da violência no âmbito da legislação federal de segurança pública, pois democratizar equivalia a descentralizar. Na legislação do período:

- 1978: Decreto federal n. 82.020. Estabeleceu que o oficial do Exército em exercício no cargo de Comandante da PM passaria à disposição dos governadores pelo prazo de dois anos. Revogado pelo Decreto 88.777/83.
- 1983 (janeiro): Decreto-Lei n. 2.010, alterou o Decreto-lei 667/69. Determinou que o Comando das Polícias Militares seria exercido, em princípio, por oficial da ativa do último posto da própria Corporação. Reafirmou a previsão de disposição ao governador, pelo prazo de dois anos.
- 1983 (janeiro): extinção do convênio que permitia aos DOPS estaduais a investigação de delitos políticos.
- 1983 (setembro). Decreto n. 88.777. Regulamento das Polícias Militares. Descentralizou as polícias aos governos estaduais, mantendo a ambiguidade do vínculo com as F. A.. Atribuiu a competência de planejamento da segurança pública às SSP; responsabilizou o Comandante da PM perante o governador,

44 F. da C. Saddi, *Estado e federalismo no governo Geisel*, p. 83.

45 Apesar de o partido de situação ter conquistado a maioria dos vinte e dois Estados, os partidos de oposição (PMDB e o PDT) conquistaram Estados importantes, como Rio de Janeiro com Brizola e São Paulo com Franco Montoro. A força da oposição era tal que mesmo os governadores da situação procuravam passar imagem de independência. Assim, o balanço geral foi negativo para o governo federal: os governos estaduais saíram fortalecidos.

com disponibilidade, se oficial do Exército, pelo prazo de dois anos; deu preferência de Comando da PM a oficial da própria corporação; estabeleceu critérios para localização de unidades da PM. Porém, inseriu a PM no sistema de informações do Exército e manteve vinculação às F.A. em casos de perigo à ordem pública (associação simples) e grave perturbação da ordem pública (subordinação no planejamento).

As principais reformas consistiram em repassar aos governos estaduais as competências de organização e controle das polícias. Os comandantes da PM passaram a ficar à disposição do governador e da Secretaria de Segurança Pública e, principalmente, passaram a ser preferencialmente membros da própria corporação, uma alteração significativa para o alívio da excessiva subordinação às Forças Armadas. Assim, em 1978, o Decreto federal n. 82.020/78 determinou que o oficial do Exército em exercício no cargo de Comandante da PM passaria à disposição dos governadores pelo prazo de dois anos. Em janeiro de 1983, o Decreto-Lei federal n. 2.010, alterando o Decreto-lei federal n. 667 de 1969, embora tenha alterado poucas regras de competência, previu que o Comando das Polícias Militares seria exercido, em princípio, por oficial da ativa do último posto da própria Corporação⁴⁶.

Em setembro de 1983, novo Regulamento das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, vigente até hoje, estabeleceu medidas de descentralização das polícias⁴⁷. Determinou que o planejamento da segurança pública caberia às Secretarias de Segurança Pública, responsabilizou o Comandante da PM perante o governador e definiu que a localização das unidades policiais dependeria da proposta do Comandante da PM, aprovada pelo Estado-Maior do Exército.

Considerando que um dos artifícios de controle ditatorial havia sido a federalização da segurança, a retomada dos poderes pelos governos estaduais foi um avanço de liberalização. No entanto, foi insuficiente em ao menos dois sentidos. Primeiro, foi ambígua: ao lado da previsão de subordinação aos governadores, as Forças Armadas

46 A autorização para exercício do comando por policial militar, vale dizer, foi considerada uma amenização da tentativa de transferir ao governo federal as competências políticas do DEOPS antes da posse dos governadores de oposição (ver abaixo). “Editorial”. *Folha de São Paulo*. Apud, GOES, Eda. *Imagens da Polícia*, p. 22

47 Brasil, *Decreto federal n. 88.777/83*.

mantiveram vínculo formal com as polícias militares. A PM continuaria a integrar o sistema de informações do Exército e seria controlada pelo Ministério do Exército. No caso de perigo à ordem pública o Comando da PM deveria se associar ao Comando de Área da Força Terrestre e no caso de grave perturbação da ordem pública, a missão seria inteiramente planejada pela Força Terrestre⁴⁸. Segundo, foi superestimada: como se viu acima, também os Estados criavam lógicas autoritárias próprias, tornando a mera descentralização uma opção insuficiente para a democratização.

A segurança pública estadual na transição política

Sendo processo político complexo, a transição nos Estados teve particularidades distintas da transição no poder federal. Se, com alguma dose de simplificação, é possível dizer que no âmbito federal o processo de distensão política se iniciou em 1974, com a posse do presidente Geisel, no âmbito estadual este processo foi adiado ao menos até 1983, com a posse do governador Franco Montoro. Tanto o governo de Paulo Egydio (1975-1979) como de Paulo Maluf (1979-1982) tiveram momentos de recrudescimento do autoritarismo na segurança pública, como a morte de Vladimir Herzog e de Manoel Fiel Filho nas dependências do DOI/CODI, a invasão da PUC comandada pelo Secretário Erasmo Dias em 1977, a política de *ROTA* na Rua criada por Paulo Maluf em 1979⁴⁹, a repressão aos grevistas em 1980 e a extinção do DEOPS em 1983. Na legislação do período:

- 1983 (março): Decreto n. 20.728/83. Extinguiu o DEOPS.
- 1983 (março): Projeto Montoro de Segurança Pública. Previu mudanças estruturais na Polícia Civil: extinção do DOPS, fortalecimento da Corregedoria, medidas de inteligenciamento, fim da tortura nas investigações, estabilidade para delegados e mudança de mentalidade da polícia militar.

48 *Idem*, Art. 3º.

49 T. Caldeira, *Cidade de Muros*.

- 1983 (março): Decreto nº 20.872/83. Concluiu extinção do DEOPS, adequou estrutura administrativa, valorizou a Academia e reformou estrutura da corregedoria.
- 1985 (fevereiro): Decreto nº 23.276/85. Criou a Divisão Especial de Operações.
- 1985 (maio): Decreto 23.455/85. Criou os Conselhos Comunitários de Segurança
- 1985 (agosto): Decreto nº 23.769/85. Criou Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher,
- 1985 (dezembro): Decreto 24.572/85. Reorganizou a PM. Criou batalhões e elevou o Comando de Policiamento de Choque do Comando de Policiamento da Capital à subordinação direta ao subcomandante.

A extinção do DEOPS, já sob governo do vice de Paulo Maluf, José Maria Marin, é representativa das dificuldades de superação do estado autoritário. A poucos dias do fim de seu mandato, após o governo federal ter desfeito o convênio que permitia a delegação da competência de repressão política da Polícia Federal aos DEOPS estaduais, o governador Marin extinguiu o DEOPS de São Paulo. Contudo, governo federal e estadual aproveitaram a oportunidade para nomear Superintendente da Polícia Federal o antigo diretor do DEOPS, Romeu Tuma, que consigo levou a equipe e todo o arquivo da polícia política paulista, somente devolvido ao arquivo público alguns anos depois, com indícios de destruição de documentos⁵⁰.

As reformas de transição na segurança de São Paulo, dessa forma, iniciaram-se com o Projeto Montoro, mas foram apenas parcialmente efetivadas entre 1983 e 1987 em razão da grande resistência política a que foi submetido. O projeto, debatido na campanha eleitoral de Montoro, continha seis diretrizes: mudanças estruturais na polícia civil, controle e saneamento, melhoria das condições de trabalho, combate à criminalidade, soluções em nível federal e novos rumos para a polícia militar⁵¹. Originalmente, destacava-se o aperfeiçoamento da corregedoria de polícia e a reforma nos currículos das academias de polícia. Após as primeiras crises de implementação, porém, foi dada

50 E. Goes, “Imagens da Polícia”, *Folha de São Paulo*, p. 22.

51 S. B. Nunes, *Bandido bom é bandido morto*, p. 60.

prioridade à última medida. Na interpretação de Eda Góes, a mudança no discurso foi um recuo pelo conflito com as corporações⁵².

A política de Montoro foi obstaculizada não somente pelas corporações, mas por um discurso social que se opunha ao crescimento da criminalidade no período. Se de um lado o governo criou medidas de controle com impacto positivo, como o aumento do número de punições a policiais civis e militares, o controle de armas e o investimento na produção de informações e estatísticas da atuação policial, de outro, porém, pesquisa da *Folha de São Paulo* de dezembro de 1982 mostrava que 71% dos entrevistados eram favoráveis a uma política de segurança “mais dura”⁵³.

As medidas que se seguiram foram pontuais. Em 15 de março de 1983, o Decreto estadual n. 20.872/83 criou nova estrutura para a Polícia Civil. Deu à Academia de Polícia o status de departamento. Ampliou as atribuições da Corregedoria de Polícia Civil. Adequou o departamento de planejamento para o controle de recursos humanos e materiais. E concluiu a extinção do DEOPS e passando duas de suas competências remanescentes – os crimes contra a economia popular e os assuntos relativos a estrangeiros e passaportes – respectivamente para o novo Departamento de Polícia do Consumidor e para o Departamento Estadual de Polícia Administrativa⁵⁴. Em fevereiro de 1985, o Decreto n. 23.276/85 criou a Divisão Especial de Operações. Em 10 de maio, o Decreto n. 23.455/85 criou os Conselhos Comunitários de Segurança, “integrados por autoridades policiais e representantes de associações, prefeituras e outras entidades prestadoras de serviços relevantes”. Em 6 de agosto, o Decreto n. 23.769/85 criou Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher⁵⁵.

52 Para Eda Góes, tratava-se de uma “mudança que vinha ocorrendo no discurso de Pimentel, que abandonava seus esforços iniciais de adequação ao discurso da equipe na qual se inseria, para assumir um discurso claramente policial, ou seja, emitido de dentro da própria instituição com a qual se identificava”. E. Goes, *loc. cit.*, p.15.

53 T. Caldeira, *op. cit.*; S. B. Nunes, *loc. cit.*, p 65.

54 De acordo com o *Decreto n. 6.919/75*, a Academia de Polícia integrava a estrutura do Departamento de Polícia Científica.

55 Outras alterações do período: o *Decreto n. 24.764*, de 18 fev. 1986, alterou novamente o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) para incluir uma divisão especial para roubos de cargas: a Divisão de Investigações sobre Furtos e Roubos de Veículos e Cargas; o *Decreto n. 24.918*, de 14 mar. 1986, transferiu

Por fim, em 27 de dezembro, o Decreto n. 24.572/85 reorganizou a Polícia Militar, com adaptação dos órgãos de direção geral, criação de centros de controle, centros de processamento de dados e novos batalhões, e promoção do Comando de Polícia de Choque para que se subordinasse diretamente ao Subcomandante da Polícia Militar e não mais ao Comando de Policiamento da Capital.

Outras reformas, especificamente ligadas ao controle de violência, só foram efetivas no governo de Mário Covas, no período democrático pós-1988.

Assembleia Constituinte: militarização e descentralização

Para compreender a estrutura de segurança pública na assembleia constituinte é preciso lembrar que não existiu debate aprofundado sobre o tema na sociedade civil e existiu um lobby concentrado das Forças Armadas e das organizações policiais na Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança. O resultado: o Exército, a Polícia Civil e a Polícia Militar tiveram vitória em todos os seus pontos de interesse.

Em que pese o caráter participativo da assembleia constituinte, o caráter transacionado da transição permitiu às Forças Armadas manter seu poder de veto em temas prioritários, como eram a organização da segurança nacional e interna⁵⁶. Os limitados debates eram barrados por acordos prévios, a exemplo do que anotou o ex-secretário de Segurança Pública de São Paulo Sebastião Ferreira Chaves, a respeito de acordo

para o Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo (DEGRAN) a Delegacia Especializada de Menores e extinguiu o Departamento Estadual de Polícia Administrativa; o *Decreto n. 24.919* de 14 mar. 1986, criou o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP); o *Decreto n. 26.516*, de 22 dez. 1986, criou a Delegacia de Polícia do Sistema Prisional do Município de São Paulo no DEGRAN, destinado a apurar os crimes ocorridos nos presídios do Estado situados na Capital.

56 G. O'Donnel & P. C. Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. V. B. Correa, "Editorial". *Correio Braziliense*, 24 mar. 1988. Também: J. A. Moises (coord), *O que esperar da Constituinte? Ainda*, J. Zaverucha, *Frágil Democracia*.

do presidente da ANC Ulysses Guimarães com o Ministro do Exército General Leônidas para manter a duplicidade de polícias⁵⁷.

O tema da segurança pública ficou a cargo da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança, inserida na Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, junto com os demais temas relativos à segurança. A medida favoreceu as Forças Armadas pois concentrou os temas prioritários e as forças em uma só comissão e permitiu, assim, a concentração de deputados mais ligados ao regime⁵⁸. Assim, foram poucos os deputados e os convidados nas audiências públicas a questionar a arquitetura institucional da segurança pública criada nos anos anteriores.

A concentração também favoreceu os esforços das organizações policiais. Após a divulgação do anteprojeto da Comissão Afonso Arinos⁵⁹, que previa um policiamento eminentemente civil e eventual extinção das polícias militares, as corporações policiais militares de todo o país mobilizaram esforços para reverter a decisão na ANC⁶⁰. Elaboraram nota com críticas à possibilidade de unificação das polícias e sugestões para o texto constituinte, incluindo a manutenção do policiamento ostensivo militarizado. O mesmo se pode dizer das polícias civis. Enviaram às audiências da subcomissão representantes que defendiam as prerrogativas dos delegados. Nas sete audiências públicas chamadas pela subcomissão, foram convidados vários integrantes de organizações policiais e poucos membros da sociedade civil.⁶¹ A participação das organizações policiais, de fato, é compatível com o caráter participativo da Constituinte. O problema aqui apontado, no entanto, refere-se ao desequilíbrio em relação a opiniões sociais divergentes.

57 J. Zaverucha, *op. cit.*

58 L. F. Miguel, “Os militares na Assembleia Nacional Constituinte (ANC)”, *Sociedade e cultura*, Goiânia, v. 2, n. 1-2, 1999, p. 167-99. APUD. N. Foutoura; P. Riveiro & R. Rodrigues. *Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas*.

59 Trata-se de comissão de especialistas nomeada pelo presidente Sarney no início do processo constituinte.

60 “Afonso Arinos admite pressão sobre Notáveis”, *Jornal de Brasília*, 25 jun. 1986. Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Registro ANC 88 Pasta jan/jul. 86 086

61 Câmara dos Deputados. “Tabela de convidados para as audiências temáticas da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da Segurança”, N. Foutoura; P. Riveiro & R. Rodrigues, *Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas*, p. 194.

Esta atuação é relevante para compreender o resultado a que chegaram os constituintes: as principais exigências das organizações policiais foram atendidas. Estas prerrogativas, que indicavam não apenas a força das organizações policiais, mas a continuidade de uma concepção autoritária de segurança pública, combinaram-se a dois critérios de legitimidade construídos durante a transição política: a descentralização para os Estados e avanço no controle da violência estatal.

A descentralização foi debatida na estruturação da repartição federativa. A competência legislativa e material foi conferida aos Estados, que passaram a ser responsáveis pela organização das polícias com pouquíssima interferência do governo federal, à exceção de uma lei que disciplinaria “a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”⁶². A intenção de descentralização, contudo, teve de competir com as intenções das organizações policiais de estabilizarem suas vitórias no rígido texto constitucional. A consequência foi a aprovação de um sistema que, embora atribua aos Estados a competência de organização das polícias, é tão amarrado a especificações contidas na Constituição que, na prática, inviabiliza qualquer tentativa de adequação a particularidades locais.

Já o controle da violência estatal foi debatido, ainda que de forma bastante limitada, na estruturação de um sistema de controle da segurança pública. O Ministério Público, que na década anterior havia sido alçado à posição de tutor dos direitos difusos⁶³, recebeu, mesmo com a oposição das organizações policiais⁶⁴, a atribuição de controle externo das polícias⁶⁵. A atribuição certamente foi um avanço, em comparação

62 Brasil, Constituição Federal de 1988, art. 144, § 7º.

63 D. A. Maciel & A. Koerner, *O processo de reconstrução do Ministério Público na transição política (1974-1985)*, p. 108.

64 P. Rangel, *Direito processual penal*, 2007. Apud Brasil, Ministério Público, *Manual do controle externo da atividade policial*, Goiânia: MP, 2009.

65 Para o histórico de divergências entre o Ministério Público e as organizações policiais, ver os artigos publicados nos Cadernos da ADEPOL, em especial do ano de 1972. J. M. C. Lima, “Tentativas para a formulação de um Estatuto Policial”, *Revista da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil*; H. L. Sche, “O delegado de polícia: sua posição e importância na estrutura policial”, *Encontro Nacional de Delegados de Polícia do Brasil*; I. F. Garcia, “Unificação da Polícia”, *Revista da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil*, p. 139-151.

com o sistema centralizador criado pela ditadura. Foi, no entanto, foi insuficiente. Primeiro porque perdeu a oportunidade de constituir uma rede efetiva de controle, estabelecendo princípios gerais de controle externo e interno, com participação de outros órgãos institucionais. Segundo porque menosprezou debates então existentes sobre a criação de Procuradorias Populares e Ouvidorias. Em 1981, projeto de emenda constitucional propôs a criação de uma Procuradoria Geral do Povo. Em 1982, projeto de lei propôs a criação de uma Procuradoria-geral do Legislativo⁶⁶. Neste caminho, um sistema participativo foi criado para as áreas de saúde e assistência social. A opção por um controle exclusivo ao MP atrasou em ao menos alguns anos o debate sobre a criação de mecanismos de controle com participação da sociedade civil.

Conclusões

A arquitetura institucional da segurança pública é legatária da ditadura em ao menos dois aspectos fundamentais: militarização do contato direto com a população e exercício de controle da atividade policial sem preocupação com *accountability* e responsividade social. Qualquer debate aprofundado sobre a segurança pública no Brasil, hoje, deve levar em conta estes legados.

Referências bibliográficas

- BATTIBUGLI, Thais. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*, 2006. 146 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.
- BONELLI, Maria da Glória. Os delegados de polícia entre o profissionalismo e a política no Brasil, 1842-2000. Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Latin American Studies Association, Dallas, Texas, March, 27-29, 2003. Disponível em http://www.observatoriodeseguranca.org/files/1213818853_delegados.pdf.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Ed. 34.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, DPI/CCH/UEM, v.5, n.2, p.1-22, 2000.

⁶⁶ Eram eles: “Projeto de Emenda Constitucional nº 78, do Dep. Mendonça Neto (PMDB/AL)” e “projeto do Dep. José Costa de 1983”. B. K. Comparato, *As ouvidorias de polícia no Brasil*, p. 35.

- COMPARATO, Bruno Konder. *As ouvidorias de polícia no Brasil: controle e participação*. 2005. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo - SP.
- FONTOURA, N. RIVERO, P. RODRIGUES, R. Segurança pública na Constituição Federal de 1988: continuidades e perspectivas. In: IPEA. *Políticas sociais - acompanhamento e análise: os 20 anos da Constituição Federal*, n. 17, vol. 3. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/bps_completo.pdf#page=137, acesso em 29 de fevereiro de 2016.
- GOES, Eda. *Imagens da Polícia: relações entre cidadania e violências nas representações da polícia paulista*. 1998. 192 f. Tese (Doutorado em História) – UNESP, São Paulo - SP
- HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados. Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.
- KFOURI FILHO, Abrahão José. “A polícia civil e sua institucionalização”. In: *A polícia civil à luz do Direito*, (org.) Bismael B. Moraes. SP, Revista dos Tribunais, 1991.
- LIMA, João Milanez Cunha. Tentativas para a formulação de um Estatuto Policial. In: *Anais do VI Encontro Nacional dos Delegados de Polícia*. Revista da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil.
- MACIEL, Débora Alves; KOERNER, Andrei. O processo de reconstrução do Ministério Público na transição política (1974-1985). *Revista Debates*, v.8, n. 3, 2014.
- MINISTÉRIO PÚBLICO. *Manual do controle externo da atividade policial*. Goiânia: MP, 2009
- MOISES, José Alvaro (coord). O que esperar da Constituinte? *Lua Nova*, São Paulo, v.3 n. 4, jun. 1987. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=So102-64451987000200002.
- MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Modernizando a repressão: a Usaid e a polícia brasileira. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 30, n. 59, jun. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So102-01882010000100012, acesso de 29 de fevereiro de 2016.
- MUNIZ, J. Crise de Identidade das Polícia Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional. *Security and Defense Studies Review*, Vol. 1, Inverno, 2001.
- NASCIMENTO, Gabriel dos Santos. Violência Fardada: A Polícia Militar do Estado de São Paulo na ditadura civil-militar (1964 – 1982). *Historia 2.0*, Conocimiento Histórico en clave Digital, n. 6, p. 130-143, jan-jun. 2013.
- NUNES, Samira Bueno. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. 2014. 146 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo - SP.
- O'DONNELL, G. SCHMITTER, P. C. *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

- ROCHA, A. P. *A gramática das polícias militarizadas: estudo comparado entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo – Brasil e Carabineros – Chile em regimes políticos autoritários e democráticos*. 2013. 314 f. Tese (Doutorado em no Centro de Pesquisa e Pós-Graduação das Américas) – Universidade de Brasília, Brasília - DF.
- SADDI, Fabiana da Cunha. *Estado e federalismo no governo Geisel: uma análise do federalismo na gênese da transição política brasileira*. 1999. 153fl. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SALLUM, Brasília. Federação, autoritarismo e democratização. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 27-52, out. de 1996.
- SALLUM, Brasília. *Labirintos: dos generais à Nova República*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1996.
- SYLVESTRE, Vicente. *Guarda Civil de São Paulo: sua história*. São Paulo: Guarda Civil SP, 1985.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil Democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*.

7. A importância das *Madres de Plaza de Mayo* para requalificar e ressignificar princípios de direitos humanos¹

MARINA FIGUEIREDO

A problemática de violações de direitos humanos praticados pelo Estado ainda é bastante recorrente, mesmo com o fortalecimento jurídico de mecanismos internacionais e legislações nacionais de proteção desde a Declaração Universal de 1948. O exemplo das ditaduras no Cone Sul reflete esta realidade: mesmo sendo membros da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA), estes Estados foram responsáveis por atrocidades contra a dignidade humana. A questão que se coloca, desta forma, é sobre a dificuldade e os limites de traduzir tratados jurídicos para a realidade social. Quais e por que as dificuldades? Seria possível trazer para a realidade social os ideais de direitos humanos cristalizados em seus grandes Tratados e Convenções?

A experiência das *Madres de Plaza de Mayo* é bastante elucidativa do problema, já que surgiu como consequência da sistemática prática de desaparecimento forçado pela última ditadura na Argentina. Cabe, portanto, refletir sobre como que estas mães traduziram para a realidade social conteúdos de direitos humanos: ao reivindicar em suas mobilizações e denúncias o direito à vida acima de tudo, direito este, tão reforçado em Tratados e Convenções internacionais, elas deram significado ativo aos ideais de direitos humanos tão necessários ao contexto daquele momento.

Elas foram mães e vítimas ao mesmo tempo, no início de suas atividades não tinham experiência e nem intuito de se tornarem

1 Esta é uma versão do trabalho apresentado no XXX Congresso latinoamericano de sociologia, ALAS 2015, Costa Rica, sob o título “Do ideal ao real: Madres de Plaza de Mayo e a (res)significação dos direitos humanos através da prática política”.

importantes ativistas em direitos humanos², só almejavam encontrar seus filhos desaparecidos. Desprendidas de qualquer outro movimento social, partido político, ONG que as pudessem influenciar, pelo seu aspecto familiar e doméstico, elas se aproximam bastante do que se entende pelo termo de “pessoas comuns”, que aos poucos foram ganhando cada vez mais legitimidade e importância para o movimento de direitos humanos, tanto na Argentina quanto no resto do mundo³. Desta maneira, princípios de direitos humanos se deslocaram de sua forma abstrata e cristalizada em seus grandes Tratados para a realidade cotidiana, local, histórica e política do contexto da última ditadura argentina.

Considera-se aqui que as vítimas seriam as maiores porta-vozes pelos direitos humanos como ferramenta política, ou seja, os direitos humanos ganham valor e sentido quando transcendem de seu aspecto puramente jurídico-institucional. Vejamos, então, como as *Madres* levaram, através de ações políticas, os ideais de direitos humanos para as ruas, para o cotidiano, para a realidade social dos argentinos e outros povos que puderam influenciar.

Alguns paradoxos institucionais sobre direitos humanos

Do ponto de vista institucional, princípios sobre direitos humanos afirmados em suas declarações cada vez mais ganham *status* jurídicos, estes que são traduzidos em tratados e convenções, que por sua vez se promovem através de ratificações concretizadas pelos Estados.

O que não faltam são exemplos que provam um enriquecimento institucional de mecanismos de proteção e promoção aos direitos humanos ao longo das décadas: *Carta Internacional de Direitos Humanos* (1976); *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados* (1951); *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de*

2 E. Borland, “Las Madres de La Plaza de Mayo en la era neoliberal – ampliando objetivos para unir el pasado, el presente y el futuro”, *Rev. Colombia Internacional*, n. 63, jan./jun. 2006.

3 E. Hershberg; E. Jelin, (Org.), *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*, p. 265.

Discriminação Racial (1965); *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres* (1979); *Convenção sobre os Direitos da Criança* (1990); *Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes* (1984); *Convenção Internacional para a Proteção de todas as Pessoas Contra o Desaparecimento Forçado* (2010); e a *II Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena* (1993); além do enriquecimento dos sistemas regionais, entre eles, o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Sistema Europeu de Proteção aos Direitos Humanos⁴. Estes sistemas, convenções e tratados sobre princípios de direitos humanos aos poucos vêm se integrando ao direito internacional na busca de se tornarem formas de instrumentos normativos, principalmente a partir da década de 1970⁵.

Assumindo, portanto, que aparatos institucionais sobre direitos humanos se fortaleceram no decorrer dos anos, eles não estão isentos de dilemas que envolvem contextos históricos, políticos, culturais, da complexa dinâmica que envolve as relações internacionais⁶, além da dificuldade de estabelecer mecanismos práticos de punição eficazes aos Estados violadores⁷. Para somar-se aos dilemas, ainda é observado que graves violações aos direitos humanos ainda perduram⁸. Estas violações abrangem uma série de direitos não respeitados, principalmente pelos Estados, tanto relacionados a direitos civis e políticos quanto a direitos econômicos e sociais. Um exemplo gritante é o das graves violações que ocorrem diariamente na América Latina: ainda perduram os desaparecimentos-forçados, as torturas⁹, as prisões arbitrárias,

4 J. A. L. Alves, *Os direitos humanos como tema global*.

5 T. Risse, S. Ropp, K. Sikkink, *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change – The socialization of international human rights norms into domestic practices*, p. 3.

6 R. Rocha Reis, “Os Direitos Humanos e a política internacional”, *Revista de Sociologia e Política*, nº 27, nov. 2006, p. 37.

7 A. Koerner, “O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, nº 53, 2003.

8 M. Freeman, “Direitos Humanos Universais e Particulares Nacionais” em P. S. Pinheiro, S. P. Guimarães (Org.). *Direitos Humanos no Século XXI*, p. 303.

9 O caso das torturas nas penitenciárias brasileiras pode exemplificar o problema da continuidade desta violação. O estado brasileiro já foi responsabilizado inúmeras vezes pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

a exclusão social, a miséria, a fome¹⁰. Nas palavras desconcertantes de Eduardo Manuel de Brito e Paulo Vannuchi:

Se algum dia existiu a ilusão de que a democratização política na América Latina implicaria automaticamente a democratização social na região, ela está desfeita. Ao lado de características típicas de Estados democráticos, tais como eleições diretas, liberdade de participação política (...) encontram-se na região grupos inteiros espoliados de direitos básicos que um Estado democrático deva oferecer, como por exemplo, o direito à manutenção da vida¹¹.

O paradoxo crucial sobre direitos humanos que cabe revelar é aquele destacado por Costas Douzinas: “Há uma dificuldade empírica óbvia nesta abordagem: mais violações dos direitos humanos têm sido cometidas neste século obcecado por direitos do que em qualquer outro período da história”¹². Para alguns estudiosos, esta dificuldade empírica dialoga com emblemas que envolvem justamente o problema dos direitos humanos pensados somente pelos seus aspectos jurídico-institucionais¹³.

Primeiro porque os Estados direta ou indiretamente ainda são os principais causadores de violações aos direitos humanos, tanto pela falta de aplicações de políticas públicas eficazes a sua promoção, quanto pelas ações violadoras dos mesmos. Para Douzinas, o paradoxo quanto aos direitos humanos submetidos ao poder do Estado em sua forma jurídico-institucional é óbvio, já que os direitos humanos teriam a função justamente de proteger as pessoas contra esta instituição¹⁴.

Segundo, pela própria impotência de instituições e mecanismos supranacionais em sancionar um Estado com eficácia. De acordo com

10 A. A. C. Trindade, “Dilemas e desafios da proteção internacional dos Direitos Humanos no liminar do século XXI”, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, n° 1, 1997.

11 E. M. Brito; P. Vannuchi, “Prefácio” em E. Hershberg; E. Jelin (Org.), *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*.

12 C. Douzinas, *O fim dos direitos humanos*, p. 27.

13 A. Koerner, “O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 18, n° 53, 2003.

14 C. Douzinas, *O fim dos direitos humanos*, p. 30.

Rossana Rocha Reis isto ocorre porque os “(...) pactos e as convenções internacionais (ainda) são considerados como componentes de um regime de *soft law* (...)”¹⁵. Deste modo, quando há denúncias por mecanismos internacionais sobre violações aos direitos humanos responsabilizando um determinado Estado, geralmente o que ocorre é no máximo uma recomendação ao Estado violador¹⁶. Portanto, o respeito aos seus princípios irá depender da vontade do Estado em aplicar políticas públicas para realizar as recomendações sugeridas por estes mecanismos. Além do que, os Estados “(...) reservam o seu direito de adesão voluntária a esses programas, mantendo o controle da agenda, das prioridades, dos instrumentos e da forma de implementação (...)”¹⁷.

Portanto, a impressão é a de que os ideais de direitos humanos ficam cristalizados em grandes tratados, distantes e inatingíveis para as pessoas comuns. Em suma: há um choque entre o significativo fortalecimento de mecanismos institucionais de proteção e promoção aos direitos humanos e a constatação de uma realidade política e social longe de atingir os princípios promovidos por estes mecanismos, ou seja, há desajuste entre “ideais morais e realidades políticas”¹⁸.

O papel das *Madres de Plaza de Mayo* em requalificar princípios de direitos humanos

O contexto social, político e histórico do qual surgiu um grupo de mães desesperadas, em busca de seus filhos desaparecidos na Argentina, foi o das últimas ditaduras eclodidas no Cone-Sul, nos anos 1970 e 1980. Anos estes paradoxais, já que foram também os anos de maior adesão e fortalecimento institucional de âmbito internacional aos princípios dos direitos humanos¹⁹.

15 R. Rocha Reis, “Os Direitos Humanos e a política internacional”, *Revista de Sociologia e Política*, n° 27, nov. 2006, p. 35.

16 *Idem*.

17 A. Koerner, *op. cit.*, p. 147.

18 M. Freeman, *Un enemigo para la nación: Orden interno, violencia y “subversion”, 1973 – 1976*. p. 307.

19 T. Risse; S. Ropp & K. Sikkink, *op. cit.*, *loc. cit.*

Este paradoxo reflete os limites de instituições supranacionais para obrigar um Estado soberano a respeitar os critérios de adesão a estas instituições, por exemplo: todos os Estados do Cone-Sul, entre eles Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, submetidos a ditaduras faziam parte das Nações Unidas. O que se quer dizer é que mesmo não ratificando tratados de direitos humanos por si mesmos, somente pelo fato de estes Estados pertencerem a esta instituição, já deveriam respeitar os critérios nela pactuados, e o principal seria o da promoção e proteção aos direitos humanos com base na Declaração de 1948²⁰.

No caso argentino, o desaparecimento forçado de pessoas foi a principal estratégia de uma política de Estado²¹ para dismantelar seus “inimigos internos”²² naquele contexto ditatorial. O resultado desta política aniquiladora é impressionante: aproximadamente 30.000 desaparecidos²³.

Nestas circunstâncias é que surgiu o movimento social *Madres de Plaza de Mayo*. Este movimento era constituído basicamente por mães, que no início eram simplesmente mulheres desesperadas à procura de seus filhos em todas as vias institucionais possíveis da Argentina: hospitais, cadeias, igrejas, delegacias, necrotérios, Ministério do Interior (local onde se recebiam denúncias de pessoas desaparecidas).

Como nenhuma das portas oficiais davam respostas satisfatórias para estas mães, uma delas, Azucena Villaflor de Vicenti²⁴, percebeu que o caminho era outro: elas tinham que se manifestar na *Plaza de Mayo*, em frente à sede do governo argentino na Casa Rosada. Iniciava-se, assim, uma longa jornada de denúncia e busca pela verdade sobre o desaparecimento de seus filhos que o governo autoritário tentava

20 F. K. Comparato, *A afirmação histórica dos direitos humanos*.

21 P. Calveiro, *Poder e Desaparecimento – Os Campos de Concentração na Argentina*.

22 M. Franco, *Un enemigo para la nación: Orden interno, violencia y “subversion”, 1973 – 1976*.

23 O relatório da CONADEP (Comissão Nacional de Desaparecimento de Pessoas), criada na Argentina logo após o fim de sua ditadura, informou oficialmente que o número de desaparecidos era de 8.961, entretanto a própria comissão assume que o número é aproximadamente três vezes maior, por dois motivos: primeiro, porque muitos corpos não apareceram, ou seja, pela dificuldade de se encontrar vestígios; segundo, porque muitos familiares, não formalizaram sua denúncia. Ver: R. T. Molina, *Los derechos humanos en la Argentina*.

24 Azucena Villaflor foi a principal líder do grupo até se tornar também vítima da repressão.

ofuscar. A *Plaza de Mayo* foi a primeira e mais importante porta para que o problema do desaparecimento forçado se tornasse evidente, numa sociedade que ainda “acreditava” no golpe como forma de ordenamento social e político²⁵.

Neste momento, a questão do desaparecimento ainda não era entendida como uma consequência de violações de direitos humanos realizada como política de Estado. Por isso, as *Madres* nesta fase inicial eram chamadas de “*Las Locas*”, ou seja, mães de subversivos que não tinham legitimidade suficiente pelo que denunciavam, ou seja, em provar que seus filhos haviam desaparecido por responsabilidade do Estado²⁶.

Desta forma, a audaciosa utilização do espaço público para a denúncia abriu caminhos inesperados pelas próprias *Madres*. Aos poucos, sua presença na *Plaza de Mayo* foi chamando a atenção de correspondentes internacionais e elas perceberam que poderiam ser escutadas fora da Argentina. Por isso, elas decidiram agir com o objetivo de intensificar seus contatos internacionais.

Dentro da Argentina as *Madres* marcavam presença em eventos internacionais de relevância, tais como: as visitas de representantes de Estados, os quais se deparavam com aquelas mulheres de lenços brancos em frente à sede ao evento e a intensificar a utilização o espaço público durante a Copa do Mundo de 1978, a qual produziu efeitos significativos para que os problemas daquelas mães fossem ganhando notoriedade internacional²⁷. Para além das fronteiras, elas realizaram viagens internacionais aos Estados Unidos e Europa onde se reuniram com importantes representantes de Estados, jornalistas, e principalmente importantes instituições supranacionais de direitos humanos²⁸. Estas ações foram essenciais para tornar visível o problema do desaparecimento forçado do país ao mesmo tempo em que o grupo vai se

25 M. Novaro & V. Palermo, *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática*, p. 30.

26 U. Gorini, *La rebelión de las madres, Historia de las Madres de Plaza de Mayo - Tomo I - 1976-1983*, p. 85.

27 *Idem*, p. 253 – 273.

28 Entre eles importantes representantes das Nações Unidas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH); além de relevantes Organismos Não-Governamentais (ONGs) de direitos humanos tais como representantes da Anistia Internacional.

tornando referência internacional pela defesa aos direitos humanos²⁹. Como argumenta Ulisses Gorini “(...) se algo aprenderam as Mães, era o efeito particular que as denúncias efetuadas no exterior produziam sobre a política interna.”³⁰

As denúncias realizadas pelas *Madres* no exterior colaboraram em dois pontos: primeiro, permitiram ativar as redes transnacionais, colocando a Junta Militar da Argentina na agenda internacional sobre violações de direitos humanos³¹. Segundo, colaboraram para fortalecer internamente elas mesmas e outros movimentos sociais, estimulando a dinâmica de movimento de denúncia local: germinava na Argentina um poderoso movimento de direitos humanos³². As *Madres* colaboraram para incentivar o que Thomaz Risse e Kathrin Sikkink chamam como “processo de ativação das redes de direitos humanos” através da articulação entre a esfera local e internacional, processo que abriu caminhos para que instituições de direitos humanos pudessem ser requalificadas pelos agentes locais.

A dinâmica se realiza, de acordo com Risse e Sikkink, como uma “ativação das redes” em *efeito bumerangue*³³. O efeito se realiza justamente como um arremesso de bumerangue: os sujeitos locais³⁴ enfraquecidos diante de um Estado autoritário, aos poucos conseguem realizar suas denúncias no exterior, graças ao cenário internacional de fortalecimento das instituições de direitos humanos internacionais e transnacionais. Nesta etapa do “lançamento do bumerangue”, portanto, as redes internacionais e transnacionais são ativadas. As

29 O reconhecimento como ativistas pelos direitos humanos rendeu para aquelas donas-de-casa concorrer ao prêmio Nobel da Paz em 1980 em plena ditadura na Argentina. O ganhador, no entanto, foi o também argentino e grande ativista pelos direitos humanos Adolfo Pérez Esquivel. Este grande amigo e aliado das Madres. Pérez Esquivel foi o líder da associação latino-americana pelos direitos humanos SERPAJ (Serviço de Paz e Justiça), o qual lutava contra as violações aos direitos humanos ocorridas em consequência das ditaduras na América Latina durante as décadas de 70 e 80, ou seja, em meio ao Processo de Reorganização Nacional de seu próprio país.

30 U. Gorini, *op. cit.*, p. 569.

31 T. Risse & S. Ropp, K. Sikkink. *op. cit.*, p. 22-23.

32 H. R. Leis, *El movimiento por los derechos humanos y la política argentina/1*.

33 T. Risse, S. Ropp, K. Sikkink. *op. Cit.* p. 26. Os autores usam o termo “boomerang” como ferramenta metodológica para dar conta da teoria.

34 No caso incluem-se movimentos sociais, vítimas, ONGs locais. Nosso caso específico será compreendido pelas *Madres de Plaza de Mayo*.

denúncias realizadas no exterior resultam no estímulo e no encorajamento para ativar internamente outros sujeitos locais, ou seja, as redes locais.

Este efeito é o resultado da articulação entre o apoio de atores internacionais e atores nacionais, que aos poucos conseguem pressionar os Estados para que introduzam políticas públicas de direitos humanos ao longo do tempo³⁵. Em suma, como na dinâmica de um arremesso de bumerangue: as denúncias vão para o exterior e retornam com mais força e pressão dentro do Estado denunciado.

Desta forma, é possível afirmar que as *Madres* requalificaram estes organismos internacionais. Por que se encontrar com representantes das Nações Unidas e Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), de inúmeras ONGs, e até mesmo com chefes de Estado se para elas não haveria nenhum sentido e valor? Igualmente que, por terem sido recebidas por estas instituições, a opinião pública argentina começou a lançar outro olhar sobre elas e suas reivindicações. A requalificação foi recíproca, ou seja, estas instituições se revalorizaram e as *Madres* ganharam legitimidade ao serem recebidas por estas instituições. É através desta dinâmica que instituições de direitos humanos ganham vigor: quando traduzidas localmente.

Por isso, até mesmo o aspecto jurídico-institucional dos direitos humanos pode ser encarado sob uma perspectiva progressista, como lembra a pesquisadora Ariadna Estevez:

A legitimidade política do discurso dos direitos humanos é o que torna possível que os textos sobre o assunto – bem como instrumentos e valores – não percam a validade (...) a legislação de direitos humanos proporciona um respaldo moral às demandas expressas nas lutas sociais³⁶.

Costa Douzinas, crítico assíduo dos aspectos institucionais e jurídicos dos direitos humanos, neste caso também entende sobre a importância destas instituições: “A partir desta perspectiva, convenções internacionais são úteis a ativistas de direitos humanos ao oferecerem um

35 B. K. Comparato, *A afirmação histórica dos direitos humanos*, p. 396-397.

36 A. Esteves, “*Por uma conceitualização sociopolítica dos direitos humanos a partir da experiência latino-americana*”, p. 241-244.

padrão para crítica a seus governos.”³⁷. Em suma, os textos de grandes tratados são requalificados de “baixo para cima”, pois transcenderam seu formato jurídico para se transformarem em ferramenta política de denúncia, ou seja, os direitos humanos podem ser requalificados pela ação política de pessoas comuns.

Madres de Plaza de Mayo e a importância de ressignificar princípios de direitos humanos

“Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”. Esta afirmação se encontra no terceiro artigo da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948. O direito à vida é considerado o mais fundamental em relação a qualquer outro direito. Por ser tão básico e ao mesmo tempo tão relevante, praticamente em todas as convenções sobre direitos humanos ele é contemplado como fundamental.

Entretanto, para que este princípio cristalizado em textos de grandes tratados e se traduza para a realidade social é preciso que haja um processo de ressignificação. No caso das *Madres de Plaza de Mayo*, elas conseguem realizar este processo através de ações políticas por meio de aspectos linguísticos e simbólicos os quais foram impulsionados pelo grupo em suas denúncias via espaço público.

As Madres são conhecidas pelo uso do aspecto linguístico em seus “repertórios de ação política”³⁸ através de suas palavras de ordem³⁹. Por exemplo, ao reivindicar, como mães, através de suas palavras de ordem– “¡Madres de todos los desaparecidos!” e “¡Aparición con vida!”, elas reivindicavam o direito à vida acima de tudo. O processo de ressignificação se dá pelo contexto histórico e local daquele momento, onde a teoria dos dois demônios era a base ideológica para legitimar o próprio golpe.

Naquele contexto os desaparecidos eram vistos como os “inimigos internos” da Argentina. Uma construção linguística e psicológica foi dinamizada ao longo dos anos para responsabilizar um grupo específico

37 C. Douzinas, *op. cit.*, p. 155-156.

38 S. Tarrow, *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*.

39 E. Borland, *op. cit.*, *loc. cit.*

pelos corriqueiros atos de violência e mobilizações sociais que se intensificaram gradativamente a partir de 1973: a esquerda “subversiva”. Segundo Marina Franco⁴⁰, foi construída uma interpretação de que os movimentos de esquerda eram os responsáveis pela reação da direita e como consequência dos atos violentos das forças oficiais de segurança. O apelo político, social e midiático seria o da urgência de se por fim a esta violência. Para isso, primeiro seria necessário acabar com os focos de esquerda a qualquer custo, de maneira que, como resultado as reações violentas das forças policiais e da direita⁴¹, estes seriam suprimidos de maneira “natural”. Franco cita de uma forma oportuna o argumento de César A. Guzzetti, então ministro das relações exteriores em seu discurso nas Nações Unidas em 1975:

Meu conceito de subversão refere-se às organizações terroristas de signo esquerdista. A subversão e o terrorismo de direita não é tal. O corpo social do país está *contaminado com uma enfermidade que corrói suas entranhas e forma anticorpos. Estes anticorpos não podem ser considerados da mesma maneira que se considera ao micróbio. À medida que o governo controle e destrua a guerrilha, a ação de anticorpo vai desaparecer*⁴². (grifo nosso)

Os dois demônios seriam: por um lado as “facções”⁴³ de esquerda e direita e por outro as reações policiais. Como afirma Ludmila Catela:

No início de 1976, as notícias polarizavam dois grupos de atores envolvidos em atos de violência: as forças de segurança e os denominados grupos “extremistas, terroristas, delinquentes subversivos”⁴⁴

40 M. Franco, *op. cit.*, p. 225.

41 Poucas vezes a violência de direita era citada pela grande mídia, e quando o era a responsabilidade era dada à *Triple A*.

42 *Idem*, p. 257.

43 Principalmente do lado da esquerda pelos *Montoneros* e *Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP) e pela direita a *Alianza Anticomunista Argentina* (Triple A).

44 L. Catela, *Situação-Limite e Memória – A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*, p. 45.

Em suma, foi construída uma ideologia de Segurança Nacional que “justificava” os golpes e suas consequentes violações aos direitos humanos, no caso da Argentina “a luta antissubversiva era o fundamento da legitimidade militar.”⁴⁵ A tentativa de desconstruir, aos poucos, esta “verdade” foi o motivo pelo qual as Madres ganharam importância ao ressignificarem o direito à vida acima de tudo, tão mencionado em grandes tratados de Direitos Humanos, para a realidade local e contextual daquele momento na Argentina, como defende o historiador Ulisses Gorini:

Bastava a condição de desaparecido para considerar legítima a luta. (...) Argumentavam (as Madres), com total justiça neste sentido, que seu protesto fundava-se no valor da vida humana, à margem de qualquer outra razão⁴⁶.

Em outros termos, não importava quem eram os desaparecidos, ou seja, sua identidade política, mas sim que eram seres humanos portadores do direito mais fundamental de todos: a vida. As insistentes palavras de ordem: “*iMadres de todos los desaparecidos!*” e “*iAparición con vida!*” deram sentido para a realidade social sobre o direito à vida. A primeira, “*iMadres de todos los desaparecidos!*” ao socializar a maternidade, desafiava indiretamente as ações da Junta Militar que rompeu com um código importante da sociedade argentina: a família⁴⁷. Por outro lado, as *Madres*, sendo inexoravelmente as maiores representantes deste valor, conseguiram ressignificar o direito à vida com base na importância da família como ordenamento social.

No caso argentino, o desaparecimento forçado tomou dimensões que permitem afirmar junto com o professor e antropólogo Andrés Zarankin: “É possível dizer que na Argentina praticamente toda família tem um familiar desaparecido ou conhece alguma vítima do regime militar (...)”⁴⁸. Sendo assim, chegou-se a um ponto em que as reivindicações, em nome do direito à vida, exigidas pelas *Madres*, começaram

45 H. R. Leis, *op. cit.*, p. 22.

46 U. Gorini, *op. cit.*, 620.

47 M. Bonner, “Negotiating Democracy: Government Response to Argentine Human Rights Organizations”, p. 3.

48 *Apud* P. Mariuzzo, “Rastros da repressão: Arqueologia investiga vestígios materiais da ditadura argentina”.

a fazer sentido para a realidade vivida. A família como valor social não dizia respeito somente para aquelas mães em particular, mas para a sociedade argentina em geral. As *Madres de Plaza de Mayo* enquadraram suas demandas em nome dos direitos humanos e da família ao mesmo tempo, segundo Michelle Bonner:

Sydney Tarrow argumenta que um dos grandes desafios de um movimento social seria o de enquadrar a reivindicação de uma maneira que os símbolos sejam familiares e dinâmicos (1998: 107). Isto é, os símbolos usados pelos movimentos sociais devem contextualizar com a história do país ao mesmo tempo incluir um poder transformador. Na Argentina, a família, como motivo pela proteção aos direitos humanos, dinamizou-se exatamente desta forma⁴⁹.

A outra palavra-de-ordem “*iAparición con vida!*”, as acompanhou até mesmo no processo de redemocratização. Para elas a vida era o mínimo do que se poderia exigir, em outros termos, elas não aceitariam a morte de seus filhos sob hipótese alguma. Para as *Madres*, não era porque seus filhos estariam desaparecidos que automaticamente estariam mortos. Esta insistência se deve porque elas tinham receio de que houvesse uma banalização no caso do desaparecimento forçado, presumindo, de uma forma vazia e sem responsáveis pela morte de seus filhos, ou seja, o medo era o da impunidade. Esta questão foi intensa até mesmo para elas mesmas, por isso esta demanda “*iAparición con vida!*”, pode ser considerada a mais polêmica e importante do grupo ao longo dos anos de seu ativismo. Como sintetiza a *Madre* Nora Cortiñas:

Quero acrescentar que o slogan APARIÇÃO COM VIDA não é apenas um slogan, mas um desejo e ao mesmo tempo uma acusação. Não é loucura. Nós, Mães, sabemos muito bem, embora seja doloroso dizer, que a maioria dos desaparecidos foi assassinada. Mas, acreditamos que para todo o povo argentino (...) pedir APARECIMENTO COM VIDA é a coisa mais justa que todos podemos fazer, porque se

49 M. Bonner, *op. cit.*, p. 3.

eles não estão vivos, são muitos os responsáveis e aí é onde deve agir a justiça⁵⁰.

Em suma, ao longo dos anos foi se construindo um “inimigo interno” com base num discurso sobre uma violência subversiva na Argentina⁵¹, entretanto a família também tinha um valor fundamental e os abusos da Junta chegaram a tal ponto que não havia mais possibilidade de sustentar a legitimidade das ações dos militares, por isso a socialização da maternidade naquele contexto foi importante.

A tentativa de esvaziar a responsabilidade do Estado ao presumir a morte dos desaparecidos por decreto foi percebida pelas *Madres*, por isso elas radicalizaram ao exigir “*Aparición con vida*”. Assim, a dinâmica do processo de ressignificação de princípios de direitos humanos, no caso do direito à vida, foi deslocada de seu aspecto abstrato para a realidade social da Argentina daquele contexto histórico, político e social específico. Contexto este onde construções e desconstruções de verdades sobre os desaparecidos tomaram dimensões problemáticas⁵².

Direitos Humanos e ações políticas vindas de “baixo”: uma perspectiva emancipatória

É certo que os direitos humanos em muitos casos são irrealizáveis⁵³, principalmente quando pensados numa perspectiva estritamente abstrata e jurídico-institucional. Entretanto, também é certo que os direitos humanos em muitos casos foram e ainda são usados como reivindicação legítima dos oprimidos e vítimas de violações. Sendo assim, apostar unicamente no fortalecimento institucional com base em grandes tratados sobre direitos humanos como forma de promovê-los na prática pode acarretar à temática até mesmo um descrédito, visto que perduram graves violações mundo afora⁵⁴.

50 H. R. Leis, *op. cit.*, p. 19.

51 M. Franco, *op. cit.*, *loc. cit.*

52 L. Catela, *op. cit.*, *loc. cit.*

53 C. Douzinas, *op. cit.*, p. 38.

54 A. Koerner, *op. cit.*, p. 148.

Por isso, transcender os direitos humanos para além de seu caráter institucional-jurídico e de suas abstrações teóricas, como advoga Douzinas implica em “descobrir estratégias políticas e princípios morais que *não* dependam da universalidade da lei, da arqueologia do mito ou do imperialismo da razão”⁵⁵ e que podem devolver aos direitos humanos um importante aspecto político reivindicativo. Para isso, é preciso compreender reivindicações e dinâmicas em prol dos direitos humanos a partir de baixo.

Desta forma, o caminho é o de buscar dinâmicas que envolvam o protagonismo dos sujeitos em sua maneira de requalificar e ressignificar princípios de direitos humanos, abstratos e cristalizados, encontrados em textos de grandes Tratados para o âmbito local e contextual. Como argumenta Costas Douzinas:

Tudo isso não significa que tratados e declarações de direitos humanos são desprovidos de valor. Neste momento do desenvolvimento do Direito Internacional, seu valor é principalmente simbólico. Os direitos humanos são violados dentro dos Estados, da nação, da comunidade, do grupo. Do mesmo modo, a luta para mantê-los pertence aos dissidentes, às vítimas, àquelas pessoas cuja identidade é negada ou denegrida, aos grupos de oposição, a todos aqueles que são alvos de repressão e dominação. Somente pessoas em ação de base e local podem aprimorar os direitos humanos; pessoas de fora, incluindo organizações por direitos humanos, podem ajudar ao apoiá-los. A partir desta perspectiva, convenções internacionais são úteis a ativistas de direitos humanos ao oferecerem um padrão de direitos para crítica a seus governos⁵⁶.

As ações políticas das *Madres de Plaza de Mayo* foram capazes de revigorar princípios de direitos humanos de suma importância, tais como o direito à vida, direitos que sem este tipo de ativismo ficariam

55 C. Douzinas, *op. cit.*, p. 26.

56 *Idem*, p. 156.

apenas cristalizados em tratados. Hoje as *Madres* prosseguem com suas atividades, dialogando com a temática dentro e fora a Argentina⁵⁷.

Vale, ainda, apontar que hoje a Argentina conta com uma vasta e intensa rede de associações civis de direitos humanos que trabalham prioritariamente para dar assistência jurídica e psicológica às vítimas e familiares da última ditadura no país. O interessante destas organizações é que em suas rotinas de trabalho acabam exercendo o papel de dar continuidade ao processo de requalificação e ressignificação de princípios de direitos humanos em momentos democráticos. Os princípios sobre direito à verdade e justiça exigidos por instituições internacionais de Direitos Humanos, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), são traduzidos por estas associações civis na Argentina de forma que atenda às necessidades locais. Por exemplo, o *Centro de Estudios Legales y Sociales* (CELS) transforma o direito à justiça em realidade concreta do mesmo modo que a *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF), em suas buscas por identificar restos mortais de supostos desaparecidos e diagnosticar a causa da morte, revigora o princípio do direito à verdade.

Em março de 2014, representantes da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg visitaram algumas destas organizações na Argentina, entre elas: *Asociación Abuelas de Plaza de Mayo*, *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa*, *Equipo Argentino de Antropología Forense*, *Centro de Estudios Legales e Sociales (CELS)*, além de presenciar os atos pelo Dia da Nacional da Memória pela Verdade e Justiça que ocorre no país todos os anos no dia 24 de março. Inevitavelmente, os representantes refletiram sobre comparativos entre o caso argentino e o brasileiro no que diz respeito à mobilização e à percepção da sociedade civil e do Estado em relação às políticas que dialogam com premissas de direitos humanos em forma de reparação às vítimas das últimas ditaduras entre os dois países.

As diferenças no tratamento sobre a temática de direitos humanos entre a Argentina e o Brasil foram notáveis pela Comissão. Além do Estado argentino incluir em sua Constituição princípios de direitos humanos ratificados em Tratados, tais como, da Comissão

57 I. Vázquez, *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*.

Interamericana de Direitos Humanos⁵⁸ é indiscutível que o próprio Estado estimula o debate sobre a temática⁵⁹.

Entretanto, o que merece destaque, pois dialoga com o tema deste capítulo, é sobre o consenso da sociedade civil argentina quanto à valorização sobre temas de direitos humanos, tais como, o direito à verdade, justiça e memória. Ao participar dos atos no dia 24 de março do feriado sobre o Dia da Nacional da Memória pela Verdade e Justiça, os representantes da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg ficaram impressionados pelo grande número de organizações, entre as mais variadas posições políticas, aderirem aos atos. Mesmo que estas organizações representavam e exigiam diferentes questões sociais e políticas, o consenso contra qualquer tipo de intervenção militar e em prol ao respeito pelos direitos humanos, principalmente no que tange ao direito à verdade e justiça, foi algo surpreendente quando comparado sobre qual seria a posição da sociedade civil brasileira sobre a temática.

Infelizmente no Brasil ideias equivocadas sobre direitos humanos, pensados como “privilégios de bandidos”⁶⁰, são propagadas por inúmeras representatividades, tais como, jornalistas, artistas e até mesmo políticos, sendo observado constantemente o discurso de que “os suspeitos são sempre criminosos e os criminosos são sempre assassinos e estupradores (ambos menos que humanos), destruindo a honra e a propriedade de honestos trabalhadores e homens de bem.”⁶¹ É também preocupante certa adesão por uma parcela da sociedade civil em prol da intervenção militar no país⁶². Este tipo de noção é comple-

58 I. P. Suarez, *Estratégias de Promoção dos Direitos Humanos na Argentina no Início do Século XXI*, p. 519-534.

59 Esta noção pôde ser averiguada nos governos de Néstor Kirchner e Cristina Kirchner. Vale lembrar que foi no governo de Néstor Kirchner que em 2005 as leis de anistia – Lei de Obediência Devida, Lei de Ponto Final e Lei de Indulto – foram anuladas por serem entendidas como inconstitucionais, além do desaparecimento forçado ser reconhecido como crime imprescritível e inaniestável pela Suprema Corte da Argentina. Entretanto, ainda não se pode estabelecer um comparativo com o governo do atual presidente Mauricio Macri em relação as suas intenções quanto ao estímulo de políticas públicas que dialogam com direitos humanos.

60 Essa ideia foi extraída do texto “*Direitos Humanos ou Privilégios de Bandidos – Desventuras da Democratização Brasileira*”, elaborado pela pesquisadora do Cebrap e professora da Unicamp de antropologia, Teresa Pires do Rio Caldeira.

61 T.P. R. Caldeira, *op. cit.*, p. 169.

62 Atos em prol da intervenção militar puderam ser observados no decorrer das manifestações contra o governo da presidenta Dilma Rousseff. Uma parcela de

tamente repudiado no caso argentino. Por que este tipo de pensamento perdura no caso brasileiro?

De forma que é urgente que haja um processo de requalificação e ressignificação sobre princípios de direitos humanos com base local como foi observado no caso da Argentina promovido pelas *Madres de Plaza de Mayo*. Isto porque, o caso brasileiro também reflete o problema quando os direitos humanos são encarados unicamente sob uma perspectiva institucional-jurídica. Especialmente em um contexto no qual a redemocratização possui tons dramáticos e ambíguos como é o nosso, segundo argumenta o professor Bruno Konder Comparato:

Passados vinte anos, contudo, estamos numa situação, no mínimo incômoda: apesar de o país ser signatário de todas as declarações e pactos internacionais de direitos humanos, continuamos a ser denunciados por constantes violações a esses direitos⁶³

Talvez, os trabalhos das Comissões da Verdade, ao serem pensadas como sujeitos locais no processo de requalificar e ressignificar o princípio do direito à verdade, possam mudar a perspectiva em relação à percepção sobre a importância da temática dos direitos humanos no Brasil. Desta forma, compreender o trabalho das Comissões da Verdade brasileiras, principalmente as de âmbito local, tais como, as impulsionadas pelas universidades, implica responder se são capazes de estimular o debate sobre nossa última ditadura, de forma que localmente e aos poucos questões pertinentes sobre direitos humanos possam ser compreendidas de maneira a desconstruir noções equivocadas. Quem sabe este seja o papel mais importante das Comissões? Por isso, a questão seria até que ponto o trabalho das Comissões da Verdade impacta na realidade cotidiana de pessoas comuns para que percepções progressistas sobre direitos humanos possam estimular o debate? O próprio empenho destas Comissões não reflete as contradições e limites entre as exigências e pactos de direitos humanos realizados pelo Estado e sua realidade concreta?

manifestantes demandava até mesmo o retorno do regime militar. Este tipo de demanda não é observado na Argentina, mesmo que haja atos contra o governo.

63 B. K. Comparato, *op. cit.*, p. 388.

Difícil responder, mas a Comissão da Verdade Marcos Lindenberg enfrentou este tipo de dilema em suas ações e pesquisas assim como em suas missões de trabalho, como a que foi cumprida ao visitar organizações de direitos humanos na Argentina.

Referências bibliográficas

- ALVES, J. A Lindgren. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1994.
- BONNER, Michelle. *Negotiating Democracy: Government Response to Argentine Human Rights Organizations*. Prepared for delivery at the 2003 meeting of the Canadian Political Science Association, Nova Scotia, 2003.
- BORLAND, Elizabeth. Las Madres de La Plaza de Mayo en la era neoliberal – ampliando objetivos para unir el pasado, el presente y el futuro. *Rev. Colombia Internacional* 63, jan. – jun. 2006, p.128 – p.147.
- BRITO, Eduardo Manoel de.; VANNUCHI, Paulo., “Prefácio” em HERSHBERG, Eric; JELIN, Elizabeth (orgs.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. Tradução de Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2006.
- CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Dilemas e desafios da proteção internacional dos Direitos Humanos no liminar do século XXI. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 40, nº 1, jan./jun. Brasília, 1997.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Direitos Humanos ou “Privilégios de Bandidos”? Desventuras da Democratização Brasileira. *Revista Novos Estudos*, nº 30, jul.1991.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e Desaparecimento – Os Campos de Concentração na Argentina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-Limite e Memória – A reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Ed. Hucitec - Anpocs, 2001.
- COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (CONADEP). *Nunca Más*. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 5ª ed., 1984.
- COMPARATO, Bruno K. Os Obstáculos Institucionais à Realização dos Direitos Humanos no Brasil. In: AMADEO, Javier; BARBOSA, Andréa; El FAR, Alessandra; (orgs.). *Ciências Sociais em Diálogo – Pensamento Político e Social, Estado e Ação Coletiva*. São Paulo: Fap - Unifesp, 2014, p. 383 – 416.
- COMPARATO, Fabio K. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. Tradução Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2009.

- ESTEVEZ, Ariadna. *Por uma conceitualização sociopolítica dos direitos humanos a partir da experiência latino-americana*. Revista Lua Nova – Dossiê Direitos Humanos, nº 86, São Paulo, 2012, p. 221 – p248.
- FRANCO, Marina. *Un enemigo para la nación: Orden interno, violencia y “subversion”, 1973 – 1976*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1ª ed., 2012.
- FREEMAN, Michael. Direitos Humanos Universais e Particulares Nacionais. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.). *Direitos Humanos no Século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão, Rio de Janeiro, 1998, p.303 – 355.
- GÓMEZ, José Maria. Globalização dos direitos humanos, legado das ditaduras militares no Cone Sul latino-americano e justiça de transição. *Revista OABRJ*, Rio de Janeiro, v. 25, jul./dez. 2009, p. 87 – 136.
- GORINI, Ulisses. *La rebelión de las madres, Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Tomo I. 1976-1983*. Buenos Ayres: Ed. Grupo Editorial Norma, 2006.
- HERSHBERG, Eric & JELIN, Elizabeth (orgs.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. Tradução de Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2006.
- KOERNER, Andrei. O papel dos direitos humanos na política democrática: uma análise preliminar. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; vol. 18, nº 53, 2003.
- LEIS, Héctor Ricardo. *El movimiento por los derechos humanos y la política argentina*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1989.
- MOLINA, Ramon Torres. *Los derechos humanos en la Argentina*. Buenos Aires: Ed. Campana de Palo, 1990.
- MARIUZZO, Patrícia. Rastros da repressão: Arqueologia investiga vestígios materiais da ditadura argentina. *Revista Ciência e Cultura*. Vol. 65 nº 3. São Paulo, julho 2013.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática*. São Paulo: EDUSP, 2007.
- REIS, Rossana Rocha. Os Direitos Humanos e a política internacional. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº 27, Nov. 2006.
- SUAREZ, Ines Perez. Estratégias de Promoção dos Direitos Humanos na Argentina no Início do Século XXI. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs.). *Direitos Humanos no Século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – Fundação Alexandre de Gusmão, Rio de Janeiro, 1998, p. 519-534.
- RISSE, T., ROPP, S., SIKKINK, K., Introduction, In: *The Power of Human Rights: International Norms and Domestic Change – The socialization of international human rights norms into domestic practices*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 1 – p.38.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Rio de Janeiro: ed. Vozes, 2009.
- VÁZQUEZ. Inés, *Historia de las Madres de Plaza de Mayo*. Buenos Aires: Ed. abril, 2003.

8. Palestra de abertura do Seminário “Verdade, Memória e Justiça: 50 anos do Golpe Militar”¹

PAULO ARANTES

Gostaria de aproveitar a circunstância especial que está nos reunindo para fazer algumas observações sobre um assunto que, eu acho, interessa para pensar a política hoje: a relação entre a política e o tempo.

Se eu fosse dar uma palestra de verdade, eu diria o seguinte: “vou tratar dos pressupostos da Justiça de Transição enquanto política pública de direitos humanos”. Mas não vou falar disso! Seria um excesso, além de pretensioso! É muito comovente e ao mesmo tempo paradoxal ver o empenho com que está investido em sua tarefa, o Sr. Secretário Municipal de Direitos Humanos. Nós temos também uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Imagino que exista uma de nível estadual também. Esse é o primeiro paradoxo. Há uma enorme literatura a respeito de direitos humanos. Nessa vastidão, fico com a tese meio heterodoxa de um americano, chamado Samuel Moyn: direitos humanos são, ou foram, a última utopia. Para formular essa tese ele fez um balanço, cujo resultado é sombrio. Segundo esse autor, “Direitos Humanos” tornou-se a última utopia quando a penúltima desmoronou. E a penúltima nós sabemos como se chama e é o que sou: socialista. Não digo que ela desmoronou, mas que entrou em um eclipse. E num eclipse profundo. Não sabemos quando vai reaparecer o sol, a lua ou o que for. Mas no momento mesmo que isso desmorona aparece uma outra utopia chamada “Direitos Humanos” com a mesma ambição de universalidade, engajamento, devoção, empenho e risco.

1 A palestra do professor Paulo Arantes fez parte do Seminário “Verdade, Memória e Justiça – 50 anos do Golpe Militar”, organizado pela CVML em abril de 2014, e foi transcrita pelos membros da CVML/Unifesp. Ele é Professor Titular aposentado da Universidade de São Paulo.

Quando os direitos humanos entraram em cena foram associados à política americana do Jimmy Carter, mas não foi apenas algo instrumentalizado para apressar o fim da Guerra Fria. Um instrumento da Guerra Fria. Na verdade, foi outra coisa. Foi uma descoberta. Eu digo que há um paradoxo para abreviar o meu argumento, mas não é apenas disso que eu quero falar. Se ainda estivesse aqui o nosso querido Secretário Municipal de Direitos Humanos, eu diria o seguinte: “como é que uma utopia se transforma em política pública?”. É esse o paradoxo. É como se houvesse em Cuba uma “Secretaria Especial para o Socialismo”.

Nós temos uma democracia consensualmente baseada em direitos humanos e ao mesmo tempo, temos uma Secretaria Nacional de Direitos Humanos, um órgão do Estado, assim como secretarias estaduais e municipais também. Sendo que historicamente, o que é o renascimento dos direitos humanos? Não é preciso remontar à Revolução Francesa ou Americana, à ONU ou coisa que o valha. Em seu renascimento histórico e político, quando entram em cena nos anos 1970, os direitos humanos voltam-se contra quem? Contra o principal violador de direitos humanos. Quem é esse personagem? É o Estado. O Estado democrático de Direito, baseado consensualmente nos direitos humanos, tem uma secretaria encarregada de tutelar aquelas vítimas de violações que ele mesmo comete! Vejam só a transformação. Se eu quisesse fazer humor negro, diria que o socialismo real foi isso: a transformação da utopia em política pública. O resultado não foi brilhante. Aqui entre nós, na América Latina ou na Europa, a “política” dos DH tampouco tem sido brilhante. Mas as pessoas estão envolvidas nisso. Empenhadas de boa-fé para consertar o mundo que está desmoronando. Que desmorona na figura de vítimas de atrocidades cometidas por agentes do Estado. É essa incongruência que temos que pensar. Ela é real. Não é possível contorná-la ou dizer que não existe. Esse é, de fato, o horizonte que temos nesse momento, em que nós passamos de um paradigma vencido [o socialismo], momentaneamente submerso – que não sabemos quando ou se vai renascer, em que forma vai renascer e como nós o reconheceremos – e esse outro [os direitos humanos] que está nessa situação patética de ser ao mesmo tempo uma utopia já desgastada e uma política pública, tão ativa quanto um tribunal de última instância.

Vejam alguns dados. Em fins de 1968 não existia ainda a Anistia Internacional, ela estava começando naquele momento. Como sabemos, ela foi criada por um advogado inglês escandalizado com a violência, com a brutalidade do salazarismo. Todo mundo conhece a história da Anistia Internacional, de um famoso advogado que leu no jornal que dois portugueses foram encarcerados porque ousaram falar mal do Salazar em um café. “Não é possível que isso aconteça ainda!” Em 1968 um gauchista francês chamado Bernard Kouchner, médico, que participou do maio de 1968 nas barricadas, desmobilizado da luta política após a derrota, e que militava no Partido Comunista Francês há muitos anos, não sabia mais o que fazer da vida. Foi quando viu um anúncio da Cruz Vermelha em Genebra dizendo que precisavam de voluntários médicos. E ele foi porque estava precisando fazer alguma coisa, era médico, socorrista inclusive. Foi para Biafra. Ele não sabia o que era Biafra, mas foi para esse lugar, no fim do mundo, na África, e descobriu que ali havia uma guerra civil. Uma guerra civil separatista em que uma província da Nigéria, chamada Biafra, estava se separando – uma província petrolífera. Uma guerra civil de uma atrocidade jamais vista, mesmo em tempos de intensa Guerra Fria na periferia. Uma coisa inacreditável.

Ele ficou em estado de choque e sobretudo em estado de choque político. Porque as companhias petrolíferas que financiavam a guerra, financiavam os dois lados: financiavam os separatistas e também o governo federal da Nigéria contra os separatistas de Biafra. Sobretudo as britânicas, pois aquela antiga colônia continuava de fato uma extensão da metrópole. Toda a Guerra Fria estava lá. Estavam os chineses, a União Soviética, todos os serviços americanos especializados, e estavam nos campos defendendo de maneira assassina os piores interesses. Dos dois lados, fazendo tudo quanto é tipo de barganha. Kouchner falou: “Bom, nós em maio, em Paris, lutamos por nada. Este mundo ruiu definitivamente. O que interessa agora é o corpo que está sofrendo. E nós temos que ter acesso a esse corpo que sofre, porque ele ultrapassa, transcende, todas as ideologias possíveis: socialistas, anticomunistas, americanistas... pouco importa!” A política tal qual a conhecemos nos últimos duzentos anos, da Revolução Francesa até a Revolução Soviética e o que veio depois, começava a sair de cena. O que importa, a política que importa, e justamente daí a nova militância, é quebrar o gelo

da indiferença da opinião pública mundial diante daquela calamidade de novo tipo, “humanitário”, como então se começou a dizer.

E esse momento coincidiu com a descoberta de que o mundo vivia uma catástrofe em termos de violações, e o principal o objeto dessa violação era o corpo humano... Descoberta de um novo mundo de traumas que também coincidiu com o último capítulo de uma guerra civil mundial que costuma atender pelo nome de “Guerra Fria”, pseudônimo jornalístico para uma guerra de fato que começou em 1917 e terminou em 1989. Nesse momento é que entra em cena, que começa a ser reativada a ideia de Direitos Humanos, que se manifesta de maneira combativa tendo como primeiro front os desastres humanitários que se sucediam na África. Quando o Kouchner voltou para a França e conta para os seus companheiros de maio o que estava ocorrendo, ninguém acredita! “Ah, mas o presidente Mao já disse que isso não tem importância. Ah, mas o Brejnev disse que o lado certo é esse...” Ele ficou abismado! Bom, todo mundo sabe quem é o Bernard Kouchner, que fundou depois a organização Médicos Sem Fronteiras, tornou-se mais tarde ministro, teve várias funções e também conseguiu muitos inimigos. A questão é que ele pôs a boca no trombone, montou um movimento mundial que são os Médicos Sem Fronteiras em um momento em que ser progressista, de esquerda, era, entre outras bandeiras históricas, a ideia de soberania nacional inviolável. Pensar o contrário beirava a aberração, mais ainda a ideia de que o “poder soberano” era por definição o foco irradiador e legitimador de todas as violações. Alguns autores franceses costumam falar em “soberanismo da polícia”. A polícia é um poder soberano, por isso que mata. Bom, a ideia de que em nome da soberania você trucidava seu próprio povo, a esquerda não podia entender. “Ingerência, intervenção”, ferir a soberania nacional? A nova questão era o direito de acesso à vítima. Bom, isso tornou-se em pouco tempo uma alegação para tudo e qualquer coisa. Mas o que eu estou querendo lembrar é a hora histórica que viu nascer essa ideia nova de direitos humanos, e o porquê foi encarada como uma nova militância e como uma nova utopia que logo ocupou o lugar da outra que estava falindo. O princípio dos Médicos Sem Fronteiras significa exatamente isso: o Estado é o violador, e suas vítimas, antes de tudo, indivíduos vulneráveis. Os direitos humanos encontram-se nesse único ponto cego da condição humana: o indivíduo pisoteado, privado de sua

humanidade. Se alguém está em um cárcere na Turquia ou sendo torturado na Grécia, é para lá que nós vamos. Com risco de vida. Médicos e depois ativistas dos direitos humanos. O que coincide com a onda de violência política exterminista que se abate sobre a América Latina. Em 1968 nós já tínhamos quatro anos de ditadura. Logo depois começa em 1973 no Chile, em 1976 na Argentina e por aí vai. E isso vai até o fim dos anos 1980 na América Central onde ocorreram os maiores massacres, dos quais ninguém fala!

A Anistia internacional ganha o prêmio Nobel em 1977 depois de ter atuado no Chile e na Argentina. Foram os primeiros a fazer isso. Era preciso muita coragem! Eles salvaram vidas. Portanto, se você dissesse para eles que aquilo era o embrião do que, uma vez encerrados aqueles anos de massacres administrativos, poderia ser uma política de Estado, uma política pública, eles diriam: “Mas como? O que é isso? Qual é o sentido disso?” Nessa mudança de paradigma a esquerda não entendeu o que estava ocorrendo. Nem poderia entender. Até hoje não entende. É complicado, mesmo sendo de esquerda, tendo sido socialista ou se dizer socialista, estar engajado em política de direitos humanos, na defesa de direitos humanos que são violados em tempo integral. Acha-se que era uma espécie de escamoteação, porque a avalanche dessa maré utópica, do “vamos salvar a humanidade sofredora e cada um vai se engajar nisto” era tal que ofuscava todo o resto. Vou dar um exemplo dramático: o ex-ministro do Allende, o Orlando Letelier, foi dinamitado pela polícia do Pinochet em Washington. Aí os americanos disseram: “Não é possível continuar assim... A secretária dele era americana... Dinamitar um carro em Washington, assim também não dá...” Bom, o Orlando Letelier pouco meses antes disso estava começando a escrever artigos na imprensa americana dizendo o seguinte: “Esse alvo-roço em torno das violações é algo da maior importância! Eles estão salvando vidas, diminuindo os desastres.” E mesmo assim trinta mil foram engolidos. E olhe só, ele não era nenhum bolchevique, era de um partido socialista moderado, mas naquela altura, tanto fazia.... Ficava a impressão, diante daquele novo “ativismo”, que o golpe no Chile, a ditadura no Chile, que o Pinochetismo, era o efeito perverso de um bando de sádicos, empenhados tão somente em perpetrar violações. É como se o Chile fosse apenas – mas este apenas já era uma monstruosidade – o território de uma catástrofe humanitária em curso, em que

aparatos repressivos ensandecidos estavam ali para martirizar uma população por pura crueldade. Mas por que se deu o golpe? A esquerda tinha medo de que se esquecesse o porquê foi dado, porque o Allende tinha sido sacrificado, o que significava o projeto de transição socialista democrática do Allende. Porém, o que ficou demonstrado é que não era mesmo possível fazer uma transição socialista democrática numa sociedade capitalista em pé de guerra. Isso o Allende demonstrou e pagou. Vamos fazer um exame de consciência. Podemos fazer um exame de consciência. Eu faço. Todos começamos com um pé atrás: “Direitos Humanos”, até ali a gente acompanha, vai junto, mas que tal um pouquinho de política?

A dificuldade é começar a compreender o seguinte: essa mutação - que não foi planejada por ninguém, não foi inventada por ninguém, por nenhum gênio do mal ou do bem - é real. Ela é uma mutação real, quase antropológica num certo sentido. Ela mudou a sensibilidade para, como diria o velho Hegel, o curso do mundo. Mudou-se a sensibilidade, a percepção disso; e a percepção que mudou foi a da relação da política com o tempo. Uma coisa bem elementar, por exemplo: quando se falava na cultura progressista - liberal, socialista, etc. - nesses dois séculos em que ela vigorou, sempre se falou na ideia do que? Da maturação de um processo histórico. Nós contávamos com algo que no jargão da esquerda, que vem da filosofia do século XIX, chamávamos de “paciência”. “Nós temos a história ao nosso lado, a história corre a nosso favor e quando as condições subjetivas e objetivas amadurecerem, a ruptura se dará de maneira violenta, mas ao mesmo tempo natural. Mas quando chegar a sua hora. Então, confie-mos no tempo!” Quando se dá essa mudança no paradigma da política, muda essa relação com tempo. A ideia de “paciência”, de esperar, de estar em uma situação de expectativa diante de um horizonte de superação que um dia vai ocorrer com a nossa colaboração, porque a História sozinha não faz nada, já dizia o velho barbudo, esse tipo de raciocínio entra em recesso. As coisas têm que ser feitas para já! Para agora! As pessoas estão agonizando agora! Estão sofrendo, estão sendo destroçadas, estropiadas, violentadas agora! E alguma coisa precisa ser feita agora! E o que fazia a esquerda? Dizia: “Bom, isso é política de ambulância.” De fato, é isso mesmo! Inclusive começa a entrar no vocabulário político a ideia de “emergência” e de “urgência” em uma

acepção médico-hospitalar. É como se todo o planeta se tornasse uma grande emergência hospitalar em que só entram casos de extrema de urgência. A política é uma política de urgência imediata e, portanto, as vítimas não estão esperando nenhuma definição ideológica, e não podem esperar o amadurecimento das condições para que haja uma transformação social em profundidade. Isso pode ou não ser uma armadilha ideológica, mas essa questão pouco importa. A questão é que objetivamente houve uma mudança. As pessoas em vários campos estavam percebendo que as coisas estavam indo nessa direção e que não dava mais para tapar o sol com a peneira. Então, alguma coisa mudou e é isso que temos que entender.

Esse seria o prólogo de uma palestra que obviamente não vai acontecer. Fico num par de exemplos de como é que essas coisas mudaram e de como essas duas sensibilidades, a progressista, em que a “transição” está sempre em processo, e a emergencial, se relacionam. Inclusive o termo “Justiça de Transição” tem um resíduo progressista ainda. Encerra-se o período trágico de opressão e nós transitamos para um período de desafogo social e político. Então nós estamos “transitando”, portanto, há uma situação amadurecendo objetivamente. Vejam só, todas as teorias políticas da transição de regimes ditatoriais para democráticos, seja restauração ou não, supõem esse progressismo. Portanto, devagar com o andor porque senão o caldo entorna e volta o Belzebu! Isso é uma chantagem política clássica: “Olha, com calma! Calma porque o diabo está espiando! Está esperando você tropeçar para dar o bote!” Então, essa compreensão de Justiça herda essa percepção gradualista dessas teorias de transição. Por outro lado, fala sobre a aceleração das emergências, temos que correr para apagar incêndios. Isso é uma emergência no sentido hospitalar. A nossa relação com essa aceleração política é completamente nova e nós não sabemos lidar porque a nossa cabeça é progressista. Afinal, quem reinventou, ressuscitou, introduziu como horizonte utópico emancipatório os direitos humanos não foi a direita, foi a esquerda. E uma esquerda escaldada! Eram militantes, ativistas, que não estavam brincando. Para que o Jimmy Carter pudesse fazer a política de Estado que ele fez era necessário que o chão estivesse em movimento, senão ninguém seria convencido. O que implicava também, da parte da esquerda, num

diagnóstico sobre o que se passava na União Soviética. Isso tem a idade da dissidência soviética. E a dissidência soviética não era brincadeira.

O exemplo que eu gostaria de dar é o seguinte: onde é que podemos perceber essa mutação e como é que nós, progressistas, digamos assim, temos que lidar com essa mutação na percepção da maturação dos processos? O que é “fazer política” quando você não tem mais a perspectiva ou a expectativa de um dia transcender, de ultrapassar o “status quo”? Essa é a encrenca na qual nos encontramos. O exemplo que eu vou dar é um dos primeiros – poderia dar “n” exemplos nessa direção, isto é, da mudança na relação que nós temos com o passado. Tudo que eu recapitulei até agora ocorre em conjunto com um outro fenômeno que é a inundação memorial. Num determinado momento, nos anos 1970 e nos anos 1980, dependendo do país, os memoriais começam a se multiplicar como cogumelos, da noite para o dia. Memoriais de tudo! Desde o patrimônio mais “comezinho”, de um nicho ecológico qualquer, até memoriais do Holocausto. Aqui, acolá, no mundo inteiro começa a haver uma espécie de redescoberta ativa e política da memória. Começam a existir políticas da memória. Coisa que também não era da tradição progressista. A tradição progressista era sempre “virar a página”. Cada derrota era sinônimo de um triunfo que viria. Ninguém olhava para o passado. Não fazia parte da gramática progressista olhar para o passado, era sempre “virar a página”. A partir de um certo momento não se vira mais a página e passa a ser uma coisa nefasta querer virar a página. A partir dos anos 1970 e 1980 começam a aparecer esses memoriais e vejam só, isso só aparece quando a história progressista começa a tomar um rumo estranho ou mesmo, digamos, catastrófico. Quando o futuro começa a enviar sinais atemorizantes. Justamente o futuro que vem aí, que nós vamos abraçar, é de meter medo, então as pessoas recuam e começam a olhar para trás. Como nos entrincheiramos para enfrentar a avalanche que vem?

Mesmo a *Shoa*, ou o Holocausto como preferem dizer os anglo-saxônicos, os franceses preferem *Shoa*. Aliás é um extraordinário filme francês que inaugura essa tradição, do Lanzmann, chama-se “*Shoa*” e é do início dos anos 1980. A memória do Holocausto nos parece algo com o qual nós sempre convivemos, mas não. De jeito nenhum. Enquanto no pós-guerra houve prosperidade, crescimento, pleno emprego, *welfare* no núcleo orgânico do capitalismo, a periferia se industrializando

etc., não havia essa comoção planetária com o que havia acontecido na destruição dos judeus na Europa. Isso começa a aparecer nos anos 1980 quando essa perspectiva, digamos, do capitalismo próspero que integra, emprega e protege, sai do horizonte. Então olha-se para trás e só se vê o quê? Um campo de destruição! Ao mesmo tempo em que não se espera mais nada pela frente. Nesse momento o que você faz? Você preserva a sua memória que é para, digamos assim, “terminar” com galhardia, com uma certa dignidade. Bom, de modo que essa relação do dever de memória também não é uma coisa automática. Ele nasceu, tem uma data histórica. Como isso acontece? Com o que tem a ver? Vou começar com exemplos brasileiros. Está acontecendo agora, nos cinquenta anos do golpe. Vejam só, em 1980 a Revolução de 1930 completou cinquenta anos. Quem é que se mexeu? Nas universidades se multiplicaram pelo Brasil colóquios sobre a Revolução de 1930. Revolução de 1930 e cultura, economia e não sei mais o que da Era Vargas.... e pronto, acabou. Não era um fato político. Em 1987 foram os cinquenta anos do Estado Novo de 1937. Isso sim foi uma coisa terrível que durou até 1945. Nada. Tem livros, tem artigos feitos lá nos 50 anos, também como curiosidade histórica. É história, não é memória. Mas havia sobreviventes que poderiam contar coisas do arco-da-velha. Barbarizou-se de 1937 a 1945 e depois mais ainda de 1946 até a entrada dos anos 1950. Matou-se mais comunistas nesse país durante esse período do que em toda a ditadura militar e não lembram disso. A partir de 1937, matar comunista tornou-se rotina policial. Bastava ser comunista para ser exterminável. Mas houve alguma comoção pública, manchete de jornal, por ocasião dos cinquenta anos do Estado Novo? Não. Mais adiante eu vou tentar explicar por que isso.

Hoje as pessoas ficariam chocadas se alguém como o Prestes, que era um herói nacional, alguém da envergadura do Prestes, fizesse um acordo com um ditador que enviou a sua mulher grávida para um campo de concentração no Terceiro Reich. Qualquer pessoa hoje diria: “Esse cara é um demônio!” Nessa época isso foi saudado como um ato heroico porque a política se concebia assim. Era isso. Era assim que se fazia política. Porque ele estava pensando nos próximos passos e, portanto, na Revolução que há de vir, a causa revolucionária exigia que se apoiasse o “Queremos Vargas”, o “Queremismo”, aliando-se ao inimigo mortal de ontem. Portanto é um pacto político. Porque

eu tenho que fazer isso, as pessoas compreendem que eu estou no caminho certo, que eu não sou um renegado, porque a História está do nosso lado! A História progride. Ninguém mais pensa assim. Isso nos choca não porque somos mais éticos do que os outros, pelo contrário, até acho que somos bem menos... É porque nós não acreditamos mais que a História esteja avançando e nos carregando consigo para o rumo certo. Isso é, nós vemos hoje a decomposição do capitalismo e não vemos nada despontando no seu lugar.

O nosso tema então é esse: mudou a nossa relação com o tempo político. Eu gosto muito do depoimento de uma atriz de cinema chamada Simone Spoladore. Ela veio do teatro, depois começou a fazer cinema. Estou pensando em sua atuação num filme da Lúcia Murat chamado *A Memória que me contam*. Esse filme foi lançado no ano passado e é baseado na biografia da Vera Silvia Magalhães, que participou das operações que culminaram no sequestro do embaixador americano. Obviamente ela foi presa, comeu o pão que o diabo amassou e, enfim, de sequela em sequela, acabou falecendo disso. O filme se passa numa sala de espera de um hospital em que ela está agonizando e seus companheiros rememoram o passado comum. O filme não cita nominalmente a Vera Silvia. Ela está morrendo, já está morta, mas aparece jovem contracenando com seus companheiros, então o filme vai e volta entre mortos e vivos que estão juntos no mesmo espaço de cena. A Simone, a atriz, numa entrevista de quando o filme foi lançado diz o seguinte: “Olha, para mim 1964, o golpe militar, a ditadura... Eu nasci nos anos 1980, para mim era algo que estava há duzentos anos de distância. Mas aí eu fui convidada para atuar”... – ela havia feito uma ponta em *O dia que os meus pais saíram de férias*. Ela faz a mãe, que é guerrilheira e deixa apressadamente o filho no Bom Retiro com os avós – Ela diz: “Quando eu li o roteiro e atuei no filme, era como se 1964 tivesse acontecido há cinco minutos! Não era apenas a ilusão dramática de quem está atuando diante das câmeras.” E ela conta isso, essa sensação de contemporaneidade, que é tudo menos evidente.

Isso que é o espantoso. Por que alguma coisa que ocorreu há cinquenta anos atrás, que durou vinte anos, com várias facetas, ainda afeta as pessoas como se tivesse acontecido ontem? Por que teima em não ser inteiramente história? Por que pode ser memória? Mesmo que não seja a memória pessoal, é uma memória coletiva, geracional, que se

transmite e contagia. Esse é o nó de tudo o que nós temos que pensar. Avançando um pouquinho mais nesse paradoxo: por que isso está tão vivo cinquenta anos depois? Essa dissonância entre o progressismo nosso de todos os dias e aquilo que nós podemos chamar de “atualismo emergencial”.. Ela reaparece em um outro filme... É bom a gente ver cinema, porque os filmes falam muita coisa, revelam muita coisa, tanto faz se a intenção da direção era essa ou outra. Um filme que causou muita polêmica, com gente dizendo: “Ah, esse filme é chapa branca”; e outras pessoas cuspiendo em cima.... Ele é e não é, tanto faz. Eu gosto muito desse filme. É um excelente documentário. Chama-se *Repare Bem*. Vejam só o título: *Repare bem*. Foi feito pela Maria de Medeiros, que é uma portuguesa, atriz e cineasta, e que também fez um filme famoso sobre a Revolução dos Cravos, entre outras coisas. E esse filme é um documentário clássico, tradicional, sobre a vida e o martírio, a morte do Bacuri, o Eduardo Collen Leite; que foi realmente uma das coisas mais espantosas... sei que falar que é uma das mais espantosas não diz nada, mas ele foi trucidado. Realmente foi uma coisa espantosa o que fizeram com esse rapaz de 25, 24 anos. E essa história é contada, é narrada pela companheira dele, Crispim. Acho que é Denise o primeiro nome dela, Denise Crispim. E ela é de uma tradicional família anarco-comunista. Ela é filha, sobrinha, neta, sobrinha-neta de uma família de comunistas no sentido estrito do termo, daqueles que confiam que a História está nos carregando para o futuro através da luta social. Portanto, todo relato que ela faz das barbaridades, da relação deles, de como ela conheceu o Bacuri, aquele moço deslumbrante, parecia um Adônis, a paixão imediata e a paixão política... Ela vai contando tudo. Ela reconstitui isso e olha... é um negócio espantoso. Porque ela descreve mesmo o que ele passou. Ele morreu, o último tiro de misericórdia, como se dizia antigamente, foi perto da minha cidade – Forte de Itaipu – em Santos. Bom, ela vai descrevendo isso de uma perspectiva revolucionária, da família dela, da luta social, da derrota, em que uma batalha foi tragicamente perdida, mas não a guerra, que continua... Depois há um determinado momento, que o filme não explica, em que ela está dando outros depoimentos com o atual marido – que eu acho que é chileno. Eles moram na Itália, e conseguem meio por acaso comprar o apartamento que foi possivelmente a locação de um filme de Ettore Scola, que é um filme genial, chamado *Um Dia Muito Especial*,

com o Marcello Mastroianni e a Sophia Loren. Ele é um homossexual à beira do suicídio, banido pelo regime de Mussolini, para um campo de confinamento no meio do nada, banido da cidade. A real ação entre os dois se passa num edifício modernista, típico da era fascista. A ação transcorre no dia em que Hitler visitou Roma. É nesse local, que faz parte da história do cinema contemporâneo, que eles compram um apartamento e ficam especulando: “será que foi aqui que filmaram?” E como é que eles conseguiram esse apartamento? Com a indenização do Bacuri. Com a “reparação” do Bacuri. Então somos surpreendidos uma segunda vez, depois dessas revelações sucessivas, quando ela vai explicar quanto teria custado. Corta: há uma cena na Comissão de Anistia em que ela está presente junto com a filha, que vive na Holanda e mal conhece a história do país. Há um discurso do presidente da Comissão de Anistia, lendo um papel, entregando o cheque! Era um documentário para a cerimônia em que o Bacuri é anistiado e a reparação pecuniária é dada para a família! O que provoca um choque! Aquela história de dar nó na garganta termina em um cheque! Isto é, a nossa justiça de transição, que aliás não existe, é apenas uma ideia reguladora como diria Kant, é uma justiça meramente administrativa. É isso que o filme quis mostrar! O filme não é chapa branca! Ele quis mostrar justamente isso! Por isso o filme chama *Repare Bem*. Mas usa o termo “reparação” nas duas acepções. “Repare bem”: repare no que você está vendo, pense duas vezes, junte as duas pontas e veja o que é “Reparação” – uma indenização por perdas e danos! Mas “reparação” também é “consertar”. Nós estamos consertando alguma coisa, nós estamos intervindo para restaurar alguma coisa, recompor as peças, mas não há nenhuma transformação social em vista ou acontecendo! A intervenção é feita para recompor, para curar, sanar, mas a ideia de “transformação” desapareceu! Não é o desfecho que nós esperaríamos! É esse curto-circuito que nós temos que pensar.

Esse desfecho significa o seguinte: sem que nós nos déssemos conta, nesses vinte, trinta anos, dependendo do lugar, é como se a preocupação transformadora da mentalidade clássica progressista de esquerda tivesse se voltado para a reparação de um passado abominável. É como se nós tivéssemos investido todas as nossas energias utópicas no passado, que por isso deixa de ser passado! Tornando-se assim completamente contemporâneo! Trata-se de uma mutação histórica

que nós temos que pensar, porque é assim que está se fazendo, saibamos ou não, política há muito tempo no mundo inteiro. Isto é, aquela energia que nós estávamos investindo na transformação do presente em nome do futuro que viria, nós estamos reinvestindo em um passado abominável que nós temos que recuperar, reparar, e quando fazemos isso ele se torna absolutamente contemporâneo. Isso era uma coisa totalmente impensável há uma geração atrás. Hoje nós falamos assim, com a maior naturalidade, quando não é natural, há pouco tempo não faria o menor sentido para alguém de esquerda. Vou dar novamente um exemplo francês: nós sempre estamos muito acabrunhados com o Brasil estar atrasado em tudo, mais uma barbaridade, nós nem justiça de transição temos, imagina... Comissão da Verdade é para, enfim... Não vou dizer que é quase nada porque seria uma injustiça total. Mas na França, só em 1994 entrou no Código Penal a existência de crimes não só imprescritíveis, mas leis com efeito retroativo. A França só aderiu ao tratado que instituiu o Tribunal Penal Internacional no ano 2000. E é a pátria dos direitos humanos. No fim dos anos 1990, dois julgamentos históricos ocorreram na França: o do Maurice Papon e o do Paul Touvier. O Paul Touvier foi o chefe das milícias de Lyon durante a ocupação alemã. Essa é a catástrofe nacional francesa; a nossa catástrofe é de 1964 para cá, são cinquenta anos. E não está resolvida. A francesa começou nos anos 1940 com a ocupação alemã, é o fenômeno da colaboração. O mito da resistência é isso: um mito. A França colaborou. Não só colaborou a sociedade civil francesa, colaborou a classe operária francesa... o Partido Comunista Francês também, porque havia um pacto entre Hitler e Stálin, até que entraram na Resistência, depois da invasão da União Soviética pela Alemanha. Quase todo o aparato administrativo francês do Regime de Vichy foi preservado depois da libertação.

Bom, o Paul Touvier foi julgado com noventa anos, o Maurice Papon acho que com mais de noventa anos, foi julgado e condenado. O Maurice Papon não só foi chefe da polícia durante a ocupação, como ele foi reconduzido ao cargo indefinidamente! Tal como aqui! Ele era chefe de polícia em Paris quando em 1961 houve uma manifestação da Frente de Libertação Nacional da Argélia. Mataram mais de trezentas pessoas, algumas jogadas no Sena! Ele comandou esse massacre e foi julgado por isso também. E esse massacre havia sido várias vezes prescrito.

Mudou-se, portanto, o tempo jurídico. Se mudou o tempo jurídico, significa que lá no fundo o tempo político também mudou. É como se o Maurice Papon e o Paul Touvier, ambos com mais de noventa anos de idade fossem ainda perfeitamente contemporâneos aos crimes abomináveis que cometeram. E foram julgados por isso, como se estivessem cometendo o tempo todo aqueles mesmos crimes. De modo que isso, do ponto de vista progressista, não faz sentido algum! Quero dizer, é ressentimento, revanchismo, fixação reacionária no passado. Pois justamente houve um pacto na saída da ocupação para tornar a França governável, mas a maré reverteu, e por essa, sinceramente ninguém esperava, não só a esquerda

Vou terminar por aqui, depois comentamos. Mas me desculpem, tenho que fazer um comentário antes porque não dá... Mas é uma coisa que a gente tem que analisar com sangue frio: eu acho o pronunciamento de ontem da Presidente da República lamentável! Para dizer o mínimo por respeito à biografia dela. Eu posso admitir que o General Leônidas Pires nessa semana tenha dito que a “Revolução” – entre aspas – a ditadura não matou. Bom, faz parte. Está no DNA dele. Isso eu não discuto, isso não me choca. Mas no da Presidente isso é inadmissível. Pensemos na estrutura que está se manifestando ali, que é uma estrutura conflitiva, que é o que eu estava dizendo há pouco: são duas – para dizer de maneira pedante – duas gramáticas incompatíveis. Com uma nos voltamos para o passado e declaramos solenemente que ele clama por reconhecimento e redenção, com a outra, dizemos que é preciso virar a página, que o acerto de contas já foi feito. Nós chegamos assim a este ponto, um ritual de reverência onde antes havia um projeto. A Presidente cumpriu seu dever de memória, prestou homenagem aos mortos, presos, exilados, torturados, desaparecidos; com os quais todas as pessoas com o mínimo de sangue nas veias se solidarizam. Cumprido o ritual entregou-se ao raciocínio herdado, segundo o qual o que passou, passou, é apenas história. Nós sabemos que a assim chamada “transição brasileira” foi um enorme conchavo, para dizer com todas as palavras. Isso é, a ditadura não foi vencida. Aliás, a suprema vitória da ditadura foi nos convencer que nós a derrotamos. Então houve um pacto. Esse pacto político é aquilo que fundamenta a Nova República, a Constituição de 1988, os anos 1990 e seus mandatos, assim como a grande reviravolta política de 2002, isto é, quando a

maioria social brasileira se tornou maioria política, e como havia sido planejado estrategicamente, não deu em nada, ou melhor, deu – numa carta dizendo: “respeitaremos todos os pactos”..

Alguém sempre voltará a lembrar a reviravolta histórica de Prestes. Meu ponto é que a analogia tornou-se descabida a partir de uma hora política bem precisa. Pois até então não era, achávamos que era assim mesmo, este o preço elevado quando se dobra a esquina de uma história em movimento. Por isso, quando a famigerada Lei da Anistia foi aprovada, varremos para debaixo do tapete suas cláusulas inaceitáveis, fazendo o cálculo de sempre, primeiro acumular forças, só depois avançar. Com a volta dos exilados e a libertação da maioria dos presos políticos, nos reagruparíamos, formaríamos novos partidos, daríamos enfim a volta por cima.

A sensibilidade começou a mudar nos anos 1990, quando houve a primeira responsabilização do Estado e a segunda Lei da Anistia. Portanto, se eu disser que eu fiquei em estado de choque vendo o discurso da Presidente, eu também não estou sendo correto, porque isso tornou-se um lugar comum. Nós nunca dissemos isso nos anos 1970, nos anos 1980 e nem nos anos 1990, mas isso começou a mudar quando os familiares cansados começaram a se mexer. Mas são só os familiares. E os familiares na terceira geração já, na quarta geração... não vão continuar. Vão morrer. Assim como vão morrer todos os torturadores. Possivelmente acabe assim.

O que eu estou chamando a atenção, e com isso eu encerro, é que no discurso da Presidente, por mais lamentável que tenha sido, são esses dois padrões de raciocínio que estão convivendo, e a coexistência deles está se tornando cada vez mais difícil. Mais difícil e insustentável porque politicamente está se alargando justamente aquilo que nós criticávamos que é essa consciência imediata de que isso não pode continuar assim, e que, portanto, não existem pactos progressistas! Para assegurar o quê? Justamente para assegurar coisa nenhuma! Porque nada, absolutamente nada, mudou! Você pode dizer que no tempo do Prestes, na verdade, ele se sacrificou porque ele era um soldado da Revolução em todos os sentidos, ele era militar também, e o Brasil avançou! É claro que avançou! E avançou no segundo mandato do Getúlio. Havia uma real coerência naquele tempo. Agora, invocar esse mesmo raciocínio progressista quando não há mais progressismo,

realça ainda mais a barbaridade. São essas duas lógicas que estão em conflito. Esta seria a proposta da minha intervenção: o que significa pensar politicamente à esquerda quando a ideia de futuro foi barrada? Ou: a ideia de futuro mudou. O que significa uma esquerda em que não se faz mais nada em nome do futuro? Porque em nome do futuro você cometia barbaridades no presente. É isso que não dá mais, nós não nos compreendemos mais assim. Mas só que nós mantivemos, por inércia, essa tradição político-cultural progressista, que dá nisso que nós estamos assistindo e consentindo. Vejam só, por mais que nós quiséssemos simpatizar, sentimos como uma aberração! Não é o Leônidas Pires que é uma aberração. Aberração é uma política que fale isso: “respeitamos pactos.” Que em 2002 soltassem uma carta aos brasileiros dizendo: “respeitamos a dívida, os banqueiros, os contratos e assim por diante...” Bom... Vamos lá, faz parte... Depois a estratégia muda. “Respeitamos” um “pacto” como esse? Mas não dá para a esquerda dizer “estou fora”, porque a esquerda fez isso! Exatamente! Ela está reproduzindo o que foi o modo de pensar de toda a esquerda, de todo o pensamento progressista no Brasil nos últimos vinte anos depois que essa lei celerada foi promulgada. Mesmo para o nosso secretário que estava aqui... poderíamos dizer, com toda a franqueza, com toda a amizade: “vamos rever a Lei de Anistia porque mudou o Supremo”. Veja só! É sempre o cálculo estratégico imediato. “Mudou o Supremo”. Mas espera um pouquinho, vocês há dois anos atrás não leram os votos dos digníssimos membros do Supremo? São abomináveis! E tem gente lá que diz que era de esquerda! Não vou dar o nome, mas todo mundo sabe. Mas são horrendos aqueles votos! Já era para nós termos dito que eram abomináveis lá atrás. Quem falou? Só os familiares. Agora sim, porque o Supremo deu uma “balançadinha”.. Triste ilusão! O Supremo não vai fazer nada. Absolutamente nada. Se não há mais pressão vinda de baixo... ou melhor, nunca houve.

É isso que eu tinha para dizer. Muito obrigado.

9. Palestra de encerramento do Seminário “Verdade, Memória e Justiça: 50 anos do Golpe Militar”¹

FABIO KONDER COMPARATO

A respeito do golpe de 1964, eu entendo que há duas questões fundamentais sobre as quais devemos refletir. A primeira é sobre a natureza do golpe e as suas causas; a segunda é a questão que, ultimamente, vêm se repetindo sem cessar: o que fazer para que isso não se repita? Em relação à natureza do golpe e às suas causas, devemos ter uma reflexão mais profunda, menos individual sobre fatos determinados, e procurar enxergar os fatores predisponentes. Isso é como se fosse uma doença, já que eu estou falando em um centro médico. Precisamos entender quais foram os fatores predisponentes e, depois, quais foram os fatores desencadeantes.

Quais foram os fatores predisponentes?

Para entendermos qualquer sociedade, precisamos saber, primeiramente, qual é a sua estrutura de poder. “Estrutura de poder” é como a coluna vertebral da sociedade.

Pois bem, a estrutura de poder no Brasil sempre, sem intervalo, foi a da ligação entre os potentados econômicos privados e os políticos conservadores. Isso vem desde Portugal, desde a Dinastia de Avis no século XIV. D. João I, quando inaugurou a Dinastia de Avis, afastou da corte os nobres e chamou para auxiliá-lo os chamados burgueses, ou seja, aqueles que habitavam os burgos, na periferia dos feudos. Eram os comerciantes e os leigos, que denominamos hoje juristas. Houve, portanto, uma união íntima entre aqueles que exerciam o poder econômico privado e as autoridades políticas. Isso se instalou no Brasil de

1 A palestra do professor Fábio Comparato fez parte do Seminário “Verdade, Memória e Justiça – 50 Anos do Golpe Militar, organizado pela CVML em abril de 2014, e foi transcrita pelos membros da CVML/Unifesp. Ele é professor Emérito da Faculdade de Direito da USP e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra.

forma completa durante o período colonial. Os altos funcionários vindos da metrópole acabavam se consorciando, se ligando pelos laços do compadrio ou mesmo de família, com os senhores de engenho, os grandes proprietários de terras. Muitos desses altos funcionários acabavam, eles próprios, adquirindo terras para produzir produtos de exportação, produtos agrícolas; ou então se tornavam grandes comerciantes. Essa situação permaneceu durante todo o Império e acabou desembocando na República.

Mas, e as Forças Armadas? As Forças Armadas sempre foram um instrumento desses dois grupos dominantes. Ao contrário do que aconteceu em outros países da América Latina, no Brasil não tivemos, até pouco tempo, nenhuma tentativa caudilhista. É curioso que durante todo o Império, por exemplo, as Forças Armadas atuaram contra os levantes. Os levantes eram revoltas, conflitos entre os potentados econômicos privados, entre os clãs. As Forças Armadas atuavam no sentido de manter a ordem. Mas foram dispensadas, durante o Império, de atuar nas revoltas de escravos. Para isso, foram criadas forças submetidas aos grandes senhores, dirigidas pelos chamados capitães do mato, e também foi criada a Guarda Nacional como instrumento auxiliar na manutenção da ordem.

Acontece que, com a Guerra do Paraguai, esse sistema começou a mudar. Por quê? Porque a Guerra do Paraguai durou cinco anos e foi um conflito bélico de grandes proporções para a América Latina. Os militares brasileiros atuaram em aliança com os argentinos e os uruguaios, e perceberam algo que incomodava muito: na Argentina e no Uruguai os militares não estavam afastados da vida pública. Eles podiam até chegar a chefe de Estado, enquanto o sistema de disciplina militar no Brasil proibia manifestações públicas dos militares. Eles não podiam falar em público, não podiam fazer manifestações de rua, por exemplo. Isso era inadmissível.

O segundo fator que os perturbou é que os militares brasileiros atuavam para a defesa de um poder escravocrata, e por isso se sentiram humilhados.

Terminada a Guerra do Paraguai, houve uma sucessão de manifestações, primeiro de incômodo dos militares e depois de verdadeira revolta. No final do Império, os militares já estavam contra os dois grupos que tradicionalmente exerceram, e ainda exercem, a soberania

no Brasil. Eles eram contra os políticos conservadores, porque achavam que os políticos conservadores não mereciam respeito. Ora, eles, os militares, eram subordinados a esses fulanos que não gozavam de prestígio junto da corporação militar. Segundo, as Forças Armadas se manifestaram nitidamente contra os grandes proprietários agrícolas. Por quê? Porque elas se recusaram, a partir de 1885, se recusaram claramente, a recapturar negros fugidos, escravos fugidos. Em 1887, por exemplo, Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, mandou um ofício a Sua Majestade – na ocasião, exercia o poder a Princesa Isabel, porque Dom Pedro estava muito doente, estava no exterior – para dizer que os militares se recusavam a esse ofício vergonhoso de recapturar escravos fugidos. Isso em 1887; ou seja, às vésperas da abolição.

A Proclamação da República foi um movimento tipicamente militar. Houve uma minoria de políticos conservadores – aliás, mais liberais que conservadores – que aderiram a isso. Acontece que os militares que ficaram no poder, como eu disse, não tiveram o apoio desses grupos que sempre exerceram o poder supremo no Brasil. Na verdade, isso durou cinco anos: de 1889 a 1894 quando Floriano Peixoto deixou o poder, entregando-o a Prudente de Moraes, que era então um dos grandes chefes da oligarquia cafeeira. Nós tivemos, portanto, durante cinco anos, um verdadeiro consulado militar.

Ora, iniciada a República, a insatisfação dos militares cresceu. A República Velha foi pontuada por revoltas, se não armadas, pelo menos claramente insufladas pelos militares. Isso provocou, na década de 1920, o chamado movimento tenentista do qual todos já ouviram falar. Em 1922, que foi um ano simbólico, porque era o centenário da Independência, enquanto em São Paulo se fazia a Semana de Arte Moderna, no Rio de Janeiro houve o levante do forte de Copacabana e entre os revoltosos estava o futuro brigadeiro Eduardo Gomes. Em 1924, esta cidade de São Paulo ficou um mês ocupada pelas forças rebeldes militares. Elas foram vencidas, mas ao se retirarem de São Paulo para o Mato Grosso, os rebeldes militares que haviam ocupado São Paulo se encontraram com o grupo liderado por Luiz Carlos Prestes.

Isso veio desembocar na chamada Revolução de 1930. E Getúlio Vargas, que foi sem dúvida o político mais arguto que nós tivemos em todos os tempos, percebeu que para governar tranquilamente tinha que se apoiar nos militares. Ele não podia se apoiar nos latifundiários

que acabava de vencer, sobretudo em São Paulo. Também não podia se apoiar nos políticos conservadores, porque ele perdeu a eleição e contestou o sistema eleitoral e o regime, fazendo a mal chamada, Revolução de 1930. Ele se apoiou nos militares. Vejam, todos, absolutamente todos, os primeiros interventores nos Estados foram tenentes.

Pois bem, avançando um pouco mais, o Estado Novo foi decretado em 1937 terminou em 1945. Mas entre 1937 e 1940, Getúlio foi nitidamente favorável aos alemães e aos italianos. Ele copiou dos italianos o sistema sindical que prevalece até hoje com ligeiras modificações; ou seja, há um controle dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho. Ele foi nitidamente, no início da guerra, favorável aos alemães. As instruções do Itamaraty, por exemplo, eram no sentido de não dar vistos para judeus. Houve algumas figuras de diplomatas, que infelizmente são desconhecidas na maior parte, que se revelaram grandes heróis porque, contra as instruções do Itamaraty, deram centenas de vistos para refugiados judeus. Acontece que em 1940 os americanos, que haviam decidido ficar longe da guerra, acabaram se aproximando da Inglaterra; e logo em 1941 houve Pearl Harbor, e os americanos entraram definitivamente na guerra.

Acontece que para os americanos atacarem as forças nazifascistas, digamos assim, simbolicamente, de baixo para cima, era preciso ir para a África. As forças nazistas já estavam na África. E como chegar à África naquele momento? O torpedeamento de navios pelos alemães era muito frequente. Aqui, nas nossas costas, tivemos dezenas de navios torpedeados. Então, os americanos fizeram o plano de montar uma ponte aérea a partir do território brasileiro, e a parte mais próxima da África Ocidental é a ponta leste do nosso Nordeste, ou seja, o Rio Grande do Norte. Então, eles fizeram com Vargas um acordo; e Vargas, com seu espírito nacionalista aberto, entendeu que era importante tirar dos americanos o máximo de vantagens nesse acordo. O que os americanos pediram? Pediram a ocupação, e de fato foi uma ocupação em um território estrangeiro, de toda aquela ponta leste do Brasil. Em troca, o que Vargas conseguiu dos americanos? Um financiamento para a fundação do primeiro complexo siderúrgico da América Latina: Volta Redonda. No diário de Getúlio, que vale a pena ler, porque tem manifestações de grande sinceridade e emoção, no dia de Natal de 1940, ele diz: “Retirei-me da família um pouco antes da meia-noite para escrever

essas linhas. Hoje me sinto rejuvenescido porque o embaixador americano veio me dizer que, de fato, foi concedido o financiamento para a construção da siderúrgica em Volta Redonda. Agora nós não precisamos mais falar com eles de joelhos!” Vejam só! A partir de então, Vargas se voltou para os Estados Unidos, que por sua vez, passou a formar militares brasileiros em território americano.

Quando chegou o final da guerra, era politicamente impossível que Vargas continuasse no poder. Os americanos pressionaram, e Vargas fez uma Lei de Anistia, cujos dizeres foram literalmente copiados pela Lei de Anistia de 1979, usando a expressão “crimes conexos”; e os Estados Unidos insistiram para que houvesse eleições. Vargas decidiu convocar eleições, mas ao mesmo tempo não queria sair do poder. Então, indiretamente disse: “Bom, vamos fazer eleições. Eu não sei se sou candidato ou não...” E as forças esquerdistas, na verdade comunistas, a começar por Luiz Carlos Prestes – que tinha sido preso, ficou anos isolado na prisão, e cuja mulher foi mandada para Auschwitz – decidiram apoiar publicamente Vargas. Prestes foi um dos líderes do chamado “Queremismo”. Uma razão a mais para os americanos ficarem preocupados.

Os americanos conseguiram, afinal, que os chefes militares, ou seja, Dutra e Góes Monteiro, derrubassem Getúlio em 1945. Mas foram feitas eleições, inclusive para a Assembleia Constituinte. Vejam a esperteza de Getúlio: ele não podendo se candidatar à presidência, mas sim a outros cargos, se candidatou, e naquela época era possível, por vários Estados ao Senado, e por vários Estados também a Deputado Federal. Foi eleito por três Estados para o Senado, inclusive por São Paulo e Rio Grande do Sul, e escolheu o Rio Grande do Sul. E apoiou, nas eleições para presidente da República, o oficial militar que o havia destituído, o Marechal Dutra. Por quê? Porque não queria se indispor com os militares.

Pois bem, em 1950 – na época o mandato presidencial era de cinco anos – ele se candidatou contra o brigadeiro Eduardo Gomes, ganhou a eleição e foi aquela situação de desespero dos grupos tradicionais de comando político; ou seja, os potentados econômicos privados e os políticos tradicionais. Tentaram de todas as maneiras evitar a posse, mas não conseguiram. Ele fez um governo nacionalista e estimulou muito os militares nacionalistas, mas os Estados Unidos já haviam

conquistado grande parte das nossas Forças Armadas para o anticomunismo. E houve a Guerra Fria. Nós não temos, hoje, ideia do que foi o ambiente de Guerra Fria. Qualquer assunto político era tratado em termos de comunismo e anticomunismo. Não havia meio termo.

Em 1954, o guarda-costas de Getúlio, segundo se apurou, decidi matar Carlos Lacerda, que era um grande político da chamada “União Democrática Nacional”. Um político conservador, mas ao mesmo tempo muito individualista, não era um conservador ligado aos demais conservadores. E notem: por que Carlos Lacerda ficou nessa UDN, na União Democrática Nacional? Porque mais uma vez o gênio do Getúlio fez com que em 1945-1946, quando foi criada a nossa Quarta República, fossem fundados dois partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD) – nada a ver com o atual PSDB. O Partido Social Democrático era o partido de todos os latifundiários, do Brasil inteiro, e o Partido Trabalhista Brasileiro era o partido das organizações sindicais. Então disse o Carlos Lacerda: “O PSD cria a miséria e o PTB explora as consequências”.

Em 1954, o atentado contra Carlos Lacerda provocou a morte do Major Rubens Florentino Vaz e, então, a permanência de Getúlio no poder ficou impossível. As Forças Armadas se uniram imediatamente, superaram o conflito nacionalismo e antinacionalismo, que chamavam de “entreguismo”, e no dia 23 de agosto o irmão de Getúlio, Benjamim Vargas, veio a ele e disse que os chefes das Forças Armadas tinham dado um ultimato: ele tinha que deixar o poder. Getúlio não disse nem sim, nem que não e no dia seguinte se suicidou. O suicídio de Getúlio foi um golpe de gênio político. Por quê? Porque desmontou completamente o golpe militar já iniciado. A população foi à rua, os sindicatos protestaram. Carlos Lacerda precisou embarcar em um navio e se esconder, porque caso contrário seria morto. Ou seja, adiou-se em dez anos o golpe de Estado de 1964. Acontece que em 1959 houve a Revolução Cubana e, a partir de então, a divisão entre comunismo e anticomunismo se tornou radical.

Com isso, os grupos que sempre dominaram a política brasileira, os potentados privados e os políticos conservadores, uniram-se completamente, estavam submetidos ao pânico da tomada de poder pelos sindicalistas e os assim chamados comunistas. Quem não fosse favorável aos Estados Unidos, era considerado comunista. Desde 1961,

os Estados Unidos prepararam o golpe de Estado. Nesse ano, Lincoln Gordon foi nomeado embaixador no Brasil. Pois bem, anos depois, em algumas entrevistas, revelou que os Estados Unidos haviam financiado a criação de grupos de golpistas. Não podendo tomar o governo sozinhos, esses grupos chamaram os militares. O que os grandes empresários não previam é que os militares, há anos amargurados com o fato de terem feito a República, mas não permanecido no poder, dissessem: “Ah, estão nos chamando para derrubar o Governo Goulart. Muito bem. Nós vamos derrubá-lo, mas ficamos no poder.” E houve militares que, se não por sapiência ao menos por intuição, tiveram consciência que não poderiam governar sozinhos e que era preciso resolver o problema econômico, porque a fase do governo Jânio Quadros-Goulart foi economicamente desastrosa.

Assim, teve início a partir de 1964 uma dupla experiência, que depois se expandiu para toda a América Latina. Em primeiro lugar, uma antecipação do neoliberalismo capitalista, que se tornou mundial apenas no último quartel do século XX, no final dos anos 1970. E a segunda grande experiência, terrível experiência que se expandiu depois para vários países da América Latina, foi o terrorismo de Estado. O que é o terrorismo de Estado? É a política de aniquilamento da oposição mediante mecanismos e métodos de extrema violência: assassinios sistemáticos, torturas constantes, desaparecimentos forçados, mutilação e ocultação de cadáveres etc.

No Brasil, o terrorismo de Estado não teve o mesmo resultado sangüinário de outros países, como a Argentina. Por quê? Por causa do típico espírito brasileiro: nossos grupos dominantes têm sempre duas caras. São exteriormente cordiais, gentis, alegres; os estrangeiros sempre ficam impressionados com a gentileza do brasileiro.

Ademais, no Brasil o Poder Judiciário deu apoio oficial ao terrorismo de Estado. Já na Argentina, no Uruguai e em certa medida no Chile, os militares disseram: “Nós não queremos saber de juiz. Juiz não é para isso, não. Nós prendemos, torturamos e matamos e não é preciso fazer processo nenhum.” No Brasil eram feitos processos. Todos eles, bem entendido, para americano ver; mas faziam-se processos.

Não preciso dizer a vocês, apenas lembrar, os principais episódios do terrorismo de Estado no Brasil: Operação Bandeirante, criada em 1969 em São Paulo mediante financiamento dos banqueiros

paulistas. Antônio Delfim Neto reuniu no antigo Clube São Paulo, ali na Av. Higienópolis, onde era a residência de D. Veridiana Prado, todos os banqueiros de São Paulo, à época liderados por Gastão Vidigal. Ele disse: “Olha, nós não temos recursos para lutar contra a subversão, vocês deem dinheiro.” E todos os banqueiros de São Paulo deram dinheiro. A Operação Bandeirante foi o núcleo dos DOI-CODIs. Em 1969, mesmo ano da Operação Bandeirante, foi criado o DOI-CODI de São Paulo e durante quatro anos ele foi comandado pelo então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Durante o comando do Major Ustra, que depois se tornou Coronel, mais de quinhentos presos foram torturados, sendo que sessenta morreram sob tortura. A Casa da Morte foi criada em Petrópolis pelo Serviço Secreto do Exército, sem conhecimento do Ministro do Exército. Para essa casa eram conduzidos presos que eram considerados importantes como delatores. Eles eram torturados até delatar e depois mortos. Os corpos foram incinerados, como reconheceu e denunciou um ex-militar, quase todos em um engenho de açúcar na cidade de Campos, no Rio de Janeiro.

Dessa Casa da Morte só escapou viva uma presa: Ines Etienne Romeu. Eu tive a honra de ser advogado de Ines Etienne Romeu. Ela escapou da morte pelo seguinte: o pai dela era Coronel reformado e tinha sido colega do então Ministro do Exército. Ele foi falar com o Ministro, dizendo que a filha dele, até então desaparecida, estava nessa casa em Petrópolis, como ele havia descoberto. O General disse: “Mas que casa em Petrópolis? Eu não sei de nada.” Típico de regime autoritário. Ou seja, as autoridades oficiais não conhecem nem metade dos casos de repressão, porque isto é atribuição de um organismo separado, não oficial. Pois bem, quando ele telefonou para o seu imediato assessor para saber que casa era essa em Petrópolis, imediatamente Ines Etienne Romeu foi posta em um carro e levada para a casa da família em Belo Horizonte. Lá chegando, ela foi jogada no quintal por cima do muro e lá permaneceu desmaiada até o dia seguinte. Ela pesava então trinta e dois quilos. Quando a família acordou, a viu no dia seguinte, chamou um médico e um advogado; e esse advogado salvou a vida dela, porque disse: “Vamos apresentá-la imediatamente à juíza auditora para ser presa oficialmente, porque se não for presa oficialmente, ela será morta.” Foi o que aconteceu. Ela foi presa, processada e condenada. Passou oito anos presa, mas felizmente não foi morta.

Ao sair da prisão, ela veio me procurar. Veio acompanhada de um ex-colega meu, comunista, que me contou a história toda. E eu pensei: “Puxa, mas o que eu vou fazer? São tantos anos passados... Há prescrição, não se pode pedir indenização e existe a Lei de Anistia...” Então eu disse a ela: “Olha, agora, a senhora me desculpe, mas não dá para pedir indenização.” Ela me olhou furiosa e disse: “Professor, eu não quero um tostão do Estado brasileiro, porque esse dinheiro vem do povo. O que eu quero é que a Justiça do meu país reconheça oficialmente que eu fui presa, sequestrada, torturada, estuprada três vezes por oficiais do Exército.” Então, eu fiquei humilhado e disse a ela: “Pois não, D. Ines; então vamos propor uma ação declaratória simplesmente.” Essa ação foi julgada procedente.

Durante a Guerrilha do Araguaia, segundo o que se sabe, e o que se sabe é muito pouco, houve ali cerca de sessenta mortos. Os corpos foram enterrados não se sabe onde. Agora disse um fulano que muitos corpos foram desenterrados, postos em sacos de plástico, jogados no rio, etc. A Operação Condor, que durou de 1975 a 1981, e para cuja realização o Brasil firmou oficialmente um acordo com Argentina, Uruguai, Paraguai e a Bolívia primeiramente, e depois também com Equador e Peru, não apenas obteve apoio, mas também o patrocínio financeiro do governo norte-americano, na época chefiado por Nixon e Kissinger. Durante a Operação Condor, houve milhares de mortos. A estimativa mais modesta é de sessenta mil mortos. Eu estava lendo no jornalzinho de vocês que um paraguaio disse que houve cem mil mortos.

Pois bem, acontece que a partir de meados dos anos 1970, mais exatamente em 1973, o grande empresariado nacional e estrangeiro começou a se revoltar contra os militares. Por quê? Não foi pelo terrorismo de Estado. Foi porque os militares começaram a ocupar todos os espaços econômicos. Criavam empresas estatais – o que individualmente para eles, militares, era muito bom, porque recebiam bons honorários como diretores e tinham participação nos lucros. O governo militar impedia a vinda de empresas estrangeiras ao Brasil, porque eles queriam dar a impressão de que eram nacionalistas. Em 1973, a FIESP publicou o primeiro manifesto contra o regime militar. Os políticos conservadores também começaram a achar a situação muito inconveniente, porque eles queriam eleições verdadeiras e não a indicação dos amigos dos militares indicados para o poder. Na época,

os militares, entre outras medidas, indicaram os Governadores de Estados e criaram os senadores biônicos. Então, começou-se a preparar a retirada dos militares do poder. Tal como no início da República, eles haviam perdido o apoio dos dois grandes grupos que sempre exerceram o poder supremo no Brasil. Mas como sair do poder sem uma garantia de que não haveria punição para os crimes de terrorismo de Estado? Os políticos deram a solução, preparando a Lei de Anistia.

A Lei de Anistia de 1979 foi, portanto, um pacto, sim, um acordo. Mas não como disse um Ministro do Supremo Tribunal Federal: “um acordo histórico entre torturadores e torturados”. Como se torturadores e torturados se reunissem para dizer: “Nós anistiamos vocês e vocês nos anistiam.” Foi sem dúvida um pacto, mas entre as Forças Armadas, que estavam no comando do Estado, e os grupos dos grandes empresários e dos políticos conservadores, que queriam voltar ao poder. E assim se fez. Acontece que a Lei de Anistia é tecnicamente ineficaz e inapropriada, foi feita para beneficiar os agentes de terrorismo do Estado, além de ser claramente contrária à Constituição brasileira. A Constituição entrou em vigor em 1988, e no seu Artigo 5º, inciso XLIII, diz que o crime de tortura é inafiançável e insuscetível de anistia. Todos aqueles que estudam Direito sabem que uma lei anterior, contrária ao texto constitucional, é revogada automaticamente pela entrada em vigor da Constituição. Além disso, a Lei de Anistia é contrária ao Direito Internacional.

Eu demorei muito, porque eu penso devagar, e só em 2008 me ocorreu que deveríamos propor uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal para que ele declarasse isso: que a Lei de Anistia só pode ser interpretada à luz da Constituição e do sistema internacional de direitos humanos, e que, portanto, a Lei de Anistia só beneficia os autores de crimes políticos; ela não beneficia os autores de crimes comuns de repressão no quadro do terrorismo de Estado.

Essa ação foi julgada, como vocês sabem, em 2010 e nós perdemos por sete a dois. Mas eu me mantive absolutamente calmo, porque o Brasil começou a ocupar o banco dos réus no plano internacional.

Pois bem, é exatamente isso que nós queremos. A mudança de mentalidade coletiva só vem a partir do momento em que, de todos os lados do mundo, se enxerga essa duplicidade de caráter do brasileiro. Pois bem, seis meses depois, a Corte Interamericana de Direitos

Humanos, por unanimidade, ao condenar o Estado brasileiro por graves violações de direitos humanos durante a Guerrilha do Araguaia, disse de modo claro e peremptório que a Lei de Anistia brasileira, tal como interpretada pelo Supremo Tribunal Federal, é flagrantemente contrária à Convenção Americana de Direitos Humanos. E a Convenção Americana de Direitos Humanos no Artigo 68 declara que todo Estado participante da Convenção, que é parte em um litígio perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, é obrigado a respeitar a decisão da Corte. Se o Brasil não o faz, isso significa uma renúncia informal da Convenção. Mas, ainda assim, sempre há a duplicidade típica brasileira. Ou seja, nossos governantes dizem: “Não, nós continuamos na Convenção... A gente está fazendo um esforço para cumprir a sentença da Corte, etc.” Devido à minha prepotência siciliana, pensei um pouco e disse: “Bom, vamos esperar um ano.” Um ano é prazo de cumprimento da sentença. Esperei um ano e nenhum dos nove pontos decisórios da sentença foram cumpridos. Então, eu pensei em propor uma outra arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal. Fui procurar a OAB; e a OAB me deu uma resposta também bem brasileira. (Desculpe, eu estou falando muito mal dos brasileiros, mas quero me referir ao carácter, à mentalidade dos nossos grupos dominantes.) Pois bem, a OAB me respondeu que a ação seria cabível, mas que ela não deveria ser proposta naquele momento. Bom, no fim de três anos minha paciência se esgotou. Fui a um Procurador da República e disse: “Por que vocês não propõem a ação? Vocês também têm capacidade, têm legitimidade para propô-la.” Disseram: “Não, vamos estudar melhor o assunto...” E eu pensei: “Se nem a OAB, nem o Ministério Público quiseram propor, eu vou a um partido político, ao qual, aliás, já fui...” – Não nomeio o partido para vocês não acharem que sou membro desse partido. Eu, graças ao bom Deus, me preservo e não sou membro de partido político nenhum no Brasil – e “E ele [o partido] certamente, vai propor a ação!” Foi o que aconteceu. Na realidade, propus não apenas uma, mas duas ações sobre a recusa do Estado Brasileiro em dar cumprimento à sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Bom, tudo isso, meus caros, para chegar a essa questão fundamental: como evitar que o golpe de Estado de 1964 e o terrorismo de Estado de 1964 a 1985 se repitam? Um pequeno pormenor: a Lei de

Anistia é de 1979 e ela declara que abrange apenas os crimes cometidos até 15 de agosto de 1979. Pois bem, de 1979 a 1981, como o Ministério Público Militar revelou agora, houve um grupo de militares que patrocinou e realizou quarenta atentados a bomba. Vocês já ouviram falar pelo menos em dois desses atentados: um em 1980, que matou a secretária do Presidente da OAB. Foi enviada uma carta-bomba ao presidente da OAB e, de acordo com os bons costumes brasileiros, a secretária, infelizmente, abriu a carta e morreu. Foi explodida. Em 1981 houve o episódio do Riocentro. Estão lembrados disso? Pois bem, os dois militares que levavam a bomba – um deles morreu porque levava a bomba no colo, e o que guiava o carro ficou com lesões graves – no inquérito militar aberto logo depois foram considerados vítimas e não autores...

Como evitar a repetição disso? Eu não tenho a menor dúvida em dizer para vocês: nós precisamos iniciar, depois de mais de quinhentos anos, um processo para mudar a titularidade da soberania no Brasil. O poder supremo, repito mais uma vez, no Brasil sempre foi exercido pelos grandes empresários e proprietários em associação com os políticos conservadores. O povo jamais, em momento algum, exerceu qualquer poder político. Você dirá: “Mas o povo não elege?” Claro que elege. Mas esses eleitos não são mandatários, são tutores do povo. O povo não tem poder nenhum, nem vontade juridicamente eficaz. A própria Constituição diz, por exemplo, no Artigo 14: “São manifestações da soberania popular o plebiscito e o referendo”. Mas continuamos a ler, Artigo 49, Inciso XV: “É da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar plebiscito e convocar referendos”. Quer dizer, nós somos tutelados.

Pois bem. O povo nunca exerceu poder algum. A Independência não foi resultado da revolta do povo brasileiro contra o Rei de Portugal, foi a revolta do povo português contra o rei no Brasil. Eles queriam que o rei voltasse para Portugal. Auguste de Saint-Hilaire – vocês conhecem, leiam as obras dele, é muito interessante, é um naturalista que visitou várias partes do Brasil, sobretudo sudeste e sul –, ele disse claramente: “o povo assistiu à Independência indiferente, parecendo perguntar como o burro da fábula, ‘até quando terei de carregar a albarda?’” Na Proclamação da República, no Campo de Santana, pelo Marechal Teodoro, Aristides Lobo escreveu uma carta a um amigo – porque ele

teve a ocasião de assistir essa manifestação do Marechal Teodoro no Campo de Santana –, dizendo: “O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, sem entender o que significava. Muitos achavam sinceramente estar vendo uma parada.”

Nós precisamos, portanto, começar a construir a soberania popular. E a soberania popular, senhores professores, pensem nisso, começa a ser feita mediante um processo de dois tempos, ou se quiserem, um processo com dois caminhos interligados. O primeiro deles é formar a mentalidade política do povo. É preciso a educação política do povo. É um processo longo, sem dúvida, mas em relação a tudo aquilo que nós sofremos há mais de quinhentos anos, é um processo que hoje começa já a se manifestar de modo cada vez mais célere. Criem nessa Universidade uma Escola de formação política. Não precisa ser um curso oficial, mas procurem aproveitar as dependências desta Universidade, façam um convênio com a Universidade para criar uma associação privada que dê cursos de formação política, se possível, pelo menos um curso gratuito, etc. Segundo caminho: instituir mecanismos de democracia direta. Eu ainda tive a ocasião na OAB de propor um projeto de lei interpretando plebiscito e referendo, tal como estão na Constituição. Aquele dispositivo da Constituição, “de competência exclusiva do Congresso Nacional”, não deve ser o início do processo, mas uma vez conseguidas as assinaturas por iniciativa popular, em plebiscito e referendo, o Congresso Nacional verificaria se as formalidades foram cumpridas: se o número de assinaturas é bem aquele, se está tudo arquivado na Justiça Eleitoral, etc. Esse processo é de 2004, é projeto de lei. Até hoje ele não foi votado, e um Deputado do PT, por instrução governamental, relatou um projeto junto com outros e apresentou um substitutivo, eliminando tudo aquilo que era importante no nosso projeto. Ou seja, não pode haver iniciativa popular para plebiscito e referendo, pois tudo depende da iniciativa do pelo Congresso Nacional. Mas eu não fico desanimado com isso! O importante é que a gente se organize e faça a difusão desse abuso manifesto de nossos grupos oligárquicos! Segunda proposta minha: a instituição do “*recall*”, ou seja, o referendo revocatório de mandatos políticos. O povo elege, o povo também pode destituir. Não é preciso impeachment, não. Mediante um certo número de assinaturas, toma-se a iniciativa de uma nova manifestação do povo e ele pode destituir. Nos Estados Unidos – que eu saiba não se trata de

um país revolucionário – quinze Estados têm o *recall* e ele funciona muito bem. A tal ponto que, quando se começa o processo de colheita de assinaturas, os governadores visados resolvem renunciar. Pois bem, em 2005 consegui que dois Senadores apresentassem uma proposta de emenda constitucional, instituindo o recall. Segundo tudo indica, a maioria arquiconservadora do Senado irá rejeitar a proposta. Mas é preciso apresentar ao povo tais fatos! O que significa que, sem a quebra do oligopólio empresarial dos meios de comunicação de massa, não haverá avanço político algum.

Em suma, precisamos desfazer a oligarquia multissecular, formada pela união grandes potentados econômicos privados e a classe política. Vou dar dados para que vocês entendam como é forte essa união: nas campanhas eleitorais, 59% dos recursos são financiados por empresas, provenientes de doações de empresas. De 2009 a 2012 os três principais partidos políticos do país, o PT, o PMDB e o PSDB, receberam das empresas um bilhão de reais. Acho que não é dinheiro de pinga, não é?

Pois bem. Esse objetivo nós temos que fazer avançar. E repito: estou confiante no futuro. Não será certamente, para os meus dias, mas, se Deus quiser, para os meus filhos e para os meus seis netinhos queridos. Eu estou confiante de que essa dominação tradicional vai ser eliminada. Mas isso tudo não cai do céu. Se permanecermos indiferentes, passivos, se não quisermos participar desse grande trabalho político, nós vamos nos inscrever perante os verdadeiros historiadores como coautores do terrorismo de Estado. Tal como nós fomos, pela nossa indiferença no passado, de 1964 a 1981.

10. A voz dos fracos: personagens e narradores da “Redemocratização”

RICARDO LÍSIAS

Sergio Sant’Anna publicou seu primeiro livro, a coletânea de contos *O sobrevivente*, em 1969. Durante os anos 1970, lançaria ainda dois romances e outro volume de narrativas curtas. Treze anos depois de sua estreia, em 1982, publica *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro* e por fim obtém amplo reconhecimento crítico. João Gilberto Noll tem um início bem diferente: estreando em 1980 também com uma coletânea de contos, *O cego e a dançarina*, é aclamado imediatamente como um narrador habilidoso e original.

Talvez esse descompasso seja a diferença mais marcante entre as duas obras. De resto, os paralelos são enormes, a começar justamente pelo fato de que ambos obtiveram relevância crítica no final da ditadura militar. O ritmo foi diferente, mas o resultado final, o mesmo. Prolíficos (lançam com regularidade até hoje), transitam com facilidade entre o conto e o romance, embora Sant’Anna pareça ter um pouco mais de preferência pela forma curta. Até 2015, o autor de *O sobrevivente* publicou dez coletâneas de contos e cinco romances. A proporção é mais ou menos oposta no caso de João Gilberto Noll. De um jeito ou de outro, se variam em extensão, fica claro que a prosa é o meio de expressão literária quase exclusivo de um e de outro¹.

Formado por diálogos entre um escritor e uma jornalista, *Um romance de geração*, publicado por Sergio Sant’Anna pela primeira vez em 1980, tenta identificar algumas características da população urbana de classe média que surgia no início daquela década, enquanto ironiza a literatura do *establishment*, o “romance com enredo, desses que todo mundo lê”². Enquanto o casal se corrói entre acusações de

1 Aqui e ali Sergio Sant’Anna pratica a poesia, mas sem nenhum tipo de inclinação mais forte pelo gênero e sem produzir nada que realmente mereça destaque.

2 S. Sant’anna. *Um romance de geração*. p. 69.

frivolidade e covardia política, a personagem do escritor vai revelando enfática qual seria o único tipo de ficção possível em um país fraturado pela ditadura: “aquela que despedaçou o próprio conceito de literatura no país, ponto”¹. Por fim, aparece em germe aqui uma das questões mais importantes para a literatura de Sant’Anna, a legitimidade da representação artística: “estagnação, que podemos chamar de proletária, não pôde falar por si mesma, ainda não produziu obras, porque não teve acesso à cultura”². Machismo e falta de ética profissional completam a noite alcoolizada do casal.

Dois anos depois, *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro* fixaria as personagens urbanas do autor. São doze contos, a maior parte deles composta por fragmentos, em que os vários narradores e personagens dividem uma enorme dificuldade para se expressar, sem conseguir fixar direito sequer a precariedade de cada um deles. O conto que dá título ao livro, formado por uma colagem de vários discursos diferentes, tematiza justamente a dificuldade e a raiva do artista diante das limitações de suas ferramentas.

Em 1984, Sergio Sant’Anna lança *A tragédia brasileira*, confirmando sua disposição por testar a capacidade de representação do texto literário. Estamos diante de um autor que jamais esconde os aspectos de construção de seu texto. Ao contrário, aliás, intensificamos para deixá-los expostos. O objetivo parece ser o de partilhar com o leitor algo construtivo: os mecanismos de constituição da obra. Com isso, segundo Regina Dalcastagne, leitor e autor se aproximam, o que inclusive torna ainda mais eficaz o efeito político do texto: “E seu objetivo é nos envolver também, fazer com que nos comprometamos com seu ponto de vista ou, pelo menos, que percebamos que sempre há um ponto de vista com o qual se comprometer. Por isso se desdobram, se multiplicam, se escondem, exibindo o artifício da construção”³. Ainda nessa hipótese, para Jaime Ginzburg, o narrador fraco e solidário é esteticamente mais forte: “A literatura, em busca de uma poética dos

1 *Idem*, p. 83.

2 *Idem*, p. 79.

3 R. Dalcastagnè, “Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambigüidades do discurso”, *Diálogos Latinoamericanos*, p. 116.

restos, ganha potência expressiva e permite empatia com aqueles que viveram o Brasil como espaço de repressão ou trauma.”⁴

Chamado pelo próprio autor de “romance-teatro”, *A tragédia brasileira* narra o atropelamento de uma menina de 12 anos sob diversos pontos de vista. Muitas vezes delirante e quase sempre onírica, a trama mostra a fragilidade da vida diante de uma sociedade em que nada está realmente constituído e sólido, inclusive a própria literatura. A mistura de gêneros, que no final dá preferência ao teatro (em que, esteja claro, a palavra “representação” é mais importante do que nos outros gêneros), confunde ainda mais o que já é bastante absurdo. O trecho a seguir é emblemático:

Advogado (fazendo-se de desentendido): - Não que eu seja totalmente contrário a Juscelino. Que obra admirável é Brasília. Mas a indústria automobilística e as rodovias foram responsáveis diretas pelo afastamento do brasileiro de suas tradições e raízes. Com Juscelino Kubitschek o brasileiro tornou-se antes de tudo um Motorista. E o nordestino não mais um forte, como queria o nosso grande Euclides da Cunha, mas um desenraizado. Sem Juscelino não estaria o meu cliente ali com seu carro, naquele momento, bem como o nordestino e sua carência, fruto das migrações rurais...

Delegado (profundamente irritado): - Mas que nordestino é esse?

Advogado: - O negro. Andei investigando por conta própria⁵.

É provável que o título do livro demonstre com clareza como seu autor enxergava a situação brasileira nos anos 1980.

*

O cego e a dançarina, com 25 contos curtos, marca a estreia de João Gilberto Noll. Não há nada de épico ou grandioso nesses contos:

4 J. Ginzburg. “O narrador na literatura brasileira contemporânea”. *Tintas. Quaderni di letteratura iberiche e iberoamericane*. n.º 2, p. 204.

5 S. Sant’anna, *A tragédia brasileira*, p. 26.

personagens coadjuvantes dos acontecimentos históricos, são geralmente membros da classe média interessados em filosofia, cultura e sobretudo em sobreviver em meio ao desastre que a história lhes relegou: “Lembrei-me abruptamente de que eu tinha sido presa em 1970 e que eu estivera por um fio da morte”⁶. As pessoas estão assustadas e ensimesmadas, cultivando a vida em voz baixa.

Até 1985, João Gilberto Noll publicaria ainda dois romances, *A fúria do corpo* e *Bandoleiros*, com enredos parecidos e complementares, variando apenas a classe social dos protagonistas. No primeiro, o narrador-personagem sem nome vagabundeia pela cidade do Rio de Janeiro, perdendo-se entre traficantes, prostitutas e toda uma fauna de malandros, deslocados de qualquer organização social e psicológica mais sólida. A opressão policial os atinge várias vezes, deixando claro que sequer o corpo lhes pertence por inteiro. *Bandoleiros* mostra o mesmo desarranjo afetivo, mas agora na classe alta. A prostituição, outra vez e sempre para Noll, substitui qualquer outro sentimento, mediando as relações entre o narrador e as personagens e a maneira como todos se atraem e se repelem. Os livros ainda destacam vários símbolos da época, hoje apenas parte do imaginário nacional, como se os objetos, músicas e doenças servissem para localizar as personagens no tempo: a Panair, os primeiros casos de aids, algumas canções de música popular brasileira etc.

É dessa forma que a ficção de Sergio Sant’Anna e a de João Gilberto Noll entrou nos anos democráticos da sociedade brasileira: em 1985, o Brasil para eles precisa ser criado a partir de personagens doentias, perdidas, esqueléticas e sofrendo as consequências do que a história havia feito com a sociedade. Quem deve falar e protagonizar a história são os fracos, a parcela da população que, portanto, representa de fato o Brasil.

*

Uma das características mais marcantes dos dois autores nesse período é a desidentificação. Muitas vezes as personagens não têm nome próprio, sendo designadas pela profissão ou simplesmente por pronomes pessoais, caso dos “Ele” e “Ela” de *Um romance de geração* de Sergio Sant’Anna. Do mesmo autor, o leitor precisará passar pelos

6 J. G. Noll, *O cego e a dançarina*, p. 60.

três primeiros contos de *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro* para, no quarto, deparar-se com o primeiro nome próprio do livro: o Cristóbal de “O Recorde”, que, no entanto, contracena com outra figura identificada apenas por uma de suas ações, um certo “Expectador”.

Não são apenas as personagens, aliás. O anonimato é uma das principais características do narrador de *A fúria do corpo*. A ausência do nome é opção dele, que parece inclusive proteger-se com essa desidentificação:

O meu nome não. Vivo nas ruas de um tempo onde dar nome é fornecer suspeita. A quem? Não me queira ingênuo: nome de ninguém não. (...) Não me pergunte pois idade, estado civil, local de nascimento, filiação, pegadas do passado, nada, passado não, nome também: não⁷.

O livro todo a propósito parece ser uma longa operação de retirada: o narrador tira de si mesmo o nome, mas não confere às pessoas com quem se relaciona nenhum tipo de identidade mais individualizante. Ora está na companhia de um menino traficante, ora com um homem que contrata seus serviços de prostituição. Pode-se dizer que o anúncio da retirada do nome na primeira linha do romance é apenas a preparação para todas as outras ausências: os conhecidos vão sumir, a mulher, a propósito nomeada apenas por um arquétipo, Afrodite, vem e vai sem muito respeito ou critério, desaparecerá o dinheiro para o almoço e o café, não vai sobrar nem um lugar para dormir... A ausência do nome próprio é o revestimento desse narrador que, por fim, não tem certeza sequer de estar vivo:

Isso é com eles, os vivos. Posso já estar inclusive enterado. Vivo? [...] E aqui, assim, em mim só reconheço o corpo que um dia denunciou a privação da carne entre os vivos, e faz mister agora cicatrizar todos os desenganos porque tudo o que vivi faz sentido neste momento em que a morte me concentra no esplendor do anonimato.

7 J. G. Noll, *A fúria do corpo*, p. 9.

Vale ainda ressaltar que a desidentificação serve apenas para sublinhar um traço das figuras de Noll, o fracasso. Quem não tem um nome sequer, possivelmente não vai conseguir mais nada.

(...) sei que essa mulher não perdoará nenhuma fraqueza em mim, sei que o nosso amor se plasmará com uma dor que o nosso organismo ainda não conheceu, sei que nossos fracassos mais escandalosamente anônimos não conhecerão alento senão de suas graves feridas (...)⁸

O narrador de João Gilberto Noll recusa-se a ter um nome por segurança. Se as garantias individuais são um dos principais pilares da civilização, temos aqui um paradoxo: para estar seguro é preciso deixar de ser um indivíduo. A conclusão é fácil: a civilização não garante mais segurança.

*

Se a presença do nome é rarefeita, o corpo parece ocupar todos os espaços. Não que ele se torne com isso forte ou onipresente. Na verdade, é o que sobra para narradores e personagens em muitos momentos desses livros. *A fúria do corpo*, mais do que simbolizar algum tipo de revolta dionisíaca, basicamente narra o que ocorre quando o que resta da identidade de uma pessoa é apenas sua carne: ela se movimenta o tempo inteiro para sobreviver enquanto, internamente, paralisa-se depressiva.

A propósito, sobrevivência é uma palavra-chave para a interpretação de um dos melhores contos de João Gilberto Noll, “Alguma coisa urgentemente”. Recém-retirado de um colégio interno, um adolescente precisa arranjar meios de viver enquanto seu pai (a mãe não existe), que fora ao seu encontro atrás de restaurar um último afeto, enfrenta as forças da ditadura e, por fim, agoniza diante de um filho que sente mais abandono que tristeza ou mesmo solidariedade diante do corpo do pai. Aqui, inclusive, também não há nomes próprios.

Quando o corpo precisa sobreviver e não tem mais nada para se sustentar, a única saída é a prostituição. Ela é onipresente nos textos de Noll nesse momento. O sexo é aqui no mais das vezes uma negociação

8 *Idem*, p.11.

entre organismos combalidos e sem qualquer afeto. No máximo, serve para que um corpo se ampare em outro, já que não lhes resta mais nenhuma base. No auge da decadência, inclusive, as personagens de *Bandoleiros* não conseguem sequer consumir o ato sexual, restando-lhes a masturbação mútua, o que os distancia ainda mais. Aqui é possível afirmar com segurança que Noll trabalha com corpos sem nomes e muito menos afetos.

Vale lembrar ainda que relações homossexuais estão muito presentes aqui. Além de encarnarem a mesma impossibilidade afetiva dos casais heterossexuais, no caso do amor homoerótico há ainda a perseguição sistemática a que esses grupos foram submetidos durante a ditadura militar, o que os torna ainda mais marginalizados:

Além da repressão política que se abateu sobre toda a sociedade, a comunidade LGBTs foi um alvo privilegiado das violências: perseguição a travestis expostas ao olhar vigilante da repressão, sobretudo nos pontos de prostituição, onde eram enquadradas nos crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública; censura ao teatro e às artes que simbolizavam de forma aberta as sexualidades dissidentes; homofobia e lesbofobia institucionalizados nos órgãos de repressão e controle (inclusive contra oficiais das Forças Armadas, como ainda hoje acontece); expurgos de cargos públicos (...); difusão, pela imprensa, do preconceito contra os “desvios”, para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o estereótipo do “inimigo interno” que justificava a repressão; desarticulação do então nascente movimento LGBTs e dos seus meios de comunicação e de expressão (tais como o conhecido jornal *O Lampião da Esquina*) (...)⁹

*

9 R. H. Quinalha, “Uma ditadura contra a liberdade sexual: a necessidade de uma Justiça de Transição com recorte LGBT no Brasil”, em J. G. de Sousa Jr; J. C. M. da Silva Filho; C. Paixão; L. G. D. da Fonseca & T. T. D. Rampin (Org.), *O direito achado na rua : introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Folha de São Paulo*. 1. ed. p. 113.

Se em Noll a afetividade quase não existe, nos livros de Sergio Sant'Anna, é destrutiva. Aqui, às vezes os afetos servem para incitar a violência:

Mas, ah, esses homens cansam, vivendo apenas de sua faduidade e de seu esperma ralo. O medo, agora, da mulher, de uma gravidez que só pode levá-la ao aborto do nojo. O que se pratica por se saber impossível amar tal filho e sim o filho do outro, o bruto, o que ama preguiçosamente, o verdadeiro. Que é capaz de dar nela um chute carinhoso na bunda muitíssimas vezes mais bonito do que aquelas palavras vazias. E que quando odeia, odeia – e diz: “Sua filha da puta”, quase a lhe dar um soco. E que é também capaz de dizer: “Vou te usar hoje como se usa uma coisa; vou te comer hoje, minha mulher”. E depois secando as lágrimas dela, como se não tivesse dito nada mais que nada. E que, por fim, é capaz de ceder: “Eu gosto de você, minha mulherzinha”¹⁰.

Em outras, a aproximação sexual basicamente identifica uma geração e mais nada:

Às vezes encontro uma mulher na rua, cumprimento assim meio sem jeito, ela também, e sigo em frente, matutando: de onde é que eu conheço; de onde é que eu conheço? E de repente vem o estalo: ah, com essa eu trepei, só pode ter sido isso. (Ele aponta em direção ao banheiro.) E com ela deve ser o mesmo. O modo como ela disse “Vamos”, sem nenhuma hesitação. Putas velhas, é o que somos. A gente bebe, trepa, vai embora e nunca mais. Eis a nossa geração. Sim, se alguma revolução fizemos, foi a sexual. Como se uma professora dissesse na hora do recreio: agora todo mundo pode trepar com todo mundo¹¹.

10 S. Sant'anna, *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*, p. 159.

11 S. Sant'anna. *Um romance de geração*. p. 87.

De um jeito ou de outro, para Noll e Sant'Anna os afetos não servem para construir subjetividades. Se não as destrói completamente, deixa-as degradadas:

Que logo acaba e quer-se mais, sim, muito mais e isso movimenta o mundo. E o maridinho que larga um dia a mulher e vários filhos por causa da putinha, porque esta, sim, sabia simular com perfeição os suspiros e o arranhar do peito e por isso o foi ganhando dia a dia, como doses medidas de cocaína, pedaço a pedaço, porque ele achava, de início, que poderia estar aí a *felicidade*, e depois simplesmente não podia prescindir desse vício. Até deixá-lo sem ânimo nem mesmo para matar-se¹².

De passagem, vale a pena notar que nesse caso o sexo nada tem de heróico ou afirmativo, como é descrito por exemplo nos textos memorialísticos que estavam sendo publicados também naquela época. Se para Alfredo Sirkis, por exemplo o interesse sexual alimenta a coragem necessária para enfrentar a ditadura, Noll e Sant'Anna vêem a cópula como um possível complemento (ou ato de confirmação) da precariedade de suas personagens¹³.

Se não existe aproximação física e afetiva possível entre as pessoas, dá para afirmar que elas vivem profundamente solitárias. Aqui, no caso, a cidade grande serve como ambiente perfeito para narradores e personagens desaparecerem, como já tinha acontecido com seus nomes próprios. Segundo Silviano Santiago, o texto serviria justamente para marcar o que ainda pode existir do homem observador e de suas realizações: “Para testemunhar do olhar e da sua experiência é que ainda sobrevive a palavra escrita na sociedade pós-industrial.”¹⁴. Na cidade grande, como sabe aliás toda a literatura a partir do Modernismo, as pessoas somem. Os que ficam acabam sempre sozinhos:

12 S. Sant'anna, *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*, p. 160.

13 No ensaio “O que os fortes queriam?”, publicado na revista *Estudos de literatura brasileira contemporânea* (UnB, mai. 2016), analiso, entre outras questões, como Alfredo Sirkis adota o desejo sexual como impulso de ação para a luta armada de resistência à ditadura militar.

14 S. Santiago, *Nas malhas da letra*, p. 60.

Eu me sentia muito só. Eva fora assassinada pelo motorista que a pegara em flagrante com o bicheiro, Diana foi transferida para a seção de polícia do jornal e encontrou-se profissionalmente. Desde aí despolitizou-se definitivamente, começou a escrever cartas de amor para Miro e a dizer que a realidade deveria ser vista como se vê um fato policial, numa forma friamente descritiva; o estilo jornalístico como qualquer pretensão de visão de mundo, dizia ela, deve ser soldado com certa destreza e não com sentimentos. Miro que não quis vê-la, só respondeu a uma das cartas, dizendo-se apaixonado por sua mulher, embora sem acreditar em paixões¹⁵.

Além de ser o palco da solidão das personagens doentias e deslocadas de Noll e Sant’Anna, a cidade grande abriga também os problemas delas com as autoridades. O termo “marginal” não serve para qualificar apenas uma posição diante do *establishment* social. Muitas personagens, sobretudo de Noll, estão quase ou inteiramente à margem da lei, o que sempre é mais intenso no espaço urbano. De vez em quando se entregam aos agentes repressivos com muita facilidade:

Logo ali parou um camburão, os canas vieram e me pediram documento. Meus bolsos vazios de tudo que não fosse a sobra do dinheiro emprestado pelo menino. Me levantei e acompanhei os canas, entrei entregue na traseira do camburão, despojado de qualquer esperança, ilusão, entregue como o boi no matadouro, que me levassem, que me trucidassem, que me jogassem nas mãos do Esquadrão da Morte¹⁶.

Em outras passagens, porém, a situação não é bem essa. O pai do narrador de “alguma coisa urgentemente”, por exemplo, retira o filho de um espaço rural para colocá-lo perdido na cidade grande, onde para sua lógica de guerrilheiro o rapaz estaria mais seguro. É nesse mesmo

15 J. G. Noll, *Bandoleiros*, p. 90.

16 *Idem*, p. 63.

emaranhado de prédios, ruas e praias do Rio de Janeiro, a propósito, que o pai morre enfrentando os aparatos repressivos do Estado.

Esse conflito gera obviamente um estado de grande violência, que segundo o novo tipo de organização social que o Brasil vinha assumindo, só poderia ter lugar na cidade grande:

Não há como negar que a violência assume o papel de protagonista destacada da ficção brasileira urbana a partir dos anos 60 do século XX, principalmente durante a ditadura militar, com a introdução do país no circuito do capitalismo avançado. A industrialização crescente desses anos vai – em última instância – dar força à ficção centrada na vida dos grandes centros, que incham e se deterioram, daí a ênfase em todos os problemas sociais e existenciais decorrentes, entre eles a violência ascendente¹⁷.

Evidentemente, o exército está presente na obra dos dois nesse período, mas a polícia aqui já aparece como o grande instrumento de repressão, o que demonstra como estão atentos aos movimentos da sociedade que só algum tempo depois a sociologia notaria com mais cuidado:

Um importante pilar da legalidade autoritária na Era Democrática é a Polícia. No Brasil, apesar da transição para a democracia, a Polícia, com grande frequência, age para proteger o *status quo* e o Estado em vez dos interesses dos cidadãos, concebidos de forma ampla. Pressões sociais por mudança algumas vezes produzem respostas conservadoras do establishment político que incluem a repressão policial à oposição. (...) Mais comumente, a violência policial não é ordenada, mas, sim, tolerada pelos poderosos, uma vez que serve a seus interesses. Assim a polícia sustenta a ilegalidade autoritária tanto de maneira direta quanto indireta, promovendo a repressão violenta de movimentos oposicionistas quando assim demandada pelas autoridades políticas, mas também se valendo de sua autonomia para agir com violência contra os pobres,,

17 T. Pelegrini, “As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea”. *Crítica marxista*. p. 137.

os marginalizados, e outros grupos potencialmente rebeldes¹⁸.

A tensão aqui é outro elemento muito presente nos textos. Obviamente, ela combina mais com o espaço urbano. No caso de Sergio Sant'Anna, o choque urbano, aqui simbolizado pela velocidade dos automóveis, reflete o terremoto emocional que muitas personagens vivem:

Motorista que esquenta o motor do veículo e, inconscientemente, afaga a alavanca de mudança. Todos os outros, á porta, acenando em unísono. Motorista que olha a vastidão da noite na direção apontada por Puta Adolescente. Motorista que vê surgir naquele exato instante uma estrela e se pergunta se não será *Mira, a Maravilhosa*. E se não terá sido a mesma *Mira* que levou os Reis Magos na direção de Belém. Motorista que engata uma primeira, arranca no rumo daquela estrela, inadvertido de que ela também pode ser Beta de Perseu. Motorista que, pegando em ziguezague de bêbado a estrada, liga o rádio e exclama alegremente: “Eta Brasil!”¹⁹

No caso do clássico conto “O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro”, a famosa irritação do grande músico se alinha perfeitamente ao nervosismo urbano da cidade em que ele está desembarcando. Tudo isso somado ao burburinho de vozes diferentes que o procedimento da colagem oferece, temos um retrato da tensão daqueles anos:

AEROPORTO INTERNACIONAL DO GALEÃO

A sacada do aeroporto estava cheia de gente agitando faixas e cartazes. “É o Prestes”, informou um mecânico a JG. “O Prestes voltou”.

18 A. W. Pereira, “A tradição da legalidade autoritária no Brasil”, em J. G. de Sousa Jr; J. C. M. da Silva Filho; C. Paixão; L. G. D. da Fonseca & T. T. D. Rampin (Org.), *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*, p. 207.

19 S. Sant'anna, *A tragédia brasileira*, p. 119.

Desembarcando de outro avião, vinha Luís Carlos Prestes de volta do exílio, carregando uma maletinha James Bond. João aproximou-se de Prestes na Alfândega e sussurrou:

- Qual seria a Estética do Partido no poder?
- Uma estética para as massas, uma estética para as massas
- respondeu prontamente o Cavaleiro da Esperança.
- Boa resposta – sorriu João. E saiu cantando pelas dependências da Alfândega:
“Só danço o samba, só danço o samba, vai, vai, vai, vai, vai...”

Prestes o acompanhava batucando na maletinha James Bond cheia de documentos do Partido²⁰.

De um jeito ou de outro, para personagens que ficaram sem quase nada além do corpo (e, como vimos, alguns perderão inclusive o controle sobre ele), a metrópole é o lugar em que o poder do governo é sempre mais atuante e efetivo:

O estado de exceção, sobre o qual o soberano decide todas as vezes, é precisamente aquele no qual a vida nua, que, na situação normal, aparece reunida às múltiplas formas de vida social, é colocada explicitamente em questão como fundamento último do poder político. O sujeito último, que se trata de excetuar e, ao mesmo tempo, de incluir na cidade, é sempre a vida nua²¹.

É dessa forma, através da constituição e localização de suas personagens, que Sant’Anna e Noll indicam que o estado de exceção não iria terminar no Brasil, naquela década de 1980, mas apenas mudar de mãos.

*

Mesmo que entre parênteses, pelos exemplos citados é fácil ver que estamos diante de personagens (entre opressores e oprimidos) pequenas, mesquinhas e sem grandes objetivos. As figuras humanas

20 S. Sant’anna, *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*, p. 168.

21 G. Agamben, *Meios sem fim – notas sobre a política*, p. 15.

de João Gilberto Noll andam pelas sombras, vivem uma sexualidade esquálida e respiram o ar rarefeito dos afetos fraturados. Para Sergio Sant'Anna, os conflitos do homem urbano desse início dos anos 1980 se resumem a, no geral, a administração de uma doença, a obtenção de algum tipo de favor estatal e o movimento entre as ruas que a violência ainda permite.

Narradores, do mesmo jeito, são esqueléticos, com sérias dificuldades de comunicação e sem nenhum interesse por algum tipo de ousadia no olhar ou na descrição. Lembremos que estamos diante de figuras que lutam para enxergar, já que estão se escondendo, ou até mesmo sumindo. É esse tipo de gente que Pilar Calveiro identifica como necessária para a existência dos locais de repressão que as ditaduras tinham criado:

A maioria dos homens que fez o dispositivo concentracionário funcionar parece se aproximar do perfil do burocrata medíocre e cruel, capaz de cumprir qualquer ordem, dada a sua posição de subordinado, e disposto a tirar vantagem da situação. Um enxame de homens medíocres, de não sujeitos, perfeitamente sujeitados, simples “espertinhos” cheios de contradições, fascinados pelo poder e dispostos a usá-lo, sempre que possível, em benefício próprio²².

Publicados em um momento em que o debate sobre o possível julgamento dos membros do Estado que praticaram violência tinha sido levantado e, logo depois, frustrado (até hoje!) pela Lei de Anistia, não é inadequado afirmar que esse tipo de narrador e personagem traz na sua constituição formal a indagação de Jürgen Habermas: teriam eles “uma responsabilidade por contextos de vida desfigurados, que permitem a felicidade, ou simplesmente a existência de alguns às custas da felicidade arruinada, da vida detida ou do sofrimento dos outros?”²³

*

Agora talvez seja possível fazer a síntese de todos esses elementos, observando como constroem um certo retrato da sociedade brasileira

22 P. Calveiro, *Poder e desaparecimento*, p. 134.

23 J. Habermas, *Diagnósticos do tempo*, p. 109.

do fim da ditadura militar. São personagens e narradores fracos, efetivamente frágeis, sem conseguir refazer os laços que os anos de chumbo arrebutaram:

ELE: - O problema é que eu não acredito mais, entende? Todos os diálogos são falsos, todos os livros são falsos. Tão falsos quanto este riso aqui (*ele imita o próprio riso histórico anterior*). Um riso desses a gente só ouve no palco. Todos os diálogos são falsos e eu estou ficando velho²⁴.
Lembrei-me abruptamente de que eu tinha sido presa em 1970 e que eu estivera por um fio da morte. Apalpei a minha cicatriz e senti que eu desejava o homem. Ele tinha uma elegância no ar. Me dizia que também ele desejava que este momento não morresse e que nós permanecêssemos ali como condenados. Eu me senti ferida. E falei que eu não queria o êxtase da condenação²⁵.

O confronto com a autoridade, como vimos, parece sempre fadado à violência e ao fato de que, em nome das instituições, as pessoas serão subjugadas. De passagem, a sobrevivência das mesmas instituições é o que justifica a lei de anistia e a ausência de julgamento dos abusos cometidos pelo Estado durante a ditadura. Na verdade, antes de deixar o poder os militares fizeram uma construção para garantir

a preservação do aparelho repressivo e de informações; a manutenção do espírito da doutrina de segurança nacional na nova lei de defesa do Estado; e a legislação eleitoral favorável ao poder econômico e às forças políticas conservadoras²⁶.

Narradores e personagens fracos, ambiente tenso e autoridade impune e descontrolada agindo sobre eles. Aqui estão as principais características dos primeiros livros de Sergio Sant'Anna e João Gilberto Noll. Mas não só deles. Na verdade, é este o Brasil que estava saindo da

24 S. Sant'anna, *Um romance de geração*, p. 58.

25 J. G. Noll, *O cego e a dançarina*, p. 66.

26 D. Maciel, "A Aliança Democrática e a transição política no Brasil", *Ditadura, o que resta da transição*, p. 298.

ditadura: débil, fragilizado e ainda mais uma vez de joelhos diante dos aparelhos repressivos do Estado.

Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim – notas sobre a política*. São Paulo: Autêntica, 2015.
- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. São Paulo: Boitempo 2013. Tradução de Fernando Correa Prado.
- DALCASTAGNÈ, Regina. “Personagens e narradores do romance contemporâneo no Brasil: incertezas e ambigüidades do discurso”. Em: *Diálogos Latinoamericanos*, Aarhus Universitet, Aarhus, Dinamarca, num. 3, 2001.
- GINZBURG, Jaime. “O narrador na literatura brasileira contemporânea”. Em: *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*. Num. 2, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Diagnósticos do tempo*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2005. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler.
- LÍSIAS, Ricardo. “O que os fortes queriam?”, *Estudos de literatura brasileira contemporânea*. Núm 48, UnB, mai. 2016.
- MACIEL, David. “A Aliança Democrática e a transição política no Brasil”. Em: *ditadura, o que resta da transição*. Organização de Milton Pinheiro. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NOLL, João Gilberto. *A fúria do corpo*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 3º edição.
- _____. *Bandoleiros*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 2º edição.
- _____. *O cego e a dançarina*. Rio de Janeiro: Record, 2008. 4º edição.
- PELEGRINI, Tania. “As vozes da violência na cultura brasileira contemporânea”. Em *Crítica marxista*. São Paulo: Unicamp, 2005.
- PEREIRA, Anthony W. “A tradição da legalidade autoritária no Brasil”. Em: *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. José Geraldo de Sousa Junior, José Carlos Moreira da Silva Filho, Cristiano Paixão, Lívia Gimenes Dias da Fonseca, Talita Tatiana Dias Rampin (org.) 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.
- QUINALHA, Renan Honório. “Uma ditadura contra a liberdade sexual: a necessidade de uma Justiça de Transição com recorte LGBT no Brasil”. Em: *O direito achado na rua: introdução crítica à justiça de transição na América Latina*. SOUZA JÚNIOR, José Geraldo et al. (Org.) 1. ed. – Brasília, DF: UnB, 2015.
- SANT’ANNA, Sérgio. *A tragédia brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 2º edição.
- _____. *Um romance de geração*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 2º edição.
- _____. *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 2º edição.
- SANTIAGO, Silvano. *Nas malhas da letra*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

11. Aqui está presente o movimento estudantil

VINÍCIUS FAUSTINO FERREIRA DA SILVA

Não estamos perdidos. Ao contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender.
Rosa Luxemburgo

O movimento estudantil teve notável participação em diversos momentos históricos importantes no Brasil. Encampou lutas sociais, como a democratização do ensino superior público, a permanência estudantil nas universidades públicas, a luta por direitos sociais e, além disso, foi um dos principais protagonistas na resistência durante o período da ditadura civil-militar brasileira.

Muito se escreveu e produziu em relação ao movimento estudantil durante a ditadura, período no qual estudantes foram perseguidos, torturados e mortos. As principais organizações de resistência ao regime militar eram compostas, em grande parte, por estudantes. A maior entidade estudantil na época era a União Nacional dos Estudantes (UNE), que foi posta na ilegalidade assim que se deu o golpe, mas isso não foi o bastante para frear o ímpeto de lutas que ela demonstraria. Congressos, passeatas, greves e ações diretas fizeram parte do cotidiano do movimento durante os anos de chumbo. Alguns dos episódios centrais desse período, e que são lembrados até hoje, foram protagonizadas pelos estudantes, como o Congresso da UNE em Ibiúna-SP, que foi invadido pela polícia política e levou à prisão centenas de estudantes, ou as passeatas com milhares de pessoas após a morte do estudante secundarista Edson Luís, com apenas 17 anos, no restaurante estudantil do Calabouço, quando o local foi invadido por policiais militares por conta de uma tentativa de manifestação dos estudantes que ali se concentravam. O estudante foi morto por um tiro de arma de fogo disparado pelos policiais, instantaneamente os alunos organizaram um grande cortejo de enterro e denúncia da morte do adolescente.

Nesse período, mesmo na ilegalidade e perante a repressão, a UNE conseguia reunir estudantes universitários e secundaristas de vários lugares do Brasil, em diversos enfrentamentos contra o regime militar, sendo um dos primeiros setores a radicalizar, posicionando-se contra o acordo MEC-USAID¹ e participando das lutas diversas da sociedade brasileira em busca da democracia. “Apesar da legislação repressiva, o movimento não deixou de fazer greves e passeatas para protestar contra a política universitária que em muitos casos emulava o autoritarismo do regime.”² Posteriormente, as políticas repressivas conseguiram a desarticulação momentânea das organizações estudantis, especialmente após a promulgação do Ato Institucional n. 5, que foi fundamental nesse processo no ano de 1968. Além disso, no início do ano de 1969 foi instituído o decreto-lei nº 477, comumente chamado de AI-5 das universidades, que serviu para punir professores, alunos e funcionários acusados de subversão ou resistência ao regime militar³. Os estudantes da Escola Paulista de Medicina (EPM) não foram atingidos por esse decreto, todavia, a partir do ano de 1968 houve uma recorrência de casos de estudantes da EPM presos e torturados pelo aparato repressivo do regime.

Só na segunda metade da década de 1970 é que o movimento estudantil conseguiu se reestruturar, período no qual estudantes que não aderiram à luta armada como forma de resistência, ou aqueles que aderiram, mas já não viam mais essa forma de luta como possibilidade, conseguiram retomar o movimento e organizar diversas passeatas que tinham como principal mote o apelo pela democracia e suas liberdades. Além disso, nesse período também se iniciou a luta pela Anistia para os perseguidos políticos do regime militar, onde os estudantes tiveram participação fundamental. As organizações políticas

1 “Série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre jun. 1964 e jan. 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior.”

2 M. Napolitano, *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, p. 232.

3 “Os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, ao passo que os estudantes ficavam proibidos de cursar em qualquer universidade por três anos.” *Lei 477 – O AI-5 das universidades – Documentos Revelados*.

apostavam na “chamada política de massas para combater o regime”⁴. Em 1979, os estudantes conseguiram se articular e refundar a UNE⁵, em um congresso na cidade de Salvador, no mesmo período em que a luta operária ganhou grande força, travando greves com milhares de trabalhadores nas ruas e assembleias. É o momento de enfraquecimento do regime militar, que já se prepara para o processo de redemocratização.

Com o fim da ditadura, o movimento estudantil viveu um momento de reorganização de suas fileiras e pautas, é um momento de efervescência da luta política, mas ao mesmo tempo são novas etapas, pois trata-se de um período recém-democrático. Vivia-se a reabertura dos diretórios centrais nas universidades e grêmios nas escolas básicas. Os setores organizados após o fim da ditadura se estruturavam, principalmente, em torno da criação do Partido dos Trabalhadores (PT). Com o movimento estudantil não foi diferente. Nas eleições presidenciais de 1989, as organizações estudantis, como a União Nacional dos Estudantes, construíram a candidatura do Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Também nesse período, as direções da entidade se tornaram hegemônicas em torno do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que posteriormente se tornaria aliado histórico do Partido dos Trabalhadores a partir da década de 1990.

Com a derrota de Lula para o candidato Fernando Collor de Melo, se criou um grande vazio na esquerda em torno do PT, a candidatura criada com base nos preceitos da luta da classe trabalhadora não conquistou todos os setores trabalhistas e o projeto petista sofreu uma grande derrota. A partir desse período, os setores majoritários do Partido dos Trabalhadores iniciaram um processo de alianças para garantir uma vitória eleitoral expressiva e a chance de governar o país. A corrente “Articulação” liderada por Lula se tornou hegemônica na direção do Partido e com isso houve grandes metamorfoses nos rumos do PT, com o distanciamento dos princípios fundadores e compromissos com novos setores em busca de gerir o Estado.

De um conglomerado de tendências passara à firme hegemonia de uma delas, a Articulação. Dos compromissos

4 M. Napolitano, *op. cit.*, p. 233.

5 Ver neste Relatório o depoimento de Paulo Puccini.

com os movimentos sociais, à dinâmica absorvente dos calendários político-eleitorais. De um partido de líderes sociais a um partido de parlamentares, de prefeitos, de executivos, de assessores. (...)

Não se quer afirmar que estas metamorfoses tivessem se realizado de forma integral. Que as características presentes na gênese do PT tivessem se dissolvido no ar. Mas é como se as novas referências relacionadas acima estivessem agora predominando, conferindo à dinâmica do Partido um rumo distinto, diferentes e imprevistos horizontes⁶.

Em paralelo a este processo de transformação do PT, a década de 1990 foi um período de grandes derrotas para toda a esquerda brasileira devido à conjuntura complexa, haja vista as reverberações da queda do muro de Berlim, a “derrota” do comunismo, o avanço das políticas neoliberais e a expansão do capitalismo. A classe trabalhadora, assim, viveu um momento de difícil reorganização das lutas sociais.

No Brasil, houve em 1992 um processo de derrubada do primeiro presidente eleito diretamente após o fim da ditadura militar. O movimento “Fora Collor” ganhou adesão massiva do movimento estudantil, após inúmeras denúncias de um grande esquema de corrupção do presidente e políticas governamentais que não tiveram apoio popular. O movimento ficou conhecido historicamente como os “Caras Pintadas”, pois uma das principais características do movimento foi o uso de tintas que representavam a bandeira do Brasil pintadas nos rostos dos manifestantes.

As principais organizações que compuseram as mobilizações contra o então presidente Fernando Collor e o tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, também acusado de articular o esquema de corrupção no governo, foram o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a renovada União Nacional dos Estudantes (UNE), que também formaram com outras entidades políticas um fórum pelo impeachment do presidente. Neste processo, a UNE despontou como

6 D. A. Reis, “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. em J. Ferreira; D. A. Reis (Org.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol.3. p.16.

um dos principais movimentos e teve em seu presidente, Lindbergh Farias, o porta-voz da entidade no processo. Ele era membro filiado ao PCdoB e já demonstrava a hegemonia do partido como direção da entidade ao passar todas as suas linhas políticas em congressos e mobilizações. A UNE conseguiu organizar diversas universidades e colégios para irem às grandes manifestações que tomaram as principais capitais do país.

A hegemonia da União da Juventude Socialista (UJS), ligada ao PCdoB, na direção da União Nacional dos Estudantes começou em 1991 e dura até a direção atual, esse processo é alvo de constantes críticas dentro do movimento estudantil. A burocratização e o aparelhamento do movimento são as principais críticas à atuação da entidade nas duas últimas décadas. Esse movimento se aprofundou a partir de 2002 com as eleições presidenciais, quando o candidato Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) conseguiu conquistar as eleições no segundo turno. A UNE apoiou publicamente sua candidatura e isso se expressou de maneira simbólica quando o Ministro da Educação do primeiro governo Lula, Cristóvão Buarque, participou do congresso da entidade. Outro ponto importante para refletir sobre essa aproximação vem do fato do principal financiamento da organização vir do governo federal, que por um grande período deteve o monopólio da carteirinha estudantil, ou seja, o direito de administrar a produção de carteirinhas estudantis que garantiria o direito de meia-entrada para atividades culturais e esportivas. Segundo a especialista Marta Zorzal, muitos militantes históricos do movimento estudantil organizado passaram a atuar dentro dos dispositivos de Estado, o que trouxe à tona novas questões para a entidade:

Existiu uma grande transição. Pessoas que eram contra o Estado passaram a atuar dentro dele, não só pelas vias de participação popular criadas, como os conselhos e os orçamentos participativos, mas como dirigentes e diretores de instituições públicas. Paralelo a isso, existe um refluxo desses movimentos devido principalmente à legalização das atividades.⁷

7 L. Quarto, “Movimento estudantil foi do mimeógrafo ao flash mob, da tortura ao passe livre”. *Gazeta Online*, 10 jun. 2011.

Essa institucionalidade da entidade criou grandes divergências com os movimentos que se opunham à hegemonia do PCdoB na direção da organização e à aproximação com a governabilidade petista. Nesse período diversas entidades foram fundadas em contraponto à gestão da UNE, os congressos se tornaram palcos de disputas por cargos dentro da organização e os debates políticos perderam a centralidade dos eventos para festas e eventos culturais. A burocratização atingiu nível elevado dentro da entidade e a subordinação aos interesses partidários minou a potencialidade das lutas estudantis em torno da organização. “A partidarização cria um estilo de intervenção que dificulta o surgimento de qualquer outra forma de manifestação ou expressão, limitando a própria forma de intervenção estudantil.”⁸ Pautas históricas da entidade foram distorcidas dentro dos congressos, como o apoio da UNE para a proposta do MEC de Reforma Universitária, proposição que historicamente a entidade recusara, levando assim à saída de diversos militantes por causa desta, entre tantas outras divergências.

Quem disse que sumiu? Os estudantes resistem...

Na última década, o acesso ao ensino superior cresceu exponencialmente com programas como o REUNI, PROUNI e FIES, além das cotas raciais e sociais nos âmbitos federal e estadual, que causaram grande aumento no número de estudantes das universidades públicas e privadas. Nesse contexto, as principais pautas do movimento estudantil atualmente se dão em torno do ensino superior, seja quanto à democratização do ensino público e à melhoria dos programas de permanência nas universidades para estudantes de baixa renda, ou na luta contra a privatização e precarização do ensino superior.

Cabe destacar aqui o ano de 2012, quando aconteceu a maior greve das universidades federais no Brasil. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) iniciou a paralisação por reestruturação de carreira docente, reajustes salariais, além da pauta contra a precarização do ensino superior. A paralisação

8 M. R. Mesquita, *Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais*, p. 128.

atingiu cerca de 90% das instituições federais, com mais de 40 universidades em greve. Os estudantes apoiaram a mobilização docente e deflagraram greve estudantil na maior parte das instituições mobilizadas, além disso, a maior parte dos servidores das instituições também seguiu o movimento e paralisaram suas atividades. O movimento estudantil teve forte adesão nacional, mobilizando através de ocupações de prédios das universidades, protestos em vias importantes, além da paralisação das principais atividades estudantis em diversos lugares do país.

Na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) a maioria dos estudantes também paralisou suas atividades e teve grandes avanços em suas reivindicações. Os estudantes do campus Guarulhos, a EFLCH (Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), ficaram o maior tempo em greve, comparando-se às demais universidades, cerca de cinco meses, e conseguiram importantes conquistas, como a consolidação da construção do prédio definitivo no bairro dos Pimentas, além da garantia e melhoria da assistência estudantil.

Essas mobilizações foram compostas em sua ampla maioria por estudantes independentes e com pouco apoio da UNE, principal entidade que, historicamente, encampava as lutas estudantis. Esses estudantes buscaram novas formas de organização contra a precarização do ensino superior e o sucateamento das universidades em um movimento combativo e independente que respondesse aos seus anseios.

Nos últimos anos, novos caminhos foram trilhados pelos estudantes, a juventude viveu e vive uma efervescência política notável. Diante da atual conjuntura política e social no Brasil, outro ponto importante para entender o movimento estudantil atualmente se refere à grande fragmentação da esquerda que persiste desde meados da década de 90, as grandes pautas unificadas de mobilização ficaram de lado e vemos um surgimento pulverizado de pautas temáticas que mobilizam a juventude em torno de questões identitárias e culturais, assim sendo os coletivos estudantis plurais proliferam cada vez mais. Um exemplo desse fenômeno diz respeito à pauta feminista, nos últimos anos há um crescente exponencial no poder de mobilização em prol das pautas relacionadas à luta das mulheres e com ampla participação dos setores estudantis universitários e secundaristas, levando para as ruas do país milhares de jovens pautando o fim da violência contra

a mulher, a descriminalização do aborto, a luta contra o machismo presente nas escolas e universidades, entre outros. Nesse sentido, há um grande número de coletivos universitários que surgiram nesse contexto pautando questões das mais diferenciadas dentro dos espaços das universidades públicas e privadas. E isso se expressa no âmbito da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), por exemplo, onde são recorrentes as inúmeras atividades que os coletivos feministas realizam, sejam rodas de conversas, oficinas, manifestações, grupos de estudos, projeções de vídeos e palestras. As temáticas dessas atividades estão de acordo com a realidade da estudante, como a questão da permanência estudantil para as mães e seus filhos na universidade, os diversos tipos de violência de gênero e a cultura machista presente na tradição dos trotes universitários⁹.

Por outro lado, no ano de 2013 houve um grande levante em todo território brasileiro contra o aumento das passagens do transporte coletivo. Protagonizado pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos, que se iniciaram no mês de junho, ganharam grandes proporções, levando milhões de pessoas às ruas em todo o país, e uma significativa parcela dos manifestantes era composta por estudantes secundaristas e universitários, muitos participando pela primeira vez de uma manifestação de rua. Na cidade de São Paulo, o MPL possuía um amplo repertório de trabalho de base em escolas públicas e conseguiu mobilizar pequenos atos com esses estudantes em um processo pré-junho/2013 que deu mais fôlego para as grandes manifestações centrais contra o reajuste da passagem de ônibus, trem e metrô¹⁰.

9 No ano de 2015, após inúmeras denúncias de abusos e violências contra a mulher, foi realizada a *CPI das Universidades* que investigou inúmeros casos nas universidades de São Paulo: “Após 83 dias de investigações, mais de 100 pessoas ouvidas e um volume de aproximadamente 9 mil documentos, a CPI das Universidades chegou ao seu final nesta semana na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). Foram 37 audiências que produziram um relatório final de 194 páginas, nas quais foram relatadas uma série de barbaridades vividas no mundo acadêmico paulista.” T. Araújo, “CPI das Universidades conclui trabalho com suspeitas de mais de 110 estupros na USP e problemas crônicos com trotes e álcool”.

10 Esse processo pode ser visto através do documentário “Primeira Chamas: atos regionais das jornadas de junho”, produzido por militantes que acompanharam os primeiros atos de 2013 contra o aumento da tarifa em escolas públicas de São Paulo.

No ano de 2015, outro momento importante recente das lutas estudantis ocorreu no estado de São Paulo quando o governador Geraldo Alckmin estabeleceu um processo de reorganização escolar que fecharia diversas salas e escolas, mudaria uma grande parcela de estudantes para outras escolas, e demitiria centenas de professores e funcionários. Os secundaristas, em desacordo com a medida do governador, realizaram diversas manifestações de rua em várias cidades de São Paulo e, no final de 2015 ocuparam mais de 200 escolas estaduais contra a reorganização escolar.

As escolas ocupadas tiveram diversas atividades políticas, educacionais e culturais. Inspirado em um movimento parecido dos estudantes do Chile, os secundaristas brasileiros permaneceram por quase dois meses ocupando as escolas e travando ruas e avenidas em todo o estado de São Paulo, até conseguirem barrar o projeto educacional do governo estadual. A organização das ocupações se deu de forma independente e contou com pouco apoio das entidades estudantis tradicionais, como UNE, UBES e UMES, como relatam os diversos secundaristas que participaram desse processo vitorioso de luta, e como podemos perceber no trecho de uma entrevista com o estudante Caue Borges, da Escola Estadual Fernão Dias Paes: “Entramos e fizemos uma assembleia. Decidimos ocupar. O primeiro dia foi uma demonstração de poder descentralizado. Conseguimos nos agrupar fora de partidos e de organizações burocráticas do Estado”¹¹. As entidades estudantis tradicionais tiveram um papel irrelevante nesse processo e ficaram a reboque da mobilização independente secundarista.

Esses dois movimentos, o de 2013 e o de 2015, tiveram características comuns, tendo sido protagonizados por estudantes que rechaçavam as organizações tradicionais estudantis em um processo descentralizado, e buscavam se organizar de forma independente. Questionaram o oportunismo, a burocratização e as hierarquias desnecessárias dos movimentos tradicionais. Esses dois momentos foram as maiores mobilizações sociais recentes, no Brasil e em São Paulo, com participação efetiva dos estudantes, o que demonstra que há novos caminhos sendo trilhados por fora das organizações tradicionais estudantis. Em um contexto de precarização dos direitos dos trabalhadores

11 “Em escolas ocupadas em SP, rotina de alunos inclui limpeza e aulas abertas”. *Agência Brasil*. 21 nov. 2015.

e dos estudantes, e em uma crise de representatividade nas entidades históricas do movimento estudantil, novas formas de mobilização política foram criadas em meio a essas experiências.

Por meio deste breve capítulo, fez-se um balanço crítico sobre o movimento estudantil após o final da ditadura civil-militar que atingiu o Brasil durante os anos de 1964 a 1985. Durante pesquisa bibliográfica sobre o tema, percebemos que pouco se estudou sobre o assunto nesse período. É uma tarefa necessária do nosso tempo, o estudo e a escrita sobre os movimentos que referenciam nossas práticas políticas até os dias atuais.

Vivemos um período de fragmentações dentro da esquerda e de projetos políticos derrotados pelo curso da história, sendo assim, faz-se mais do que necessário o entendimento das trajetórias do passado para que possamos construir algo novo que caminhe ao lado dos anseios daqueles que defendem um movimento estudantil independente, forte e combativo. E ao construir novas formas políticas, não precisamos negar completamente as experiências do passado, mas devemos aprender com elas e construir sua superação.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”. In: Ferreira, Jorge e Aarão Reis, Daniel (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e Democracia (1964...)*, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato... [et al.]. 1. edição. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- CONEJERO, Lucas. Nova entidade completa um ano e questiona a UNE. Carta Capital, 31 de agosto de 2010. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/politica/nova-entidade-completa-um-ano-e-questiona-a-une> > Acesso em: 25 jul. 2016.
- MARTINS, Caio *et al.* A experiência da Poligremia – autocrítica em busca de um sentido histórico no movimento secundarista. *Passa Palavra*, 21/06/2012. Disponível em: < www.passapalavra.info/2012/06/60822 > Acesso em: 25 jul. 2016.
- MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66 | 2003, 117-149.
- NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- PRADELA, Luana; INOCÊNCIO, Vânia. “Quem paga a banda, escolhe a música.” In: *Movimento Estudantil, quem disse que sumiu?* Paraná: UNIOESTE, 2013.

QUARTO, Leonardo. Movimento estudantil foi do mimeógrafo ao flash mob, da tortura ao passe livre. *Gazeta Online*, 10 de junho de 2011. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/06/noticias/especiais/875043-movimento-estudantil-foi-do-mimeografo-ao-flash-mob-da-tortura-ao-passe-livre.html> Acesso em: 25 jul. 2016.

12. Sítio de Consciência “Raul Soares Nunca Mais”

JOSE LUIZ SAAVEDRA BAETA

No ano de 2013, a Câmara municipal de Santos criou a Comissão municipal da Verdade “Prefeito Esmeraldo Tarquínio”, e junto com ela formou-se uma comissão de apoio à mesma com membros da sociedade civil.

Este grupo realizou seu primeiro seminário de qualificação, intitulado “O que é uma Comissão da Verdade”, em junho de 2013. Neste seminário foi deliberada a proposta do grupo de apoio para se tornar um Comitê de Memória Verdade e Justiça.

A criação e concretização do Comitê só foram possíveis porque ativistas dos direitos humanos, algumas associações de direitos humanos e estudantes, uniram-se com o objetivo de aprofundar a experiência da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Municipal da Verdade para além da atividade institucional. O comitê foi organizador e realizador, junto com a Comissão Nacional da Verdade, no sindicato dos Petroleiros Litoral Paulista, do Ato Sindical Unitário e pela Reunião de Testemunhos da Verdade da Baixada Santista nos dias 27 e 28 de novembro de 2013.

Em seguida, em 16 de dezembro de 2013, o Comitê participou do encontro da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça com a Comissão Nacional da Verdade em Brasília. No mês de maio do ano de 2014, o Comitê participou da fundação da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça no Município de Vila Velha-ES. Na mesma época o Comitê foi convidado a participar de reuniões junto à Comissão Nacional da Verdade com o objetivo de realizar uma oitiva com o almirante Julio Sá Bierrenbach (1919-1983), e para este objetivo o Comitê realizou uma reunião pública no Sindicato dos Empregados Terrestres em Transportes Aquaviários e Operadores Portuários do Estado de São Paulo (SETTAPORT).

Em novembro de 2014, o Comitê organizou o encontro sobre Justiça de Transição com a presença das senhoras Rosa Cardoso, da Comissão Nacional da verdade, Sueli Bellato, da Comissão da Anistia do Ministério da Justiça, e Francisco Calmon, da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça, onde se decidiu insistir no pedido da oitiva com o almirante Julio Sá Bierrenbach (posteriormente foi negada) e criar em Santos um Sítio de Consciência através do modelo proposto pela Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

O Sítio de Consciência é um lugar de memória em um local histórico que confronta tanto a história que aconteceu como suas implicações contemporâneas. Trata-se de uma prática social, uma colaboração coletiva e construtiva com um eixo norteador que é o direito à memória e à verdade e justiça, mecanismos que definem o que é a Justiça de Transição¹. Sítios integram o sistema jurídico internacional do direito à liberdade e a verdade².

O Sítio de Consciência em Santos recebe o nome de *Raul Soares nunca mais*, e tem o objetivo de contar a história do navio presídio das vítimas e seus heróis, e divulgar uma cultura de solidariedade que já foi predominante em Santos e que hoje não é mais. Fomenta o aprofundamento da investigação sobre a diversidade política e cultural da cidade à época. Em um período de formação e afirmação, o Sítio de Consciência é uma referência cultural da cidade, dedicando-se à documentação e pesquisa. Nele, ex-prisioneiros, familiares, testemunhas ativistas e demais cidadãos, compartilham suas experiências. O sítio *Raul Soares nunca mais* é realizado em duas etapas, em dois atos públicos, um para lembrar a chegada do navio prisão, dia 23 de abril, e um segunda para lembrar o dia da saída, em 23 de outubro de 1964. Esses dois momentos unem a prática e a reflexão através das homenagens de microfone aberto aos sobreviventes e familiares, e do debate sobre o direito a memória verdade e justiça.

A importância de se revelar a verdade do navio presídio Raul Soares é que a sua vinda e permanência no estuário de Santos enterram

1 Sobre isso, consultar: Ereshnee Naidu, Bix Gabriel & Modiful Hoque. Memória a Ação um kit de ferramentas para memorialização em sociedade pós conflito, In: *International Coalition of Sites of Conscience*. BRASIL, COMISSÃO DE ANISTIA & MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, S/D.

2 Comissão de Direitos Humanos na ONU. *Conjunto de Princípios Atualizados para luta contra a impunidade*.

a narrativa que afirma que a ditadura militar no Brasil só se iniciou com o combate à luta armada. Onavio presídio Raul Soares foi um instrumento de tortura, intimidação e guerra psicológica contra uma população civil que foi declarada como inimiga, e que vivenciou a ocupação militar.

As atividades do Sítio de Consciência cumpriram um objetivo imediato, o de estabelecer na cidade uma agenda que possibilita um diálogo pelo direito à memória, verdade e justiça, uma experiência que fortalece a cultura de paz e do *nunca mais*.

O sítio é realizado em um lugar localizado na margem esquerda do porto de Santos, de onde saíam algumas barcas com familiares e prisioneiros em direção ao navio presídio Raul Soares. Realiza-se um diálogo com a presença de prisioneiros, familiares, associações de anistiados e ativistas de direitos humanos, em que o principal objetivo é dar voz às vítimas, aos familiares e aos ex-prisioneiros.

Houve o primeiro encontro em abril de 2015, com a presença de 30 pessoas, quase todos diretamente relacionados com o navio – sejam prisioneiros, familiares ou amigos, que destacam cada ato heroico de resistência ao arbítrio, como as penas impostas nas famosas celas “Casa Blanca”, onde eram despejadas as fezes dos presidiários e era comum o preso ficar com água pelos joelhos ou na altura do colchão de dormir, e “El Marroco”, inteiramente de ferro e ao lado da caldeira do navio, onde fazia calor insuportável, além das simulações de tiro.

O dia 24 de outubro de 2015 foi o segundo encontro com a Justiça de Transição, já que se trata do dia de saída do navio prisão, e é lembrado com uma reflexão a respeito do que é Justiça de Transição, seus aspectos teóricos e práticos, e seus desafios para se conquistar uma reparação do Estado brasileiro para a cidade de Santos, e de sermos aceitos pela Coalizão Internacional de Sítios de Consciência.

Este se realizou na Universidade Católica Santos, com o ex-deputado Adriano Diogo, e na Unifesp, com a presença do coordenador do núcleo de preservação da memória política, Maurice Politi e da professora Rosangela Batistoni, também da Unifesp, onde se realizaram palestras e diálogos com os estudantes.

No dia 26 de abril de 2016 houve o segundo Sítio, com a presença de 60 pessoas, com a participação de professores, cidadãos, estudantes, representantes da Comissão da Verdade da Universidade Federal

de São Paulo, da Rede Brasil Memória Verdade e Justiça, e de Sindicatos, e foram lembrados os nomes dos prisioneiros e combatentes, a experiência da ditadura em Santos, seu impacto e consequências.

Lembramos os seguintes prisioneiros:

Ademar dos Santos, Afonso Neves Guerra, Alberto Fernandes, Alcidino Bittencourt Pereira; Aldo Ripasarti; Alfredo Correa da Rocha; Altamirando da Silva Almeida; Altamiro Claudio costa, Amauri Teixeira leite; Amaury Soares Costa, Angelo Osvaldo Masteline, Antônio Atahide Caricati; Antônio Ferreira da Silva; Antônio Guarneri; Antônio Lisboa; Antônio Moreira; Antônio Vicente Barbosa; Argeu Anacleto Silva; Ariovaldo Vicente; Augusto Pereira Mota; Benedito Rocha Alencar; Benedito Terezo; Claudio Jose Ribeiro; Coelho Domingos Garcia; Edson Pacheco da Silva; Edward Cristino do Rego; Elmo Fernandes; Ercidio Weber; Felismino Fernandes de Cristo; Felix Jorge da Silva; Florival da Silva; Francisco Soares da Silva; Frederico de Castro Braga, Gabriel Mendes Ruas; Gregório Marinho Freitas Andrade; Henrique Martins dos Santos; Iradil dos Santos Melo; Israel Gomes da Cunha; Jacob Augusto Meireles; Jardelino Francisco dos Santos; João Florêncio Leite; João Gramato; João Lima Martins; João Martins dos Santos; João Nicolau dos Santos, João Rosa; Jonas Sobrinho, José Aires de Alencar; José Barbosa Leite Junior, Jose Bezzi, José Carlos A. Costa, José dos Santos, José Rodrigues Texeira, Jurandir de Abreu, Laerte Carneiro da silva, Luis Nunes, Manoel de Almeida, Milton da silva, Nadir de Oliveira, Nelson da Silva, Nelson Frutuoso Amado, Nelson Gato, Nelson Salinas Maira, Newton Aires de Oliveira, Nilo, Nilsen Ribas Martins, Nivam Vieira de Araújo, Nonato Gonçalves Pinto, Orfeu dos Santos Sales, Orlando de Sousa Campos, Orlando dos Santos, Osmar Alves Campos Golegã, Osni Nery dos Santos, Otoniel Fernandes da Silva, Ovidio Ferreira da Silva, Pedro Rocha dos Santos, Pinheiro Machado, Rafael Babinovich, Raimundo Jesuíno de Sena, Raimundo Nunes de Oliveira, Ricardo Bonfanti, Roberto Covello, Rubens Lousada, Sebastião Assis Bezerra, Sergio Martins, Sumida Tomochi, Tomas Maack, Tino da Rocha, Vitorino Nogueira, Waldemar da Silva, Waldemar Fernandes, Waldemar Neves Guerra, Wilson Mendes Maia. Todos estes nomes foram confirmados em 16 de setembro de 1964 na segunda auditoria militar pelo juiz Tinoco Barreto a pedido dos advogados de defesa dos senhores Nelson Gato, e Orfeu dos

Santos Sales, que solicitaram uma vistoria e assim o fizeram e constaram os nomes citados.

Ainda se faz necessário uma extensa pesquisa do total de prisioneiros e dos seus nomes, o que se tem oficialmente são os nomes que saíram no jornal “A Tribuna” e no jornal “Diário do Litoral”, mas sabemos que é muito mais – exemplo disto é o senhor Peri de Jesus, que foi localizado pelo Comitê na cidade de São Vicente e não constava em nenhuma lista oficial. O senhor Peri teve seu depoimento gravado pela Comissão Nacional da Verdade (novembro de 2013).

Ainda na data acima referida, foram aprovadas as seguintes propostas como: Transformar o dia 1 de abril em dia Nacional por Memória Verdade e Justiça, aprofundar a experiência do Sítio de Consciência e oficializar o lugar onde este é realizado, além de realizar o terceiro encontro com a justiça de transição no dia 24 e 25 de outubro de 2016 e uma parceria com a Unifesp e Unisantos.

A cidade de Santos lutou por dias melhores, no período de 1946 a 1964, vale lembrar que em 1948 os comunistas elegeram 14 vereadores para câmara municipal, em um total de 31. Santos se fez uma referência, principalmente na questão de organização sindical e na solidariedade de classe. A partir da luta dos trabalhadores urbanos e do porto, a cidade vivenciou uma experiência para além do movimento sindical, o que foi um instrumento político de organização de classe no chamado Fórum Sindical de Debates. A aliança operária e estudantil, e também um movimento cultural intenso, alimentava o caldo da fama de cidade vermelha, de Barcelona e Moscou brasileira, e foi neste ambiente que o golpe civil militar de primeiro de abril de 1964 atingiu a cidade, considerada inimiga da nova ordem por seus ideais de liberdade e fraternidade.

A cidade de Santos foi ocupada militarmente logo no primeiro dia do golpe, e no dia 24 de abril de 1964 chegava ao porto de Santos o navio presídio Raul Soares, permanecendo até o dia 23 de outubro de 1964. A cidade foi alvo do terrorismo de Estado, e era comum se ouvir que os prisioneiros do navio presídio iam ser jogados à maré e que o navio ia ser afundado. Na documentação revelada no filme *O dia que durou 21 anos*, é bem claro que o destino da operação *Brother Sam* era a cidade de Santos, tal era o medo dos militares golpistas em relação à cidade.

No alto comando da ocupação militar esteve o Almirante Julio Sá Bierrembach e o então Major Erasmo Dias. Mas ainda se incluem na lista de militares envolvidos diretamente na repressão do navio presídio os seguintes militares: Astolpho Migueis, Capitão de corveta e Comandante do navio, Sebastião Alvim, Tenente-coronel do Exército, Hugo Freitas, Tenente da Polícia Marítima, Jair, Cabo carcereiro da Polícia Marítima, Antonio Rodrigues, Tenente da Polícia Marítima, Djalma Brandão, Tenente da Polícia Marítima responsável pelo policiamento do navio, Ariovaldo, Polícia Marítima, Francisco Renato de Melo, Capitão da Aeronáutica, Coutinho, Tenente da Marinha, imediato do Raul Soares, e José Luis, Capitão da Marinha lotado na Capitania dos portos de São Paulo.

Por uma linguagem figurada podemos dizer que o navio presídio é a porta e o Sítio de Consciência é a chave para aquilo que se necessita ampliar e aprofundar em pesquisa e investigação a respeito da cidade de Santos, suas lutas e seus sonhos, seus personagens, suas greves e os fatos que aqui se destacam. Entre as greves de 1946 a 1964, destacamos as greves das enfermeiras, do moinho santista, dos motoneiros de bonde e dos portuários.

O comitê Popular de Santos Memória Verdade Justiça destaca os seguintes temas como linha de pesquisa e ação para uma radiografia daquele momento e período histórico da ditadura civil militar na cidade (1964-1985):

O partido comunista e a cidade.

O fórum sindical de debates.

O golpe civil-militar na cidade de Santos 1964

Dar nome ao comando militar da região no período.

O desequilíbrio federativo (ocupação), e prisão do prefeito José Gomes e todo seu secretariado.

Caso do Jornalista Nelson Gato e seu livro confiscado, Navio Presídio: a outra face da revolução.

Empresas que apoiaram o golpe, com destaque à companhia Docas de Santos

O papel do Almirante Julio Sá Bierrembach na cadeia de comando do golpe.

Comando militar da região em março de 1964.

A base aérea de santos como local de tortura e centro de repressão.

Casos envolvendo mortos e desaparecidos políticos: Rubens Paiva, David Capistrano da Costa, Antônio Carlos Bicalho Lana, Sonia Angel, Eduardo Collen Leite (Bacuri).

O caso do Prefeito Esmeraldo Tarquínio, cassado antes da posse em 1968.

O Centro dos Estudantes de Santos.

Santos como área de segurança nacional.

A importância de Santos nas eleições de 1974.

Movimento de cultura popular.

Campanha da Anistia.

Movimento de conquista da autonomia política.

Esta nascente experiência de sítio de consciência só é possível com a união e participação dos cidadãos e em especial ex-prisioneiros que de alguma forma colaboram, como os senhores Osmar Golegan, Ademar dos Santos, Ovídio Ferreira Dias, Luiz Paulo Costa e os familiares Elizabeth Gomes, Wilma Guerra, Alcino Golegan, Ligia Melo, Esmeraldo Tarquínio Filho e Telma de Souza.

Agora citamos as associações que apoiam e participam de nossa iniciativa: Fórum da Cidadania, Associação Cultural José Mártir, Centro de Direitos Humanos Irmã Dolores, Associação dos Anistiados Políticos do Sindicato Metalúrgicos de Santos e região, Rede Brasil Memória Verdade e Justiça, Frente Brasil Popular, Frente Democrática da Baixada Santista, Centro dos Estudantes de Santos, União Brasileira de Mulheres, Núcleo de Preservação da Memória Política, Movimento Mães de Maio, Centro Direitos Humanos da Unifesp Baixada Santista, Comissão da Verdade da Universidade Federal de São Paulo. Os Sindicatos: Sindicatos dos Empregados Terrestres em Transporte Aquaviários e Operadores Portuários no estado de São Paulo, Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e Região, Sindicato dos Bancários de Santos e Região, Sinergia, Sindpetro LP, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Santos, Baixada santista, Litoral sul e Vale do Ribeira, APEOESP. Os partidos PT e PCdoB. Destacamos ainda a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e os companheiros Gilney Viana Iara Xavier, Paulo Abraão, Raiane Assumpção,

Rosângela Batistoni, Fabrício Leonardi, Rosa Cardoso, Sérgio Sérvulo da Cunha Francisco Calmon, Sueli Bellato, Edvaldo Alves, Maurice Politi, Adriano Diogo, Elis Granado, Maurício Moura, Maria Sirley dos Santos, Maurício Valente, Lígia Maria Castelo Fonseca, Ana Nemi e o jornalista Flávio Gut, da agência CO.DES.

IV. Depoimentos

O Projeto de História Oral na Comissão da Verdade da UNIFESP: subjetividades, narrativas e memórias.

SAMIRA ADEL OSMAN

Esse breve capítulo tem como objetivo apresentar o que é a História Oral, como se faz um projeto de História Oral em suas diferentes etapas para então tratar especificamente das entrevistas de História Oral da Comissão da Verdade. Não se pretende aqui esgotar o debate nem tratar das distintas linhas e vertentes de um campo de estudo que tem se dividido em sua própria definição (ferramenta, técnica, gênero, método, disciplina), seus procedimentos (gravação, transcrição, textualização), seu campo de estudos (disciplinar, interdisciplinar, multidisciplinar) e suas formas de análise (documento histórico, análise de discurso).

Considero pertinente iniciar tratando do surgimento da História Oral do ponto de vista internacional e sua chegada ao Brasil. Há consenso que a moderna História Oral_ moderna aqui usada para diferenciar de usos anteriores de entrevistas e de fontes orais_ surgiu em 1948 na Universidade de Columbia (NY) com a criação do Oral History Research Office, a partir dos trabalhos de Allan Nevins no registro de experiências decorrentes da recém terminada Segunda Guerra Mundial. Nota-se que a preocupação desse projeto inicial era entrevistar pessoas destacadas no cenário social e político, portanto ainda vinculada a uma “história das elites”, vertente também seguida pelo CPDOC-FGV/RJ (Centro de Pesquisas Documentais da Fundação Getúlio Vargas) que iniciou o primeiro projeto no país na década de 1970 realizando registros orais da elite política nacional, com financiamento pela Fundação Ford. Cabe lembrar, como aponta Meihy (ROVAI e MARANHÃO, 2010), que as ditaduras militares vividas na América Central e do Sul atrasaram o debate e a concretização de projetos de

história oral em nosso país; já que se história oral implica gravação, gravação se materializa em documento, o temor do risco do registro só seria vencido com o fim dos regimes militares, processo de redemocratização e a possibilidade de criar projetos baseados em entrevistas.

A partir dos Estados Unidos, sua disseminação na Europa se deu por dois caminhos fundamentais: o inglês, com o trabalho de Paul Thompson (1992), que pretendia que a história oral cumprisse a tarefa de preencher lacunas de fatos históricos do passado complementando o documento escrito e historicizando diferentes dimensões da sociedade que não haviam sido documentadas (instituições, grupos, bairros, cidades); e o francês, com o trabalho de Philippe Joutard (1999), que objetivava a construção de uma história dos vencidos, dos silenciados, dos perseguidos, dos marginalizados, de pessoas comuns e ordinárias cujo registro deveria ser uma contra prova da história dos vencedores e da história registrada pelas fontes escritas. Na década de 1990 a contribuição italiana (Alessandro Portelli, 2013, e Luisa Passerini, 1987) trouxe para o debate o papel da memória, a questão da subjetividade, a construção da identidade como pontos fundamentais na construção das narrativas realizadas entre o momento do fato vivido e do fato narrado.

Nesse ponto, vale considerar a questão da entrevista, matéria prima da história oral. A primeira afirmação é que uma não é sinônima da outra, mas se nem toda entrevista é História Oral, a História Oral só existe se estas forem realizadas. A entrevista não é exclusividade desse campo e pode ser um meio para várias áreas, objetivos e fins; no entanto quando realizada em um projeto de História Oral implica a adoção de um conjunto de procedimentos que leva à criação de um projeto. A elaboração do projeto se inicia com a delimitação do tema, justificativa e objetivos, e com o estabelecimento de três pontos centrais, comunidade de destino, colônia e rede, para definir quem serão os entrevistados.

Comunidade de destino é o motivo que identifica pessoas com características, vivências ou experiências comuns (por exemplo, pessoas que viveram a Ditadura Militar no Brasil e que lutaram pela constituição da Comissão da Verdade); colônia é um recorte dentro da comunidade de destino, que estabelece o tema da pesquisa (a Comissão da Verdade da UNIFESP); rede é uma subdivisão da colônia que

definirá especificamente quem será ou não entrevistado (por exemplo, alunos, docentes, funcionários da UNIFESP no período da Ditadura Militar ligados direta ou indiretamente com a Comissão da Verdade). A partir desses pontos centrais, as possibilidades de estudos em História Oral são amplas e infinitas, dependendo então da intencionalidade da pesquisa, do que se busca conhecer.

Importante também para a elaboração e execução do projeto em História Oral é a definição de seu gênero: temática, de vida, tradição oral. Na história oral temática, o ponto de partida para a realização das entrevistas é o tema da pesquisa, o que pressupõe o estabelecimento de um roteiro de perguntas objetivas e correlatas ao que se pretende investigar. Na história oral de vida, importa não só o tema da pesquisa, mas também a trajetória pessoal, as escolhas e renúncias, as rupturas e as continuidades, o pertencimento e a identidades. Já a tradição oral trata dos mitos e das explicações subjetivas da vida social, numa perspectiva de longa duração.

Definido o projeto, inicia-se para o operacional: a realização das entrevistas e suas etapas subsequentes. A história oral se inicia com a entrevista que será gravada em áudio, vídeo ou ambos os meios. Realizada a entrevista, parte-se para a transcrição, etapa essencial e utilitária da passagem do oral para o escrito, o registro escrito da matéria bruta que será lapidada em duas etapas: textualização, que é a reorganização do texto, com a supressão das repetições, das perguntas do entrevistador e de outras interferências registradas anteriormente, dando coerência e organicidade ao texto, e transcrição, que permite aos autores do projeto marcar o tom vital da entrevista, ou seja, o centro da narrativa, dando objetividade ao que é subjetivo, voz ao que foi silenciado, concretude ao abstrato, descrição do gestual, da emoção, do choro, do embargo, das hesitações, das emoções, do que não foi expresso em palavras, mas que pode ser captado no momento da entrevista (por meio do registro do caderno de campo) ou no momento da transcrição (marcadores como pausa, choro, riso, interrupção, silêncio).

Considerando que o entrevistado não é uma fonte, um objeto de pesquisa, ator social, sujeito de investigação, depoente ou informante, antes um colaborador do projeto, a entrevista na sua versão transcrita retorna a ele para conferência, autenticação, autorização e cessão de uso. Dessa forma, a relação entrevistador e entrevistado vai mais além

do momento da entrevista, e pressupõe uma relação ética na qual o papel do entrevistado começa na concessão da entrevista e finaliza em sua cessão de uso, enquanto o papel do entrevistador concentra-se no registro, tratamento e análise da entrevista. Como afirma Portelli (2001), a história oral é um trabalho conjunto, em que aquele que ouve e aquele que relata têm igual valor.

Ainda na relação entrevistador e entrevistado, um ponto sensível é o momento da narração: quem narra a história decide, escolhe e seleciona o que quer e o que não quer narrar, o que significa estabelecer por parte do entrevistador um limite: o que e como perguntar, de modo que se respeite o narrar como um reviver, seja do acontecimento como do sofrimento. O estabelecimento do limite do entrevistador em relação ao entrevistado também está em não cair na armadilha das duas faces de uma mesma moeda: a vitimização ou heroicização do entrevistado.

A história oral ética não busca nem dar o status de vítima nem de herói a nenhum entrevistado, ainda que narrar sobre a dor seja testemunhar sobre temas complexos como guerras civis, ditaduras, genocídios, refúgios, exílios, catástrofes, que podem estar relacionadas à reparação ou ressarcimento de dívidas históricas, e também tratar de temas traumáticos como os constrangimentos, repressão, prisão, violência, tortura física e psicológica, violação dos direitos humanos. Narrar não é só a rememoração do fato passado, é reviver o fato passado no presente. Não se trata de relatar o fato, mas de compreender como as pessoas narram as memórias do fato vivido, como constroem as memórias do passado no presente e, ao narrá-las, constroem a história. Assim em projetos de História Oral cuja matéria é a memória ou a persistência da memória, trata-se de transitar entre o lembrar e esquecer, silenciar e falar, dizer e não dizer, narrar e não narrar. Entre esses pólos opostos e complementares está a negociação entre entrevistador e entrevistado da busca de um sentido para a história vivida, a partir do estabelecimento de um limite ético entre o direito ou o dever da memória. Qual é o limite entre lembrar (falar, reviver, sofrer, denunciar) e esquecer, como nos alerta Pollack (1992, 1989)?

Também está implícito em um projeto de História Oral o compromisso que se estabelece com o entrevistado o que significa determinar o uso que se fará dessas entrevistas. O primeiro pacto estabelecido nesse compromisso é o uso das entrevistas na íntegra e em sua totalidade,

não apenas partes e excertos descolados do todo, que se torna secundário para o pesquisador que realiza entrevistas apenas com a intenção de confirmar teses e opiniões, ou procurar respostas a questões prévias.

Outro compromisso refere-se ao que fazer com essas entrevistas. Embora projetos de história oral possam ter como intenção a produção de documentos, a constituição de acervos ou de arquivos para usos futuros por historiadores ou outros pesquisadores, o compromisso maior deve ser pensado na dimensão pública: história oral de quem, para quem, como e por quê, como nos alerta Meihy (2007, 2005). A história pública, compreendida em seu alcance além dos espaços acadêmicos e institucionais, permite que o direito e o dever da memória e da história transbordem os muros que as limitam. Se a introdução da história oral no Brasil está ligada ao processo de redemocratização, projetos de história oral em Comissão da Verdade é uma reafirmação da luta constante pela democracia, da denúncia, do direito e do dever da memória, contra os apagamentos, revisionismo, esquecimentos e silenciamentos. Como afirma Meihy (ROVAI e MARANHÃO, 2010) a “história oral tem tudo a ver com democracia...”

Referências bibliográficas

- JOUTARD, Philippe. *Esas voces que nos llegan del pasado*. México: Fondo de Cultural Económica, 1999.
- MEIHY José Carlos Sebe & HOLANDA, Fabíola. *História Oral, como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEIHY José Carlos Sebe. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 2005, 5ª edição.
- PASSERINI, Luisa. *Fascism in Popular Memory: the cultural experience of the Turin working class*. Cambridge University Press, 1987.
- POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- _____. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, Alessandro. *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. Ética, memória e acontecimento na história oral*. Lisboa: UNIPOP, 2013.
- _____. *História Oral como Gênero*. Projeto História. São Paulo, n. 22, 2001, p. 9-36.
- ROVAI, Marta; MARANHÃO F., Eduardo Meinberg de Albuquerque. *História oral testemunhal, memória oral, memória escrita*. Entrevista com José Carlos Sebe Bom Meihy. História Agora, São Paulo, n. 9, 2010, p. 190-195.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

1. Antonio Luiz Caldas Júnior

Meu nome é Antonio Luiz Caldas Junior. Eu sou de Santos. Em 1964 eu era criança, mas eu me lembro bem que a cidade tinha um clima de agitação muito grande, tinha greve quase todos os dias... A cidade transpirava política! O Coronel Erasmo Dias, secretário de segurança e importante figura da repressão política no país naquela época, dizia que se houvesse uma batalha de oposição ao golpe de 64, aconteceria em Santos.

Por contingências da vida, eu fui estudar em uma escola que era referência no estado de São Paulo e muito famosa em Santos, o Colégio Canadá, que além de tudo era muito agitada politicamente... Eu estudei no período noturno, onde as coisas realmente aconteciam, e lá eu me aproximei de um grupo de pessoas que tinham militância na Igreja Católica. Gosto de brincar que aprendi a ser comunista na Igreja, porque tive a felicidade de conviver com dois padres muito progressistas, inclusive um deles abandonou a batina devido à contenção que a Igreja fazia em relação a sua atividade política.

Eu não me lembro de ninguém da minha família antes de mim que fosse de esquerda, mas eu tinha primos e a minha irmã que foram para São Paulo no fim dos anos 1960 e viveram o período das manifestações e do movimento estudantil, por isso esse era um assunto muito presente na minha casa. Também houve outros fatos que marcaram a minha vida de forma que, no final dos anos 1960, eu me julgava um socialista, mas não possuía nenhum vínculo com partidos e organizações. Eu tinha uma vivência religiosa, mas sobretudo política.

Quando ingressei no curso de Medicina da Escola Paulista, já estava desperto para a questão política. Mas meu primeiro ano na Escola foi meio morno, porque vim morar em São Paulo com um primo que estudava na USP e já estava concluindo o curso. Terminavam as aulas e eu já ia para casa, não tinha uma vivência fora do horário de aula, apesar de acompanhar os movimentos. Mas eu me lembro que naquelas eleições de 1970 eu votei em um candidato do MDB que falava no horário político da tortura e da morte de Olavo Hansen... Ele era bastante censurado e mais tarde soube que ele era um trotskista...

O Ciscato, professor da EPM, aparece em um documento que envolve a morte do Olavo Hansen...

Nesse meu primeiro ano do curso, as coisas estavam no refluxo do AI-5, tudo muito parado... O centro acadêmico era um lugar que eu frequentava antes de ser da diretoria, talvez pelo passado de identificação com os posicionamentos de esquerda, a formação teórica que tive de autores socialistas, de tal forma que nos anos 1970 eu acompanhava os fatos de perto, com meu posicionamento contra a ditadura militar que vigorava no país... O Centro Acadêmico tinha posições mais à esquerda e o presidente na época era o Nestor Schor que tinha posicionamentos progressistas. Não se falava muito nas questões especificamente políticas.

No segundo ano da faculdade eu me mudei para uma república onde morávamos em quatro pessoas: o Reinaldo Moisés Chaim, o Sérgio Nakahashi e o Paulo Mourão, o mais militante de todos, e eu. No ano seguinte, nossa república se ampliou e funcionava no último andar do atual prédio da Pizzaria 1900, e era um apartamento muito grande. Nesse período a nossa república foi sede da resistência da Escola Paulista de Medicina, a EPM, porque era frequentada por um grande número de pessoas. Alguns dias tinham 15, 20 pessoas, ou mais... Às vezes alguns colegas iam almoçar lá, pois moravam longe...

Eu tive a sorte de estudar em uma faculdade fora da cidade onde minha família morava e ao mesmo tempo morar próximo à faculdade, podendo com isso viver mais intensamente a efervescência dessa época, ao contrário de alguns colegas que não tiveram essa oportunidade. Deixei de ir com frequência para a casa da minha família, visitava-os pouco neste período, para viver mais essa nova vida.

No ano de 1971 eu resolvi estudar francês na Aliança Francesa. Neste curso eu conheci uma professora da USP, com quem namorei por um tempo... Ela tinha um automóvel, uma Kombi, fato de grande importância. Essa Kombi teve um grande papel, porque viajávamos muito na república. A Francisca me introduziu muito na vida cultural. Era uma pessoa muito querida lá em casa. A nossa república era muito organizada, muito formal e acolhedora. Era de fazer inveja às outras!

A partir daí eu passei também a me dedicar mais à militância e às atividades políticas na EPM, me dediquei muito ao Centro Acadêmico

Pereira Barreto, e participei da eleição da diretoria quando o Abel Pereira Junior foi presidente. A nossa política era de atrair os alunos para o Centro Acadêmico... Lá eu tive a oportunidade de me aproximar dos movimentos e organizações clandestinas de várias formas, principalmente pela posição política. Fui convidado para “grupos de estudos” que, na verdade, poderiam ser traduzidos como “células”.

Lembro claramente que recebíamos no CAPB o jornal da ALN, a Ação Libertadora Nacional, pelo correio... Imagina: pelo correio! Era um jornal panfletário, e tinha até uma sessão que mostrava como desmontar uma arma! Esse jornal era para guerrilheiros, com discussões políticas e táticas de guerra. No início de 1972, no meu terceiro ano, tínhamos contatos através de outras organizações estudantis com pessoas que militavam. Na EPM, não identificávamos pessoas pertencentes a organizações políticas, podia ter alguém do PCB, talvez a AP, mas a atuação era restrita a um grupo pequeno. Eu não pertencia a nenhuma organização...

O movimento estudantil era restrito ao Centro Acadêmico, que era muito respeitado pelos alunos. Digo isso por certos posicionamentos políticos que existiam em que as pessoas acatavam algumas lutas que tiveram lá. Nós tínhamos uma política de colocar os alunos para dentro do Centro Acadêmico para criar uma relação de empatia entre os alunos e o CA. Criamos um grande restaurante para os alunos, e dediquei muitos sábados indo ao CEAGESP comprar comida para o restaurante acadêmico... Compramos mesa de pebolim e pingue-pongue, promovíamos bailes, como o “surubaile”. E para aqueles que criticavam o Centro Acadêmico por fazer bailes, o Nestor dizia que eles tinham um conteúdo político, pois criavam uma identidade das pessoas com a entidade em um momento de repressão violenta.

Também tínhamos uma gráfica, que se resumia a um mimeógrafo à tinta, que mais sujava do que imprimia, no qual produzíamos o *Barrettinho*, jornal do Centro Acadêmico. Aquele nosso mimeógrafo servia para tudo: fazíamos o *Barrettinho*, apostilas, panfletos e vendíamos impressos que se usavam em aula. Hoje, lendo esses jornais, vejo como a direção da Escola era condescendente conosco... Na época publicávamos coisas que não eram comuns e ninguém divulgava... O jornal era um escândalo! Lembro particularmente da edição de setembro de 1971, na qual desenhei um burro na capa, com um tracejado

no meio. Deveriam pintar o burro de verde e o fundo de amarelo para fazer uma bandeirinha para o desfile de 7 de setembro!

Fizemos também uma edição que marcou bastante, com uma matéria de 12 ou 15 “frases que a história não registrou”, com piadas em referência a pessoas icônicas... Nesse caso, o Diretor da EPM achou que tínhamos passado do limite com essa brincadeira e disse que daquele momento em diante só poderíamos publicar o *Barretinho* se passasse pela Assessoria Jurídica da Escola. Então editamos uma resposta, dizendo que não aceitávamos isso, e que até segunda ordem estaria suspensa a publicação. E assim foi...

No ano de 1972, foi realizado um evento pelas organizações de esquerda em comemoração aos 50 anos da Semana de Arte Moderna de 1922 e nós recebemos no CAPB a visita de uma pessoa que explicou sobre a organização do evento e que o objetivo era arrecadar fundos que seriam destinados aos familiares de presos políticos. Do ponto de vista da repressão, isso poderia ser considerado um movimento de subversivos. Ao lado do Presídio Tiradentes funcionava a antiga Escola Politécnica da USP, e tivemos lá uma reunião em que esteve presente o Elifas Andreato, um artista conhecido, que fez um cartaz lindo para o evento. Depois, ingenuamente, eu fui até a Santa Casa tentar cooptar dois colegas de Medicina e cheguei lá com a cara e a coragem para convidá-los a participar.

O evento cultural se passou na Fundação Getúlio Vargas e foram dois dias de apresentação de músicas e pinturas. Nesta ida a Santa Casa eu conheci duas pessoas, uma delas o Barradas, e a outra o Guilhermino. Isso foi importante porque dois anos depois um movimento que se reorganizou foi o dos Estudantes de Medicina. Fizemos em 1974/1975 uma Reunião dos Estudantes de Medicina do Estado de São Paulo que tinha uma pauta política contra a ditadura, mas dissimulada. Organizamos também uma greve estudantil em 1974, em plena ditadura, que durou algo entre uma semana e quinze dias, por melhorias para o Hospital São Paulo. Isso na época não existia, mas nós conseguimos organizar!

Circulava na minha república o jornal de alguma organização, não lembro exatamente qual, talvez o jornal Imprensa Popular... O que sei é que o jornal foi o pivô das prisões realizadas em agosto de pessoas ligadas à república onde morávamos. Dentre os que moravam

e frequentavam a República, alguns foram presos como o Gilberto, o Zezito, o Chain, o José Teles e a namorada dele, a Ines Miney, o Paulo Horta, o Walter e eu. Em 1971, o Teles e a Ines foram presos, até hoje não sei muito bem o porquê, talvez por alguma ligação com o Partido Operário Camponês, o POC. Foram buscar a Ines na república dela... Passado algum tempo, houve a prisão de outra aluna da EPM, a Márcia do Amaral. Foi uma surpresa quando ela desapareceu, pois ela não tinha militância dentro da Escola, talvez o motivo tenha sido por causa da organização a qual ela pertencia.

Em agosto de 1972, quem desapareceu foi o Gilberto... Ele era um bom aluno e com ótima frequência, pois nós do Centro Acadêmico tínhamos a conduta de sermos alunos dedicados... Certo dia o Gilberto faltou e achamos estranho, e assim foi também no dia seguinte... Alguém avisou que arrombaram o armário dele na Escola, provavelmente a polícia... Uns colegas de turma foram até a casa dele para procurá-lo e ele não estava lá... Mesmo assim eles entraram no quarto do Gilberto, encontraram alguns livros considerados como subversivos e uma ossada para estudar anatomia... Aproveitaram para retirar esses materiais que poderiam incriminá-lo.

Alguém viu o Gilberto sendo preso na rua e foi contar aos familiares dele, e foi assim que ficamos sabendo o que havia acontecido com ele e o que poderia acontecer com todos nós... Ele foi levado primeiramente para o DOPS e depois para o DOI-CODI, e lá bateram muito nele para descobrir quem poderia ter ido à casa dele... Eles concluíram que poderia ter sido eu, o Paulo Horta, o Zé Teles e o Walter Nascimento.

O clima foi ficado tenso e eu tinha sacado a movimentação toda, e achei que seria melhor ir para Santos dar um tempo, sair de cena... Preparei minha mala e estava para sair por volta das 18 horas quando bateram na porta... Fiquei surpreso ao ver o Gilberto na minha porta, mas logo em seguida entraram uns sete ou oito caras atrás dele com metralhadoras... Gelei! Gelei!

O Gilberto disse que eles estavam lá para buscar o Gordo, que era o jeito como todos me chamavam, e o Teles. Mandaram todo mundo sentar e ficar quieto, senão atirariam em todo mundo... Talvez tudo isso tenha acontecido pela fama que tinha a república, ali era como o quartel general da subversão... Levaram a nós dois e o resto ficou lá, sem palavras... Enquanto isso, outra equipe recolheu o Paulo Horta e o

Alter Nascimento. Eu fui revistado e depois levado para uma sala que tinha um daqueles olhos mágicos dessas portas de apartamento.

Depois eu fiquei sabendo que o avô e a sobrinha do Gilberto foram levados ao DOI sob ameaças e forçados a nos reconhecer. Eles não nos reconheceram, pois não fomos à casa deles. De alguma forma reconheceram as pessoas. É curioso o fato de que a minha foto na ficha do DOI-CODI é a mesma da minha matrícula da Faculdade... Isso mostra um vínculo... Eu acho que o avô do Gilberto deve ter reconhecido as pessoas por algum álbum com fotos dos alunos. No dia da prisão eu fui interrogado, mas não fui torturado, assim como outras pessoas também não foram...

O Paulo Horta tinha um irmão que era preso político e uma irmã foragida, a Cida Horta, que era militante do Movimento de Libertação Popular, a MOLIPO. Essa história de que nós também éramos do MOLIPO foi porque quem tinha ido até a casa do Gilberto para saber o que tinha acontecido com ele foi o Paulo, e isso o expôs a uma situação difícil... A irmã do Paulo, a Cida Horta, morava no mesmo prédio que ele, mas ele conseguiu segurar essa informação por uma noite, o que deu tempo para a irmã se refugiar na casa de outros familiares... No dia seguinte prenderam o Zezito, o Dirceu, o Lucílio. Já o Zé Galinha só foi preso depois... No final, o pessoal do DOI-CODI achou que os que foram presos depois eram os subversivos enquanto nós tínhamos sido presos por algum engano... O Paulo sofreu mais, porque ele era o mais importante para o DOI-CODI, por causa da família, dos irmãos que também eram militantes... De todos que estavam lá, só a Cida Horta era do MOLIPO.

Eu fui interrogado por muitas horas... Perguntaram sobre o funcionamento do Centro Acadêmico e me mostraram álbuns de fotos dos alunos. Nós ficamos todos juntos na cela, exceto as mulheres que ficaram na ala feminina. Ficamos quatro ou cinco dias que não foram nada fáceis lá, sendo todos interrogados e alguns torturados... Depois de um tempo perceberam que não havia uma célula comunista ligada à luta armada na Escola Paulista de Medicina e nos soltaram... Entretanto nossa república era vigiada e percebíamos que algumas vezes paravam carros estranhos lá na frente, uma forma de fazer pressão nos estudantes, nos intimidar...

Quando o Gilberto, o Walter Nascimento e o Paulo Horta foram liberados em novembro, já tinham se passado três meses, por isso deveriam ser automaticamente reprovados e perder o semestre... Porém, foram bem recebidos e os professores e colegas se dispuseram a ensinar o conteúdo perdido... Por isso tenho que dizer que nesse período da ditadura, quando fui estudante de 1970 a 1975, a Escola Paulista protegeu muito os alunos. Isso tem que ser dito!

Depois disso, eu saí da Escola e fui para Botucatu porque eu ia ter um filho e não queria ter a vida dos residentes da EPM que recebiam um salário vil, além de querer uma linha de ensino voltada para saúde pública. Passei o 5º e o 6º ano dando plantões, 36h por semana. Em Botucatu o salário era cerca de cinco vezes maior que aqui, devido a uma política estadual. A faculdade lá tinha sido formada em 1963 por pessoas da USP e de Ribeirão principalmente, e alguns da Escola Paulista. Grande parte dos professores saiu de suas instituições por questões políticas e encontraram em Botucatu outras oportunidades...

Nessa cidade existia uma grande efervescência política que não existia aqui em São Paulo, e ainda havia um intenso embate político. Lá me aproximei do PCdoB, talvez um vínculo para isso tenha sido um professor que militava no partido desde os anos 1960, contemporâneo do ex deputado Jamil Murad. Eu me aproximei deste professor em 1977, depois de ter saído da Escola, e ele me convidou para o partido. Outros colegas da Escola Paulista também entraram para o PCdoB, mas por outras vias...

Depois que eu me formei, a ação da ditadura na UNESP de Botucatu fez com que houvesse casos de afastamento de professores, ações de perseguições, demissões, departamentos fechados e fraudes em eleições universitárias... O mesmo expediente repressivo, mas em outro lugar...

2. Antônio Roberto Espinosa

Sou professor de Pensamento Político e Relações Internacionais do campus Osasco da UNIFESP. Fui professor substituto entre 2012 e 2014 e professor efetivo concursado desde julho de 2015, portanto a minha história na UNIFESP é recente. Já a minha relação com a cidade de Osasco, onde está localizado o campus, e minha luta em relação aos crimes contra os direitos humanos praticados pelo Estado é mais antiga. Eu nasci e vivi em Osasco, onde militei e lutei contra a ditadura militar em nosso país.

Eu vinha de uma militância como líder estudantil secundarista na minha cidade e, quando ingressei em 1966 na Universidade de São Paulo, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Rua Maria Antônia, evidentemente eu participei das passeatas de protesto contra a ditadura. Quando a Maria Antônia foi ocupada pelos estudantes eu estava lá, mas fazia isso secundariamente porque meu envolvimento político principal era em Osasco... Lembro de estar fugindo da polícia e ir até a faculdade para trancar matrícula, e encontrar com alguns professores como a Marilena Chauí e o Giannotti...

Em Osasco eu me liguei ao movimento operário. Quando aconteceu a greve operária de 1968, eu participei ativamente, fazendo o jornal, a revista, o folheto... Em razão da greve, houve uma repressão cruel sobre a cidade e algumas centenas de operários, sobretudo aqueles que estavam ocupando uma metalúrgica importante, a Cobrasma, foram presos e levados para o Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS. A metalúrgica foi invadida pela cavalaria da força pública, houve combate durante toda a madrugada, prisões e pela minha militância tive que ir para a clandestinidade. Na clandestinidade vivi em vários lugares, em vários bairros de São Paulo, em várias pensões, até ir para o Rio de Janeiro...

Nessa época eu já militava na VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária. Participei de várias ações armadas contra o regime, como a tomada de alguns quartéis e assaltos a bancos para a aquisição de fundos. Tratava-se de uma guerra, e no mês de janeiro de 1969 nós estávamos prestes a tomar o 4º Regimento de Infantaria em Osasco, mas a

organização sofreu diversas prisões. Foram presos diversos militantes operários, estudantes, e o próprio comando nacional da VPR foi preso praticamente inteiro... Restou apenas um dos membros da direção, o Valdir Saraputo, que me cooptou para compartilhar o comando com ele, e juntos nós cooptamos o José Campos Barreto, que havia liderado a ocupação dentro da Cobrasma. O Barreto ficou pouco tempo no comando, e acabou morrendo em setembro de 1971, em Brotas de Macaúba no interior da Bahia, ao lado do capitão Carlos Lamarca...

Eu tinha apenas 22 anos de idade e apesar da pouca idade, acabei me tornando o único comandante efetivo nacional com a função de salvar a organização que estava caindo. Tive que tomar providências para salvar o restante, cancelar por um período a vida democrática interna, jogar todos os esforços na sobrevivência, o que acabou dando certo. No mês de abril de 1969 houve um congresso com a participação de 18 pessoas da VPR em Mongaguá e eu fui o responsável por articular a chapa vitoriosa da qual fazia parte o capitão Lamarca, também por sugestão minha. Então foi restaurada a vida democrática e eu fui reeleito para o comando nacional.

A nova direção nacional, além de tocar as atividades normais da organização, também deu continuidade a uma antiga decisão da antiga direção, que era a aproximação com a COLINA, o Comando de Libertação Nacional. As duas organizações, VPR e COLINA, tinham um pé na antiga POLOP, da qual elas haviam saído em setembro de 1967, e também nas cisões do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, de caráter brizolista. Nesse período estavam ocorrendo conversações interorganizações, visando a uma reaproximação, então nós providenciamos também isso, a retomada dos contatos e a unificação da organização em nível nacional.

No mês de julho de 1969 aconteceu uma conferência de fusão entre os dois comandos nacionais das organizações. Da VPR, eram cinco membros: o capitão Lamarca, o marinheiro Claudio de Souza Ribeiro, o Fernando Carlos Mesquita Sampaio, Mario Chizuno Ozawa e eu, ligados ao movimento estudantil e, no meu caso, também ligado ao movimento operário. Do comando da COLINA, foram sete membros: a Dilma Rousseff, e o namorado dela o Carlos Araújo, o Carlos Alberto Soares de Freitas, o Breno, Maria do Carmo Brito, Juarez Guimarães de Brito, o Elberti de Eustáquio de Carvalho, e o médico gaúcho, Carlos Brasil.

Essa conferência foi realizada em dois finais de semana seguidos; no primeiro decidiu-se a fusão da COLINA com a VPR, formando a VAR-Palmares, e no segundo, feita a fusão, eram decisões como programa, nome da organização do novo comando nacional, e demais ações. Dessa decisão de fusão foi formado um comando de seis pessoas com três de cada origem. Pela VPR, fomos eleitos eu, o Lamarca e o Claudio Ribeiro e pela COLINA, o Carlos Araújo e a Maria do Carmo. Formou-se esse comando urbano das regionais, com outras pessoas que tinham sido dos comandos nacionais, mas não participavam do comando nacional da VAR-Palmares, a Dilma entre eles.

A VAR-Palmares foi o maior esforço realizado no sentido de aproximação, de concentração da luta contra a ditadura. Foi uma organização que, na sua orientação política, previa tanto a guerrilha no campo quanto a continuidade das ações de captação de recursos, de armas na cidade, com uma atuação forte junto ao movimento operário e ao movimento camponês. Entendia-se que para derrotar a ditadura militar era necessário construir outro Exército, um Exército popular, mas que só faria isto com plena aceitação e mobilização dos setores estratégicos, operários, estudantes, enfim...

Dentro da VAR-Palmares surgiram divergências... Alguns achavam que essa linha política exigia uma quantidade maior de militantes, e queriam enfatizar somente as operações armadas e no campo. Três meses após a fusão, a VAR-Palmares realizou seu primeiro Congresso na cidade de Teresópolis, num sítio alugado, e o que deveria durar de 6 a 7 dias, acabou durando 26 dias sem ninguém sair de lá, porque ninguém sabia onde estava. Nesse congresso tinham aproximadamente 60 pessoas: 26 delegados; outros que tinham o direito a voz, mas não tinham direito a voto como os 12 membros dos dois antigos comando nacionais, da VPR e da COLINA, e alguns convidados dos comandos regionais.

Havia também uma equipe de apoio, desde segurança na casa e na estrada, vários grupos com ninhos de metralhadoras para nos proteger, sentinelas... Era uma situação complicada reunir 60 pessoas num mesmo lugar para passar uma semana que seria o tempo que duraria, mas que acabou levando 26 dias porque surgiram essas divergências, e essas discussões se arrastaram... Nesse congresso foi feito um inquérito da história do Brasil, da formação social brasileira, foi um trabalho

de pesquisa, de debate concentrado tentando provar ao outro a justiça da sua orientação. Mesmo assim não houve como chegar a um bom termo: 26 dias depois aconteceu um racha, na época foi chamado de Grupo dos Sete, porque foram 7 os que racharam, e esses 7 retomaram o nome VPR, mas que já não era mais a mesma VPR. Dentre os que racharam com a organização estava o Carlos Lamarca, o capitão. Realizado esse congresso, saíram duas organizações divergentes, ambas defendendo a luta armada, mas com visões diferentes da luta.

É mais que evidente que havia equívocos na questão da luta armada, mas analisar isso nos dias de hoje é covardia. Eu acho que a luta armada deve ser analisada de outro ponto de vista: do ponto de vista moral ela foi uma resistência justa e foi a resistência que acabou criando uma coisa única na história do Brasil. A rebelião armada mostrou que aqui é um país que era capaz de resistir, que havia jovens capazes de dar a vida por algo maior. O caminho que nós escolhemos nos levou à derrota, mas considero também que nós fomos vitoriosos, uma vitória moral que deu ânimo para os movimentos de resistência que acabaram tendo sucesso.

Nós que preferimos uma linha de atuação mais ampla, continuamos na VAR-Palmares. Não existiam mais condições de ficar nessa casa em Teresópolis, então os dois lados saíram em três dias, disfarçadamente. Isso foi em 1969, simultaneamente ao sequestro do embaixador americano, então imagina como o Rio de Janeiro estava policiado! Nós, os delegados da VAR-Palmares, continuamos por mais sete dias num apartamento enorme de uns 10 ou 12 quartos para fechar todos os pontos do Congresso. Nesta parte do congresso, foi eleito um comando de cinco pessoas, eu entre eles, juntamente com o Araújo e a Dilma, o Breno, o Carlos Alberto Soares de Freitas e o Mariano José da Silva, que era um camponês da região de Trombas, em Formoso, cujo nome de guerra era Loyola. O Breno e o Loyola foram presos dois anos depois do que eu e levados para a casa da morte de Petrópolis, estão desaparecidos desde 1971; os outros três estão vivos: a Dilma, o Araújo e eu.

Existiam aproximadamente 700 militantes na VAR-Palmares com pleno direito de voto, e 3000 pessoas entre aliados e simpatizantes, como as professoras Marilena Chauí e Olgária Matos, intelectuais como Teotônio dos Santos e Rui Mauro Marine, e muita gente do exterior que nos apoiava publicando artigos nas grandes revistas mundiais

para denunciar as torturas, buscar articulações com Cuba, Vietnã e os movimentos de libertação da África. Havia por volta de 150 pessoas, incluindo a mim, que vivia na clandestinidade, recebendo um salário mínimo para sobreviver independentemente de posto, direção ou base.

Nós estávamos reorganizando as atividades na VAR-Palmares e eu vivia no aparelho no bairro Lins de Vasconcelos, perto do Meyer, no Rio de Janeiro. Nesse aparelho morávamos três companheiros: eu, a Maria Auxiliadora, que eu conhecia por Chica, e o Chael, que eu conhecia por Joaquim. Ninguém sabia nada sobre o outro, por exemplo que ambos eram estudantes do quinto ano de medicina, ou qual era o nome verdadeiro de cada um... O Chael chegou ao apartamento sem saber onde se localizava, fez todo o trajeto de olhos vendados, deitado no banco de trás do carro que eu dirigia...

A Chica ou Maria Auxiliadora era minha companheira, minha namorada, mas eu não sabia nada mais sobre ela... Já ela tinha descoberto quem eu era porque meu nome estava em cartazes que saíram nos jornais com fotografia como procurado, porque a repressão sabia quem eu era e que eu integrava o Comando Nacional. Então ela, distraidamente lendo um jornal, se deparou com meu nome... Quando aconteceu a fusão ela pertencia à COLINA, e foi encarregada de ter um encontro com um companheiro de São Paulo que integrava o Comando Nacional. Foi passado para ela um perfil rápido, e ela imaginou que se tratava de um encontro com o Lamarca, e começou a namorar comigo imaginando que eu era ele...

O nosso aparelho estava sendo vigiado há uns 15 dias... O dono da casa atendeu à propaganda da ditadura nos meios de comunicação para denunciar quem eles chamavam de subversivos... Eu não cheguei a ser seguido esses 15 dias porque eu tomava as preocupações com o carro, trocava a cada três ou cinco dias, eu utilizava as técnicas para despistar... A Maria Auxiliadora não, ela andava de ônibus e em todos os seus trajetos ela foi seguida... Na verdade, a maior parte dos 15 dias nós fomos seguidos pela polícia comum que acreditava que tínhamos envolvimento com roubo de carros, mas vigiando de perto eles perceberam que nós não éramos bandidos e sim militantes, por isso chamaram o Exército e o DOPS.

No dia 21 de novembro de 1969, dia que nosso aparelho caiu, eu não tinha dormido lá porque havia tido um compromisso com um

grupo de militantes num quartinho na Baixada Fluminense. A reunião varou a madrugada e por volta das 11 horas da manhã quando retornei vi que a Maria Auxiliadora e o Chael ainda estavam por lá e não era essa a instrução que deveríamos seguir: como eu não tinha dormido no aparelho, eles deveriam ter se mandado! Dei uma bronca neles, peguei o carro e fui para o Leblon onde teria um encontro às 13 horas. O cara não estava, esperei cinco minutos e nada... Quando ocorria algum atraso nos encontros, tínhamos a instrução de não esperar mais que cinco minutos, dar um tempo e voltar para o ponto para ver se a pessoa tinha chegado, se tinha sido seguida ou qualquer outra coisa.

Entrei em um cinema, sentei-me num canto, alguém chegou e se sentou atrás de mim... Mudei de lugar, sentou outro do meu lado... Mudei de novo, outro senta mais ou menos perto... Percebi que estavam atrás de mim... Meia hora depois sai do cinema e vi um pessoal fazendo um serviço de esgoto, mas eles não estavam lá na hora em que entrei... Deduzi que poderia ser a polícia em uma ação de captura! Nessa dúvida peguei o carro e tomei cuidados triplicados, tomei todos os cuidados para não ser seguido e não fui. Antes eu havia sido seguido, porque saí na pressa para chegar ao ponto e não tomei os cuidados... Fiquei sabendo no interrogatório que era a polícia que estava me seguindo...

Voltei para o aparelho para avisar que a reunião do comando iria até as 19 horas... Na hora que eu ia saindo bateram no portão e falaram para a Maria Auxiliadora que queriam alugar a casa vizinha... Eu vi no olho dele que era a polícia e começamos a brigar... O Chael atirava do lado de dentro e eles do lado de fora, a Maria Auxiliadora foi presa na hora e nós em seguida... Dali nós fomos levados para o Palácio da Polícia que era a sede do DOPS no Rio de Janeiro... E ali começaram as torturas... No final da madrugada levaram nós três para um camburão e fomos transferidos para a II Companhia da Polícia do Exército da Vila Militar, que era especializada em presos da Var-Palmares e onde encontrei vários militantes que também tinham caído... Em 2014 estive lá para reconhecer o local da tortura, o lugar onde o Chael morreu...

Isso para mim foi o fato mais chocante: o Chael foi torturado até a morte... Eles inventaram uma história de que ele havia morrido no tiroteio, o que é mentira, porque ele foi preso inteiro sem nenhum ferimento! A mãe do Chael, a dona Emília, era secretária do rabino aqui na

Sinagoga de São Paulo, e por essa relação com a comunidade judaica ela pediu para que o corpo fosse trasladado para São Paulo. O Exército acabou liberando, o corpo foi colocado num caixão de aço soldado para que não fosse aberto e dois agentes armados acompanharam o caixão. Chegando a Sinagoga o rabino informou a eles que a cerimônia seria só para judeus, por isso os agentes não poderiam ficar. Então um serralheiro serrou o caixão e uma equipe médica fez um laudo paralelo constatando os hematomas, os ferimentos, a tortura que ele sofreu...

Cerca de 10 dias após a nossa prisão uma matéria especial sobre torturas foi relatada por dois repórteres da Veja que acompanharam o enterro do Chael... Numa semana a Veja fez chamada de capa e na outra semana deu continuidade ao assunto, sobre a morte do Chael, denunciando que era o primeiro caso de morte por tortura no Brasil... Essas duas matérias da Veja acabaram fazendo com que a censura se tornasse censura prévia dentro da redação da Revista.

Existe um filme chamado *Retratos de Identificação*, feito pela Anita Leandro, cineasta e professora de História da UFRJ... O documentário tem por base as fotografias que eram tiradas pela polícia das pessoas que eles vigiavam e das que eram presas, machucadas, torturadas... A polícia burocraticamente fotografava e registrava os presos com um número de identificação, mesmo depois de torturados e ensanguentados sem a mínima preocupação de nos limpar... Deveriam ter a sensação da mais completa impunidade e de que isso jamais seria visto por ninguém, mas a diretora encontrou essas fotos no Arquivo Nacional e por meio delas contou a história da nossa prisão, além de fazer um retrato da ditadura... Eu nem lembrava de que tinha sido fotografado depois de torturado, você não se lembra de nada depois disso... Foi a Anita que me mostrou esse material.

Eu fiquei preso 29 dias no Rio de Janeiro e fui torturado por 22, 23 dias... Me deixaram nu numa cela... No vigésimo nono dia, eles me trouxeram a mesma calça ensangüentada, me algemaram e me transportaram no porta-malas de um carro para a Operação Bandeirantes, lugar que mais tarde seria o DOI-CODI em São Paulo. Lá eu fiquei mais ou menos cinquenta dias, e só fui torturado nos três primeiros dias... Dali fui levado para o DOPS, onde fiquei uns dois ou três meses, depois me levaram para o Presídio Tiradentes. Desse presídio fui levado para o Carandiru, que era o lugar onde ficavam presas as pessoas consideradas

mais perigosas para a ditadura, onde permaneci por pouco mais de um ano. Fiquei indo e vindo entre o Tiradentes e o Carandiru, totalizando quatro anos de prisão sem passar por julgamento algum!

Nesse tempo em que estive preso, fiquei sabendo pelos interrogatórios que meu nome esteve em duas listas de negociação de sequestro. Foram duas ações da VAR- Palmares que falharam, mas que previam o sequestro de cônsules em troca da liberdade de alguns membros. Por alguma razão a ação falhava e a lista caía também. Teve o sequestro bem sucedido do embaixador japonês que tinha o objetivo de libertar pessoas que tinham acabado de ser presas, como foi o caso da libertação do Mário Japa. Foi um sequestro de emergência com uma lista de apenas cinco nomes, porque o Mário Japa sabia a localização do pessoal do Vale do Ribeira e a prisão dele poderia desencadear muitas outras...

Eu nunca participei nem dirigi sequestro. O único sequestro que se realizou enquanto eu estava em liberdade foi o do embaixador americano cuja lista de troca teve um critério ecumênico. Quem preparou a lista foi o Toledo da ALN, um militante experiente, que colocou pessoas de várias origens, inclusive militantes do Partidão. Nas outras listas me parece que foram usados critério pragmáticos das organizações que incluíam diversos presos, como forma de engrossar o movimento que estava se fragilizando no Brasil. Havia critérios também de recados, de mandar soltar alguém para dar recado a outro alguém, ou de não colocar na lista e dar o recado de que não se incluiu o nome da pessoa porque a organização não quis... Alguns nomes da VAR-Palmares não eram incluídos por conta do debate político que houve no racha da organização, outros não eram incluídos por birra...

A Maria Auxiliadora esteve na lista da troca do embaixador da Suíça e foi levada para Chile em 1971, depois passou pelo México e se mudou para Berlim, na época Alemanha Ocidental, onde retomou o curso de medicina e fez a residência. Ela sofreu demais nos dois anos de prisão, inclusive tortura de natureza sexual e todos os tipos de pressão, além do impacto da própria morte do Chael... Quando as crises nervosas se agravaram, ela acabou sendo internada e foi diagnosticada com sérios problemas, certamente problemas relacionados com a tortura. Em 1976 ela se jogou em frente a um metrô de Berlim...

Quando fui solto, retornei para a faculdade terminar o curso de Filosofia. Mantive relações com ex presos políticos, continuei com as amizades, mas evitava viver em uma colônia, tinha mais interesse em retomar minhas raízes em Osasco. Também tive muitos problemas para arrumar emprego e acabei indo trabalhar como jornalista na Revista Veja e me tornei diretor da Editora abril, permanecendo por lá por onze anos. Trabalhei na imprensa alternativa, nos jornais “Movimento” e “Em Tempo”, e montei um jornal em Osasco que durou por 15 anos. Meu trabalho na imprensa era uma forma de lutar pela resistência, sem me filiar a nenhum partido... Depois que o jornal faliu, voltei para a Universidade em 2001 para fazer mestrado e doutorado, entrando um pouco tarde na vida acadêmica. Em 2006, fui dar aula na Escola Superior de Diplomacia, depois na Escola de Sociologia e Política até chegar aqui na UNIFESP.

Se eu tivesse sido incluído em outras listas, eu não poderia ter participado da resistência... Quando eu fui solto, para mim era uma conquista estar no Brasil, eu queria ficar porque estavam começando os movimentos pela Anistia, os movimentos pelas Diretas Já... Eu fiz o pedido de Anistia e consegui a reparação financeira no governo do Fernando Henrique Cardoso... Eu relutei em fazer o pedido porque à época eu achava que essa reparação era uma forma de comprar nosso silêncio, de manter uma cumplicidade com nossos algozes, com o Estado que prendeu, torturou e matou... Eu passei uns 5 anos debatendo sobre isso, era contra a reparação financeira por princípio, até me convencer que a reparação financeira não era uma troca pelo silêncio. O que mais importava não era isso... O que mais importava era escrever a história e obter um reconhecimento e responsabilização do Estado pelo que havia ocorrido. Por algum tempo eu fui contra, demorou para eu entender...

3. Arthur Beltrame

Eu entrei na Escola Paulista de Medicina em 1964. Eu não era particularmente politizado, mas tinha uma simpatia por causa da Revolução Cubana... Naquele ano as aulas começaram em março e no primeiro dia aconteceu uma assembleia geral de todos os alunos... Nessa assembleia tinha gente do DOPS infiltrada, mas o professor Walter Albertoni conduziu a situação com muita serenidade. Ele enfrentou a extrema direita que estava lá entre nós... Aquilo me assustou!

Eu tinha acabado de entrar, com 18 ou 19 anos. Isso passou e os grandes problemas que houve internamente não me atingiram no primeiro semestre... Eu era um calouro, não conhecia ninguém, mas já no segundo semestre eu comecei a me aproximar do Centro Acadêmico. De 1964 a 1965 fui tesoureiro, de 1965 a 1966 segundo vice, de 1966 a 1967 primeiro vice, quando o Erkki Larsson foi presidente. Nós fomos presos no Congresso da União Estadual de Estudantes (UEE) em 1966, e a partir daí eu passei a ser presidente, de 1966 a 1967. Na gestão do Marcos Ferraz eu era responsável pelos contatos externos.

A Escola em 1964, 1965, tinha o apelido de “Medicina Mackenzie”, porque quem dominava muito aqui era o pessoal da Atlética, a chamada direita na época. Qual era a tradição? Era ir para a assembleia dos alunos, jogar água em cima, estourar bomba e etc. A minha geração, junto com o Marcos Ferraz e o Erkki, colocou ordem nisso! Enfrentamos a direita inclusive no tapa...

A Escola não tinha grande militância, mas começou a ter na gestão do Marcos Ferraz, da qual eu fui vice-presidente. Nós fomos a primeira faculdade que fez uma greve depois da Lei Suplicy, e quando fomos para o congresso da UEE, a União Estadual dos Estudantes, em Piracicaba, fomos aplaudidos de pé porque tínhamos começado a enfrentar a ditadura. Nós éramos a chamada esquerda independente, mas que na prática fechava com o Partidão. Aos poucos nós recuperamos a imagem da Escola no movimento estudantil. Existia um pequeno núcleo do Partido Comunista com o Doutor Cícero Brasileiro, mas nunca foi ativo e depois, na minha época, nós formamos a célula do

Partido Comunista ao mesmo tempo em que estavam se formando as dissidências.

Em 1967 fui para o Congresso da UEE que aconteceu em Valinhos, juntamente com o Zé Dirceu. Na época você tinha que se posicionar e assumir se a universidade era crítica ou não, como você atuava e pensava, e eu fui ao Congresso representando a Escola como um comunista... Lembro que durante o Congresso, entrou na sala um cara da Juventude Comunista e foi dizendo que a ordem era alinhar com tal coisa... Eu não me alinhei, por isso fui expulso do Partido Comunista... Já era o ano de 1967 e eu, de certa forma, já estava me afastando do movimento estudantil, porque estava querendo me formar, me tornar médico. Eu me afastei da militância estudantil, mas mantive contatos ocasionais com colegas que continuavam militando, que vinham me pedir coisas e tal... Até que veio o Jacob Gorender, que havia brigado com o Partidão, e formou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Eu fui a uma reunião com umas 10 ou 12 pessoas na casa do professor Celso Bianco, em 1969. Ele fez uma exposição do que era o PCBR, e a intenção de formar um núcleo do PCBR aqui em São Paulo.

Desta reunião eu saí muito ressabiado, porque eu não estava querendo participar da luta armada, eu queria virar médico... Mas o Celso Bianco deu o meu nome para o Aytan Miranda Sipahi que me pediu para comprar um mimeógrafo. Eu já estava meio fora do movimento, não estava com vontade de participar, mas mesmo assim fiz uma vaquinha com o Rubinho, o Rubens Belfort, e o Erkki e compramos o tal do mimeógrafo. Esse foi o vínculo que nós tivemos com o PCBR! O Aytan tentou fazer ponte comigo, e uma vez ele mandou um jornalista tradicional do Partidão, um cara famoso que acabou morto, para me convencer a guardar coisas... Mas eu, na verdade, estava fugindo disso...

O que aconteceu realmente foi o seguinte: o PCBR foi fazer um assalto no Rio de Janeiro, foi todo mundo preso, e entregaram o Jacob Gorender... O Jacob na tortura, isso não é nenhum demérito e nem crítica, realmente não aguentou e abriu a boca e deu o nome de todo mundo... Um dos últimos presos foi o Erkki. Logo em seguida seria eu! Eu já sabia que ia ser preso, eu era residente... Naquela época a gente sabia quando o DOPS chegava porque eles tinham um camburão. Eu avisei a turma, os chefes de residência, todos eles sabiam que eu iria

ser preso... Então, quando o camburão chegou, eles me procuraram na hematologia e lá falaram que eu tinha saído para ver um paciente, mas na verdade eu peguei uma carona até o DOPS com o professor Daniel... Cheguei à portaria do DOPS e disse que o Doutor Sérgio Fleury estava me procurando... Preferi me apresentar oficialmente e evitar a prisão clandestina, em lugares que não eram oficiais.

À noite o Fleury reuniu todo o grupo, colocou todo mundo na minha frente, e torturou... O Erkki mesmo levou choque, o Jacob não subiu porque tinha tentado suicídio... E aí surgiu a história do mimeógrafo, eu dizendo que não tinha nada a ver com esse mimeógrafo... Eu fui salvo pelo gongo, porque quando chegou mais ou menos meia noite, o Fleury falou que tinha um professor muito preocupado comigo, e que tinha pedido para não me bater. Era o Oswaldo Ramos, ele ficou muito desesperado porque nós éramos muito próximos, muito amigos, ele não era militante nem nada. Ele ligou para vários médicos até chegar ao Moacyr Pádua Vilela que era médico do Fleury... E o Moacyr ligou para o DOPS e pediu para o Fleury não bater muito que eu era um bom menino...

Eu fiquei preso mais de um mês... Eu e o Erkki ficamos no DOPS, depois fomos para a antiga detenção, o presídio Tiradentes. O Fleury tinha uma rivalidade com o DOI-CODI, a neura deles era pegar o Carlos Lamarca... Eles tinham matado o Marighela em novembro, eu cheguei lá um mês depois disso e nesta hora que eu estava com ele, alguma coisa aconteceu... Tocou um alarme, ele falou para mim que eu seria interrogado só no outro dia cedo, porque haviam achado o Lamarca! Ele pediu para me levarem para a carceragem, mas não me deixar na cela 1 porque era onde estava minha turma.

Eu não fui torturado porque quando me chamaram para depor não era mais o Fleury, tinha acabado o plantão dele... Ele era o pior... Ele e a turma dele! Como eu já sabia tudo, eu acertei com o Aytan e o Erkki, e eu neguei tudo! Mas continuei preso. Até que o Rubinho, que era muito amigo nosso, ficou se sentindo muito culpado, porque ele teve certa participação. A mãe dele, dona Rosinha, deu uma festa na casa dela, dessas que saíam na coluna social, e chamou o chefe do II Exército. O pai do Rubinho, que era um santo, desses caras bem tranquilos, tomou coragem e foi com o Rubinho pedir para o general soltar a gente. Aí o general mandou levantar a nossa ficha e disse: “são dois terroristas, o senhor se responsabiliza?” O Rubão disse que sim, que

nós éramos bons meninos... Só nós dois fomos soltos, eu e o Erkki. E foi por causa do Rubinho, do pai dele e da dona Maria, que era uma senhora fantástica!

Soltaram a gente e nós ficamos dois meses tendo que assinar ponto no DOPS... Depois houve um processo, do qual o Aytan pegou 4 anos, os outros pegaram pelo menos 2 anos na justiça militar. Todos! Menos eu e o Erkki, porque contra mim não tinham nada, porque eu neguei tudo. Teve o julgamento, muito professores foram testemunhar sobre o caráter da gente... Por exemplo, o professor Pedro de Faria foi até lá dizer que nós éramos bons meninos. Quem nos defendeu foi o Luís Olavo Batista e depois foi o Flávio, de graça porque não tínhamos dinheiro. E era uma época em que o advogado entrava para defender alguém e saía de lá preso! Era complicado. Acabou o processo e teoricamente eu estava livre. Mas quando eu fui para os Estados Unidos com uma bolsa da CAPES, lá caçaram minha bolsa... Então, livre mesmo a gente não ficava.

Na Escola nós nunca tivemos grande perseguição a não ser no ano de 1964. Nunca tivemos problemas realmente com os professores, tínhamos com os meninos da direita... A maioria dos professores era direitista; eram de direita para os nossos conceitos, mas não exerciam militância. No meu ponto de vista o que nós tínhamos eram professores muito autoritários ligados ao governo, e evidentemente na Congregação nós tínhamos que brigar porque não queriam nos ouvir.

O caso do Ciscato foi o seguinte. Ele era uma pessoa maravilhosa, mais velho quando entrou na Escola, muito pobre e que para se sustentar tinha um cargo de escrivão de delegacia da polícia... Quando veio o golpe, não sei o porquê, ele foi parar no DOPS e a esposa dele chorava para ele sair de lá porque estava acontecendo essas coisas. Ele nunca participou absolutamente de nada. Quando o Erkki foi preso, ele tomou coragem e foi falar com o Fleury, e o Fleury falou para ele: “olha, Ciscato não volta mais aqui porque se você voltar vai ficar preso!” Eu sou o primeiro a depor a favor do Ciscato, porque ele foi tentar nos ajudar. Ele era uma pessoa pobre, que trabalhava lá e queria se aposentar, não queria perder os anos todos de funcionalismo, e nos ajudou o máximo que pode. Tomou bronca do Fleury e tudo!

Acabei me formando e me afastando da militância... Perdi o contato com as pessoas e essa história que passamos, eu conto agora...

4. Cássia Maria Luperni

Confesso: é difícil falar de um momento que trouxe grande dor e trauma... Mas é preciso falar, mesmo que seja doloroso e as lembranças muito sofridas...

Eu me chamo Cássia Maria Luperni, estudei em um internato de um colégio de freiras, a Escola Dom Epaminondas, cursando o técnico em enfermagem em período integral, das sete às dezesseis horas, e com cerca de dez plantões para cada disciplina. Era bem puxado! Eu vivia nessa rotina de estudos, de formação profissional, em um mundo religioso totalmente protegido naquele internato, e não compreendia quase nada sobre as dificuldades da vida, as desigualdades sociais, os processos de lutas políticas...

Nessa época do internato que conheci o Paulo Antunes Horta, hoje meu ex marido, em Guaratinguetá, cidade onde morávamos. Ele tinha acabado de entrar na Escola Paulista de Medicina e eu estava fazendo o técnico... Namoramos até eu completar 19 anos, quando me formei. Daí nos casamos e viemos morar em São Paulo, e logo comecei a trabalhar no Hospital São Paulo numa jornada de trabalho das sete às dezesseis horas.

Foi nessa mudança para São Paulo que a minha vida mudou totalmente. Passei a viver e conhecer outras coisas, saber do que se passava pelo mundo, muito diferente da minha vida de internato no interior... Eu lembro que a minha cunhada, a irmã do Paulo, era professora e tinha um mimeógrafo em casa. Ela imprimia alguns textos do Marx, do Engels, alguns textos mais históricos, relatando o processo de desigualdade social, sobre a realidade, coisas que eu desconhecia até então. Fui lendo e aprendendo, conhecendo mais sobre estas questões que antes eram desconhecidas para mim... Eu sempre gostei muito de ler, todo lugar que eu ia se tivesse uma estante eu já ia lá olhar alguma coisa, folhear um livro...

Apesar dessa busca por uma formação mais crítica, mais engajada, o Paulo e eu não tínhamos uma militância efetiva em nenhuma organização, nem com a Ação Libertadora Nacional, a ALN... O único contato que eu posso ter tido com pessoas de maior militância,

opositoras ao regime, foi num dia em que pediram meus documentos para que a Rita Peroba, o codinome da Sílvia Peroba Carneiro Pontes, pudesse sair do Brasil. Ela estava foragida e eu emprestei os documentos. Eu a encontrei na casa da minha cunhada a Cida, mas não troquei nenhuma palavra com ela. Lembro que peguei uma revista da *Mafalda* na estante e fiquei lendo... Também não sei se a Rita chegou a morar com a Cida em algum momento, o que eu sei é que toda vez que eu ia ao apartamento da Cida ela não estava lá. Só nesse dia eu a encontrei no apartamento da minha cunhada que ficava no bairro de Pinheiros.

Em fevereiro de 1972 eu engravidei... Quando eu estava de seis meses, eu e o Paulo fomos presos... Na hora do almoço daquele fatídico dia, o Paulo Horta falou assim: “Maria, a gente vai ser preso”... Na época ele me chamava de Maria... Ele me disse que o Gilberto Natalini tinha sido preso, e achava que tinha relatado algo sobre nós. O irmão do Paulo, o Celso Antunes Horta, que era da ALN também já estava preso desde 1968... Ele comentou sobre essa possibilidade e eu achei que não iria acontecer nada conosco, não via por que deste temor...

E a noite isso aconteceu: fomos presos! Estávamos em casa, dormindo, e fomos acordados por pessoas apontando em nossa direção armas pesadas, metralhadoras, e outras armas que eu até desconheço o nome... Acordei sentindo uma metralhadora encostada na minha cabeça... Eu estava grávida de seis meses e fiquei atônita com a chegada repentina daquelas pessoas, daqueles policiais, apontando as armas, ameaçando, querendo nos levar dali... Foi então que eu pedi que eles me dessem um minuto para que eu pudesse ao menos me vestir...

Fomos levados em um veículo escuro no meio da noite por três policiais armados. Eles nos levaram para a Operação Bandeirante, que ficava na Rua Tutoia, próxima à Rua 23 de maio... Quando você era levado para esse lugar, a OBAN, era como se você tivesse deixado de existir como cidadão, não tinha nenhum direito como cidadão, e nem como pessoa porque se te procurassem por lá, advogado, família, qualquer um, não achavam seu rastro... Era como se você não estivesse lá, você não existia ali naqueles porões e por isso eles podiam torturar e matar, sumir com você, fazer as barbaridades mais cruéis, que não se pode nem imaginar... Só quem passou por isso sabe o que estou dizendo...

Eu não entendia o motivo da nossa detenção, não tínhamos um envolvimento mais engajado ou militante... Mas já nessa época

estavam nos vigiando, e nós nem desconfiávamos de nada... Então acho que devem ter nos visto no apartamento da Cida quando a Rita Peroba estava por lá... Quando eu fui interrogada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury sobre o que eu fazia no apartamento da Cida eu respondi: “lendo a *Mafalda!*” E era verdade, era o que eu estava fazendo, nem olhei e nem conversei com a Rita... Mas éramos suspeitos para eles e depois eles nos acusaram de esconder armas em nosso apartamento... Não havia armas no nosso apartamento! Nós morávamos no Edifício Cotovia, na Rua das Palmeiras número 261, apartamento 12... Para mim esse era o endereço da minha casa, para os que nos prenderam lá era um aparelho, a forma pejorativa como se referiam a um local onde se instalavam quem eles chamavam de subversivos...

Na OBAN, o Paulo Horta foi encaminhado para uma cela, onde ele foi barbaramente torturado, enquanto eu fui levada para outra cela, onde a tortura era principalmente psicológica... Eu percebia que estava sob certa proteção, porque eles falavam entre si coisas como: “porque ela não vai para o pau de arara?”, “o que ela tem de diferente?” Os outros falavam “ah, é porque ela está grávida”, enquanto outros diziam que não importava, que eu tinha que ir para o pau de arara, queriam me levar para a sala onde usavam eletro choque e todas outras formas de tortura bem agressivas e desumanas...

Eu fiquei nessa cela, e uma das coisas que me chamou a atenção é que eles trouxeram uma mulher que tinha uma fratura de fêmur e ela também estava grávida como eu... E eles falavam assim: “está vendo? Não é porque você está grávida que você está livre da tortura”. Eles me ameaçavam o tempo todo! Ela sofreu violência mesmo estando grávida, e essa fratura no fêmur foi devido a um chute, bem agressivo. E aquilo me comovia muito, me dava medo também, e eu só chorava... Quando entramos nos porões da OBAN o tempo fica suspenso, interminável...

Nessa época em que fui presa, eu trabalhava na unidade de nefrologia da Paulista e tínhamos como paciente o Doutor Alceu, um desembargador que acredito que me ajudou muito, e havia também uma mãe que me disseram que tinha um parentesco com Sérgio Paranhos Fleury, e talvez tenha sido eles que solicitaram minha proteção... E tinham outras pessoas, médicos com certa experiência e tempo de clínica, docência e pesquisa, penso eu que me ajudaram nessa minha vivência de detida na Operação Bandeirante.

Eu não vi o Paulo Horta em nenhum momento desde que nos levaram de casa no meio da noite... Ele ficou lá preso, incomunicável, sendo torturado, passando por tudo aquilo... Eu fui liberada nessa primeira noite, me levaram lá pelas quatro e meia ou cinco horas da manhã para casa... Dois policiais com metralhadoras ficaram na sala do meu apartamento, e eu voltei para o quarto... Por volta das seis horas, um falou para o outro: “vamos embora? Porque ela não conhece São Paulo direito, ela é muito novinha... A gente termina de dormir em casa e amanhã a gente volta.”. E saíram de fato...

Fui ver se eles realmente tinham ido embora... Quando vi que eles tinham saído de casa subi onze andares do prédio, até o apartamento de duas primas do Paulo que moravam lá. Sob muita emoção, nervosismo e desespero, eu pedi a elas que fôssemos avisar a minha cunhada Cida sobre o que estava acontecendo... Nós pegamos um motorista de táxi que mal sabia andar em São Paulo... Eu chorava muito, o Paulinho virava no meu ventre... Quando nós chegamos ao prédio que a Cida morava, o porteiro me olhou com compaixão, acho que ficou com pena de mim, ou algo assim...

Eu fui até o apartamento dela, e a princípio ela não acreditou que algo pudesse acontecer, e eu falando que era importante ela acreditar, que aquilo era verdade, que ela precisava pegar as coisas dela e sair dali o quanto antes... Fomos para um jardim próximo ao prédio que ela morava. E quando nós estávamos lá, passaram as duas viaturas que tinham acabado de me levar... Reconheci as viaturas, reconheci o Paulo que estava dentro da viatura com o rosto muito deformado, com o rosto bem inchado... Era ele com certeza!

Acredito que eles estavam indo atrás dela... Ela não podia ir lá para casa, porque estava sendo vigiada... Falei para ela ir embora, não telefonar, não fazer nenhum contato... Eu a abracei e desejei boa sorte! Foram muitos anos sem ter notícias da Cida... Soube depois que ela passou a noite em uma igreja... Ela conseguiu ir para o Chile, mas com o golpe de Estado e queda de Salvador Allende, ela foi para Cuba. Ela perdeu seu companheiro, Antônio Benetazzo, morto sob tortura, e uma filha... Foi uma vida muito sofrida a da Cida!

Depois disso, fui presa novamente com todo aquele quadro de agressão verbal e maus tratos, me jogavam lá na cela de novo, faziam tortura psicológica, ameaçavam... Outro fato que ficou marcado para

mim nessa experiência de detida, é que os presos ficavam jogando xadrez de cela contra cela... Penso ser uma forma de fuga para aquele momento, de pensar em outra coisa... Às vezes, quando os torturadores torturavam o detido com crueldade, de forma muito mais violenta, ou quando os presos sabiam que iriam exterminar alguém, eles ficavam batendo colheres e outros objetos nas grades, fazendo bastante barulho para fazer a comunicação e avisar que algo mais grave estava acontecendo... Outra coisa que ficou registrado em minha memória daqueles tempos era o som de uma campainha estridente e uma pessoa vindo, fazendo barulho com várias chaves... Abria aqueles cadeados e aquelas grades faziam um barulho agressivo, um barulho forte, e jogavam um corpo arrastado para dentro da cela... Às vezes a vítima estava sangrando, desacordada...

Eu ficava sozinha na cela, a única exceção foi quando trouxeram uma mulher para me assustar... Mas novamente alguém intercedeu por mim, por isso não sofri tortura física como tantos outros, como o Paulo sofreu... Um dia, o delegado Sérgio Paranhos Fleury foi lá conversar comigo e disse: “eu não entendo como vocês vindos de uma classe média, estudiosos como eu sei que você e o Paulo são, fizeram essa escolha”. E eu falei: “olha, até então eu achava que a exclusão social acontecia porque a pessoa tinha preguiça de trabalhar, mas vocês estão relatando a verdadeira história, é a partir deste cenário que eu estou conhecendo a verdade. Não imagine que eu tenha aprendido isso com alguma organização, eu aprendi isso com você”. E eu sabia com quem estava falando, que estava falando com o delegado Fleury, mas falei mesmo assim! Eu não sei bem quem me protegeu, mas outro dia uma amiga me disse que pode ter sido até mesmo o próprio Fleury... Mas não sei...

Depois dessa passagem pela OBAN, o Paulo foi transferido para o DOPS, que ficava ali perto da antiga rodoviária de São Paulo no bairro da Luz... A partir daí ele passou a existir oficialmente, e a prisão dele já havia sido formalizada. O pai do Paulo era advogado, tinha acesso a ele e poderia defendê-lo. Eu também podia visitá-lo, levar alimentos, sabonete e outros materiais de higiene... Não levava só para ele, levava para todos! Até me deixavam usar o elevador para levar essas coisas porque eu estava grávida, tanto o Fleury como o outro delegado permitiram isso... O Paulo ficou preso por sessenta e quatro dias até ser

julgado, e ia sempre visitá-lo... No último dia em que visitei o Paulo no DOPS o delegado Fleury me deu um livro, *De Marx a Cristo*, acho que para ver se eu mudava de opinião... Mas eu já estava bem formada de acordo com o que eu tinha vivido, com o que eu tinha visto e com toda a trajetória de outros presos políticos... Essas foram as maiores lições...

Depois de sessenta e quatro dias preso, o Paulo foi a julgamneto... No dia em que ele foi para a audiência na sede do Superior Tribunal Militar que ficava na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, eu estava acompanhando a hemodiálise de um paciente, o doutor Alceu... Ele percebeu que eu estava triste e preocupada, esperando ansiosa o resultado da audiência e ele me tranqüilizou... Disse que sabia da nossa situação, das duas vezes em que eu fui presa, da condição do Paulo, e que era para eu ficar tranqüila que nada aconteceria com o meu marido... Eu até perguntei para ele se ele não tinha medo de mim, porque eu havia sido enquadrada como terrorista... Mas ele disse que eu era a pessoa em quem ele mais confiava. Ele sabia de tudo!

Nós também visitávamos o Celso Antunes, irmão do Paulo, que estava detido no Presídio do Barro Branco. Ele foi preso em 1968 e condenado a quinze anos de prisão por ser militante da ALN... Só foi solto com a Lei da Anistia de 1979. Nos anos em que ele ficou preso, eu o visitava sistematicamente, levava alimentos e outras coisas que ele precisasse, para ele e para os outros presos políticos que estavam lá... Todo domingo íamos ao Presídio do Barro Branco e sempre que sabíamos que tinha alguém que seria morto, nós íamos até o Conselho de Bispos, principalmente até o Dom Paulo Evaristo Arns, para tentar buscar apoio e solidariedade aos presos políticos. Mesmo depois que o Paulo foi solto, continuamos a pedir ajuda na Diocese, tornou-se algo quase religioso.

Imagina o choque que tudo aquilo estava sendo para mim: eu saí de um internato achando que a vida era bonita, que todos eram iguais, que existia humanidade e bondade e de repente me vi tragada pela violência mais brutal possível... Porque eles não roubam só a sua paz, eles roubam também a sua alma. Aquilo que você viveu, sofreu, viu, fica marcado para sempre... Quando o Paulo Horta foi liberado depois dos sessenta e quatro dias e voltou para casa e para a nossa vida conjunta, obviamente ele não voltou a mesma pessoa... O Paulo tornou-se uma pessoa extremamente fragilizada, por isso eu acho

que nosso casamento terminou anos depois, porque infelizmente ele passava por momentos semelhantes às pessoas que têm trauma de guerra, uma espécie de neurose... Então ele tinha momentos em que não falava nada, em outros era agressivo, em outros era indiferente... E eu queria continuar estudando, queria fazer medicina, queria continuar nossa vida e essa prisão massacrou todos os nossos sonhos, todas as nossas perspectivas de vida...

Nós saímos de São Paulo depois que o Paulo Horta se formou, acredito que deve ter sido em 1976, o nosso filho Paulinho deveria ter quatro anos. No Presídio, eles achavam que a militância deveria continuar, principalmente dentro da Teologia da Libertação porque estaríamos ligados à Igreja. Então nós fomos indicados para ir para Goiás, para uma cidadezinha chamada Itapuranga... Eu interrompi meus estudos e fui morar lá. O bispo de Goiás, Dom Tomás de Balduino, era a pessoa de maior relevância, e o Padre Isaac, era um grande amigo... Era um padre italiano da paróquia de Itapuranga. Eu não sei se foram eles que nos chamaram, mas nós fomos dirigidos para lá porque era lá tinha o Hospital dos Trabalhadores Rurais e nós poderíamos dar um amparo à população carente.

O Paulo priorizava a política, e eu sentia que o nosso casamento estava abalado, não era mais a mesma coisa... Para ele esses conflitos familiares não faziam parte disso, o Paulo optou por ficar por na cidade e continuar o trabalho na Teologia de Libertação, enquanto eu decidi voltar para a casa dos meus pais. Quando o meu cunhado Celso foi libertado, ele foi à minha casa e disse que eu deveria voltar a Itapuranga para que o Paulo tivesse mais apoio familiar e político. O Paulo veio no Natal, o irmão estava lá e o pessoal estava festejando a presença do Celso, a Cida também estava voltando do exílio e eu resolvi aceitar essa proposta de voltar. Mas eu voltei com a intenção de não ficar em Itapuranga, mas tentar um vestibular... Isso foi em 1978 quando ingressei no curso de biomedicina na Universidade de Brasília, a UnB, onde fui monitora de citologia e fisiologia. Então eu me afastei um pouco da militância, mas viajava todo final de semana para Itapuranga, para dar continuidade ao trabalho do Hospital e cuidar dos meus filhos.

Fiquei mais dois anos nessas idas e vindas, e nisso conheci uma pessoa, fiz amizade com essa pessoa e me separei do Paulo Horta... Eu fiz a opção de ficar com essa pessoa, mas como ela também morava

e trabalhava fora, nós viemos para Patos, em Minas Gerais, e depois Passos. Infelizmente eu não terminei o curso de biomedicina, mas concluí o curso de enfermagem, porque eu trabalhava na Secretaria Regional de Saúde de Passos de Minas Gerais.

Já a militância não para... Eu tenho uma formação ideológica muito forte, luto pela equidade, sou totalmente contra toda espécie de exclusão e desigualdade. Como eu sou professora universitária, obviamente eu continuei na militância na universidade, trabalhando, em minhas aulas de epidemiologia ou mesmo de saúde ambiental. O interessante é que os seus sonhos continuam, agora com os filhos, netos e alunos, que apresentam comportamentos de defesas do povo, defesas dos excluídos, dos direitos, da saúde... Eu fico muito feliz com essa continuidade e desdobramentos da nossa luta.

Comecei minha carreira acadêmica como professora na FEOPA, Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia de Passos, depois ela foi incorporada pela UEMG, hoje é um Campus da Universidade do Estado de Minas Gerais. Em 2014, no Natal em Florianópolis na casa do meu filho, eu descobri que eu tinha um câncer e fui operada aqui, e agora eu tenho esse elo mais forte com essa Ilha. Eu não moro aqui, mas eu venho sempre para os retornos dos exames... Por causa do câncer, e foram dois um atrás do outro, eu tenho que fazer acompanhamentos médicos... Estou bem, mas tive que parar a vida acadêmica.

Meu filho mais velho, o que estava no meu ventre quando eu fui presa, o Paulo Antunes Horta Júnior, está morando em Florianópolis onde é professor na Universidade Federal de Santa Catarina e trabalha com algas na área da biologia marinha, e agora ele está na Antártica pesquisando sobre impactos da poluição no Polo Sul. O Cacá, o filho do meio e nasceu em Itapuranga, fez engenharia química e é professor também... Trabalha com engenharia química, e ele e o Paulinho foram para Mariana, tentar minimizar o impacto do rompimento da barragem. O Giordano, o filho caçula, é engenheiro da computação também muito politizado e compromissado com o site *paper.li* que divulga notícias que não são veiculadas pela grande mídia. Meus filhos são todos engajados, principalmente com o meio ambiente e equidade social... Tenho grande orgulho dos meus queridos filhos e penso que o sonho de um Brasil com mais equidade social deve continuar...

5. Cícero José Campos Brasileiro

Quando entrei na Escola Paulista de Medicina em 1961 eu já tinha feito três vestibulares, não entrei de cara... Eu não tinha militância política alguma, a não ser uma educação com caráter humanista porque eu estudei no Liceu Pasteur que tem influência francesa e na França existia muito essa preocupação com filosofia e antropologia. Então, eu tinha esse interesse em função da minha formação no Liceu Pasteur, mas sem nenhuma militância política. Eu fui levado à militância política a partir do ambiente muito pouco propício ao pensamento que não fosse estritamente estudar medicina para abrir consultório e ganhar dinheiro. Era assim que meus colegas pensavam e isso, para mim, era insuficiente. Aí comecei a me interessar por política, e o clima era muito favorável a isso na época, porque a Escola Paulista ia ser sede de uma Universidade Federal em São Paulo.

Na época, o ministro da cultura era o Paulo de Tarso que era um cara cristão, da JUC, a Juventude Universitária Católica, e me parece que o Darci Ribeiro estava interessado em formar, aqui em São Paulo, uma universidade nos moldes de Brasília. Para se ter uma ideia, o crítico Jean Claude Bernardet iria chefiar a parte de cinema; o Fernando Henrique Cardoso iria chefiar a parte de sociologia. Era uma abertura incrível, tanto que eu até me questionava se eu queria continuar fazendo Medicina, ou se migraria para outro curso mais voltado aos meus interesses sobre temas sociais.

Eu tinha um interesse mais cultural para tentar fugir do ambiente tacanho dos colegas da Escola Paulista. A EPM era muito reacionária, muito de direita, com pouco ou quase nenhum interesse cultural. Lembro que eu fazia um mural no pátio de entrada, ali na Rua Botucatu, e colocava notícias de cinema para ver se alguém se interessava, e nada, porque pouquíssimas pessoas tinham interesse por isso. O interesse dos alunos era se formar, abrir um consultório e ficar rico. Só isso!

Aí eu tive essa militância política ligada aos comunistas, porque eu não era cristão, fui educado sem religião... Minha família era laica, pode-se dizer que era até mesmo ateia. Então eu não tinha interesse

religioso, mas o marxismo era uma coisa muito interessante naquela época. Os que não eram católicos e nem cristãos, que alternativa tinham? Tinham que se associar com quem era marxista. Teve uma reunião dos colegas que não eram cristãos, mas que tinham interesse em estudar marxismo, sociologia e filosofia. Isto era uma precaríssima célula do Partido Comunista. Muito precária, porque não tinha quase contato com ninguém e a gente se reunia para conversar. Fazia parte o Deodato, o Daher Gattaz e o Fábio Ancona Lopes. A Regina Elza veio depois. Era tudo muito precário, não tínhamos a mínima estrutura...

Eu participei do *Barrettinho* e *d'O Biceps*, junto com Durval Rosa Borges, um liberal que jamais foi comunista, muito meu amigo. Trabalhei, sobretudo, n'*O Biceps*. Foi um período muito emocionante. O Tsuyoshi, um rapaz muito simpático, nem era comunista, ele era evangélico; tinha o Pepê, que depois mudou de posição... Em uma assembleia quase dei um soco na cara dele. Nós nos pegamos na assembleia, sabe por quê? Porque o filho do Leser, como era um indivíduo muito "democrático", quando percebia que a assembleia estava virada contra a direita, eles jogavam bomba, bomba de São João grande no anfiteatro Leitão da Cunha, para criar aquele tumulto e acabar com a assembleia. Uma vez o Pepê apanhou, fiquei tão puto que fui pra cima dele. Aí apartaram...

Uma coisa importante a se dizer é que, no começo da faculdade, eu perdi um ano. Eu deveria ter me formado em 1967, mas eu queria desistir da faculdade, tão tacaño era o ambiente. Eu estava interessado em Medicina Preventiva na saúde pública, filosofia, sociologia... Então eu fiquei com duas turmas e me formei na segunda. A Escola foi muito difícil para mim porque a Paulista tinha um ambiente muito pouco voltado para as questões sociais ou culturais. Não tinha nada disso! Eu percebia que os meus colegas todos tinham um objetivo básico: se formar para fazer consultório. Não havia uma preocupação social e eu era uma pessoa que sempre tive preocupação social, por isso no início do curso eu estava mais interessado na Medicina Preventiva.

Eu me lembro que quando começaram as aulas de Medicina Preventiva o professor era o Walter Leser, e o que ele dava era absolutamente matemática. Eram aulas só de matemática, que ele dava em um dia por semana, das 14 às 18h da tarde, praticamente sem intervalo, enquanto eu estava mais interessado em entrar em contato com

as pessoas, saber como era a saúde pública no estado de São Paulo, eventualmente visitar uma favela para ver como era. Meu pai, que era advogado, conhecia o Leser, e me dizia: “é claro, ele concentra todas as aulas porque no resto do tempo ele quer se dedicar ao Laboratório Fleury, do qual ele é um dos donos”. Segundo meu pai o Leser fazia isso porque ele tinha mais interesse no seu trabalho no Fleury, por meio do qual ficou milionário! O Fleury hoje é uma potência, foi comprado pelos americanos. Depois o Leser deixou para o filho dele, que era um cara também de extrema direita, e tão antipático que até esqueci o nome dele. Mais tarde ele foi secretário da saúde do Paulo Egydio Martins, se não me engano. Ele teve uma atitude legal, porque ele fez uma campanha de vacinação bem feita, ele não era corrupto. O Leser não era corrupto, só que ele tinha o pensamento ligado aos americanos, não era o pensamento ligado ao terceiro mundo que era um mundo miserável na época. Então eu critico muito o Leser, muito mesmo!

A direção que a Medicina Preventiva da Paulista seguiu foi uma direção completamente descolada da realidade social, diferentemente da faculdade de Medicina da USP, que tinha o interesse muito grande na medicina social, liderada por um homem muito interessante, o Guilherme Rodrigues. Bom, então a Medicina Preventiva que no começo tinha me interessado, perdi completamente o interesse porque era totalmente deslocada do mundo social, da realidade social. Era só matemática e eu já tinha estudado muita matemática para entrar na faculdade.

Como eu desisti da Medicina Preventiva, tive mais uma alternativa: eu tinha muito interesse no conhecimento, muito interesse na pesquisa. Eu tinha tido no cursinho um professor muito inteligente chamado Erney Plessman Camargo, que também era tido como comunista. O Erney, que era um excelente professor, me incentivou muito para que eu fosse para a investigação científica. Aí ele me indicou o Baeta Henriques, que era um professor de Biofísica que trabalhava no Butantã. Eu fiquei interessado em fazer pesquisa em cadeira básica. O Baeta jamais fez proselitismo político durante as aulas, jamais! Essas conversas foram todas conversas pessoais, na casa dele no Butantã, que era um projeto do Vilanova Artigas, também comunista. Então o Baeta falou: “você pode fazer um estágio”. O Baeta teve uma frase muito interessante, nunca mais me esqueço: “Quem quer fazer pesquisa

científica é muito difícil. Tão difícil que é muito provável que você não faça, mas se você quiser experimentar, o Butantã está aberto para você”.

Então eu fiz estágio no Butantã por algum tempo, junto com ele e a mulher dele, que se chamava Olga Baeta Henriques. Ela era muito inteligente e muito agitadora, enquanto o Baeta era mais intelectual. Isso foi no segundo ou terceiro ano. Aí eu percebi que o Baeta tinha razão, que eu não iria dar pra pesquisa científica em cadeira básica, mas daí também surgiu a ideia do Centro de Estudos Sociais. A Olga era Secretária Geral e como eu tinha repetido um ano, porque eu tinha quase desistido da faculdade, ela disse “Estão faltando só duas cadeiras, você pode ser secretário executivo. À noite você vai trabalhar lá e você ganha um salário”. Então eu aceitei. Aí que eu tive esse contato com o Centro de Estudos Sociais que na realidade era um centro de estudos marxistas. A Olga era quem dirigia esse centro. Não era o Schenberg que era o presidente, ele deveria ser um membro honorário. O Schenberg era um homem excepcional, ele era um astrofísico, crítico de arte, um homem do renascimento como foi o Leonardo Da Vinci.

E foi aí que veio golpe em 1º de abril de 1964. Não gosto de falar 31 de março, porque foi 1º de abril, o dia da mentira. Um mês depois teve o Inquérito Policial Militar aqui na Escola, porque como era uma escola federal, foi uma das primeiras. O grupo era chefiado pelo Otto Guilherme Bier, que era o intelectual; Bernardes de Oliveira, professor de cirurgia; e pelo Rodolfo de Freitas, que era, digamos assim, o mais folclórico, andava com um chapéu da Revolução de 1932. Representando os militares, estava o Tinoco Barreto, acho que ele era civil, não tenho certeza. Alguns anos depois, o Tinoco Barreto foi cassado por corrupção pelos mesmos militares que me acusaram. Corrupção!

Dos professores, que eu me lembre, chamaram o Baeta, chamaram o Lindenberg que era o diretor, chamaram aquele cirurgião excelente que era o David Rosenberg. Dos alunos chamaram a mim, ao Tsuyoshi Yamashita, ao Carlos Pollini Quintieri e ao Paulino Tarraf que não tinha a menor importância para o movimento estudantil, nunca teve atividade política. Ele foi chamado porque participava no Show Medicina fantasiado de mulher, então foi pela questão moral e conservadora que o pegaram.

Eu sofri um libelo acusatório que é para dar risada! “Está acusado de ter ido ao Congresso da UNE”. E qual o problema? Não posso ir

ao Congresso da UNE? “Está acusado de ter feito uma associação com os operários, junto com Tsuyoshi Yamashita”. Não era associação nenhuma, a gente tinha interesse no social, era isso. A gente não queria ser médico, ter consultório e acabar. Neste inquérito também teve a famosa frase que o Otto Bier disse pra mim e eu queria que ficasse registrado. O Otto Bier falou “você não escreve artigos subversivos n’O *Biceps*?”. Eu falei “eu escrevi, que eu me lembre, dois artigos: um sobre *Os fuzis da Senhora Carrar*, do Bertold Brecht, e o segundo, um artigo defendendo a paz”. Mas qual o problema de fazer um artigo defendendo a paz? Aí o Otto Bier se levantou do lugar dele, veio do meu lado e mostrou, embaixo do vidro da mesa dele, a pomba da paz do Picasso e falou “Veja, quem defende a paz são os comunistas”.

Aí eu percebi que estava em maus lençóis. Depois dessa observação falei “Bom, vou ser expulso da Escola, porque se um indivíduo como esse, Otto Guilherme Bier, professor de Microbiologia, com um livro imenso publicado, diz que quem defende a paz é comunista, eu estou frito”. Aí terminou o inquérito que ocorreu na sala da Microbiologia, no prédio principal da Escola na Rua Botucatu. Eu não dedei colega nenhum, não falei nada. Falei que tinha alguns colegas com quem eu conversava aqui na Escola, mas não falei de célula comunista, não falei nada. Eu tinha que proteger os colegas, alguns já tinham se formado. Não falei nada, não citei...

Aí eles mandaram eu ficar em uma sala, trancado. Isso foi mais ou menos meio-dia que começou o Inquérito e fiquei trancado nessa sala até as 6 horas ou 7 horas da noite. Ninguém explicava o que iria acontecer! Pensei: “acho que vou ser expulso, vou ser preso”. Aí me chamaram de volta e mandaram eu repetir todas as perguntas que me tinham feito. Na primeira vez eu tinha negado que tinha ido ao Congresso da UNE, mas eu percebi que eu não podia negar a evidência e preferi assumir que tinha estado no Congresso em Santo André. Mas quando me perguntavam se eu queria citar algum colega, eu dizia que não tinha nenhum nome para citar...

Eu não dedei ninguém, mas outros colegas me dedaram, por isso sofri esse inquérito. Eu fui dedado por colegas. Já outros colegas, inclusive o pessoal da direita, me defenderam assinando um abaixo assinado organizado pela Misako Uemura falando bem de mim. Infelizmente eu perdi esse documento. Uma pena!

Entre os professores, posso dizer que o Leal Prado era eticamente impecável. Admirável! Não traiu ninguém, não dedou ninguém. Perfeito, digno, honesto, respeitável, por isso tenho uma excelente recordação dele. Já o Ribeiro do Valle, eu tenho sérias dúvidas. Lembro de estar em uma aula de Farmacologia ministrada por ele, logo depois de ter sido submetido ao inquérito e sem saber o que iria acontecer comigo. Aí tinha um cachorro eviscerado em que ele estava colocando substâncias químicas. Ele olhou para um grupo de alunos e falou: “Vejam, quem sabe o que eu coloquei de produto farmacológico neste ‘cãounista’?” Naquele momento, isso marcou! Nesta hora ele foi um filho da puta. Pode ser que depois ele tenha sido melhor...

Quem me defendeu perante essa comissão de Inquérito foi o meu pai que era advogado e da UDN. Ele nunca foi de esquerda, era um liberal, né? Ao perceber que o filho dele estava sendo acusado sem ter acesso às provas, baseado em informações, ele ficou puto. Eu estava trancado nessa sala e ouvi uma gritaria: era o meu pai com o Tinoco Barreto, exigindo as provas. O Tinoco Barreto se acovardou e disse que não poderia ter acesso às provas. É claro que meu pai impôs na defesa o estilo dele que eu tive que aceitar. Eu não concordava muito com a defesa feita pelo meu pai, mas foi o que ele pôde fazer... Meu tio defendeu o Tsuyoshi Yamashita. Silvio Egídio de Carvalho, que era parente do Setúbal, defendeu ao Tarraf... Eu não tenho muita consideração pela atuação dele, sabe *lumpemproletariada*? É aquilo que o Marx chama de um pessoal que fica marginal, que em geral fica em posições reacionárias. Até que repetiu o ano duas vezes, nem pertenceu mais a nossa turma...

Uma vez eu fiz análise de um cara que raptou o embaixador americano e foi muito torturado. Ele disse: “a tortura é efficientíssima. A gente precisa evitar que ela ocorra de novo, por que se ela ocorrer, será eficiente”. Tortura num sentido amplo. Ficar preso numa sala das 2 horas da tarde até às 7 horas da noite, sem saber o que vai acontecer, é um tipo de tortura psicológica, como foi comigo. A minha tortura não foi grave. Muito mais tarde eu percebi que aquilo era uma manobra: colocar a espada no meu pescoço para eu parar com as minhas atividades. E de fato eu resolvi parar com a atividade política. Eu estava no terceiro ano, eu acho... A espada de Dâmocles teve tanto poder que a partir do inquérito eu fiquei quieto, parei com essas atividades. Eu queria terminar a Escola e ficar livre daquilo! Nesse sentido o Inquérito

me prestou um favor, porque a partir daí eu comecei a estudar e só tinha como meta me formar... Sinceramente, foi com alívio que sai da Escola, sabe? “Estou livre disso aqui”, pensava. Então quando estava no terceiro ano resolvi me dedicar à minha formação. Eu desisti de fazer carreira básica e a Medicina Preventiva tinha sido uma decepção. Daí eu procurei o Benedito Sampaio, que era um psiquiatra e falei “olha, gostaria de fazer análise”. Aí comecei a fazer análise pessoal pra poder me orientar e me interessei por psiquiatria e psicanálise, a partir da minha própria análise pessoal. Comecei a fazer estágio em psiquiatria, isso no terceiro e quarto ano e me direcionei para psiquiatria, depois para psicanálise...

Não havia residência em psiquiatria na Escola Paulista de Medicina, nem havia estágio. O Pacheco e Silva, um homem de extrema direita, era professor da Faculdade de Medicina, da Escola Paulista, de Sorocaba e de Ribeirão Preto na área de Psiquiatria, mas o trabalho dele nessa área era zero! Acho difícil alguém ser professor de quatro faculdades ao mesmo tempo, e fazer um bom trabalho... Ele açambarcou todas as cadeiras de psiquiatria do estado de São Paulo e não fez nada durante 40 anos. Então ele desertificou a criatividade psiquiátrica, porque psiquiatria de qualidade estava fora da Universidade. Só fez alguma coisa no HC, que até hoje tem a influência dele, isto é, uma psiquiatria organicista que a gente chama de enzimática. Tudo é físico, sem nenhuma abertura para o aspecto psicodinâmico.

Não havia residência nessa área porque tudo estava muito no começo. As pessoas faziam estágio em hospital psiquiátrico para aprender e isso muito em consequência do Pacheco e Silva. Quando o Darci de Mendonça Uchoa, que era psicanalista, entrou na Escola em 31 de março de 1964, começou a organizar isso, mas foi no dia do Golpe de Estado, os militares impediram que ele trouxesse assistentes mais criativos para a Escola, entre os quais o Benedicto Arthur Sampaio, que tinha se formado na França, e o Edu Machado Gomes, ambos excelentes profissionais que eram tidos como comunistas. Nada mais eram do que criativos! As posições políticas não interessam nessa hora, mas eles não puderam ser assistentes do Darci.

Eu liderei um movimento com um colega para que houvesse estágios de psiquiatria da Escola Paulista. Eu, o Marcos Ferraz e o Ichiro Shirakawa fomos os primeiros estagiários, porque antes não havia nada nessa área. Quando eu me formei eu já trabalhava em psiquiatria,

e resolvi me dedicar a isso. Trabalhei muito em hospital. Trabalhei no hospital da Água Funda, em um hospital em Santo André, chamado Clínica da Borda do Campo, cujo diretor era o Benedito Sampaio, com quem eu aprendi toda psiquiatria que eu sei... A Regina Elza, o Marcos e o Ichiro trabalharam lá também. A gente trabalhava o tempo todo...

Quando a gente fez estágio, o professor Darci gostou do nosso trabalho, então logo depois que a gente se formou ele contratou o Marcos e depois contratou a mim e o Ichiro na cadeira de Psiquiatria, primeiro como assistente e depois como auxiliar de ensino, para a gente organizar uma enfermaria de ensino no hospital de Água Funda. Achei que eu nem seria contratado devido ao inquérito, mas nunca sofri qualquer tipo de preconceito ou perseguição... Então fiquei na cadeira de Psiquiatria mais ou menos 3 ou 4 anos, mas eu achei que a carreira universitária não era o que eu queria, eu queria consultório de Psicanálise. Procurei o Darci, me demiti e fui fazer a formação como psicanalista. O Marcos e o Ichiro continuaram, viraram titulares, se aposentaram enquanto eu fui para a Psicanálise. Hoje eu sou um psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e continuo até hoje atuando em consultório particular.

O final do curso de Medicina para mim foi algo muito intenso e absorvente. Eu dava plantões no Hospital, e não tinha muito tempo para conversar sobre política. Minha visão é a seguinte: depois do golpe acabou a esquerda na Escola. O que veio depois foram pessoas ou liberal de centro-direita ou sem posição. Se me perguntarem se eu acredito se é possível fazer uma sociedade mais justa e se é possível a gente viver em uma sociedade do tipo da Suécia, Dinamarca e Escandinávia, eu responderei que sim. Uma vez, o Guido Mantega, quando era ministro foi almoçar em casa, porque a filha dele era amiga da minha filha. Aí falei: “que posição você tem, você quer o socialismo?”. E ele respondeu: “Que socialismo? Quero alguma coisa parecida com a Suécia”. É o que eu penso hoje também...

No fundo o que eu era? Era um religioso, só que em vez de acreditar em Deus, acreditava em Marx e acreditava que veria o paraíso... E, sobretudo, era mais fácil fazer política do que estudar. Estudar era muito difícil, hoje em dia eu reconheço isso. Por isso que eu falo, em certo sentido, esses inquisidores me prestaram um favor: depois daquele inquérito, eu me dediquei aos estudos e me formei...

6. Clóvis Eduardo Tadeu Gomes

Eu já tinha militância quando entrei na Escola Paulista de Medicina, eu vinha do Movimento Estudantil Católico ligado à Teologia da Libertação... Eu nasci em 1947 e quando eu era moleque, isso em 1960, 1962, eu participava da organização de grêmio de escola, da União Paulista dos Estudantes, participei da campanha do José Álvaro Moisés, que vinha de Campinas e era da USP. Eu até passei por uma prisão curta, daquela de 24 horas, por participar de uma passeata... Era o momento das Reformas de Base no Brasil e a gente embarcou fortemente nessa história; na realidade era uma coisa intuitiva, você só olhava, via e fazia... Mas era uma bobagem dizer que era comunista, socialista. Ninguém sabia muito claramente com esta idade o que significava. Quando a gente é jovem está se descobrindo, e tinha aquela coisa romântica de revolução...

Eu entrei na Escola em 1966 e já vivíamos em plena ditadura. A EPM era uma Escola pequena e isolada, o que a colocava um pouco à parte dos grandes movimentos das universidades, por isso era mais sossegada no sentido de que não dava para ficar brigando o tempo todo entre a gente. Então tinha colegas que eram de direita e havia certa união de quem era de esquerda, e cada um ficava no seu grupo. Era uma Escola que surgiu como consequência da Revolução de 1932, muito ligada ao Vale do Café, por isso tinha uma tradição política bastante conservadora. Era uma Escola da elite, mas engraçado é que tinha uma porção de moleques que não era da elite, com coisas até divertidas. Lembro da história de um dos nossos colegas que um dia entrou em um prédio, pegou um elevador, e deu de cara com o ascensorista que era um colega de turma. Foi um choque!

A minha participação política já nos primeiros anos da faculdade era consequência de quem vinha de uma militância anterior. Nós começamos a militar aqui neste momento, como um movimento de resistência, uma coisa um pouco difusa, porque não existia uma proposta, um projeto político que fosse mudança de algum regime. Ao contrário, era restabelecer a democracia formal. Mas tinha a proposta do Partido Comunista, o PCB, com um projeto socialista, e outras organizações

estavam se criando com perspectiva mais radical... Começou a haver uma emergência de projetos nesses grupos, apareceu a história da luta armada, a proposta de guerra popular ou a teoria do foco. O Partidão com 400 mil dissidências, quebrando; o Movimento Estudantil crescendo fortemente... Você tinha milhões de organizações e uma organização geralmente gerava duas ou três... Era realmente um momento de efervescência política.

Eu participava da Ação Popular, a AP, do José Serra, do Sérgio Motta, do Plínio de Arruda, do Clóvis Carvalho... A AP, em um primeiro momento, era muito mais democracia cristã, mas pela posição mais à esquerda, ela evoluiu e acabou chegando à grande dúvida: se era ou não marxista-leninista. Optou por ser. A segunda dúvida que teve foi aquela da guerra popular ou a teoria do foco. Um grupo se manteve onde estava na organização, a Ação Popular Socialista, e o outro grupo começou a discutir a fusão com o PCdoB.

Essa era a grande dúvida em todas as organizações brasileiras, de partidos já consolidados e de outros grupos que começaram a surgir. Eu participava das conferências no Mackenzie, que foram divertidíssimas, pois tinha o tal do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas. Na ocupação da USP tinha horas de discussão! Só mesmo naquela idade se tinha paciência de discutir horas sobre o que fazer. Tinha até um caráter bastante juvenil, de sonho, porque você não tinha muita clareza que existiam outras forças que não eram nem um pouco a favor de suas ideias.

Eu era muito amigo do Aiex, o Luis Carlos Aiex Alves, ele era da minha turma... Eu conhecia o pessoal do 3º ano, o Gilberto Natalini, o Walter Feldman, o Paulo Antunes Horta, que eram todos militantes e coerentes, e como era uma Escola relativamente isolada, você tinha um contato com o grupo que fazia política internamente. Eu me lembro também do Erkii Larson, ele era o ídolo naquele tempo: 1,85 m, bonito, loiro, um vozeirão, falava bastante, mulherada caía por ele... Eu era considerado o Delfim, no sentido histórico lá do Delfim, o príncipezinho herdeiro, porque eu já entrei como um menino de esquerda, e eu me lembro do Arthur Beltrame falando: “nós vamos prepará-lo para você ser o presidente do CA”. Mas eu fiquei mesmo na AP, já tinha essa ligação anterior.

Um dos grandes debates realizados no fim dos anos 1960 envolvia a ideia da escola pública e da escola paga, e obviamente houve muitas

discussões na Escola... Também teve a tomada da EPM pelos alunos em 1968, numa época em que inúmeras faculdades em São Paulo foram ocupadas... Não consigo precisar o ano, mas nós não tínhamos a ideia de ocupar a Escola, mas surgiu um boato que os alunos iam fazer a ocupação e então a Congregação não teve dúvida: se reuniram e fecharam. Já que fecharam, o que nós fizemos foi ocupar. Mais ou menos assim que aconteceu.

Como militante da AP, eu agia dentro e fora da Escola, mais fora que dentro na verdade. Trabalhava mais em serviços. Serviços era quem fazia a organização interna, registros, distribuição de panfletos, etc., etc... Então eu não estava na luta armada, eu estava no processo de luta armada... Também não participei do Congresso de Ibiúna... Tinha uma militância razoavelmente mais discreta, não sabiam quem eu era ou tinham qualquer referência minha... Também participei da greve de Osasco e escapei de ser preso neste momento, pois eu não tinha cara de estudante, eu tinha uma cara de pobre então eu passava despercebido...

Estas discussões foram até 1968 e assim passamos por 1968, mas daí veio o AI-5 e houve um corte nessa toada, agora com forte repressão ao movimento estudantil... Com o AI-5 você era jogado em uma semi-clandestinidade; ocorriam as prisões; havia um plano de eliminação da oposição; os partidos se tornaram clandestinos e a sua atividade obviamente não era divulgada... Dentro da Escola, também houve a reação ao AI-5. Eu e o Aiex escrevemos um texto de madrugada contra o AI-5... Nós fugimos com o mimeógrafo para não ser presos e esse mimeógrafo andou por vários lugares da Escola, naquele prédio mais antigo, ficava escondido no meio de uma gráfica, na casa da mãe do Aiex, rodávamos em vários lugares com ele...

Não lembro, não tenho precisão do ano, porque a partir do momento em que eu fui preso houve um processo de aniquilação da memória... Até hoje eu não tenho a data, acho que é um mecanismo razoável de defesa... Outra coisa interessante e importante: eu não lembrava o nome de pessoas, não me lembrava de nada e de ninguém... Ainda é algo difícil para mim... Eu fui preso via USP. Fui preso na casa da minha namorada, Fabíola Zioni, que hoje é professora da área de Sociologia da Faculdade de Saúde Pública da USP. Fui casado por mais de 20 anos com ela... Houve uma queda do pessoal da USP e

alguém falou o meu nome... Eu fui preso para a minha namorada não ser presa...

Fui levado para o DOPS e me lembro de ter encontrado com o delegado Romeu Tuma... No DOPS eu tive uma sorte incrível: tinha aquela técnica francesa de baixar o pau, torturar, dar choque nas primeiras 24 ou 48 horas, para o cara não aguentar e denunciar os outros rapidamente... Como não sabiam quem exatamente eu era só me pegaram no terceiro dia, pegaram no sentido de dar pau, pendurar, aquelas coisas... Quando acharam um papelzinho no bolso com o nome de uma porção de gente, os outros já tinham tido notícias da minha prisão e fugiram...

O capitão do CENIMAR, acho que o nome era capitão Alfredo ou Marques, viu as coisas que eu tinha e falou para o pessoal dele: “Pô, vocês são muito babacas, esse cara aí é tal tal tal”.. Ele sabia quem eu era e o que eu sabia! O cara ficou doido, porque já não tinha muita graça o que eu falasse, já tinham perdido o interesse em mim, porque o resto do pessoal tinha fugido... Fiquei um mês preso, fui torturado umas duas ou três vezes... O engraçado eram as coisas que te perguntavam ao mesmo tempo em que te torturavam... Lembro de um investigador que me torturou; ele tinha um bebê que tinha hidrocefalia e passou a me perguntar sobre esse problema do filho... Isso é muito louco, não é?

A minha família pirou quando soube que eu estava preso... Depois fui solto, me casei e vim morar aqui perto da Escola. Toda segunda de manhã eu tinha que ir ao DOPS assinar o ponto... Isso era um negócio muito ruim, meus domingos eram um inferno porque a qualquer momento eles podiam me pegar... Seis meses depois apareceu uma equipe que invadiu meu apartamento e me levou... Fiquei um mês na OBAN trancado... Eu vi chegar uma moça, parece que era do Rio de Janeiro não lembro se era casada com o Stuart Angel, toda destrozada, destrozada... Os caras berravam: “pegamos esta filha da puta, pegamos esta vagabunda!”, eu ouvia e tentava olhar pela janela... Depois disso, do que eu vi e ouvi, quando eu saí, resolvi continuar só estudando...

Eu sei quem era esse pessoal da OBAN da época que me prenderam, até vi uma vez esse cara que me torturou... Não tive contato com o Ustra, eu era estudante e estudante de uma organização não-armada não tinha valor. Tive contato com o Fleury, dele eu lembro... Não tive contato com os outros presos na OBAN, mas no DOPS sim, porque

nas celas tinham mais pessoas. Lembro de dois operários que estavam comigo, um deles faleceu a pouco, e o outro que adotou um bebê e já tinha um filho, que hoje é professor da USP... Eu fiquei na cela com um chinês e tinha a história que ele tinha cortado alguém em pedacinhos e colocado em uma mala... Ele era bastante simpático e tinha sido comerciante no Ipiranga, um bairro então periférico de São Paulo.

Eu tive contato com o Mário Ciscato quando estava na prisão, acho que não foi após as torturas, não consigo precisar, não existem outros relatos... Ele perguntou para mim se eu estava bem, me examinou, mais ou menos isso, e foi embora... Ele era médico e esta era a função dele. Tinha uma história que ele era médico do DOPS mas aqui na EPM se fala pouco disto, muito pouco... E até tem uma conversa que circula de que ele recebia informações sobre alguém que tivesse algum problema para ajudar. É difícil investigar e ter certeza disso, pois ele foi um cara extremamente querido dentro da Escola. Levantar isto hoje sem ter outras referências seria ruim, fazer uma acusação de difamação é maldade...

Não foi difícil retornar para a Escola após a prisão, ao contrário, foi uma coisa muito boa, boa porque eu precisava fazer alguma coisa... As pessoas na Escola sabiam que eu tinha sido preso, mas não sofri preconceito por isso... Os professores e os colegas sabiam da prisão e foram bastante solidários; por exemplo, eu não fiz a disciplina de Medicina Legal porque estava preso, então o professor me aprovou... Era uma coisa de um espírito de corpo, tinha um espírito de corpo, até mesmo uma relação de afeto... Eu tinha colegas que eram reconhecida-mente de direita, e eu fui médico dos filhos deles, são grandes amigos e temos posição política diferente até hoje...

Eu fui julgado, acho que fui absolvido. Eles condenavam você pelo tempo em que tinha sido preso. Meus advogados eram Maria Regina Pasquale e Belisário dos Santos Júnior, que tinham um escritório com a Maria Regina, o Airton Soares e a Rosa Cardoso. Eles eram muito jovens, moleques, eu me lembro do rosto deles... Eles eram meio psicólogos, psiquiatras também, porque quando você pirava ia lá... Na realidade, eles cuidavam da gente, não era só o processo. Era dar uma força, às vezes emocional. Quando veio a anistia, eu pedi reparação porque meu filho insistiu... Solicitei ao governo do Estado de São Paulo, e o Presidente da Comissão era o Belisário dos Santos Júnior, que foi o

Secretário de Justiça e um dos meus advogados quando fui preso. Deu certo, mas aquilo foi uma bobagem...

Eu não militei pela Anistia. Nas eleições sim, fiz parte do grupo de apoio na primeira eleição para prefeito do Eduardo Suplicy. Na Escola não teve um movimento de Anistia. O pessoal que nos sucedeu foi para o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), aí rodaram mais do que bolsinha. O Natalini agora é do PV, ele sempre foi um PSDBista, coração tucano. E uma porção de gente que também é meu amigo, como a Ines Miney, foi para o PT. A divisão, na realidade, foi para o PT e o PSDB.

No intervalo de seis meses entre uma prisão e outra, muitas vezes pensei em ir embora do Brasil. Foi uma tensão, uma angústia muito grande. Hoje, acho que foi bom ter ficado porque eu terminei o meu curso e sigo por aqui... Eu me formei em 1972. A residência médica tinha uma movimentação política secundária, você trabalhava muito, não tinha uma regulamentação da residência, de horário, de nada disso... Eu dava o plantão dia sim e dia não e se trabalhava muito... Eu sou médico clínico de atender paciente, fiquei aqui na Escola não sei por quê... Eu sou da Escola, mas eu não sou pesquisador, sou professor... Fiz a Residência, fiz todos os cursos, a pós-graduação em Pneumologia, mas não concluí. Eu fazia o mestrado, não gostei do resultado e parei. Não defendi e não publiquei. Um colega que fez a mesma coisa que eu, publicou, e hoje é titular. Mas tive a carreira absolutamente igual, publico, participo de tudo...

7. Crimeia Alice Schmidt de Almeida

Eu me chamo Crimeia Alice Schmidt de Almeida... Crimeia é o meu nome e Alice é como eu me tornei conhecida na militância política... Na clandestinidade, na guerrilha ou na militância ninguém usa o nome verdadeiro, ninguém sabe o seu nome verdadeiro... Nessa situação, a gente evitava falar nomes ou dar detalhes de sua vida, de onde veio, onde estudava, sobre a sua família... Era uma questão de segurança, porque se você fosse preso não tinha informações verdadeiras sobre os companheiros, sobre outros militantes... Claro que havia nomes conhecidos principalmente das lideranças, como a Helenira que era da UNE... Mas no Araguaia, por exemplo, ela era Fátima e eu Alice...

A minha militância vem de família... Em 1964 meu pai havia sido preso e eu já estava envolvida no movimento estudantil. Nesse ano, fui detida em Belo Horizonte para responder um IPM, um Inquérito Policial Militar... Funcionava assim: publicavam no jornal uma lista com nomes de pessoas para ir ao quartel depor... No jornal “O Estado de Minas” nas primeiras páginas aparecia a lista de pessoas intimadas e você tinha que se apresentar... Eu ia para lá, me apresentava, ficava o dia inteiro e era liberada na madrugada, lá pelas duas ou três da manhã... Eu tinha 17 anos e ficava lá sozinha, meu pai não poderia me buscar porque estava preso e, claro, isso eu nem comentava... Na outra semana eu era chamada outra vez e tinha que me apresentar novamente...

Embora nessa época eu fosse secundarista, fui acusada de organizar o movimento universitário de Belo Horizonte e o fato mais grave dessa acusação era que eu e a minha turma, também sob investigação, havíamos tentado envenenar a caixa d’água da cidade! Lugar que eu nem sabia onde ficava... Como eu era menor de idade, fui excluída desse inquérito, mas meu nome ficou marcado, não respondi processo, mas era um nome que estava na lista do regime militar...

Entre 1967 e 1968 fui aluna da Escola de Enfermagem Anna Nery, vinculada à Universidade Federal do Rio de Janeiro... Eu dizia que a Escola Anna Nery era uma mistura de quartel-general e colégio de freiras porque era uma vigilância muito grande, não só nas questões

políticas mas também em questões comportamentais... Lembro que eu morava no alojamento estudantil da Escola e se a luz ficasse acesa até tarde já iam bater na porta, quer dizer, era um controle muito grande a ponto de até ouvirem os telefonemas pela extensão... Além disso, era um ambiente reacionário e controlado, como eram as universidades nessa época, e os cursos de enfermagem costumam ser ainda mais fechados e conservadores... Em geral, são prédios isolados do resto da universidade e o controle é quase militar... Nessa época, eu ainda usava meu nome verdadeiro, era uma estudante regular, mas não divulgava meu endereço verdadeiro, usava um endereço falso... Isso por causa da prisão do meu pai... Meu pai ainda não tinha sido julgado, embora a prisão preventiva tivesse sido relaxada.

Em 1968 quando participei do 30 Congresso da União Nacional dos Estudantes, antes de partir esvaziei meu alojamento, recolhi qualquer material que pudesse me comprometer e parti... Em Ibiúna fui presa com todo mundo que estava lá... Quando nos puseram em fila para ir para o ônibus, eu escorregava de propósito para ver se conhecia alguém para ficar por perto, para ir no mesmo ônibus... Escorreguei bastante e fiquei toda suja de barro... Fiquei presa um tempo em São Paulo e depois me mandaram para o Rio de Janeiro, para um presídio feminino de presas comuns, em uma cela grande com vários beliches, onde éramos obrigadas a usar um uniforme... E foi uma briga enorme, porque eu dizia que não era presidiária e não iria usar o uniforme de jeito nenhum!

O uniforme era uma saia azul, uma camiseta não me lembro de que cor, acho que branca, sapato fechado daquele tipo escolar e meia branca... Eu me sentia uma escolar! Um dia o diretor do presídio disse que a gente ia comer fora da cela, tinha uma mesa grande, e quem quisesse poderia até comprar refrigerante... Tinha que comprar, ele não dava, não! E aí chamou a imprensa para tirar foto... Eu falei: “vocês estão nos usando?” E voltei para a cela, disse que não iria almoçar naquela mesa, se eu era prisioneira então iria almoçar na cela... Outras também me acompanharam... Fiquei presa por um tempo, bem menos que os dirigentes que só foram soltos mais tarde a partir dos sequestros e tal... Respondi processo e tudo, depois fui solta...

Com o AI 5 eu abandonei o curso de enfermagem... Saí da Escola e fui direto para o Araguaia onde fiquei por quatro anos... Em agosto

de 1972 sai do Araguaia e vim para São Paulo clandestinamente para fazer contato da guerrilha com o Comitê Central do Partido, porque o Exército já tinha cercado a área... Eu estava grávida, e fui para a casa da minha irmã, a Maria Amélia de Almeida Teles... Voltei duas vezes para o Araguaia para levar dinheiro para o pessoal, passar informações... No dia 29 de dezembro desse ano eu fui presa...

A minha irmã não se lembra do episódio, mas eu tenho impressão de que foi ela que criou a situação para que eu fosse confundida com a empregada da casa... Quando invadiram a casa da minha irmã atrás de mim, disseram para não atirar porque na casa só estavam as crianças com a empregada... Eles entraram na casa e me perguntaram: “Você é a empregada?” Eu disse sim, e fiquei sendo a empregada... Quando os meus sobrinhos me chamaram de tia alguns deles estranharam e outros disseram que era mania de paulista chamar todo mundo de tia... E é verdade. Então, eu fui presa como empregada e não vou dizer que fui bem tratada, mas também não fui maltratada... Não fui torturada ou agredida fisicamente, mas eles eram muito agressivos, grosseiros, intimidavam...

Eles me levaram e levaram as crianças também... Fomos colocados num carro, uma C14, que estava cheia de metralhadoras no banco de trás... E era para nos sentarmos em cima das armas e ficávamos empurrando... As crianças, entre assustadas e curiosas, perguntavam se eram de verdade, se atiravam, essas coisas... E eles irritados, mandavam calar a boca... Eu também já havia instruído meus sobrinhos que se chegasse alguém se fazendo de bonzinho, oferecendo balas, doces, essas coisas não era para responder nada, porque eles não eram nossos amigos... E foi o que aconteceu quando eles invadiram a casa da minha irmã, deram balinhas e tal, e perguntaram para o Edson que era o menorzinho, se o pai dele tinha carro, que carro era, essas coisas... Aí ele disse, naquela ingenuidade de criança, “eu sei, mas não falo”... Os caras ficaram irritados e disseram que comunista era assim, treina os filhos desde pequenos.

Quando minha irmã e meu cunhado foram para lá, mostravam fotos minhas, inclusive para mim mesma, e perguntavam de mim, por onde eu andava, que eu era terrorista e tudo o mais... E olha que tem gente que acha que eu e minha irmã somos tão parecidas e até parecíamos gêmeas, mas os caras não perceberam que a empregada da casa

era eu mesma... No meu depoimento eu contava a seguinte história: eu estava grávida de um caminhoneiro que me abandonou e fui trabalhar na casa da “Dona Maria Amélia”... E eles queriam saber quanto eu ganhava, e eu não sabia porque tinha mudado a moeda e eu não queria falar um valor para o caso de minha irmã falar outro e complicar a situação. Então eu disse: “ah não, ela não me paga, ela abriu uma caderneta de poupança e guarda todo o meu dinheirinho lá para o parto”. E era essa a história, então eles faziam aquele depoimento, tomavam esse depoimento e depois me davam para ler. Eu dizia que não sabia ler e eles pediam então que eu assinasse, e eu dizia que também não sabia assinar meu nome e eu colocava o dedão... E assim foi o depoimento e eles acreditaram... Para ver que o serviço de inteligência não era tão inteligente assim, embora eu também soubesse que a farsa não iria durar muito...

E é aí que entra a história com a Maria Lúcia Ribeiro Ratto... Quando nós fomos presas em Ibiúna a gente fez as fotos lá no DOPS, e pensamos em fazer uma molecagem com eles... Era muita gente, você fazia foto e depois ia para outra fila para pegar as digitais... Aí nós combinamos que quando chamasse Lúcia eu iria, e quando chamasse Crimeia ela iria. Então as digitais ficaram trocadas, não batiam as digitais com a foto e os nossos dados e isso deve ter atrasado o processo de identificação, porque eles viam as fotos e comparavam as minhas digitais que não eram as mesmas... Isso deve ter confundido os caras e a gente fez isso só por brincadeira e deu certo. Acho que mais gente deve ter feito isso, mas foi uma coisa que a gente resolveu na hora...

Bem, mas um dia eles identificaram quem eu era eu e aí a coisa mudou de figura... Eu saí da cela e fui para aquele prédio da OBAN, onde a gente ficava no fundo da delegacia... Quer dizer, quando eu fui presa eu fiquei naquele prédio, depois eu vim para cela e quando eles descobriram quem eu era, eu voltei para aquele prédio... Eu comecei a apanhar e o primeiro a me espancar foi o Carlos Alberto Brilhante Ustra... Ele me espancou muito e aí eu fiquei isolada...

Desde que eles descobriram que eu era da guerrilha, eu fiquei em isolamento solitário o tempo todo e isso era muito angustiante, porque você não tem notícia porque a notícia quem dá é o preso. Você perde a noção do tempo e não sabe o que está acontecendo... Para mim, depois que eu fui presa na OBAN, eu seria morta. Então, o que eu tentava era ganhar de tempo para o meu filho nascer, mas eu não tinha muitas

dúvidas de que seria morta... É claro que a gente sempre tem esperança, porque quem sabe, né?

Eu só andava encapuzada, todo interrogatório nessa época era feito com a gente nua, todos os interrogatórios eram assim, com todos os presos nus... Então às vezes tinha acareação e os presos ficavam constrangidos, um nú na frente do outro, sabe? E no meu caso, tinha muito espancamento e os choques eram nas mãos e nos pés, e tinha sempre a ameaça de morte... O que mais me marcou das prisões é a violência da tortura. A forma como eles te maltratam é um negócio muito violento, é indescritível! Eu inclusive assisti a morte de um dos dirigentes do partido, o Carlos Nicolau Danielli que foi preso comigo, e morreu por causa da tortura que sofreu... Eles me levaram para vê-lo na sala de tortura e ele estava lá, agonizando. Isso marca muito... A cena dele morrendo, eu não esqueço!

Eles me ameaçavam o tempo todo, diziam que eu ia ser colocada no carro do meu cunhado e cair na Serra das Araras e o carro ia pegar fogo... Então várias noites eles me punham no carro, ligavam o motor e de manhã diziam que não tinha sido possível, que tinha ocorrido um contratempo e que naquela noite nós iríamos para Serra das Araras... E isso sempre se repetia, era um esquema de terror... Eu me lembro de uma vez que respondi durante um dia, uma noite e um dia direto de interrogatório... Trocava o interrogador, mas você não sai dali e está sempre nua... Às vezes eles não ofereciam nem comida, às vezes você pedia água e se eles estivessem com boa vontade, trariam, senão você ficava ali com fome, com sede, com frio, com medo... O objetivo é te cansar, para ver se você caía em contradição e entregava alguém, dizia alguma coisa comprometedora...

No início eles também ameaçavam muito matar o bebê, e eles queriam inclusive que a minha irmã assinasse uma autorização para o aborto... Isso era só para comprometê-la, porque eu já era maior de idade e sabia que não existe autorização para aborto nem nada... Depois eles diziam que iriam adotar a criança e só se fosse homem, branco e saudável... Então havia algumas exigências, mostrando todos os preconceitos contra deficiente, contra a mulher, todos! E muitos diziam o seguinte: que tinham filho deficiente, que meu filho o substituiria... Meu filho, que nem tinha nascido ainda, era tratado como material, como objeto!

Na OBAN eu fiquei quase um mês, depois eu fui para o Pelotão de Investigações Criminais em Brasília, e lá eu fiquei até o fim de abril... Fui transportada de avião, com mais dois presos e uns trinta torturadores, inclusive o Ustra... Era um avião daqueles de paraquedista, que tem uma escadinha de caninhos... E eu com dificuldade de descer por causa da barriga, a barriga batia nos caninhos e eu tentava de um lado e de outro e não conseguia... Então o Ustra me estendeu a mão, eu dei a mão para ele e ele me puxou da escada até o chão... Eu pensei como pude ser tão idiota em acreditar num torturador, porque torturador nenhum me ajudaria... Como era um avião baixo e eu já havia descido alguns degraus, quando ele me puxou eu caí em pé, porque eu era bem ágil, tinha sido treinada na guerrilha... Era bem ligeira!

Lá em Brasília eles mostravam o que chamavam de sessão de cineminha: passavam slides de cabeças cortadas de guerrilheiros... E a cena era assim: mostrava da cintura para baixo soldados do Exército, com a roupa camuflada, bota, segurando as cabeças e mostrando o rosto delas... É um negócio muito grotesco, porque no pescoço fica aquela gelatina de sangue, é um negócio horrendo! Eu ficava sentada, e um cara atrás passando os slides enquanto vários oficiais ficavam sentados de frente para mim, para observar a cara eu fazia ao passar os slides... Eu sou míope, e quando eu fui presa como empregada doméstica, a primeira coisa que eu tirei foram os óculos, porque não ficava bem a empregada doméstica de óculos... Eu não enxergava bem e eu desfocava meu olhar daquelas cenas... Mas é aquela coisa, você quer saber quem é, mas eu procurava desfocar porque eu sabia que o cara estava observando minha reação...

De vez em quando mandavam parar de passar os slides e acender a luz, dizendo que eu reagi dessa ou daquela forma... E eu dizia que era muito chocante ver as cabeças cortadas, isso me reportava ao tempo de Lampião... Aí eles repetiam os slides novamente e repetiam, repetiam... Desses, eu só reconheci o João Carlos Haas, o médico do Rio Grande do Sul, porque ele estava de corpo inteiro e ele eu conhecia... Os outros eu não conhecia, porque nesta primeira fase os mortos eram do destacamento C e eu era do A, então eu não conhecia... Mas dava para ver nitidamente as cabeças e o rosto. E eu acredito que eles não queriam identificar porque eles tinham um mapa grande nas paredes, com os pontos onde eles tinham matado as pessoas, ou sei lá, tido algum combate,

pontos marcados com alfinetes... Eu via com dificuldade por causa da miopia, mas eu forçava o olho e via que esses alfinetes eram coloridos e deviam ter significados... Eu creio que todos os corpos estavam identificados, a ideia era mostrar as fotos durante a tortura, como uma forma de tortura...

Bem, o meu próprio parto foi uma tortura, algo muito marcante... E depois que meu filho nasceu, eles ameaçavam o tempo todo que ficariam com ele, porque tinha nascido homem, branco e saudável... Inclusive o tenente responsável pela guarda dizia que “para comunista tanto faz, homem e mulher são iguais, mas eu que queria ter filho homem, tive filhas mulheres”. A mulher desse tenente teve as filhas no mesmo hospital que eu, no Hospital da Guarnição de Brasília, e uma das filhas dele nasceu quando uma das presas, a Isilda, teve o Paulinho Fontelles lá... Depois, a outra filha dele nasceu um pouco antes do meu filho nascer... Os dois filhos das terroristas eram homens e as duas filhas do militar eram meninas e ele dizia que como eram da mesma idade, ele iria trocar. E essas coisas te angustiam muito, e isso era o tempo todo...

Enquanto eu estava com o meu filho, eu brigava, eu dizia que não iria para a cela, porque meu filho não era um presidiário e não poderia ir para lá... E é engraçada a situação porque parece que você briga por brigar, mas algumas coisas eles eram legalistas, algumas coisas eles respeitavam, como por exemplo esse negócio de não deixar meu filho ir para a cela... Outra das minhas brigas na prisão era para registrar meu filho porque eu pensei que se ele fosse para um juizado de menores, para algum lugar, seria mais fácil achá-lo porque tem o sobrenome Schmidt, filho de Crimeia... Eu acho o nome Crimeia comum, mas naquela época quase ninguém usava e eu achei que com esses nomes era mais fácil achá-lo... E eu ficava nessa angústia e expectativa... Eu exigi que ele fosse registrado e registraram, tanto que depois foi mudado o registro do meu filho para colocar o nome do pai, porque ele foi registrado como meu filho apenas. No final, meu filho foi entregue para uma tia que era bem reacionária, participava de um desses grupos de Igreja bem fundamentalista e ele ficou com ela até eu ser solta...

Outras mulheres tiveram seus filhos na prisão, além de mim e da Isilda... A Jesse Jane, que era do Rio de Janeiro, engravidou na prisão quando ela e o marido estavam presos, e o filho deles também nasceu na prisão. Que eu conheço, são essas... Mas recentemente a gente

descobriu uma moça que seria filha do guerrilheiro Antônio Teodoro de Castro e que foi entregue pelos militares para uma família adotá-la... Foi feito o exame de DNA e comparado com o do pai, mas não tem como afirmar com certeza que é a filha dele porque o DNA da mãe não é conhecido... Mas a comparação do DNA dela é compatível com o do Antonio Teodoro. Estamos batalhando com o Estado para comparar com o DNA das guerrilheiras que eram vivas na data provável de seu nascimento... Ela não sabe quando nasceu, não conhece a história dela...

Esse pai adotivo disse que o militar que a entregou falou que ela era filha de guerrilheiros, mas ela nunca foi procurar com medo de represália contra os pais adotivos... É o mesmo problema da Argentina, os netos das “Mães da Praça de Maio” têm esse medo em relação aos pais adotivos... Eu estive em uma cidade no interior da Argentina, chamada General Pico na Patagônia, e eu achei interessante que na rodoviária tem cartaz e outdoor, dizendo que se você nasceu entre tal e tal época, procure as *abuelas* e faça um teste de DNA, porque você pode ser filho de algum desaparecido... Essa moça só foi atrás depois que os pais adotivos dela morreram, porque eram bem mais velhos, tanto que as irmãs adotivas são bem mais velhas que ela, teriam a idade dos pais biológicos dela... Essas coisas incomodam muito e não saem da memória, por mais que se queira esquecer...

Nesse meio tempo, entre a minha prisão e o nascimento de meu filho, teve um advogado que entrou com *habeas corpus* para mim e eu nunca conheci esse advogado... Fiquei sabendo disso muito tempo depois... Aquele bispo, D. Hélder, denunciou minha prisão e eu fiquei sabendo disso só em 1994, mais ou menos. Eu sabia que alguém da Igreja tinha denunciado minha prisão para a Anistia Internacional, mas só fui saber que era ele bem depois, quando eu ouvi uma palestra dele sobre a ditadura em que ele disse que denunciou a prisão de uma grávida, isso e aquilo, e eu disse para ele que essa grávida era eu... A Anistia Internacional queria visitar os presídios por causa da denúncia de prisão de grávidas... Teve um monte de coisa que eu nunca fiquei sabendo, quer dizer, fui saber muito tempo depois... Se você fica sabendo enquanto você está presa até dá certo ânimo, mas o isolamento e a falta de notícias angustiam... Era muito duro estar naquela situação...

Saí logo em seguida, em fins de abril de 1973, mas eu saí sob ameaça de morte por parte do General Bandeira que dava, inclusive, os detalhes de como que eu iria morrer se houvesse necessidade: suicídio, atropelamento, assalto, cair na linha do metrô... Tanto que eu fiz uma carta para o D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo naquela época, dizendo que eu não tinha nenhuma intenção de me suicidar, que eu me cuidava bem ao atravessar a rua, que eu não ficava perto da faixa amarela do metrô, mas que o general tinha me ameaçado com este tipo de morte e que se eu morresse, seria assassinada pela ditadura... Essa carta ele diz que entregou à imprensa, mas nada nunca foi publicado, mas deve ter chegado aos militares e esse era meu objetivo, que a carta chegasse a eles e que soubessem que a denúncia estava feita...

Eu sempre achei que era isso que me preservava, porque não adiantava eu tomar cuidado ao atravessar a rua, porque eles poderiam passar por cima da calçada para me atropelar... Eu estava livre, mas sob vigilância, tanto que eles iam à casa da minha tia fazer visita... Eles tinham contado uma história para minha tia que eu estava sendo ameaçada pelos terroristas e não sei mais o que, e ela acreditando recebia os caras na casa dela... Até que, com o tempo, ela percebeu que a história era outra... Se eu contasse a verdade, ela não acreditaria muito em mim porque eu era a ovelha negra...

A Amelinha e o marido dela, o César, saíram em fins de 1973, com o relaxamento de prisão preventiva... A gente foi morar junto e depois, em 1974, eles foram condenados. Ela tinha ficado 11 meses presa e foi condenada a seis meses, e o César foi condenado a cinco anos, então voltou à prisão... Foram tempos muito difíceis porque os caras iam lá a casa, tanto que a gente deixou de morar em prédio, era uma vigilância muito grande, até dos porteiros... A gente foi morar em casa, mas a casa te dá muita insegurança porque casa é mais para a periferia, e você está sozinho, é você só com as crianças...

Acontece que em 1976, houve uma queda grande de membros do Partido Comunista do Brasil e parece que sob tortura, falaram alguma coisa sobre mim que eu não havia dito quando fui presa, em 1972. Então a repressão passou a me perseguir mais intensamente, pois nunca deixou de me seguir, fazer ameaças veladas, inclusive com relação aos filhos e aos sobrinhos... Nesse período eu frequentava o presídio, para visitar meu cunhado e me mandavam recados dizendo

que sabiam onde meu filho e meus sobrinhos estudavam, esse tipo de coisa que parece inocente, mas que nós sabíamos o significado... A partir da Chacina da Lapa isso se intensificou e eu sabia que precisava me resguardar, e eu sempre achei que é o movimento popular que resguarda a gente, eu nunca acreditei na minha segurança pessoal.

O movimento estudantil estava ressurgindo naquela época e então eu pensei em voltar para a universidade... Eu frequentei a Escola Paulista de Enfermagem no ano de 1977, e eu voltei para a universidade por questões de segurança, não foi para terminar o curso, esse não era o meu objetivo... Eu tinha uma conhecida da USP e do Congresso de Ibiúna em 1968, que era professora da Escola Paulista de Medicina em 1977, a Clotilde Leopoldo e Silva, que também era diretora da Creche Santo Agostinho, na Bela Vista, onde eu tinha colocado meu filho... Foi ela que sugeriu que eu pedisse minha transferência para a Escola de Enfermagem da EPM, mas para isso eu precisava de um atestado de bons antecedentes da Escola Anna Nery!

Foi difícil conseguir este atestado, porque a diretora da Escola Anna Nery se recusava a concedê-lo... Disse então que tinha casado com um militar, que eu tinha parado o curso para criar meu filho e etc... E eles acabaram me dando um atestado e eu me matriculei na Escola Paulista de Enfermagem... Mas o meu objetivo era estar inserida no movimento estudantil, para me resguardar, me proteger das ameaças que vinha sofrendo, foi por causa disso, não foi pelo desejo de concluir o curso, voltar para a universidade...

Minha vida era muito difícil nessa época, porque além de estudar passei a trabalhar como atendente de enfermagem, antes de ser auxiliar no Pronto Socorro do Hospital de São Paulo, e eu tinha um salário baixíssimo e tinha filho para criar... Eu vivia junto com a minha irmã porque era a forma de a gente inclusive ficar com as crianças, levar para a escola, e ainda porque meu cunhado estava preso nessa época... A minha vida era levar e trazer as crianças, recebendo esse salário baixo... Então eu vim para a faculdade e não me lembro quanto era a mensalidade, mas para mim era caríssimo e por isso eu não pagava... E me cobravam o tempo todo e eu continuava o curso sem pagar... Tinha entrado lá para ficar...

Foi nessa época que aconteceu o movimento pela federalização da Escola, e lembro que a briga toda era no pátio do Hospital

São Paulo, tinha muita manifestação ali... Às vezes a gente também ia para o centro da cidade quando tinha manifestações mais gerais... O movimento estudantil era forte, tinha muita participação da medicina também e das outras escolas... Claro que quem dava o toque era a medicina, por ser muito maior. Eu não participava de diretório, eu era massa... Algumas pessoas sabiam que eu vinha da militância e da prisão, principalmente quem era ligado ao movimento, já que eu também estava ligada ao movimento pela anistia...

A Escola de Enfermagem era muito repressiva, especialmente essas mais isoladas, é uma coisa muito moralista... Uma das coisas que eu me lembro que briguei é porque tinha creche para as crianças muito pequenas, e meu filho nessa época já estava com quatro anos e não tinha direito à creche, mas também não permitiam que ele ficasse comigo na sala de aula. Então, uma vez uma das alunas levou um cachorrinho, entrou e ficou. Aí no dia seguinte eu comprei uma coleirinha e levei meu filho... Quando disseram que ele não podia ficar, eu falei que se cachorro podia entrar, o meu filho também podia, nem que eu tivesse que colocar coleira... Então me deixaram entrar com ele, até porque o trazia só de vez em quando, quando não conseguia deixá-lo na escolinha. Nunca vi ninguém brigar por trazer os filhos, mas eu achei necessário e fui defendida por várias pessoas. Meu filho ficava quietinho, desenhando, mas às vezes dava palpite na aula... Eu me lembro, por exemplo, de uma aula sobre vacinas, em que ele disse que não queria tomar injeção!

Em maio ocorreu a federalização da Escola Paulista de Medicina, e por volta de setembro ou outubro eu consegui um emprego na Diocese de João Pessoa, para trabalhar na Pastoral da Saúde... E como em João Pessoa existia a Universidade Federal da Paraíba, eu pedi transferência, pois de federal para federal era mais fácil. Então, eu pedi minha transferência e a moça da secretaria me disse que só teria a transferência se pagasse minhas dívidas, e eu questionava, pois as minhas dívidas haviam sido quitadas com a federalização e que a dívida que eu tinha agora não era mais minha responsabilidade... Mesmo assim, ela disse que eu não teria a transferência e eu disse então que daria o dinheiro assim que tivesse a transferência. No dia em que ela fez a transferência, fechei minha conta no banco e guardei um cheque para dar a ela, e nunca foi cobrado. Eu brinco que comprei meu diploma com cheque sem fundo. Então, fui para a Paraíba estudar e trabalhar...

Hoje eu me dedico à questão dos desaparecidos do período da ditadura militar... Na clandestinidade você não conhece quem é cada um na realidade, o nome verdadeiro, de onde é, o que faz, onde mora... Isso servia para a gente se resguardar caso alguém fosse preso e de fato não tivesse o que dizer... Só depois é que eu vim saber quem era quem, porque na época da militância quanto menos informações você soubesse era melhor... Então deu muito trabalho descobrir quem era quem depois... Teve movimentos dos dois lados: os ex-presos querendo saber dos companheiros e as famílias procurando seus parentes, e se ajudando mutuamente...

Na Comissão de Justiça e Paz era onde a gente se encontrava e trocava informações... A partir de fotos e descrições de familiares, ex-presos reconheceram pessoas, e a partir de um processo demorado foi feita uma lista de mortos e desaparecidos políticos... A lista feita em 1979 e entregue ao senador Teotônio Vilela é muito menor do que a atual, justamente devido a essa troca de informações. Mesmo assim, a lista ainda está incompleta... Além dos desaparecidos durante a ditadura militar, o levantamento da Comissão Estadual da Verdade indicou que há pelo menos três mil desaparecidos no pós ditadura...

Além disso, há a questão da identificação das ossadas da Vala Clandestina do Cemitério de Perus... Olha, nós fomos sacaneados por três universidades: a USP, Unicamp e a UFMG e tenho esperança de que o trabalho do CAAF e da UNIFESP tenha outros caminhos... Quando nos deram a alternativa do IML e da UNIFESP, eu pensei que seria melhor tentar confiar em uma universidade que estava disposta a esse trabalho, do que no IML... Eu acho que as coisas estão caminhando razoavelmente, embora lentas para o meu gosto. Mas eu entendo que burocracia é lenta, que ela existe para isso, para deixar as coisas mais lentas...

Eu espero que a gente identifique alguns desses desaparecidos de Perus, porque eu sinto que desde que foi aberta a Vala, com maior ou menor intensidade, esse assunto não saiu da mídia. São 24 anos! Mas tudo o que nós conseguimos foi a conta gotas, a gente nunca conseguiu nada sem luta! Além do que a gente consegue tudo parcialmente... Mas eu acho que alguns fatores empurraram isso para frente, como a condenação do Brasil na OEA. Tem que ter uma resposta, cedo ou tarde! E quanto a essas ossadas da Vala Clandestina de Perus vai ser

difícil dizer que não conseguiu DNA, ou algo assim... Eles conseguem DNA de Ricardo III, da D. Leopoldina, e não acham o DNA dos nossos? Não é possível que os nossos tenham DNA tão volátil!

Eu acredito que vai ter identificação, mas é lento, eu acho lento para o meu gosto... O pessoal do CAAF é muito bem intencionado, eles se importam e querem resolver... E o mais importante é que não são ligados à polícia, porque o IML é ligado à polícia, que é uma das coisas que a gente tinha que mudar nesse país... O IML tinha que ser vinculado à justiça e não à segurança pública, por que se uma parte das mortes é causada por policiais como pode o laudo ser feito por um colega deles? Fica tendencioso... Já a nossa decepção com as universidades é que esses policiais do IML são professores das universidades também... Eu acho que agora a gente está mais voltado para a genética e menos para a parte de legista... Aliás, essa parte das ossadas não tem muito a ver com médicos legistas e não pode ser pensado dessa forma. Legista é para um corpo morto, nós temos restos desse corpo, que são os ossos. Nós não temos um corpo, com hematomas e marcas, etc. Então eu não acho que legista tem que entrar na história, embora eles tenham uma corporação forte. A medicina é uma corporação forte, a gente vai ter dificuldades com essa parte de medicina legal...

8. Daher Gattaz

Eu sou do interior, de Rio Preto. Quando eu fiz o secundário, hoje chamam de Ensino Médio, tinha alguns professores muito politizados, e um especial acabou influenciando a mim e a outros colegas pelo interesse em questões políticas. Já no cursinho, quando eu vim pra São Paulo para me preparar para estudar medicina, eu também vi ali muita discussão política e eu participava intensamente, de uma forma até meio apaixonada. Como todo o jovem, ou alguns jovens, eu fui tomado pelos acontecimentos da época, no país e fora também.

Então quando eu entrei na Escola Paulista de Medicina eu já vinha com uma posição política. Por isso eu entrei na militância partidária quando eu estava no segundo ano da faculdade. Entrei no Partidão, o Partido Comunista do Brasileiro, que tinha naquele momento uma existência que não era totalmente legal, mas era legal, de fato funcionava abertamente, um curto período da história que o Partido Comunista teve uma existência às claras.

No segundo ano fui convocado, e ficava discutindo ali nos pátios etc. e tal, e logo que perceberam as minhas tendências fui convidado a entrar no partido... Entrei no partido, comecei a participar também como membro suplente do comitê universitário, comecei a participar das reuniões, e a gente tinha uma participação na UEE, a União Estadual dos Estudantes, e comecei a ter uma participação no movimento estudantil.

Logo em seguida na Escola fui convidado a formar parte de uma chapa. O Madeira foi o nosso presidente, ele estava dois anos à minha frente e ele não era do Partidão. Dessa diretoria só tinha dois membros do Partidão, eu e o João Reis Glia. O Glia era da turma do Madeira, eles já estavam no quarto ano e tinham uma posição de destaque na diretoria... Eu era mais novinho, então era secretário. Eu comecei a participar dos congressos também, e foi a primeira vez que algum delegado da Escola Paulista participou do Congresso da UNE, a União Nacional dos Estudantes.

O Cícero Brasileiro foi meu calouro, o Fábio Ancona Lopes era meu colega de turma, muito amigo e também companheiro de

militância. Houve uma célula comunista e eu era secretário da célula, da organização de base. A gente chamava organização de base, funcionava como um partido. A gente estudava, estudávamos os livros clássicos de marxismo e evidentemente os documentos sobre a análise da conjuntura nacional, enfim os documentos importantes.

De certa forma a política naqueles anos 1959, 1960, era advinda de uma efervescência cultural e política enorme, do despertar de valores nacionais, de propostas novas, cinema novo... Era um momento muito bonito e de efervescência cultural e política. Também houve a fundação de Brasília em 1960, depois veio todo o episódio em 1961 da renúncia do Jânio Quadros e a tentativa de golpe contra a posse do João Goulart... E a gente, quero dizer o Movimento Estudantil de São Paulo, teve uma participação muito grande em passeatas, movimentos, manifestos, distribuição de panfletos... Eu e um psiquiatra também que era da turma do Madeira, o Luís Meyer, que era o chefe do departamento cultural do centro acadêmico da nossa diretoria, fomos distribuir panfletos em porta de fábrica, esse tipo de coisa, denunciando o parlamentarismo como tentativa de golpe.

Toda essa agitação evidentemente tomou conta da Escola, que até então que era uma coisa amorfa. A Faculdade de Direito São Francisco e principalmente a Maria Antônia, a Faculdade de Filosofia, esse pessoal tinha uma participação política grande, mas a Escola ficava à parte do movimento estudantil, ninguém se manifestava nem fazia nada... A partir daí houve certa radicalização, porque a maioria silenciosa começou também a se manifestar contra a esquerda, e houve uma clara divisão, que se tornou uma radicalização grande ao longo do meu curso de medicina, dentro da minha classe e em entre outras turmas... Houve choque devido a toda essa divisão que começou a aparecer.

Os professores da Escola eram conservadores. Havia lá os dinossauros, os velhos fundadores da Escola, gente de nome muito comprido, que fundaram uma Escola para a elite. A Escola era particular, era privada, e passou a ser do Ministério da Educação. Se fosse particular eu não poderia ter estudado na Escola, não tinha condições de pagar uma faculdade de medicina. Quando eu entrei já não era mais privada, era para gente que não era mais da elite. Houve uma mudança da massa estudantil, e isso acabou se refletindo em toda essa mudança de posição política dos alunos. No Biceps, está registrada a mudança

de posição, quando o Centro Acadêmico passou a ter posição política e participação do movimento estudantil.

Havia as raras exceções: professores como o Baeta que era do Partido Comunista, o Benedicto e a Suzana que foram para a Escócia, a Olga e o Davi Rosenberg. Enfim esse pessoal, mas eles não participavam diretamente com os alunos. O Marcos Lindenberg também era um deles. Tenho ótimas memórias de Marcos Lindenberg, as melhores possíveis, porque ele foi o primeiro reitor da UNIFESP que foi criada ali. Ele era essa figura tão bonita que já tinha certa idade quando abraçou o projeto da Universidade Federal. O João Goulart, nesse movimento de desenvolvimento do Brasil, defendia valores nacionais, a autodeterminação dos povos, o ensino voltado para o social, para a industrialização, para o desenvolvimento do Brasil, não um ensino de e para a elite. A Universidade Federal de São Paulo eu acho que nasceu com essa espécie de bandeira, e o Marcos Lindenberg assumiu e carregou essa bandeira. Ele foi afastado em 1964...

Uma das realizações da nossa diretoria do Centro Acadêmico Pereira Barreto foi ter trazido o Jean Paul Sartre e a Simone de Beauvoir aqui para São Paulo, para realizar uma conferência no Teatro João Caetano, ao lado da Escola. O grande filósofo estava em Cuba e, a convite de Jorge Amado veio para o Brasil fazer várias conferências defendendo, evidentemente, a Revolução Cubana. Dessas conferências resultou o livro “Furacão sobre Cuba”, um estrondoso sucesso... Nessa época em que Jango era presidente vivíamos um clima de liberdade total, a gente sentia como se estivesse no poder... A esquerda achava...

Enquanto nós estávamos na diretoria nós também fizemos uma Semana dos Estudos Nacionalistas. Cada noite era um conferencista do ISEB, que era Instituto Superior dos Estudos Brasileiros, e ficava super lotado. O Benedicto Arthur Sampaio foi um dos conferencistas, e foi aí que eu comecei a me aproximar dele... Dele eu posso falar muito, foi meu companheiro da vida toda, meu mestre, meu sócio, enfim, como se fosse meu irmão mais velho...

Ele era um psiquiatra brilhante formado na Escola... Mas a psiquiatria nesse tempo na Escola realmente não existia, era uma coisa horrível que não funcionava direito e realmente não dava para aprender coisa nenhuma... Eu comecei a me interessar por psiquiatria nessa época e fui estudar no hospital público onde o Benedicto trabalhava, e

dava aula para mim e para um grupinho de interessados... Porque da Escola ele foi afastado, não deram chance nenhuma pra ele, mesmo sendo um intelectual brilhante...

O que aconteceu foi o seguinte. Em março de 1964, um velho professor de psiquiatria da Escola se aposentou e abriu um concurso para o preenchimento dessa cadeira. Havia três candidatos: o assistente do velho professor que não me lembro o nome, o Anísio Teixeira, e o Darcy Mendonça Ushoua, que passou no concurso. O Benedicto Sampaio fez todo o trabalho político junto ao Marcos Lindenberg, de montagem da banca, de apoio ao Darcy que já era um psiquiatra importante e respeitado. Todo mundo sabia desse apoio do Benedicto ao Darcy e também se esperava com isso que ele fosse chamado para o cargo de assistente. Em 31 de março veio o golpe militar e evidentemente o Darcy não chamou o Benedicto Sampaio, porque ele não queria se queimar chamando para seu lado um comunista... Ali acabou o sonho do Benedicto de fazer qualquer carreira acadêmica e eu, que era recém formado e iria trabalhar como monitor nessa equipe, também fui afastado...

Eu me formei em 1963. A minha república de estudantes se desfez e fiquei morando num quarto alugado, perto da Escola, quando se deu o Golpe, em março de 64. Já trabalhava, então, no Juqueri.

Eu soube que foi feito um Inquérito Policial Militar na Escola e alguém veio me avisar que estavam procurando por mim. Não sei quem, alguém que me queria muito bem, disse que eu estava em Mato Grosso. Por isso, saí de lá e fui buscar pouso na casa de parentes, passando uma longa temporada em casa de uns tios meus, sem dar a cara.

Não sei que fim levou esse IPM, me afastei completamente.

Em 1966, Benedicto Sampaio, Dalka e eu montamos a Clínica Borda do Campo, e foi aí que todo esse pessoal foi trabalhar: Marcos Ferraz, Cicero Brasiliano, Regina Elsa, etc.

A partir de 1967, 1968, minha participação política foi de apoio a militantes da luta contra a ditadura e a perseguidos políticos.

Benedicto foi preso em janeiro de 1970. Consegui visitá-lo na Casa de Detenção da Tiradentes, entrando como se fosse estagiário do futuro Deputado Aírton Soares, que era advogado de presos políticos. No pátio da prisão encontrei-me com meu Presidente, Madeira. Benedicto ficava numa cela com Caio Prado Junior e mais dois intelectuais,

e os presos chamavam, jocosamente, sua cela de “câmara dos lordes”. Madeira foi torturado, inclusive com um fuzilamento simulado, e todos falavam de seu comportamento exemplar. Voltei a encontrar-me com ele após o fim da ditadura.

Com a prisão do Benedicto, nossa situação ficou muito mais ameaçada, mas conseguimos, aproveitando a estrutura do Hospital, “asilar” perseguidos políticos e até empregar refugiados que chegavam de outras regiões do Brasil

9. Durval Rosa Borges

Eu entrei na Escola Paulista de Medicina em 1962... Durante o curso, minha turma esteve envolvida em pelo menos duas atividades, que a meu ver, foram relevantes. A primeira foi a organização de um show de música popular no Teatro Paramount chamado de “O Remédio é Bossa” em 1964... Eu tenho até hoje o cartaz na minha sala... Foi um show em que vieram todos os nomes importantes da época: Tom Jobim, Vinícius de Moraes, Nara Leão, Elis Regina entre outros... Lembro que nesse evento teve um rapaz que não entrou porque ele ainda não era suficientemente conhecido, do nível dos outros: era o Chico Buarque! Essa foi uma atividade interessante.

A outra atividade relevante foi uma viagem que nós fizemos para a Europa. Cerca de metade da turma, sete das 16 meninas e 27 dos 60 rapazes, aderiu à ideia. O que tornou essa experiência interessante é que nós conseguimos praticamente todo o dinheiro para a viagem, quer dizer, cada um teve que desembolsar, para completar o valor, cerca de US\$ 100,00 para uma viagem que durou quase três meses. Por mais que tenha tido inflação, acho que esse valor corrigido estaria em torno de US\$800 hoje. Chegamos a Portugal, tomamos um ônibus que nós tínhamos alugado e com esse ônibus fomos até a Suécia e voltamos. Essas foram as duas atividades bem marcantes da minha época de estudante.

Outro momento de que me recordo bem aconteceu durante o último ano de curso, quando houve um concurso para que fosse escolhido o orador da turma porque, além de mim, havia outros quatro ou cinco colegas interessados. Para resolver esse impasse, a turma decidiu que cada um dos candidatos faria seu discurso e o melhor seria escolhido o orador daquele ano... Então, eu me formei em 1967 e fui orador da turma.

No ano seguinte, em 1968, antes de iniciar a Residência, eu fui convocado para passar um ano servindo como médico na Aeronáutica. Até hoje os recém-formados podem escolher servir como médico, dentista ou farmacêutico, pois eles podem trabalhar por um tempo e ganhar um salário razoável. Na minha época era diferente: prestávamos

aquele serviço, porque éramos convocados. Em 1968 era o primeiro ano que aquilo estava acontecendo e ninguém queria participar. Como eu era um dos mais jovens da turma e ainda era solteiro acabei indo. Não tinha como escapar! Teve até um episódio engraçado de um colega de turma, que já estava noivo e apressou o casamento civil um dia antes da apresentação da turma para o serviço militar... Ele apareceu muito orgulhoso caçoando de nós, porque ele não teria mais a obrigação de servir por ter se casado, enquanto nós não tínhamos escapatória. Só que outro colega disse a ele, que o nosso serviço só duraria um ano enquanto o casamento, em princípio, duraria a vida toda! Então, em 1968 eu servi como médico na Aeronáutica e aquele foi um ano bravo, porque no fim do ano foi editado o AI-5. Significava que a cada discurso diferente de alguém na Câmara ou cada passeata que tivesse no Rio de Janeiro ordenavam “Prontidão”, o que queria dizer todos deveriam se apresentar no quartel...

A minha vida estudantil na EPM esteve envolta pelos acontecimentos do período da ditadura militar no país... Entre 1964 e 1968 eu vivenciei esse momento político como estudante. Se olharmos o que aconteceu em outros locais, em outras instituições em outros estados do Brasil, eu diria que o que ocorreu na Escola foram ferimentos leves. É como se tivesse um desastre, no qual o sujeito pode desde morrer até se ferir gravemente, pode ficar em coma ou apenas sofrer ferimentos leves. Eu diria que foram ferimentos leves, no que tocou o cerceamento de ação do Centro Acadêmico Pereira Barreto, o CAPB, que teve o departamento de imprensa fechado... Já em relação ao corpo docente houve o afastamento de alguns professores, lógico que não devia ter nenhum afastado, mas foi só isso que aconteceu.

Depois de 1968, embora em outros ambientes saibamos que a situação tenha piorado muito, aqui dentro da Escola parece que houve certa acomodação, mas isso eu não posso dizer com certeza porque nesse ano eu estava na Aeronáutica e não vivenciei o que acontecia aqui... Lembro de um episódio ocorrido nessa época: como médico tinha que dar plantão no Hospital da Aeronáutica, no Campo de Marte, a cada 15 dias... Certo dia fui chamado, porque eu precisava atender um sujeito na prisão que diziam estar louco e estranhei o chamado, porque não era psiquiatra... Após examinar o tal sujeito, reporteime ao chefe de plantão, um coronel possivelmente, e disse que aquele coitado não

estava doido, que ele não tinha nada e doido estava quem o pusera lá. O coronel pareceu-me indignado com aquilo. Algum tempo depois eu soube que a pessoa presa era um soldado, que estava no último dia de serviço e decidiu ir ao cinema sem a farda com a namorada. O problema é que soldado não pode circular sem farda, então algum encenqueiro superior a ele, o prendeu. Com essa história quero dizer que em outros ambientes sentíamos uma arbitrariedade mais forte, eu mesmo vivenciei um episódio e até hoje eu não sei direito o que aconteceu...

Certo dia eu e outro médico fomos chamados para o Quartel General da Aeronáutica. Tínhamos que nos apresentar lá, e ficamos numa sala esperando cerca de três horas... Esperávamos e nada acontecia! Em uma situação como aquela, a pessoa fica desconfiada, tentando entender que história era aquela... Quando fui chamado, havia dois sujeitos, um major e um capitão, que faziam inúmeras perguntas, sem parecer ter nenhum objetivo específico. Conversamos por um tempo, mas acabei sem saber qual era o motivo daquele encontro. Possivelmente eles deviam ter algum propósito ou em meio a várias perguntas eles devem ter extraído alguma informação... Hoje, após acesso ao meu dossiê no Serviço Nacional de Informação, o SNI, sei que buscavam informações... Enfim, tudo isso para dizer que fora da Escola havia um clima muito mais pesado...

Que eu saiba, e a menos que minha memória esteja fazendo alguma injustiça, não teve nenhum aluno que tenha sido expulso ou jubilado, presos alguns foram... Mesmo o Moacyr Vilela, Chefe da Disciplina onde eu comecei, que era um sujeito bem favorável ao Golpe, se envolveu para defender um aluno... Lembro-me que quando um dos rapazes que trabalhava com ele foi preso, o Moacyr conversou com um dos chefões e disse que não sabia o que o rapaz tinha feito, mas era para eles não fazerem nenhuma mal a ele... Em relação aos alunos têm aqueles que foram presos, isso eu conto porque não é segredo. O Rubinho foi preso, o Arthur Ribeiro também foi preso... Até onde eu sei nenhum deles sofreu tortura, mas se houve casos, eu acho que eram aqueles alunos que tinham realmente se engajado na luta política, na luta armada...

Por outro lado, tinha casos como do Miguel Jorge, que foi Pró-Reitor... Quando ele era do Centro Acadêmico, o discurso dele era duro contra o governo, mas ele nunca foi preso por isso... Eu tenho

impressão de que tinha certa blindagem, e talvez olhando assim retrospectivamente, é possível que o grupo que tomou o poder tinha o serviço de informações, etc. Devia ter aqueles que podiam fazer discurso, para não dar trabalho, entende?

Havia também algumas pessoas, tanto do corpo discente como do corpo docente, que se dizia pelos corredores serem informantes do DOPS. Alguns consideram o Bier um informante, porque ele era alguém que falava claramente que era a favor do regime, mas a meu ver o Bier certamente não seria informante, ele era um sujeito de opinião e duro mesmo... Em uma Ata, acho que da Congregação, há a descrição de tudo o que aconteceu em uma reunião naquele linguajar oficial típico. A lápis, o Bier escreveu na margem da Ata, “Não foi bem assim que aconteceu. Ass. Bier”. Ele não diz o que aconteceu, mas deixou registrado que não foi exatamente como estava registrado oficialmente. Ele era diferente, uma pessoa de opinião, que falava sem problemas aquilo que estava pensando, mesmo opiniões bem duras como “acho que você deve morrer mesmo!”

O que eu estou chamando aqui de informante é aquele tipo realmente gosmento, aquele sujeito que era disfarçado, que convivia bem com todo mundo, tomava cafezinho lá no bar, contando piada, dando risada e buscando as informações... O Leal Prado recebeu na sala dele um dos professores que queria logo depois do golpe fazer uma lista de quem não tinha as mínimas condições de conduzir a Escola, quem estava envolvido com o comunismo ou com o antigo regime... E o Leal o mandou embora. Então, era um corpo docente que poderia até ser conservador, ter apoiado o golpe, mas para por aí. Não venha com história de fazer lista!

Até existiu um inquérito policial liderado talvez pelo Bier e pelo Freitas, mas não deu em nada... É possível ver alguns desses no museu hoje. Tenho impressão que o Freitas aparece em um desses papéis, em algum dos inquéritos, não tenho certeza se foi do Freitas ou outro professor... É algo que precisa ser examinado com atenção, porque o Freitas tinha um filho que queria ser padre. Olha o grau de periculosidade! Eu tenho impressão de que aquele inquérito não deu em nada, por causa de outro inquérito que ficou famoso por esse aspecto de querer identificar elementos contrários àquele regime, e que também foi chamado “Comissão dos Ociosos”.

Essa Comissão, tecnicamente, tinha como objetivo identificar quem do corpo docente não estava dando aula suficiente ou que não vinha trabalhar todos os dias. Na verdade, era uma comissão diferente da “Comissão do Dedo-Duro”. A lista feita pela “Comissão dos Ociosos” analisava quantas aulas o professor deu por ano e era aparentemente isenta, isto é, quem vinha dar aula, não estava na lista; e quem vinha só uma vez ao mês para receber o holerite estava na lista independentemente se era esquerda, centro ou direita. Quando essa lista ficou pronta, alguns nomes, que eu não vou revelar, foram identificados como “ociosos” e um desses nomes era de um dos mais fervorosos defensores do Golpe aqui dentro. Ao saber que seu nome constava nessa lista, o sujeito avisou alguém que a tal lista estava sendo feita por comunistas. Não demorou muito para que essa lista fosse rasgada. Eu tenho impressão de que nesse caso, com a mistura dessas duas listas, uma acabou aliviando a outra...

Agora, alguns professores foram afastados pelo governo, como o Baeta da Biofísica, o Davi Rosenberg da Cirurgia, e o Marcos Lindenberg. O Lindenberg foi afastado em 1965. Acho que no caso dele, o afastamento coincidiu com o ano da aposentadoria compulsória, talvez ele tenha entrado na compulsória. O Jair Ramos, com 65 anos, foi em seguida... Acontece que a compulsória era com 65 anos, mas se a Congregação decidisse poderia ir até os 70 anos... A Congregação não chegou nem a examinar o pedido, porque o diretor na época não submeteu isso à Congregação, aposentou e pronto!

Eu vou formular outra hipótese, suponha que essa reunião aconteceu e que na época não fosse adequado ser relatado, acho que poderia ter dois tipos de pessoas em uma reunião como essa: aqueles que eram a favor do regime, mas não queriam ver isso registrado; e, aqueles que eram contra e talvez estivessem com receio que fosse registrado, por isso não queriam... Quando eu chefei o Departamento de Medicina, tentei fazer um arremedo da história do Departamento e, para isso, consultei o Livro de Ata. No Livro de Atas no CTA, tenho quase certeza que era do CTA e não da Congregação, tem um determinado momento, não sei se logo após o golpe de 1964 ou logo após o AI-5, há no Livro de Ata cerca de cinco páginas em branco, depois continua na sexta página, como se nada tivesse acontecido... Isso chamou muito a atenção, me fez conjecturar uma hipótese, pode estar errado, mas é uma hipótese. Ao

se deixar em branco, talvez haja atos que teoricamente tivessem que ter sido registrado lá atrás. Mas se teve a intenção, não teve a ação, porque continuam em branco até hoje. Provavelmente alguma assembleia ou reunião extraordinária que não poderia ser relatada, pelo menos não naquele momento, e acabou não sendo relatada...

Depois que me formei em 1968, entre os anos de 1969 a 1971 fiz três anos de Residência, e em 1969 também me casei... Durante a Residência eu fiz um trabalho, que acabei defendendo como Doutorado em 1971. Praticamente terminei a Residência e defendi um Doutorado! Fiz juntamente com a Residência o que seria um estágio na Bioquímica aqui na Escola com o professor Leal Prado... Embora tenha feito Residência em Clínica, eu fiquei lá na Bioquímica, entre 1972 e 1973. Em 1972 eu prestei concurso na disciplina de Gastrenterologia, onde eu já atuava, para Professor Assistente, mas como eu era jovem e recém-formado, tinha que esperar minha vez... No entanto, o professor que poderia assumir essa vaga acabou indo para um cargo de chefia no INPS e eu fiquei com o cargo.

Em 1973, já na carreira acadêmica da EPM, eu morei na Inglaterra por um ano juntamente com minha esposa, três filhos e a babá, e quando voltamos de lá, minha mulher estava grávida de nossa quarta filha... Pouco depois de meu retorno, deparei-me com um possível problema: como eu havia feito meu Doutorado aqui pouco antes do credenciamento dos cursos de pós-graduação, levantou-se a dúvida sobre a validade do meu título obtido por aquele curso não credenciado. Diante disso, resolvi fazer um segundo Doutorado, para não ficar com nenhuma pendência.

Eu fiz toda minha carreira na Gastrenterologia, que é uma disciplina do Departamento de Medicina... Muitas vezes as pessoas consideravam equivocadamente que a carreira que se faz no Hospital é diferente da carreira que se faz fora dele nas disciplinas básicas, só que pela minha trajetória sempre fui considerado um híbrido, alguém que transita entre as disciplinas básicas e a área clínica. Não me dediquei nada além da carreira acadêmica, não trabalhei nem em clínicas ou consultórios.

Na verdade, entre 1975 e 1982 trabalhei com meu pai, que também era médico, e tinha um laboratório de análises clínicas, sendo o responsável pelo laboratório do Hospital Beneficência Portuguesa. Meu pai

era de família pernambucana e estudou Medicina no Rio de Janeiro na Praia Vermelha, que era a grande escola na época... A turma do meu pai se formou em 1933, mesmo ano de fundação da Escola, e eram 480 alunos! Naquela época, os alunos tinham que buscar um lugar para fazer estágio, buscar na Santa Casa, serviço particular, aonde fosse...

Em 1990 eu fiz o concurso de Livre Docência, porque apesar de isso não existir no Sistema Federal, a EPM o colocou como pré-requisito para ser candidato para Professor Titular. Isso existiu no passado, foi extinto e recomeçou em meados de 1987... Em 1992 fiz o concurso para Professor Titular. Lembro-me que quando me dirigi a um dos membros da banca ele falou que eu era muito jovem para estar prestando aquele concurso. Eu tinha 49 anos e essa pessoa que me indagou, e com quem eu tinha certa intimidade, também foi titular com 49 anos! Não era tão velho nem tão jovem...

A minha maior vivência com o Hospital foi durante a época da Residência, mas também não quer dizer que terminou por aí... Eu sempre digo que eu só aprendi que o HSP tinha elevador depois que terminei a Residência, para entenderem que o residente não tem tempo para ficar esperando o elevador. Se for esperar o elevador para descer e pegar um resultado de um Raio-X, depois esperar o elevador para subir... Não dá! Por isso é no período da Residência em que a vivência com o Hospital é muito grande.

Paralelamente a minha pesquisa básica, também desenvolvia parte de uma pesquisa na área clínica, cujo intuito que era estudar pacientes com esquistossomose, o que tenho seguido até hoje... Essa parte da pesquisa era desenvolvida no Hospital, de modo que eu tinha essa dupla atuação de um lado e de outro. Foi na metade dos anos 1970 para frente é que as disciplinas começaram a sair do Hospital. Antes disso, falar que se estava na disciplina, que era uma disciplina da Escola Paulista, era na realidade dizer que se estava no Hospital, porque fisicamente estava-se dentro de suas dependências.

Mais tarde houve um movimento de saída das disciplinas de dentro do Hospital. Ainda hoje temos alguns departamentos que estão dentro do Hospital, mas houve uma época em que absolutamente todas estiveram lá dentro. A minha disciplina que era Gastrenterologia, por exemplo, quando eu comecei os estudos, estava dentro do Hospital. Na realidade ela era tão pequena, que só tinha uma salinha no corredor

do 2º andar. Foi só mais tarde, durante os anos 1970, com a construção daquele Prédio dos Ambulatórios, na esquina da Rua Napoleão de Barros com a Rua Pedro de Toledo, onde tem o Pronto Socorro até hoje, que começaram a haver algumas mudanças.

Várias disciplinas clínicas mudaram de dentro do Hospital para um Ambulatório. E é a partir daí que foram sendo criados órgãos como INFAR, Preventiva, que foram saindo completamente de dentro do Hospital. Estou falando sobre a situação das disciplinas na área clínica, como Clínica Cirúrgica, Ginecologia, Obstetrícia, Ortopedia, Otorrino, Oftalmologia, porque na área básica elas sempre foram do outro lado do quarteirão. Na Rua da Pedro de Toledo, tínhamos de um lado o Hospital com as disciplinas clínicas e algumas disciplinas básicas, como Microbiologia, Anatomia, Fisiologia, que depois se alojaram no Instituto de Ciências Biológicas e, do outro lado, onde temos a Biblioteca, tínhamos o restante das disciplinas básicas.

Entre essas mudanças da Escola, da sua origem e transformação, gostaria de tomar como exemplo a evolução do Departamento de Biofísica do Professor Paiva. Essa história retrocede ao período de criação da Escola, cujo intuito era formar médicos, ou seja, a Escola de formação profissional não tinha uma preocupação em fazer pesquisa. Isso só mudou cerca de uma década depois, entre os anos de 1943-1944, quando dois professores de cadeiras básicas, um da Farmacologia e o Leal Prado da Bioquímica, defenderam que deveria haver também o desenvolvimento de pesquisa na EPM. Os professores podiam ter uma atividade pela manhã na EPM, mas à tarde eles iam para um consultório ou um hospital... Professor de tempo integral na cadeira básica, se não fizesse pesquisa, no fim ficaria ocioso. Esses professores tinham essa postura, porque, primeiramente, eles gostavam de fazer pesquisa; e, segundo, eles achavam importante para uma escola médica de qualidade ter pesquisa. Então, eles criaram o Laboratório de Bioquímica e de Farmacologia, instalado no 2º andar do HSP. Só que uma década mais tarde, já não era mais possível ter um grupo de pesquisa em crescimento onde eles estavam, aos fundos da Farmácia. Nos anos 1950, eles conseguiram com o Diretor da época, que fossem construídos os laboratórios de Bioquímica e Farmacologia, naquele quarteirão onde atualmente está a Biblioteca, mas que na época estava praticamente vazio. Estou referindo-me ao hoje chamado “Edifício Leal Prado”.

Nesses laboratórios desenvolveram-se dois grupos fortes de pesquisa, a Farmacologia e a Bioquímica, que formavam um departamento único, o Departamento de Bioquímica e Farmacologia, o DBF. Passado algum tempo, eles haviam crescido o suficiente para se separar em dois departamentos... Na Farmacologia formou-se o caminho para criação da Psicofarmacologia, que depois se tornou um departamento; na Bioquímica formaram-se vários professores e criaram-se outros departamentos como o do Biofísica... O INFAR, localizado na Rua Três de Maio, data dos anos 1970 e tinha como objetivo reunir todos esses departamentos em um único edifício, entretanto não couberam todos. Parte da Farmacologia e parte da Bioquímica, por exemplo, ficaram para cá. Resumindo, em cerca de duas décadas, o núcleo inicial de pesquisa tinha dado origem a mais dois departamentos.

Essa foi uma das mudanças que acompanhei na EPM. Outra foi a federalização da Escola. O hibridismo que a federalização trouxe não afetou em absolutamente nada meu cotidiano de trabalho, porque para mim era como se eu saísse de uma cadeira e fosse sentar em outra ao lado. Mesmo quando o Jair fez a junção das chefias dos comandos, a partir de 1980 ou 1981, para nós, não tinha divisão. Estávamos vivendo em um ambiente único. Apesar de ter essa impressão, não posso ignorar as implicações desse hibridismo em outras questões.

Em teoria, por exemplo, a figura do catedrático não existia mais, mas na prática ele ainda estava lá. O que isso queria dizer? O sujeito era professor titular de Ginecologia da EPM, e o HSP na outra metade do quarteirão tinha o serviço de Ginecologia. Então se podia ter um chefe na EPM e um chefe HSP, mas não obrigatoriamente o catedrático ou titular de Ginecologia da EPM era o Chefe da Enfermaria de Ginecologia do Hospital. Era possível ter um corpo docente da Escola e ter o Hospital com o seu corpo clínico, e o chefe da Escola não ser o chefe no HSP. Até hoje, o Chefe da Disciplina da Cardiologia é o Chefe da Enfermaria de Cardiologia do HSP. Com exceção da cabeça, que é o presidente da SPDM e o diretor da Escola; onde havia a separação, do pescoço para baixo continua um corpo só.

E mesmo que continue sendo CNPJs diferentes, cotidianamente, eu não me sentia afetado por esse hibridismo. As dificuldades cronicamente sempre foram grandes, quer dizer, a restrição de dinheiro que se tinha foi sempre muito mais por demanda do que pela possibilidade de

se consertar ou suprir o que estava faltando. Não sentia que houvesse diferenças entre o presidente da SPDM e o diretor da EPM a ponto de um querer dificultar o trabalho do outro, se bem que o argumento do Jair para fazer a junção era a de que essa dicotomia podia prejudicar o andamento do Hospital. Dizem que o Jair tinha um diagnóstico de que todas as injunções pela federalização não deram certo, porque a sociedade civil resistia em doar os bens. Tanto que ele sempre dizia que o problema da dívida era inexistente, porque a hora que os bens fossem efetivamente doados, a dívida desapareceria. Isso foi uma bobagem, porque não desapareceu nem quando federalizou a Escola. Eu acho que ele imaginou que fazendo a junção esse tipo de resistência ia acabar, mas isso é uma hipótese.

Na prática continuou igual por isso. Por exemplo, vamos comparar a situação no HSP e no Hospital Albert Einstein: no Einstein, não existe “Enfermaria de Gastrenterologia”, “Enfermaria de Cardiologia”... Existe “Berçário”, que é separado, e os demais doentes são internados nos quartos. Então, no mesmo andar tem o infartado, aquele que teve uma úlcera hemorrágica, etc. O HSP, como o Hospital das Clínicas e como a Faculdade de Medicina da USP, tem as enfermarias das disciplinas e elas continuam até hoje sendo comandadas pela Academia, no nosso caso, pelo Chefe da Disciplina da EPM. A administração do HSP preferia que não fosse exatamente assim, porque ela fica com o seu poder de comando limitado.

O Professor Hélio Egydio tinha uma expressão muito engraçada: quando ele era Reitor, e isso foi uma época em que a UNIFESP era bem pequena ainda, ele falava que era Reitor dos corredores no HSP, porque lá cada enfermaria tinha seu chefe, de modo que na hora que ele entrava em alguma porta já não era dele o comando, já tinha algum chefe da enfermaria. Anedotas à parte, essa imbricação continua até hoje. Por isso é que a separação EPM/SPDM no fundo não teve a repercussão que eventualmente poderia ter tido. Nem a junção nem a separação.

Em minha opinião, a dicotomia entre as duas instituições só aconteceria em duas situações radicais: se o diretor da Escola Paulista, que era quem recebia o recurso do INAMPS, determinasse uma parte da verba para EPM e outra para o Hospital, de modo que ele não ficasse com verba suficiente para pagar as despesas da Escola. Ou se a

administração do HSP impedisse a presença e intervenção de professores e chefes de departamento, independentemente de sua obrigatoriedade em ceder à EPM leitos e ambulatórios para o ensino. Essas situações extremas nunca aconteceram. Se tivessem acontecido, isso poderia ter gerado um estranhamento, mas isso não aconteceu, quer dizer, houve alguns casos pontuais.

Há quem diga que houve alguns atritos sim, porque havia “muito cacique para pouco índio”, entende? Só que eu acho que isso depende muito de qual fase estamos nos referindo. Dependendo da fase, do ano havia sim muito autoritarismo, o poder forte dos catedráticos. Imagine que hoje um Chefe de Departamento diga a um professor concursado para ele não vir mais trabalhar e nunca mais colocar os pés na Instituição. Hoje isso é inimaginável, mas aconteceram casos em que o catedrático dizia ao assistente, que a partir do dia seguinte, ele não deveria mais aparecer na Enfermaria. Não nego que tenha existido essa “Fase do Catedrático”, do poder total de um indivíduo, quando só um era o “cacique” e todos os demais eram “índios”. Talvez quem empregue essa expressão esteja se referindo aos “caciques” de cada Departamento, no sentido de um não interferir no trabalho do outro. Pode ser... Situação como essa existiu, infelizmente, até em concurso para ingresso. Aqui nós já temos, há mais de dez anos, uma comissão de bancas, que não é uma unanimidade. Muitos dos que são contra reclamam que a Comissão alterou a banca sugerida pelo Departamento. Antes de instituírem isso, os Departamentos montavam bancas que queriam para aprovar determinado candidato. Veja até onde ia o poder do indivíduo... Eu tenho a impressão que o comportamento do “Supercacique” perdurou até os anos 1970!

Quando Diretor da Escola e do Hospital passaram a ser a mesma pessoa foi um momento no qual o curso de Medicina era mais “hospitalocêntrico” e quem gerava recurso era o Hospital, ou seja, não adiantava o Diretor da Escola exclamar que ele tinha muito controle por causa do cargo, porque ele não tinha orçamento. Quem tinha verba era aquele sujeito do Hospital e era que controlava as cirurgias cardíacas, a entrada dos alunos... O Diretor da Escola teria que ser alguém, que na realidade fosse o diretor de uma escola médica, intelectualmente preparado para pensar no ensino e pesquisa, e não ficar preocupado em ter autoridade sobre esse ou aquele setor. Caso contrário, rapidamente

já ia querer interferir nas atividades do Hospital. E tinha a questão dos recursos também... O Diretor da Escola não tinha acesso ao orçamento, nem tinha poder de decisão no Hospital, ele dependia de pedir para o outro. O orçamento da Escola, embora fosse um décimo do que o HSP gerava, era um orçamento com rubricas. Então, por exemplo, se a Escola estivesse precisando de pintura para a sala de aula de Anatomia, mas não houvesse rubricas para isso... Eles poderiam oferecer até um automóvel, mas a pintura não acontecia. Havia essas limitações.

Já o recurso que chegava do HSP, ele chegava como pagamento de um serviço prestado. É como meu holerite, eu recebo o holerite no fim do mês com o serviço que eu prestei no mês anterior e eu faço o que quiser com aquele dinheiro. Não tem rubrica. No HSP tinha essa facilidade, porque o recurso que entrava podia ser utilizado da maneira que fosse desejado, logicamente que dentro da legalidade geral do país, mas não tinha rubrica, não vinha determinando o valor a ser gasto com pintura, manutenção, pessoa jurídica, etc. Estou ressaltando isso, porque o fato de não ter essa rubrica, transformava quem estava sendo o presidente do HSP, da SPDM facilmente no indivíduo mais poderoso do que o diretor da Escola. Repito, se o Diretor da Escola não tivesse outras preocupações que não fosse ter o poder sobre o Hospital...

Vejamos o caso do Lindenberg que queria transformar a Escola numa universidade, fazer parte de uma universidade. Ele não estava preocupado em ter o poder no Hospital. Aliás, é muito interessante um documentário feito pelo B. J. Duarte, encomendado pelo Lindenberg, na época Diretor, quando a Escola comemorou 30 anos. O B. J. Duarte era um intelectual, mas no fundo era um cineasta, e fez um belíssimo documentário, onde até hoje se vê uma fotografia muito bem feita. Era a fase que o Lindenberg estava fazendo e participando da iniciativa de fazer a Universidade Federal de São Paulo. Ele termina o documentário grandiosamente dizendo que estava sendo construída ali a Universidade Federal de São Paulo, a “universidade do povo”, quer dizer, um mês depois veio o golpe e diziam: “a universidade de quem mesmo?” A Márcia Regina resgatou esse documentário na Cinemateca e nós, a Fundação, pagamos pela restauração. Eu tenho uma cópia, inclusive.

Enfim, no meu cotidiano, como já disse, a federalização não causou muito impacto, mas ouço de algumas pessoas daqui que ela provocou algumas estranhezas no cotidiano de alguns, por exemplo,

entre os funcionários que foram federalizados e os que permaneceram funcionários da SPDM. Essa questão da federalização dos funcionários foi discutida tanto na Congregação quanto nas Atas do Conselho Administrativo da SPDM e teve dois momentos importantes, nas décadas de 1960 e 1980, quando ocorreu a federalização de parte significativa dos funcionários. Na leva que ocorreu nos anos 1980, eu já era professor da casa, lembro-me que o Delfim Neto era Ministro e a impressão que tenho é que quase todos os funcionários do HSP foram federalizados. Foi o momento de grande federalização. Veja, a folha de pagamento da SPDM caiu para 100 funcionários. Apesar disso, essa solução foi muito pouco eficaz, porque com a federalização de fato aliviaram a folha de pagamento, mas no dia seguinte estava-se contratando mais funcionários novamente. Cresceu tudo de novo, não corrigiu o problema! O sistema estava em expansão e se naquele momento corrigiram, aliviaram um pouco a situação, no seguinte, a expansão continuou.

De qualquer forma, a federalização de funcionários aconteceu praticamente por determinação do Delfim Neto, influência do Assistente de Oftalmologia, o Reys, que era médico do ministro. Até onde eu saiba, o processo ocorreu de maneira tipicamente brasileira, quer dizer, muita discussão, muita burocracia, muito disso, muito daquilo... E, de repente, alguém disse que tinha compromisso marcado com um cliente e o Reys falou com ele sobre o assunto e foi resolvido. Isso continua até hoje, quer dizer, hoje já não é tão simples, porque os órgãos de controle não permitem; mas isso na teoria.

No fim do ano passado houve uma medida provisória, que estava no Congresso para se transformar em lei e que interessava às universidades, porque se a medida provisória não se tornar lei, ela caduca. Em determinado momento, o nosso Reitor Albertoni recebeu o telefonema do pessoal da Associação dos Reitores explicando que a medida provisória estava no Senado e a bancada do PSDB estava bloqueando, e como o PSDB é forte em São Paulo, pediram para que ele tentasse resolver esse empecilho. Daí, o Albertoni ligou para o deputado Walter Feldman, que é ex-aluno daqui. O Feldman, por sua vez, ligou para o Álvaro Dias, o líder do PSDB e senador do Paraná. A resposta que ele recebeu foi a seguinte: essa medida era de interesse das universidades e que o PSDB não tinha nada contra o projeto, mas só a estava bloqueando porque não era o mecanismo correto. Enfim, picuinhas!

Ao longo das discussões, em algum momento, eles disseram que já que se tratava de algo que era interesse das universidades, então eles concordariam. No dia seguinte o Senado aprovou. Essas coisas aconteciam e ainda acontecem. A meu ver, não precisava ser medida provisória. Ouvi pessoas dizerem que ela seria aprovada de qualquer forma, se não fosse por essa conversa intermediada por nós, seria uma conversa feita entre eles no Congresso, porque essa medida provisória foi o primeiro passo para tornar legal uma série de parcerias público-privadas. Isso aconteceu logo no início com o Laboratório de Pesquisa do Paiva, do Departamento de Biofísica, que estudava uma substância para controlar o desenvolvimento de uma molécula que causava a hipertensão arterial... Como essa substância era de interesse de muitos laboratórios, centros clínicos e hospitais, ele resolveu vender a substância e, com isso, gerar recursos para usar na própria pesquisa. O ponto interessante é exatamente esse: o dinheiro podia ser colocado em duas contas, uma conta da EPM e uma conta do HSP. Isso continua até hoje, mas essa transação de colocar dinheiro no caixa do Governo Federal não era simples, porque o sujeito não pode chegar a uma agência do Banco do Brasil e simplesmente colocar dinheiro no caixa do governo. Não funciona assim. É preciso ter um código específico, uma justificativa bem embasada para fazer essa transação.

Estava sendo difícil realizar isso, porque a estrutura não estava preparada, não existia um código que fosse real para provar que se estava vendendo algo produzido pela Escola, que era uma Escola Pública Federal, e que aquilo estava gerando aquele recurso. Para resolver esse impasse, como na prática todo mundo considerava a Escola e o Hospital como uma coisa só, o recurso foi colocado no caixa do Hospital, em uma conta chamada FUNDAP. A princípio, essa conta era usada para cobrir as necessidades do Departamento de Biofísica, que era quem tinha gerado aquele recurso, porque aparentemente era injusto que aquele valor cobrisse também as necessidades de outros departamentos. De qualquer modo, o dinheiro daquela conta passou a ser usado para a Biofísica e para outros departamentos também. Baseado nesse exemplo, outros departamentos passaram a considerar a possibilidade de vender um serviço para gerar recursos.

A Nefrologia foi a primeira a seguir o modelo vendendo o serviço de diálise, por exemplo. A Nefrologia, porém, fez uma coisa diferente

ao criar uma conta em nome de outra pessoa jurídica para o depósito dos valores obtidos. Com isso, outros departamentos, como a Oftalmologia, passaram a criar pessoas jurídicas como se fossem departamentos da Escola. E assim por diante, foram-se criando pessoas jurídicas trabalhando como se fossem departamentos da Escola. No dia-a-dia, vamos supor, em um primeiro momento, um residente da Nefrologia realiza esse procedimento dentro do HSP usando aquele CNPJ criado; depois, eles passaram a atender em uma casa alugada pelos Professores da Disciplina de Nefrologia, onde era vendido o serviço de diálise também em nome da pessoa jurídica e isso começou a causar certo desconforto, porque questionavam os motivos para o credenciamento daquele centro e não de outros para fazer serviço de diálise. Ora, a resposta para isso era bem clara: porque aquele professor era da EPM, e essa é a típica situação em que se fica entre o tangível e o intangível.

De qualquer modo, eu diria que essa atividade era exercida quase no vácuo de uma legislação imbuída com aquele espírito ainda de trazer recursos para a Escola, porque nada impediria que esse mesmo grupo de docentes da Nefrologia criasse uma pessoa jurídica e alugasse uma casa ali na Rua José de Magalhães e vendesse serviço de diálise e uma sociedade viesse pedir dinheiro para eles. A pessoa jurídica foi criada com o intuito de gerar recursos para o desenvolvimento da Disciplina de Nefrologia e esse propósito foi cumprido. Se olharmos hoje a trajetória das disciplinas que deixaram o espaço físico do HSP, veremos que a Nefrologia, a Oftalmologia, a Psicobiologia criaram estruturas sólidas ao adotar esse modelo.

O vácuo de legislação que permitiu que essa estrutura fosse criada só deixou de existir em 1994, quando o governo do Itamar Franco fez a lei que norteia até hoje a relação da Fundação de Apoio à UNIFESP. Essa lei estabelecia que uma instituição federal de ensino superior só pode manter relações com a fundação de direito privado sem fins lucrativos constituída na forma de Fundação de Apoio. Na prática, a partir de 1994, aquelas associações da Nefrologia e da Oftalmologia poderiam continuar a existir como associações, mas não falar em nome dos respectivos departamentos da UNIFESP. O problema é que essa lei foi ignorada por quase dez anos e até desconfiou que os envolvidos não soubessem de sua existência. Somente no ano de 2003 é que o TCU fez uma determinação para a UNIFESP exigindo que cumpríssemos a lei.

Depois dessa intervenção, já não era mais admissível alegar desconhecimento sobre o que determinava a lei.

Para se adequar, deu-se o início à criação de uma Fundação de Apoio, com características de fundação de direito privado. Para ser considerada Fundação de Apoio, na parte do “de apoio” não basta prestar apoio à universidade, ela tem que ser credenciada pelo MEC. Qual é a única vantagem que existe em ser uma “Fundação de Apoio”? Ela pode ser contratada pela universidade sem licitação. Por exemplo, a universidade tem um projeto, mas não tem condições para administrá-lo e por causa disso quer contratar a Fundação “XPTO”, que fica ali na esquina. Ela não pode fazer isso, ela tem que fazer licitação, etc. Por outro lado, uma Fundação de Apoio pode ser contratada sem ter que se fazer licitação. Há outro aspecto, os órgãos de controle, que não vou classificar como desvantagem. Qualquer fundação no Estado de São Paulo primariamente é velada pelo Ministério Público e pela Procuradoria de Fundações do Estado de São Paulo, como a Fundação Anchieta da TV Cultura, Fundação INCOR, qualquer um, quer dizer, basicamente já se deve contas para a Procuradoria de Fundações. Sendo uma “Fundação de Apoio” de uma unidade federal está-se ainda sujeito a um controle por uma legislação específica que é essa lei.

Aquelas estruturas formadas no vácuo da lei puderam continuar existindo, desde que se adequassem. Em relação a isso, não posso deixar de levantar o caso de alguns centros de estudos com CNPJ próprio que ainda falam em nome da UNIFESP. Eu diria que eles estão trabalhando claramente à margem da lei. O GRAAC é uma exceção, porque ele separa muito bem o que é atividade acadêmica com a UNIFESP do que é telemarketing, mercado, captação de recurso, e é por isso que sofre menos injunções, mas os outros todos continuam usando o nome da UNIFESP. Isso é um problema difícil de abordar, porque quem teria que fazer essa fiscalização seria a UNIFESP, mas às vezes nem sabe que esse problema existe. Como é que a universidade vai saber que aquele grupo daquela disciplina que tem aquela pessoa jurídica fez algum serviço para um patrocinador? De qualquer forma, isso tem que ser feito aos poucos, primeiro, ver a estrutura desses centros, porque quando se tem uma estrutura de pessoa jurídica... No Brasil já é difícil abrir uma pessoa jurídica, fechar é praticamente impossível! Sempre tem uma pendência aqui, um funcionário que saiu dali...

Não é vantagem para eles a não ser que realmente existam pessoas que tenham proveito próprio; aí é outro problema, mais grave ainda.

Uma alternativa seria estabelecer o modelo de convênio, mas eu acho que a implementação seria muito difícil, porque é comum que parte dos funcionários envolvidos, vou chamá-los de “paralelas”, trabalhem muito na informalidade, por exemplo, o caso de uma a secretária que não é registrada ou seu salário registrado difere do valor que ela recebe. Quando se pensa em estabelecer um convênio com a UNIFESP, tudo tem que estar muito bem organizado e situações como essas não podem existir. Vou dar outro exemplo sem citar nomes: recebo aqui um colega, que se lamenta porque aparentemente a Fundação não o está ajudando e a impressão que ele tem é que, na realidade, a situação está muito mais difícil. Ele queixa-se, pois por estar desenvolvendo um trabalho com patrocínio externo, ele recebera de uma indústria farmacêutica um cheque de US\$ 3.000,00, que ainda não havia sido depositado devido a regras que a Fundação deve seguir. O argumento dele é que, antes da Fundação, ele conseguia realizar essa transação rapidamente: eu lhe daria o dinheiro e ele trocava o cheque no câmbio negro. Simples assim! O ponto é que a Fundação veio para evitar que pessoas sejam criminalizadas, não entrar no crime.

Aliás, eles perceberam que a solução era muito mais simples, primeiro não receber cheque. Que o patrocinador ou o fornecedor façam uma transferência bancária em 48h para esta conta da fundação. Não acho que a UNIFESP deva exigir a extinção de uma pessoa jurídica por não se tratar de uma sociedade e não acho justo agir em nome da Instituição, vender um produto em nome da Instituição. Estou convencido que esse controle não seja fácil de ser estabelecido, nos casos mais evidentes, eu acho que a resolução foi profissional, não tenho muito conhecimento sobre isso. Sei também que há casos, dos quais não temos o menor conhecimento. A única maneira de contornar os problemas seria as pessoas perceberem que é melhor estarem numa situação legalizada, trabalhando dentro de uma normalidade e não correr o risco de ter uma ação trabalhista. O Hospital do Rim, por exemplo, ainda fala bastante em nome da UNIFESP. A resolução que ele encontrou foi manter-se em tese como órgão ligado ao HSP. Até os prêmios que eles ganham vêm em nome do HSP. Essa é uma situação que vai ter que ser resolvida também, um dia vai ter que ser resolvida.

Hoje temos a Fundação Oswaldo Ramos, mas não é uma Fundação de Apoio com essa característica de ter sido credenciada como tal pelo MEC e pelo MCT, porque eles desistiram no meio do processo. Quando se solicita o credenciamento é necessário preencher uma série de requisitos, por exemplo, o conselho curador, que é o órgão superior e está composto como membros natos o Reitor, o vice-Reitor, os Pró-Reitores e mais nove membros indicados pelo CONSU. Quando chegou o momento de preencher os documentos necessários, decidiram que era melhor não ser Fundação de Apoio. A Universidade pode ter mais de uma Fundação de Apoio, desde que todas cumpram essa norma: os requisitos para ser credenciado e estatuto social comprovando a finalidade não lucrativa são a parte fácil do processo. Os problemas começam com outros requisitos como a não remuneração dos membros de seus conselhos, ou seja, “Item 1 - Não vou receber nada”. Além disso, tem que ter atas do Conselho Superior da instituição apoiada, isto é, a Ata do CONSU, comprovando a composição dos órgãos dirigentes da entidade dos quais mais da metade deve ter sido indicada pelo Conselho Universitário; a Ata de Deliberação do órgão colegiado da instituição apoiada mostrando a prévia concordância que seja Fundação de Apoio, etc. Para resumir a história, eles não pediram credenciamento como Fundação de Apoio, porque eles encararam como limitação, visto que eles já eram Fundação há pelo menos uma década; em 2005, eles já estavam trabalhando fazia tempo. Eles encararam a situação assim, de repente haveria mudanças dos funcionários no Conselho Curador indicadas pelo Conselho Universitário. No fundo a lógica da lei é que a Fundação ofereça apoio à Universidade, que é quem deve ter o controle.

Para se manter como fundação separada, tem que separar completamente ou fazer um convênio; porém, novamente, não é fácil imaginar esse convênio. Por que a EPM que tem o HSP como seu Hospital Universitário precisa fazer convênio com outro hospital para cuidar de doentes do rim? Do ponto de vista técnico, tem que se fazer um convênio, agora para colocar isso em prática, é preciso pensar muito bem. É por ter todas essas dificuldades em vista que eu digo que a Fundação de Apoio pode ser contratada sem questionamento. É óbvio que ela vai ser rigorosamente fiscalizada, mas uma Fundação que não é “de apoio”, por contrato de convênio, tem que estar bem claro os motivos que tenham levado àquela parceria.

Uma questão que tenho me preocupado atualmente é com a formação médica contemporânea. Recentemente li um artigo interessante sobre o assunto que defende uma formação plural dentro e fora do hospital. A lógica desse modelo é evidente para todo mundo: as pessoas vão ao médico e raramente são internadas; portanto, não se pode formar um médico para a raridade do sujeito internado. É dentro dessa lógica plural que a SPDM trabalha hoje. A relação entre dinheiro e atendimento a doente está em torno de só 8%. Em termos de doentes é daí para baixo. O pessoal do PSF é uma barbaridade! Foi publicado no jornal que, em uma pesquisa do IPEA, o PSF é o serviço do SUS mais bem avaliado pela população, e esses índices estão chegando à classe média.

O resultado dessa pesquisa tem relação não só com uma formação mais plural, é mais do que isso. Pensemos na seguinte situação: o sujeito vai a uma consulta no oftalmologista para saber se está precisando usar óculos ou não. Nessa consulta, ele não vai estressado, ele está tranquilo. Pensemos em outra situação: o sujeito está tão doente a ponto de precisar ser internado. Nesse momento, mesmo estando no melhor hospital do mundo, ele está nervoso, impaciente e irritado, em busca de um atendimento rápido, porque é esta a reação de quem busca um serviço de ambulatório. O crescimento da SPDM e o aumento de convênios firmados não me parecem medidas positivas que ajudarão o curso de Medicina a mudar. Talvez ajude outros cursos, como Enfermagem, Fonoaudiologia, Sociologia, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia... Mas se o ensino continuar apenas restrito ao hospital, ou exagerando à UTI, o que pode fazer um psicólogo na UTI? Tem pouca coisa para fazer. Agora nessa dimensão maior, muitos cursos vão usufruir.

Eu escuto algumas críticas em relação ao nosso modelo, dizem que a UNIFESP é uma instituição de ensino e pesquisa e que, portanto, a assistência, que é feita pela SPDM, não caberia a uma escola médica. Também já ouvi dizerem que aqui se dá maior prioridade à Pós-Graduação em detrimento da Graduação; que nossos alunos não são bons médicos; que a SPDM, por sua experiência em assistência, poderia nos ajudar a resolver esses problemas, etc. Eu acho que não é bem assim pelo seguinte: não se forma um médico quando ele recebe o diploma, na verdade ele só estará formado depois que terminar a Residência Médica. O indivíduo que recebeu o diploma, porque terminou o 6º ano

do curso de Medicina é muito limitado. Se esse indivíduo, que apenas terminou o 6º ano, encontrar um trabalho como médico, ele não vai ser um bom médico. É preciso fazer essa análise depois que se termina o programa de Residência, só aí podemos fazer a avaliação.

Por outro lado, embora a pós-graduação seja muito desenvolvida, grande parte de nosso corpo discente na Pós-Graduação é composta por alunos formados aqui. Antigamente eu fazia a estatística dos residentes e em torno de 60% eram de formados aqui e os outros 40% era de indivíduos formados em outros lugares, que não conseguimos definir. Atualmente o professor titular de Cardiologia da FMUSP é formado em Santos, é bom médico e trabalha no INCOR. Durante a Residência esse sujeito vai se identificar como sendo formado por qual instituição: onde ele cursa a Pós-Graduação ou onde ele trabalha? É tudo misturado e configura-se como uma qualidade da instituição que está aberta.

Agora, do ponto de vista teórico, a sociedade tem absoluta razão em querer saber qual é a qualidade do médico formado aqui ou na Santa Casa. Não faço a mais remota ideia! Eu tenho a impressão, porque isso nunca foi avaliado, que o médico formado na Santa Casa é um bom médico. Isso não é um problema só nosso, o Brasil nunca foi avaliado... Na realidade a única avaliação que ainda existe é para os formados em Direito através do exame da OAB. Esse é um aspecto básico e fundamental que nós não conseguimos, falando no caso da Medicina, nem começar a discussão, porque ao começar uma discussão sobre avaliação, fica-se sujeito às críticas e ofensas vindas de todos os lados.

Nos países desenvolvidos, o formado não termina o curso de Medicina e abre um consultório “Dr. Fulano”. Não, é preciso obter certificações para se diga que o indivíduo é capaz de realizar determinado procedimento. Na Europa ou EUA, para ser chamado de Ginecologista primeiramente o indivíduo tem que ser aprovado como médico pelos exames da sociedade e por outro exame que ateste a capacidade do sujeito para exercer a especialidade de Ginecologia. Nós não temos esse tipo de avaliação, ainda que de alguma forma, tentou-se estabelecer uma avaliação.

Pensando no desempenho nas provas de Residência, é possível notar que os alunos da Unicamp, têm melhor desempenho na prova da Unicamp; os da Santa Casa, vão melhor na Santa Casa; e, assim por diante. Eu tenho a impressão de que por mais isentos que os docentes

sejam, eles elaboram a mesma prova para alunos daqui, que conviveram quase que diariamente com eles, e para um médico do Rio Grande do Norte, que eles nunca viram, por isso é possível que os nossos alunos tenham um melhor desempenho. O ponto importante é isso, começar a avaliar realmente o que estamos formando, isto é, a competência, a capacidade dessa pessoa. Não fazemos isso aqui e ninguém mais faz também. Temos o recurso, o mundo desenvolvido faz, por que nós não queremos avaliar também?

Ninguém gosta de ser avaliado, só que essa não é a questão nevrálgica. Temos que entender que a sociedade é que tem que ser protegida, se eu formar um profissional para o mercado de trabalho que eu digo ser oftalmologista, eu tenho que ter certeza de que ele é competente naquilo que ele faz. Se antes de embarcar em um voo, os passageiros são avisados que o piloto daquele avião conhece 50% do que precisa para fazer o voo, alguém embarca? É claro que não! O mesmo acontece nas outras profissões, para dizermos que um indivíduo é obstetra, talvez ele não conheça detalhadamente todas as manobras que podem ser empregadas durante um parto ou uma cesárea... Mas algumas manobras e procedimentos, ou ele sabe ou então ele não pode exercer. Há uma resistência brutal às avaliações, muitos querendo se aproveitar de um sistema como esse vigente...

Os centros de medicina privada de excelência fazem esse controle, por exemplo, só o Oftalmologista do Sírio-Libanês pode internar paciente lá. Ele não pode internar o paciente de um colega, que não trabalhe no Sírio. O hospital não permite. O mesmo acontece no Einstein. Isso porque instituições que têm um nome a zelar não permitem que se faça algum procedimento dentro do hospital se o médico não for registrado como habilitado a fazer aquilo. Agora isso teria que ser norma geral. Dia desses li no jornal um caso de uma criança em Bertioga que deveria operar o lábio, mas os médicos operaram o umbigo! Não tem cabimento, certamente na cadeia de atendimento dessa criança tem alguém que não tem o mínimo de condição.

Formamos por ano 110 médicos. E, com esse número, eu acho de uma infelicidade muito grande ouvir de colegas que a vocação dessa Escola é formar médicos para o Einstein! Para mim a pessoa que tem uma fratura no tornozelo se for para o hospital na Cachoeirinha ou se for para Einstein, ela tem que ser bem tratada. A diferença é que, na

parte de hotelaria, em um lugar ela vai receber suquinho, a enfermeira vai estar mais bem vestida, vai ficar num quarto que tem música, mas na parte do atendimento médico acho uma constatação infeliz demais. Acho que esse tipo de opinião expressa vozes isoladas aqui, porque, no geral, tem-se a clareza que a Escola está formando médicos para o SUS. Não há dúvida quanto a isso. De qualquer maneira, ainda tem muita comodidade, no Hospital do corpo docente, porque eles poderiam ou não ensinar no Hospital.

Os docentes devem estar em determinadas enfermarias para cuidar dos pacientes e os alunos vêm aqui aonde eles ensinam. Vou dar um exemplo de aula teórica: eu acho que aula teórica não tinha que ter chamada, vai quem quer. Vai ter poucas aulas teóricas. Eles têm que ter na parte teórica a matéria listada e serão submetidos a uma prova no dia X. Para que eu use esse sistema, que é o adotado nos países desenvolvidos, eu, professor, tenho que estar à disposição dos alunos para sanar dúvidas. Por outro lado, se a aula teórica é marcada às terças-feiras das 9h às 10h, eu sei que às 9h vou entrar na sala e às 10h vou sair da sala. Controlei meu tempo, por isso eu digo que é mais cômodo para um docente ter esse arranjo no curso.

Nas aulas práticas acaba sendo um pouco assim também, porque trazemos o aluno para onde nós estamos. Se o Cardiologista concursado, que é professor da Disciplina de Cardiologia da EPM, quiser ver um doente cardíaco internado, ele tem que ir para o Hospital; se ele quiser ver um exame de cateterismo, é no Hospital; atividade é no Hospital. O fato do curso de Medicina estar praticamente todo concentrado no HSP, à exceção do Hospital da Vila Maria, faz com que seja aqui onde a maior parte das aulas aconteça. Nesse sentido, é mais cômodo trazer o aluno para onde está o professor do que ir para outro ambiente, para outra prática. É isso que eu estou querendo dizer...

O problema que estou levantando aqui é que se deveria escolher o ambiente de aula dando mais prioridade ao interesse do ensino do que a comodidade do professor. Claro que não é só isso. Eu acho ainda, por exemplo, que são poucos, tanto os professores como alunos, os que têm maturidade. Às vezes eu brinco dizendo que isso parece o “Ginásio Paulista de Medicina”, porque se em uma turma de aula teórica há quinze alunos, apenas um irá prestar atenção e fazer anotações da aula, e os outros catorze escutam música ou pensam na vida... Essa é

a impressão geral! Certa vez fui conversar com uma docente da minha disciplina de Gastrenterologia durante o período de aulas e quando eu cheguei à sala, ela estava aplicando prova. Na hora em que eu saí da sala, um dos alunos veio até mim para tirar uma dúvida. Ele havia colocado uma resposta de acordo com anotações fotocopiadas de outro aluno, mas quem anotou, anotou a informação errada e aquele que veio falar comigo, não admitia que houvesse um erro ali. Então algum aluno com sono anotou e virou verdade, por isso digo que o nosso ensino é pouco amadurecido tanto o corpo docente quanto o corpo discente. Essa tem que ser a grande mudança, que dizer, um aluno deve ser tratado como um adulto, já é universitário, ele tem que aprender e tem que ser cobrado, e depois de formar tem que ser avaliado, para no mínimo a Escola saber a qualidade do médico que está formando...

10. Erney Felício Plessmann de Camargo

Eu me chamo Erney Felício Plessman de Camargo e me formei em Medicina em 1959. Iniciei minha carreira como docente na área de medicina em 1962 na Universidade de São Paulo, mas isso foi logo interrompido, pois junto com vários colegas da instituição fui considerado subversivo e demitido no ano de 1964 em decorrência do Ato Institucional nº1. Eu tinha 28 anos de idade e fui convidado por pessoas muito democráticas, lideradas pelo professor Walter Plaut, para ir aos Estados Unidos. O professor Plaut tinha conhecimento tanto de minha situação política como também do meu trabalho como médico e pesquisador, por isso conseguiu que eu fosse contratado como *instructor* na Universidade de Wisconsin, onde fiquei por cinco anos.

Eu poderia ter ficado nos Estados Unidos nessa universidade mesmo, mas em 1969 resolvi voltar para o Brasil... Isso porque em 1968 parecia haver certa abertura política no país sobretudo com a intenção de repatriar cientistas. Eu e o Luis Hildebrando, que estava em Paris, resolvemos voltar e tentar montar um laboratório na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto com o professor Moura Gonçalves. Nesse mesmo período, trouxe meu doutorado pronto e realizei a defesa nessa faculdade.

No entanto, logo depois foi decretado o Ato Institucional nº5 e novas reviravoltas aconteceram... O professor Hildebrando voltou para Paris, mas eu não quis ir para o exterior novamente... Resolvi continuar no Brasil e me dediquei por algum tempo a atividades privadas, como no Laboratório de Análises Clínicas Lavoisier o qual tive a oportunidade de modernizar um pouco, e na Editora abril junto com o Fernando Henrique Cardoso, o José Serra e outros perseguidos políticos que a empresa acolheu.

Depois trabalhei no Instituto de Gastroenterologia do Professor José Fernandes Pontes e estava muito bem lá, com um bom salário, até maior do que receberia em alguma universidade, mas aconteceu que o Professor Leal Prado, que me conhecia quando estagiei com meus amigos Sebastião e Olga Henriques no Instituto Butantã e por ter participado de minha banca de doutorado, me convidou para trabalhar na

Escola Paulista de Medicina, onde tinham acabado de montar o curso de biomédicas. Ele me convidou para o Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia.

Ao mesmo tempo, o Professor Luiz Rachid Trabulsi, que era da Faculdade de Medicina e que também trabalhava no Instituto de Gastroenterologia, assumiu o Departamento na Escola Paulista Medicina. Aproveitando o convite do Leal e a ida do Trabulsi, eu resolvi aceitar o convite. Só que eu não podia ser contratado devido a outro Ato Institucional, o nº7, que proibia qualquer pessoa demitida por Atos Institucionais de trabalhar em serviços públicos. Então, formalmente, eu não poderia ser contratado. Eu avisei ao professor Leal desse empecilho e ele sugeriu que eu conversasse com o diretor da Escola, o professor Horácio Kneese de Mello.

Eu não o conhecia, mas fui conversar com ele e disse que gostaria de trabalhar para a Escola Paulista e voltar a fazer pesquisa, aproveitando o convite que tinha recebido do professor Leal, da oportunidade de trabalhar com o Trabulsi, e continuar nessa cadeira, mas que infelizmente não poderia ser contratado por causa do AI7. O professor Horácio disse que não era policial e muito menos responsável pelos atos institucionais do governo, por isso decidi me contratar mas se os militares me tirassem de lá, bem, aí ele não poderia fazer nada.

Fiquei sabendo que na época tinha um coronel na Escola que era ouvido para essas coisas. Das duas uma: ou ele fez vistas grossas, ou não foi consultado. A verdade é que em nenhum momento eu tive qualquer empecilho para assumir a área de Parasitologia. Fui contratado como professor associado e logo depois passei a professor titular. Até que esse período foi tranquilo. Em nenhum momento dos quinze anos em que fiquei lá tive aborrecimento por questões políticas, restrições, perseguição anti-comunista ou coisa do gênero.

Que tinha um setor duro de extrema direita na Escola, eu sei que tinha mesmo, mas isso nunca interferiu no meu trabalho pelo tempo que estive lá, inclusive fui indicado como professor titular pela Congregação, formada por essas pessoas sabidamente dessa posição política. As lembranças que tenho dos quinze anos na EPM são excelentes, tanto dos alunos, dos funcionários e da direção. Nessa época, organizamos um curso de Pós Graduação que desde o início e até hoje é nível máximo na CAPES. Formei muitos mestres e doutores e mantive o melhor dos

relacionamentos com alunos de Graduação, particularmente os do curso de Biomedicina e com muitos colegas da EPM. Lembro-me até que foi o Prof. Walter Leser quem me arrumou nos anos 1970 passaporte para eu poder sair do país se fosse preciso. Mas posso afirmar que nunca tive qualquer aborrecimento por questões políticas.

No entanto, houve um episódio importante de narrar. Logo que ingressei na EPM, fui preso em uma operação desencadeada pelo delegado Sérgio Fleury, a Operação Tarrafa. Houve prisão de vários intelectuais de esquerda, fichados ou não, como provocação para o governo que começava a abrandar. Fui preso junto com vários colegas no DOPS, durante uma semana. Muitas pessoas eram torturadas lá, e como médico, eu acabava atendendo o pessoal que voltava das sessões de tortura. Eu me lembro de uma moça que tinha asma, apanhou muito e estava com insuficiência respiratória... Não tive dúvida: tomei o pouquinho de coragem que eu ainda tinha, mandei chamar o carcereiro chefe e disse “olha, essa moça vai morrer aqui se vocês não levarem para o pronto-socorro eu vou contar o que ocorreu aqui”. Levaram-na, ela não morreu, mas também não voltou ao DOPS... Não sei quem consertou a situação. Esse período foi duro... Na minha cela também estava o bispo da Igreja Católica Brasileira, parece que ele recebia dinheiro da esquerda armada e lavava o dinheiro... Não puseram a mão nele, mas ficou lá bastante tempo.

Depois de uma semana, não deu muito certo essa tentativa do Fleury, prevaleceu o bom senso e nós fomos soltos sem nenhuma explicação. Eu já estava na EPM e achei que seria complicado voltar para lá, mas nunca se tocou nesse assunto... O Leal sabia, os meus amigos sabiam, deveriam saber na Escola, mas nunca se tocou no assunto... No tempo em que estive preso, não vi o Ciscato... Ele não me dedou nem nada. Talvez por espírito de corpo. Havia na Escola alguns professores de direita, mas que me tratavam muito bem, assim como eu os tratava...

Nessa época em que estive na EPM falava-se da prisão de alunos, claro. Não era segredo algum. Mas eu não queria me intrometer nesse assunto pois poderia mais atrapalhar que ajudar... Você ajuda no que pode e não pergunta, às vezes é melhor tomar essa atitude... Não me lembro de casos específicos de alunos presos, dos nomes das pessoas, mas lembro-me do seguinte: vários professores e o próprio Horácio

me disseram que alguns alunos tinham perdido o exame de Parasitologia, por estarem presos, e se eu poderia dar-lhes outra prova, o que eu fiz imediatamente. Eu só percebia que os alunos haviam sido presos quando eram soltos e me pediam para aplicar exames extras ou abonar faltas. Como resolviam isso na secretaria não sei, mas eu dava essa oportunidade para o caso desses alunos. Havia muita solidariedade por lá e essa atitude provavelmente refletia a postura do diretor.

Na USP foi o contrário. Onde a gestão pôde atrapalhar, ela atrapalhou... O ambiente político só começou a melhorar na USP com a gestão do professor Hélio Guerra Vieira, uma pessoa honrada que não se envolvera na questão política. Nos anos 1980 quando o professor José Goldemberg assumiu a Reitoria as coisas foram entrando nos eixos novamente... Eu voltei para USP depois de 22 anos, em 1986, por duas razões importantes. Uma, é que o lugar que estamos hoje, conhecido como Departamento Vermelho, havia sido um departamento histórico da Faculdade de Medicina da USP na área de Parasitologia brasileira. A outra razão é que o departamento estava absolutamente desmontado, abaixo de qualquer nível de produção decente, e nenhum docente tinha prestígio nacional. Eu achei que tinha a obrigação de tentar reorganizá-lo, pois o departamento havia sido onde eu comecei minha carreira. Eu já tinha conseguido fazer isso antes na EPM e seria um desafio que eu me propus a enfrentar... Hoje posso dizer que ambos os departamentos estão entre os melhores departamentos de Parasitologia do país.

Eu vejo que na USP há certo radicalismo do pessoal que acha que o docente deve ter dedicação exclusiva. Eu tenho dedicação exclusiva há cinquenta anos, mas isso não quer dizer necessariamente que seja bom para todas as carreiras. Por exemplo, para o direito, a medicina, a odontologia isso não é positivo. Na medicina há vários professores de dedicação parcial, mas que acabam dedicando mais tempo à universidade. A odontologia da USP, onde a maior parte dos professores é tempo parcial, é certamente um dos melhores do Terceiro Mundo e está entre as cem melhores do mundo.

Já a questão de muitos médicos de posição política de esquerda preferirem o serviço público ao invés de clínica privada era até uma questão ideológica. No meu caso certamente era. Eu passei algum tempo em atividade privada, sendo muito bem pago, mas na primeira

oportunidade eu retornei para a Escola Paulista e larguei os empregos privados. Eu me formei em medicina em 1959 e fiquei 50 anos, excetuando um ano e meio ou dois na iniciativa privada, em dedicação exclusiva em atividades universitárias. Então é uma posição ideológica que me fez optar por essa carreira.

É a partir dessa posição que eu avalio o “Programa Mais Médicos”, que eu conheço bem. O nosso departamento tem um posto avançado em Rondônia, inclusive o meu filho que é médico atualmente é o responsável regional pelo programa. Vamos separar duas coisas: evidentemente, o Programa é cheio de defeitos, mas o pessoal que veio pra cá é de ótima qualidade. Os médicos são muito competentes em medicina de família embora não sejam competentes em tomografia computadorizada porque isso não tem em Cuba, mas no básico da medicina são extremamente competentes. E é um pessoal muito honesto, preocupado realmente em atender a população. Quando eu vou a Rondônia, acompanho o pessoal do “Mais Médicos”. Por razões diversas o Programa acabou sendo muito bom em atendimento à população trabalhando com honestidade e seriedade. O resto do programa é outro problema. Se Cuba recebe dinheiro ou não, se a medida é demagógica ou não, é tema para outro fórum. O “Programa Mais Médicos” tem oferecido um atendimento muito satisfatório à população.

Eu tive militância no Partido Comunista até 1964, depois nunca mais me aproximei, mas mantenho minhas simpatias até hoje ainda que nunca mais tenha militado formalmente. Eu também participei da Comissão da Verdade da USP que já acabou. Havia uma pressão do setor Legislativo em querer mostrar que a USP foi cúmplice da revolução. Não foi! Não se pode confundir a gestão com a USP. Quando eu fui demitido pelo AI-1, veio uma pessoa da UDN, portanto da direita, para pagar os nossos salários. Eles faziam uma coleta periódica entre os docentes da USP e pagavam os salários dos demitidos até quando precisássemos. Aqueles que foram demitidos pelo AI 1 na Faculdade de Medicina, e que precisavam, receberam todos os meses seu salário integral. Essa era a Universidade de São Paulo. Quando embarquei para os Estados Unidos, um grupo de funcionários do departamento me trouxe uns poucos dólares para a viagem. A linha dura da direita não era a maioria na USP. Havia aqueles professores que ficaram contentes com o golpe e com a nossa saída, mas certamente não era o espírito prevalente.

Apesar de demitido em 1964 voltei à USP e fui Pró-Reitor de Pesquisa por três mandatos com dois Reitores, José Goldemberg e Roberto Lobo. A Faculdade de Medicina, da qual fui demitido, acabou me conferindo o título de Professor Emérito. Fui Diretor do Instituto Butantã e depois Presidente do CNPq de 2002 a 2007. Deu muito trabalho, mas gostei do que fiz. Se a gestão foi boa ou má não sou eu quem deve responder... Fui presidente da Fundação Zerbini depois que me aposentei em 2007 e fiquei lá por cinco anos. Eles estavam em uma situação muito ruim devendo quatrocentos milhões de reais, tinha trambique no meio... Deu pra consertar, quando saí já tinha saldo positivo. Havia a possibilidade de a fundação virar uma Organização Social, mas eu não vi nenhuma vantagem nisso, não mudaria nada.

Avaliando toda essa minha trajetória, posso afirmar com certeza que a ditadura militar iniciada em 1964 no Brasil não me prejudicou tanto quanto os golpistas gostariam... Prejudicou só o país!

11. Fábio Ancona Lopez

Eu sou paulistano, nasci em 5 de julho de 1939 em uma família de cinco filhos. Eu sou o segundo filho. Meu pai, Dante Ancona Lopez, era um italiano que se achava comunista. Ele partilhava muito de ideias revolucionárias avançadas. Provavelmente, a coisa que ele mais gostava de fazer em família era sábado ou domingo, na hora do almoço, recitar versos heroicos da resistência dos italianos contra os austríacos, além das histórias das batalhas que aconteceram. Os italianos são muito ricos em literatura sobre isso. Ele lia tudo isso para gente em italiano e tal...

Ele também sempre teve uma simpatia muito grande pelo partido, pelo Partido Comunista, e uma admiração muito grande pelo Luiz Carlos Prestes. Meu pai é de 1909, na Revolução de 1932 ele tinha 23 anos e já participou contra São Paulo, apesar de ser paulista... Enfim, eu diria que ele tinha uma fascinação por caudilhos e por heróis e transferiu essa fascinação para todos os filhos, especialmente para mim...

Tempos depois ele se tornou amigo de Luiz Carlos Prestes, por isso eu tive o enorme prazer de conviver na juventude com o Prestes, algumas vezes em minha própria casa! Eu não sei exatamente quando foi que se estabeleceu uma relação pessoal entre Prestes e meu pai, mas isso se estreitou por volta de 1964, quando a esposa do Prestes, a Maria, estava grávida e deu a luz a um filho. Ele morava na Rússia na ocasião e eu acho que foi o último filho dele... Quem fez companhia para Maria na maternidade foi minha mãe... Foi uma coisa corajosa porque o parto ocorreu justamente em abril de 1964! Foi algo que o Prestes levou muito em consideração... Sempre que ele estava no Rio de Janeiro e vinha para São Paulo, ele visitava a casa do meu pai, e muitas vezes almoçou e jantou lá. E meu pai logicamente falava: “O Prestes vem aqui”... E a gente ia correndo para lá!

Meu pai chegou a ser preso... Isso ocorreu porque o Prestes pediu para o meu pai o favor de assinar a posse de um cofre achado que na Caixa Econômica, junto com a Ruth Simis. Esses cofres precisavam que duas pessoas assinassem para ser aberto. A Ruth Simis era militante, mas meu pai não era militante, era um simpatizante... Quando um dirigente

estadual do partidão, o Marco Antônio Coelho, foi preso, a esposa dele escreveu uma carta para o presidente Médici, pedindo para que matassem o marido e parassem de torturá-lo e ainda que o dinheiro vindo da União Soviética estava em um cofre em posse da Ruth Simis e do meu pai...

Numa madrugada de 1971, chegaram a casa dele em um carro veraneio, dizendo que tinham achado documentos dele... Ele foi levado para Rua Tutóia, a famosa Rua Tutóia! Lá ele ficou uns dois meses e meio ou três. Ele não foi torturado, porque ele já tinha mais de sessenta anos e era considerado idoso. Ele ficou preso no quartel do Segundo Exército junto com o arquiteto que fez o projeto do quartel, acho que o nome dele era Paulo Bastos... Daí foi transferido para o DOPS de onde saiu como testemunha depois que a família se cotizou e deu um dinheiro correspondente a um carro novo ao delegado que presidia o inquérito.

Na época em que eu era aluno na Escola Paulista de Medicina fui procurado por outro aluno mais velho que já era assistente. Ele era espanhol, chamava-se José Maria Marlet, e trabalhava junto com o Walter Leser na bioestatística. Ele disse que havia na Escola uma organização ligada ao Partido Comunista, um comitê universitário, que precisava de representantes... Provavelmente ele sabia da história da minha família e sua ligação com o partidão, por isso me convidou para participar das atividades como representante da célula comunista da EPM em nível estadual.

O Marlet não participava diretamente das atividades, mas o Daher Gattaz, da psiquiatria, e o Deodato Azambuja tinham essa participação, que eu me lembro... Quem discutia com a gente como uma espécie de tutor político era um professor de psiquiatria, o Benedito Arthur Sampaio que já morreu... Ele era uma pessoa muito simpática, muito carismática, que se reunia com a gente para discutir filosofia, marxismo... Ele me ensinou o que era dialética; questões de família, Estado e propriedade privada; meios de produção; a transformação da quantidade em qualidade e tal; discutíamos essas coisas com ele. De vez em quando ele sumia! A polícia aparecia e ele tinha que sair de circulação, era obrigado a ficar em casa... Um tempo depois ele voltava e dizia “Estive em Cannes”. Na verdade, era em cana! Ríamos e ainda rio muito quando lembro disso... Mas fora isso, eu considero que havia pouco debate político na EPM nessa época e para o contexto em que vivíamos...

Nessa época o Alberto Goldman era o secretário político da organização, era o homem do conchavo ali... Ele tinha contato com o padre Enzo, representante da Juventude Universitária Católica, com o José Serra, o Seixas da AP, enfim com as pessoas que tinham um papel de liderança estudantil nessa época... Num conchavo desses apareceu a proposta do meu nome sair como presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, a UEE, porque eu estava chegando e ninguém sabia que eu era do partidão... Artes do Alberto Goldman, que era bom em se juntar com a direita e ganhar a eleição!

Eu tinha facilidade para falar em público! Uma coisa que eu me lembro é que eu nunca perdi uma assembleia do Centro Acadêmico Pereira Barreto, mesmo se o presidente fosse de oposição. E tinham muitas assembleias! Eu lembro de uma vez em particular quando o já falecido Pedro Paulo Monteleone queria aprovar algo que eu estava de acordo e ele me disse: “Por favor, vá lá e faça um discurso!” Eu fiz o discurso e ele ganhou... Eu era bom de discurso!

Nessa época de calouro teve uma greve contra a admissão de estudantes panamenhos e acho que de outros lugares da América Latina, por algum um convênio do ministério... Enfim fizeram uma greve achando que os panamenhos estavam roubando vagas do pessoal que não conseguia passar no vestibular. Eram 60 vagas na época e tinha coisa de 800 candidatos mais ou menos. Nessa greve eu fiz um discurso em cima da mesa do auditório Leitão da Cunha. Eu devia estar no primeiro ou segundo ano...

Lembro também que em 1961 criou-se um Comitê de Solidariedade a Cuba, em São Paulo, do qual fazia parte a Ivete Vargas sobrinha do Getúlio e chefe do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro; o Ênio Silveira da Editora Brasiliense; o senador José Arthur da Frota Moreira, uma pessoa maravilhosa que me ensinou muito de vida e de política. Era um socialista daqueles muito coerentes, muito firmes, como o Marcos Lindenberg... Eu fui representando a UEE e no comício na Praça da Sé falei para o Enzo Silveira: “a UEE está aqui”. Foi a primeira vez que me puseram na frente de um monte de gente para falar... Com palanque e tudo na Praça da Sé! No palanque eu segurei a bandeira dos Estados Unidos e alguém queimou... Isso teve repercussões na minha vida lá adiante em 1970...

Eu também participei de uma gestão do CAPB. Aqui na Escola só tinha um restaurante que se chamava Humilhante. Almoçar num restaurante que se chama Humilhante ninguém merece, né? Então nessa gestão fizemos um restaurante na Rua Borges Lagoa, na parte de baixo onde havia uma mesa de pingue-pongue, e contratamos um cozinheiro italiano. Teve uma eleição do CAPB que a gente estava sem apoio e para marcar posição a gente fez uma chapa, então eu me candidatei à presidência e perdi feio! Houve outra diretoria do CAPB que era mais progressista, mas não era uma coisa clara, também não havia ainda uma direita raivosa... A direita raivosa no CAPB veio com o falecido Luiz Fernando, que foi presidente em 1963. Foi a primeira vez que a direita teve um candidato à presidência da União Nacional dos Estudantes, mas não ganhou.

Na renúncia do Jânio, naquela fase em que os milicos não queiram dar posse ao Jango, eu estava no auge da minha atividade na UEE e tal... A gente todo dia fazia um comício e uma passeata. E o pessoal prendia, soltava, levava para o DOPS, ficava quatro horas lá e soltava... Aconteceram dois episódios interessantes, e um deles eu até considero como uma situação engraçada, contando isso hoje, claro!

A primeira delas teve a ver com o Sindicato dos Metalúrgicos, que tinha sido fechado. Um dia, alguém chegou e falou: “liberaram o Sindicato!” Deveria ser um infiltrado, mas não nos demos conta e fomos para a sede do Sindicato que ficava em uma rua fechada da Praça da Sé... Quando todo mundo chegou, a polícia fechou os dois lados da rua... Desceram borracha na gente, bateram, jogaram gás lacrimogêneo! A gente correu para dentro do sindicato, subimos, fechamos a porta e colocamos o sistema de som para a rua. Daí foi aquela “discursera”: “Polícia, você também é do povo, sai daí!”. Eu adorava isso! Adorava! Conto isso, morrendo de rir! Nesse dia quando eu cheguei a casa meu pai queria me matar e disse: “Como é que você faz essas coisas? Isso é perigoso!”. E eu disse: “Foi você que me ensinou”. Eu até brinco dizendo que o meu pai fingia que era comunista...

A outra situação aconteceu quando eu estava na sede da UEE, que ficava em uma casinha da Rua Santo Amaro, onde foi a sede do PT um tempo... Eu estava lá e o resto da diretoria não estava, estava todo mundo meio escondido e tal... O presidente da UEE era um amazense que estudava Direito, chamado Bensaúde Branquinho Maracajá,

e o vice era o Seixas da JUC, e estava todo mundo meio escondido e tal. Chegou uma intimação para ir ao DOPS conversar com o delegado... Como só eu estava lá, fui representando a diretoria e foi uma das conversas mais malucas que eu tive na vida. O delegado disse: “É o seguinte, amanhã não vai ter passeata! Não sou eu quem está falando, é o Segundo Exército quem falou. Não vai ter passeata! Avisa lá que não pode ter passeata. Você fica responsabilizado de divulgar essa informação!”. Voltei para a sede pensando “o que eu vou fazer?” E não contei isso para ninguém...

No dia seguinte teve o comício no pátio do Mackenzie, isso antes da guerra do Mackenzie com a Maria Antônia... E como o pessoal da diretoria estava escondido eu fui conduzindo essa assembleia com aquele monte de gente... Na minha cabeça de revolucionário tinha cinco mil pessoas, mas talvez fosse trezentas, e isso me faz rir muito agora! Eu conduzia o comício: “Vou dar a palavra para não sei quem... vou dar a palavra para não sei quem”, enquanto o pessoal gritava: “Passeata! Passeata! Passeata!”. Daí alguém puxou a barra da minha calça e disse: “Tem uns brucutus ali na esquina. O quartirão está cercado. Não vai ter passeata.” Aqueles brucutus que jogavam água gelada, jato de água com areia...

Na hora em que me falaram isso, daí deu o estalo. “Colegas, estou sendo comunicado que o quartirão está cercado! Que tem um brucutu na esquina! Proponho que nos declaremos todos presos nesse espaço democrático! Proponho que nos decretemos todos presos até que as forças da repressão se afastem!” Aí ficamos todos presos! Morro de rir quando conto isso... As meninas foram fazer sanduiches, deu fome em todo mundo, aquelas coisas... Então chegou o Roberto Costa de Abreu Sodré que era presidente da Assembleia Legislativa, e quando o vi lá de cima, falei: “Colegas, estamos recebendo a solidariedade do presidente da Assembleia!”. Ele queria me matar! “Seu irresponsável!”, foi dizendo quando me chamaram para conversar... Aí fizemos um acordo de os estudantes saírem pouco a pouco, em grupinhos pequenos... Daí não teve passeata, mas nos declaramos presos e, ao menos, demos notícia. Foi engraçado... Só posso rir muito, agora!

Eu me formei em 1963 e quando aconteceu o Golpe em 1964 ficou impossível ficar aqui na EPM... Eu respondi a um inquérito policial militar, mas eu nem sei qual era a acusação... Eles tinham um livro de

atas na mesa e começaram a ler que não sei quando em 1963 e eu havia falado que era comunista em uma assembleia... Eu lembro bem desse dia... Havia um aluno, o José Salomão Schwartzman, que não tinha participação política, mas que gostava de provocar... Um dia quando eu estava discursando, ele pediu a palavra e perguntou: “O colega é comunista?” Foi bem engraçado, porque eu falei: “Eu posso responder, mas para isso eu quero que a mesa não limite meu tempo”. Eu estava bem afiado, sabia toda aquela coisa da retórica comunista, e comecei a dar uma aula de curso básico na assembleia do Centro Acadêmico. E no final da minha fala eu disse: “Eu concordo com isso, e se concordar com isso é ser comunista, pode-se dizer que eu sou comunista”.

Então no inquérito policial militar conduzido na EPM eles tinham o livro de ata da assembleia e disseram: “O senhor falou que era.” Eu respondi que falei, mas num outro contexto, não sei o quê... E também teve uma época antes de abril, quando o Carlos Lacerda Franco ia fazer um discurso em São Paulo e os muros da EPM amanheceram pichados: “Fora Lacerda, Fora FMI”. Eu não tinha nada a ver com isso, mas eles queriam que eu assumisse. Perguntavam: “Quem foi que organizou a pichação dos muros da Escola?” Queriam nomes. E eu saindo pela tangente em tudo. No final eles leram o depoimento: “Depoente disse isso, depoente disse aquilo”. E perguntaram: “O senhor quer acrescentar alguma coisa?” Eu disse: “Quero! Eu quero acrescentar a minha decepção de ver os professores fazendo parte disso aí. Fazendo papel de policial na Escola.” O Bernardes se levantou da cadeira e disse: “O senhor é um insolente!” Então percebi que eles podiam entregar meu nome para alguma autoridade, foi por isso que eu não poderia continuar na Escola...

Quando aconteceu o golpe em 1964 se tivesse havido alguma condição de resistência, teria acontecido alguma coisa... Não aconteceu nada! Todo mundo ficou abandonado à própria sorte. Ficou todo mundo muito perdido! Eu me lembro de estar ouvindo as notícias em 31 de março e tal. Eu trabalhava em uma Associação de Bairro no Jardim Nordeste, dez quilômetros depois da Penha, não tinha ainda a Marginal do Tietê e para chegar levava uma hora e meia... Era um trabalho importante que eu achava que estava fazendo. E era importante mesmo, porque a gente estava juntando as sociedades de bairro da Zona Leste para montar uma estrutura de atenção médica. Já tinha

uma federação e eu estava assessorando todo mundo. Dia primeiro e dia dois de abril eu não fui lá. Dia três eu estava para ir e recebi um telefonema do pessoal. Eles disseram: “Não venha porque tem um capitão aqui”. O Capitão disse para eles: “Avisa aquele médico comunista que se ele vier para cá vai ser preso”. Enfim, eu tinha essa fama...

Eu não participei do debate da luta armada porque, de cara, eu achei que luta armada não fazia sentido. De 1964 a 1970 eu fiquei trabalhando em São Paulo, no Sindicato dos Metalúrgicos e no Hospital Pérola Byington, e fui dando assistência aos companheiros do partido. Ia de cá pra lá, contribuía financeiramente, tinha alguém que ia me visitar para buscar um dinheiro, uma mensalidade ou coisa assim. Eu comecei atuar como linha auxiliar, porque eu não estava ligado a nenhuma estrutura orgânica do partido, mas ajudei quem me procurou.

Um dia eu estava em casa, tinha acabado de sair de um plantão, cansado... Às dez horas da noite chegou um amigo, Luiz Oscar Cunha de Toledo, que era do curso de Geografia da USP e da diretoria da UNE. A gente era muito próximo, eu cuidei dos filhos dele... Ele me disse: “Eu preciso sair hoje daqui! Você me leva para Porto Alegre?” Eu disse: “Levo!” Fomos três pessoas: eu, o Oscar e o Aytan Miranda Sipahi. O Aytan, professor de gastroenterologia da USP, tinha estudado no Ceará e quando veio para São Paulo me procurou por indicação de alguém do partido de lá, acho que ele tinha ligação com a Ação Libertadora Nacional do Marighella... Ficamos amigos, fui pediatra dos filhos dele também...

Fomos os três num Fusca 1200... Saímos à meia noite e Oscar foi dirigindo porque eu tinha saído do plantão e precisava dormir um pouco... Chegamos a Porto Alegre depois de doze horas de viagem, largamos o Oscar em uma praça onde os contatos dele iam buscá-lo, e voltamos! No caminho de volta, eu disse para o Aytan dirigir um pouco, e ele respondeu: “Não sei dirigir!” E eu: “Maldito, se você não sabe dirigir, o que você está fazendo aqui?!” “Vim fazer companhia para você!” E rimos! Fazer companhia, ficar conversando e tal... Era romântico, né?! Depois, o Aytan foi preso por um bom tempo, apanhou, entrou de cabelo preto e saiu de cabelo branco...

Sobre a minha carreira, posso dizer que decidi cursar medicina porque na época as opções eram Engenharia, Direito ou Medicina. Eu não queria estudar matemática e se eu fizesse Direito teria que trabalhar

para a burguesia, então escolhi medicina e no início queria me especializar em psiquiatria... Até metade do sexto ano eu frequentava grupos de estudo de psiquiatria. No sexto ano meu preceptor na pediatria era o Fernando Nóbrega, um professor muito dedicado e influente. Quando eu disse para ele que ia fazer psiquiatria ele me disse: “Você vai fazer seis anos de medicina e nunca mais vai usar um estetoscópio?” Isso ficou na minha cabeça. Seria um desperdício todos aqueles anos!

Então decidi ir para a pediatria por causa dessa frase, o que me faz rir disso ao lembrar disso hoje... Eu sempre falo para o Nóbrega sobre essa conversa e ele ri... Outra coisa que me fez escolher pediatria foi que, na minha cabeça, havia pouca psiquiatria clínica. Eu não queria ficar escutando um monte de madame contando que está traindo o marido com o vizinho! Seria melhor fazer pediatria e me envolver com comunidades. Acho que a escolha de pediatria teve a ver com isso. Eu me formei em 1963 e a minha ideia era ficar fazendo estágio na pediatria, mas a residência era uma coisa muito limitada naquela época e isso era necessário para atuar nessa área...

Eu tinha um tio médico dermatologista, Aurélio Ancona Lopez, que foi professor voluntário na EPM por anos. Ele não tinha participação política, não era igual ao meu pai... Quando me formei, perguntei se ele tinha alguma coisa pra mim. Ele tinha uma clínica dermatológica muito reconhecida e oficializada pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, e também dava residência em dermatologia no Hospital Pérola Byington, então eu fui trabalhar na pediatria de lá.

Um dia, provavelmente em maio de 1964, ele falou assim: “Eu tenho um amigo que é chefe do ambulatório do Sindicato dos Metalúrgicos, e precisam de um médico. E eu falei que ia mandar você para falar com ele.” Eu fui para o Sindicato falar com o Doutor Raulino não sei das quantas para me candidatar à vaga. Ele disse: “Ah, o Aurélio é meu amigo. Você vai ficar aqui no lugar daquele comunista filho da mãe que eu pus pra fora”. Ele se referia ao médico e vereador David Lerer, que era da ala trotskista. Acho que existiam três trotskista: o David Lerer, o Boris Vergaftig e outro que não me lembro o nome... Eu me lembro de outro episódio com o David Lerer: um dia eu estava andando lá pelo centro, de fusca, parei no semáforo, e de repente abriram a porta do meu carro e entrou um cara e disse: “Sai rápido que eu acho que eu estou sendo seguido!” E eu disse: “Poxa, você está sendo seguido e quer

que eu seja preso junto!?” Era o David com uma pilha de jornalzinho trotskista de baixo do braço, que ia levar não sei para onde. Ele teve que fugir do Brasil depois... Aquela época foi difícil!

A minha carreira foi se desenvolvendo em São Paulo... Fui primeiro plantonista do Pronto-Socorro Sabará, graças ao Nóbrega que era um dos sócios lá... Mas aí o Nóbrega foi para Botucatu e eu falei para ele que queria trabalhar na universidade, mas na Escola nessa época não dava para mim... Em 1970 fui para Botucatu onde fiz mestrado e doutorado e fui contratado pela Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas. No fim do primeiro ano a gente tinha que mandar um relatório para confirmar o contrato ou não, eu mandei e não tive resposta. Todo mundo teve resposta e eu não tive... Todo mundo era cobrado para mandar todo final de ano e eu não era... Até que um dia o diretor da faculdade me falou que eu tinha sido contratado por engano, porque tinha um parecer do SNI dizendo que não era para eu ter sido contratado e essa informação só chegou depois que o reitor já tinha assinado a contratação...

O governador de São Paulo na época, o Paulo Egydio Martins, jurava que não havia interferência do SNI nas universidades e tal. Se eles me dispensassem seria uma prova de que havia. Esse diretor jogou a minha pasta dentro de um arquivo e esqueceu lá. Então eu fiquei lá dez anos sem ter que fazer o relatório. Tirei férias, licença prêmio e não tinha o contrato assinado. Ele se defendeu na realidade, porque o SNI estava em cima dele. Eu fiquei sabendo depois que essa situação era por causa daquele episódio da queima da bandeira dos Estados Unidos na Praça da Sé...

Fiquei dez anos no interior, com dedicação exclusiva e em tempo integral. Vim para cá como livre docente e entrei na EPM como professor adjunto quando abriu concurso na área de pediatria, na mesma época que o Nóbrega havia voltado para cá. Daí o Nóbrega, quando o Collor falou que ia tirar as mordomias, ficou com medo de perder os abonos salariais e se aposentou muito prematuramente. Então eu entrei na vaga dele de titular. Meu retorno para a EPM foi no começo de 1980 e ainda estou por aqui...

12. Fábio Braz Giannini

Sou Fábio Braz Giannini e nasci em 1937. Eu me formei em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo, e também ingressei no curso de Filosofia da USP, mas não conclui. Ainda jovem, ingressei no serviço público federal e fiz carreira no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários (IAPC), embrião com outros institutos do que seria mais tarde o atual Instituto Nacional de Serviço Social, o INSS.

Em 1961 fui convocado a prestar serviços no Subgabinete Civil da Presidência da República, que funcionava como uma extensão da Casa Civil. Ali atuei como Assessor de Educação e Cultura, sob a chefia do professor Herculano Pires e ainda acumulei essas funções com a de jornalista profissional na Folha de São Paulo, responsável pelo noticiário internacional...

Foi como assessor no Subgabinete Civil que mantive os primeiros contatos com a Escola Paulista de Medicina e com seu Diretor à época, o professor Marcos Lindenberg. Realizei trabalhos especiais para essa entidade e para seu diretor, como representante do Ministério da Educação e Cultura. Desse período eu me lembro da marcante personalidade do professor Lindenberg que rapidamente me envolveu em seus projetos e problemas na gestão da Escola Paulista de Medicina e da nascente Universidade Federal de São Paulo, da qual ele se tornara reitor *pro tempore*. Às minhas responsabilidades oficiais agregava o enorme prazer dessa enriquecedora convivência com o dinâmico professor Lindenberg...

Mas esse trabalho embrionário foi abruptamente interrompido com a renúncia do então Presidente da República, Jânio Quadros, por isso me afastei dessa atividade e retornei à unidade original de meus serviços, o IAPC. Decorridos alguns dias desses eventos, recebi convite do professor Marcos Lindenberg para que continuasse trabalhando com ele na estruturação da UNIFESP. Esse convite era desafiador e irrecusável, e acabei aceitando, mas para assumir essa função fui obrigado a me exonerar do IAPC, para me dedicar em regime de exclusividade às

desafiadoras responsabilidades da criação da UNIFESP, que eram de fato enormes...

Assumi as novas funções na EPM como Chefe de Gabinete do Diretor, no mesmo momento em que o Ministro da Educação constituiu um Grupo de Trabalho com a finalidade de estruturar a nova Universidade, a partir da Escola Paulista de Medicina, como seu núcleo, e da Escola de Engenharia de São Carlos. Esse Grupo, que eu secretariava, estava sob a coordenação do professor Lindenberg, e estava integrado pelos professores Fernando Henrique Cardoso, da Universidade de São Paulo, Fausto Castilho da Faculdade de Filosofia de Araraquara, Antônio Angarita da Fundação Getúlio Vargas e do professor Camargo, da Escola Politécnica.

As reuniões de trabalho nos espaços da EPM eram intensas e se voltavam para o objetivo exclusivo de estruturar a nova universidade. Eram discutidas questões profundas para definir a identidade dessa universidade ainda embrionária: Que Universidade seria essa? Qual seria sua estrutura? Quais cursos ofereceria? Haveria cátedras ou departamentos? Apresentaria uma estrutura mais moderna e dinâmica para enfrentamento dos desafios daqueles tempos?

Enfim, eram muitos questionamentos e discussões para saber o que se queria dessa instituição nascente, por isso logo começaram a surgir dissensões entre o Grupo liderado pelo professor Lindenberg que tinha uma visão diferente da ortodoxia universitária, e os membros da Congregação da EPM, que estavam mais pautados por um espírito mais conservador ou menos inovador. O fato de que a UNIFESP tivesse como núcleo a EPM e a Escola de Engenharia de São Carlos colocava em evidência a questão da liderança de uma ou de outra com seus interesses específicos...

A inclinação do Grupo de Trabalho, que se pretendia mais inovador, era por uma estrutura não convencional, talvez próxima à da Universidade de Brasília moldada por Darcy Ribeiro. Preconizava a implantação de grandes Institutos como, por exemplo, o Instituto de Biológicas, o Instituto de Ciências do Homem, o Instituto de Exatas, nos quais os alunos deveriam cumprir matérias básicas, sem foco ainda em formação profissional ou especializada, e somente nas fases mais adiantadas dos currículos fariam a opção pela carreira e pelo currículo especializado. Na verdade, se pretendia uma estrutura totalmente

diferente do que existia em outras universidades. Era uma opção dinâmica e de clara ruptura com a ortodoxia acadêmica vigente.

A Congregação da EPM ou ao menos parte dela era contra essa inovação e se pautava pela estabilidade e estruturas já consagradas. Além disso, não abria mão de manter a Escola Paulista de Medicina como entidade nuclear e, assim, líder consagrada da nova comunidade acadêmica. Essa dicotomia e a singularidade das posições do Grupo de Trabalho levaram o professor Lindenberg a decidir pelo afastamento físico da sede da nova universidade, transferindo a sede da Reitoria da UNIFESP para São Bernardo do Campo, em instalações da FEI. Essa medida representou uma ruptura e ao mesmo tempo a demarcação de campos antagônicos, em um momento importante para a Escola Paulista de Medicina às vésperas de seu 30º aniversário.

Na EPM as coisas convergiam para uma crise interna. A grande preocupação era qual seria o papel da EPM nessa nova organização. Para um grupo de renomados professores, que haviam fundado a Escola depois federalizada e prestes a se tornar parte de uma Universidade, não aceitava perder o controle dela. Pelo contrário, a EPM se deveria constituir no centro da UNIFESP. Eu nem acho que era uma posição tão estranha, pois isso fazia parte da história e do justificado orgulho acadêmico da Escola Paulista de Medicina. A visão nova, moderna, radical, é que lhes parecia estranha, senão mesmo uma traição à tradição da Escola, e partindo do próprio professor Marcos Lindenberg, parte da EPM, mas coordenador de um grupo que também lhes é estranho.

Os trabalhos estavam então voltados à unificação de toda a EPM na UNIFESP no momento em que a instituição adquiriu, por ato de Governo, estrutura administrativa própria. Era necessário fazer o enquadramento de todo o pessoal da Escola Paulista de Medicina na Universidade Federal de São Paulo. Foi um trabalho enorme, difícil, complicado... Implicava dispor de conhecimento preciso da carreira de cada funcionário para enquadrá-lo corretamente no novo quadro de funcionários da UNIFESP, mas no início do ano de 1964, o trabalho já estava concluído...

A par desse trabalho, que era de enorme complexidade, o professor Lindenberg acumulava as responsabilidades de Diretor da Escola Paulista de Medicina, em momento de severos desafios orçamentários

e de aguda crise financeira do Hospital São Paulo, no momento também em que a Universidade não dispunha de orçamento próprio. Nossos esforços se concentravam em, periodicamente, solicitar junto ao MEC liberação de verbas e tudo o mais que envolvesse a execução orçamentária da EPM. Eu lembro que no meio dessa confusão toda, o professor Lindenberg contraiu hepatite e nem assim ele se afastou de suas atividades: continuou trabalhando em casa, acamado, sem descanso!

Não se discutia política, esquerda ou direita... Com crise ou sem ela, nosso imperativo era buscar recursos para as entidades, organizar o orçamento e executá-lo com diligência. Tais recursos poderiam estar também na Operação Pan-Americana, instituída pelo presidente Kennedy... De Jango ou de Kennedy, do MEC ou da *Rockefeller Foundation*, o fundamental era dispor de recursos para a EPM e para a UNIFESP.

Era um momento conturbado no cenário nacional e internacional... Crise dos mísseis em Cuba, a posição dos soviéticos liderados por Krushchev, a atuação de Fidel Castro... Havia medo, preocupação de todos de uma hecatombe nuclear... No Brasil os tempos eram difíceis também por força das conturbações políticas, das greves de estudantes pelo país afora, e isso afetava igualmente o corpo discente da EPM. Eu fui procurado na condição de Chefe de Gabinete por estudantes que queriam aconselhamento sobre o que podiam ou não fazer, e eu os orientava à moderação... Isto se voltou depois contra mim...

Com o golpe, de fato tudo mudou... A UNIFESP, que mal havia começado, foi extinta pelos primeiros atos do novo governo e, claro, o professor Marcos Lindenberg foi destituído dos cargos de reitor *pro tempore* e de diretor da EPM, que foi ocupado pelo professor José Maria de Freitas. Eu continuei no meu cargo, mas por poucos dias... Por determinação da Comissão Geral de Investigação, os diretores de repartições públicas federais foram obrigados a constituírem em seu âmbito de atuação Comissão de Investigação Sumária a fim de apurar atividades subversivas ou de corrupção de seus funcionários. Por determinação do novo diretor da EPM, a Comissão foi composta pelos professores Antônio Bernardes de Oliveira, Otto Guilherme Bier e Rodolfo de Freitas.

Devido à minha ligação funcional com o ex-Diretor e ex-Reitor e com o Grupo de Trabalho da extinta UNIFESP, o professor Freitas

decidiu pelo meu afastamento... Decorridos alguns dias, recebi em minha residência intimação para comparecer perante a Comissão de Investigação da EPM e responder às acusações do libelo acusatório, que é simplificada a instalação de um processo para comprovar a ação criminosa contra um réu.

Eu compareci ao local e dia determinados, dia 3 de maio de 1964, com a minha defesa escrita perante a Comissão de professores, mas sem a presença de qualquer militar. Os professores nutriam certa simpatia por mim e me receberam com elegância e perguntas do tipo: “qual sua orientação filosófica?” E minha resposta foi a mais sincera possível: “Minha inclinação filosófica, hoje, é a absoluta perplexidade... não sei realmente o que vai acontecer no mundo.” E eles continuaram perguntando: “Mas qual é o filósofo que o senhor mais admira, hoje?” E minha resposta foi Jean-Paul Sartre, cujo livro *Crítica da Razão Dialética*, que havia sido lançado na França, eu me dedicava a ler... E afirmei ainda: “Eu admiro a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre. A filosofia existencialista”. Nessa época Sartre não evidenciava ainda a militância de esquerda que o caracterizaria anos mais tarde. Ele tinha estado no Brasil e havia sido recebido pelo professores Fernando Henrique Cardoso e Fausto Castilho... Sartre era o expoente intelectual que admirávamos.

Os professores acharam alguma graça nas minhas respostas e acrescentaram outras perguntas, nada graves ou muito importantes. Saí dessa inquirição meio prostrado, não muito preocupado ou angustiado... Afinal, não fui maltratado... Também não previa que fosse acontecer algo de muito sério. Não previa, mas aconteceu. Aconteceu que dessa inquirição não foi lavrada ata e tudo foi anulado. Desfeito meu primeiro depoimento, tive que retornar e, dessa vez, a coisa foi um pouco diferente, mais pesada, um clima muito mais formal. Não me destratarem, porém. Mantiveram a elegância. Foi mais formal, mas com elegância...

Com a decretação do Ato Institucional e com base no Relatório da Comissão de Investigação Sumária da Escola Paulista de Medicina fui demitido do serviço público federal, impedido de retornar ao IAPC, impossibilitado de retomar a meu cargo na Folha de São Paulo, da qual me afastara para me dedicar exclusivamente à EPM... Estava desempregado... Desempregado. Onze anos de serviço público perdidos...

Sepultada promissora carreira no serviço público, somente me restava buscar atividade e emprego na iniciativa privada... Minha vida tinha que continuar.

Em 1979 com a Lei de Anistia, ofereceram a mim possibilidade de retornar à EPM, retomando a carreira jurídica, ou de me aposentar precocemente. Optei pela segunda alternativa, porque apesar de tudo e de todos os percalços enfrentados acabei por consolidar uma carreira de sucesso na iniciativa privada...

13. Gentil Porto

Eu era o aluno mais novo da minha turma da antiga Universidade do Recife, agora Universidade Federal de Pernambuco... Eu vivi um período muito rico de participação política e fui eleito inicialmente representante da minha turma junto ao Diretório Acadêmico, que em São Paulo chamam de Centro Acadêmico. Depois disso eu fui eleito presidente do Diretório Acadêmico, com 19 anos de idade, e tive uma participação muito ativa como vice-presidente da União Estadual de Pernambuco que reunia os estudantes universitários. Fui vice-líder da bancada no Congresso da UNE em 1962 quando houve o primeiro atentado terrorista da direita e jogaram bombas dentro do auditório do hotel.

Em função dessas participações todas, me tornei conhecido, participei de vários congressos e terminei minha carreira de movimentação universitária como presidente da União Nacional do Estudantes de Medicina, a UNEM que tinha sido criada em 1958. Eu assumi na cidade do Belém do Pará no ano de 1960. Houve um congresso e uma disputa, nós ganhamos e eu fui eleito. Com isso eu visitei boa parte do Brasil, participei de reuniões lutando pela melhoria do ensino médico, nós discutimos muito, não só políticas universitárias como políticas brasileiras como um todo, melhoria de ensino, discussões culturais... Nós éramos recebidos pelos secretários de estado, governadores, ministros... Eu mesmo fui recebido por dois reitores que acabaram se tornando ministros de Estado do Rio Grande do Sul, o Elizeu Tavioli da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Mariano da Rocha que era reitor da Universidade de Santa Maria. Aqui em Pernambuco eu falava com o Reitor, fui recebido pelo governador, naquela época estudante era tratado como gente.

Quando foi para mudar o presidente da UNE, em Santa Maria no Rio Grande do Sul, nós do Brasil todo havíamos viajado para Santa Maria, que era o eixo geográfico e ferroviário do Rio Grande do Sul. Lá tem uma divisão de exército, além de ter uma faculdade de medicina muito respeitada. Quando houve a queda de Jânio Quadros, o general comandante do exército do Rio Grande do Sul ficou a favor

de João Goulart, e nós estudantes sem poder voltar, não tínhamos dinheiro nem para nos alimentar e também sem poder usar os trens porque estava ocupado pelo Exército... Mas o Reitor da Universidade, Mariano da Rocha, de certo modo nos sustentou oferecendo refeições e materiais mínimos... Quando os trens voltaram a circular em direção a Porto Alegre, para pegar o avião, o Mariano da Rocha me ofereceu um jantar na casa dele junto com a família e foi me levar na estação ferroviária de trem.

Depois do golpe militar essas instituições foram extintas. Eu me formei em dezembro de 1963, em 1964 houve o golpe e eu sofri perseguições, tive que responder a vários inquéritos em função da minha atividade estudantil mesmo já formado como médico... Eu tive que migrar para o interior e fui trabalhar no sertão de Pernambuco porque o clima aqui em Recife estava bem difícil para mim, com ameaça de prisão, sendo interrogado, e por isso não tomei mais conhecimento dessa parte da UNEM. Nos inquéritos, eu era questionado sobre minhas práticas quando eu era presidente da UNEM, principalmente da minha atividade estudantil, embora eu nunca tenha sido comunista, mas todos aqueles que discordavam do regime eram taxados de comunista.

O meu sucessor na UNEM foi um gaúcho, Voldar Jorge, que hoje é professor aposentado da Universidade de Passo Fundo. Esse núcleo da UNEM vinha de uma coisa anterior que era a Semana de Debate Científico, uma semana organizada por estudantes de medicina, uns nove anos antes da Semana Brasileira de Debates Científico. Depois de criada a UNEM, conjuntamente havia a Semana Brasileira de Debate Científico e o Congresso Nacional dos Estudantes de Medicina.

O debate da UNEM caminhava no foco de humanização da medicina, de entender a medicina como uma ciência hipocrática. Um dos nossos professores, Fernando Figueira, dizia que médico que só sabe medicina, sabe muito pouco... A minha geração passou lutando por uma medicina humanizada a vida toda. Infelizmente continuamos pensando em uma medicina automatizada, onde a maioria dos médicos são leitores de exames feitos em máquina computadorizada. Mas estamos lutando nas academias pregando sempre isso, temos tido algum resultado, mas esse sentimento se dilui, as pessoas costumam ver a medicina para ganhar dinheiro e não a medicina como uma vocação.

14. Helenalda Resende de Souza Nazareth

Nós somos de uma família de baianos. Meu pai, Adalberto de Assis Nazareth, tinha uma história de militância no Partido Comunista do Brasil, o PCB, desde a época em que era estudante de Medicina na Bahia. Depois de formado foi morar em Irará, cidade do interior baiano, considerada na época um centro de comunistas.

Ainda solteiro, veio para São Paulo e após o casamento com minha mãe, Euthalia Resende de Souza Nazareth, foram morar na cidade de Cerqueira César no estado de São Paulo. Foi nesta cidade que nasceram as seis irmãs, todas tendo os nomes começados por Helen. A primogênita recebeu o nome de Helenice, em homenagem à primeira aviadora brasileira. Foi a partir deste nome que foram criados os demais: Heleneide, Helenalda, Helenilda, Helenoira e Helenira

Cerqueira César era uma cidade muito pequena e quando as duas irmãs mais velhas estavam com idade para cursar o Ginásio, hoje Ensino Fundamental II, como não havia na pequena cidade o curso mudamos para Assis. Esta época coincidiu com aquela em que o PCB foi declarado um partido clandestino, em 1947, e ficara difícil a convivência de meu pai com o pároco da cidade, que iniciou uma campanha contra o “médico comunista”. Nós éramos uma família muito peculiar: um pai comunista e ateu e uma mãe católica... Meu pai tinha uma foto enorme do Luís Carlos Prestes, que ele colocava no consultório, porque minha mãe não deixava colocar em casa...

A opção por Assis se deu por meu pai ter encontrado dois colegas de Faculdade, também baianos, que estavam morando por lá. Meu pai era conhecido na cidade como “o médico dos pobres”, porque trabalhava na Santa Casa, que era filantrópica, tendo feito também um concurso para um cargo como médico do Hospital Sorocabana.

Em Assis nós estudamos até o colegial, hoje se diz Ensino Médio... Nós sempre estudávamos de duas em duas, fazíamos o Ginásio e o Colegial sempre duas em duas e como lá não havia faculdade, também vínhamos para São Paulo de duas em duas para cursar o ensino superior. Helenice e Heleneide se formaram juntas no curso científico e normal, meu pai fazia questão do curso científico e normal, pois não

sabia se iria conseguir continuar bancando os nossos estudos em São Paulo. O curso normal nos garantia uma profissão no Magistério do curso primário, hoje o Ensino Fundamental I.

As duas irmãs mais velhas vieram então para São Paulo com a intenção de estudar Medicina. Heleneide foi aprovada em Biologia na USP que funcionava na época na Rua Maria Antônia. Ela se especializou em Genética, tendo iniciado o trabalho no Instituto Butantã, com o Professor Beçak, e mais tarde foi convidada pela Escola Paulista de Medicina, a EPM, para criar o Departamento de Genética, nos fins da década de 1950 e início da década de 1960. A Helenice também trabalhou com Genética, no Departamento de Genética da USP, depois o professor Edmundo a convidou para trabalhar na SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Em 1964, quando aconteceu o Golpe Militar só a minha irmã Helenira morava com os nossos pais em Assis. Eu já estava aqui em São Paulo e estudava matemática. Nesse período do golpe, meu pai dizia que tinha saído do PCB, mas lá em Assis ocorriam reuniões com participação de comunistas que iam daqui de São Paulo para lá. Concluso, então, que ele não saíra do PCB e mais tarde eu soube pela Elza Monerat e pelo João Amazonas que ele ingressara no PCdoB, o Partido Comunista do Brasil dissidente do PCB.

A Helenira sempre foi uma pessoa muito engajada e politizada. Ela liderou a criação do primeiro Grêmio Estudantil da cidade de Assis e foi a primeira presidente no Instituto de Educação de Assis. Um ano após o Golpe, em 1965 a Helenira tinha terminado o Curso Clássico e foi aprovada no vestibular do Curso de Letras da USP. Nessa época ela iniciou sua militância na JUC, a Juventude Universitária Católica, organização ligada aos frades dominicanos. Depois ingressou na AP, a Ação Progressista, e em seguida filiou-se ao PCdoB. Em 1968, parece-nos que ela já estava no Partido Comunista do Brasil, mas nós as irmãs desconhecíamos esse fato.

Em outubro de 1968 ela foi presa em Ibiúna no Congresso da UNE, tendo sido considerada líder do movimento estudantil. Na época, foram presas aproximadamente oitocentas pessoas. Os líderes ficaram mais tempo presos e entre eles Helenira era a única mulher. Todos foram levados para o DOPS e lá ela foi torturada e jurada de morte pelo Delegado Fleury. Enquanto Helenira estava presa conseguimos

ao menos tirá-la das mãos do Fleury com ajuda do PCdoB. Um colega meu, que lecionava em São Bernardo do Campo, me perguntou se eu não queria conhecer alguém do PCdoB, afirmando que eles poderiam indicar um advogado para ajudar a Helenira.

Do Comitê Central do PCdoB conheci o João Amazonas e o Pedro Pomar, que me indicaram uma advogada que conseguiu a transferência de minha irmã, do DOPS para o presídio Feminino do Carandiru, e, conseqüentemente das mãos do Fleury, que a torturava... Pelo menos lá no Presídio Feminino não havia tortura e a Helenira ficava em cela especial, por ser universitária, e podia receber nossas visitas. No dia 11 de dezembro, um dia antes do decreto do AI-5, a advogada conseguiu um *habeas corpus*. Quando ela saiu do presídio ocorreu o Congresso da UNE e minha irmã se candidatou- à diretoria... A chapa dela, que era a contrária à do José Dirceu, foi a eleita.

Com o AI 5 já se sabia que ela deveria ficar na clandestinidade, porque eles iriam procurá-la, bater na porta, iriam atrás dela... E eu nem percebia naquela época a ligação que ela tinha com o PCdoB. E foi isso mesmo que aconteceu, ficavam atrás dela, mas ela tinha cobertura da Igreja Católica por meio da Madre Cristina e da amizade com os dominicanos. Só eu sabia como encontrar a Helenira: tinha que ir até o Sedes Sapientiae, o Instituto Superior de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, que fica próximo à avenida Consolação, falar com a Madre Cristina que me indicava onde encontrar minha irmã.

Depois de um tempo Helenira foi morar com duas moças em um prédio perto do Sindicato dos Jornalistas, se não me engano na Rua Rego Freitas próximo ao Largo do Arouche, em um prédio não muito bem visto na época... Nesse apartamento não tinha nada, só tinha os colchões no chão. Depois ela se mudou para a Vila Madalena, lá onde hoje tem aqueles barzinhos. Alugaram uma casa que, eu soube depois, era do PCdoB. Percebi na época que aquele lugar era um aparelho, porque tinha um mimeógrafo e soube depois que ela cuidava do jornal e dos panfletos do partido. Depois disto, combinamos que seria melhor eu não saber onde ela morava. Os bilhetes de comunicação da Helenira apareciam na Escola Paulista de Medicina, na mesa da Heleneide. Ela escrevia avisando que estava bem, que estava fazendo o que acreditava. Nós jogávamos os bilhetes, não guardávamos nada para não caracterizar que tínhamos algum contato com ela.

A Heleneide foi presa várias vezes... Era levada para o DOI-CODI, onde logo se iniciavam as sessões de choques... Eu também fui presa, mas não fui para a o DOI-CODI, fui para o 2º Exército, ali no Ibirapuera. Heleneide e a Helenice foram as mais torturadas... Uma das vezes, eles vieram buscar a Heleneide dentro da EPM, e ela conseguiu avisar um professor de Escola, que não lembro o nome dele, foi o mesmo que ofereceu um passaporte falso para a Helenira sair do país... Mas ela não aceitou, dizia que não era bandida, que não iria fugir do país...

Nós tínhamos um esquema: quando alguém era preso, um amigo ligava para minha casa, para minha tia ou para alguém da minha família, para avisar que a polícia tinha levado uma de nós. Esse esquema de comunicação funcionava porque quando alguém era levado, nós entrávamos em contato com um senhor da Maçonaria, Manoel Tucunduva, amigo do meu pai, que entrava em contato com membros graduados do Exército que também eram da Maçonaria, e sempre intervinham nas prisões e nas torturas. Assim, a Heleneide e a Helenice sofriam sessões de torturas, que sempre eram interrompidas.

Um rapaz chamado Gilson, que estudava com a minha irmã, foi preso porque ele morava em uma república onde um colega também tinha sido preso, e porque encontraram nas coisas dele um caderno da Helenira. Um caderno de lingüística. Ela participava da política, mas nunca deixou de estudar, sempre foi dedicada. Uma coisa que meu pai sempre nos dizia era que podíamos fazer parte de movimento estudantil, de passeatas, mas que os estudos eram prioridade, para termos uma carreira e assim podermos sobreviver.

Esse rapaz apanhou muito, foi para o pau-de-arara, e as minhas irmãs tinham que presenciar a tortura enquanto as pressionavam para que elas falassem, ameaçando torturar ainda mais o Gilson... Só que as duas não tinham o que falar, elas nem conheciam o rapaz e nem sabiam sobre a Helenira... A Heleneide já tinha se formado, já tinha saído da universidade, mas eu ainda estudava com a Helenira e tinha contato com o pessoal, conhecia as pessoas, tinha colegas que eram do PCdoB, se bem que nunca falei que eles eram do partido.

Nas minhas sessões de tortura, os militares ficavam jogando fotos, perguntavam se eu tinha ido a tal lugar, respondia que sim... Não tinha como negar, eles tinham fotos de tudo, até de festinha de confraternização no departamento de Genética da EPM eles tinham, também de

viagens que a turma da Heleneide fazia, e que eu estava sempre junto... Eles realmente tinham fotos de tudo. Então se eu mentisse, falasse que não tinha ido a tal passeata, com certeza teria ido para tortura.

Minha casa era vigiada o dia todo, eles ficavam em um fusca branco, fingindo que estavam lendo jornal... Quando eu saía, ia para a escola a pé porque não tinha carro nessa época, um deles vinha atrás e o outro me seguia dentro do ônibus... Eu tinha um trabalho danado para despistar quando ia me encontrar com a Helenira. Nessa época eu já não sabia onde ela estava escondida, tinha que ir até a cidade universitária no barracão da História, e apareciam umas moças que nós chamávamos de exército chinês, porque eram umas japonesinhas que apareciam e perguntavam se queria falar com a Helenira, aí elas diziam onde era o encontro, geralmente no entorno da cidade universitária, em Pinheiros. Uma dessas moças, eu descobri depois, era a Ryoko, a mulher do José Genoíno.

Um dia a Helenira mandou um bilhete, pedindo que fôssemos para o Rio de Janeiro encontrar com ela e nos despedirmos, porque depois ela não iria mais entrar em contato conosco por muito tempo... Foi quando ela foi para o Araguaia. Mas a Heleneide não conseguiu me avisar, por causa da data e porque a comunicação era muito ruim na época, evitávamos usar o telefone. Então foram só a Heleneide, a Helenice e os dois filhos dela... Ela disse que não falaria para onde iria... Ela ainda enviou algumas cartas lá do Araguaia, mas nós não sabíamos quem trazia, nem de onde vinham as cartas. Elas apareciam na mesa da Heleneide ou embaixo do portão da minha casa.

Nós apoiávamos a Helenira, porque sabíamos que era necessário, sabíamos que as pessoas eram presas, que elas sumiam, aparecia nos jornais que fulano, depois de ficar algum tempo desaparecido, tinha sido atropelado... Coisas como essas que estão sendo oficializadas agora, naquela época nós já sabíamos, desconfiávamos dessas notícias. A Heleneide e eu entramos para o Comitê Brasileiro de Anistia, o CBA. Participávamos das reuniões que eram clandestinas morrendo de medo... Não sabíamos que a Helenira já tinha morrido, isso foi por volta de 1976 a 1977. Só sabíamos que ela estava desaparecida, o último contato foi através de uma carta que minha mãe recebeu dela e escondeu... Quando minha mãe faleceu, eu encontrei essa carta da Helenira... Era uma carta toda cifrada, utilizando apelidos, fazendo brincadeiras,

mas a letra a gente reconheceu como sendo dela, essa carta foi escrita por volta de 1971. Em 1978, quando o Genoíno saiu da prisão, aconteceu o primeiro Congresso do CBA na PUC em São Paulo. Heleneide e eu estávamos nos fundos do teatro, eles pediram para os familiares falarem os nomes dos desaparecidos políticos... A Heleneide falou o nome da Helenira bem alto... O Genoíno e a Ryoko que estavam lá na frente do teatro vieram correndo falar com a gente... Eles nos contaram que a Helenira estava morta... Ele soube porque quando estava preso os agentes mostraram fotos em slides dos mortos e ele a reconheceu...

O corpo da Helenira não foi identificado... O Genoíno dizia que era o corpo mais fácil de ser encontrado, porque os moradores sabiam onde ela teria sido enterrada... Contavam uma lenda por lá afirmando que no túmulo dela crescia uma flor vermelha que os militares arrancavam, e ela voltava a crescer, a população ia visitar o túmulo, mas proibiram... Lá tem um senhor que indica onde ela foi enterrada, ele até se propôs a nos mostrar, mas a última vez não deu certo... Eu estava no Araguaia, mas ele quebrou a perna e depois a pessoa que iria levá-lo, que era do Exército, ficou esperando de um lado do rio Araguaia, enquanto o grupo de busca estava esperando do outro lado do rio... Nós estávamos em Xambioá, e o lugar em que ela foi enterrada é do outro lado, perto de Marabá. O rapaz de Exército não entendeu onde era o ponto de encontro... Eles foram mas eu fiquei porque me senti mal, e, como seria necessário abrir picada no meio da mata, eles perceberam que eu não aguentaria.

Durante as reuniões do CBA, surgiu a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, CFMD, e começamos a participar dessa comissão também. Atualmente, a Amelinha Teles, a Crimeia e a Suzana estão à frente dessa comissão. Recentemente em Brasília, a juíza Solange Salgado deu ganho de causa para nossa ação sobre a Guerrilha do Araguaia, mas o governo insiste em não cumprir... A juíza estava muito brava com isso e nos disse que alguns militares dizem se arrepender do que fizeram, mas pedem para não ser identificados... Contaram que o Exército fez a Operação Limpeza em 1975, mas não sabemos exatamente quais corpos foram levados, porque uma pessoa diz que nessa operação os primeiros foram levados para o cemitério de Xambioá, onde foram encontrados os corpos da Maria Lúcia e do Bergson, que os familiares encontraram em 1993 e só foram identificados há pouco

tempo. Os moradores sabem onde os guerrilheiros foram enterrados e dizem que o corpo da Helenira também foi para esse cemitério clandestino que a população utiliza sem que haja nenhum registro.

Falaram que a ossada de Helenira foi colocada perto da cerca, e quando cheguei lá no cemitério disseram que já tinham cansado de escavar perto da cerca e não acharam nada, então eu me pergunto se essa cerca é a mesma da época da Operação Limpeza. Os militares acompanham as buscas, mas sem preparo seguindo as indicações de uns e de outros, sem consultar fotos da época para saber se é o mesmo lugar ou não.

A Lorena, irmã da Jana Moroni, que também é uma desaparecida, pegou o tablet e pediu para o filho enviar fotos que a mãe dela tinha tirado do cemitério quando tinha feito parte da Comissão. Ao mesmo tempo a Diva e eu fomos à casa de uma senhora que fica pouco acima do cemitério, e dá para vê-lo de lá... Ela nos disse que quando as pessoas viam o Exército ficavam com medo... Também disse que tinha visto as escavações e que ali ficava uma estrada, confirmando o que eu também tinha ouvido falar... Com esta informação passaram a procurar mais atrás do local anterior e começaram a achar restos da cerca, mas não se achou nada de corpos.

O Exército está fazendo o que quer nesse país! Certa vez um grupo de busca ia a um acampamento indígena fazer pesquisa dos desaparecidos, o Exército esteve no local dois dias antes e a maioria dos índios tinha fugido para a mata, com medo. E assim é na cidade também, quando chega aquele aparato do Exército os moradores se assustam.

Ainda tenho esperança de encontrar os restos mortais da Helenira... Em 1993 uma comissão com familiares, Ministério Público e alguns deputados foram para Oito Barracas e encontraram alguns ossos, mas não recolheram tudo, levaram primeiro para Marabá para os médicos identificarem se eram ossos humanos ou não, depois foram levados para Brasília... Quando recebi a notícia foi um baque, acho que com todos os familiares que passam por isso é assim... Uma mistura de medo, angústia e esperança...

O deputado Haroldo Lima do PCdoB falou sobre a ossada na Câmara... Entregaram para o Instituto Médico Legal de Brasília, mas eu queria ter trazido para a Unicamp porque o doutor Valter Pinto tinha se comprometido a trabalhar com a extração do DNA. Ainda

conversamos com o Presidente da República para que ele intercedesse pela busca de outras ossadas, mas quando voltei para São Paulo havia uma mensagem na secretária eletrônica avisando que essa busca não aconteceria porque o Governo Federal teria que realizar muitas intervenções nos Estados e isso seria muito difícil!

Dois dias depois me avisaram que as ossadas não eram humanas... Em Brasília, há 27 ossadas que os peritos dizem ter extraído material genético para fazer o exame de DNA, mas eles não utilizam o banco de DNA dos familiares... Eles têm um banco que é uma confusão! Eles pegaram amostras de pessoas que não são compatíveis, por exemplo, no caso do André Grabois, marido da Crimeia, eles têm amostra da sogra, do cunhado, gente que não vai ajudar. Quando fizerem o cruzamento dos DNAs não será compatível. A Polícia Federal não cruza os DNAs porque é preciso uma máquina especial que não existe no país, é muito cara...

Esse dossiê de Memória e Verdade foi escrito e publicado com base no dossiê que escrevemos na Comissão de Familiares... Produzimos na época que a Luiza Erundina era prefeita em São Paulo. A Suzana ficou especialista em analisar fotos e até discutia com os médicos legistas... Nós pesquisamos bastante nos arquivos do DOPS a respeito dos desaparecidos, até que alguns, como eu, desanimaram, algumas mães foram morrendo, os irmãos estão ficando velhos e também morrendo... A Heleneide mesmo me acompanhou nas buscas pelos restos mortais da Helenira, mas quando ela teve câncer ficou difícil acompanhar... Quando ela faleceu, em um sábado, o diretor da EPM queria que o velório fosse lá, queria um tempo maior para as despedidas de alunos, docentes e funcionários. É uma tradição da Escola... Eu não permiti, porque minha mãe e minha tia idosas não iriam aguentar, e tinha gente que tinha vindo do Rio de Janeiro e do Recife para o enterro...

No final, restam as homenagens... O Centro Acadêmico da UNESP Assis chama-se Helenira Resende de Souza Nazareth por toda a luta que ela representou. Há ruas em São Paulo, em Guarulhos, no Rio de Janeiro e em Campinas com seu nome. Há um Centro Esportivo Unificado, em Assis e um Acampamento dos Sem Terra, no Nordeste, a primeira Turma de Pedagogia da Terra, da UNESP de São Carlos e o Centro de Pós Graduandos da USP de São Paulo têm o nome de Helenira. Heleneide foi homenageada na Escola Paulista de Medicina com uma placa no Laboratório de Genética, por ter sido uma de suas fundadoras.

15. João Paulo Botelho Vieira Filho

Eu me chamo João Paulo Botelho Vieira Filho, sou professor adjunto da disciplina de Endocrinologia, com dois doutorados: um em Medicina e outro em Endocrinologia, ambos no curso de pós-graduação da Escola Paulista de Medicina. Na época em que entrei na Escola Paulista de Medicina, relacionava-me muito bem com todos os professores, principalmente o Luciano Décourt...

No ano de 1965 aconteceu uma viagem ao Vale do Araguaia, e fui convidado pelo professor Baruzzi a acompanhá-lo e integrar o programa da Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia, a ADEVA... Lembro que houve uma reunião na casa do Doutor Oswaldo Monteiro de Barros, que era ligado aos dominicanos e morava pertinho deles nessa região...

Na primeira viagem que eu fiz, paramos o avião no Xingu e o Baruzzi deixou a gente ali, mas ainda não havia o Projeto Xingu. O Baruzzi se entendeu com o Villas Boas e criaram o Parque do Xingu... Eu me engajei nesse projeto, o ADEVA, mas o programa não foi muito para frente e tenho a impressão de que isso foi porque para tudo dependia do avião do Correio Nacional, o avião da FAB, que levava a equipe da Escola Paulista, dependia disso... E além dos mais dominicanos, que também estavam envolvidos no programa, eram mal vistos pelos militares pela sua atuação política... Os dominicanos estavam muito envolvidos nas questões políticas dessa época...

Fui designado para ir a Ilha do Bananal em Conceição do Araguaia, junto com três médicos... Estavam nesse grupo o professor Paulo Lima Pontes e outro que se chamava Salvador, não recordo o sobrenome, mas ele era da USP não era da EPM... Tenho fotografias de quando dormi no Catetinho, na Ilha do Bananal... Havia um hospital que não tinha quase nada de hospital, onde morava num anexo o Bispo Luiz Palha, um dominicano boníssimo que me presenteou com um livro de poesias que fez sobre Nossa Senhora... Dom Luiz Palha conhecia outros dominicanos de lá, e por esse conhecimento, fiquei atendendo esta população ribeirinha, que era muito pobre e miserável.

Na mesma época, o Xingu começou a ser assistido pela Escola Paulista de Medicina por equipes de residentes formados pelo Baruzzi... A área onde fui atuar era de miséria total... Uma vez fui a Belém reclamar do Serviço de Proteção aos Índios, o SPI, que tinha até trazido um grupo de Gaviões do Maranhão para o Pará, liberando a área para uma madeireira... Os índios estavam morrendo de fome no Pará porque não havia comida, então comprei o suficiente para uma semana e fui a Belém reclamar... Lá me falaram: “mas o senhor não está acostumado a ver índio morrer?” Eu respondi: “sem assistência, não estou acostumado”. Fui para Brasília reclamar, e lá também não consegui nada com a presidência do SPI. Então fui a São Paulo, onde falei com um parente que era militar... Disse-lhe que a Cruz Vermelha chegaria lá e seria uma vergonha para o Brasil o que estava acontecendo... Foi assim que eles enviaram ordens de Brasília e deram assistência... As dificuldades eram enormes, pois a malária atingiu os índios...

Para o governo militar autorizar a entrada nas áreas indígenas, precisava de justificativa e não bastava a parte assistencial. Então, eu dizia que estava fazendo trabalho científico, para facilitar minha entrada. Às vezes eu pensava que não poderia entrar por lá, por causa da guerrilha, mas acabava entrando porque apresentava ao governo um projeto de pesquisa médica, de trabalho científico, senão não teria autorização. Eu me apresentava para os militares com carteira de identidade, atravessava a área dos militares, ia para a área dos guerrilheiros, que também recebiam medicamentos por meio dos índios, e nunca ninguém me importunou. Eu enviava medicamentos semanalmente para os índios pela Varig. Sempre tive uma boa relação com todos: a Igreja, o governo, fosse qual fosse, e também com os dominicanos.

Comecei fazendo trabalhos científicos e meu primeiro doutoramento em Medicina na EPM foi sobre os índios... Depois de dez anos, quando este primeiro trabalho deixou de ser reconhecido, iniciei o segundo doutoramento pelo projeto de pós-graduação. Fiz a segunda tese de doutorado em endocrinologia, e mesmo com todo o material que tinha dos indígenas e com trabalhos já publicados, para entrar na região de Tocantins precisava pedir ordem para o governo. Quando estava fazendo o trabalho, atravessava a área de Guerrilha do Araguaia, mas nunca fui importunado...

Ainda em 1966, os dominicanos que me conheceram em Conceição do Araguaia convidaram-me para o norte, para uma área aonde não ia absolutamente ninguém... Lá assisti aos índios Carajá da Aldeia de Santa Isabel... Havia um hospital próximo, na verdade nem era um hospital, não passava de um posto de saúde... Depois, vim a conhecer o outro padre dominicano, Frei Gil Gomes Leitão, que estava baseado em Marabá e me procurou em 1966... Fui para a área de Marabá, onde os dominicanos mantinham missão entre os índios Suruí do Pará, que eram Tupi, e os Xikrin, que eram Kaiapó e viviam muito isolados...

O nome de batismo de Frei Gil era Dulce Gomes Leitão, um nome que serve para mulher também, mas acho que é porque ele era uma pessoa muito doce... Ele era de origem pobre, mas de família educada e relacionada à formação de cidades lá do Maranhão, onde ele nasceu. Frei Gil estudou na França e fez parte da Academia Brasileira de Letras... Ele sabia se posicionar e era bem relacionado com todos, tanto pessoas da direita quanto da esquerda... E ainda tinha livre entrada em São Paulo e no Rio de Janeiro, com pessoas de dinheiro e de direita que o ajudavam no que ele necessitava para levar aos pobres...

Frei Gil também era extremamente valente... Tinha um invasor de terras dos Suruí, que era um grande fazendeiro na área de Marabá, tenho impressão de que se chamava Almino... Este fazendeiro desafiou o Padre a trocar tiros, e Frei Gil disse a Almino que viesse trocar tiros com ele, e perguntou se tinha a coragem para matar um padre... Este Almino nunca chegou a isto... Ele era um homem avançado e foi um dos melhores homens que conheci na vida. Boníssimo, dava tudo o que tinha para quem precisava independentemente de visão política, e especialmente se era para os pobres e miseráveis... Ele sabia viver na pobreza, vivia fazendo viagens pelos rios Tocantins e Araguaia... Na época em que eu ia para lá, era Frei Gil quem me levava de barco de Marabá até Xambioá, saindo do Tocantins e pegando a confluência do Araguaia... Eu me identificava com a atuação de Frei Gil... Ele arrumava uns burros e me levava até São Domingos, onde eu dormia na casa de um caboclo. Fazia isso para dar assistência médica a eles e seus parentes. Então ficava naquelas casas, naquela sujeira, mas os atendia e seguia a viagem... Levava medicamentos e sempre ajudei todo mundo...

Mesmo durante a época da guerrilha, eu continuei a ir anualmente à região do Araguaia e quem me levava eram sempre os dominicanos... Além do Frei Gil, que era o padre pobre, havia Frei José Caron, que era o padre rico e atuava entre os índios Xikrin. Uma vez fui para lá quando estavam construindo a estrada Belém – Brasília e foi uma viagem horrível, que eu nunca mais quis repetir! Eu pagava minha viagem de avião de São Paulo até Marabá, e chegando lá ficava a cargo do padre José Caron para ir até a área dos Xikrin, que era uma área mais ao norte, na metade do caminho entre o Tocantins e o Xingu, fora da área dos guerrilheiros... Depois eu descia para Tocantins e ia ou por terra ou por rio para Xambioá. De lá, montado em burro, ia com Frei Gil para a área dos Suruí que era a área dos guerrilheiros... Essa era a área dos índios atraídos por ele, que teve um primeiro contato naquela região... Eu pagava o que era necessário, mas comida, estadia, deslocamento, eram por conta deles.

Frei Gil levava tudo o que os índios precisavam e eu atravessava a área dele, que era dos guerrilheiros. Essa reserva estava no meio da história da guerrilha, e a minha impressão é que Frei Gil não tinha um vínculo na entrada dos guerrilheiros... Ele os conhecia, os tratava bem, como tratava todo mundo, e os assistia, pois era contra as injustiças e contra o governo militar... Ele sabia da população de guerrilheiros nessa região, mas não quer dizer que ele facilitasse a entrada deles por lá... Mas foi por isso que recebeu ordem de prisão e não pôde mais ficar em Marabá... Teve que ir para Belo Horizonte, sair de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia, porque depois da ordem de prisão, os dominicanos não podiam ficar lá, e entregaram as missões, então os índios ficaram sem ninguém...

Frei Gil tinha vontade de ajudar a todos... Eu escutei uma conversa de que quando os guerrilheiros estavam pressionados e houve qualquer pedido do Frei Gil para deslocá-los para a área do Xikrin, a antropóloga Lux Vidal logo reagiu e disse que os índios não poderiam estar envolvidos nisso. Ela chegou a escrever uma carta ao Dom Evaristo Arns aqui em São Paulo contra Frei Gil ou qualquer coisa assim. Eu sou meio lento para perceber as coisas e por isso convivi com toda essa situação sem perceber bem o que acontecia, porque era um regime militar, com repressão para todos os lados. Não que Frei Gil fosse a favor da guerrilha ou de um regime como o de Cuba, mas ele acudia a todos em

desespero. Mas essa reação acabou alertando o governo sobre o fato de que os guerrilheiros poderiam ir para lá.

Eu mesmo conheci muita gente que passava por lá, mas não tinha interesse por nenhum desses assuntos... Eu percebia que eram pessoas com aparência melhor do que aquela população miserável da área do Araguaia... A população regional é uma população miserável, de retirantes do Maranhão, diferente de algumas outras pessoas que me davam uma impressão melhor e que eu penso que eram os guerrilheiros. Nunca identifiquei nenhum guerrilheiro, mas nunca fui atrás, quem sabe se me mostrarem fotografias posso até identificar... Era uma gente mais jovem, não era gente quebrada como aqueles regionais da região, era gente de outro nível...

Mas eu nunca questioneei, porque depois eu comecei a ver a gravidade da situação que havia... Todo mundo ia lá até as terras dos Suruí buscar remédio que eu mandava, porque semanalmente eu mandava amostras grátis através do Frei Gil... Eu estranhava essa interferência na vida dos Suruí... Os guerrilheiros circulavam por lá, pegavam alguma coisa que precisavam como remédios, mas nunca fui a favor de ninguém e nem de nada... Meu único interesse era só ajudar quem precisasse... Eu tenho a impressão de que eu era uma pessoa simpática a todos...

Eu me lembro que havia uma moça na guerrilha que era ligada à Escola Paulista Medicina... A irmã dela, Heleneide de Souza Nazareth, era minha amiga, um encanto de pessoa, uma grande geneticista que fazia muitos trabalhos científicos... Ela era bem brasileira, sua família veio da Bahia, se não me engano. As irmãs dela tinham nomes parecidos, tinha a Helenice, que eu conheci também e que trabalhava com o professor Frota Pessoa, geneticista da USP no Departamento de Morfologia.

Elas eram todas intelectualizadas e muito bonitas! A Heleneide era um amor de pessoa, morreu com quarenta e poucos anos de um câncer grave no intestino, mas continuou trabalhando até o fim com seu bom humor de sempre... Quando morreu foi uma perda para a Escola Paulista, porque nunca houve outra igual a ela! A outra irmã dela foi guerrilheira, chamava-se Helenira, eu vi no jornal esses dias que entrou no relatório da Comissão Nacional da Verdade... Eu tenho até uma fotografia da Heleneide, convivi com ela que nunca falou sobre

política, nunca falou sobre essa irmã... Anotei em um papel o nome dela e dos índios que eu escutei que foram usados pelo Exército na luta contra a guerrilha...

O Exército ficava em outra área, além dos Suruí, e só depois fui saber que houve combates. Xambioá, São Geraldo do Araguaia e a Serra das Andorinhas eram regiões de conflito e ficavam mais para frente da região onde eu atuava, um pouco mais afastado do Rio Araguaia... Eu sabia que tinha a guerrilha e que tinha conflitos, mas nunca tive receio de nada, porque não estava comprometido com ninguém.

Uma vez eu cheguei a região e encontrei duas mulheres na aldeia morrendo por causa de sarampo... Só tinha essas duas mulheres que foram abandonadas doentes enquanto os outros 32 índios haviam fugido para a floresta, como se fugia da peste na Idade Média... Comecei as vacinações na região, fui o primeiro a aplicar vacinas na região dos Suruí, porque lá não havia governo, não havia preocupação com as populações indígenas, havia uma mortalidade muito alta... Eu comecei com as vacinações contra sarampo, varíola, poliomielite... Fui eu que comecei porque não havia um programa do governo.

Depois mandaram um técnico de enfermagem para lá, e eu suspeitava que ele pudesse ser alguém que espionasse porque ele dizia que era eletricitista do Exército. Imagina: eletricitista virar técnico de enfermagem e ir trabalhar com índios! Ele tinha roupas do Exército, dizia que tinha trabalhado no Exército... Esse homem ameaçava os índios inclusive com facas, uma coisa horrível! Quando ele percebeu que eu ia denunciá-lo porque ele era um problema, um homem violento que batia na mulher e ameaçava os índios, ele fez uma queixa feia contra mim na FUNAI ou no SPI... Quando vieram contra mim, falei: "Pois vão tirar referências minhas com o General Carlos de Meira Matos. Eu vou comunicar a ele." Era aquele meu parente que me conhecia muito bem, ele foi adido militar na embaixada da Bolívia e foi meu pai que arrumou isso para ele na época do Adhemar de Barros. Era uma boa pessoa, tinha alta patente porque participou da Segunda Guerra Mundial na Itália e tinha sido assessor do Castello Branco. E acabou a história, lógico. Mas até hoje me lembro deste homem, como mau elemento, técnico de enfermagem que não entendia nada de enfermagem! Eu acho que ele foi colocado lá para me vigiar, mas ele viu que eu não era engajado com ninguém, que realmente estava lá para assistir os índios.

Foi também por interferência desse parente militar, o General Carlos de Meira Matos, que era meu primo, que a demarcação das terras dos Saruí acabou saindo... Eram na época 38 índios que viviam lá... Frei Gil me deu toda a descrição da área e os limites da área necessária a esses índios, que viviam em uma situação lastimável, explorados e invadidos... Eu entreguei isso a esse meu parente e pedi a ele que fizesse o pedido de demarcação e essa reserva saiu em seguida. Foi um favor que ele fez a mim, porque eu sempre atendi a família dele e nunca cobrei nada...

Eu não tinha muita certeza naquela época, mas tinha a impressão que esse pessoal que fazia a guerrilha passava pelo meio da aldeia dos Suruí, tanto que depois os militares os usaram para caçar os guerrilheiros de avião e helicóptero, porque estes Suruí conheciam a região... Os Suruí eram miseráveis, sempre foram e continuam sendo, são diferentes dos Xikrin, que são Caiapó, e têm um sistema político de enfrentar o governo, são unidos e agem na força. Os Suruí não podiam agir na força, são Tupi, não tem chefias fortes, o chefe é o chefe de cada família, nenhum manda mais que o outro...

A partir de Frei Gil, os militares poderiam identificar muitos guerrilheiros, mas não conseguindo prendê-lo, usaram os índios Suruí... O que eu sei é que os índios Wareni, Sawarahá, Koimoá e Marahí ajudaram aos militares obrigados pela situação, pois eles sempre foram coagidos por fazendeiros, por regionais, por invasores de terras, e depois tinham os militares próximos. Eles referiam-se aos supostos vizinhos como Kamará, que quer dizer “civilizados ruins”... Diziam que havia barulho de bombas e tiros, e foram obrigados a mostrar os pontos de onde vinha o barulho. Ao lado do território dos Suruí tinha a cidade de São Geraldo do Araguaia e a Serra das Andorinhas, onde hoje é um parque nacional. Essa era a área que eles perderam, mas conheciam muito bem a região... Aquela área na Serra das Andorinhas era uma região miserável, mas atualmente se tornou um Parque Nacional.

Depois disso os bispos dominicanos de Marabá se revoltaram com os militares nessa atuação contra a guerrilha e disseram que se retiravam e entregavam tudo. Com essa saída, os índios ficariam completamente desassistidos porque os dominicanos trabalhavam com o dinheiro de católicos do Canadá, da França e da Bélgica... O Padre Eduardo Lemaitre, que era belga e atuava em Goiânia, conseguia esses

recursos e drenava o dinheiro para os índios... Esse padre também mantinha um orfanato para duzentos órfãos e um leprosário... Com a saída dos dominicanos, os índios ficaram sem lanterna, sem pilha para lanterna, sem querosene, sem material para pesca, sem combustível para motor... Após essa encrenca, o Padre Lemaitre repassava o dinheiro para mim e para a Lux Vidal, e nós encaminhávamos à SPI ou à FUNAI de Belém para fazer o repasse para os índios, e depois nos prestavam contas.

Depois das duas experiências que tive com a ADEVA e com os dominicanos, passei a ir para o Araguaia como consultor na Companhia Vale do Rio Doce, pelo Banco Mundial, designado para atender o componente indígena. Tive problemas com o governo, com os militares que eram de uma insensibilidade com os índios... A gente sentia que eles eram a favor do desenvolvimento forçado... Falei sobre isso com o Banco Mundial, que era quem financiava essas entradas pelo Brasil, e eles me disseram: “o senhor, a partir de hoje, vai se apresentar como nosso consultor médico”. Depois disso, não tive mais nenhuma dificuldade, porque passei a ter contato com setores do governo, com a FUNAI, em situação de assessor de uma instituição respeitada e necessária para grandes projetos do governo.

Desde 1965, nunca deixei de ir para essa região... Eu recebi o cargo de consultor médico do Banco Mundial em 1982, a partir do Projeto Ferro Carajás em que o governo brasileiro queria o financiamento para fazer a estrada de ferro da Serra de Carajás para levar o minério até Itaquí, no Maranhão. Entre as cláusulas do Banco Mundial para liberar o financiamento era que a Sociedade Científica Brasileira indicasse assessores, e o governo brasileiro tinha que cumprir ou a remessa dos recursos seria cortada. Graças a essas cláusulas as áreas indígenas, sob influência da estrada de ferro Carajás ou da reserva de minério de Carajás, foram demarcadas a cem quilômetros da região...

Essas áreas tinham que ser beneficiadas com saúde, com educação, com segurança territorial. Então em 1982, a Sociedade Brasileira de Antropologia indicou-me como médico, pois eu era o único que conhecia a área e os antropólogos para cada área... Deu certo, porque as áreas indígenas foram demarcadas, foram retirados os invasores, houve verba para a saúde, as populações aumentaram de tamanho, ao contrário do que aconteceu na Usina de Belomonte, em que não houve

cláusula alguma, as populações não foram beneficiadas, não houve compromisso do governo de beneficiá-las, porque deram roupas, combustível, voadeiras, comida, estadia em Altamira, mas não houve cláusulas como houve no Projeto Ferro Carajás e Polo Noroeste.

Eu assisti a uma reunião em que o governador de Rondônia disse em uma reunião em Porto Velho textualmente: “Eu não vou demarcar as áreas indígenas”, porque o governo dessa região sempre representou aos interesses regionais dos fazendeiros. E a representante do Banco Mundial, Maritta Koch-Wesser, disse na frente dele: “Pois então, Senhor Governador, neste momento estão suspensos todos os recursos para a Polo Noroeste e para a construção da estrada de Cuiabá a Porto Velho. Quando o senhor mudar de ideia, me avise!” E ele voltou atrás logo em seguida! Então o grande problema eram os brasileiros, os interesses regionais, os interesses minerais, os interesses sobretudo de madeiras, de fazendeiros e de invasores. Eu sempre me equilibrei entre todos que pudessem ajudar na situação.

Essa região das reservas indígenas e onde estavam os guerrilheiros nessa época me parece que não eram de interesse das grandes mineradoras, como a canadense United Steel que depois foi comprada pela Vale do Rio Doce... Para mim essa região era a de maior interesse para os locais, fazendeiros, madeiros e grileiros de terras da região de Belém, de Marabá e do Maranhão... Eram nomes como aqueles árabes, os Mutran, gente riquíssima que está ainda hoje na política, o Plínio Pinheiro, que tentou tirar as terras dos Xikrin porque estavam em locais de produção de castanha do Pará, o Almino que ameaçou Frei Gil... Eram todas terras griladas, ocupadas, com problemas, gente que queria cada vez mais terras, que queria tomar as terras dos índios... Depois veio o programa da SUDENE, criado pelo governo militar, que derrubou a floresta para introduzir a criação de gado... Achavam que derrubar florestas era uma forma de conquistar o país... Mas a região ficou ainda mais pobre, e continua sendo assim. A gente não pode dizer que a situação mudou ou melhorou...

Hoje já não faço mais esse trabalho sozinho... Do meu grupo de pesquisa, fazem parte Laércio Joel Franco, Professor Titular da Escola Paulista de Medicina e da USP de Ribeirão Preto, que fez parte do Xingu, além de Regina Santiago Melo Moisés, da endocrinologia da EPM... Tenho mais de cem trabalhos de pesquisa com índios publicados nas

melhores revistas. No mês de agosto de 2012 foi publicado um artigo na *Revista PlosOne*, feito com nosso grupo e outro na *Human Molecular Genetics*. Tenho relatórios médicos feitos para a VALE, para o Banco Mundial e outras associações, e ainda continuo escrevendo... Meu interesse na região continua o mesmo: desenvolver trabalhos científicos e atuar pelos índios da região... É o que tenho feito desde 1965...

16. José Teles Claro

Meu nome é José Teles Claro. Entrei na Escola Paulista de Medicina, a EPM, em 1970. Nesse período entre 1970 e 1975, comecei certa militância política, do terceiro para o quarto ano... Nessa época, era tudo proibido, era ditadura militar, ninguém podia comentar muita coisa, todo mundo tinha medo de ser preso... Comecei a militância através do Centro Acadêmico Pereira Barreto, que foi criado junto com a fundação da Escola em 1933... No período da ditadura, o governo mandava uma verba para quem formasse o diretório, então o diretório e o centro acadêmico tinham a mesma diretoria que aproveitava essa verba minguada que o governo mandava.

No início eu entrei no centro acadêmico como participante e fiquei conhecendo na época o presidente, o Nestor Schor, e o vice-presidente, o Abel Pereira de Souza, que atualmente é reumatologista. Na época da eleição, o Nestor Schor propôs que eu e o Abel entrássemos como candidatos, o Abel como presidente e eu como vice. Na realidade, quem participava da diretoria do centro acadêmico de 1973 a 1974, que eu me lembre, éramos eu e a Ines Miney, com quem fui casado durante um tempo.

Nessa época, de 1973 para 1974, nós recebíamos visitas de um colega militante que pensávamos ser da USP, a gente não sabia o nome dele, só o chamávamos de “Loirinho”. Ele nos visitava uma vez por mês e trazia material que às vezes publicávamos no *Barrettinho*, que era o jornal do Centro Acadêmico. Um desses artigos chamava-se “Quem cala, consente!” Na USP eles estavam tentando fazer uma greve, uma movimentação lá e soltaram esse artigo, e nós publicamos aqui no *Barrettinho*...

Passando algum tempo, esse indivíduo nos visitou algumas vezes e tentava fomentar uma organização, nós achávamos que era para a UEE, a União Estadual dos Estudantes. Mas nesse meio tempo a gente foi preso. A prisão foi a noite, não me lembro o dia da semana... Eu morava na Rua Pedro de Toledo esquina com a Rua Leandro Duprê, em uma república que tinha como colegas Delmas, o Paulo César Neme, que era conhecido como Abelha, e tinha também um japonês que agora

não me lembro o nome. Eles me levaram direto para o DOPS, mas o nome dos policiais que me levaram não me recorde. Nesse momento levaram também a Ines, acho que ela morava ou na Rua Borges Lagoa ou na Rua 11 de Junho, em uma república também... Algum tempo depois, desconfiamos que foi uma colega da república dela que nos denunciou. Não me recorde o nome, mas era uma descendente de russos... Isso foi em 1972.

Fomos levados para o DOPS que ficava perto da antiga rodoviária, na Duque de Caxias. Começaram os interrogatórios, e ia nos pressionando, perguntando... Eles falavam, “conta tudo, que assim não vai te acontecer nada, se não vai te acontecer algo”. Em um desses dias de interrogatório um dos delegados era o Romeu Tuma. Ele era considerado um dos delegados bonzinhos... Ele falava: “olha, menino, vê se fala tudo, fala a verdade, se não a gente vai te entregar para o Fleury”. Este tinha fama de ser linha dura, bater e matar...

Os interrogatórios que eram feitos comigo e com a Ines eram separados, nenhuma vez nós fomos interrogados juntos. Mas nós tínhamos uma forma de nos comunicar, através de um carcereiro que era bonzinho e através de um preso que levava as refeições de cela em cela. Ele pegava o bilhete na cela das meninas e levava para mim, depois devolvia, para termos combinado mais ou menos o que seria dito nos interrogatórios. No fim o único denunciado foi o “Loirinho”, que nós não sabíamos quem era.

O que me lembro da prisão era que o sistema dos carcereiros era bem mais liberal sobre a comunicação entre os presos... Também não fiquei na cela com preso político. Na época roubo a banco era considerado caso de segurança nacional e levavam primeiro para o DOPS, conheci todo tipo de ladrão de banco, todos chiques, porque eles roubavam os bancos e depois iam gastar o dinheiro... Dos dias de prisão, lembro que a comida vinha do Carandiru e era horrível, um macarrão aguado... Ninguém comia muito... Eu emagreci nesse tempo da prisão, fiquei um palito.

Calculo que foi em torno de duas a três semanas ou talvez um mês o período de prisão no DOPS... Então eles falaram que já tínhamos falado tudo e que iam nos soltar... Fiquei todo alegre, mas o soltar era ir para a OBAN, a Operação Bandeirantes, na rua Tutóia... Lá um dos interrogadores tinha o apelido de JC, de Jesus Cristo, porque ele

encomendava o torturado, foi dos piores torturadores na ditadura, e hoje em dia é delegado em Ribeirão Preto... Também tinha outro delegado que era loiro, mas não lembro o apelido... O capitão da OBAN era o Ustra, mas nós o conhecíamos como Tibiriçá ou Ubiratan, ele usava nomes indígenas... Ele era uma pessoa horrível e mesmo com o fim desse período ele continuava ameaçador... Soube que em uma audiência da Comissão da Verdade ele ameaçou de morte o Gilberto...

Nessa prisão, os interrogatórios começavam do mesmo jeito todos os dias: “conta tudo de novo, conta toda verdade”... Você tinha que repetir toda a história, tinha que ter boa memória... As torturas que sofri foram segurar o fio da máquina de choque, e levar pancadas, mas ficar pendurado no pau-de-arara não aconteceu comigo e acredito que também não aconteceu com a Ines... Depois mostravam um arquivo de fotos de pessoas que foram presas em Ibiúna... Tinha foto do Luís Carlos Aiex, que foi aluno da EPM, e não me lembrava de mais ninguém, só do “Loirinho”, que reconheci como sendo o que visitava a gente...

Depois disso, fomos soltos, mas fizeram com que a Ines e eu voltássemos toda semana para assinar um controle na OBAN... Eles chamavam de *ménage*, uma ironia com a palavra que significa encontro amoroso em francês... Nós ficamos fazendo esse “encontro” por praticamente mais de um ano... De certa forma era uma prisão domiciliar, porque toda semana tínhamos que estar lá para assinar, e se íamos viajar tínhamos que pedir permissão... E eles sempre enchendo as paciências, falando que íamos treinar guerrilha...

As viagens nas férias eram para minha cidade natal, São João da Boa Vista, e obviamente que tinha gente tomando conta à distância. Um dos caras que também ia assinar, a Ines achava que era o Herzog, mas não me lembro de ter visto ele nenhuma vez lá. Mas lembro de um socialista, que tinha sido preso no movimento estudantil... Eles o chamavam de “Socialista cor de rosa”, o nome dele era Marcos Fermam, tenho quase certeza que era esse o nome... Ele se tornou jornalista, eu o acompanhava pelo jornal, mas com o tempo perdi o contato... Nessa época da prisão eu também conheci dois ou três senhores do Partido Comunista, mas não me lembro os nomes. Um deles trabalhava em uma farmácia que hoje se tornou um bar, ali próximo ao Instituto do Sono... Era farmacêutico, não era dono e sim funcionário, era membro

do PCB. Foi preso várias vezes e em uma delas foi justo quando eu estava preso...

Depois de um tempo, sumiram o Gilberto Natalini, o Paulo Horta e o Walter Nascimento... Vieram de novo a minha casa e me pegaram, pegaram a Ines também, porque o Gilberto falou para eles que se alguém tivesse ido a casa dele, esse alguém era eu e a Ines... Mas não fomos nós, estávamos excluídos, traumatizados, não fazíamos mais parte do Centro Acadêmico. Dessa vez fomos direto para a Operação Bandeirantes, com os mesmos torturadores, com o Coronel Ulstra... Ele queria saber qual era o nosso envolvimento. Penso que era 1972...

O que aconteceu? O Natalini foi preso porque ele conhecia um cara que era do Partido Comunista, que lhe entregava jornais... O Gilberto guardava os jornais na casa dos avós, no bairro da Saúde, perto da rua Luís Goes e quando ele foi preso alguém foi a casa dele dar um sumiço nos jornais ou outras coisas que pudessem comprometer-lo... Ele achou que éramos nós que tínhamos ido lá, porque estávamos envolvidos no Centro Acadêmico... Mas quem foi lá na casa dele, quando descobriram que ele foi preso, foram o Lucílio, o Zé Galinha, o Zézito e o Dirceu, este não tinha militância nenhuma... Pegaram o esqueleto que o Gilberto tinha conseguido em Macaé, e levaram para a casa de uma tia dele, próxima dali... Levaram o esqueleto achando que isso complicaria o Gilberto, já que era proibido ter um em casa e nesse momento eles levaram os jornais, que eram bem organizados pelo Natalini, para a casa desses tios... Então descobriram quem foi para a casa do Gilberto... Não sei se fui eu ou a Ines que contou, porque nós sabíamos que eles tinham ido lá... Assim foram prendê-los.

Quando eu fui preso, foram juntos o Caldas e o Chain. Ficamos mais ou menos de 10 a 11 pessoas, quase todos na mesma cela, mas depois eles separavam para não ter comunicação entre nós. Nessa prisão na OBAN, em uma noite que parecia estar tudo calmo, tudo tranquilo, eles começaram a chamar um por um, deixando por último o Gilberto, o Walter e o Paulo Horta, falavam que era “Noite de São Bartolomeu”, a noite que sumia todo mundo... Íamos para uma sala toda escura, e de repente acendiam uma luz muito forte na nossa cara, fazendo terror, pressionando, batendo, perguntando, depois nos levavam para uma sala no andar de cima, dando a impressão para quem estava na cela, que a pessoa tinha sumido, porque eles chamavam e a

pessoa não voltava... Ficaram os três por último, e foi dessa vez que eles levaram uma surra fenomenal!

Lembro também que não fomos direto para a cela, ficamos numa salinha aonde ia juntando gente, todos eram da EPM, menos o pai do Paulo Horta... Nesse momento a irmã do Paulo, a Cida Horta, tinha fugido porque ela era militante... Depois ela se casou com um advogado que defendia presos políticos, quando voltou de Cuba. Soube que antes de fugir, ela tinha deixado um pacote com armas com o zelador do prédio, mas não soube se a polícia encontrou ou sequer soube dessas armas... Nem o Paulo Horta sabia que a irmã estava fugindo... Eu só soube depois, porque na época eu não tinha mais militância, já estava afastado.

O pai do Paulo precisava avisá-lo que a irmã tinha sumido, então ele chegou a OBAN falando que precisava falar com o filho e eles diziam que ele estava incomunicável, ninguém poderia falar com ele, essas coisas... Então ele falou para os policiais da OBAN que ele era comunista, terrorista, e que eles tinham que prendê-lo... Foi desse modo que ele pode se comunicar com o filho... Ele chegou, fez um bilhete que passou de mão em mão, o Paulo leu e depois engoliu... Já não lembro se engoli algum bilhete...

Nós ficamos nessa sala, juntos, por umas vinte e quatro horas, essa sala era uma das entradas da OBAN, que ficava no fundo de uma delegacia, depois desse período nos levaram para as celas... Uma história interessante dessa prisão foi a de um terrorista da Ação Libertadora Nacional, que tinha feito treinamento em Cuba e que peitava os agentes, falando que eles eram muito machos porque eles viam bater em grupo... Ele os provocava para vir bater um por vez, e ele bateu em todos eles. Depois todos os agentes bateram nele juntos...

Eu acho que os motivos das prisões do Gilberto, do Paulo e do Walter foi, no caso do Paulo, a sua ligação com o MOLIPO, que ele e a Cida participavam... O Walter e o Gilberto foram presos pela ligação com o PCdoB, eu acredito. Lembro também de uma moça da EPM, um ano mais nova do que eu, que um dia desapareceu... De repente ela voltou com uma peruca, acho que ela era loira e apareceu morena, ou vice e versa... Era a Márcia Aparecida do Amaral, que era da ALN e depois foi para o MOLIPO... Se não me engano na minha primeira prisão, a Dilma estava presa no antigo presídio Tiradentes, acho que foi

na mesma época... Não me lembro de ter visto mais ninguém conhecido durante as prisões, só um carcereiro que era vizinho do Gilberto na Saúde, que encontrei em um ônibus, mas não falei com ele...

Quando sai da prisão, voltei para a EPM e, com relação aos professores, correu tudo bem... Não tive problemas com os professores, nem com o professor Ciscato, que além de trabalhar na EPM era médico do DOPS... Encontrava com ele e conversava, sem problemas... O Ciscato costumava brincar com as moças, chamando-as de “broto”...

Mas ele era do sistema repressor, era médico do DOPS, e a gente soube depois que ele falsificava os laudos médicos, dizendo que fulano se suicidou, como foi o caso do Harry Chibata que era da turma... O professor Emil Burihan foi nosso paraninfo, ele era da área vascular... A Ines até trouxe para ele, certa vez em que ela foi para os Estados Unidos, agulhas para secar varizes que ainda não havia por aqui...

Dos outros não me lembro de nada significante... Em termos de acolhimento, de tratamento, lembro do José Carlos Prates que era um cara da direita, mas gostava muito da gente... Quando me formei, ele era o diretor da EPM, tem a assinatura dele no meu diploma... Outro diretor da EPM era o Oswaldo, não lembro o sobrenome, e ele dizia que eu, o Caldas e o Gilberto estávamos sempre agitando as coisas, como quando nos recusamos a pagar pelo diploma... Já em relação aos alunos, sabíamos que havia infiltrados na EPM... Lembro daquela menina descendente de russos e de um tal de Reinaldo que era da Engenharia e foi para a Medicina... Quem falou dele foi o JC, o torturador, disse que eles eram amigos... Então queimamos essa figura, ninguém chegava perto dele... Devia ter mais gente infiltrada, pessoas de quem nem desconfiávamos...

Continuei na EPM e concluí o curso, fiz até a residência lá, o que ninguém acreditava... No segundo ano da residência médica fui para a hematologia, e dava plantão na pneumologia e na cardiologia. Nós éramos a primeira turma da hematologia e achávamos meio fraca, tínhamos medo de não aprender... Lembro que houve uma greve dos residentes e o Gilberto, que era residente no Servidor, ajudou a fundar a Associação Nacional dos Médicos Residentes, no caso a Associação Paulista...

Outro acontecimento relevante dessa época foi um Encontro Norte-Sul de Médicos Residentes que iria ocorrer em Brasília, no Hotel

Nacional, com tudo pago... Foi em 1976... Então escalaram a mim, que era R1, o Tenente, que era R2 e da direita e outro rapaz que era da Nefrologia e representava os preceptores... O Iazete e o Pedro Paulo, que era supervisor dos residentes, bateram o pé para que eu fosse... Fui e vi tudo, conheci todo mundo, depois participei de reuniões na Santa Casa, junto com o pessoal da USP, da EPM...

Depois da hematologia, entrei na pós-graduação e fiz todos os cursos, mas ficou faltando fazer a tese, mas ninguém quis financiar... Não tivemos apoio, nem eu, nem o Juan e nem o Poli os que eram mais próximos... O Juan desistiu, foi embora e foi trabalhar no Hospital Brasil em Guarulhos. O Poli era casado, tinha filho, por isso começou a dar muitos plantões e se afastou. Eu fiquei mais tempo na EPM, mas logo entrei no Hospital do Servidor onde trabalhava pela manhã, à tarde ia ao consultório e ao Hospital Nove de Julho, o que faço hoje em dia...

No Hospital do Servidor tive muita militância política... Nesse período começou a surgir a Associação dos Residentes e a Associação dos Funcionários... Lembro de uma moça chamada Antônia que era secretária da hematologia e fazia serviços burocráticos... Eu a levei para o PST e ela acabou se tornando várias vezes presidente da Associação dos Funcionários do Hospital São Paulo. E olha que ninguém dava nada para ela, mas de repente se inflamou, fazia discursos e foi sendo eleita...

Nesse período eu saía da EPM e ia para o Servidor, comecei a ter contato com o pessoal do PST, o Partido Socialista dos Trabalhadores, que era de orientação trotskista e se tornou depois a Convergência Socialista... Quem me apresentou ao PST foi o Darci, um médico da ortopedia, um ou dois anos mais velho que eu, que já era militante... O líder do PST era um argentino conhecido como Moreno e que depois foi para a Colômbia... Com outras pessoas, fazíamos movimentações lá no Hospital do Servidor, mas nunca me candidatei a nada, fazia sim propaganda do pessoal que ia para a associação... Nunca fui de fazer discurso no meio de todo mundo, mas distribuir panfletos era comigo mesmo... Quem também militava no Hospital do Servidor era o Arlindo Chinaglia que era trotskista de outro grupo originário da Argentina e que acreditava em disco voador, os *possadistas*...

Quando a Convergência entrou no Partido dos Trabalhadores, o PST disse que quem quisesse entrar poderia entrar no PT e ganharia até

carteirinha, ou não entrava... Militei no PST de mais ou menos 1976 até a época que vim para ficar fixo no Hospital Nove de Julho, mas antes tinha trabalhado no Hospital Nossa Senhora da Penha... Entre 1982 a 1984, na época que eu fui para os Estados Unidos, me correspondi com um ex-militante que se chamava Jimmy, americano da Califórnia, mas não fiz militância lá...

Na militância não cheguei a me envolver em ações violentas, mas lembro de uma comemoração do 1º de maio, Dia do Trabalho... Estávamos no Sindicato dos Químicos na Liberdade com a Convergência e diziam que a direita ia atacar, era o pessoal do CCC, o Comando de Caça aos Comunistas... Eu estava no grupo da segurança e tínhamos guardados uns canos de PVC cortados como cassetetes, caso nos atacassem, mas isso não aconteceu... Só o Zé Maria tinha um revólver para se defender e nos defender... Em uma greve dos médicos do Servidor, fomos fazer uma manifestação na frente do Palácio do Governo, se não me engano o governador era o Mário Covas (ou Franco Montoro, Quéricia), isso era em meados da década de 1980... Ele mandou a cavalaria nos reprimir... Eu e o Arlindo Chinaglia jogamos bolinha de gude para os cavalos escorregarem e derrubar os policiais, mas era só isso...

O trotskismo continua firme... Na época da campanha pela abertura política, fomos a uma manifestação grande no Anhangabaú, levaram bumbo, bandeiras da Convergência... O Ulisses Guimarães estava lá, o Brizola também... Há pouco tempo passei em uma manifestação quando saía do Nove de Julho, cheia de bandeiras do PSTU, partido que se originou da Convergência... Continuo votando no PSTU, mas hoje em dia não milito mais...

No Hospital Nove de Julho tenho um amigo, o Fávoro... Ele era da filosofia e depois foi fazer medicina em Santa Maria, no Rio Grande do Sul... Ele é todo ideológico, provoca o pessoal e o pessoal o provoca também... Ele sempre está estressado, diz que o pessoal faz *bullying* com ele... É um pessoal de direita, mas é uma direita que é contra o PT, só isso...

O que aprendi com o trotskismo, nos ensinamentos da 4ª Internacional, é que com o fascismo não se dialoga, se destrói.

17. Lucilio da Silva Filho

Eu nasci em 19 de outubro de 1949 e me chamo Lucílio da Silva Filho... Eu nasci em Altinópolis, e lá a gente tinha uma vida difícil, meio capenga, então fomos tentar a vida em Ribeirão Preto... Meu pai era padeiro e eletricitista. Na adolescência quando eu estava estudando para prestar o vestibular, meu pai ficou desempregado e aí viemos para São Paulo... No dia que cheguei já prestei bolsa para o cursinho do Objetivo e ainda fiz uma entrevista, mas consegui ser aprovado.

Eram tempos difíceis, muito sacrificado, só tinha o dinheiro do ônibus para ir e voltar, e tinha que levar o lanche de casa... Era sempre o pão com ovo que eu comia escondido... Logo eu comecei a trabalhar dando aula, e minhas irmãs também trabalhavam, uma era bancária e pôde me ajudar bastante no começo... Quando comecei a dar aula em cursinhos e escolas, comecei a ter meu troquinho que já me ajudava. Iniciei a graduação na Escola Paulista de Medicina em 1970 e me formei em 1975... Eu sou o primeiro da minha família a ter formação universitária.

Desde meus 15 anos de idade eu militava em movimentos políticos, por isso quando ingressei na Escola tive a oportunidade de atuar mais nisso. Logo participei dos grupos político e me engajei no Centro Acadêmico Pereira Barreto; não era da diretoria, mas fazia parte do CAPB. O grupo do qual fazia parte, junto com os colegas Gilberto Natalini e o Antônio Caldas, era responsável por criar jornal, revista, publicações...

Na época tinha o *Barretinho*, que era o jornal que a gente fazia para a Escola; fazíamos os artigos usando o velho mimeógrafo, usávamos às vezes pseudônimos, pois muitas vezes os artigos tinham um tom político bem provocativo! A gente fazia esses artigos que eram muito políticos e o diretor da Escola na época, Horácio Kneese, dizia “meu filho, não faça isso...” Apesar dessa consideração paternalista, havia dentro da Escola certa perseguição, a gente percebia isso em relação ao Centro Acadêmico. Chamavam a gente de esquerdista, comunista e coisas do tipo... Eu não tinha nenhuma filiação partidária, mas possuía muitos contatos nas universidades, com pessoas da FGV e da USP, e

esses contatos podem ter sido o motivo da minha prisão, por terem medo desse tanto de contatos que eu tinha...

Começou com o desaparecimento do Natalini da Escola por uma semana... Quando nós estávamos em uma aula de anatomia veio uma prima procurar pelo Natalini, perguntando aos professores sobre o paradeiro dele, percebemos que havia alguma coisa errada... Fomos até a casa dele para ver o que estava acontecendo, eu fui já meio preocupado pois a gente fazia o *Barrettinho* e era um documento contra nós.. Eu também tinha emprestado alguns livros para o Natalini, e um deles era o livro “Guerra de Guerrilhas” autografado pelo próprio Che Guevara que eu ganhei quando mais novo...

Então nós fomos até a casa da avó dele, onde ele morava e lá tinha tudo dele. Fomos eu, o Zé Gilberto, o Zé Augusto, que todo mundo chamava de Zé Galinha, e o Dirceuzinho... Eles também eram amigos do Gilberto. Chegamos lá na casa dele e orientamos a prima a esconder as coisas suspeitas para não incriminá-lo. Nós levamos algumas coisas e outras a prima escondeu... Mas não sabíamos que estávamos sendo vigiados nesse trajeto... Quando voltamos para a Escola começou o burburinho de que estávamos sendo seguidos. Aí eu percebi que estava sendo seguido, fui seguido por quase uma semana... Os caras iam até a Vila Maria atrás de mim com um carro do modelo veraneio...

Aí teve uma tarde que saí da Escola, passei pelo centro de São Paulo com um pressentimento de que seria pego, por isso deixei minhas coisas com minha irmã lá no centro e fui embora... Passei pela Luz e depois fui para casa, ouvi boatos que eles estavam procurando alguém, também teve uma história que o agente Dulcídio Wanderley Boschila foi à Escola pegar os prontuários da gente... Dormi pouco nessa noite... Quando acordei ouvi alguém na porta, minha mãe abriu e eu vi o Natalini e mais três caras armados. Eu já estava esperando por isso... Eu fui colocado em uma perua cheia de armas no chão... Com uma metralhadora encostada nas minhas costas, me perguntaram onde morava o Zé Galinha... Eu sabia onde ele estava, e nós fomos até a Lapa onde ele estava dando aula, pegaram ele dando aula... Ele se despediu da classe e o colocaram no carro... Fomos para a OBAN na rua Tutóia. Almoçamos lá uma feijoada e um ovo cozido. O Zé não comeu nada porque estava com medo. Depois disso, eu e ele entramos na sala de interrogatório, cada um em uma sala... O Natalini já havia sumido dentro do prédio.

Na sala onde eu estava, tinha uma mesa e um aparelho de choque. Lá me perguntaram coisas sobre o Movimento de Libertação Popular, o MOLIPO... Depois entrou o Tibiriçá, como era chamado o Coronel Ustra, perguntando outras coisas e falou que o Zé tinha me entregado... Mas tanto o Zé Galinha como o restante das pessoas que foram comigo na casa do Natalini não tinham nada a ver com nada. Atuávamos no CAPB e editávamos o *Barrettinho*, fazíamos críticas à situação, era isso... Eu apanhei e levei choques para abrir a boca, e ainda falavam que se eu contasse para alguém daquilo eu poderia me ferrar... Também falavam a mesma coisa para o Zé, como ele não sabia de nada mesmo, ele ficou muito apavorado.

Aí como não falei nada, porque eu não tinha o que dizer, começou a sessão de choques elétricos, e continuei apanhando bastante... Fiquei até com deficiência no ouvido depois de tomar tantos socos na orelha... Eu levei muito choque, até nos genitais que me causaram sequelas, mais tarde soube que não poderia ter filhos em decorrência disso... Meus dois filhos nasceram por meio de inseminação artificial. Eles achavam que eu era importante dentro do movimento, do MOLIPO, mas eu não participava de nada... Aquilo, o interrogatório e a tortura duraram o dia inteiro e foi muito difícil aguentar... Pela madrugada me levaram para a cela, mas aquela tortura não saía da minha cabeça, um zumbido no ouvido não parava por causa de tantas porradas que levei...

No segundo dia, todo mundo estava junto lá... Paulo, irmão do Paulo Horta, Chaim, Dirceu, Telles, Natalini, Caldas, Walter e também a Ines que estava separada da gente. Nós não sabíamos o que ia acontecer, mas a história que se ouvia era que dali não se saía vivo... Aí começaram a chamar um por um e subia pra falar, para o interrogatório... Quando fui chamado continuei apanhando e tomando choque, me colocaram em uma cadeira de tortura com palmatória... Tentavam arrancar algo de mim, eles achavam que era possível tirar alguma coisa de mim, só depois fui saber que eles estavam procurando algo sobre o jornal da irmã do Paulo Horta, mas eu não sabia nada sobre isso... O que eu mais sofri foi com porrada e choque! Na cela só tinha a gente, o clima era muito ruim, estávamos com medo de sermos gravados ou coisa do tipo. Não lembro exatamente quantos dias fiquei preso, mas acredito que aproximadamente por duas semanas... Eu nunca tive

coragem de contar esses detalhes para ninguém, nem para os meus colegas... Isso foi tão constrangedor que nunca consegui falar...

Teve um dia terrível, o dia de São Bartolomeu... Esse dia foi a pior tortura! Fui o primeiro a ser chamado logo cedo e já levei um cacete... Tentaram me associar ao movimento estudantil da FGV, fiquei preso em uma cadeira sozinho lá na sala, e de repente me levaram para outra sala e me mandaram ficar em pé... Depois de um tempo chegaram o Zé Galinha e o Telles na mesma sala, mas não podíamos conversar... Depois foi entrando todo mundo que estava com a gente e ficando de pé nessa salinha...

Os agentes falaram: “É hoje! Dia de São Bartolomeu!” Era uma referência ao Massacre de São Bartolomeu quando na França os protestantes foram massacrados pelos católicos... Abriram um armário cheio de armas e gritavam que iam matar todos. Eles saíram para pegar um movimento, disseram que aconteceu algo na FGV, e nós voltamos para o xadrez. Aquilo foi torturante, uma tortura psicológica grande, pois ficamos o dia inteiro em pé, sem beber água, sem saber o que iria acontecer... Foi horrível!

O período em que ficamos lá o desespero foi muito grande, a gente não conseguia dormir direito. Nessa cela só tínhamos contato com estudantes e quando chegava mais a noite todos se cumprimentavam e cantávamos um hino lá dentro... Isso nos confortava um pouco. Um dia nos chamaram e nos colocaram no pátio, gritando que seríamos fuzilados... Ficamos encostados no muro e apareceu o coronel Ustra na janela gritando! Depois disso tudo, dessa encenação de horror, fomos libertados e nos deixaram sair. Todos, menos o Walter e o Natalini que continuaram detidos... Um deles me levou até em casa, pois eu fiquei devendo a chave do armário da Escola... Pegaram a chave em casa e sumiram.

Na Escola, as pessoas sabiam que havíamos sido presos, todos sabiam. Quando voltei, continuei com meus estudos e com minha atuação política. Fui presidente do Centro Acadêmico de 1973 a 1974 e depois que *O Barretinho* caiu, eu fiz sozinho um jornal chamado de “O porretinho: órgão oficial de alguns alunos da EPM”. Sempre colocava alguns artigos políticos nacionais, vários suplementos, desenhos, até um desenho do Che Guevara que fiz, matérias que falavam dos Estados Unidos... A gente tinha ficha até nos Estados Unidos, alguém sabia

disso? A gente daquela época tinha ficha na CIA, tudo que acontecia aqui era repassado para lá...

Apesar da minha prisão, eu continuei me dando bem com todos os setores da universidade, mas acabou rolando uma coisa estranha... Como presidente do Centro Acadêmico, participei de um jantar com o diretor da Escola no qual estava presente o ministro Jarbas Passarinho. O diretor Horácio Kneese me pediu para não falar nada para ele sobre o que tinha acontecido comigo, era para eu ficar calado... Durante o jantar, o ministro começou a falar sobre algumas coisas defendendo o regime e perguntou se a gente conhecia alguém que tinha sido preso... Então eu respondi: “acabo de sair da prisão!” O Horácio fez uma cara de raiva muito grande para mim e me acusou de hostilizá-lo... Depois participei da 40ª Festa de aniversário da Escola na Câmara Municipal, mas censuram meu discurso, não me deixaram falar...

Apesar disso, foi dentro da Escola que passei os melhores anos da minha vida, tive muitos amigos e contatos... Tenho boas lembranças dos professores da anatomia, o Prates, o Teixeira do Patológico, o pessoal da psiquiatria, inclusive eles foram homenageados em nossa formatura. Eu me formei em 1975 e trabalhava em um hospital em Guarulhos desde o terceiro ano, e foi quando descobri as sequelas da tortura e que não poderia ter filhos.

Recebi uma proposta de continuar no hospital, aceitei e decidi ficar por lá... Eu operava desde o terceiro ano com um colega e acabamos ficando juntos operando, não tínhamos residência, mas já fazia cirurgia. Fiquei dez anos trabalhando nesse hospital, e quando eu saí continuei operando em outros hospitais. Nos anos 1990, encontrei outra vez com esse colega e ele me convidou para entrar na equipe pediátrica dele, trabalhando em toda região de Guarulhos e alguns hospitais de São Paulo. Eu prestei concurso público para cirurgia geral, passei e fiquei trabalhando em alguns hospitais públicos da Zona Leste. Também passei em um concurso de ginecologia obstétrica e trabalhei por muito tempo atendendo em Unidade Básica de Saúde Pública. Também tenho o meu consultório, onde atendo em Guarulhos. Não participei do Cangaíba, aliás, nem sabia que existia na época, só fui descobrir muito tempo depois.

Durante a época da minha militância na universidade, íamos a várias favelas para tentar fazer o movimento, e naquela hora de fazer as

coisas tudo era lindo e maravilhoso... Mas isso foi se desgastando, pois a gente vai fazendo e vai vendo que não tem uma resposta... A gente não tinha essa resposta para o movimento. Por isso, fui fazendo dentro dos hospitais coisas sociais, mas para tentar mediar e não mais para brigar como era no tempo da militância.

Não tive mais nenhuma militância partidária depois desse fato da minha prisão, porque foi um episódio aterrorizante... Meu pai recebia ameaças que diziam que eu iria morrer, ele também sofreu bastante com isso... Eu continuei sendo seguido por um tempo depois que fui solto da prisão, mas não precisei continuar indo lá na OBAN assinar o livro de presença, como alguns dos meus colegas detidos iam...

Todos esses episódios fizeram com que eu não me envolvesse mais diretamente na política. Foi tão angustiante, que a gente vai perdendo a vontade. Você percebe tudo o que fez nesse sentido, foi se desgastando, eu não aguentava mais participar de reuniões políticas, pelas exigências e tudo mais. Não tive condições de continuar. Só mantive minha atuação no próprio trabalho.

O próprio SUS onde trabalho está muito ruim... É um sistema interessante, desde que se faça funcionar, mas hoje está sucateado. Hoje você não resolve as angústias dos seus pacientes... Quando encaminhado um paciente para o setor cirúrgico, eles ficam mais de dois anos esperando uma vaga. Criaram várias limitações que não existiam antes. É angustiante a situação... Eu atendo 40 pacientes ou mais por dia na Unidade Básica e mais 20 que eu chamo de VIP, essas pessoas são da comunidade que precisam fazer algo cirúrgico especial, mas hoje eu estou até cortando esses VIPs, pois eu não consigo atender mais. A gente levava até para outra cidade, hoje não pode mais. Eu não consigo levar mais para operar, são várias complicações. Mas eu acho o sistema bom, a ideia é boa, mas a gestão não dá. Como eles pagam R\$4,99 para pagar uma cirurgia de fimose? Como pode pagar isso? Mas é a tabela padrão do SUS.

Eu vejo o programa “Mais Médicos” como um absurdo. É uma ilusão oferecer aquilo, as condições de trabalho que oferecem. Os médicos importados são um absurdo, as formações são diferentes, eles já estão aprendendo alguns macetes da saúde brasileira o que não será uma coisa boa. Se fosse um sistema bem remunerado, com condições adequadas de trabalho e uma formação para o médico antes de

colocá-lo para atender, seria um sistema interessante. Mas dessa forma como está sendo feito é só política, para fazer propaganda em cima disso...

Minha atuação como médico tem muito a ver com a minha experiência política na juventude. Desde o local onde eu escolhi trabalhar, que tem a ver com esse vínculo. A gente é muito respeitado na comunidade do Pantanal pelo trabalho que a gente fez lá, até penso em fazer algo a mais na região e manter o contato. Isso tem muito a ver com a formação política que eu tive. Na época da ditadura, não existia muito jeito de lutar, não tinha uma consciência e a ditadura também não queria que você tivesse isso... Como eu sempre brinco: eu tenho minhas convicções, se me derem uma arma na mão, eu sei para que lado atirar!

18. Luiz Carlos Aiex Alves

Eu entrei na Escola Paulista de Medicina em 1966. Era para ter-me formado em 1971, mas perdi um ano, repeti um ano, o terceiro. Portanto, me formei em 1972. Fui da primeira turma de residência médica em Psiquiatria da EPM, que começou em 1973. Depois da Residência, permaneci mais três anos ligado ao Departamento de Psiquiatria da Escola Paulista de Medicina, por meio de um convênio com a Secretaria da Saúde. Quando esse convênio terminou, me desliguei da Escola.

Quando entrei na Escola, eu tinha 18 anos. No ano seguinte, eu comecei a me interessar por essa parte da vida estudantil que era o Centro Acadêmico Pereira Barretto (CAPB). Se não me engano, no segundo ano o aluno era convidado a participar do Centro Acadêmico, e o presidente era sempre um aluno do quarto ano. O aluno entrava no segundo ano, começava a subir nos cargos da diretoria no terceiro para, se fosse o caso, virar presidente no quarto ano. Em 1968, eu era da diretoria do Centro Acadêmico, e nós fazíamos o jornalzinho dele, “O Barretinho”. Naquela época, fazíamos toda semana, era semanal. Tínhamos receio de que o DOPS invadisse o CAPB e apreendesse o mimeógrafo. Então, o levamos para a casa da minha mãe. Muitas vezes, fazíamos o jornal de domingo para segunda: começávamos mais ou menos umas cinco horas da tarde e passávamos a noite trabalhando nisso. Trabalhávamos eu e o José Eduardo Cajado Moncau, “Peninha” – durante uma época específica, fomos os responsáveis por isso, produzíamos o jornal e ficávamos na faculdade distribuindo-o.

Em 1968, em vista do Congresso de Ibiúna, cada Centro Acadêmico tinha direito a indicar duas pessoas, se não me engano. Como eu era da diretoria, fui indicado, juntamente com o Rubens Belfort Mattos Junior que, por não querer ir, foi substituído pelo Rubens Schmidt Werner. Ladislau Ruy Ungar Glausiusz e Regina Elza Solitrenick foram ao Congresso através de outros modos, e não em nome do Centro Acadêmico. Quem iria votar, seríamos eu e o Rubens Werner. Eu lembro que foi marcado numa quarta-feira, num ponto de encontro próximo à antiga rodoviária. Pedi para o meu pai me levar; chegando

lá, o contato não estava no local. Voltei para a EPM, e a Regina Elza – meu contato – disse que havia mudado o horário e o local. Fomos nesse novo local e de fato ela estava lá. Viajamos numa Kombi, que eu não tinha a menor ideia de quem era, e passamos a noite de quarta para quinta num local, uma casa, que não sabíamos que casa era e nem onde era. No dia seguinte, fomos levados ao local do Congresso. Nesta noite de quarta-feira, havia muitas pessoas na casa e chovia.

Lembro que no Congresso se discutiam os pequenos detalhes. Era realmente uma disputa para ver quem cedia pelo cansaço. Na época, a disputa era entre Luís Travassos e José Dirceu, e lembro que o voto do Centro Acadêmico da EPM estava com o José Dirceu, por questões que não me lembro exatamente quais eram. Porém, de fato, ele era mais próximo, inclusive havia estado numa reunião noturna, muito concorrida, que aconteceu em minha casa, isto é, na casa da minha mãe. A garagem e o corredor de entrada da casa ficaram lotados de gente. O Congresso terminava sábado, e sábado de manhã seria a eleição do presidente da UNE. Quando chegamos desse lugar em que passamos a noite de quarta para quinta-feira ao local Congresso, lembro de ter visto um ninho de metralhadora junto à porteira de entrada. Aquele tipo de metralhadora fixa, apoiada no chão em um tripé, colocada pelo movimento estudantil, foi algo que me chamou a atenção. Posso estar enganado, pode ser que fosse um “disfarce” de metralhadora, mas eu achei que era mesmo metralhadora. Quando chegou a hora de dormir – e dormia-se no chão – não cabia todo mundo e, portanto, quando bateram duas horas da manhã, tivemos que acordar para dar lugar a outros, que também queriam dormir. Me acordaram, aí eu passei o restante da noite ali fora perambulando, enquanto chovia e fazia frio.

Eu tinha uma festa no sábado à noite, na casa de um amigo, e avisei o pessoal que iria sair antes do fim do Congresso. Porém, sábado de manhã, a polícia chegou. Não sei exatamente a que horas, mas sei que estávamos lá e de repente ouvimos o barulho dos tiros dos PMs, que entraram atirando para o alto e prendendo as pessoas. As pessoas seriam levadas em caminhões da polícia – eram caminhões com cobertura de lona, de transporte de tropas –, que não pararam no local do evento, mas em uma área distante. Por conta disso, houve uma caminhada de não sei quantos quilômetros até os caminhões, até que de repente pediram para a gente sentar enquanto iriam aguardar

alguma coisa. Nessa situação, um fato me foi marcante: lembro de dois policiais, quando viram todo aquele grupo, toda aquela quantidade de gente – aproximadamente 700 estudantes – comentando assim: – “Essas pessoas não trabalham? Como podem estar aqui desde quarta-feira sem trabalhar?”. Eu fiquei por muito tempo pensando naquilo. Eu estava na Escola Paulista de Medicina, não pagava prestação nem anuidade, morava com a família, e realmente não trabalhava. Essa frase sempre me ficou na cabeça – qual era o meu papel lá? Não estava trabalhando...

Uma vez preso, passamos por três prisões: fomos para o Presídido Tiradentes, depois fomos para o Carandiru, e enfim para o DOPS, onde fomos fichados e soltos. Alguns ficaram, como o Rubens Werner e o Ladislau Glausiusz; o Ladislau, que era meu amigo, ficou uns dois meses a mais detido. Após o acontecimento de Ibiúna, eu continuei com a militância. Nunca me associei a nenhum dos partidos clandestinos que existiam, mas se tivesse que me associar seria ao Partidão. Em 1968, eu repeti de ano e não fui aprovado para o quarto ano, tendo que fazer o terceiro ano novamente; mas precisei fazer só até a metade do ano, que era o que eu precisava fazer para me recuperar da reprovação. Quando chegou em julho, já tinha passado para o quarto ano. Nesse mesmo ano, a EPM enfrentou uma das maiores greves de sua história e eu estava sem ter o que fazer. Lembro que eu havia visto um texto que tinha escrito no O Barretinho transcrito no jornal *Última Hora*. Quando vi isso acontecer, me senti tão contente que decidi tentar ser jornalista, nesse período em que estava ocioso. Fui fazer testes, e comecei a trabalhar no jornal Folha de São Paulo. Em outubro de 1969, eu era repórter da Folha. Depois, em 1970, eu voltei a estudar e conciliava o estudo com o trabalho na Folha.

Eu tinha um status interessante – na EPM eu era o estudante que era jornalista, e na Folha eu era o repórter que fazia Medicina. Me envolvi, inclusive, com o Projeto do Xingu da EPM, dirigido pelo professor Roberto Baruzzi, e mantive um contato próximo com o sertanista Orlando Villas Boas. Escrevi reportagens grandes sobre o Xingu. Nesse ano, não era mais do Centro Acadêmico e em agosto, fui preso novamente, na sala de aula. O pessoal do DOPS passou primeiro na casa da minha mãe, pegaram o meu irmão José Roberto e foram até a Escola para o meu irmão me identificar, enquanto ficaram dois outros

na casa da minha mãe. O interessante é que eu tinha um pressentimento de que uma hora eu ia ser preso. Foi numa aula de Nefrologia. Naquele dia, eu tinha que fazer uma apresentação de seminário: eu estava apresentando o trabalho, quando a porta da sala se abriu e eu pude ver o meu irmão. Aí eu pensei duas coisas: — “Ou eu estou preso, ou o meu irmão veio avisar que o meu pai morreu.” Quando a porta se abriu mais um pouco e vi mais duas pessoas com ele, concluí imediatamente que estava preso. Me chamaram, fui embora e deixei as coisas na sala. Todos perceberam que era uma prisão. O cara me falou assim: — “Se você correr eu te mato.” Depois voltamos à casa da minha mãe, liberaram meu irmão e me prenderam. Quando a minha mãe me viu preso, ela ficou totalmente desesperada, com um papel na mão, sem sair da frente da Rural willis, anotando a placa, que evidentemente era uma placa fria.

Me levaram para a Oban (Operação Bandeirantes). Essa foi minha segunda prisão. Foi uma experiência muito amedrontadora. Não sofri muita tortura, mas pouco: recebi tapas, por exemplo. Nunca soube o motivo da minha prisão, mas suponho que tenha sido uma moça – que eu não conheço – que no Rio de Janeiro, presa, me apontou. Ela era de algum dos grupos de luta armada, então vieram e me prenderam por causa disso. Passei alguma noite lá, e lembro de uma pessoa sendo torturada, gemendo, e sofrendo agressões. Não cheguei a sofrer tanto assim, foram tapas e ameaças, mas acredito que logo perceberam que se tratava de uma denúncia sem procedência. No dia seguinte, me soltaram e me pediram uma desculpa formal, protocolar. Saí da Oban e fui para casa. Não fui preso novamente, continuei trabalhando como repórter enquanto estudava. Fiquei nessa situação até o fim de 1972, aproximadamente. Quando estava para me formar, eu saí da Folha e fui me dedicar à Psiquiatria. Após a prisão, quando voltei para a Escola, eu sabia que era um fato que toda a Escola tinha ficado sabendo, em se tratando de uma prisão ocorrida em público, em plena luz do dia. Eles me perguntavam muito sobre o que aconteceu. Era uma coisa que se ficava sabendo, mas ninguém queria saber detalhes.

Com o fechamento do regime, após 1968, o clima mudou muito. Depois da minha prisão, fui falar com o diretor, acredito que era o professor Horácio Kneese de Mello. Disse para ele mais ou menos isso: — “Professor, como que alguém entra assim na Escola? Eu estava

em plena aula. Como entram assim?” ao que ele me retrucou, curto e grosso: — “Aiex, não mexa nisso!” Essa era a posição do Diretor, um cara indicado pelo governo federal. Em relação à minha prisão, nunca sofri nenhum tipo de preconceito, nem perseguição dentro da Escola. Pelo menos no subgrupo que eu frequentava isso era visto inclusive como uma coisa a mais, algo a ser valorizado. Mas, depois da prisão eu me afastei, pois tive a nítida impressão de que aquilo era um massacre. E hoje temos as informações suficientes para saber que de fato o foi.

Comecei então a trilhar a minha carreira como psiquiatra. Em 1973 eu comecei a fazer a residência médica de Psiquiatria e, em 1974, comecei a trabalhar num sanatório particular, o Charcot, que ficava na via Anchieta. Posteriormente, em 1981, eu comecei a trabalhar no Hospital do Servidor do Estado. Lembro que quando comecei lá, eu me apresentava como Luiz Carlos, e não como Aiex. Como Aiex, eles iram se lembrar do meu período de estudante, e eu não queria isso. Porém, a partir de um determinado momento, começaram a me chamar de Aiex. Apesar de eu não querer, voltaram a me chamar de Aiex e houve esse vínculo, de algum modo, com aquele passado. Não era por medo e também não sei se arrependimento seria a palavra certa para descrever a minha relação com o passado. Mas acredito que eu poderia ter estudado mais e que minha vida poderia ter tido outro rumo se eu não tivesse me dedicado tanto a aquela atividade. Não voltei propriamente à militância, apesar de que no Hospital do Servidor acabei me envolvendo com a Associação Médica do Iamspe (AMIAMSPE) e me tornando presidente dela por um tempo. E isso proporcionou que depois me tornasse conselheiro do Conselho Regional de Medicina, na gestão de 2003-2008. Apesar de eu querer que me chamassem de Luiz Carlos, e não de Aiex, acabei adquirindo esses cargos, de alguma maneira, graças ao meu passado.

19. Márcia Barbosa Mansor D'Alessio

Eu sou da geração dos anos 1960... Entrei na universidade em 1967, portanto participei de tudo que aconteceu nos anos mais ferozes da ditadura, e sofri com o resultado dessa repressão. Fui baleada em uma passeata. Na época eu tinha 21 anos, e apesar de participar do movimento estudantil, não tive a clareza de denunciar o que tinha acontecido comigo, ou seja, não politizei suficientemente a questão a partir daquela vivência, talvez por ingenuidade ou pelo susto de uma garota ainda despreparada para enfrentar a brutalidade da ditadura naqueles chamados anos de chumbo.

Cerca de duas décadas depois, dando um curso de pós-graduação na PUC- São Paulo, uma aluna muito politizada, sabendo desse fato, incentivou-me bastante no sentido de pedir um reconhecimento público ao Estado por ter sofrido com o resultado da repressão na época, insistindo para que eu procurasse uma forma de fazer a denúncia. Sempre pensava em fazê-lo, mas nunca me mobilizei para que isso acontecesse. No final de 2012, soube, por uma transmissão da rádio USP, que havia sido constituída a Comissão da Verdade da UNIFESP. Considerei que esse seria o caminho, a porta de entrada a ser usada para, finalmente, dar esse depoimento.

Tudo aconteceu no ano de 1968, quando eu cursava graduação em História no *Sedes Sapientiae*, uma das duas faculdades de Filosofia da PUC, à época situada na rua Caio Prado, portanto, muito próxima da faculdade de Filosofia da USP, a Maria Antônia, tornando-se ali uma espécie de “território de resistência” nos anos mais bravos da ditadura, tanto mais pela proximidade com o Mackenzie, universidade que abrigava um forte contingente de alunos direitistas. Foi naquele momento que ocorreu o grande conflito entre a Maria Antônia e o Mackenzie, no qual foi morto um estudante secundarista.

O *Sedes Sapientiae* se iniciou como uma faculdade de moças; era só feminina em um determinado momento e ficava ao lado de um colégio de moças muito ricas da elite paulista, o *Des Oiseaux*

A despeito de ser um colégio religioso, a direção era composta de freiras de posturas progressistas, que faziam trabalhos nas periferias,

levavam as alunas para visitar favelas, por exemplo, ou seja, tinham um trabalho social. Eram freiras bastante abertas e voltadas para o social, acho que resultado dos anos anteriores quando as pessoas tinham impulso de se engajar em algo. Isso antes da ditadura. Elas provavelmente tinham uma ligação com a Juventude Universitária Católica (JUC). Nos anos 1960 o *Sedes Sapientiae* já deixara de ser uma faculdade exclusivamente feminina e mantinha um bom curso de História. O curso de Psicologia também era muito forte e contava com a competência da Madre Cristina que ficou famosa por dar cobertura a estudantes perseguidos pela ditadura. No curso de História tínhamos a Irma Leda, historiadora, uma mulher muito inteligente, foi, inclusive, uma das melhores professoras que eu tive no *Sedes Sapientiae*. Irmã Leda acumulava a docência de História do Brasil com a direção da Faculdade nesse período que lá estive, de 1967 a 1970.

Eu fui formada intelectualmente nesse ambiente. Eu havia feito Escola Normal, curso que formava professores para a escola primária e secundária, hoje ensino fundamental e médio. Por influência de uma amiga, também “normalista”, como éramos chamadas, fui fazer cursinho para faculdade. As coisas aconteceram, não foi uma escolha pensada, foi acontecendo... Fiz o Cursinho do Grêmio, um cursinho que era dos alunos da USP, administrado por dois alunos da USP. Nesse cursinho os professores eram praticamente todos de esquerda. O professor de História que mais me impressionou foi o que deu aulas de Revolução Francesa, tema pelo qual me apaixonei e que orientou minha posição política daí para frente.

Nessa época eu namorava o Rafael, cuja família era toda engajada, uma família de militantes... Ele e o irmão eram militantes da Ação Popular. A AP, como era chamada, surgiu da influência da igreja progressista, a raiz dela é a juventude católica. No *Sedes Sapientiae* tinha gente ligada ao Partido Comunista, mas a maioria das pessoas era ligada à AP, assim, por influência desse Cursinho do Grêmio, do professor de Revolução Francesa, do curso de graduação em História, do Rafael e sua família tornei-me comprometida com o Movimento Estudantil e simpatizante e próxima da AP...

O *Sedes* era muito agitado politicamente, como toda a PUC-SP, e o Movimento Estudantil ali, muito presente. Após a morte do estudante secundarista na “guerra” entre a Maria Antônia e o Mackenzie à

qual me referi, o ME chamou uma passeata que iria ser na rua Teodoro Sampaio. Nós, militantes do *Sedes*, fomos em peso. Num determinado momento, em meio aos protestos, ouvimos advertências de que havia chegado a repressão, o que provocou uma nervosa correria e gritos de “repressão, repressão, repressão”! Todo mundo correndo, e eu correndo junto... Um tiro de arma de fogo vindo do alto de um prédio atingiu-me nas pernas. O projétil raspou minha perna esquerda e alojou-se na perna direita. Ferida, continuei correndo até que um carro que passava com dois estudantes, uma moça dirigindo e um rapaz, que se identificou como Xavier, me deram uma sinistra carona até a Santa Casa, pois lá havia um grupo de estudantes de medicina que atendiam, de forma clandestina, feridos em manifestação.

Chegando à Santa Casa, aguardamos certo tempo para entrarmos em segurança na sala onde os estudantes atendiam os feridos. Foram feitos os primeiros socorros e me levaram para casa. Após algumas horas, Rafael, meu namorado, veio com um primo, quintanista de medicina, por sinal aqui da Escola Paulista de Medicina, que retirou a bala e me medicou.

Quando levei o tiro, a direção do ME imediatamente soltou uma nota com meu nome. A Irmã Leda, que era minha diretora, e eu era uma aluna muito próxima a ela, retirou essa nota para que eu não tivesse problema com a polícia... Mesmo assim não sei como a imprensa noticiou, mas sem me identificar.

Em casa, fiquei um bom tempo em repouso até a cicatrização dos ferimentos, mas as cicatrizes ainda as tenho como evidências daquele tempo difícil.

Nos últimos anos da minha faculdade o ambiente estava horrível, todo mundo tinha muito medo, todo mundo muito apavorado e o próprio movimento estudantil da faculdade já estava indo para outros caminhos... Logo depois desse acontecimento, o Rafael foi preso com a Helenira Resende, uma importante liderança do ME; eles foram pegos pichando a parede do Mackenzie com os dizeres: “Abaixo a ditadura” O Rafael ficou preso durante uma semana e foi aberto um processo contra ele. Então começou uma coisa de medo... Muitos fugiram para outros países, mas o Rafael optou por ficar no Brasil e enfrentar o processo... O irmão dele já estava na França, mas ele resolveu ficar...

Em 1971, nos casamos e no meio disso tudo meu marido foi julgado no tribunal militar. Por duas vezes, o julgamento foi marcado e adiado. Na terceira vez ele foi julgado e absolvido. A Helenira, depois de algum tempo, foi para a guerrilha do Araguaia, e lá foi assassinada.

Rafael e eu já tínhamos ideia de ir para fora do Brasil por conta da ditadura. Muitos de nossos amigos já tinham partido. Paris foi o destino de muitos. Quando finalmente meu marido foi absolvido, pôde tirar o passaporte. Resolvemos que iríamos para a França, e ele foi na frente para ver condições de moradia, essas coisas... Só que ele não chegou. O avião no qual ele estava caiu... Foi em 1973... nesse mesmo avião estava Felinto Muller, o carrasco do governo Vargas! Ironia do destino!

Eu, fragilizada, esperei minimamente me recuperar e só fui para a França dois anos depois, fiquei lá e fiz minha história de vida por lá durante cinco anos. Na França eu me senti cidadã novamente. A França acolhia muito os latino-americanos de esquerda, então foi um período maravilhoso. Muitos exilados estavam na França. Vivíamos a ditadura lá da França; nós estudávamos, fazíamos reuniões, os franceses organizavam muitos atos em apoio aos brasileiros e aos chilenos. Ao mesmo tempo, a França me deu lições de cidadania. Voltei ao Brasil em 1980 mais fortalecida politicamente. Filiei-me ao Partido dos Trabalhadores que acabava de ser fundado, e onde estou até hoje.

Eu penso que a geração atual é marcada de um jeito ou de outro, mais ou menos, pela memória de 1968... Existe um fascínio, aquele momento tinha que acontecer, foi um contexto, um momento histórico que abriu a possibilidade do surgimento de uma juventude contestadora de ditaduras militares na América Latina. Eu não tenho nenhuma crítica aos companheiros daquela época que foram para a luta armada, eu os considero heróis, essa gente fez o que tinha que ser feito!!!

20. Márcia Aparecida do Amaral

Aceitei o convite para falar sobre minha atuação política no período em que estudei na Escola Paulista de Medicina, por considerar uma oportunidade de, ao relembrar o período da ditadura militar nos anos 70, poder reafirmar a importância da democracia para as instituições e para o país.

Fui afastada da escola de medicina na condição de presa política e quando retornei aos estudos, o país ainda vivia um período de enorme repressão à livre expressão de ideias que fossem divergentes daquelas do regime militar que assumira o governo do país, as atividades culturais como cinema, música e teatro, assim como a imprensa eram severamente censuradas e na Escola quase não se falava sobre o que ocorria, pouco se falava de política.

Voltei para a Escola como aluna especial no segundo semestre de 1973, para manter a atividade acadêmica até o novo ano escolar... Neste período concentrei minha atenção nos estudos, interessada na humanização da assistência, a forma como os pacientes eram tratados e a epidemiologia da desigualdade socio-sanitária, o que contribuiu para a minha formação e decisão de trabalhar com saúde pública anos depois.

Este retorno foi muito importante, vivíamos uma conjuntura política extremamente complicada e essa reinserção foi fundamental para a minha vida. Considero ter recebido um tratamento humanitário que fez com que eu pudesse retomar meus objetivos profissionais.

A partir de 1974 ou 1975 já havia na sociedade uma pressão pela abertura política, ainda que só viesse a acontecer em 1979. Os tempos estavam mudando... E aí na Escola aconteceram algumas manifestações políticas pela democracia. Eu me lembro em 1978 quando o Eduardo Suplicy e o Fernando Henrique foram candidatos a deputado e senador e realizaram debates na hora do almoço no pátio da EPM... Isso foi uma coisa absolutamente inusitada e parte dos alunos que ingressaram a partir de 1974 vinham com alguma militância no movimento estudantil, então a Escola começou a retomar a sua vida política... Neste momento participei dos movimentos de redemocratização,

do movimento pelas Diretas Já e da construção do Sistema Único de Saúde...

A minha perspectiva profissional, sempre foi atuar em saúde pública e quando terminei o curso de medicina entrei na residência em Medicina Preventiva, sendo o primeiro ano em que a Escola ofereceu esta especialidade. Eu estava mais interessada na linha da medicina social, da construção do SUS, da proteção dos coletivos...

Iniciei a residência na Escola Paulista de Medicina (e me orgulho de ter sido a primeira colocada no concurso) mas depois de um mês decidi sair, devido ao perfil do programa e iniciar a residência na Faculdade de Medicina de Botucatu, onde trabalhavam com uma concepção teórica mais ajustada aos meus propósitos... Meu interesse era atuar sobre a saúde do coletivo, de modo integrado com a clínica.

Apesar de não ter permanecido na universidade, cursei mestrado e doutorado na área de planejamento e gestão da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP e dediquei minha vida profissional à construção do SUS, este sistema de saúde solidário e universal que considero o maior patrimônio social do país, apesar dos muitos problemas que ainda enfrenta.

Finalizando, entendo como de grande importância a preservação da memória institucional como um instrumento de defesa e fortalecimento da democracia e dos direitos de cidadania.

21. Marcos Pacheco de Toledo Ferraz

Em 1962, eu era aluno da História Natural (USP), agora Biologia, e frequentava a nova Cidade Universitária. Nesse ano, irrompeu uma longa greve de reivindicação dos estudantes visando uma maior participação nos colegiados da Universidade. As reuniões eram em torno da Faculdade de Filosofia, na rua Maria Antônia, que mais tarde foi palco de um enorme conflito com a Faculdade Mackenzie resultando em uma morte que comoveu São Paulo.

Em 1963 entrei na Escola Paulista de Medicina. Eram poucos os cursos de medicina. O da USP, em São Paulo e em Ribeirão Preto, a Escola Paulista de Medicina e a Faculdade de Medicina de Sorocaba. Além de poucos cursos eles quase não se comunicavam. Por exemplo, no campo esportivo a Paulista tinha como rival a Escola Politécnica, na famosa Pauli/Poli, e a medicina da USP o Mackenzie, na Mac/Med.

Em 1963, comemorava-se o trigésimo aniversário da EPM. Sua federalização que ocorrera em 1956 deixara marcas ainda não cicatrizadas 7 anos depois. Professores saudosos da antiga escolinha conviviam com outros mais modernos, que gestavam uma futura universidade articulada com a Faculdade de São Carlos, capitaneada pelo Professor Marcos Lindenberg, então diretor, que nos recebia. O Professor Marcos Lindenberg era um homem liberal no sentido exato da palavra, que contrastava com o ambiente conservador, que eu percebia, desde a nossa entrada. O Centro Acadêmico Pereira Barreto estava em mãos extremamente conservadoras. O contraste entre a Escola e a escolinha estava arraigado nos costumes. O Departamento Feminino era um local reservado às alunas e absolutamente proibido aos jovens alunos entrarem. Certa vez, quando as meninas da minha classe, após uma partida de vôlei, se despiram para tomar banho juntas no vestiário, foram punidas.

Vivíamos tempos obscuros que nós ainda não enxergávamos. Em julho de 1962, em Minas Gerais, fotografei em uma igreja os seguintes dizeres: “Literatura infantil de Monteiro Lobato: Comunismo para as crianças”, “Reforma agrária Socialista: Comunismo no Campo”. Outras frases do mesmo teor estavam ali colocadas. Confesso que na época

fotografei como curiosidade, não tendo percepção que já estávamos vivendo uma profunda divisão, que se apresentaria dois anos depois.

Em 1963, no segundo semestre, para as eleições para o CAPB concorreram dois candidatos, Walter Albertoni e Pedro Paulo Monteleone que representava na ocasião uma postura conservadora e continuísta. Nosso grupo apoiou Albertoni que ganhou por uma margem apertada.

Na nossa leitura, Albertoni iria abrir espaço para o centro e a esquerda, em uma frente ampla, para poder modernizar o CAPB, o que ocorreu logo em seguida. O Departamento Cultural, por exemplo, começou promover peças teatrais importantes da época. Foi justamente em uma peça no Teatro de Arena, em 31 de março, em uma promoção do CAPB, que entre dois atos, o ator Francesco Guarnieri interrompeu o espetáculo dizendo que havia rumores de um golpe de estado e que deveríamos sair em ordem do teatro.

Foi um período sombrio. Albertoni, um jovem presidente, teve de conviver com um momento extremamente difícil. De imediato, uma Assembleia Geral foi convocada por Pedro Paulo Monteleone, com a participação de um aluno do Direito do Mackenzie, cujo primeiro nome eu me lembro, Benedito. Este ameaçava a todos com a entrada do exército na Escola e prender os comunistas. Saí trinta minutos depois, enojado ao ouvir e ver o que estava acontecendo. Felizmente essas ameaças contra o alunado não ocorreram de imediato, como veremos posteriormente. Junto a outros professores, Marcos Lindenberg foi derrubado e com ele todo o projeto de uma universidade. Esse golpe atingiu toda a comunidade de docentes, promovendo uma clara divisão entre eles, evidenciado em um pequeno broche na lapela, ou alianças, dizendo “dei ouro para o bem do Brasil”. Esse clima provocou também uma divisão entre o alunado que recebia os nomes de esquerda, direita e alienados, uma clara e tola divisão que custou muito a cicatrizar.

A memória de Lindenberg foi justamente recuperada, com seu nome dado ao maior anfiteatro da universidade.

Seguiu-se na presidência do CAPB Adnan Naser, figura conciliadora, de feitio progressista que promoveu um intercâmbio interessante como no II Salão de Ciências Médicas quando os Centros Acadêmicos da USP, da EPM e Santa Casa, juntamente com o Centro Acadêmico da Faculdade Fundação Armando Alvares Penteado,

(FAAP), montaram um stand com crítica clara à política de saúde do Brasil. Esse diálogo entre esses quatro centros acadêmicos permaneceu com a participação do III Salão de Ciências Médicas em 1966, quando usando uma frase do Papa João XXIII proclamava-se com grande impacto visual “Somos Todos Solidariamente Responsáveis” o que causou incômodo aos promotores do Salão.

Em sua gestão, o CAPB promoveu também um show no antigo Teatro Paramount, com o título “O Remédio é Bossa”. Artistas como Elis Regina, cantando “Menino das laranjas” e tantos outros vieram encantar a todos nós. Era a época de canções de protesto. Começavam também nesse período as passeatas.

Assumi a presidência do CAPB do segundo semestre de 1965 ao segundo semestre de 1966. Dentro da Escola, a situação se pacificara com relação aos confrontos diretos e ameaçadores, porém era clara a divisão entre a chamada esquerda e a direita. O Ministro da Educação da época conseguira aprovar uma lei, a “Lei Suplicy” retirando o poder dos Centros Acadêmicos e introduzindo o “Diretório Acadêmico”.

Esta nova legislação, que banira os Centros Acadêmicos, provocou uma grande discussão na UEE e UNE, com a recomendação explícita de não participar das eleições dos Diretórios Acadêmicos.

O CAPB discordou dessa orientação e fui candidato às presidências do CAPB e Diretório Acadêmico sendo o primeiro considerado uma entidade civil.

Nossa posição revelou-se acertada pois em um congresso estudantil em Piracicaba a discussão era a necessidade de retomar os Diretórios Acadêmicos, agora nas mãos de presidentes da situação, favorável ao regime militar. Nessa gestão, o CAPB mantinha um estreito contato com a UEE e UNE. O Diretório Acadêmico geria os recursos que vinham de Brasília, não discutindo os assuntos que eram atinentes ao CAPB.

Acredito que esse fato permitiu, provavelmente, a primeira greve após o fechamento do regime. Durou um dia. Evitamos chamar de greve e sim de Movimento, mas os jornais da época noticiaram a greve. O CAPB apoiara a greve e o Diretório Acadêmico absteve-se, para a dificuldade do então Diretor José Maria de Freitas que dizia, “mas se trata do mesmo aluno...”

As passeatas passaram a ser extraordinariamente frequentes, com o CAPB participando ativamente da elaboração e sua execução. Elas começaram a ficar mais violentas pela “repressão policial”. Bombas de gás lacrimogêneo, soldados da cavalaria e cães participavam da repressão. Prisões eram cada vez mais frequentes, particularmente nos Congressos da UEE e UNE agora na clandestinidade. Vários colegas foram presos durante esse período.

Várias vezes as lideranças estudantis fizeram reuniões na EPM pois, com um avental, em uma época que não havia crachás e câmeras, era fácil a entrada deles em nosso recinto.

No segundo semestre de 1966, Erkki Larsson e Artur Ribeiro formaram uma chapa. Eles me substituíram e logo na primeira semana, estavam presos em um Congresso, em São Bernardo.

As passeatas continuaram, as prisões começaram a ser frequentes e a luta armada preparava seus quadros. A liderança estudantil agora estava dividida. A luta armada começava a ser discutida diante do ambiente hostil da ditadura, com seus atos institucionais.

A ruptura da esquerda com outras forças progressistas tornava-se nítida. O Partido Comunista, também conhecido como Partidão, apontava essa divisão como um problema, pois fortaleceria, segundo a sua perspectiva a ditadura. Isso era discutido em nosso ambiente de forma muito velada. A ruptura do tecido institucional era muito clara com o lema “Ame ou deixe-o”. Uma parte da extrema direita vai formar quadros estudantis para a “caça aos comunistas”, com franco apoio das autoridades policiais e até um policial com o apelido de “careca” nessa organização.

Tendo saído da presidência do CAPB, fui convidado para competir como um dos vices presidentes na eleição da UEE de São Paulo. Concorremos e perdemos para a Ação Popular. Mais tarde fui visitar vários companheiros da outra chapa, no Chile.

Prisões começam a ocorrer e o Centro Acadêmico foi invadido e seu material apreendido. Vários colegas começaram a ser presos. A prisão das lideranças e depois a extensão para qualquer divergência à ditadura deixou marcas profundas. Uma delas foi a análise do comportamento do companheiro enquanto preso. Idealizava-se aquele que morria na tortura e não falava, isto é, não denunciava.

Gerou-se naquele momento um certo desdém, àquele que não era o herói idealizado. Muitos presos após sua soltura tiveram de amargar uma segunda condenação, a dos seus pares.

Notícias de morte e torturas começavam a surgir cada vez mais frequentes evidenciando o que estava por vir, o AI 5, isto é, o golpe dentro do golpe.

Em 1969, já fora do movimento estudantil, pude verificar o incremento das prisões, torturas e mortes, tornando-se populares as horrendas expressões como o “pau de arara”, a “cadeira do dragão”, choques elétricos em corpos despidos, entre tantos outros desvios, que marcaram indelevelmente a época e as pessoas. Alunos e alunas sofreram na pele essa condição no movimento estudantil, pois a ditadura os via como inimigos a serem abatidos.

Já fora do movimento estudantil, pude acompanhar o que se denominou, anos de chumbo.

Como profissional pude atender encaminhados pela Comissão de Justiça e Paz, pessoas destruídas mentalmente pela tortura. Em 1977, entramos em uma frente ampla no Conselho Regional de Medicina. Na prática, discutimos, nessa ocasião, a ação de médicos envolvidos com tortura. Logo depois, fui convidado para entrar na Comissão de Justiça e Paz pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns. À época, quando recebi o convite, disse ao interlocutor que não sendo religioso, talvez isso pudesse ser um óbice. A resposta veio pronta. Para D. Paulo esse fato não era impeditivo. Assim, pude ver por mais um outro ângulo, a face cruel da ditadura, envolvendo operários e jornalistas.

Qualquer relativização da barbárie dos anos de chumbo soa como uma atitude escapista, ou mal-intencionada. Essa época deixou feridas de difícil cicatrização e mortos que jazem insepultos com o nome de desaparecidos. Felizmente, depois de tantas atribulações, entre nós não consta, ao que eu saiba, “desaparecidos”, como os vários colegas que conheci da USP e Santa Casa.

22. Nestor Schor

Eu e o Celso Schor Bianco somos primos, a mãe dele era irmã do meu pai. Ele vem de uma família bem ativista, especialmente por parte do pai dele, José Bianco. José Bianco e meu pai faziam parcerias para ir às fábricas, fazer discurso nas ruas, eram bem engajados. O Celso fez aqui a Escola Paulista de Medicina, e se formou cinco anos antes de mim. Ele fez Imunologia, e na ocasião do golpe apareceu uma oportunidade de ir para os Estados Unidos, para a New York University, onde completou seus estudos.

Ele se especializou em bancos de sangue e foi presidente dos bancos de sangue de Nova Iorque e de todo o país. Atualmente ele é presidente da Sociedade Internacional dos Bancos de Sangue e mora em Washington. Ele vem ao Brasil com muita frequência porque ele é solicitado para conferências, palestras, etc. Que eu saiba, ele foi ativista enquanto estudante e foi um simpatizante do Partido Comunista do Brasil, não era um militante do Partido, ele era mais o que se chamava de “esquerdinha”. Nós éramos todos “esquerdinhas”...

Na realidade, a gente pretendia ser contra o golpe, contra a ditadura militar, a favor de melhores condições para o povo, aquela coisa de “mais pão, menos canhão”, melhores condições de estudo... Ele foi bastante ativista aqui na Escola por melhores condições de estudo, e lá nos EUA ele não teve nenhuma atividade política, que eu saiba. Ele se profissionalizou e é um excelente médico, e já está aposentado. Ele era do grupo do Arthur Beltrame Ribeiro, mas entrou uns dois ou três anos antes dele...

Os professores da Escola tinham um perfil heterogêneo, havia professores extremamente conservadores. Não vou falar reacionários, porque seria uma palavra inadequada, mas eles eram muito conservadores, a favor do golpe, da “revolução”, apoiaram, fizeram uma Comissão aqui de caça aos esquerdistas... Havia pessoas muito a favor da Escola Superior de Guerra, e alguns chegaram a fazer curso lá. Do outro lado, tinha os mais liberais e alguns mais à esquerda. Então tinha um perfil bastante heterogêneo, e tinha professores muito bons em cada um deles, pessoas muito reconhecidas, que possuíam muito

respeito profissional. Nenhum deles chegou a incentivar ou permitir a greve, mesmo os liberais. No máximo, eles foram permissivos. Nós montamos barracas lá no Hospital São Paulo e não houve uma repressão acintosa ao movimento estudantil, porque de verdade a bandeira da federalização do Hospital naquela ocasião era generalizada, inclusive todos os grupos e matizes aceitavam que a federalização era uma escapatória para solucionar nossos problemas.

Fora isso, tinha uma segunda luta nossa, que hoje até dá vergonha de falar: a gente era contra o INPS, o Instituto Nacional da Previdência Social. Nós entendíamos que os Hospitais seriam privatizados de certa forma, e nós perderíamos leito de ensino. A crítica era essa: a gente oferecia uma má saúde, mas oferecia saúde para toda a população. Naquela ocasião, o paciente era chamado de “RG”, ou seja: aquele que não tinha uma qualificação, não tinha nenhum suporte econômico, era um indigente, não tinha direito a nada. O Hospital atendia graciosamente, à custa da gente, com as verbas que a gente recebia de diversas fontes. Essa era uma segunda linha de batalha, naquela ocasião, mal entendida por nós. Depois entrou o INPS e nós percebemos que ele melhorava as nossas condições, diminuiu o número de indigentes, todo mundo tinha direito, era possível uma série de intervenções médicas que anteriormente nós tínhamos mais dificuldade em realizar.

O movimento pela federalização foi aumentando... Nós fomos para Brasília, acampamos em Brasília, etc. Os professores favoráveis à federalização, mais liberais, eram mais simpáticos com a gente, e os que eram mais conservadores toleravam a gente porque eles eram a favor da bandeira, mas não queriam aquele tipo de enfrentamento, de “arruaça”. Nós, aos poucos, fomos descobrindo que a federalização amarrava todo o sistema financeiro do Hospital, nós ficávamos muito dependentes da regulamentação federal de funcionamento. Então, para incorporar funcionários era difícil, nós dependíamos de Brasília, era tudo mais difícil, e descobriu-se que havia formas muito mais rápidas e objetivas de realização. Ainda em 1968, no ano da greve grande, saiu um decreto que federalizou parte dos funcionários e, de certa maneira, houve um esvaziamento natural do movimento grevista quando saiu esta publicação, por isso terminamos com a greve.

Então a SPDM, Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina, começou a crescer... Todos nós começamos a fazer núcleos

de estudos, institutos, depois fizeram a Fundação, para poder ter mais maleabilidade e captar mais dinheiro e poder usá-lo. Porque o dinheiro que a gente captava ia para uma caixa comum em Brasília, e aí era um fundo perdido, um buraco negro, não podia mexer, contratar ou dispensar pessoal. Ficou meio a meio, uma parte foi federalizada, os funcionários foram federalizados, mas o Hospital não.

A greve foi se esgotando, eu não tenho agora a linha do tempo, mas depois do AI-5, o Jarbas Passarinho fez o decreto-lei nº 477, dentro do Ministério da Educação, aquela lei de expulsar alunos... Vários professores da Escola se levantaram na Congregação pedindo a expulsão dos líderes do movimento estudantil, mas isso foi abafado porque já eram poucos os professores mais conservadores que queriam acabar com o movimento dos estudantes. O professor Horácio Kneese de Mello era um homem correto, íntegro... Era absolutamente conservador, de família tradicional, mas ele entendia o jovem e protegia os alunos, e entendia a federalização como positiva naquele momento. O Horácio, junto com outros professores mais liberais, bloquearam a aplicação do AI-5 dentro da Escola. Não se aplicou em ninguém o que estava previsto no AI-5. E isso mais ou menos coincidiu com esse amadurecimento de falar que a federalização talvez não fosse tão boa quanto nós pensávamos.

Eu fui vice do JB, o Paulo José Britto de Castro, na presidência do CAPB, o Centro Acadêmico Pereira Barretto, e na gestão seguinte eu fui presidente. Nós dois montamos uma Associação dos Estudantes de Medicina e fizemos congressos, vários documentos a favor da melhoria do ensino, da integração do ensino, o ensino médico mínimo para todas as universidades, uma pauta que ainda hoje seria válida. A gente já tinha feito o movimento e um primeiro encontro da UNEM, a União Nacional dos Estudantes de Medicina, e tínhamos uma união muito forte com as Escolas de medicina do estado de São Paulo, porque a minha turma em especial estava naquele momento com todos os nossos amigos e colegas presidentes de centros acadêmicos, desde Sorocaba, a Santa Casa de Misericórdia, a USP e a gente.

Na nossa ocasião, eu entrei no grupo do Arthur, do Erkii, do Marco e do Ladislau Ungar, e a gente fazia grupos de estudos políticos, discutia a Universidade, o estudo de medicina, etc. Mantivemos esse padrão por alguns anos, e a gente formava quadros interessados não

só em anatomia, histologia e tal, e depois disso eu acho que isso foi acabando. Eu não sei hoje como os quadros do Centro Acadêmico são formados, se isso é espontâneo... Eu acho estranho que eles não provoquem uma discussão, eu não sei de onde vem ou qual a implicação dos partidos dentro da Escola, eu lembro que tinha muito disso uma época.

Lembro-me que tivemos uma discussão muito grande no CAPB após o AI-5 sobre aderir ou não à luta armada. Nós começamos a discutir porque vários grupos, principalmente da USP, o Cabral em especial, estavam puxando muito para essa opção de luta armada. O Chael, o Charles Schreier, estava na Santa Casa de Misericórdia, era um pouco mais jovem, mas não participava das discussões do centro acadêmico, ele já estava radicalizado. Eu lembro que a gente falava: “não dá, o país não está preparado para uma luta armada, isso aí é furada”. E eles: “não, já está na hora, não tem outro caminho, não tem resposta”.

E aí um grupo decidiu ir para a luta armada, eu me lembro até de ser muito próximo inclusive o grupo do Carlos Marighella, a Ação Libertadora Nacional estava fazendo muita força com a gente para levar a gente para o movimento, para treinamento de tiro, etc. Então havia esta discussão sobre decisão entre a luta armada e manutenção da resistência, mas daí eles desapareceram porque foram para a clandestinidade. Aqui dentro da Escola nenhum de nós foi para a clandestinidade. Nem o Erkki Larssen, nem o Arthur Beltrame optaram por luta armada, não foi ninguém morto da nossa Escola, que eu me lembre... É interessante que naquela ocasião os líderes da UNE, a União Nacional dos Estudantes, e a UEE/SP, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo, vinham para cá, vinham comer aqui porque não tinham onde comer e a gente roubava documentação pra eles, a gente oferecia casa para eles dormirem por uma noite ou duas...

Em 1969, participei juntamente com o JB de um Encontro Científico dos Estudantes de Medicina, realizado aqui no CAPB, de forma clandestina. E dessa reunião saiu um documento muito bom que eu guardei por muito tempo e mandei para o Centro Histórico aqui da Escola. Tenho um recorte de uma revista só de documentos políticos, do início ao fim, relacionados à medicina, e eu me lembro que aquilo foi muito bom. O “científico” era uma forma de driblar a repressão, já que a UNEM deveria ter sido extinta e, utilizando-se da ciência, a gente falava dos problemas das escolas de medicina, dos hospitais

universitários, do ensino médico, da residência, da profissão, enfim... Eram esses os tópicos...

A gente da UNEM queria incluir no curso de medicina as disciplinas de Filosofia, História da Ciência, Ética... Eu acho que essa discussão se perdeu. Até têm as disciplinas, mas não estão dentro do currículo oficial, são matérias eletivas. E é um absurdo um médico se formar sem conhecer História da Medicina, História da Ciência, Ética, Humanização da Medicina, Práticas Milenares... A gente fala que a nossa medicina é tradicional, mas ela é ocidental, a medicina tradicional não está sendo ensinada em nenhuma instituição, e a população usa então a gente precisa entender um pouco disso...

A UNEM tinha uma organização mesmo após a Lei Suplicy, mas não tinha uma abrangência nacional. Era algo mais ou menos estruturado, a gente conseguia verbas para fazer essa organização, coisa que depois a gente não conseguiu mais. Por isso também que a gente se fortaleceu em São Paulo, porque o custo da organização era baixo, a gente utilizava os próprios prédios das nossas universidades, não tinha passagem, estadia, nada dessas coisas... Isso é mais ou menos o que eu lembro. Vinha bastante gente de outros estados, as pessoas tinham menos medo, porque era o tipo de encontro que tinha menos repressão. Eu não me lembro dos anos seguintes, eu acho que eu já estava no quinto ano e tinha que me preparar para a residência, para os exames e me profissionalizar.

O CAPB manteve a bandeira da federalização do Hospital, e nos anos 1970, mesmo com o Horácio Kneese, houve uma aproximação do movimento com a Diretoria, a gente tinha as portas abertas. Isso começou com o Nylceo Marques de Castro. Depois disso, vi que os alunos tinham muita liberdade, não havia uma repressão formal. Acho que ainda não tem. Eu não sei como o CAPB está agora, mas esta bandeira de federalização do Hospital é uma bandeira antiga, cabia naquela ocasião, mas agora é diferente. Eu não sei como está a politização dos alunos hoje na Escola...

Eu fiz residência na Escola, mas não participei dos movimentos da Associação de Alunos Residentes porque isso veio depois. Quem eu me lembro que começou com isso e participou bastante foi o Sérgio Tufik, ele fez bastante coisa, acho que foi presidente da Associação. Mesmo o Miguel Jorge teve atividade na Associação. Naquela ocasião,

eu já estava na pós-graduação, já estava maluco total. O Tufik é da minha turma, fizemos cursinho juntos e ele fez Santa Casa de Misericórdia e depois foi fazer pós-graduação em Ribeirão Preto. Depois que ele veio para cá.

Com a Diretoria do Jair Guimarães, a Diretoria da Escola e da SPDM voltaram a se fundir. Ele se aproveitou do fato de que antigamente as duas entidades entravam em choque o tempo todo, e pensou que uma direção única acalmaria a situação. Nos anos 2000, houve um problema com a Diretoria do Ulysses, porque o Ministério Público passou a ser muito ativo e considerava que isso era ilegal. Mas até então, não, porque a SPDM era um suporte para a Escola, na realidade. Nós todos entendemos e eu ainda continuo entendendo que houve um rigor legal inadequado, quer dizer, o que podia ser feito era conferir melhor. Não existia ainda uma Procuradoria das Fundações, isso é algo que existe hoje e funciona super bem. Uma coisa é ter desvio de verba, não estar funcionando direito, mas a justificativa foi que a SPDM e a Escola não poderiam ficar juntas, e a Escola padece muito por conta disso.

Lembro-me quando um antigo Diretor nosso, que era da Gastro foi presidente da ADUNIFESP, estimulou bastante, e depois veio o Ulysses, que foi bastante aguerrido pelos docentes, mas não me lembro muito da ADUNIFESP nos anos 1970. Eu não me lembro de os docentes terem uma pauta reivindicatória aberta, declarada, com manifesto. Eu não me lembro de nada oficial, era tudo oficioso. A gente via os professores mais liberais chamando um ou dois alunos para os gabinetes para conversar, mas eles não abriam. A gente sabia por cochichos, mas eles nunca fizeram declarações oficiais. Eu me lembro desse Diretor, mas já não me lembro em que ano foi, mas foi presidente da Associação dos Docentes. Só mais recentemente é que os funcionários se organizaram. Na minha memória, é muito interessante essa relação entre público e privado porque propiciou o desenvolvimento da Escola. O fluxo de dinheiro entre a SPDM – EPM era bilateral, eu fui entender isso depois, quando eu fui Pró Reitor, porque eu ia ao gabinete do Diretor e ele falava “pois é, você acha que a Escola passa para lá ou para cá?” “Pois é, de lá para cá vem funcionário, as coisas do Hospital vem para cá, mas quando está ruim vem daqui para lá”... Era difícil fazer a contabilidade do Hospital, porque era uma imbricação total, mas era isso que a gente queria mesmo...

23. Paulo Antunes Horta

Eu venho de uma família muito grande, tenho onze irmãos... Sou o quarto dos onze irmãos... Fui criado livre em Guaratinguetá, lá naqueles morros da Serra da Mantiqueira... Meu pai era titular de um cartório no Fórum de Guaratinguetá e quando eu era adolescente, eu ajudava o pai no trabalho dele. O pai era uma pessoa muito religiosa, de formação muito católica. Ele ficou órfão muito cedo e a Igreja Católica o adotou, por isso desde cedo nos envolveu nas atividades religiosas. Lá em casa, quando a gente era menino, se alguém perguntasse o que a gente queria ser quando crescesse, tinha que falar que queria ser padre. Meu pai também era advogado e na juventude foi militante da Juventude Católica e da Ação Integralista liderada pelo Plínio Salgado... Era um dos “Camisas Verdes...” Ele sempre mexeu com política e quando tinha eleições, ele fazia a gente pregar cartazes e a mãe fazia sonhos...

A formação da gente foi de classe média lá em Guaratinguetá. Eu gostava muito de ler... A biblioteca do pai sempre tinha Monteiro Lobato, Jorge Amado... A gente também tinha uma coleção de clássicos da literatura chamada “Tesouros da Juventude”. Na época não existia toda essa informática que tem hoje, a gente aprendia com os livros. Desde jovem, eu já tinha uma grande paixão pela medicina... Eu assinava uma publicação da Editora abril que se chamava “Medicina e Saúde”, eram alguns fascículos semanais e eu lia aquilo de ponta a ponta... Eu já demonstrava uma vocação para medicina, desde moço eu gostava de ler sobre esse assunto...

O pai comprou um apartamento em São Paulo na rua das Palmeiras para a molecada estudar lá... Então a minha irmã mais velha Cida, a Maria Aparecida Antunes Horta, foi na frente e entrou na Universidade de São Paulo no curso de Letras. Depois foi o meu irmão Beto, o Alberto Pinto Horta Neto, e depois o Celso Antunes Horta, e eu fui o quarto a ir... Era um apartamento pequeno, a gente morava lá quando vinha para São Paulo estudar...

Eu cheguei em 1969, ano em que terminei o colégio, o Ensino Médio atual, para fazer o cursinho e entrar na faculdade de medicina... Um mês depois que eu estava no apartamento, aconteceu uma

reviravolta na vida da gente: meu irmão Celso, que estava em São Paulo há um ano, entrou na militância na ALN, a Ação Libertadora Nacional... Um dia, eu lembro bem que quando voltei do cursinho Objetivo, na Liberdade, topei com um careca e um monte de gente armada com metralhadora e tudo na porta de casa... Apontaram as metralhadoras na cabeça da gente, perguntando se a gente era comunista, se éramos subversivos e onde se encontrava o Celso... Foi uma tortura aquilo lá. Eu ainda era menor de idade, não tinha nem 18 anos, tinha um mês que estava em São Paulo, e tinha todo aquele idealismo de estudar e tal... Topei com essa situação barra pesada!

No apartamento morávamos eu, minha irmã Cida e meu irmão Beto... O Celso tinha saído do apartamento um mês antes, acho que por causa da militância... A gente não sabia onde ele morava e eles queriam saber onde ele estava... Eles ameaçaram a gente, mas viram depois de um tempo que a gente não sabia mesmo. Depois não sei exatamente onde foi, talvez no DOPS, me levaram encapuzado e me mostraram o Celso lá, amarrado na cadeira do dragão, a cadeira de choque elétrico... Eu vi meu irmão todo deformado, cheio de hematomas, de tanto levar pancadas... Eu lembro que o Celso me falou quase desfalecido, fora de si, com a boca toda inchada e os lábios roxos, para eu não falar nada para o pai, como se ele tivesse feito algo errado que quisesse esconder do pai...

E eles continuaram ameaçando a gente, dizendo que era isso que faziam com os comunistas e os subversivos... O Celso também era tão jovem quanto eu, tinha seus dezenove anos, um ano mais velho que eu, e ficou preso por dez anos até a anistia... Isso foi setembro de 1969, alguma coisa assim... Depois disso eu voltei para o apartamento, muito traumatizado com aquilo, e carrego essa ferida até hoje... Para continuar a viver foi preciso sepultar de alguma forma essa ferida colocando uma pedra em cima para não me lembrar desse dia, porque lembrar disso é triste demais...

Depois desse dia, logo em seguida eu já estava fazendo dezoito anos, teve uma convocação do Exército e não consegui me livrar do alistamento militar... Eu tive que abandonar o cursinho e fui fazer o serviço militar em Lorena, no Quinto Regimento de Infantaria. Eu servi um ano ao exército, fui um bom elemento e fui até promovido a Cabo. Naquela época, eu lembro que a gente acompanhou a fuga do Carlos Lamarca no Quarto Regimento de Infantaria que ficava em Osasco...

O Lamarca sumiu com uma Kombi cheia de armas e aí o Quinto Regimento foi lá tomar conta, porque no Quarto ninguém confiava mais em ninguém... Eu lembro que a gente começou a ter informações da esquerda nesse período também...

Depois de ter prestado o serviço, eu voltei a São Paulo para refazer o cursinho e entrar no curso de medicina. Fiz o semi-intensivo de uns quatro ou cinco meses no Objetivo, e entrei na Escola Paulista de Medicina pelo CECEM... Isso foi em 1970. Nessa época, eu já tinha uma namoradina de infância, a Cássia Luperni, e era muito apaixonado por ela... A Cássia trabalhava como enfermeira do Hospital São Paulo e depois eu comecei a trabalhar no restaurante do Centro Acadêmico, porque precisava ter um dinheirinho e porque já tinha me casado... A gente se casou cedo, no primeiro ano de faculdade, e lá pelo terceiro ano ela ficou grávida...

Meus amigos dessa época eram o Gilberto Tanos Natalini e o Paulo Antônio de Souza Mourão que eu conhecia do cursinho, o Walter do Nascimento, o José Teles e o Antônio Luiz Caldas, e outros mais... O Paulo Mourão foi um grande companheiro meu, e até foi morar comigo lá no apartamento, porque tinha espaço. Desde o primeiro ano da faculdade, ele queria ser pesquisador e eu fazia reuniões com ele desde aquela época. Éramos um grupinho de onze pessoas que tinham uma posição de esquerda... Na época, o movimento estudantil, as manifestações estudantis, o centro acadêmico, eram coisas proibidas e quando a gente entrou na faculdade, a gente começou a participar do Centro Acadêmico Pereira Barreto... Mas era tudo por baixo dos panos, ninguém podia saber de nada... Era escondido, porque era proibido pensar diferente do sistema do governo e você era punido por isso...

Lá pelo terceiro ano do curso, no dia 11 de agosto, a polícia da OBAN, a Operação Bandeirantes, levou todo mundo, essas onze pessoas... A gente foi levado para lá por causa de um panfleto do MOLIPO, mas nós não éramos militantes nem do MOLIPO nem de qualquer outro movimento... O que aconteceu tem a ver com a história da minha irmã Cida... A Cida era professora, já tinha terminado o curso de Letras e trabalhava no bairro do Cangaíba na Zona Leste dando aula e tal... Ela era muito dedicada, fazia lições para os alunos datilografando numa maquininha de escrever do meu pai e copiava naqueles mimeógrafos a álcool...

Na época em que a Cida estudava na USP, ela se envolveu com o pessoal da esquerda e começou a participar do movimento estudantil... Ela se envolveu naquela luta e na resistência da esquerda da Maria Antônia contra a direita do Mackenzie. Ao mesmo tempo, ela começou a militar no MOLIPO, uma dissidência da Ação Libertadora Nacional. Alguns remanescentes da ALN tinham a ideia de assumir a luta armada e continuar combatendo a ditadura, mas isso já estava enfraquecendo... Já tinham matado o Marighella e dizimado a luta armada que havia dentro da esquerda...

O meu irmão Celso tinha dezoito anos, militou um mês, foi preso e só saiu depois de dez anos com a anistia. Por isso, acredito que a Cida nunca tinha tido a intenção de participar da luta armada... O que se tinha em mente era uma proposta mais democrática e popular, trabalhar pela conscientização social, numa ideia de mudança para o futuro em dez ou vinte anos... Como professora e membro do MOLIPO, a Cida achava que poderia conscientizar os alunos, trabalhar com eles com uma mudança mais a longo prazo...

Então ela começou a fazer os panfletos do MOLIPO no mimeógrafo a álcool fazendo críticas ao governo militar, denunciando a ditadura, falando mal do imperialismo americano, da Guerra do Vietnã, etc. A gente torcia pelo Vietnã, os americanos estavam tomando chumbo lá e eram radicais contra a esquerda latino-americana. Era a Guerra fria e para os americanos todo militante de esquerda era considerado subversivo e um potencial vietcongue. O problema é que a repressão do sistema era desmesurada, eu acho que o Serviço de Informações e a CIA avaliaram durante a Guerra do Vietnã que tinham que destruir os possíveis embriões da esquerda na América Latina... Eles achavam que a gente era um embrião de um possível outro Vietnã. O Gilberto, por exemplo, para eles era um potencial revolucionário...

Um dia a Cida me pediu para ajudá-la a fazer um artigo para os alunos sobre Bertolt Brecht com uma crítica bem geral sobre a situação do país... Eu peguei esse panfleto de uma página do MOLIPO e levei para o Centro Acadêmico Pereira Barreto da EPM, onde também escrevamos um jornal criticando o governo militar e a falta de liberdade. O Gilberto enviou esse panfleto para um primo, que também era estudante, lá no Mato Grosso, não sei bem onde... Daí alguém denunciou o Gilberto, porque foi ele que enviou os panfletos...

Por uns dias o Gilberto não apareceu na aula, por isso fomos a casa dele. Ele morava com os avós na Vila Mariana e lá tinha uma salinha onde a gente estudava em grupo... Ficamos sabendo que o pessoal da OBAN tinha levado o Gilberto e deduzimos que eles viriam nos buscar também, só não sabíamos o motivo... A gente achava que era pela posição política, porque ele fazia o jornal... Dois dias depois vieram buscar a gente: eu, o Walter do Nascimento, o Antônio Luiz Caldas, todos do nosso círculo e que frequentavam o Centro Acadêmico...

A gente ficou com muito medo... A Escola Paulista de Medicina ficava na rua Tomás Carvalhal e do outro lado da rua, perto da rua Sena Madureira, ficava a sede da OBAN... A gente sabia que quem ia para lá não saía vivo, ouvíamos várias histórias, era um terror... No fim da tarde, os agentes da OBAN foram lá para o meu apartamento na rua das Palmeiras... Antes de eu subir, pois eu desconfiava que eles viriam atrás da gente, eu pedi para a minha esposa Cássia avisar a minha irmã, a Cida, que a repressão estava atrás da gente. E não deu outra: ela avisou a Cida e a Cida sumiu.

A Cida sumiu nesse dia e ficou desaparecida até a anistia. A gente ficou sem notícias dela, não sabíamos o que havia acontecido com ela... O meu pai foi até a Europa atrás dela, foi para todo lado, mas nunca conseguiu descobrir nada... Só soubemos dela depois que ela voltou com a anistia... Aí a gente ficou sabendo que ela foi para o Chile e após a queda do presidente Salvador Allende, ela foi para Cuba e ficou por lá até a anistia... E qual foi o crime da minha irmã: fazer um panfletinho do MOLIPO falando sobre o Brecht. Foi o único crime que ela cometeu!

Meu pai se envolveu em várias frentes para nos ajudar... Ele tinha um contato muito grande com a Igreja de Guaratinguetá, com a Basílica de Aparecida do Norte, pois a única instituição que sobreviveu à repressão e que poderia ajudar era a própria Igreja Católica. Naquele dia, quando eu fui preso na Rua das Palmeiras, além da minha irmã, a Cássia avisou o pai, e ele correu lá, foi atrás de mim lá na OBAN... Meu pai não ficou preso conosco, mas ele foi lá na OBAN, meteu a cara com os caras e tentou proteger a gente... Mas na época não existia nenhum meio legal para ele poder retirar a gente de lá, não tinha nada... E ele avisou para a minha turma, escondido, que a Cida tinha sumido e que estava tudo bem... Meu pai toda vida esteve presente, esteve junto com a gente...

Meu irmão Celso a essa altura já estava preso há três anos, passou pelo DOPS, pelo Presídio Tiradentes e depois foi levado para o Carandiru junto com presos comuns... O nosso pai acompanhava como podia, grande parte do tempo dele era gasto tentando proteger o Celso lá na cadeia, porque ele era ameaçado por todos os lados o tempo todo... Houve um movimento dos presos, inclusive com várias pessoas em greve de fome, para criarem um presídio próprio para os presos políticos, o Presídio do Barro Branco... Teve muito desaparecimento de presos políticos, falsos atropelamentos e suicídios, mortes... Uma época muito, muito triste!

O meu irmão Luís Antunes Horta era a mesma história: ele foi para São Paulo fazer o cursinho, mas logo que teve esse problema voltou para Guaratinguetá onde também foi interrogado... O Beto também foi interrogado, mas o Beto já não concordava com nossa participação de esquerda... O Beto dizia que a gente era muito idealista e se lascava porque o povo não estava nem aí para a gente, eles não sabiam de nada, eram alienados... Essas coisas. Era realmente complicado, porque avaliando isso agora vejo que era idealismo puro... Era loucura aquilo, na verdade...

Quando cheguei a OBAN, eles me jogaram com um capuz dentro de uma solitária... Tudo muito isolado... Eu me lembro de ter visto o Gilberto Natalini e o Walter do Nascimento sendo interrogados, e eu lembro que colocaram o Gilberto nu no chão molhado e deram choques elétricos. A gente era interrogado separadamente. Eles davam choques com uma maquininha chamada de “pimentinha”, além de pauladas e chutes... O Walter e o Lucílio da Silva Filho estavam menos envolvidos, não os vi apanharem, mas não posso dizer com certeza se apanharam ou não... Quem eu vi ser torturado mesmo foi o meu irmão Celso em 1969 e o Gilberto em 1972... Eles torturavam bem no corredor, para todo mundo ver...

A Cássia foi presa nesse dia também, e eu lembro que os militares ameaçavam provocar aborto no bebê da Cássia, se eu não falasse logo... Eles ameaçavam muito a Cássia, que estava em outra cela, mas depois eu soube que ela não apanhou... Faziam ameaças, me torturavam psicologicamente me dizendo que ela tinha abortado o bebê... Eles diziam que eu estava ajudando os bandidos, os comunistas... Eles diziam que a gente era “a bosta do cavalo”. A gente era estudante, bons

alunos, ficávamos o tempo todo lá na faculdade, na biblioteca... A gente era só estudante mesmo, não tinha nenhuma guerrilha articulada... Eles achavam que a gente ia fazer a guerrilha em São Paulo e não sei mais o quê. Nada disso iria acontecer em São Paulo, não tinha mais o que fazer porque a guerrilha urbana já estava esgotada e o pessoal já estava em retração...

Além da questão do panfleto da Cida, tinha outro motivo para a nossa prisão: queriam saber do paradeiro de uma moça chamada Rita, codinome da Silvia Peroba Carneiro Pontes... A Silvia Peroba era procurada pela OBAN por causa de sua militância antiga na ALN e porque conhecia o Antônio Benetazzo, que nessa época era marido da minha irmã Cida e também estava foragido... No mesmo prédio da Rua das Palmeiras moravam minhas primas, e uma delas, a Martinha, como nós chamávamos a Maria Martha Antunes da Silva, que era assistente social, conhecia a Silvia da faculdade... A Martinha, vendo o álbum das pessoas procuradas, reconheceu a Rita ou Silvia... Então envolveram a família toda e ficaram achando que a gente sabia da Rita, que era uma militante importante. E por isso eles bateram muito no Gilberto, achavam que ele sabia dela, sendo que, além da minha irmã e da minha prima, nenhum de nós a conhecia... Eu nunca nem a tinha visto. Mas eu ia fazer o quê, dizia que não sabia e eles não acreditavam... Até provar que não conhecia a Rita, apanhamos muito...

Na OBAN fiquei um mês... Depois que a gente foi interrogado e os militares ficaram satisfeitos, porque já não tinha mais o que tirar da gente, fomos transferidos para o DOPS e lá ficamos todos juntos por mais dois meses, cantando as músicas da Revolução Espanhola... Tivemos contato com o Joãozinho, que era operário lá do Cangaíba, e era militante da Ação Popular... Quando fomos soltos, a gente continuou tendo que assinar um ponto toda semana no Tribunal Militar, porque era liberdade vigiada... Até teve um julgamento lá no Superior Tribunal Militar, que ficava perto do Bexiga, no qual fomos acusados de organizar a guerrilha armada... Mas nós fomos inocentados, pois não existia nada que comprovasse nosso envolvimento com a luta armada, que também já não existia mais. A gente não tinha dinheiro, era estudante, mas tivemos um advogado, que era o meu pai... No julgamento, eu não tinha nem o que dizer, a gente era muito coagido... Tinha seis generais te julgando, na hora a gente falava que tinha sido

coagido, o que tinha acontecido, e não adiantava nada... Era tudo tão absurdo!

Quando fomos soltos já havíamos perdido três meses de aula e um estágio no Departamento de Cirurgia. Mas os professores repuseram um pouco as aulas para a gente, o pessoal fez umas horas extras lá no Departamento e deram um apoio para a gente... Eu me senti bem acolhido, não tive problema nenhum. Nessa época, nossa formação na Escola Paulista de Medicina era mais generalista e havia quatro grandes especialidades: Gineco-obstetrícia, Cirurgia geral, Clínica geral e Pediatria. Eu fui para a pediatria e cada um foi se especializando em sua área...

Os onze amigos que haviam sido presos reforçaram a amizade e foram aprofundando os estudos da esquerda e alimentando esse projeto de continuar com um trabalho de libertação popular. Nesse tempo a gente começou a fazer um trabalho popular junto com a Igreja, que era o único canal legal e que ainda nos protegia... Aí nós fomos lá para o bairro do Cangaíba, onde tinha um ambulatório e a gente foi fazer um trabalho de saúde popular lá... Mas eu logo me desliguei do pessoal de lá... Na época, eu achava o ambiente insuportável em São Paulo... A gente queria continuar trabalhando juntos, mas eu achava que era muito difícil ter um trabalho de libertação popular, tendo a saúde como instrumento em São Paulo.

Eu tinha feito um ano de residência em pediatria e estava com a cabeça a mil procurando sobreviver de forma coerente com a minha formação... A gente imaginava que a resistência à ditadura se daria no campo, pensávamos nos exemplos da Nicarágua e da China, e acreditávamos que a guerrilha rural é que derrubaria a ditadura. Então viemos procurar algo dentro dessa proposta e vim conhecer Goiás, isso no ano de 1977 mais ou menos, junto com o Walter Feldman e outro colega, o japonês Mário Kono. O que nos levou de verdade a querer conhecer Goiás foi a procura de uma identidade cultural e de um espaço para praticar a medicina do modo como acreditávamos, a medicina como um trabalho social.

Vimos para Goiás tendo como referência os amigos de Hamilton Pereira, preso político e militante da ALN. Nessa época ainda tinha a Guerrilha do Araguaia e nós viemos descendo o rio e conhecendo os Bispos de Tocantins... Foi aí que ficamos sabendo que tinha cinco

hospitais em Goiás do FUNRURAL e que o governo federal ia entregar a gestão nas mãos dos sindicatos de trabalhadores rurais. O sindicato era nomeado pela Federação do Trabalhador da Agricultura, e na época o presidente era o Antônio Bueno, que manipulava os sindicatos. O Ministério do Trabalho é que nomeava os presidentes, não tinha eleição, era indicação. Era uma coisa só para inglês ver, igual a eleição para presidente...

Aqui em Itapuranga já tinha um movimento de oposição sindical, de um pessoal que tinha sido fichado no DOPS e tal... Em uma das eleições para o sindicato, teve uma chapa de oposição ligada à Igreja Católica do bispo D. Tomás Balduino... Ele era uma das únicas vozes de oposição ao sistema na época, claro. Ele incentivou a formação aqui do nosso movimento, vieram uns padres do sul também. Eles queriam tirar os sindicatos das mãos dos pelegos e passar para a oposição. O hospital foi um instrumento importante para essa mudança de orientação política do sindicato e nós participamos desse processo.

Quando eu vim de mudança para Itapuranga com o Mário Kono o hospital ainda estava em construção. Trabalhávamos no ambulatório do sindicato e ali fazíamos parto, pequenas cirurgias, de tudo lá dentro. Era uma medicina de guerra, sem recursos! Seguramos as pontas lá até o hospital abrir. No hospital nós nos repartíamos um pouco entre as especialidades, orientávamos as mães a fazer soro caseiro e incentivávamos o aleitamento materno, o que era uma revolução...

Quando o hospital foi finalmente inaugurado, meus outros colegas em São Paulo já estavam envolvidos por lá com a abertura política com a anistia, com a fundação do PT e do PSDB, e faziam suas residências médicas... Com a abertura do hospital veio da USP o colega Orlando Jesus Tomazini, casado com a Lúcia Vanucchi, irmã do Paulo Vanucchi. Eles vieram dar uma força e nós dois abrimos o Hospital, que estava sob a gestão do Sindicato do Trabalhador Rural. O Orlando formou-se em cirurgia geral e logo eu virei anestesista. Depois, veio para Itapuranga o Vitor Machado, um colega de Brasília que tinha o mesmo compromisso de trabalho social. Com a abertura política, o conjunto aqui dos médicos contribui para a formação do PT. O Walter Feldman e o Gilberto foram para o PCdoB e depois para o PSDB, que no início tinha um compromisso com a democracia e uma mesma raiz.

Aqui no município nos anos 1980 teve uma luta dos Sem Terra. Tinha muitas famílias que eram posseiras, e havia um fazendeiro que achava que era dono de tudo e a justiça deu ganho de posse para ele. Aí teve um movimento aqui para ir contra a justiça e a gente fez passeata dentro do fórum e a repressão veio, fizeram buscas... As pessoas chegaram a pegar em armas lá na serra... Foi na mesma época da Teologia da Libertação, do movimento junto com a Igreja... O padre Isaac, um padre missionário da Itália, era adepto da Teologia da Libertação e ajudou muito nesse processo...

O Hospital do FUNRURAL entrou em uma crise tremenda por causa de perseguição política e por causa do movimento de saúde ligado ao PT. A Igreja deu um revertério nessa situação com a mudança de Papa, o retrocesso da caminhada de libertação da Igreja Católica e a aposentadoria do Bispo Tomás Balduino. A Igreja passou a pender para a direita. Aí eu acabei sendo despedido da Santa Casa, modificou-se o sistema de previdência social e criou-se o Hospital Municipal de Itapuranga, onde eu trabalho até hoje. Com essa crise toda, a gente pensou em mudar daqui por um tempo. Passei em um concurso em Cunha, fui para lá uns tempos e também trabalhei na Santa Casa.

Nessa época eu já tinha me separado da Cássia... A Cássia não veio comigo para Itapuranga no começo, veio só mais tarde. Ela ficou aqui um tempo, trabalhou no Hospital do FUNRURAL também, era uma boa funcionária e teve um bom relacionamento com o pessoal... Depois a gente se separou... Ela foi para Minas Gerais, estudou em São José dos Campos e foi trabalhar no Hospital São Paulo. Entre 1989 e 1990 eu fui para a França fazer curso de Cirurgia Ortopédica e Cirurgia Neonatal, e conheci a Dominique, minha atual esposa...

Eu tenho cinco filhos, dois com a Cássia e três com a Dominique... O meu filho mais velho, o Paulinho, da gravidez da prisão, é professor universitário em Florianópolis e o Cacá é professor de Engenharia Física em São Carlos. Os outros três estão na França. A mais nova que nasceu lá fez Medicina e se especializou em Obstetrícia, e foram cinco anos só de obstetrícia e agora está fazendo o curso de Medicina para parto normal. Um faz doutorado em Microbiologia e o outro faz mestrado em Cinema. Meus filhos estão em São Paulo e na França, eu voltei para Itapuranga, sou o menos civilizado...

Quando voltei da França me engajei por cinco anos em um projeto de medicina popular e tenho vários colegas ligados à UnB que atuam nessa linha... Trabalhei na cidade de Goiás no Hospital São Pedro, trabalhei em Ceres no Hospital Pio XI, trabalhei em Itapaci... Já tive consultório particular, mas necessito ter um pé no sistema público, por isso atualmente, eu tenho me dedicado somente ao SUS, devido a esse compromisso que tenho desde o princípio da minha formação, esse compromisso ideológico... Eu tenho título de gineco-obstetra, cirurgião geral, e trabalho no SUS de forma generalista. Atualmente trabalho aqui no Hospital Municipal de Itapuranga e faço cobertura de cirurgia geral na região. Eu sinto que a maioria dos colegas de profissão é movida principalmente pelo interesse financeiro.

O Programa *Mais Médicos* do Governo Federal atua aqui também e é muito bom. O problema é a gestão. A nossa formação colonial é o grande problema porque os gestores são nepotistas, querem apenas se promover e o interesse coletivo é deixado para segundo plano... Esse é um dos principais defeitos do sistema político brasileiro. O Programa *Mais Médicos* estabelece condições um pouco diferente de trabalho, tem outra estrutura, propõe outra visão, um trabalho diferente da prática costumeira... Para que o *Mais Médicos* funcione como deveria, seria preciso muita mudança política e econômica, como também na mídia que está sob o domínio de poucos grupos econômicos que moldam a opinião pública.

Eu continuo militando no PT, e acho a Dilma uma mulher muito forte... O Getúlio Vargas deu um tiro na cabeça por muito menos. Ela segurou as pontas pela democracia, foi eleita pelo povo e isso não poderia ter sido alterado. A opinião vai mudar quando passar um pouco a crise, quando as coisas melhorarem, a opinião vai melhorar... Mas a crise política é muito séria, você vê a situação do Congresso Nacional... Tirar a Dilma só bagunçou a situação ainda mais...

Eu avalio que toda a minha experiência na OBAN e no DOPS contribuiu para a minha formação política... Eu tinha 18 anos e ainda estava no começo da minha formação... Tomar uma pancada daquelas deu uma acordada para a realidade, rachou o miolo, e eu acordei para esse sistema social... Se não fosse isso, eu estaria na inércia até hoje, adormecido, influenciado pela mídia... Meus valores seriam outros...

24. Paulo de Tarso Puccini

Eu nasci na cidade de Cruzeiro, no interior de São Paulo, e foram os esforços dos meus pais, suas orientações e a vivência com os familiares e amigos da cidade que criaram a oportunidade de eu vir a estudar medicina na capital. Vindo do interior, na adolescência, não tinha militância política antes de entrar na Escola Paulista de Medicina, no ano de 1975. Foi aqui que comecei a ter uma participação política, motivado em grande parte por uma conjuntura que valorizava e estimulava a discussão sobre as condições de saúde da população brasileira.

Foi uma época de muitos questionamentos sobre a crise da saúde em meio ao intenso debate político pela redemocratização do país e ao ressurgimento dos movimentos sociais, dentre eles, os movimentos populares pela saúde e o estudantil. Diversos agrupamentos políticos e sociais de esquerda procuravam uma alternativa transformadora para o Brasil. Ao longo do processo político e da luta democrática foram se criando vínculos mais fortes com esses grupos organizados, e eu participei de alguns deles.

A participação política e, em especial, a questão da saúde como direito tinha no país um de seus momentos históricos. No movimento estudantil, participei ativamente do Centro Acadêmico Pereira Barreto, o CAPB, órgão representativo dos estudantes da Escola Paulista de Medicina, e de todo processo de reconstrução da União Estadual dos Estudantes–UEE/SP e da União Nacional dos Estudantes–UNE. Havia dois polos do movimento estudantil em São Paulo nos anos 1970: a USP e a PUC. Dentre as chamadas escolas isoladas, destacavam-se no movimento a Fundação Getúlio Vargas e a gente da Escola Paulista de Medicina, incluindo a fonoaudiologia, ortóptica, biomédica e também a enfermagem. Havia uma importância grande da Escola.

Participei de três gestões do Centro Acadêmico Pereira Barreto: 1975-1976, 1976-1977, 1978-1979. Na primeira, eu estava no primeiro ano do curso. Ajudei a escrever o *Barrettinho*, o jornal do CAPB, tinha muita gente que escrevia, não havia um jornalista. O *Barrettinho* tinha uma materialidade que propiciava nossos encontros, e assim como em outras atividades, a gente entrava em sala de aula convidando as pessoas

a ajudar a fazer o jornal, ficava aberto. Nós mesmos imprimíamos o jornal aqui. No começo, num mimeógrafo e depois em uma *offset*. Era tudo feito por nós: a diagramação, a escolha das pautas em reuniões abertas, sempre abertas, a elaboração dos artigos... As pessoas, certamente, cresciam porque era uma atividade cultural e social, um espaço de diálogo, de conversa... A gente não tinha medo de conversar, porque as nossas ideias eram muito fortes: ideias da liberdade democrática, do direito à participação, do direito à saúde.

Uma das discussões presentes no movimento e organizadas pelo Centro Acadêmico Pereira Barreto era a federalização do Hospital São Paulo, mas as prioridades eram a luta democrática, a anistia, as liberdades políticas... Em um dos *Barretinhos* havia, por exemplo, um convite para uma palestra e debate com o Plínio Marcos, que era um dos artistas que sempre estava aqui com a gente. As peças *Eles não usam Black Tie* e *Arena conta Zumbi* foram encenadas no CAPB. A peça *Rasga Coração*, do Vianinha, proibida na época, foi lida por Renato Borghi no salão do CAPB. Vários artistas eram frequentes: Diana Pequeno, Décio Marques, MPB4, Taiguara, João Bosco, Demônios da Garoa, grupos de Chorinho... O Tarancón vinha muito aqui. Havia feiras de discos e livros, mostra de artes, shows com os colegas músicos. Isso especialmente a partir de 1976...

Uma coisa muito forte surgia com esse movimento estudantil que explodiu os limites impostos. A anistia, em 1979, na sequência, foi importante, pois vieram muitos que estavam calados, o medo de falar reduziu-se, voltaram artistas, políticos e intelectuais que estavam exilados... O que eu posso dizer é que as ações da repressão e prisões, seja em 1971 seja antes ou depois, criaram um amedrontamento geral à participação. Por outro lado, criaram também a vontade de mudar, e esta ocorria cada vez mais forte e por vezes não abertamente expressa.

A relação entre o movimento estudantil e a Direção da Escola era turbulenta. Foi sempre difícil lidar com as sucessivas direções, que tinham, até pela função do próprio ofício, uma posição política contrária à nossa. Entretanto, não assumiram neste período uma ação policial de ligação com os órgãos de repressão. Era uma ação de defesa de uma pretensa neutralidade da instituição, do *status quo*. Dentre os professores, havia uma parte que nos apoiava, ajudava e nos incentivava... Como em todo lugar, creio eu... Nas faculdades de medicina,

as ideias conservadoras sempre se apresentaram com força, o que por vezes tornava o movimento mais conflituoso.

Havia um ativismo muito grande no CAPB e no movimento estudantil como um todo, na luta democrática e contra as injustiças que o governo militar alargou. Havia uma indisposição geral contra o regime. A União Estadual dos Estudantes-UEE foi organizada no estado de São Paulo antes da reorganização da UNE. Obviamente, a UNE vinha sendo reconstruída em vários encontros nacionais de estudantes. Em São Paulo, foi possível recolocar de pé a UEE porque o movimento aqui tinha uma expressão maior, sustentava isso.

A própria sociedade começava a forçar que o regime aceitasse isso... O regime não reconhecia, obviamente, uma organização de estudantes, mas também não conseguia reagir de forma tão violenta como antes... Em relação à UNE já era diferente, ela tinha um simbolismo nacional de revolta dos estudantes, por isso demorou mais para se reorganizar. Lembro-me que havia sido marcado um encontro nacional de estudantes aqui em São Paulo para definir a data da eleição da UNE. O então secretário de segurança pública era o Coronel Erasmo Dias e fomos avisados que o regime não deixaria que se realizasse o encontro... Conseguimos driblar, realizar e definir quando seriam as eleições, e ao final disso se proclamou em um ato de comemoração na PUC. Foi então que, em represália, o Erasmo Dias completamente transtornado, pessoalmente comandou as tropas e invadiu a PUC, batendo e prendendo os estudantes.

Como a UEE/SP estava organizada e estruturada, o movimento estudantil de São Paulo, incluindo o CAPB, participou de forma ativa nos momentos de reconstrução da UNE. Eu fui da segunda Diretoria da UEE reconstruída de 1979 a 1980, aquela que coincidiu com a eleição da primeira da Diretoria da UNE. Participei da reorganização da UNE, sendo da sua diretoria provisória, que organizou a eleição para a primeira Diretoria da sua reconstrução.

Nessa época de retomada do movimento estudantil, tínhamos um grupo de estudos político aqui na EPM, o qual iniciou um trabalho de saúde no bairro de Cangaíba. Participei da implantação e organização desse trabalho comunitário de saúde, em conjunto com vários colegas da Escola. Eu estava no segundo ano do curso, e foi quando começou o trabalho lá. O trabalho ficou conhecido e respeitado, foi uma das ações

que contribuíram para o desenvolvimento do chamado Movimento de Saúde da Zona Leste.

Particpei de vários encontros estudantis, como os de saúde comunitária, o SESAC, e os de estudantes de medicina, o ECEM, que constituíram oportunidades de reflexão sobre as questões que marcavam a situação da saúde nacional. Em 1978, representando o CAPB, participei da organização de um encontro que reunia, pela primeira vez, após anos de obstáculos ao debate público, profissionais e lideranças de movimentos populares de saúde. O 1º Encontro por Melhores Condições de Saúde aconteceu no auditório da Fundação Getúlio Vargas, apesar das ameaças repressivas contrárias à sua realização, reunindo cerca de 700 pessoas.

No seu processo de organização e realização pude aprender com muitos profissionais, com estudantes de outras faculdades e, sobretudo, com os dramas vividos pela população para obtenção de acesso aos serviços de saúde... Lembro-me com especial carinho desse período quando em meio a reuniões, assembleias, manifestações e à tarefa de organizar esse encontro, conheci a Rosana, desde então minha companheira nos passos e rastros pela vida... Para esse encontro fizemos um primeiro caderninho que correu os movimentos de saúde em São Paulo. Era um movimento muito forte, presente em várias regiões e Sindicatos. O CAPB estruturou esse encontro junto com as Associações de Médicos Sanitaristas e o Sindicato dos Médicos.

Os ECEM, Encontros Científicos de Medicina, eram distintos do que se tem hoje... Havia uma carga política muito forte, em correspondência ao ressurgimento do movimento estudantil e à luta democrática. Suas realizações eram constante e veladamente ameaçadas. Lembro-me de um ECEM em Petrópolis, em que se dizia que os tanques estavam subindo a serra e invadiriam o encontro. Exageros a parte, havia muita intimidação pelos órgãos da repressão. Era gente do Brasil inteiro conversando, refletindo, se organizando e isso sempre foi um perigo aos olhos do aparelho de repressão.

Nesses encontros entrava-se em contato com pensadores críticos e defensores de mudanças na saúde do Brasil, para os quais o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde-CEBES representou um importante fórum de aglutinação pela Reforma Sanitária. No movimento estudantil das faculdades da área da saúde ou nos ECEM, uma grande questão

era a crítica ao sistema nacional de saúde então existente e a necessidade de sua alteração na direção da saúde como direito social. Nos ECEM, a Escola sempre comparecia com grandes delegações que participavam das discussões sobre o país, a democracia, a reforma sanitária e apresentava trabalhos científicos.

Apesar do marco transformador que é o Prof. Walter Leser para a saúde pública do Estado, o Departamento de Medicina Preventiva da EPM não se articulou de modo tão expressivo com o movimento pela mudança na saúde pública, tal como ganharam importância o Departamento de Preventiva da USP e o da Unicamp. Não é porque era conservador ou contrário a isso, absolutamente. Havia até muitas pessoas animadas com o movimento da luta democrática e da anistia dentro da preventiva. Mas o foco de ação do Departamento não era o da reforma sanitária.

Após me formar, em 1982, fiz especialização em saúde pública para médico sanitarista na Faculdade de Saúde Pública da USP e especialização em administração hospitalar e sistemas de saúde na FGV e, posteriormente, mestrado na Unicamp e doutorado na USP em saúde pública. Fui da diretoria do CEBES nessa época e posso dizer que foi um polo fundamental na articulação da reforma sanitária. Tem papel importante até hoje. Procurei contribuir na direção nacional do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde-CEBES de 1982 a 1983, convivendo com marcantes profissionais da saúde pública. Organizamos, nessa gestão, a segunda edição do livro “Medicina e Política” e o livro “Saúde nas Fábricas” do Professor Giovanni Berlinguer, de grande importância nas discussões da saúde nacional.

Prestei concurso no Estado para médico sanitarista e ingressei, em 1983, na carreira que o professor Leser havia criado. Deveria ser dessa carreira até hoje, mas ela foi destruída nas últimas gestões da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo... Foi um movimento violento contra essa carreira, primeiramente, com a redução da jornada. Uma carreira típica de Estado, de gestão pública e naturalmente de quarenta horas, no processo de desfazimento foi reduzida para 30 e depois para 24h. Tudo feito sem qualquer consulta aos seus ocupantes! Em posterior reforma administrativa, a carreira foi finalmente encerrada, mas teve um papel importante na reforma sanitária do Estado, na formação de quadros e na criação do SUS. Fiz toda a minha carreira

profissional na Secretaria do Estado, desempenhei várias atividades na área de planejamento e gestão da saúde, epidemiologia e metodologia de pesquisa e é onde eu estou trabalhando até hoje. Ao longo dos anos atuei em vários cargos técnicos de gestão na Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo e recentemente na Prefeitura de São Paulo.

Eu acho que todo esse movimento de redemocratização vivido por nós foi vitorioso, foi uma vitória de um novo Brasil. Eu considero pouco documentado esse expressivo período de retomada dos espaços públicos pelo movimento social que retorna às ruas a partir de 1975 e 1976. Teve um grau de organização e contestação política e cultural que a ditadura não conseguiu segurar! Não foi a Globo convocando, que nem comentava o que ocorria! Uma passeata de 200, 300 mil pessoas não aparecia no jornal... Sequer se falava disso! Havia um cerco, mas esse cerco se rompeu...

Eu acho que participei de um momento em que a ditadura não se aguentava mais, era nítido isso a partir de 1975 e 1976, quando ela começou a viver uma inflexão grande. E começou a haver brechas... A vitória do MBD nas eleições legislativas, em 1974, foi decisiva porque colocou a ditadura em polvorosa, com muito medo da sociedade, cada vez mais temerosa do futuro, cada vez mais afrouxando o cerco... E a gente participou desse movimento, aproveitou isso!

O movimento estudantil foi o primeiro a se manifestar publicamente nessa época, e logo em seguida, veio o movimento dos Sindicatos. A articulação dessas duas coisas foi intensa na época... Havia muita solidariedade no ar! Era um momento que criava essa vontade nas pessoas de ser assim, a história se fez assim, criando vontades de solidariedade.

O movimento que você vê nas ruas hoje é de uma agressividade diferente que nós não tínhamos, mesmo contra os representantes da ditadura... Nós nunca fomos assim naquela época! Até porque o movimento da democracia, da luta democrática, era um movimento que surgia isolado pelos meios de comunicação, minoritário na sociedade e buscava que todos viessem, muitos tinham que vir para isso... Tínhamos muito respeito, a gente evitava conflitos de baderna, jamais aceitávamos alguém quebrando coisas... Tínhamos esquema de segurança para não deixar acontecer isso. A gente sabia que com baderna perdíamos o que era fundamental: o apoio da sociedade. Não era a gente que

isoladamente podia definir o que a sociedade tinha que ser, mas ela é que tinha que voltar a se defender, segundo um processo amplo e respeitoso com as instituições. Zelávamos e debatíamos para ter propostas que não fossem ao sabor do que individualmente a gente gostasse, mas para que fossem propostas consideradas por largas parcelas da sociedade, não adiantava inventar, tínhamos como marca sempre uma realista e rigorosa avaliação da correlação de forças. Os grupos de hoje que alimentam a intolerância, se acham donos da verdade. Dizer que os outros não concordam porque não chegaram à verdade é uma coisa messiânica, puramente religiosa. Isso é muito perigoso!

Eu acho que a Escola Paulista de Medicina hoje é muito boa, é uma grande referência na área. Com acertos e erros que vem atravessando e com as muitas dificuldades acho que cresceu e se desenvolveu com muita gente de alto nível técnico. Por incrível que pareça, para os tempos atuais, ela tem ganhado mais humanidade, mais respeito, coisa que é fundamental para ensinar médicos... Esse é um grande desafio! Assim, a condição de ela ter sido transformada em Universidade favorece a se pensar na própria formação médica. É possível e necessária uma intersecção entre humanas e biológicas. Eu não desvalorizo a formação técnica do médico, mas o médico lá na ponta assistencial é, também, técnico em relações humanas. Se ele não tiver essa formação, é muito complicado. Eu acho que essa aproximação, essa ligação da medicina com as áreas humanas, é fundamental. Na esquerda dos anos 1970, pelo tudo que tínhamos passado a maior preocupação era a defesa humana, era cuidar bem dos pacientes...

Ulysses Guimarães cravou o significado de onde pudemos chegar: a conquista da “Constituição Cidadã” que passou a consagrar direitos fundamentais. Acredito que é por onde a sociedade pode continuar a mudar de fato, defendendo-a, abandonando as demagogias, o assistencialismo e os malfeitos e encaminhando as reformas estruturais para viabilizá-la. As posições contrárias incentivam a intolerância porque querem desvalorizar as conquistas da Constituição, sonham com o retorno ao poder para refutá-la no que tem de maior, de conquistas civilizatórias: o alargamento da cidadania, os direitos sociais e políticos, o direito de todos à saúde e a uma vida digna, o enfrentamento estrutural da desigualdade.

É com essa experiência vivida que relembro uma ideia do filósofo Walter Benjamin: rememorar é importante, serve para resgatar o que aconteceu e o que poderia ter acontecido... Rever não só o que foi dito, mas também o que foi sonhado e que talvez possa ser alcançado um dia. O passado nunca está definitivamente concluído, ele está sempre presente em todos nós, continua agindo em nós com toda a força da tradição a favor e contra o humano do homem. Para conseguir mudanças é preciso reconhecer o peso da força do passado para que ele nos ensine a ser mais livres no presente...

25. Paulo José Brito de Castro

Entrei na Escola Paulista de Medicina em 1966 e na nossa turma existiam dois Paulos: o Paulo Mattar e eu. No avental dele estava “Paulo Mattar” e no meu estava “Paulo J. B. de Castro”, daí o J. B. ficou. Essa é a origem do apelido... Sobre os fatos que precederam minha entrada na Escola, devo dizer que o Movimento de 1964, talvez para a decepção de muitos, não despertou nada em mim, como também não me incomodou o assassinato de John Kennedy, ocorrido um pouco antes, em novembro de 1963. Vi muita gente chorando de forma emocionada com aquela notícia e não entendia o porquê... Tampouco o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954 teve qualquer sabor especial na minha vida, exceto pelo feriado escolar... Desse episódio me lembro vagamente e tenho a desculpa da pouca idade.

A indiferença pelos outros fatos merece explicação diferente: em 1964, eu tinha 18 anos e morava em Santos, na casa dos pais. cursava no período noturno o terceiro ano do científico, que corresponderia hoje ao Ensino Médio, no Instituto de Educação Canadá... Nessa época, eu era o mais velho dos irmãos em casa, e foi o ano em que mãe Leticia ficou doente, primeiro da coluna, depois um problema uterino que foi resolvido com cirurgia, e permaneceu acamada por cerca de oito meses. Como o pai Rubens trabalhava o dia inteiro, tornei-me responsável pela administração doméstica, o que significava fazer compras nos empórios, açougues, padarias, feiras, gerenciar empregados, a limpeza da casa, cuidar dos quatro irmãos menores e administrar o tratamento recomendado para a coluna da enferma. Pequenos sacos de pano preenchidos com areia eram aquecidos no forno e depois de quentes, acomodados nas costas da paciente por meia hora. O procedimento era repetido de três a quatro vezes por dia... Foi este o motivo de ter me transferido para o período noturno da escola...

Frequentar o período noturno teve suas vantagens, pois foi quando conheci a Gilberta, que seria minha primeira namorada. Ter uma namorada, uma primeira namorada, significava grandes mudanças e desafios emocionais... Para complicar um pouco, ela morava em São Vicente e terminadas as aulas, lá pelas 23 horas, íamos andando

de mãos dadas até a sua casa. Tremenda caminhada, já que o colégio ficava entre o Canal 3 e a Avenida Conselheiro Nébias. O último bonde para voltar passava à meia noite e eu sempre o perdia, em parte porque o tempo não passava quando nos braços da amada e em parte porque não tinha mesmo dinheiro para pagá-lo. Portanto, voltava a pé e chegava sempre de madrugada, o que gerava atritos com a mãe Letícia, que não aprovava aquele relacionamento... Gilberta era um pouco mais velha que eu e, digamos, liberal para a época. Ela me influenciou nítida e definitivamente em meus horizontes culturais. Minha alma corria sérios riscos e pode-se perceber que o tempo era curto para preocupações com a política...

Além do mais, não havia qualquer incentivo doméstico ou familiar em relação à política. Meus pais eram conservadores em todos os aspectos, principalmente no religioso. A Igreja era bem mais conservadora do que é hoje, se é que se pode imaginar isso. Por exemplo, as mulheres solteiras e teoricamente virgens deveriam frequentar a Igreja usando um véu branco, as casadas usavam um véu preto, comungar na missa exigia um jejum de 12 horas, o que explicava os muitos desmaios que aconteciam por hipoglicemia. Não consigo até hoje encontrar explicação fisiológica para essa norma, e havia que se preocupar para não morder a hóstia, pois escorreria sangue da sua boca, o sangue de Cristo...

As missas eram celebradas em latim, o padre celebrante ficava de costas para os fiéis, as Filhas de Maria e os Cruzados de Cristo eram instituições paralelas muito prestigiadas, tinham seus signos e rituais, e normas próprias e rígidas. Além de tudo, a Igreja se dava o direito de definir que filmes poderiam ser assistidos, que livros poderiam ser lidos e que roupas eram apropriadas para se vestirem sem ofender o pudor necessário, entre outras coisas como, inclusive, a orientação política conservadora de direita, os jovens não deveriam envolver-se em tais questões. Nós crescemos e fomos educados dentro deste panorama.

Nesta época, a tal da Guerra Fria estava no auge, e os comunistas, além de ateus, devoravam criancinhas inocentes, e, portanto, definitivamente isso não era assunto para jovens e adolescentes. Eu, então, estava mais preocupado e envolvido com as atividades domésticas e com as delícias e descobertas do primeiro amor do que com questões políticas que sequer me eram apresentadas. Quando era, ocorria

sempre de forma muito parcial e distorcida. Só não afirmo que era totalmente alheio ao mundo político porque já me correspondia com o Antônio Rubens, meu irmão mais velho que estava no ITA, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, e já se atritava com as orientações militares autoritárias de lá. Nesse contexto, 31 de março de 1964 teve pouco significado para mim...

Em 1965, eu fui fazer cursinho. Eu sonhava ser médico. Mergulhei nos estudos e não queria saber de mais nada, por isso a política e seus desdobramentos continuavam a não me afetar e não me interessar. Em dezembro, fiz os exames vestibulares e o CESCEM foi o primeiro vestibular unificado do país, especificamente para as Escolas de Medicina do Estado de São Paulo. Em fevereiro de 1966, iniciei as atividades na Escola Paulista de Medicina e aí tudo mudou... A militância política do Antônio Rubens no ambiente universitário estava gravada no meu subconsciente, mas antes disso não havia tido nenhuma militância ou atuação política...

Foi nessa época que comecei a entender o significado da Guerra Fria e a divisão do mundo em dois polos de influência, comandados por Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. As reformas populares pretendidas pelo governo Goulart começaram a fazer sentido e também os esforços para liquidar com sua administração. Foi quando eu me descobri, naturalmente, do lado dos mais fracos e desfavorecidos, vitimados por um sistema ganancioso e explorador, que os colocava em um estado disfarçado de escravidão... Foi quando decidi que não gostava e não queria aquela política, e que, portanto, era preciso combatê-la.

Na época, essa posição era rotulada de esquerda ou coisa de comunista. Comunistas deviam ser banidos em nome da felicidade dos poderosos. Por cauda daquela coisa da Guerra Fria, a gente era rotulado como comunista e ponto final! Ninguém poderia me rotular como comunista, porque eu nunca nem li Marx na vida, então como é que eu poderia ser comunista? Nunca fui. Mas essa era a ideia da época. Quando nós fizemos 15 anos de formatura, a nossa turma da EPM passou a se reunir a cada cinco anos, e a partir dos 30 começou a ser todo ano, porque consideraram que a gente estava numa idade avançada... Então, na de quinze anos, um colega de turma disse que queria me contar uma coisa, ele disse: “Eu queria te falar que no tempo da

Escola eu queria te matar”. Assim, desse jeito! E eu perguntei por quê. Ele disse que a informação que passaram para ele na época é que eu era um comunista perigoso e que se mandassem ele me atropelar, ele faria isso numa boa. Mas que agora ele era casado com uma socióloga, que mostrou o erro dele e ele queria se desculpar... Eu fiquei impressionado com essa história: na Escola alguém desejava me matar porque eu era um comunista perigoso! Para ver como os tempos eram estranhos... Esse colega é endocrinologista aqui em São Paulo, um ótimo endocrinologista, tanto que o indiquei à minha filha. Admirei sua atitude e passei a querê-lo muito bem. A gente corria riscos que nem sabia que estava correndo...

Nesse período em que eu entrava na Escola, oficializavam-se as perseguições e cassações em todos os setores da sociedade. Em dezembro de 1968, o AI-5 concedeu aos donos do poder todos os direitos e legitimou todas as arbitrariedades. Em fevereiro de 1969, o decreto 477 trouxe o mesmo AI-5 para dentro das escolas e das universidades... Fomos obrigados a conviver com a Operação Bandeirantes, que nos parava na rua a qualquer momento ou qualquer lugar, e sob os mais variados, ridículos e mentirosos motivos nos prendiam... Fomos obrigados a esconder as lágrimas pelos amigos torturados e desaparecidos, fomos obrigados a ler jornais censurados, a assistir programas permitidos na TV, suportar a descarada e enganosa propaganda oficial, a ouvir a música que lhes convinham... A sensação de falta de liberdade é quase insuportável ou mesmo insuportável para muitos, e em busca da sua restauração é que começaram a acontecer os movimentos de resistência em todos os setores... E como “água mole em pedra dura tanto bate até que fura” houve um dia em que a luz se refez. Faz-me feliz ainda hoje saber que apesar do medo não me omiti ou me acovardei...

Entrei na Escola e já comecei a frequentar o Centro Acadêmico Pereira Barreto, o CAPB, cujo presidente na época era o Marcos Pacheco de Toledo Ferraz. Eu não sei bem explicar como minha militância começou aqui... Porque logo que você entra na Escola, no começo do curso, você tem que escolher um representante da turma junto ao Departamento de Morfologia, que na época incluía anatomia e histologia, a grande carga de aulas que a gente tinha no primeiro ano... E eu já me apresentei como candidato ao cargo ou era voluntário, porque acho

que ninguém queria aquilo, na verdade. Se me perguntarem por que eu quis aquilo, eu não sei. Eu simplesmente quis e fui...

Hoje isso é uma coisa que me surpreende um pouco porque eu era extremamente tímido, eu ainda sou tímido, mas eu fiquei velho e fiquei meio sem-vergonha... Naquela época não, eu era muito tímido, tinha uma dificuldade imensa de falar em público e, no entanto, eu estava assumindo cargos que me obrigavam a isso. Era um sofrimento, mas eu fazia porque sabia que devia fazer... E isso foi muito no começo, eu não tinha um envolvimento significativo com o Centro Acadêmico, que sempre convidava os calouros para participarem de reuniões, para discutir a situação... Eram poucos os que iam, e eu era um desses poucos.

As reuniões do Centro Acadêmico eram geralmente coordenadas pelo Arthur Beltrame Ribeiro, que era da Diretoria, foi segundo vice-presidente do Marcos Pacheco Ferraz e depois primeiro vice-presidente do Erkii Larsson... Depois as coisas aconteceram um pouco rápido, porque as eleições para o Centro Acadêmico aconteciam em agosto. A tradição era que um aluno do quarto ano fosse presidente, de agosto a agosto. Ele entrava no quarto ano e saía no quinto. Eu falo que foi muito rápido, porque em agosto, quando teve a eleição que elegeu o Erkii, eu já era da diretoria sendo o segundo secretário, que era o pior cargo do mundo porque como secretário eu era encarregado de fazer todas as atas das reuniões, que eram extensas... Eu nem sei se os livros de atas daquela época ainda existem. Mas de qualquer forma, eu estava no primeiro ano de curso e já era segundo secretário. Nesse sentido, o meu amadurecimento para a atividade estudantil foi muito rápido.

Na gestão seguinte à do Erkii, a do Oswaldo Gianotti, eu já fui segundo vice-presidente e na gestão do Fernandão, o Fernando Antônio Alves de Souza, eu já fui primeiro vice-presidente, até chegar a presidente... A minha gestão no CAPB foi de 1969 a 1970 e o Nestor Schor era meu vice... O Nestor sim era bem extrovertido e tinha uma militância política prévia... Então ele tinha uma visão e experiência que eu não tinha, e se a minha gestão teve realizações interessantes, o Nestor foi muito responsável por elas, porque ele era como um motor me empurrando... E para mim, o tempo todo, o Nestor deveria ser meu sucessor. Eu não lembro ter tido nenhuma discussão sobre outra candidatura.

Foi um ano após o outro! A gente recebia diplomas de cargo, então eu tenho oito diplomas porque eram dois por cargo: o do Centro Acadêmico e o do Diretório, porque a Escola foi obrigada a criar o Diretório e houve uma negociação anterior à minha chegada para que a Diretoria ocupasse os dois cargos. No currículo a gente citava isso, mas hoje não tem mais muita importância... Tudo isso foi muito rápido e eu não sei explicar o que define as tendências de uma pessoa... Uma coisa muito polarizada na época é aquela história de que existia o Centro Acadêmico e a Atlética, que representavam posições antagônicas de esquerda e direita respectivamente... Eu nunca tive problemas com a Atlética na verdade, porque eu jogava futebol e eles me aceitavam no time deles... Nunca houve atritos ideológicos entre o CA e a Atlética no tempo em que militei...

Em 1967, o pessoal de Porto Alegre fez um Congresso secreto da UNEM, a União Nacional dos Estudantes de Medicina, e eles nos ensinaram como fazer reuniões políticas... Quer dizer, eles fizeram uma feira científica e atrás da feira aconteciam as reuniões políticas secretamente... Então, eu fui para Porto Alegre e comigo viajaram duas pessoas: uma, cujo nome não lembro de jeito nenhum, era o presidente do Centro Acadêmico da Escola de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, e a outra eu lembro muito bem, que foi o Chael, o Charles Schereier. O Chael viajou com a gente para lá e logo depois disso foi preso e morto... Muita gente que estava dentro dos CAs tinha militância em organizações externas, e penso eu, recebiam orientações sobre como se portar e o que fazer dentro dos Centros Acadêmicos...

O Chael era da Santa Casa, então eu não tive muito contato com ele antes... Eu o conheci porque nós viajamos juntos e ficamos uma semana lá... Mas ele foi preso e morto em 24 horas e a Revista VEJA, pela primeira vez, publicou um fato desses... Isso porque o Chael era judeu e acho que os militares não sumiram com o corpo dele, devolveram para a família com a orientação de não abrir o caixão. Mas os judeus têm um cerimonial de funeral, em que era preciso abrir o caixão, e quando abriram foi aquela coisa... E a VEJA publicou, se procurar nos arquivos tem uma coluna denunciando a morte do Chael sob tortura... Foi o primeiro periódico a publicar o que estava acontecendo!

A gente sabia e não sabia que as pessoas faziam parte de movimentos de luta armada, porque estamos falando de coisas de quarenta

e tantos anos atrás, com outra base de conhecimento... Naquela época, se me perguntassem sobre o Chael, eu não sabia nada e só fiquei sabendo depois que ele morreu, porque aí não tinha como esconder... No período em que eu estive na Escola, nós nunca tivemos nenhum colega preso por atividade estudantil propriamente dita. Eu não me lembro de nenhum estudante aqui que tenha sido preso pela militância dentro da Escola porque todos os que foram presos, foi pela militância externa. Aliás, o único que foi preso sem ter militância externa fui eu...

As prisões eram decorrentes da atividade política, militância política, como ocorreu com Luis Carlos Aiex Alves, com o Fernandão, o Ladislau Ruy Ungar Glausiusz, a Regina Elza Solitrenick, que foram presos em Ibiúna não como estudantes, mas como representantes das organizações das quais faziam parte, que eu não sei quais eram... O Rubens Werner, que era o representante oficial da EPM no Congresso da UNE, foi preso porque ele participou do esquema de transporte do Congresso de Ibiúna indo e voltando com o fusquinha verde, que ficou mais que manjado... Posteriormente, o Arthur Beltrame e o Erkki Larson foram presos, quando estavam no sexto ano, também porque tinham militância externa, não pela militância estudantil propriamente dita.

Naquela época, a gente sabia e sentia que a Escola tinha um perfil conservador, e a preocupação do Centro Acadêmico era não deixar a Escola isolada do movimento estudantil global, pois já era época de José Dirceu, do Luís Travassos... Ao mesmo tempo, tinha uma atuação interna que privilegiava muito as reivindicações próprias: federalização do Hospital São Paulo, mais recursos para a Escola, e coisas do tipo... A gente mantinha uma participação externa mais discreta. Muitos de nós foram às passeatas da época, participavam das reuniões da UEE, feitas em locais que você sabia meia hora antes, recebia uma senha e tal... Eu fui à várias dessas reuniões, em que conheci o Dirceu e esses caras, onde se discutia marxismo... A gente mantinha essa participação da Escola junto a esses movimentos, mas internamente a gente não forçava muito a barra em termos políticos gerais. Que eu me lembre, no CAPB nunca houve discussões sobre as pessoas aderindo à luta armada, se haveria adesão ou não... Não me lembro de nada específico assim. Essa decisão partiu das militâncias clandestinas.

O CAPB tinha duas publicações: *O Biceps* que passou por vários formatos e tinha uma periodicidade peculiar, e *O Barretinho*, um

jornalzinho mimeografado, meio semanal, meio quinzenal... Quando fui presidente, o grupo das artes assumiu a responsabilidade de rodar *O Barretinho*, que tinha influência do Pasquim... Eles imprimiam de um jeito legal, em que você lia a primeira página e quando virava estava de ponta cabeça, grampeavam do lado direito em vez do esquerdo... Eu acho que não existe arquivo desses jornais, eu não tenho nenhum número... O pessoal ficava maluquinho com *O Barretinho* e aguardavam com certa ansiedade cada número que saía...

Existia uma preocupação em agregar os alunos sem grandes conflitos, em manter um relacionamento com as instituições representativas dos alunos de forma sigilosa, mas existia isso de permitir um movimento cultural de vanguarda, que enfrentava resistências de alunos e professores, mas que foi bancada o tempo todo... Eu tenho um certo desencanto com o movimento estudantil posterior, e fiquei pensando nas poucas opções que existiam na época e como era mais simples definir posições. Hoje não há mais essa dicotomia e o movimento voltou a ter maior importância com os “Caras Pintadas” na época do Collor, que trazia a mesma dicotomia... Acho que o movimento se perdeu, não consegue definir o que defender, ou como defender...

Sobre os professores, a gente não tinha certeza quais eram de direita, mas a gente desconfiava... É um assunto difícil já que não se pode provar nada. Um que era muito comentado como suspeito era o professor Afiz Sadi que, realmente, nunca se mostrou muito simpático aos alunos... Nas “Memórias” relata-se que em uma reunião do Conselho Departamental, os estudantes tinham uma representação que era totalmente ignorada, composta pelo presidente e o vice do CAPB... E um comentário qualquer que foi feito pelo representante dos alunos recebeu uma interpretação irônico-jocosa de um dos professores presentes, justamente o Afiz Sadi, mas isso não está registrado... O professor Nylceo Marques de Castro, que era o diretor, deu um murro na mesa e falou alto, exaltado, que exigia respeito à representação dos alunos... Isso na verdade foi uma virada histórica, porque a gente nunca teve voz lá, passamos a ter porque o Professor Nylceo impôs isso...

Existiam outros professores na Escola, como o Professor José Geraldo Ciscato, que era uma figura que a gente não sabe discutir, ajudava todas as alunas, operava as varizes delas, era querido na Escola, mas tinha um emprego sei lá onde, com a repressão... A gente não

sabe se ele fazia ou não algum papel duplo, mas é fato que ele ajudava muita gente na Escola e é dono de conceito positivo... Outro que gerou dúvidas foi o professor Prates. Ele disse para mim pessoalmente num desses encontros aí que ele era amigo íntimo do Golbery do Couto e Silva, e que ele conseguiu muitas coisas para a Escola em função disso. Agora a nossa turma, sempre adotou o Prates e o P.P., o doutor Pedro Paulo Roque Monteleone, como grandes amigos da turma... Em todas as nossas reuniões e encontros, os dois são convidados e vão. O Prates fotografava todas as passeatas, greves e movimentos que foram feitos na Escola, naquela época. Ele tem um arquivo fotográfico colossal e eu quero crer que fotografava apenas pelo prazer pessoal de documentar aquelas manifestações. Não posso fazer qualquer julgamento! O professor Prates tornou-se um bom amigo que me trata com muito carinho e respeito...

O grosso dos professores eram conservadores, alguns descaradamente como o Otto Bier, porque você tinha os catedráticos que eram os chefes de cadeira muito antigos, e existia um pessoal mais jovem, mas que não era muito aberto para a gente... O conservadorismo político existia, tanto que o Professor Marcos Lindenberg foi cassado porque ele não representava o interesse desses caras aí... A questão da hierarquia entre professor e aluno é até um dos motivos de alguns não terem sido a favor da criação da UNIFESP para não perder o poder... O tempo dos catedráticos era um tempo de autoritarismo, e eles lutaram bravamente para não perder alguns privilégios. O que eu posso dizer é que durante dois anos, como vice-presidente e como presidente e representante no Conselho Departamental e na Congregação, percebi uma mudança muito nítida antes do Professor Nylceo e depois dele.

O professor Nylceo foi o único que teve coragem de declarar uma greve nessa época, no ensino clínico, e nós do CAPB insistimos em uma greve geral que incluísse as cadeiras básicas. A primeira atitude depois da greve declarada foi convocar os pais dos estudantes para um ato público que foi realizado no pátio interno da Escola. O CAPB participou do ato público, e até o presidente da UEE, o Paulo de Tarso Venceslau, veio fazer um discurso aqui... A gente ficou morrendo de medo do que ele falaria, e ele falou sobre a ditadura, mandou ver e ficou por isso mesmo... Depois, o Professor Nylceo terminou a greve sem ter alcançado seus objetivos, contra o voto do CAPB, que manteve

a greve por mais um tempo. Ficamos sabendo que o Professor Nylceo cedeu às ameaças de vida por parte das autoridades... O Nylceo era um professor querido tanto que naquela época os alunos do fim do quarto ano faziam uma viagem à Europa, que durava trinta ou quarenta dias e custeava a viagem de um professor escolhido pela turma... O professor convidado pela minha turma foi o Nylceo, que recusou por problemas familiares, e no lugar dele foi o professor Otávio Ribeiro Ratto... Enquanto a minha turma estava na Europa, o professor Nylceo morreu afogado em Cananéia...

Quando o Professor Horácio Kneese de Melo assumiu a Direção da Escola, a situação já mudou de novo, porque ele não era liberal como o Professor Nylceo mostrou ser. No segundo semestre de 1969, fizemos um Congresso semelhante àquele de Porto Alegre, disfarçado de feira científica e a Escola nos mandou, a mim e ao Nestor Schor, a Brasília para convidar o Ministro Jarbas Passarinho para abrir a Feira... Enquanto isso, nos subterrâneos acontecia o Congresso da UNEM, cujas teses discutidas foram publicadas em um número de *O Biceps*, que não era assinado, mas a diretoria do CAPB aparecia na contracapa como responsável pela publicação que foi impressa e distribuída para alunos e professores... Chegamos à reunião do Conselho Departamental e estava lá o Professor Horácio Kneese com *O Biceps* na mão, começou a fazer um discurso dizendo que era uma revista bem feita, bonita e não sei o que e de repente começou a cascar o fumo na gente, que era um absurdo, que eles tinham sido traídos e daí para baixo...

Ele queria que a gente revelasse o autor de cada um daqueles artigos, o que eu disse ser impossível, que se ele quisesse punir alguém, o responsável pela publicação era a diretoria do CAPB, listada na contracapa. A gente achou que o decreto 477 seria usado, mas ficou por isso mesmo... Ele mostrou aí qual que era a postura dele, que também era uma postura bem mais conservadora e não aceitava a posição crítica do movimento estudantil, coisa que o Professor Nylceo nunca fez, pois mesmo não concordando com nossas posições, ele garantia o direito de palavra... O Nestor Schor outro dia me disse que o Professor Horácio era mais aberto, mas eu não o senti assim...

Outra coisa que lembro sobre o Professor Horácio: o prédio da biblioteca da Escola fez um convênio famoso e o Ministro Jarbas Passarinho veio inaugurar o prédio. Foi preparada uma recepção oficial

para ele, na qual participaria o coral da Escola, e nós do Centro Acadêmico queríamos entregar uma carta ao Ministro Passarinho, relativa à Operação Rondon. O Passarinho tinha um discurso em relação ao Projeto Rondon de transformá-lo em uma coisa quase obrigatória e a gente escreveu uma carta dizendo que não concordava com aquela ideia, que a gente tinha outras propostas e estava disposto a discutir o Projeto Rondon. Quando na reunião do Conselho Departamental, a gente disse que gostaria de estar presente na cerimônia para entregar a carta ao Ministro, o Professor Horácio disse que a carta teria que ser lida antes, para conhecer o conteúdo da carta. Nós negamos, e ele disse que então não poderíamos participar da cerimônia. A cerimônia foi no anfiteatro Leitão da Cunha, junto à diretoria da Escola, e depois o Ministro iria até a biblioteca. Então nós o esperamos na frente da Escola e quando ele saiu, nós entregamos a carta dizendo que gostaríamos de tê-la entregado na cerimônia, mas que havíamos sido proibidos de entrar. O Horácio estava ao lado dele, e muito sem graça, disse que havíamos furado a segurança. O ministro recebeu a carta, mas nunca respondeu...

Que eu me lembre, o recrutamento para o Projeto Rondon era voluntário. O pessoal ia muito para o Xingu, que era um trabalho desenvolvido pela Medicina Preventiva junto às populações indígenas... A sensação que a gente tinha na época é que o Projeto Rondon era uma verdadeira lavagem cerebral do ponto de vista político, e do ponto de vista prático, a gente achava estranho que usassem estudantes de medicina, que na verdade não era médico e não sabiam muito, para fazer uma prática médica muito mal supervisionada. Agora recentemente, eu vi o movimento estudantil pedindo para o projeto retornar, e não entendi nada!

Havia também o professor Oswaldo Ramos, que era filho do Jairo Ramos, o pai da clínica médica no Brasil... Era um cara extremamente de direita e extremamente rígido. Naquela época, a gente era obrigado a fazer aqueles cursos de Estudos de Problemas Brasileiros, e tivemos que ouvir uma aula do Jairo Ramos sobre medicina privada... Ele falou, falou, falou e nada de medicina privada... Obviamente, como presidente do CAPB, eu tinha obrigação de fazer uma pergunta... E eu disse que a aula era sobre medicina preventiva, mas ele não havia falado nada sobre aquilo... Ele respondeu: “o senhor, como todo jovem inteligente,

é um sofista”. E pronto, acabou, assunto morto! Então, esse era o Jairo, e o Oswaldo herdou certas coisas do pai dele... Mas ele nutria um interesse e amizade particulares pelo Arthur Beltrame Ribeiro, tanto que quando o Arthur e o Erkii foram presos juntos, houve um comentário de que o professor Oswaldo se empenhou em liberar o Arthur da prisão, mas nada fez o mesmo pelo Erkii. Diziam também que o Erkii foi fazer residência lá no HCUSP por ressentimento... Há alguns anos atrás eu vim para São Paulo fazer um curso, no qual o Arthur era um dos coordenadores, e também encontrei o Erkii que estava apresentando um stand de um produto dietético qualquer porque ele era médico do laboratório que fazia isso... Para minha surpresa, descobri que Erkii e Arthur continuavam muito amigos... E, portanto, fico sem saber se os comentários do passado refletiam uma realidade ou não.

Em agosto de 1970 eu entreguei a diretoria para o Nestor Schor, e logo depois, em novembro, fui preso... Dia 1º de novembro era um domingo, dia 2 era segunda-feira e feriado, dia 15 de novembro seriam eleições creio que para senadores e deputados... A explicação para as prisões, que veio posteriormente, foi que a polícia havia descoberto uma operação batizada de “Operação Marighella” para desestabilizar as eleições do dia 15... Então entre os dias 30 de outubro e 2 de novembro 12 mil pessoas foram presas em São Paulo, e eu fui uma delas! Eu morava bem em frente à Escola, onde hoje é o prédio do GRAAC... Havia várias casinhas cujas famílias alugavam quartos para estudantes e eu morava com o doutor José Ernesto Succi, que hoje é professor de cirurgia torácica aqui na Escola. O Zé Ernesto não queria nada de nada com política, ele só queria saber de judô, de tocar saxofone e de ter inocentes namoros...

Enfim, eram umas 7 horas da manhã do domingo quando a dona da casa bateu na porta e disse que tinha uns amigos meus lá embaixo querendo falar comigo... Eu achei estranho porque domingo às 7 horas não podia ser amigo... Olhei pela janela e tinha na contramão aquele peruão famoso parado na porta da casa, e pensei: “já estou preso!” Desci e tinha três homens na sala tomando um cafezinho que a senhora tinha feito para eles, eu os cumprimentei e falei: “pois não?”. Eles ficaram muito sem graça e disseram que tinham ordens para me levar, coisa e tal, e eu disse que primeiro precisava me trocar... Dois deles subiram comigo e eu disse que se eles fossem revistar meu quarto, que fosse à

minha frente porque eu não queria que aparecesse nada depois que eu não estivesse ali... Eles disseram que não revistariam, que só precisavam me levar... Eles me perguntaram onde estava o companheiro e eu disse que ele estava viajando... Se estivesse lá, coitado, também iria preso sem saber o motivo!

Foi a coisa mais maluca aquela situação porque nós saímos, eles desceram a rua na contramão e na esquina de baixo tinha um boteco. Eles pararam lá e me perguntaram se eu tinha tomado café. Eu disse que não e eles disseram que então eu tomaria, porque “quem trata bem a gente, a gente também trata bem”... Eu desci e eles pagaram a média com pingado... Nós fomos para aquele edifício que ficava atrás da Pinacoteca do Estado de São Paulo, mas não era o DOPS, onde antigamente era o prédio da Escola Politécnica... Não sei bem o que era ali, mas era onde você passava por aquele ritual de tirar foto, colocar os dedos e aquela coisa toda... Tinha que tirar o cinto, o cordão do sapato para não se enforçar, né? E eu fiquei nesse lugar numa cela até as duas da tarde e serviram um belo almoço: um prato de macarrão cheio de cebola e era impossível separar a cebola do macarrão... E eu odeio cebola! Então virou uma questão de sobrevivência porque ou eu comia ou fazia jejum... Então eu piquei tudo bem pequenininho, o menor possível, para tentar engolir aquilo. E pensei: “minha tortura já começou”...

Aí eu fui transferido para a Escola de Cabos e Sargentos, na rua perpendicular à Avenida Tiradentes, em frente ao Hospital Militar... Essa transferência também foi interessante, porque era uma Kombi e no banco do motorista havia o motorista e mais dois militares, no banco do meio estava eu ladeado por mais dois militares e no banco de trás mais três militares, todos jovens soldados com suas metralhadoras... Eu não identificava quem tinha mais medo de quem: se era eu deles, ou eles de mim. Quando chegamos lá no quartel, a prisão local estava ocupada por um militar cumprindo pena disciplinar. Então eu tive que ficar esperando desocupar a cela... Eles fizeram uma roda e eu no meio, com todos eles me apontando aqueles trecos lá, seus fuzis e metralhadoras, e eu segurando as calças, né? E o que eu achava mais gozado, entre aspas, é que se eles resolvessem dar um tiro em mim, eles iriam se matar, porque eles estavam em uma roda e o daqui ia acertar o de lá... Era bem surreal!

Enfim me botaram nessa cela aí e isso eram umas três horas da tarde, daí das três da tarde até as dez e pouco da noite foram chegando outros... Então, no total, ficamos em sete. Ninguém que eu conhecesse, mas mesmo que conhecesse eu tinha aprendido que a regra era não conhecer, né? Um era um advogado trabalhista que tinha militância em Osasco, então esse já era escolado, já tinha sido preso várias vezes... Tinha outro que era um ex-líder sindical dos bancários, já estava aposentado, não era mais nada e estava lá... E tinha um terceiro que era o Dorival Massi de Abreu, um deputado federal cassado no AI-5 junto com o Márcio Moreira Alves e aquele pessoal todo, dono da Rádio Marconi, em São Paulo, que depois foi cassada... Depois chegaram mais três operários, um deles era inclusive pai de um oficial que trabalhava naquele quartel e o filho não sabia que o pai estava preso... E lá nós ficamos!

Na segunda-feira foi feriado e como em São Paulo o tempo é maluco, de repente fez um frio do cão e a gente estava lá sem nada, passando frio. Na terça-feira, a gente acordou de manhã com uma barulheira lá pelas cinco e meia, e descobrimos que a prisão ficava embaixo do dormitório dos caras que quando levantam parece uma cavalaria... Eles tinham uma cerimônia de hasteamento de bandeira no pátio e foi aí que o comandante do quartel ficou sabendo que tinha preso político na prisão dele e resolveu nos visitar... A entrada dele na cela foi um negócio cinematográfico! Primeiro porque a porta se abriu de repente e entraram dois ou três caras com as metralhadoras e encostaram a gente na parede do fundo da cela e depois que a segurança do comandante estava garantida, ele entrou... A gente não sabia se ria ou se chorava, o que fazia, né? Porque era muita paranoia! O Dorival foi eleito o porta voz, porque já era rodado nas prisões... Então ele falou para o comandante que na verdade a gente estava se sentindo torturado porque a gente estava ali passando um frio do cão e não tinha toalha, não tinha sabonete, não tinha nada...

Meia hora depois, o comandante mandou entregar lá um monte de lençol e toalha, aqueles capotões que os milicos usam... Na quarta-feira eles pediram uma lista do que cada um queria ou não queria e eles foram na casa das pessoas buscar roupa, escova de dentes, essas coisas todas, pegaram e levaram para a gente na prisão. E eles permitiram também que a gente fosse andar no pátio, mas isso já era uma

aventura, porque era um retângulo e em cada ponta havia metralhadoras em tripés e a gente tinha que andar em dupla... Podia andar para lá e para cá, mas os caras acompanhavam a gente e de novo eu pensei que se a gente ficasse bem no meio e eles tentassem atirar na gente, eles iriam se matar...

O pai do operário que estava preso sofria de hipertireoidismo e ficou sem remédio... Ele começou a passar mal e nós pedimos um médico e eu me lembro da cara dele até hoje, mas não sei o nome dele... O desprezo com que o médico tratou a gente foi um negócio absurdo! Como se a gente realmente fosse criminoso, bandido, ou coisa pior, sei lá! O comportamento dele explica bem por que existiam os Harry Shibata da vida, que aceitavam falsificar laudos alterando a causa da morte de pessoas torturadas... Tinha gente que se prestava a esse papel! Eu reencontrei esse cara em um plantão no Hospital São Bernardo e quando eu vi o cara, eu até me escondi porque não queria ver esse cara, não queria saber quem ele era, nada!

E aí no sábado de noite eles libertaram metade dos que estavam lá, e no domingo, a outra metade. Nós nunca fomos interrogados, entramos e saímos sem saber o motivo... Quando a gente se formou e entrou na residência do Hospital do Servidor Público Estadual, tinha que apresentar um atestado de antecedentes políticos. Você tinha que requerer isso no DOPS, fazia o requerimento, recebia um protocolo e depois voltava para pegar o documento... Nós tínhamos a informação de que alguém, quando foi buscar o documento, foi preso na hora... Então quando a gente foi buscar o atestado, a Maria Cecília do Amaral Brito de Castro, hoje minha esposa, entrou com os dois protocolos e eu fiquei do lado de fora... E no meu documento estava escrito “nada consta”, então eu não sei por que eu fiquei preso...

Eu sei que o fato de eu ter ficado preso só me trouxe aborrecimentos posteriores, porque isso me parece trazer a obrigação de defender determinadas bandeiras que eu não achava que devia defender... Por exemplo, depois que fiz residência no Hospital do Servidor, eu fiquei como médico assistente no serviço de Nefrologia onde também era preceptor de ensino para os residentes. Havia uma Associação de Médicos Residentes, que foi presidida pelo Arlindo Chinaglia que fazia reumatologia, mas eu penso que ele nunca tenha exercido a medicina na vida. A carreira política o atraía mais e o conquistou... Como

Presidente da AMR, o Chinaglia tinha uma vontade incrível de colocar os residentes em greve por liberdades democráticas e pela anistia ampla, geral e irrestrita, um termo da moda... Só que ele promovia a greve dentro do Hospital e eu ficava irritado porque achava que greve com esse tipo de pauta devia ser feita na rua, não dentro do Hospital... Greve por mudanças na residência, por melhoria nas condições dos residentes, e vários outros itens, deveria ser feita dentro do Hospital porque interessava ao Hospital. Agora manifestações por anistia deveriam ser feitas na rua, mesmo que não fosse seguro... E eles me cobravam o apoio a estas posturas porque eu fui preso, mas eu achava que aquilo era completamente inadequado. Então a prisão que foi motivada por nada, não teve nenhuma consequência pessoal maior, além dessa... Ela funcionou como um rótulo de aceitação de determinadas bandeiras que eu não achava interessantes e não apoiava...

O Aiex, que era da nossa turma, ficou preso por dois ou três meses e quando saiu tentamos negociar com os professores uma solução para que ele não perdesse o ano, arrumando uma prova extra ou alguma coisa assim... Eu lembro que eu e Fernandão fomos a casa do Professor Jair Xavier e fomos muito bem recebidos, fomos também a casa de um segundo que agora não me lembro quem, e lembro que fomos na casa de um terceiro, um professor de patologia, que não quis nos receber e mandou dizer que não estava em casa... Os professores não ajudaram por isso o Aiex perdeu o ano... Ele sempre é convidado a participar dos encontros da nossa turma. Depois de um período de afastamento, ele tem mantido contato bastante estreito e amigável com todos nós... No caso do Werner conseguimos salvar o ano dele...

Como eu fiquei uma semana preso, perdi pouca coisa. Perdi prova de Obstetrícia e Ginecologia e prova na Pediatria... Quando eu saí da prisão e voltei, eu fui conversar que eu tinha perdido as provas por tais motivos, se poderia ter uma reposição... O pessoal da Obstetrícia e Ginecologia foi absolutamente aberto, deixaram marcar dia e a hora e foi feito sem nenhum problema... Na Pediatria, foi complicado. Existia uma nítida má vontade, mas marcaram para eu fazer a avaliação com um careta que eu gostaria muito de lembrar o nome, mas ele era genro do Professor Azarias, um cara esquisito e muito antipático. Ele me mandou examinar um catatau, o que demanda certo talento e pediu para entregar relatório. Eu entreguei, fiz o exame e quando eu acabei

ele disse: “porque você não falou do sopro que ele tem no coração?”, e várias outras coisas que eu não ouvi. Sem falsa modéstia, eu sou um bom propedeuta, mas eu não ouvi ou não percebi nada daquilo naquele moleque... Acho que eu precisava de 5.5 para passar e ele me deu exatamente 5.5. Mas ficou muito claro para mim que ele tinha uma posição que era uma represália contra o fato de eu ter uma militância e ter sido preso... Depois fiquei sabendo que ele realmente era um cara ligado às forças de direita...

Depois que o Nestor Schor foi eleito, eu saí do Centro Acadêmico e me desliguei bastante dessa coisa de política, porque daí você tem um ano e meio para se tornar médico, tem que estudar muito... Eu fui para o Hospital do Servidor Público Estadual porque as vagas de residência na Escola Paulista tinham donos, eram cartas marcadas e eu tinha certeza de que eu era uma delas, porque independentemente da minha militância, eu sempre fui considerado um bom aluno. Eu já tinha ligações com a nefrologia, embora não fosse uma decisão minha ainda ir para essa área... O professor Oswaldo Ramos era o chefe da nefrologia e nós havíamos tido um arranca rabo feio, porque quando entramos na Escola em 1966 foi criado o curso de Ciências Biomédicas e o primeiro vestibular desse curso aconteceu junto com o nosso. O estatuto do Curso de Biomédicas dizia que, após completar o curso, os alunos que desejassem podiam passar para o terceiro ano do curso de medicina, porque os 4 anos de biomédicas correspondiam aos dois anos de ciências básicas do curso de medicina. Então eles tinham que entrar no terceiro, onde se iniciava o ensino clínico.

Quando a primeira turma se formou, a gente estava no quarto ano e dois ou três dos alunos mostraram interesse em passar para medicina e quiseram lhes negar esse direito, dizendo que poderia passar só se tivesse vaga... O Centro Acadêmico comprou a briga, porque estava no estatuto, sem falar que não dependia de vaga nem nada, que isso estava no estatuto como chamariz para o curso novo. Eles haviam entrado sob este estatuto e por isso esta turma deveria entrar... Se não quisessem que as próximas turmas entrassem, o estatuto deveria ser mudado. O principal defensor da não entrada automática era justamente o professor Oswaldo Ramos.

A reunião era do Conselho Departamental e a coisa ficou feia, a discussão ficou exaltada e a decisão foi tomada pela Congregação.

Dissemos que se não fosse definido de acordo o CAPB iria à justiça, e a Congregação acabou aceitando a entrada dos alunos. O Oswaldo Ramos acabou ficando meu amigo, perdeu a votação, mas fez um elogio à representação discente... Então, na época da residência eu tinha uma certeza razoavelmente grande de que eu era uma das cartas marcadas... Eu tinha tido, além dos oito cargos diplomados, outros cargos de representação de departamento, ao todo foram 12 cargos ao longo da Escola, por isso tinha convivido com aqueles professores, conhecia muitas histórias e não queria ficar mais às ordens daqueles que eu já conhecia tão bem...

Então eu não fui fazer o exame para a Residência, porque eu sabia que se fizesse, passaria e ficaria complicado. Eu fiz o exame no Hospital do Servidor e entrei direto na residência. Durante um tempo, eu fui cobrado por isso. Quando eu comecei a fazer pós-graduação, eu comecei lá no Hospital das Clínicas e o professor Horácio Ajsen foi dar uma aula no curso de pós onde eu estava e ele disse que eu não deveria nem ter saído da Escola, que eu deveria fazer pós na EPM. Então existiram algumas cobranças, mas eu não fiquei porque eu não me sentia bem no meio daqueles professores. Eu nunca tive ressentimento da Escola, era mais relativo à postura de alguns professores. Eles amavam cargos! Eu tenho saudades da Escola, daquele pouco tempo que passei lá... A Escola era romântica, se namorava nos pátios, mas cresceu muito, mesmo antes de se tornar a UNIFESP e hoje ela é mais impessoal que nunca... É uma pena, porque ser romântica era muito melhor!

Não tive mais militância política, porque depois que me formei, fui fazer residência e queria me tornar um médico decente. A militância que eu poderia fazer como cidadão dependia de partidos políticos, e as opções que tinha na época não eram muito abundantes, ou então deveria atuar nas organizações clandestinas, pelas quais não tinha interesse, mínima disciplina ou consistência ideológica para pertencer a uma delas. Depois a coisa melhorou e vários partidos políticos surgiram, mas o que ficou muito claro para mim é que nenhum deles tem consistência ideológica nenhuma, eles tem uma pauta programática... Para você pertencer a um partido, tem que ter um mínimo de disciplina, fazer aquilo que o partido pede para você fazer e eu ficava pensando em estar em um partido que de repente fizesse uma aliança e mudasse de diretrizes, com coisas que eu não concordo... Então eu

nunca me filiei a nada. Deixei de ter uma militância específica, para algo mais pessoal e limitado.

Eu me formei em 1971, fiquei cinco anos no Hospital do Servidor como médico assistente, fiz nefrologia na USP e em 1979 mudei para o interior... A elite ocupa as escolas médicas, mas não existe uma política que atraia ninguém a ir para o interior... Só vai quem está mal formado, não consegue fazer residência ou não tem espaço na capital... Sou médico do SUS a 32 anos e a tabela não é corrigida a 20 anos!

Vejo a necessidade da humanização da medicina, como já dizia o Professor Marcos Lindenberg. Você precisa de uma proximidade com o paciente, e isso é adquirido com o estudo das humanidades... No ITA, em 1963, o Centro Acadêmico oferecia cursos de História da Arte, Filosofia e Música, e eu me pergunto porque nas universidades de medicina isso não ocorria e ainda não ocorre... A humanização da medicina ainda é uma ampla discussão, que extrapolou os muros da Escola. Eu preciso confessar para você, que eu em sã consciência, não consigo ser definitivamente contra a eutanásia. Ela precisa ser regularizada, normatizada e ter regras rígidas para sua aplicação, mas ela é um ato de humanidade. Só quem vive a experiência de acompanhar um paciente terminal, sofrendo, com dor, pode entender isso. Quem não passa, fica nessa postura de que a função do médico é salvar vidas... Esquecem que aliviar o sofrimento ou ajudar a se obter uma morte digna são funções nobres. Então, eu acho que essa discussão ainda vai demorar, pois antes de discutir a humanização da medicina, você precisa discutir a humanização da sociedade.

Olhando retrospectivamente, avaliou hoje que o golpe de 1964 me ensinou a importância da liberdade em seu sentido mais amplo. Ensinou-me que não é justo qualquer sistema político de poder que privilegie camadas abonadas em detrimento das menos favorecidas... Que é indispensável batalhar por justiça social e que não se pode morrer em paz sem ter a certeza de ter colocado a dignidade do ser humano em plano de excelência... Muita coisa melhorou, mas certamente e infelizmente, ainda não chegamos lá... E não sei se chegaremos, pois, o ser humano tem se mostrado desprezível...

26. Regina Elza Solitrenick

Eu não era uma pessoa querida na minha turma da EPM, nunca fui... Não tinha um grupo, eu era do grupo dos sem grupo... No sexto ano, o Lalau, o Ladislau Ungar Glansiuz, fez questão de ficar comigo e eu nem sabia que tinha que formar um grupo... Eu vinha assistir a aula, prestava atenção e depois ia embora cuidar da minha vida, porque eu tinha uma militância fora daqui...

Quando eu estava no quarto ano, um professor estava dando aula sobre tratamento de hemorroidas e falou o seguinte: “Olha é um tratamento muito dolorido, de muito sofrimento, no consultório de vocês, vocês fazem um pouquinho, marca para dez dez depois e você vai fazendo aos pouquinhos, até porque toda vez que vocês fizerem vocês cobram o procedimento. Agora, se for o povo daqui faz tudo de uma vez só porque vocês não vão ganhar nada mesmo.” Achei absurdo aquilo! Peguei minha bolsa e fui embora. Na hora o professor não fez nada, mas deixou para se vingar de mim no sexto ano. Ele fez uma pergunta, ninguém sabia responder e eu também não sabia. Disse que eu não estava prestando atenção na aula e só eu fui colocada para fora do estágio. Então eu fui falar com coordenador do sexto ano, Octávio Ribeiro Ratto, e como ele sabia que o motivo da minha expulsão era outro, me colocou no estágio de endocrinologia e resolveu a situação.

Depois do Congresso de Ibiúna, eu estava no quinto ano e existiam dois grupos de matérias. Um grupo era pediatria, obstetrícia, ginecologia e clínica, e o outro eram todas as outras matérias. Óbvio que eu tive muitas faltas, então fui conversar com o Afiz Sadi que era o coordenador do quinto ano. Eu pedi para ele que abonasse minhas faltas, inventei que minha mãe estava doente e que eu precisei cuidar dela. Ele me disse que sabia exatamente qual era a doença da minha mãe, mas como eu era simpática ele abonaria as faltas. Não repeti nenhum ano por falta...

Esse foi um caso. O outro caso foi depois da minha prisão quando eu fui processada e desta vez foi bem mais complicado. Eu precisava de uma carta de referência escrita pelos professores dizendo que eu era uma boa pessoa. O Walter Leser me deu uma carta de três páginas,

o Ratto, o Afiz Sadi, todos eles me deram. O que precisavam dizer é que nada me desabonava como aluna da Escola, e todos me deram, o que me ajudou muito. Eu também fui falar com o Darcy de Mendonça Ushoua. Ele parou, me cumprimentou e pediu que eu esperasse por 10 minutos; esperei e subi para falar com ele. Quando eu cheguei, ele me disse que não podia me dar a carta porque não me conhecia, não quis me dar a carta... Eu disse que era muito estranho ele não se lembrar de mim, porque eu organizei o Centro de Estudos de Psiquiatria, era uma aluna que só tinha nota dez... Foi o único que não me deu a carta. Na carta não citavam a militância, falavam apenas que se eu tivesse tido alguma participação política, isso nunca tinha interferido na minha vida escolar e que eu era uma boa moça, muito educada, muito fina, que não tinha nenhuma atitude que me desabonasse... Todos escreveram a carta, menos o Darcy.

A minha militância era na ALN. As células partidárias eram mantidas de maneira isolada, e a regra era não militar junto para não comprometer nenhum membro, tanto que quando o Benedicto Arthur Sampaio, que também era da ANL, foi preso eu não caí... Isso porque a prisão do Benedicto não tinha nada a ver com a minha célula da ALN; eram separadas, tentávamos manter razoavelmente separadas. Quando o Benedicto foi preso me chamaram para trabalhar como médica assistente da Clínica Borda do Campo; isso foi no dia 4 de janeiro.

O Yamashita era do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); a ALN e o PCBR tinham algumas coisas em comum, mas não militávamos juntos necessariamente para manter certa segurança. Luís Gonzaga Moreira é uma pessoa importante que passou despercebida na história da Escola. Ele era de São Paulo, foi para Natal como apoio da Ação Libertadora Nacional (ALN), e foi detido inclusive comigo. Eu reparei que ninguém fala do Luís Gonzaga. Ele já faleceu...

Eu conheci o Lalau na Escola. Ele tem uma história de vida bastante complicada: ele não chegou a conhecer o pai, que faleceu durante a Segunda Guerra, a mãe de se casou e ele foi adotado, o sobrenome dele é o do padrasto. O Lalau tinha um irmão por parte de mãe, o Tomás, que era uma pessoa maravilhosa... O Lalau sempre foi simpatizante de esquerda e a militância dele foi como simpatizante até onde sei; nunca foi militante ativo, não foi da luta armada. Ele era simpatizante do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, e não da Ala

Vermelha do PCdoB que era quem estava ligada à Ação Popular, à AP, e aos movimentos armados.

Eu e o Lalau havíamos sido detidos e fichados em São Bernardo, no Congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE), e em Ibiúna nós passamos a ser reincidentes. Eu fui para Ibiúna porque eu era responsável pelo atendimento médico, e fazia parte da organização do Congresso. Eu já era da Dissidência Universitária que estava se ligando à ALN. Antes éramos todos do Partidão, mas a ruptura levou à formação dos grupos revolucionários, que se ligaram ao Marighella e à ALN, à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ao Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8) e a vários outros grupos, dependendo do estado. O sequestro do embaixador americano foi feito pela ALN, pelo MR8, que era liderado pelo Vladimir Palmeira no Rio e pelo Zé Dirceu em São Paulo. Os representantes das dissidências universitárias em cada estado estavam ligados a ALN e se organizando no momento da luta armada.

Havia um grupo de secundaristas que participaram do Congresso de Ibiúna dando apoio como pontos de referência para os de fora saber como iriam para Ibiúna. Faziam também a nossa segurança. Nesse grupo estavam o Carlos, meu companheiro, o Ribas, o Brasil, e o Tomás, irmão do Lalau. O Lalau não havia sido escolhido para ser representante da Escola no Congresso de Ibiúna, porque eram as assembleias que escolhiam quem iria ser o representante. Não sei como o Lalau foi, mas deve ter ido com o irmão dele, o Tomás.

O Ladislau chegou ao Congresso na véspera da queda. Ele chegou a Ibiúna às 20h30, com uma caixa de goiabada, e foi falar com o grupo dele... Eu estava na barraca médica onde tinha uma série de recursos médicos, junto com a liderança: o Dirceu, o Travassos, o Vladimir Palmeira, o Osmar do 22... Eu brincava que era o único lugar seco que tinha por lá, porque todos tinham asma e lá era muito úmido, e era frio.

Eu atuava na ALN cuidando da parte médica quando era possível, mas eu era mesmo a responsável pelo esquema de saída das pessoas do Brasil, organizada pelos dominicanos, até a Argentina. Muita gente, como o Boanerges e o Franklin Martins, eu levei até a metade do caminho... Eu pegava no meu carro aqui e passava para outro carro para ir para o Rio Grande do Sul e passar para a Argentina. Nos anos 1970, já estava desmoronando esse esquema da ALN, então

eu passei a esconder muita gente na Clínica Borda do Campo. Internava como doente mental para esperar até poder sair do Brasil. Era fácil: eu só ensinava para as pessoas os sintomas, e como na época não tinha nenhum aparelho para avaliar a veracidade, era só agir da forma que eu falava. Eu fazia isso sem que ninguém soubesse, nem os donos do hospital sabiam. O Benedicto estava no exílio, e eu não contei para os outros porque era colocar outras pessoas em risco, não tinha necessidade. Eu tinha autonomia para fazer isso, podia internar as pessoas, e o que não precisava contar não era contado.

Na época estavam lançando um antibiótico chamado Vibramicina em cápsula, ironicamente, era verde e amarela. Eu fiquei pensando o seguinte: a pessoa está tensa, nervosa, indo clandestinamente e com o documento falso, poderia esquecer as informações do contato. Então eu botei o seguinte: esvaziava a cápsula e escrevia em uma filipeta com letras bem miudinhas todas as ligações, para onde tinha que ir e com quem tinha que falar; eu fazia isso e dava para as pessoas, e as pessoas tinham tranquilidade para saber o que estava escrito. Elas entravam num banheiro, tiravam o papel da cápsula, liam e guardavam novamente; às vezes nem precisavam guardar de novo porque baixava a ansiedade e acabavam memorizando. Em todo caso também poderiam engolir tudo, porque a cápsula não precisava de água. Eu era a fornecedora de cápsulas; as cápsulas eram por minha conta.

Eu fui namorada do Carlos Eduardo Pires Fleury, o Fleuryzinho. Quando o Fleury foi preso e morto, óbvio que eu tomei certo cuidado. Quando me prenderam, disseram que foi porque acharam no aparelho do Fleury uma caderneta com um código. Eles decifraram o código e encontraram meu nome completo, um telefone de contato e do lado “pessoa da máxima confiança”. Começaram a me seguir e até entraram na minha casa...

Eu fui sequestrada na rua, no final de 1971 ou de 1972. No dia 13 de dezembro eu tinha ido num casamento em Santos de carro com o meu namorado de então que era advogado. Como eu estava sendo seguida, a polícia achava que eu tinha ido para Santos para participar de uma reunião do Sindicato dos Doqueiros... No dia seguinte, 14 de dezembro, eu tinha que voltar a trabalhar e vim de expresso que me deixava em São Bernardo e de lá eu peguei um taxi para a clínica, que era em Santo André.

Eu ia passar em casa para trocar de roupa e ir para o trabalho... Comigo estava um office-boy que tinha que trazer documentos para o Hospital do Servidor, e eu falei para o motorista do taxi me deixar a três quadras da minha casa, que eu iria a pé, e deixar o menino na porta do Hospital do Servidor para ele não precisar atravessar a 23 de Maio. No que o taxista parou o carro, nós fomos cercados e arrancados para fora. Viraram para o motorista e falaram, “se manda, se manda que é a polícia”. Levaram até o menino de 16 anos, ele ficou quatro dias sendo ameaçado de ser metralhado.

Acontece que esse motorista estava com o carro do primo, sem os documentos... Então ao invés de ele ir à delegacia de São Paulo falar o que tinha acontecido, ele foi para São Bernardo pegar os documentos do carro, e se apresentou na delegacia da cidade. O delegado, que não estava avisado da operação, disse: “polícia não age assim, isso não é polícia” e mandou telex para tudo que é lugar! Então a minha prisão, que era para eu ser morta, virou pública... Saiu no Jornal Nacional: “Médica Sequestrada”. Quebrou o sigilo! A minha família, meu tio, minha irmã, todos viram a notícia no Jornal Nacional. Eu fui uma das poucas pessoas que foram sequestradas na rua uma hora da tarde e saiu viva. Olha o que é trabalho de anjo da guarda, como dizem meus filhos...

Eu fui torturada, mas no segundo dia da prisão, quando mandaram tirar a roupa, eu pensei: “o que eu faço para controlar isso?” Pensei um jeito para me safar. E então eu comecei a chorar... Eu criei uma história de uma menina ingênua, meiga, que era do movimento estudantil, apaixonada pelo Dirceu, uma imbecil romântica... Eu não falei um palavrão, eu não xinguei ninguém, eu falava baixo, e eles diziam para mim o seguinte: “Como você se envolveu com esses bandidos, tão fina, tão educada, você foi enganada por eles, você não pode estar envolvida com essa gente, você é a primeira mulher que não xinga nossa mãe, que não fala palavrão.” E eu só pensava o seguinte, você tem que usar mecanismos de defesa, tem que criar personas: vocês são os loucos e eu sou a psiquiatra. Como psiquiatra eu os tratava como doentes mentais...

A minha estratégia estava dando certo... Eles me mandaram escrever um depoimento de próprio punho, e comecei a escrever contando essa barbaridade, como se eu fosse uma boba... Quando eu

estava terminando chegou uma ordem de que eu não poderia sair. Era o Boanerges que estava preso e dando depoimento... Prenderam também o Boanerges, que tinha acabado de voltar de Cuba. Em seu depoimento, o Boanerges contava tudo... Eu vi o depoimento dele, mas não porque estava presente, como me acusaram...

O cara ia me perguntando em cima do depoimento do Boanerges, mas eu conseguia ler partes desse depoimento, e só respondia o que estava lá, porque é de extrema burrice você contar o que eles não sabem. É fácil você concluir o que eles sabem, porque ninguém pergunta aquilo que não sabe. Eles me mostravam um álbum para reconhecer as pessoas, eu olhava e dizia que não reconhecia ninguém... Vi três vezes o álbum, enquanto tomava choque, apanhava, me batiam para eu responder e dedurar, e ainda assim eu dizendo que não conhecia ninguém. Até que eles mostraram a certidão de casamento do Ladislau assinada por mim como madrinha de casamento... Daí eu disse que não tinha reconhecido porque estava nervosa, passei três páginas, voltei duas e disse, “acho que talvez seja esse”. Eu só admiti que o conhecia porque eles tinham essa prova. De resto eu não conhecia ninguém...

Eu fui para uma solitária e eu tenho um mecanismo de defesa que é dormir... Até hoje eu me lembro dos sonhos que eu tive nessa época... Teve um dia que colocaram uma menina comigo. Ela me perguntava coisas e eu não falava nada, contava histórias da minha família, porque vai saber quem era, se não estava lá para tirar mais informações... Eu fui torturada, mas perto do que acontecia por lá, tive sorte de sair viva... Eu tenho um problema no dente até hoje porque eu levei muito choque... Depois de um tempo eu perdi dente, tenho marca de queimadura de choque, porque o choque perfura a pele... Fiquei um mês e quatorze dias presa e na tortura...

No Natal daquele ano, do dia 24 de dezembro para o dia 25, eu continuava presa, mas nesse dia não teve tortura... Deixaram que eu tomasse banho, porque eu estava desde o dia 14 sem tomar banho... Quando você toma choque elétrico, quando você é torturada, você urina na roupa, você defeca, você transpira, não me deram as pílulas que estavam na minha bolsa e evidentemente eu fiquei menstruada e não tinha banheiro, era uma lata que eu usava e ficava dentro da solitária que eu estava...

Deixaram-me tomar banho, mas não me deram outra roupa e eu tive que colocar a mesma que eu estava antes. Cheirava mal! Foi aí que eu tomei consciência do meu cheiro... É uma coisa inacreditável, você vai se acostumando com o seu cheiro... Tem várias formas de tortura, desde ficar na sua janela disparando a metralhadora para o alto dizendo que você era o próximo, até não darem fósforo, isqueiro para acender um cigarro... Teve um dia que tinha um pacote de cigarro e o cara cismou que não ia acender. Eu passei o dia acendendo um cigarro no outro, acendi um pacote que não fumei... É uma forma de tortura: a falta de banho, a sujeira, é um aviltamento da condição humana, te desumaniza!

Chegou à noite e nos obrigaram a participar de uma ceia... Todo mundo sujo, arrebentado, sangrando, sentado ali, numa ceia de natal... Tinha frango, farofa, arroz, uva passa, ameixa preta, refrigerante... Entrou o Ustra acompanhado de sua esposa, de sua filha de uns 6 ou 7 anos e a babá, e ele foi de um em um cumprimentar, desejar “Feliz Natal!”... Surreal! É a coisa mais doida que se pode imaginar...

No dia 26 de dezembro aconteceu outra prisão: a Maria Amélia Teles e o marido dela foram levados logo depois do feriado de Natal e da trégua de não torturar. Fui tirada da solitária para ver o que estava acontecendo com o marido da Maria Amélia. Ele gritava que era diabético, que havia tomado insulina pela manhã e estava sem comer. Eu logo diagnostiquei que ele estava em uma crise de hipoglicemia e que aquele estado o levaria à morte... Eu sabia que ele iria continuar sendo torturado, mas eu tive que optar entre a morte dele ou a vida, e eu optei pela vida... Isso é uma das coisas que eu fazia integralmente e novamente, e paguei um preço extremamente alto por isso... Eu pedi açúcar e dei para ele, recuperando-o do quadro de hipoglicemia.

Eu sou psiquiatra e sou boa psiquiatra... A Amelinha estava em um quadro de total confusão mental, não sabia onde estava, estava desorientada e tinha alucinações com a filha sendo morta com baioneta. Eu pedi um Valium e dei para ela, e a tirei da confusão mental, porque o confuso não sabe o que está falando... Quando você não está confuso você controla aquilo que você fala por mais torturado que você esteja, você fala aquilo que você quer. Eu não tratei deles porque me mandaram tratar, o marido dela ia morrer, e ela estava confusa. Não fiz pela ordem que recebi. Óbvio que eu podia ter dito *não*, a minha

escolha foi dizer sim, eu escolhi tratá-los... Meu compromisso é com a vida, meu compromisso nunca é com a morte...

No dia seguinte me tiraram da solitária, me deram roupa, e me levaram para ver se as crianças estavam bem. A Janaína estava no colo da Amelinha tomando sopa, eu peguei o Edson coloquei no meu colo e dei sopa para ele também... Eu me apresentei para a Amelinha, falei meu nome, disse que era da ALN, que estava presa desde o dia 14, e que eu optei por cuidar dela e do marido... Chegaram policiais femininas e disseram que iriam levar as crianças para Minas Gerais com os avós. Eu perguntei se era verdade, ela disse que sim, que a família dela era de lá. Nunca mais vi a Amelinha nem as crianças...

Quando veio a abertura, um dia apareceram na minha casa o Marcos Ferraz e o Rubens Belfort com o jornal *O Movimento*. Tinha saído uma lista de médicos torturadores e meu nome estava embaixo do Harry Chibata, Regina Elza Solitrenick. Eu falei meu nome para a Maria Amélia, só trocou a ordem... Imediatamente telefonei para o meu advogado, José Carlos, marcamos uma reunião com os jornalistas e com a Maria Amélia no escritório... Ela não foi! A Maria da Anistia a encontrou e perguntou se ela sabia de quem ela estava falando e que ela tinha que ter perguntado antes de fazer o que tinha feito... A Amelinha mandou uma carta para uma coluninha do Painel do Leitor dizendo que foi um engano, um mal-entendido... Em uma matéria de meia página o jornalista escreveu que ela se recusou sempre a falar comigo...

Durante muito tempo eu não tive pacientes no consultório, porque depois do que a Amelinha disse, eu era vista como torturadora. Eu paguei um preço altíssimo por tê-la ajudado. Eu tive pacientes que foram embora... Ora eu era terrorista, ora eu era torturadora... Tudo isso interferiu em minha carreira profissional, fiquei fora da instituição, fora da EPM... Perdi pacientes, amigos, colegas... Teve gente da EPM que foi solidária comigo, como o Marcos e o Rubinho, já o Lalau não... Ninguém mais sofreu pressão, só o Lalau? É meio estranho, não é?

O desdobramento da minha experiência com o Lalau é razoavelmente triste, que custou inclusive o meu afastamento da Escola e das pessoas, porque eu me afastei por conta do Ladislau... Quando eu vim buscar minha carta de referência aqui na Escola para poder trabalhar, estava indo embora e encontrei o Ladislau na esquina da Rua Otonis.

Ele estava no carro da frente, eu buzinei para ele, ele olhou, virou para mim e disse: “Você está me comprometendo, não me dirige a palavra, não me pare em público que as pessoas estão vendo você falar comigo, você está me comprometendo na Escola”. Eu só voltei a falar com o Lalau quando meu marido depressiu, teve uma tentativa de suicídio e foi internado aqui. Não fui eu que o chamei, foram a Dalka e o Daher Gattaz que pediram ajuda do Lalau. Ele entrou e falou rapidamente comigo... Eu não conheci os filhos do Lalau, eu só encontrei os filhos no enterro dele...

Eu fui solta por interferência da Ivete Vargas. Ela foi casada com o Paulo Guilherme Martins, que era muito amigo da minha família de Santos. Meu tio conhecia a Ivete e o Paulo... A Ivete ficou sabendo da minha prisão e ligou para o cara do II Exército, e eles diziam “ela não está aqui, ela não está aqui”. Ela não se convenceu e foi falar com o tio, irmão do Getúlio, que estava indo de trem para o Rio Grande do Sul. Ela parou o trem, tirou o tio de lá, e levou ele para falar com o cara do II Exército que tinha feito Escola Militar com ele. O pedido foi para preservar minha vida...

A Ivete e o Paulo negociaram para eu não ficar presa no DEOPS, para eu depor o tempo que fosse preciso, mas sem ficar presa no DEOPS... A essa altura já tinham falado com o Golbery, com que nunca me encontrei. Eu fui solta e respondi processo em liberdade. Fui absolvida por um voto de desempate... Eu soube do resultado do meu processo pela Ivete... Eu tenho uma eterna dívida de gratidão com a Ivete Vargas, ela não precisava ter feito isso, ela fez por causa do Paulo, pelo Paulo ser amigo da minha família de Santos...

Na anistia, eu pedi indenização pelos danos sofridos e recebi \$100 mil reais da Comissão Nacional e \$20 mil reais da Comissão Estadual... Eu tive muitas perdas, perdas irreparáveis...

27. Renato Nabas Ventura

Eu sou de Penápolis, cidade do interior de São Paulo, onde eu vivi e estudei até os dezoito anos de idade. Eu sempre estudei em escolas públicas, meu pai era ceramista e trabalhava em fábrica de telha. Eu sou de uma família fruto do êxodo rural, uma família de camponeses e operários que veio para a cidade no início dos anos 1960. Eu sou o único da família que fez uma universidade pública de destaque, no curso de medicina. Meus irmãos estudaram na própria cidade de Penápolis, em uma Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, que já existia lá nos anos 1960.

Lá em Penápolis eu não cheguei a ter militância, mas eu tinha contato com os movimentos de resistência, via os muros pichados, sabia de estudantes do Instituto de Educação que faziam o Curso Normal, que militavam e tal. De certa forma, eu só observava esse cenário, não tive nenhuma participação política direta, até mesmo porque quando eu estava no Instituto de Educação, já haviam desativado os grêmios estudantis. Isso no início dos anos 1970, quando eu entrei no ginásio do Instituto Doutor Carlos Sampaio Filho. Mas teve todo o movimento que me contagiou com esse vínculo que todo mundo faz no interior com as Igrejas Católicas. Eu tomei conhecimento com o bispado de Lins, que era um bispado de resistência. Comecei a participar de umas reuniões de jovens e aí foi onde tive uma conscientização política maior.

Eu vim para São Paulo no início de 1976 para fazer o cursinho e fui morar com meus irmãos que já estavam aqui na cidade. A princípio, minha perspectiva era vir e fazer o curso de farmácia no período noturno para trabalhar durante o dia. E neste ano de 1976 a Escola Paulista de Medicina estava ligada ao CECEM e foi o primeiro vestibular em que foi aplicada a FUVEST para entrada na USP. Eu prestei farmácia na USP e entrei; também prestei o CECEM e entrei por acaso em uma faculdade de medicina que não estava na minha perspectiva sob o ponto de vista social mesmo, achava que não poderia me manter, precisava trabalhar...

Com a vaga de medicina na mão, conversei com a família, com os irmãos e consegui uma ajuda para me manter. A medicina veio como

um acaso. É importante falar, porque eu vivenciei os anos de 1977, 1978, um pouco de 1979 na USP também. Como eu fiquei em dúvida entre os dois cursos, acabei frequentando também o curso de farmácia noturno na USP. E isso foi fundamental, porque eu vivenciei a USP, que tinha uma efervescência muito grande, a criação do DCE... O que acontecia aqui também era bastante contagiante, a gente tinha uma participação muito grande, mas na USP tinha mais gente, eu frequentava os cursos de humanas... Aqui era uma Escola só médica, mais restrita e isolada.

Passei a frequentar o Centro Acadêmico, discutir com as pessoas, me engajei nas manifestações de rua de 1977, na manifestação da invasão da PUC feita pelo Erasmo Dias com aquela repressão... O movimento estudantil estava ressurgindo naquele momento. No ano de 1978 ainda existiam os Encontros Científicos dos Estudantes de Medicina, o ECEM, que tinham um papel muito importante de resistência à ditadura e de pressão pela redemocratização... No ano de 1978, quando eu estava no segundo ano do curso, eu participei desse encontro, que foi em Belém do Pará e foi importante para eu me inserir na política estudantil dentro da faculdade. Comecei a me articular mais dentro do movimento estudantil, a me ligar mais a uma tendência estudantil, uma tendência ligada à Ação Popular, a AP.

Nesse mesmo ano, eu me candidatei para o Centro Acadêmico Pereira Barreto como presidente. O presidente anterior era o Júlio, e tinha o Maurício também, não lembro os sobrenomes... Depois de mim, foi o Arnaldo Colombo. A gente ganhou a eleição. O movimento estudantil estava em efervescência e foi o ano de começar a discutir a reconstrução da UNE em 1979. Participei do Congresso de Reconstrução da UNE, levamos delegados aqui da Escola, fizemos várias reuniões sobre o assunto e acredito que tivemos uma participação importante na reconstrução, porque o Centro Acadêmico foi sede de articulação no estado de São Paulo. A gente tinha a sede ali na Rua Diogo de Faria naquela época e havia pessoas daqui que integravam a União Estadual dos Estudantes. Essa articulação foi feita aqui, o Centro Acadêmico teve um papel bem importante, com toda a apuração da primeira gestão eleita de forma direta na UNE...

Inclusive, tem um fato interessante, porque nesta época também havia uma luta muito grande e importante contra uma tentativa do Paulo Maluf, então governador de São Paulo, de terminar com as residências

médicas no estado e implantar um plano chamado *Programa de Aperfeiçoamento Médico*, que inclusive previa o pagamento para que o estudante pudesse fazer um aprimoramento e uma especialização, em substituição à residência médica. Teve um grande movimento de resistência, e que reunia os centros acadêmicos de várias universidades e as associações de médicos residentes, que eram basicamente pessoas egressas daqui. Esse projeto foi vencido, não passou, foi uma coisa que teve muita oposição.

O movimento docente praticamente não existia e o movimento estudantil tinha esse papel de puxar as manifestações. Participamos bastante e isso coincidiu com várias manifestações em que alguns companheiros foram presos para averiguação no DOPS. Resolvemos fazer uma grande manifestação em frente ao DOPS, isso no ano de 1979, que coincidiu com o dia da apuração da eleição da UNE. Eu lembro bem disso porque nós fomos pedir a libertação dessas pessoas que foram presas nas manifestações e tinha todo um clima da luta pela anistia junto, logicamente. Fomos reprimidos, outras pessoas acabaram sendo detidas e tinha já uma rixa entre o Romeu Tuma e o outro delegado, então as pessoas foram liberadas no final da tarde. Isso foi muito marcante.

Aqui dentro da Escola Paulista a gente viveu em 1979 esse início da redemocratização... Em 1978 já tinha ocorrido uma eleição para diretor da Escola, e em 1979 assumiu o já falecido Professor Jair Xavier Guimarães. Ele foi indicado pela ditadura para fazer a transição e ele começou a trabalhar ouvindo mais as entidades estudantis, reconheceu o Centro Acadêmico e negociou a volta do Centro Acadêmico para o campus da Escola. Para a nossa gestão isso era importante, porque a gente tinha uma sede em comodato na Rua Diogo de Faria, mas para a gente estar lá representava estar fora do campus...

Era um terreno muito bom, com um casarão grande, esse da Diogo de Faria... Lá funcionava uma gráfica para fazer um trabalho de impressão e distribuição de material tanto para a gente como para outras entidades de movimento estudantil, de movimento secundarista... Era um Centro Acadêmico que tinha uma estrutura mínima, que conseguia acomodar os setores do movimento estudantil. E nessa época a gente conseguiu uma sala, lá perto de onde é o Museu do Índio, em cima da sala do departamento de Anatomia. Foi uma vitória ter

conseguido essa sala porque simbolizou o nosso retorno ao campus da universidade e o reconhecimento do movimento estudantil. Isso foi algo que considero um marco da nossa gestão.

Mas nós também mantivemos a sede da Rua Diogo de Faria, porque ela tinha vários fatores de resistência. Primeiro: funcionava lá um restaurante universitário; na época não existia nada de restaurante ali por perto, então o Centro Acadêmico mantinha um ali nesse espaço. Além disso, essa sede era um lugar muito grande, dava para fazer muitas festas, cabia muita gente, tinha um terreno lá no fundo... E acabava sendo um local de convivência e encontro para os estudantes. Manter aquela sede era importantíssimo para que os estudantes tivessem vários espaços e pudessem administrá-los.

Existia o DA, o Diretório Acadêmico, que era oficial e a gente recebia as taxas de matrícula e cuidava das carteirinhas de estudantes. A Escola Paulista passava para o DA para subsidiá-lo e a gente utilizava o valor para o Centro Acadêmico. Isso permitia que a gente tivesse uma verba e a sede da Diogo de Faria permitia uma série de encontros culturais, até porque a gente não tinha anfiteatros grandes ou auditórios. Existia a Atlética, que nessa época, era muito polarizado. A Atlética era dominada pela direita da Escola e o Centro Acadêmico, pela esquerda. Não havia um entrosamento. Na minha gestão começou a ter um entrosamento maior, porque entrou na Atlética um diretor, inclusive já inserido nas primeiras discussões do PT, uma pessoa mais progressista, que assumiu a diretoria da Atlética.

Nos anos 1980, uma diretoria do Centro Acadêmico negociou com a diretoria da Escola Paulista e com o Departamento de Pediatria, para ceder o terreno em troca de algumas concessões por aquela parte em cima do Banco do Brasil. O professor Jair, na época dele, construiu aquele prédio onde está o Banco do Brasil que já previa na planta de cima tudo o que foi cedido ao Centro Acadêmico Pereira Barreto. O professor Jair entregou aquele prédio e nós participamos, mesmo não sendo mais minha gestão. Ele nos ouvia muito, participamos até da escolha do piso daquele espaço. Tinha umas salas de diretoria, um amplo salão de reunião. Era um espaço muito bom também.

A discussão da residência e do programa de aprimoramento ocorria dentro da Escola e abarcava muita gente. Assembleias eram realizadas no pátio para determinar a participação nos atos estudantis,

nas greves que a própria UEE colocava. Nessa época, a gente já conseguia entrar na Escola para fazer essas chamadas, as pessoas participavam e tinha muita discussão. Os professores tinham uma participação mais tímida, mas também tinham aqueles que protegiam a gente, porque às vezes tinha reunião e congresso, precisava faltar e conseguia conversar. O professor não participava diretamente, mas entendia a importância da luta. E havia os professores progressistas que se aliavam conosco e conseguíamos ter apoio deles.

A gente teve muito apoio de professores como o Elisaldo Carlini e a Jandira Mansur... Inclusive a minha turma, no ano de 1982, fez um movimento grande para conseguir colocar a Jandira Mansur como paraninfa, porque ela era mulher e de esquerda, derrotando aqueles professores mais clássicos, embora a gente tivesse que negociar. O patrono foi Domingos Delascio, que era um professor de Obstetrícia, um cara bom, super humano. Foi uma vitória muito grande conseguir a Jandira como paraninfa, foi um reconhecimento desses professores progressistas que estavam na luta contra a ditadura.

A gente que fazia política estudantil tinha que provar que era bom aluno, que estudava... Nessa sede da Diogo de Faria, os colegas que participavam do movimento estudantil às vezes varávamos a noite estudando para prova, depois de imprimir várias coisas, com as mãos cheias de tinta... Era engraçado. Na nossa época, já não era mimeógrafo, era uma impressora off-set, a gente queimava a matriz para rodar a impressora lá no centro acadêmico da FGV, a Fundação Getúlio Vargas, porque aqui não tinha a maquininha para queimar.

O Barretinho era o jornal da resistência dentro do CAPB. E o que ele publicava tinha grande efeito dentro da Escola, inclusive se fosse feita uma crítica a alguma disciplina. Os professores também liam e chamavam para conversar. Aqui na Escola havia um corporativismo muito grande, um conservadorismo forte, mas mesmo assim a gente era ouvido. A edição era esperada e amplamente distribuída. Eu lembro que uma vez eu escrevi alguma coisa boba no jornal, denunciando umas coisas do tipo: “a professora tal disse que é filha de militar e que com ela é na porrada”, “professora tal mede as saias da aluna da enfermagem”, alguma coisa assim em um texto... E isso reverberou.

Porque a hora que você falava que os estudantes se expressavam contra algumas pessoas ou questionavam a posição de alguns

professores e alguns departamentos, a coisa reverberava. O que se publicasse no *Barretinho*, as análises de conjuntura, todo mundo lia. Nossa vida era de militância mesmo, de pregar cartaz e vir o Samuel, um guardinha que morava aqui e era zelador da Escola, atrás recolhendo. O que você falava nas assembleias da Congregação era ouvido, era registrado, mas não era acatado. E isso tinha uma importância muito grande, participar dos colegiados foi uma vitória, uma coisa que eu acho que hoje os estudantes já não têm. Hoje eu não consigo mais identificar quem é do CAPB ou não, há um movimento maior pedindo a melhoria no ensino...

Essa entrada por acaso na Medicina e na EPM me colocou numa posição diferente em relação à Escola. Eu não tratava como segunda opção, assim como os alunos tem hoje de não ter entrado na USP, vir para cá e ter aquela necessidade de dizer que nós somos melhores que a USP. Eu acho que essa síndrome existe também com os professores em Guarulhos, de dar aula na UNIFESP e não na USP. Eu vi isso e é exatamente a mesma coisa que acontece com os alunos na Escola Paulista. Isso cria uma coisa de se juntar, de dizer que a USP é bacana, mas que aqui é melhor. Eu não tive essa necessidade, eu começava a olhar de fora e ver como as coisas eram. Essa vivência no movimento foi uma coisa muito marcante para mim pessoalmente e politicamente, e é nostálgico. Existe uma ligação afetiva com as pessoas que eu convivi, a militância e a época em que eu vivi aqui. Essa segunda opção hoje é mais diluída pelo fato de que há uma continuidade entre os ex alunos da EPM e seus filhos, que vêm estudar aqui por primeira opção.

Nesse período em que eu estive no Centro Acadêmico, as grandes greves que nós tivemos eram pela falta de verbas para o Hospital São Paulo, com a federalização sempre como bandeira de fundo. O Hospital fechava porque não tinha condições de atender, e nós fazíamos caravanas a Brasília, várias vezes fomos conversar com um dos ministros. O Jayme Portella nos recebeu várias vezes para discutir... Aí começava a pressão dos estudantes porque estavam perdendo o curso, o ano letivo. Teve uma greve muito longa na minha gestão para a obtenção de verbas para o Hospital São Paulo, garantir a manutenção da assistência, do ensino... Normalmente era uma greve conjunta de alunos e residentes, mas os estudantes que puxavam essas mobilizações.

Sobre a questão da federalização, eu penso que ela acontecia não somente pelas dívidas, havia uma vontade do governo, mas não dos professores, de federalizar o Hospital. Esse poder que os professores têm sobre o Hospital sem dever muita satisfação ao Governo Federal, mas que ao mesmo tempo, em alguma necessidade, pode recorrer ao governo, é um mecanismo político. Acho que não tinha interesse dos professores em federalizar o Hospital, até mesmo pelo momento político, de redemocratização. Essa pauta o MEC não acolhia. A federalização hoje já não está colocada, não há interesse da SPDM ou do Governo Federal.

Quando me formei eu não entrei na residência aqui, fui fazer no Hospital do Servidor Público Estadual. Tinha 12 vagas aqui, eu fui o quarto excedente e chamaram até o terceiro e eu não consegui ser chamado. Mas acabou sendo bacana, porque no Hospital do Servidor tive outra vivência, tive contato com pessoas do Brasil inteiro que foram fazer residência lá. Lá eu fui presidente da Associação Médico-Residente, concorri para a Associação Estadual de Médicos e Residentes, mas perdi para um pessoal lá de Ribeirão Preto, depois estive dentro do Sindicato dos Médicos, sempre me engajando e militando. Eu acabei indo para uma área da medicina totalmente diferente da farmácia, fui para a pediatria em saúde pública... Sempre trabalhei em Saúde Pública e minha luta passou a ser a construção do SUS.

Da AP, eu me vinculei mais às organizações ligadas ao Partido Comunista Brasileiro, ao grupo ligado ao Capistrano e outras organizações como a Unidade Comunista, mais ligados à versão oficial do PCB e que se aproximavam do PT. Na época das eleições de 1982 eu me integrei às discussões da Frente Democrática, apoiando o André Franco Montoro. Eu não fui para o PT direto, até cheguei a começar a discutir o núcleo do PT da Vila Mariana, nos reunindo dentro do Centro Acadêmico da Diogo de Faria, nos primórdios... Fui para o PT nos anos 1990, quando aquelas organizações acabaram e migraram para o PSDB, e eu fui trabalhar em Osasco, ligado a um pessoal petista na área da saúde.

Eu voltei para cá em 1988, porque tinha um vínculo no estado, trabalhando na Secretaria de Saúde, na região dos municípios de Carapicuíba e Osasco. Voltei com esse vínculo junto com a Rosana Puccini e fui trabalhar na Pediatria, na disciplina de Pediatria Geral. Fui contratado com uma bolsa até 1990. Em 1989, prestei um concurso para

técnico médico da Escola Paulista e assumi em 1990. Sigo trabalhando até hoje nesse programa docente assistencial que envolvia toda uma discussão da reforma sanitária, da implantação do SUS... Toda a luta política passou por aí, a questão de integrar ensino e serviços e trazer a universidade para o SUS, o papel do SUS como formador para os profissionais de saúde, etc.

Eu acho que o *Programa Mais Médicos* faz parte de uma luta em favor do SUS. Eu sou favorável a essa proposta, acho que ela foi necessária e não é simplesmente trazer os médicos estrangeiros para trabalhar aqui, não são só os estrangeiros. A vinda dos médicos cubanos, embora possa ser questionada, o vínculo empregatício e essa coisa toda, foi essencial, porque eles introduziram uma nova discussão dentro desse espaço, eles trouxeram novos elementos. Há toda uma proposta de ampliação das vagas de residência e desse papel do SUS como formador das profissões de saúde. Tanto que eu estou envolvido em um curso de Ensino a Distância de *Formação e Preceptorias para o SUS*, em que esses preceptores e essas residências ligadas diretamente às Secretarias Municipais de Saúde e ao SUS são discutidas e reformadas. Existe toda uma política de fixação do profissional, de fortalecer essa capilarização do SUS... Eu acho que foi uma política de fortalecimento do SUS, embora essa seja outra questão polêmica que merecia ser mais bem discutida...

28. Rosana Puccini

Sou da cidade de São Paulo. Tanto meu pai quanto minha mãe vieram de famílias numerosas de origem italiana e somente os netos mais novos, como eu, tiveram a oportunidade de fazer um curso de nível superior, sendo que também um dos meus primos fez medicina. Meus pais me incentivaram muito a estudar... Em relação à política, costumávamos conversar bastante em casa, meus pais nunca foram favoráveis ao golpe militar... Então, com todo cuidado que o momento exigia nessa época, a posição deles era de crítica à ditadura e à violência daquele período...

Por isso digo que tive uma formação muito humana dentro de casa, e acho que foi o que me inspirou a escolha por uma profissão que permitisse lidar com as pessoas, ainda que inicialmente não pensasse em ser médica. Eu decidi cursar medicina somente no final do Colegial, hoje Ensino Médio. Meu irmão fazia engenharia na Escola Politécnica e alguns amigos dele do curso científico, que continuavam a frequentar nossa casa, cursavam Medicina. Acho que isso também me estimulou.

Eu gostei muito do curso de Medicina desde o início. A área básica me impressionava muito. A ciência, a dúvida, tudo estava em aberto. Passamos a entrar em contato com pesquisadores, que nos apresentam um mundo muito maior do que conhecíamos e percebíamos que ainda havia muito para descobrir. Minha lembrança desse primeiro ano de curso é muito positiva, muito gostosa e de participar de muitas atividades.

Eu frequentava a Atlética, a Educação Física era obrigatória naquela época, e participava das atividades do Centro Acadêmico Pereira Barretto. Em 1974, quando estava no primeiro ano do curso ocorreu uma greve pela federalização do Hospital São Paulo, logo depois do início das aulas. Participei de inúmeras assembleias, reuniões e com uma postura muito crítica, a favor dessa mobilização e de nos organizarmos. Naquele período, o Centro Acadêmico tinha um envolvimento cultural muito grande... Vieram muitos artistas, pessoas significativas da música popular brasileira, do teatro, escritores... Eram promovidos debates e isso fazia com que os alunos se aproximassem também dessas atividades.

Em 1977 teve a “Passeata dos Quinze Mil” que foi motivada pela prisão de alguns trabalhadores e de estudantes... Foi realizada uma assembleia no pátio onde hoje é o Banco do Brasil, e participaram professores que apoiavam o movimento como professor Carlini e a professora Regina Estela... Isso foi muito marcante para mim e acho que para todos os estudantes. A Regina Estela falou que não podíamos ficar calados, que tínhamos que fazer alguma coisa. Lembro bem dessa primeira passeata depois de todo esse período de repressão. O secretário de segurança pública era o Erasmo Dias nesse período... Nós fomos ao Largo São Francisco e depois saímos em passeata no Viaduto do Chá. Foi aí que a polícia nos parou... Todo mundo se sentou no chão e voltamos... Não teve confronto nesse dia...

Depois, foram marcados vários atos e foi a partir desse momento que eu comecei a participar mais intensamente. Em uma das assembleias estávamos no Anfiteatro A e eu entrei na comissão de divulgação de reuniões e das atividades. O Paulo, meu marido e companheiro até hoje, era da diretoria do Centro Acadêmico Pereira Barreto na época e estava na mesa coordenando essa assembleia. Foi nesse dia que eu o conheci.... Ele participou dos movimentos de reconstrução da UNE e da diretoria da UEE, a União Estadual dos Estudantes. Esse período traz também essas lembranças que são tão significativas de nossas vidas...

Naquela época, os panfletos, cartazes, boletins eram a principal forma de divulgação. Passávamos na sala e pedíamos licença para o professor para conversar com os estudantes e entregar os documentos. A maioria dos professores deixava a gente entrar na sala, havia um sentimento de que não era possível mais conviver com a ditadura, muitos eram parceiros mesmo... O movimento pela redemocratização era grande, o meio artístico era a favor, a Igreja tinha posição contrária à ditadura e sempre acolhia os movimentos por melhores condições de saúde e pelos direitos humanos. A intelectualidade queria a redemocratização... Era um momento favorável a essa mobilização. O Centro Acadêmico era muito ativo e a central de organização da primeira eleição da UNE foi aqui. Os Centros Acadêmicos de Medicina eram muito fortes, tinham uma liderança grande no movimento estudantil...

Depois daquela primeira passeata, foram vários encontros e movimentos. Começaram a ocorrer passeatas relâmpagos em vários pontos simultâneos da cidade. Todas elas bastante reprimidas. Em

uma delas, na Rua 25 de março, as lojas estavam fechadas e a gente tinha que correr para algum lugar, a repressão vinha com muita força. Muita gente foi presa naquele dia! Outra situação que revela o clima que vivíamos ocorreu durante uma sessão de cinema, no Cine Arouche. Estávamos assistindo ao filme *Corações e Mentes* e quando acendeu a luz vimos que a polícia estava em toda sala, a cada meio metro tinha um policial revistando alguém, procurando panfletos que haviam sido distribuídos na porta do cinema. O movimento estudantil foi num crescendo e, em setembro daquele ano, ocorreu a invasão da PUC... Várias pessoas daqui da Escola foram presas. Para o Erasmo Dias, o ato que se realizava pela reconstrução da UNE era uma afronta e isso fez com que ele reprimisse com tanta violência.

A redemocratização, a anistia, a liberdade e a não aceitação da repressão estavam muito presentes na fala de toda a sociedade... Muitos tinham um amigo ou familiar que havia sido preso, que sofreu... Eu estava no terceiro ano e o Vladimir Herzog foi morto, era algo inaceitável! Eu converso com meus filhos, que também estudaram medicina aqui na Escola, sobre esses fatos para mostrar o quanto esse período nos atingiu e como foi difícil esse momento...

Outro fato de que me recordo e que revela o autoritarismo daquele período ocorreu em 1979. O superintendente do Hospital do Servidor Público Estadual criou um Programa de Aperfeiçoamento Médico e, ao invés de receber bolsa, o residente teria que pagar. Pagar! As atividades eram idênticas às da residência, mas era chamado de curso de aperfeiçoamento, justamente para descaracterizar como residência e não seguir a legislação que apresentava muitas conquistas dos residentes, que estavam bastante organizados. Foi feita toda uma movimentação para que os médicos recém-formados não se inscrevessem, havia uma escala dos estudantes de todos os centros acadêmicos de medicina em frente ao Hospital do Servidor para esclarecer o que representava aquele curso... Todos foram presos, gerando um movimento enorme envolvendo muitos estudantes, residentes, médicos... E estes, que se mobilizaram, também foram detidos e levados ao DOPS. Foi um momento muito difícil, até o Comitê da Anistia atuou para liberar as pessoas que haviam sido presas.

Os médicos residentes se organizaram muito, sobretudo no final dos anos de 1970 e início dos anos 1980. Eu fui da AMERESP, a

Associação de Médicos Residentes do Estado de São Paulo e, depois, da AMEREPAM, a Associação de Médicos Residentes da Escola Paulista de Medicina. Grande parte da atual legislação dos residentes, de suas garantias, da estruturação dos programas de residência são frutos desse movimento.

Na área da saúde, o processo de redemocratização se expressava com o fortalecimento dos movimentos populares de saúde e o da reforma sanitária, este constituído por lideranças de importantes universidades do país e profissionais de saúde. Havia um questionamento do modelo de saúde vigente, que se caracterizava pela fragmentação das ações e, principalmente, pela exclusão das pessoas desse sistema. Houve um crescimento desses movimentos durante os anos de 1980 e o marco histórico desse processo foi, sem dúvida, a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986. As conclusões provenientes desse encontro proporcionaram as bases para a elaboração da seção referente à saúde na Constituição da República Federativa do Brasil e para a criação do SUS, uma das maiores conquistas da nossa sociedade.

A implementação e o processo de construção do SUS, entretanto, não ocorreram sem forte oposição. Nas décadas seguintes e até os dias de hoje, há um movimento que se contrapõe ao SUS, que disputa os fundos públicos da saúde de diferentes formas. Uma sequência de legislações favoreceu a área privada na utilização desse recurso público, inclusive na forma de isenções de impostos. O Congresso Nacional, com um perfil cada vez mais conservador, atualmente passa a questionar a abrangência das conquistas sociais garantidas na Constituição de 1988.

Mesmo diante dessas dificuldades, o SUS ampliou e qualificou a prestação de seus serviços, garantindo o acesso a toda população. Isso é inquestionável! Hoje, em algumas áreas, os serviços prestados são realizados predominantemente pelo SUS, como, por exemplo, os transplantes. De outro lado, as exigências da sociedade são maiores, há o envelhecimento populacional e as doenças crônicas requerem controle por mais tempo. Assim, os custos tendem a aumentar. Mundialmente se reconhece que os custos na área da saúde são crescentes. Em nosso país, considero que o SUS deu certo, é o caminho. O desafio que se coloca é manter essas conquistas, respeitando seus princípios, definindo prioridades e fontes específicas de financiamento.

Essas mudanças na organização do sistema de saúde, a estruturação das ações em diferentes níveis de atenção, a concepção ampliada de saúde, passaram a exigir um novo perfil de profissional da saúde. O Hospital São Paulo, assim como os outros hospitais de ensino do país, assumiu um papel com maior definição no SUS, sobretudo relacionado à assistência da alta complexidade. Como decorrência, já não é mais possível para a formação médica e das demais profissões de saúde restringir suas práticas de ensino a esses hospitais. É necessário ampliar os cenários considerando todo sistema de saúde. Isso ocorreu no país e também aqui na EPM.

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos da saúde editadas no início dos anos 2000 e, posteriormente, as políticas interministeriais indutoras dessas mudanças influenciaram de forma expressiva a reorientação desses cursos, inclusive em nossa instituição. Em função da minha atuação na Escola Paulista de Medicina, pude contribuir bastante nesse processo. Desde que concluí a residência de pediatria, integrei e depois coordenei, por muitos anos, a equipe do Programa de Integração Docente-Assistencial de Embu das Artes que apresentava como principal objetivo inserir estudantes, residentes e pós-graduandos na atenção básica de saúde, voltada à criança e ao adolescente e articulada ao sistema de saúde do município. Foi possível proporcionar a esses grupos vivências e práticas em pediatria, desenvolver projetos de pesquisa, propor e avaliar novos programas e ações de saúde, sempre de forma integrada aos gestores locais. Isso ocorreu durante todo esse período de intenso debate e formulação de políticas de saúde e de educação em saúde. Assim, o que inicialmente era um programa específico de assistência pediátrica, tornou-se um programa da Universidade, com envolvimento de muitos departamentos e cursos da instituição.

Essa experiência, por ter como base a integração ensino-serviços de saúde, contribuiu para o processo de adequação do curso de medicina da EPM às novas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Médico e, posteriormente, para a adesão aos programas de incentivo às mudanças curriculares dos cursos de medicina e dos demais cursos da área saúde, como o PROMED, o Pró-Saúde, e o PET-Saúde. Fui coordenadora desses programas na UNIFESP e, além de atuar diretamente no ensino de estudantes e residentes, coordenei

as comissões de Internato e o Curso Médico, oportunidades estas que me permitiram contribuir para a implementação de importantes mudanças curriculares na EPM. Em 2008, visando a contribuir para essa discussão sobre o ensino médico, juntamente com o Prof. Nildo Batista e a Profa. Lucia Sampaio, organizei o Livro: “A formação médica na UNIFESP excelência e compromisso social”, que aborda a história da EPM, do curso médico, das mudanças curriculares e seus desafios neste novo século. Foi o primeiro livro da Editora FAP-UNIFESP.

A atuação próxima aos alunos e residentes no ensino da pediatria na atenção básica permitiu, também, estreita convivência com gestores municipais no seu cotidiano, nas suas lutas, no esforço de concretizar os princípios e estratégias do SUS. Foi um grande aprendizado! As pesquisas desenvolvidas pela disciplina na qual atuo incluem a organização da assistência para crianças e adolescentes no sistema público e não há como fazer essa discussão sem considerar o contexto político que vivemos. Hoje, na direção do campus São Paulo e integrante de diferentes conselhos e comissões, tenho vivenciado mais intensamente todas as questões e desafios das áreas da educação e da saúde no país. Refletindo sobre essa história e em todos esses anos que estou na instituição, vejo que o momento exige muita clareza e mobilização para que tenhamos uma posição firme de defesa dessas conquistas tão significativas de nossa sociedade...

29. Rubens Schmidt Werner

Sou Rubens Schmidt Werne, nasci em Rio Claro, mas vivi lá só até os 7 anos de idade. Quando estava na fase de entrar na universidade, pretendia cursar Engenharia, mas depois optei pela Medicina. Eu não passei na USP e fiquei um pouco decepcionado, mas descobri posteriormente que o jeito de pensar da Escola Paulista Medicina se assemelhava muito mais ao meu jeito de pensar.

Não gostei das disciplinas do primeiro ano, exceto Estatística... O que salvava eram as outras atividades como programas de desfavelamento com a Prefeitura, alfabetização para adultos, educação sanitária, esse tipo de coisas, além de pesquisa com a Farmacologia e atividades do Banco de Sangue. Isso me dava liberdade de ter outras experiências fora do âmbito da EPM.

Também havia atividades junto ao Centro Acadêmico... Era uma época de grande efervescência e participei desse momento político, sem nunca me filiar a partidos, mesmo que algumas linhas de pensamento fossem mais simpáticas e próximas ao meu modo de pensar... No movimento estudantil, havia a sensação de pertencimento e, além do objetivo em comum, você ficava cercado de pessoas de quem você gostava. Nunca achei que a luta armada fosse uma solução...

Por essa participação no movimento estudantil, fui preso em 1966 no Congresso da UEE, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo. Em 1968 fui o representante da minha classe no Congresso da UNE, a União Nacional dos Estudantes, que ocorreu em Ibiúna, o conhecido Congresso de Ibiúna... Esta participação me rendeu três meses de prisão e um processo que durou quatro anos...

No Congresso de Ibiúna, estávamos nos preparando para as eleições quando de repente fomos cercados. Fomos levados ao DOPS e depois que todos deram testemunho, foi feita uma chamada e liberação de todos. E eu fiquei. Por que eu fiquei? Não tenho idéia da razão, pois ficará junto com pessoas importantes no movimento estudantil, como o José Dirceu... Um grupo de 22 presos foi para o Carandiru e só foi liberado na véspera do AI-5 graças ao senador Mário Martins. Na prisão, os presos nos respeitavam e nunca tivemos problema nenhum...

Não passei por tortura e ficamos os 22 num quarto enorme, cheio de beliches. Há versões de que existia interesse de alguns dos presos de Ibiúna para que houvesse a prisão, para criar algum tipo de situação...

Quando eu retornei da prisão, eu não estava reprovado por faltas. Isto graças ao Luiz Carlos Aiex Alves, que assinava o ponto em meu nome, mas só descobri este fato muitos anos depois. Quando voltei à Escola, nunca senti preconceito: minha classe até me recebeu com aplausos na primeira aula. Também não houve repressão dos professores, pelo contrário, eles apoiavam bastante... Inclusive, durante o período do processo, fui ajudado por professores, mesmo que não fossem simpáticos à causa. Depois desse período na cadeia minha vida ficou uma bagunça, e no réveillon de 1968 precisava decidir que rumo minha vida iria dar: se sairia do país como muitos amigos fizeram ou ficar aqui. Nunca aceitei qualquer tipo de ditadura, mas ao mesmo tempo não queria fugir... Decidi ficar.

Retornei aos estudos de rotina, retomei minhas atividades acadêmicas, me liguei no início ao grupo da Cardiologia e depois fui para a área de Medicina Preventiva junto com alguns amigos. Foi uma experiência interessante... Havia pessoas que defendiam a extinção da disciplina porque as questões por ela discutidas poderiam estar também em outras especialidades. Em um Congresso de Medicina Preventiva, vimos que a manutenção da disciplina como um campo próprio era uma ideia comum a outros grupos, por isso defendemos sua permanência. Passamos a dar aulas usando a evolução de várias doenças para exemplificar as condutas pertinentes à sua prevenção, o que funcionou bem. Tão bem que, no ano seguinte, ela foi substituída por Estudos dos Problemas Brasileiros...

Após a saída da cadeia, comecei a responder ao processo e tive uma porção de problemas e perdas, pois para fazer qualquer coisa se necessitava de um atestado de antecedentes, o que era impossível para mim. Foi uma coisa que me trancou a vida profissional. Eu me formei, e no ano que eu fiz o concurso para residência não fui convocado, pois embora tivesse boa classificação, nesse ano pela primeira vez retornaram colegas do ano anterior que tinham sido convocados pelas forças armadas e o número de vagas diminuiu. Não podia conseguir residência em outro lugar, pois exceto na EPM, precisaria apresentar o atestado de antecedentes... Além de tudo, eu também não podia sair do

país. Da mesma forma, perdi bolsas de estudo e outras oportunidades de estudo e de trabalho porque havia sido preso e estava fichado...

Fui me virando como podia... Decidi mudar de campo, e me voltei à Endocrinologia uma especialidade pouco desenvolvida nessa época. Fui estagiar com o Grupo de Diabetes e Adrenal do Hospital das Clínicas e comecei a fazer pesquisa no Instituto de Biociências da USP. Consegui o título de especialista, mas não era possível fazer mestrado, por não ter residência. Até iniciei mestrado em Fisiologia, mas o abandonei por falta de condições de manutenção.

Foi um período de muita tensão, para mim e para meus amigos. Qualquer coisa nos assustava. Lembro de um episódio que aconteceu quando eu fazia pesquisa no Instituto de Biociências da USP e recebi uma convocação para eu me apresentar no Batalhão do 2º Exército... Não avisei a família, pois eles iriam ficar apavorados então tive que avisar um amigo, mas não foi nada... O medo fica.

Posteriormente ingressei no Hospital do Servidor Público Estadual, onde fiz carreira e me aposentei. O processo do qual eu estava acusado se extinguiu depois de inúmeras audiências... Quando há pouco tempo o governo federal ofereceu uma indenização para os que de alguma forma foram prejudicados com a ditadura eu não a procurei. Eu acredito que se fiz uma coisa que eu achava que estava certo, que eu acreditava, não quero ser indenizado por isso... Há coisas que não são indenizáveis...

30. Soraya Soubhi Smaili

Eu me formei em Farmácia e Bioquímica pela USP de Ribeirão Preto, entrei lá em 1982 e me formei no final de 1985. Eu vinha de uma família muito tradicional e fui uma das primeiras mulheres de origem árabe da primeira geração a sair da casa dos pais, para estudar e morar longe e sozinha. Isso contribuiu para a minha formação política, porque eu acabei me envolvendo com vários movimentos, o que também tem a ver com a minha personalidade.

Eu não fui militante secundarista, mas eu já via, estudava, conhecia e refletia muito sobre a ditadura, que foi o período anterior à minha entrada na faculdade. Principalmente no final da ditadura, eu tomei conhecimento do que vinha acontecendo, especialmente na ocasião do que aconteceu com o Vladimir Herzog, e depois em 1979, do movimento pela anistia, e todo esse processo, que eu não participei como militante, mas acompanhei. Acompanhei, por exemplo, os concertos nos estádios logo depois da abertura, o desejo da participação democrática, o envolvimento da sociedade com o movimento das Diretas Já!

E também eu tinha um contato não orgânico dos anos 1970 com o Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino, que foi prévio ao movimento que acabou culminando nos acordos de Oslo. Existia um grupo grande de militantes nesse movimento em prol dos palestinos, muitos dos quais eu fui encontrar depois, no movimento estudantil da universidade e da pós-graduação. Foram pessoas que eu conheci nessa época, como o Jamil Murad e o Aldo Rebelo, por exemplo, pessoas que atuam junto a este Comitê, além de diversas entidades e lideranças.

Naquela época, toda a comunidade Sírio-Libanesa-Palestina, toda a comunidade árabe-brasileira, tinha uma grande consciência de que a Questão Palestina era uma questão universal e de direitos humanos. Os jovens se juntaram também em uma iniciativa chamada Sanaud, a qual pude presenciar em algumas reuniões. Eu participei pouco, porque era um pouco menina, mas meu irmão mais velho era muito ativo, foi um dos organizadores.

O Sanaud era uma organização, e o nome quer dizer “voltaremos”, em alusão a não existência de um país, porque até hoje os palestinos

não têm um país, têm territórios que estão ocupados, embora atualmente, tenham o reconhecimento formal da ONU. Nesse movimento, participaram muitas lideranças, que com a abertura política se organizaram em partidos, tais como o PCdoB, que deixou de ser clandestino, e outros que fundaram o PT. Havia também outros partidos, como o MDB, mas muitos também eram independentes, porque era uma causa, da humanidade, da autodeterminação de um povo.

Em Ribeirão Preto é que começou efetivamente a minha militância no movimento estudantil. Particpei da LibeLu, a Liberdade e Luta, que era uma tendência política. No primeiro ano da faculdade a militância foi muito mais forte; depois, do segundo ao terceiro anos, a militância acontecia mais pontualmente e eu acho que era porque a cidade também não contribuía tanto para os movimentos.

Mas foi um início de década bem interessante, do ponto de vista da retomada da UNE, da reorganização do movimento estudantil, da organização das instituições democráticas e da sociedade civil. O ano em que eu entrei na faculdade era significativo e nós tínhamos um movimento interessante dentro da USP, em que o movimento estudantil estava muito voltado para uma grande revolta por conta da indicação do Hélio Guerra como Reitor, o chamado “Reitor interventor”. Quem tinha ganhado a primeira eleição feita por todos os segmentos da comunidade tinha sido o Dalmo Dallari, que não foi o nomeado.

Esse aspecto da vida na USP influenciou muito o movimento estudantil, porque passamos quatro anos fazendo oposição a esse sistema de escolha de reitores. Depois, participei de movimentos locais e profissionais também, porque a gente passava por uma questão da profissão de farmacêutico que acabou levando alguns estudantes para Brasília, para conversar com parlamentares... Mas era uma questão muito específica da profissão. Quando eu terminei a faculdade e voltei a São Paulo em 1986, por razões familiares, mas também porque eu queria voltar, entrei na Escola Paulista de Medicina porque era a referência na área em pesquisa básica da Farmacologia.

A entrada na Escola se deu de forma direta, eu pouco exerci a profissão de farmacêutica porque eu queria ser pesquisadora... Já sabia que não queria ir para a Farmácia, que é uma profissão muito bonita, tem coisas muito interessantes, mas eu já tinha clareza que eu queria fazer a carreira de pesquisadora, por isso eu entrei no mestrado na

Escola Paulista de Medicina em 1986. De 1986 a 1989 eu fiz o mestrado, e em 1990 fui professora visitante do Departamento de Farmacologia da UNIFESP em um contrato temporário. Em 1992 eu prestei o concurso e entrei na carreira docente, já quase no final do doutorado e estou aqui até hoje.

Minhas primeiras impressões aqui da Escola foram muito boas, eu fui muito bem acolhida e era como se eu já fosse daqui. Apaixonei-me pela Escola. O INFAR, Instituto de Farmácia e Biologia Molecular, tinha sido recém-aberto e era tudo muito novo, tinha muito mais perspectivas e recursos para pesquisa naquele momento. Tive a oportunidade de cruzar, não tanto de conviver, com o Ribeiro do Valle, um dos fundadores da Escola Paulista de Medicina e um dos pioneiros da Farmacologia no país. Esse contato com ele e a convivência com pessoas que foram alunos dele, acabou fazendo toda a diferença na minha formação. O departamento de Psicobiologia era um Departamento considerado de vanguarda, por causa da forte influência do Carlini, da Jandira Mansur, do Sérgio Tufik, que foram exemplos de engajamento e atuação na ciência. Tiveram oposição, pessoas que pensavam diferente deles, mas eles não recuaram. O departamento de Farmacologia também teve lideranças, principalmente em razão da vinda de pós-graduandos ativistas, como o José Augusto Mochel. Outros departamentos da EPM também tiveram lideranças entre os pesquisadores e pós-graduandos, já que muitos haviam sido egressos do forte movimento de residentes, ocorrido na década de 70.

Essa influência da minha pós-graduação na EPM é muito emblemática, mais até do que a minha faculdade. Claro, a faculdade tem um aspecto importante da minha formação profissional, mas a minha formação humanista talvez esteja mais ligada a essas pessoas, todo aquele pessoal do Departamento de Bioquímica e Farmacologia. Eu fiquei concentrada na minha carreira, não me dispersei e houve um acolhimento por parte das pessoas do Departamento, e por isso tantas portas se abriram. Existia na década de 1980, muito mais do que agora, certo preconceito com quem se formava fora, e acredito que eles usavam isso quando eu não estava presente. As pessoas em geral sempre gostavam de salientar quem era formado pela Escola Paulista de Medicina, tanto como médico, como biomédico ou enfermeiro. Todo mundo tinha muito orgulho em falar que era daqui, formado na turma

tal. E isso faz parte da cultura e da história da Escola. Ao longo dos anos, isso foi se diluindo e a EPM também se abriu, afinal ela própria nasceu de uma rebeldia. Tem uma contradição aqui, pois às vezes a EPM é muito fechada e outras vezes muito ousada. Talvez por isso seja tão interessante.

O ano de 1987 trouxe para mim a perspectiva de uma militância muito mais forte, porque foi um ano borbulhante aqui na Escola. Nós tivemos a primeira eleição, e esse é o aspecto bonito da abertura, a década de 1980 trouxe todas essas coisas, tudo podia ser discutido, e os movimentos voltaram, as entidades estudantis voltaram. Aqui dentro a entidade estudantil era o CAPB e tinha também a APG, ambas se fortaleceram, assim como as entidades docentes e a AFEPAM, que depois se tornou SINTUNIFESP, a Associação de Funcionários. A AFEPAM é um pouco anterior à ADEPM, hoje ADUNIFESP, que completou 40 anos este ano. (retirar os nomes aqui talvez seja melhor)

A Associação da Pós-Graduação (APG) da EPM, que depois se transformou em UNIFESP, é uma das mais antigas de todo o país, e foi fundada em 1976 pelo Sérgio Tufik, mas de certa forma ficou um pouco escondida em relação às outras organizações estudantis. A primeira APG foi da UFRGS, do Rio Grande do Sul, depois veio a nossa, que chamava APG-EPM e depois vários professores da EPM foram militantes dela. Ela foi reorganizada nos anos 1980, principalmente pela ação do Luiz Eugênio Araújo de Moraes Melo e um pós graduando chamado José Augusto Mochel, que faleceu dois ou três anos depois em um acidente de moto. O Mochel também foi um dos responsáveis por minha entrada no ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos), me levando para conhecer o movimento dos pós-graduandos. Ele era um militante do PCdoB, que junto com Luis Eugenio Mello, fundaram a ANPG. Ele sempre foi engajado, também muito culto e nos emprestava livros e organizava debates. Antes da ANPG existir, já aconteciam os Encontros Nacionais de Pós Graduandos, durante as reuniões anuais da SBPC. Em 1986, foi fundada a ANPG, a Associação Nacional de Pós-Graduação e a APG-EPM teve papel fundamental nessa fundação, porque o Mochel e o Luiz Eugênio eram parte da primeira Diretoria, e o Paulo César Nogueira foi da segunda Diretoria.

Eu acabei entrando na segunda Diretoria para substituir o regional de São Paulo, para desespero do meu orientador, e me envolvi de

cabeça nessa militância do movimento de pós-graduandos. Fui presidente da APG da EPM, logo em seguida fui para a Diretoria da ANPG e em 1989 fui presidente. Tudo em sequência. A gente não lutava só por bolsas, mas por uma política nacional de ciência e tecnologia. Foi um momento que permitiu o florescimento de muitas coisas. Participamos ativamente da elaboração dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) durante a década de 80 e 90 e que foram fundamentais para as políticas de pós-graduação e pesquisa do país. Fiquei na ANPG até 1993, quando eu entrei para a Associação dos Docentes, porque decidi fazer carreira docente.

O Mochel também foi um dos principais articuladores do Conselho de Entidades da EPM, que seguiu atuando posteriormente. Naquele momento de 87, o conselho foi o organizador da primeira à comunidade para eleição do Diretor da EPM. Essa primeira consulta à comunidade resultou na escolha do Prof. Nader Wafae, que foi colocado em sexto da lista, apesar de ter ganhado o pleito direto. Alguns professores da congregação não queriam colocá-lo na lista, alguns professores quase saíram no tapa na reunião da Congregação porque não o queriam. Ele acabou sendo incluído e isso, para nós, foi a coroação de um movimento muito grande. De certa forma, eu assemelho esse fato à minha eleição para a Reitoria, ao movimento que nos elegeu e depois todo um movimento que tentou impedir a nossa indicação.

A partir deste movimento, as entidades estudantis estavam muito fortalecidas e apoiamos o movimento dos docentes em 1987. Os pós-graduandos tinham todo um movimento nacional que também estava sendo organizado, e a EPM teve um papel fundamental. Os pós-graduandos se reuniam na SBPC, e por isso que várias pessoas que não eram de graduação se juntaram ao movimento. As reuniões da SBPC foram fundamentais para proporcionar um espaço relativamente seguro para que essas pessoas se encontrassem e se organizassem.

O Conselho de Entidades da UNIFESP, foi crucial em vários momentos desses trinta anos, nos diferentes processos eleitorais para Diretores e depois para Reitores, nos processos de reformas dos estatutos, nos processos de discussão em diversos aspectos políticos e administrativos, sendo um espaço que sempre buscou a democratização da instituição. Foi assim que se abriu a possibilidade de uma gestão mais participativa, em que os estudantes teriam mais voz e os

técnicos administrativos teriam mais espaços de atuação e visibilidade...A estrutura precisou ser muito mudada, e até hoje ainda têm várias coisas que remontam àquela época. Por exemplo, há 30 anos não havia nenhum representante dos funcionários nas reuniões da Congregação. Foi um movimento que culminou depois em um estatuto, na própria fundação da Universidade Federal de São Paulo em 1994, e de estatuto em estatuto a gente vem melhorando um pouco essa participação, essa convergência.

31. Valéria Petri

Eu me chamo Valéria Petri e nasci em dezembro de 1947 em uma família de origem imigrante e pobre... Minha mãe nasceu e viveu nos cortiços de São Paulo, daí resulta que conheci a pobreza da família principalmente pela história de vida dela. Minha avó materna era dessas mulheres que o marido disse que iria até a esquina e nunca mais voltou...

Já pelo lado do meu pai, apesar da origem também humilde, algum progresso teve meu avô paterno... Ele era italiano da Província de Pisa, que veio como *muratore*, pedreiro no idioma natal, e trabalhou a vida toda como encanador no bairro do Pari em São Paulo... Minha avó paterna, analfabeta, era respeitada como “benzedeira” e conselheira do bairro... Nós, os netos, não podíamos nos aproximar do nosso avô nem tomar a benção dos *nonnos* como era costume nessa época... Ele tinha os dedos disformes e estava sempre com as mãos enfaixadas... Tinha lepra, doença que era assim chamada naquela época e que não raro acometia os imigrantes italianos humildes... Ele sofreu muito, ficou afastado da família pois foi confinado compulsoriamente em um leprosário no bairro de Gopoúva na cidade de Guarulhos... Era como as pessoas que sofriam com essa doença eram tratadas na época... Ele morreu quando eu tinha dezoito anos.

De alguma forma e mesmo doente, meu avô paterno progrediu, de algum modo. Eu nasci filha de bancário humilde relativamente politizado, anticlerical e de pouca conversa. Quando menina ouvia opiniões esparsas sobre Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Adhemar de Barros e Carlos Lacerda... Ouvia os discursos de Jânio, Adhemar, Lacerda, Jango, Juscelino, Porfírio da Paz, Pedro Geraldo Costa e outros tantos... Minha mãe odiava ou admirava certos políticos e não me recordo de nada muito esclarecedor sobre eles, de tal modo que precisei muitas décadas para saber que posição essas pessoas públicas ocupavam no histórico da política nacional.

Essencial para meus pais, de qualquer modo e com qualquer governo, era buscar boa educação para os filhos vencendo as dificuldades dos descendentes de imigrantes pobres... Ao identificar-me

como a filha mais rebelde entre os quatro da escadinha, meus pais me enviaram ao internato alemão de Rio Claro, o Ginásio Koelle, o que deve ter representado um peso financeiro razoável para eles, mas que sem discussão para mim valeu a pena... Aprendi muito: idiomas como inglês, alemão e francês, e respeito à cultura literária, prioridades daquela instituição...

A opção pela faculdade de Medicina foi casual, pois meu projeto era voltado para Letras e Filosofia, quem sabe uma carreira diplomática, mas que sequer era opção para mulher naquela época. Entretanto, conheci um estudante da Escola Paulista de Medicina, Rubens Teodoro Szynekier, que influenciou como um bólido, um meteorito, sobre minhas escolhas... Ele era um moço inteligente e culto com quem eu trocava ideias todo o tempo... Optar pela escola de Medicina era como optar por várias outras áreas do conhecimento: tudo era interessante. Eu não pensava “serei médica”, mas pensava que muitas matérias nesse terreno deveriam ser bem atrativas.

Apesar de haver estado por dois anos no curso clássico, decidi aprender o que fosse necessário para chegar à simpática Escola Paulista de Medicina, o que aconteceu em 1968. Passei a frequentar o Centro Acadêmico Pereira Barreto e casei-me com o estudante inteligente politizado, o mesmo Rubens Szynekier, em 1971. Como ele era de origem judaica e íamos nos casar na sinagoga, fiz a conversão religiosa, o que não me afetou porque nem boa católica eu era... O meu pai não fazia qualquer distinção entre ser ou não ser judeu, mas havia muitas semelhanças entre os dois grupos imigrantes, os judeus e os italianos, e as piadas que o digam... Passei a conhecer os códigos da cultura israelita e essa influência foi definitiva em minha vida...

O movimento estudantil efervescente de 1968 e os grupos políticos que se consolidavam já faziam parte do meu repertório de noites de discussão supostamente aprofundada dos problemas brasileiros, embalados pela literatura que incluía Josué de Castro, Florestan Fernandes, muita leitura e cinema de vanguarda como os de Pier Paolo Pasolini, Ingmar Bergman, Luís Buñuel... Não posso deixar de dizer que o Centro Acadêmico era mágico: cultura teatral, musical como “O Remédio é Bossa” com Vinicius de Moraes, sarau com Adoniran Barbosa, grandes papos e acontecimentos... O teatro funcionava super bem e fiquei por muito tempo frustrada por não me haver incluído

no grupo de teatro do Paulino Tarraf, por ser tímida... As grandes amigas Florita Brickman e Jandira Mansur marcaram minha história de vida. Curiosamente, fui muito protegida pelos professores porque tinha enorme semelhança física com minha amiga Florita Brickman, aluna quatro anos à minha frente. Isso tem importância porque além de haver convivido com os amigos do meu companheiro, namorado e depois marido Rubens, eu vivia intensamente por meio dela com pessoas bem mais preparadas do que eu...

Duas mulheres excepcionais, embora diferentes, das quais jamais me esqueci... Duas histórias distintas e trágicas... Florita morreu com linfoma deixando quatro filhos pequenos e Jandira morreu de tristeza, com câncer, depois de perder três filhas por lutar pela liberdade de exercer uma profissão em meio a um casamento nefasto. A Justiça tirou-lhe as filhas, o que não aconteceria hoje, jamais! Jandira foi mulher bem adiante do seu tempo, a primeira grande pesquisadora do alcoolismo no País. Hoje é nome de anfiteatro, tendo deixado marcas indeléveis na formação de gerações. Psicóloga, teve a quarta filha Cláudia com o pesquisador Professor Emérito da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP, Elisaldo Araújo Carlini.

Em 1968, a gente ainda tinha certa liberdade de atuação e de expressão, por isso quando foi decretado o Ato Institucional 5, o AI-5 minha reação foi péssima... Eu tinha medo de não poder mais ler meus livros... Havia uma sensação de que nos ia acontecer como no nazismo, queima de livros, prisões e matança... Seria terrível não poder ouvir as músicas escolhidas... Censurariam Chico Buarque? Minha irmã estudava com o irmão dele, Álvaro Buarque. Quando Chico apareceu pela primeira vez na TV num programa em branco e preto, ao meio-dia sentado num banquinho simplório, a minha irmã disse: “Olha! O irmão do Álvaro! Ele toca e canta mais ou menos bem! Mas quando surgiu “Pedro Pedreiro”, eu já estava na faculdade, e achei essa música impressionante. Quando apareceu “Que Será, Que Será”, eu estava num lugar público, ouvi aquilo e comecei a chorar... Todas as mensagens calavam fundo... Eu pensava: “vão nos proibir tudo?”.

Passei a esconder meus livros, imagine! A gente fazia reuniões seriíssimas para discutir os efeitos do AI-5... O DOPS nos vigiava e a gente sabia, seria fácil pegar-nos a todos, bastavam os jornaizinhos do Centro Acadêmico Pereira Barreto, o CAPB. Sabíamos que havia

infiltrados, alguns devem ainda estar por aí... Eles faziam os defensores da pátria ao delatar colegas. Não me atrevo a dizer quem fez esse papel, poderia ser injusto. Seriam injustiçados porque à época acreditavam estar combatendo o comunismo, até quando nos afrontavam jogando urina ou mais que isso nas assembleias estudantis... Mas existe também a grande diferença entre ser alienado e ser delator! Os anticomunistas obsessivos sensibilizavam os alienados e então ficava tudo meio misturado... Era difícil, porém, nos doutrinar para a bandeira anticomunista e tínhamos muita discussão sobre o totalitarismo e as incongruências do próprio comunismo, fosse chinês ou russo, fosse leninismo, trotskismo ou stalinismo... Nossas mentes ferviam!

Não fui presa e nem tive a coragem dos que se expuseram nas passeatas em que a violência corria solta... Muitos de nós estavam bastante comprometidos com a repressão.... De manhã nos telefonávamos para saber quem tinha sido preso, se havia informações sobre os que desapareciam, as famílias se comunicavam, com quem deveríamos falar que pudesse ajudar a localizar ou retirar os nossos amigos da prisão. O professor José Geraldo Ciscato, como militar, nos ajudava muito... Proporcionalmente, houve muitas prisões para uma faculdade pequena como a nossa. Muitos sabíamos do que estava acontecendo, mas havia gente que estava por fora mesmo ou gente que não queria se envolver de jeito nenhum. Havia de tudo: ignorância, inocência, má fé, omissão, indiferença...

Graduada em 1973 optei por várias disciplinas, mas fui mesmo parar entre as doenças da pele e, inadvertidamente, lá estava a lepra do meu *nonno*, doença que passava naquele ano a ser oficialmente denominada hanseníase. Meu *nonno* Elliseo Olindo Francesco Petri estava mais próximo do que nunca no olhar dos doentes iguais a ele... Conheci em 1977 um ambiente democrático ao permanecer por seis meses na Venezuela, no Instituto Nacional de Dermatologia em Caracas.

Eu queria conhecer a liberdade, ir ao teatro, ler, ouvir as músicas, saber do massacre chileno, chorar pela barbárie promovida por Pinochet. Cuba? Curiosidade, e muita. Porém, eu não era o Chico Buarque que conseguiria ir a Cuba e voltar pra casa ou fugir para outro país. Li Ernesto Cadernal “En Cuba” e a Venezuela era o mais próximo possível daquilo que eu queria conhecer... Fui ver Teatro do Oprimido com Augusto Boal em Caracas. “*Pueblo, estoy contigo, aunque sea para*

estar contra ti”, dizia o personagem político-coronel-populista caricato. De qualquer modo, eu estava muito condicionada pela ditadura brasileira: falava baixo porque receava ser ouvida, vigiada, sempre olhando para os lados... A bibliotecária do Instituto, minha anfitriã, dizia: “*Estás muy marcada con lo que pasa en tu tierra*”. Sim, a ditadura deixa marcas, visíveis ou invisíveis...

Já em relação ao meu casamento com o Rubens, posso dizer que não me adaptei ao casamento e não me constrange declará-lo... Casamento, a meu ver, é uma instituição que dura muito. Hoje, aos 68 anos, reconheço que me casei porque desejava me libertar do jugo paterno conquistando a liberdade que eu supunha vir com o casamento... Mas casar-me significou, também, perder a liberdade. Aos sete anos de convivência matrimonial, eu e Rubens nos desquitamos e fomos viver nossas vidas, pois éramos jovens eu com 28 anos e ele com 30 anos de idade. Foi ótimo, nos demos muito melhor depois disso de separados do que quando casados... Mas passei tanto tempo sem vê-lo que noutro dia tentei reconhecer um senhor com ar meio familiar num evento e, depois de muito analisar, cheguei à conclusão dramática: “Meu Deus, já sei quem é: eu me casei com ele!”

Finda a ditadura, muitos nos calamos de vez. O clima da Escola Paulista de Medicina não favoreceu grandes expansões políticas, pois por acaso somos rotulados e as coisas ficam ruins... Pessoas ainda podem ser sacrificadas pelo enquadramento no meio acadêmico, pela rigidez do conservadorismo político-social. Quando candidata à Livre Docência, em 1982, ainda tinha medo de tudo, até da mulher do cafezinho, porque qualquer equívoco ou comentário maldoso poderia embargar meu futuro... O Regimento da nossa instituição ainda permite que chefes de departamento cultivem feudos, inclusive chefes e conselhos domesticados que podem retaliar por razões políticas e acabar com carreiras, anulando talentos para sempre. Isso representa grande perda para o País e é o resíduo perverso de um sistema ruim, ultrapassado, que ainda nos assombra...

32. Vera Bohomoletz Henriques

Quando soube do trabalho da Comissão, eu imediatamente quis falar com vocês! Eu quis falar com vocês para esclarecer sobre a história do meu pai, o Baeta, que era professor na Escola Paulista de Medicina. A Congregação da Escola Paulista de Medicina demitiu o Baeta com apenas dois votos contra! Da votação participaram pessoas que eram amigas dele, mas votaram a favor da demissão. Pouco tempo atrás, procurando na internet sobre o que haviam escrito sobre ele, não encontrei o nome dele na área de história da Biofísica na EPM e gostaria que isso fosse corrigido. Conhecer a história, tomar consciência sobre ela, é muito importante para o tempo presente.

Meu pai era do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nos anos 1960 participava da União Cultural Brasil-Rússia, onde aprendia russo... Meu pai e minha mãe eram médicos formados na UFMG e se dedicavam à pesquisa. Meu pai era uma pessoa muito discreta na sua atuação profissional. Era dedicadíssimo à própria pesquisa, passava até os domingos preparando as aulas que dava na EPM. Ele era muito dedicado e não fazia política dentro da Escola. Quem mais falava sobre política era a minha mãe. Ao contrário do meu pai, ela sempre falava das coisas em todos os lugares; já ele preferia não misturar os espaços.

Ele trabalhava no instituto Butantã e na EPM. A gente soube que alguém havia denunciado minha mãe e meu pai para o DOPS. Alguns anos atrás, um amigo nosso entregou uma cópia de uma carta denúncia que foi entregue para o DOPS contra meus pais e outras pessoas. Essa carta era assinada por um médico do Butantã que já faleceu. Uma situação muito delicada!

Meus pais saíram do Brasil com a família em 1964. Acredito que saímos depois dessa denúncia. A polícia foi até a nossa casa no ano de 1964, e tivemos que nos esconder por vários meses e depois saímos do país. Minha mãe saiu via embaixada do Peru. A questão da polícia com ela era mais complicada, pois além de ser do Partido Comunista, ela era secretária do Centro de Estudos Sociais. O presidente do Centro era o Mário Schenberg e o Villa Nova Artigas era vice-presidente. Esse Centro era um lugar de debates, que fazia debates políticos e culturais, e

que movimentou muitas pessoas. Durou cerca de dois ou três anos. Em 1964, com o golpe, o Schenberg foi preso junto com o Artigas. Minha mãe também ficou marcada e a busca policial ficou mais centrada nela.

Os dois tinham feito estágio na Inglaterra na área de Bioquímica, por isso a intenção deles era voltar para Londres. Meu pai conseguiu ir, mas a minha mãe ficou na embaixada do Peru por estar sem documento e os ingleses não permitiram que ela fosse. Assim, eles foram depois para Moscou, para trabalhar em pesquisa. Ficaram quatro anos por lá. Quando chegamos a Moscou, a Anita Prestes estava fazendo um grupo de estudos de marxismo-leninismo com o José Montenegro de Lima, assassinado pela ditadura. Ela ficou bastante amiga dos meus pais, nós convivíamos muito com essas pessoas.

Em 1967 e 1968 houve um movimento de volta para o Brasil, e o Leal Prado convidou-os para voltarem para trabalhar em Botucatu. O CNPq pagou a volta do meu pai e ele foi contratado em Botucatu. Minha mãe veio para o Butantã e ganhou uma bolsa da FAPESP. Na segunda cassação, que veio em 1969 e que tinha o nome dela na lista, não tinha como cassar por ser ela apenas bolsista da FAPESP.

Mesmo com essa segunda cassação, eles resolveram continuar no país. Minha mãe ficou trabalhando no laboratório Lavoisier, e meu pai trabalhou para o grupo abril. Eles foram tentado achar formas de ficar por aqui... Mas aí começaram acontecer coisas estranhas... Por exemplo, eles marcaram uma entrevista de emprego em Londrina com um reitor, mas quando chegaram para a entrevista, o reitor disse que não tinha marcado nada por telefonema. E os diretores do Lavoisier foram, em um final de semana, na nossa casa para dizer que estavam sendo ameaçados e não conseguiriam manter o emprego da minha mãe.

Eles reativaram contatos com o pessoal da Inglaterra e foram morar na Escócia, ficaram lá em 1969, 1970 e 1971. Minha mãe teve uma espécie de depressão, pois gostava de organizar coisas e lá era muito parado. Em Edimburgo a nossa vida social era basicamente com brasileiros que estudavam ou estavam exilados no país. Aí eles foram para Cuba e ficaram até 1975. Eu fiquei em Edimburgo, pois estava fazendo faculdade lá. Eu fiquei em Moscou com eles e depois em Edimburgo... Em Cuba eu só fui visitar, pois planejava voltar para o Brasil. Eles foram para Cuba, depois saíram de lá e foram para Portugal, depois para Bulgária, voltaram para o Brasil em definitivo no ano de 1979.

Devido à postura do PCB de não aderir à luta armada, meu pai também teve uma postura de ser contra essa linha política, embora tivesse tido amigos que participaram e apoiaram, mas ele não era favorável à luta armada... Conversávamos sobre tudo isso. Já com a minha mãe eu dialogava pouco sobre as ideias políticas, ela preferia organizar as ações, debates e eventos políticos. Quando eles moravam em Cuba, eles organizaram um grupo de brasileiros para discutir questões políticas, eles possuíam amizade com pessoas que fizeram parte da ALN, mas mesmo assim ainda não achavam que a luta armada era o caminho acertado.

Eles voltaram para Minas Gerais, na UFMG, de onde eram originários. Lá na Universidade tinha a área de Bioquímica, criada pelo Baeta Viana nos anos 1940, onde receberam formação para a pesquisa junto com colegas que ainda permaneciam na UFMG. Eles ficaram lá até quando a minha mãe e meu pai reassumiram no Butantã, voltando para São Paulo. Meu pai era bastante apaixonado pela pesquisa e essa descontinuidade o prejudicou bastante. Quando ele reassumiu no Butantã, eu não sei se podia ter voltado para a EPM. As pessoas da EPM mais próximas do meu pai foram o doutor Leal Prado, a assistente Maria Cecília Ferraz de Oliveira e o Erney. Em todos os lugares que ele esteve, ele sempre estava fazendo pesquisa, mesmo com tantas interrupções. Ele tinha uma grande frustração por não conseguir seguir com suas pesquisas por muito tempo.

O que eu muito me preocupo é que conhecer a história é muito importante, o Eric Hobsbawm diz “Como as pessoas não conhecem a história”. Eu vejo que os nossos estudantes têm medo até de questionar um professor, não é possível que aconteça isso. E acredito que isso ainda é efeito da ditadura, por isso é muito importante contar a história de pessoas que não tiveram medo de agir e de enfrentar situações difíceis. Em relação ao meu pai, eu me sinto na obrigação de contar a história verdadeira dele. Ele veio de uma família simples do interior de Minas e conquistou muitas coisas que são importantes de ser contadas. Nós, corpo docente, precisamos de exemplos como esses que tiveram que pensar o país e transformar as situações, não só ficar pensando em publicações e em suas pesquisas.

33. Walter do Nascimento

Meu nome é Walter Nascimento e sou de origem operária... Meu pai era operário, por isso em nossa família não tínhamos condições econômicas de cursar o ensino superior se não fosse em universidade pública... Se eu não tivesse entrado em uma escola pública, a Escola Paulista de Medicina, eu não teria condições de pagar um curso particular... Eu entrei na faculdade meio velhinho, acho que eu tinha 23 anos de idade... Meus colegas tinham entre 17 ou 18 anos de idade, naquela época o pessoal entrava bem jovem, ao contrário de mim.

Quando eu estava no curso secundário, hoje dizem Ensino Médio, eu trabalhava durante o dia como bancário e estudava à noite... Nesse tempo, juntei um dinheirinho para custear as necessidades durante o curso de medicina, mas essa quantia só durou até o 5º ano do curso, depois acabou e tive que arranjar um emprego... Então, prestei um concurso no IAMSPE, o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, para atuar como auxiliar de necropsia, no período noturno... Por volta do 5º e 6º ano eu já não ia para casa, porque dava plantão no Hospital São Paulo e dava plantão no IAMSPE...

Na minha família havia certa tradição de luta... Eu tinha um tio que era do PCB há muito tempo atrás, o único da família que tinha militância, que eu sabia... Meu pai que era operário estava ligado ao sindicato, mas nunca militou em partido... Já a minha militância na Escola Paulista de Medicina foi no Centro Acadêmico Pereira Barreto, o CAPB e com o pessoal da UNE, a União Nacional dos Estudantes. Na verdade, era um só rapaz da UNE que fazia o Brasil inteiro, rodava todas as escolas e era uma coisa muito precária, sem muita organização... Fizemos algumas reuniões com ele aqui na EPM, e nem lembro mais o nome dele... Não me lembro se eu fazia parte do CAPB ou se eu tinha alguma função... Lembro que eu tinha mais a função de fazer o jornal *O Barretinho*. Esse jornalzinho é que dava confusão! *O Barretinho* era um jornal que nós falávamos, metíamos o pau em todo o mundo!

Nós éramos chamados frequentemente pelo diretor José Carlos Prates que falava: “Pelo amor de Deus, vocês querem me matar! Quem

escreveu isto?”. Nós falávamos: “Os alunos da Escola escreveram. Nós recebemos artigos dos alunos da Escola.” Mas ninguém assinava nada... Era algo meio improvisado, clandestino, sem autores, e era distribuído de madrugada... Hoje em dia nem dá para conceber, mas usávamos mimeógrafo à álcool para produzir e fazer circular o jornal... Quando a pressão começou a ficar grande, fechamos o jornal... Eu não sei se guardei algum, nem sei se ainda existe... Eu tenho outras documentações sobre a minha militância...

A Escola era bem dividida mesmo... Quem estava ligado ao CAPB e ao *Barrettinho* era considerado de esquerda na Escola... O pessoal que apoiava a ditadura militar ficava mais na parte dos esportes, na Atlético, e o pessoal que era mais de esquerda frequentava o CAPB. Eu era um dos que frequentava o CAPB e foi assim que me juntei ao Paulo Antunes Horta e ao Gilberto Natalini... Nós tínhamos clareza de que se vivia em uma ditadura militar, mas não tínhamos uma noção muito clara do que era uma ditadura militar! Só ficamos sabendo quando fomos presos mesmo...

Estávamos no segundo ano do curso, foi em 1972... Quando todo mundo foi preso, o Gilberto Natalini acabou falando o nosso nome e pegaram todo o grupo... Foi um grupo grande! Não me lembro exatamente quantos eram, talvez 11 ou 12 pessoas... Foi muita gente presa mesmo, mas muita gente não tinha nada a ver e foi só passagem, foram logo liberados, e quem ficou preso mesmo fomos eu, o Paulo Horta e o Gilberto Natalini...

Eles tentaram nos arrolar como militantes do MOLIPO, o Movimento de Libertação Popular, que era uma dissidência da ALN, a Ação Libertadora Nacional... Eu não tive nenhuma participação no MOLIPO... Quem militava no MOLIPO era a irmã do Paulo Horta, a Cida Horta... Maria Aparecida Antunes Horta era o nome completo dela e ela foi casada com o Luiz Eduardo Greenhalgh... Nessa época, o irmão do Paulo Horta já estava preso a um ano, por ser militante da ALN... Eu sei que o Gilberto tinha escrito um artigo sobre o MOLIPO, mas ele também não era militante, pelo menos que eu soubesse... Ele só tinha escrito um artigo que foi publicado no jornal do MOLIPO.

Essa história dos jornais do MOLIPO foi assim: o Paulo Horta pediu para o Gilberto Natalini escrever um artigo para o jornal e ele escreveu... O Gilberto Natalini escreveu, assinou bonitinho, o jornal

foi impresso, deixou alguns exemplares guardados em casa e passou alguns para mim e o Paulo Horta... Eu não estava metido nisto, eu estava no CA fazendo o jornal *O Barretinho*, este era o meu negócio! Quando o Gilberto foi preso pegaram tudo e estava o nome dele no jornal... Nós não tínhamos muita noção do perigo no qual nos metíamos... Sabíamos que vivíamos num regime militar, mas não sabíamos ainda o que isso significava...

Eles pegaram todo mundo que tinha relação conosco, de amizade periférica à amizade bem próxima... Pegaram todo mundo! Eu morava na minha casa, e foram até lá me pegar... Educadamente tocaram a campainha, mas quando atenderam a porta, invadiram a minha casa, entraram com metralhadoras e me levaram... Eu tinha noção que isso iria acontecer, pois o Gilberto já estava preso... Eu estava com o jornal da UNE lá em casa, por isso já fui me livrando deles, mas esqueci de um... Aí quando eles mexeram nas minhas coisas viram que era o jornal da UNE e perguntaram: “Isto aqui, o que é?” Eu pensei: “E agora?”

Eu posso falar por mim e talvez pelo Gilberto Natalini que nós só militávamos no CA, nós não tínhamos militância com nenhuma organização política... Nós éramos muito ativos no CA, isso é verdade. O pessoal da UNE e da UEE entrava em contato conosco, para fazer reuniões, que inclusive ocorriam dentro do Hospital São Paulo... Era um medo desgraçado, mas era um lugar mais confiável... Nós sabíamos que tinha muito dedo-duro também... Não sei te dizer se sabíamos quem seriam os dedos-duros, não vou falar que sim, porque não dá para ter certeza... Nós desconfiávamos de alguns colegas sim, o mais ferrenho defensor da ditadura militar nós descobríamos que tinha alguma coisa, o cara estava lá e não era à toa.

Eu lembro que três moças foram presas... Uma delas era minha esposa Cássia, a irmã dela, a Maria Martha Antunes da Silva, e a outra colega delas lá de Guaratinguetá... A Martha Antunes foi presa porque deu guarida para outra pessoa que estava sendo procurada, a Sílvia Peroba que fazia parte do grupo da guerrilha urbana... As duas estudavam juntas, faziam Serviço Social na mesma escola... Não conheci a Sílvia Peroba, eu soube da história dela depois na cadeia. Antes, nós não sabíamos de nada... Acho que eles não pegaram a Sílvia Peroba. Eu não sei onde ela foi parar, não sei o que aconteceu com ela...

A minha esposa Célia e a minha cunhada Martha foram presas e liberadas... Elas saíram da cadeia e foram avisar a Maria Aparecida Antunes Horta... Falaram: “Olha, Cida, você se manda, pois o pessoal vai te pegar”. Elas foram avisar a Cida e ela acabou indo para o Chile, antes da época do Pinochet... Não sei se quando exatamente a Cida foi para o Chile, ou se a Sílvia a acompanhou... Não sei dizer nem para onde foi a Sílvia... Acho que a Sílvia já tinha se mandado antes disto, pois ela era muito procurada e já estava na clandestinidade... Acho que a Cida ainda não era considerada clandestina... Depois da nossa queda, foi aberto o nome e aí ela caiu na clandestinidade também... Pelo que eu saiba, a Cida não participou de ações do MOLIPO, ela somente divulgava a logística do grupo no jornal...

Já a história contada por Gilberto Natalini sobre esse episódio da fuga da Cida, de que seguramos a informação para dar tempo para a Cida fugir, é fantasia dele! Muitas coisas o Gilberto fantasia... Sobre a história de que o pai do Paulo Horta avisou o guarda do DOI-CODI e o guarda nos avisou de que ela já tinha fugido e nós podíamos falar o nome dela, eu não sei... Eu não sei se é verdadeira. Nós apanhamos e não sabíamos nada se a Cida foi ou não foi embora... Não soubemos mesmo. Esta história é meio fantasiosa! Quando eu li isto no livro, eu falei: “Gilberto, você está inventando história. Isto daí não foi bem assim.” Aliás, o pessoal quer cobrar o Gilberto por causa disto, porque isto não é verdadeiro. A minha cunhada falou: “Olha, se eu pegar o Gilberto, eu vou dar um cacete nele. Isto é uma mentira, eu que fui lá avisar a minha prima”. O Gilberto inventa muita coisa...

Havia uma compulsão da ditadura militar em prender e bater em todos que aparecessem na frente, de forma indiscriminada, para ver se descobriam alguma coisa... Todos que caíram na OBAN, a Operação Bandeirantes, foram torturados... Ali nós vimos muita gente ser torturada e morrer... Aí sim nós soubemos o que era uma ditadura militar... Eu comecei realmente a adquirir consciência durante o processo, nós não tínhamos muito a consciência do que era o regime militar, eu pelo menos, não tinha... Eu sempre tive uma posição de esquerda, não suportava o regime militar, mas aprendi na pele o que era esse regime, como ele atuava e o que fazia com as pessoas...

Nós ficamos na OBAN, se não me engano, umas duas semanas... Além dos 12 alunos da EPM, tinha muito mais gente, mas eu não me

lembro de todos, só sei que os outros também eram estudantes da Escola... Naquela cela ficaram aproximadamente 10 pessoas que se revezavam... Depois, levavam e traziam novamente outras pessoas. A tortura era pior lá, a tortura era com o delegado Sérgio Fleury... O Fleury era um torturador que não tinha nada de inteligente, não tinha muita técnica, ele batia para pegar as informações... Sobre a história de que nós apanhamos mais porque a Cida Horta havia fugido eu também não me lembro disto...

As torturas que sofri era choque elétrico, era mais choque elétrico que nós recebíamos... Nós não chegamos a ir para o pau-de-arara, mas nós vimos muitas pessoas que foram para o pau-de-arara lá e vimos muita gente morrer também... Tudo isto ocorreu no DOI-CODI, o Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operação de Defesa Interna... No DOI-CODI, eles queriam saber quem era o rapaz da UNE que havia passado no CAPB, eles apresentavam aqueles fichários para que reconhecêssemos quem era... Eu pensava: “E agora?”. “Não conheço ninguém.” Eles falavam: “Você vai apanhar.” Tinha muita ameaça, muita tensão... O interrogatório no DOI-CODI era mais científico, diferente do interrogatório do Fleury que batia até sair a informação... Então, tinham aqueles com conversa mole, tinham os que batiam e torturavam... Eles sabiam como arrancar informações... Uns vinham só conversar, outros vinham só ameaçar, outros vinham só bater... Era bem científico. Tinha um processo, vinham com uma conversinha, o primeiro vinha com a conversa sobre a UNE: “Você tem que falar, rapaz. Senão vão te pendurar aí e você tem uma vida pela frente.”

Dos que foram presos, quem ficou mesmo até o fim fui eu, o Gilberto Natalini e o Paulo Horta. Só estes três que foram para o DOPS... Depois que fomos transferidos para o DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social, ficamos praticamente só esperando, sem interrogatório, sem nada... Ficamos de molho no DOPS, pois não tinham mais o que tirar de nós. Eles já sabiam que a Cida tinha ido embora... Lá no DOPS nós ficamos em uma cela praticamente mofando, sem apanhar, sem interrogatório, sem nada, esqueceram de nós lá... Quem ficou presa conosco também neste processo foi a irmã da minha esposa, a Maria Martha Antunes da Silva. Foi solta e presa novamente... Ela foi julgada também, juntamente com as amigas dela:

Ana Maria Figueiredo Barbosa, a Heloísa Silva Bernardes... Todas sofreram tortura. A Ines Miney era da minha turma, soube depois que ela foi presa também, mas não ficou presa conosco lá...

No DOPS paramos de apanhar e conhecemos muita gente... A família nos mandava comida e nós distribuíamos ao pessoal. Nós ficamos presos com muitas pessoas de outros partidos e de outras coisas que eles investigavam, como um pessoal de esquema de corrupção do DETRAN, os mafiosos franceses... Ficamos presos com o pessoal da Máfia e aprendemos também como funcionava a Máfia... Tinha um preso que ficou famoso, o Tommaso Buscetta e a mulher dele que também estava presa e apanhou muito... O Fleury levava o Buscetta para ser torturado... Ele batia mesmo! Ele ia carregado e a mulher dele gritava: "Torturadores!" Nossa, me lembro desta cena...

Nós ficávamos com todos os caras que eram politizados, que eram de esquerda, e nós fazíamos os debates políticos, aprendíamos sobre a história da esquerda... A prisão foi uma escola... Nós aprendemos muito com este pessoal. Até teve um dia em que os mafiosos franceses participaram das discussões. Eles falavam: "Olha, quando vocês saírem daqui, vocês podem nos visitar!" Lembro particularmente de um operário chamado João Chile que tinha uma militância na AP, a Ação Popular, que falou: "Vocês são médicos, todos burgueses, na hora em que você saírem daqui, vocês vão trabalhar e ganhar dinheiro". E nós falamos: "Não, nós temos um compromisso com você, quando nós sairmos daqui nós vamos te procurar lá na sua casa." Era no bairro do Cangaíba na Zona Leste de São Paulo...

Depois desse período no DOPS, fomos soltos, mas tínhamos que ir toda semana lá bater ponto... Acho que isso aconteceu até nosso julgamento... Nós fomos julgados e tivemos como advogado de defesa primeiro o Pivetta e depois o Airton Soares... Na verdade, o julgamento era uma farsa, era tudo armado... O advogado nos avisou sobre isso, mas não disse que ele iria falar que aquilo era uma farsa... Aí, os generais que conduziam o julgamento começaram a interrogar e falaram que eu era acusado de determinadas coisas. Aí, eu falei: "mas, eu não tenho nada a ver com isto." Porém, eles falaram: "Você confessou, está assinado." E eu respondi: "Eu assinei, pois fui torturado para assinar. Olha, eu fui torturado para confessar isto. A minha assinatura está aí porque fui torturado." No DOPS nos foi apresentado um documento

para assinar e eles ameaçavam: “Vocês vão assinar, senão vocês irão para o pau-de-arara”. Era assim, nós tivemos que assinar, mas isso não importava para aquela farsa da Justiça Militar.

Quando fomos soltos, queríamos voltar para a EPM com a intenção de concluir o curso... Na prisão, eu pensava no que queria acontecer em relação ao curso, às aulas... Antes de nossa prisão, algumas pessoas como o José Teles Claro, que também era do CA, foi preso, solto e voltou para a Escola, então disso eu já sabia e via a possibilidade de também voltar... Nessa volta pairava um clima de medo, pois o pessoal da Escola, alguns professores tinham medo da gente, como se nós fôssemos mesmo perigosos... Eu me lembro que perguntavam: “E aí, você não tinha nada a ver mesmo com o negócio? Você não era ligado ao terrorismo?”. Eu falei: “Não, não tinha nada a ver com isso não, não era terrorista...” Nós ficamos taxados como terroristas pelos professores...

Eu acho que os colegas sabiam que nós havíamos passado por tortura sim, sabiam que nós fomos torturados. Se não sabiam, o Gilberto Natalini se incumbiu de falar, ele contava tudo. Eu não era assim uma pessoa que conversava muito, era mais reservado... Quem era mais expansivo era o Gilberto Natalini. Não senti apoio da Escola e nem me senti tão protegido pelos professores... Não fomos perseguidos, mas perdemos matéria, claro, porque faltamos quase dois meses, então, acabamos ficando de segunda época em várias matérias... Nós passamos, não repetimos, conseguimos seguir até nos formar. Pensava: “Tudo bem, vamos esquecer, vamos seguir em frente que quero me formar médico”.

Eu me formei na EPM, mas fiz residência em clínica médica no IAMSPE, não na Escola. Eu já estava lá no IAMSPE há dois anos, já o vínculo e, realmente, eu falei: “A Escola já deu o que tinha o que dar”. Eu tinha que sair da Escola e ir para lá. No IAMSPE também tinha muita gente de esquerda que também foi perseguida. Eu conheci muita gente lá que era de esquerda, militante que era professor e não conseguia fazer carreira, mas conseguiam fazer no IAMSPE. Não recordo do nome do diretor da clínica médica daquela época, ele já faleceu, mas ele era militante do PCB e na USP, onde ele era professor, não conseguiu fazer carreira... Os militantes de esquerda tinham muitas dificuldades para fazer carreira acadêmica nas universidades. Pelo o

que eu conhecia o pessoal do Hospital do Servidor, alguns militantes não conseguiam fazer carreira em suas escolas, em suas universidades, por isso optaram pelo serviço público onde nós tínhamos muito mais liberdade.

Essa experiência da militância, da prisão, de tudo que vivi na época de estudante de Medicina contribuiu em minhas escolhas profissionais posteriores. A primeira delas foi a atuação em Cangaíba que aconteceu depois do nosso julgamento. Foi o ano que nos formamos que fomos para Cangaíba, como havíamos combinado com aquele operário, o João Chile... Fomos eu, o Paulo Antunes Horta, o Gilberto Natalini, o Paulo Mourão que hoje é professor no Rio de Janeiro, e depois o Antonio Carlos Caldas, que é professor e atualmente é vice-prefeito de Botucatu.

Nós tínhamos um projeto e começamos a agregar outras pessoas, como o Walter Feldman, o Nacime Mansur, e outros mais aí. Tive muito contato com os colegas de turma que participaram do projeto... Nós tínhamos um grupo que funcionava como partido, e ainda que não fosse um partido funcionava como tal... Para tocar aquele trabalho de saúde no Cangaíba e em toda Zona Leste demandava muito trabalho e muita reunião, e que tinha uma estrutura muito bonita, muito organizada...

Cada um era responsável por uma área... Tínhamos o setor de filme e de audiovisual, tinha jornalzinho que nós distribuíamos para a população, conversava com a população, fazia reunião de casa em casa... Era um trabalho de formiguinha, nós íamos de casa em casa, local em local, passávamos os audiovisuais, conscientizávamos as pessoas sobre a questão da saúde... Havia vários temas: saúde do trabalho, saúde e alimentação, entre outros. Nós chegamos a fazer dois filmes também: *O caso comum* e, como era o outro título? Eu esqueci. Eram filmes que nós passávamos em um projetor de 7 mm, era audiovisual e slide que tinha que sincronizar com o gravador. Era audiovisual mesmo, nós tínhamos que sincronizar a fala junto com a projeção das imagens.

Era um programa mais de esclarecimento da população sobre a saúde, mas nós sempre lançávamos a questão política, por isso sempre éramos cercados por partidos organizados de esquerda... Este trabalho começou a ficar famoso e aí todos os partidos começaram a nos assediarem, e cada um fez a sua escolha... Nós vimos que, em termos de Brasil,

nós estávamos em Cangaíba e o Brasil era muito maior... Se quiséssemos derrubar o regime militar teria que haver uma organização maior, então cada um foi para um partido porque nós já tínhamos as nossas convicções políticas... A maior parte ligou-se ao PCdoB, outros aos PCB. Eu fui para o PCdoB e o Gilberto Natalini também fez parte da organização do partido... Depois ele saiu e foi para o PSDB... Até hoje eu não entendo a lógica... O Gilberto Natalini é complicado de entender...

Lembro de um episódio nos anos 1980, se não me engano, que nos levou à prisão novamente... Havíamos pichado muros e distribuído materiais contra a carestia pela qual passava o país naquele momento... O meu carro foi apreendido com esses panfletos na região do Belenzinho, mas foi só isso... Não havia uma ideia de que o regime militar durasse por muitas décadas, mas percebia-se que ele estava cada vez mais desgastado e sua queda era apenas uma questão de tempo... Achávamos que a revolução estava próxima! Agora, sendo mais realista, nós falávamos: “Se a revolução acontecer agora, nós estamos perdidos, isso não tem direção!” Quem iria organizar isto aí, iria cair na mão novamente de outros grupos oportunistas...

Como este trabalho de saúde cresceu muito, nós também fomos chamados para implantar esse modelo pelo interior do Brasil. Nós queríamos fazer a revolução e acreditávamos que esse era o caminho: conscientizar a população... O Paulo Horta, o Paulo Mourão, o Mário Konno foram na frente, foram para a região de Itapuranga, em Goiás, para administrar um hospital do FUNRURAL, porque os demais estavam envolvidos com esse movimento de saúde da Zona Leste... No final, esse projeto não deu certo, o Paulo Mourão e o Mário Konno voltaram e só o Paulo Horta ficou por lá... Ele se separou da primeira esposa, conheceu outra pessoa com quem teve mais três filhos, continua militando no PT e se não me engano foi prefeito ou vice-prefeito da cidade... Não vejo o Paulo Horta a mais de dez anos quando ele me procurou porque a filha dele estava doente... E olha que sou casado com a prima dele!

Posso dizer que esse trabalho no Cangaíba foi muito importante e existe até hoje lá com o nome de Associação Popular de Saúde, APS. Eu fiquei neste trabalho até 1985, mas ele deixou de ser prioritário para todos... Em 1985 eu vim para esta região da Vila Mariana, porque a célula do partido, do PCdoB ao qual estava filiado, me transferiu

para cá, e fiquei aqui até 1989 ou 1990, atuando na área da saúde... Mais tarde tive uma discordância e eu acabei saindo... Também havia a questão familiar, tinha mulher e dois filhos para dar atenção, para vê-los crescer... Durante cinco, seis anos na vida dos meus filhos, eu não acompanhei. Não milito mais atualmente, mas continuo simpatizante...

Eu nunca tive consultório particular, sempre trabalhei em serviço público e meu único ganho era a minha atuação como médico do trabalho... Eu trabalhei no IAMSPE, no Hospital do Servidor Público e na Eletropaulo, e atualmente estou com vínculo somente com a Prefeitura de São Paulo, trabalhando em um ambulatório descentralizado que só atende servidor público municipal. Eu gosto do meu trabalho e ainda continuo trabalhando, tenho que cumprir mais dois anos até completar 70 anos e aí me aposentar...

34. Walter Manna Albertoni

A Escola Paulista de Medicina foi fundada em 1933 por um grupo de grandes médicos de São Paulo. Foi uma elite médica paulistana que resolveu criar uma segunda escola de medicina, de caráter privado, em São Paulo. Por ser uma faculdade particular, em seu início atendeu quase totalmente alunos provenientes de famílias privilegiadas. Em 1956 a EPM foi federalizada e o perfil dos seus alunos começou a modificar. Era um tempo em que a escola primária, secundária e colegial era pública e de boa qualidade. Lembro que eu cursei escola pública do interior do Estado de São Paulo e entrei no vestibular, iniciando o meu curso médico em 1961.

A EPM, à época tinha apenas 60 alunos por turma. No total do curso médico éramos apenas 360 estudantes de medicina. A atividade política estudantil era pouco expressiva, com domínio do CAPB por uma mentalidade extremamente conservadora.

Aos poucos foi se formando um grupo de esquerda que não tinha força para ganhar eleição do Centro Acadêmico. Em 1963 foi a primeira vez que tivemos 3 chapas candidatas ao CAPB. Uma de direita, uma de esquerda e outra que eu liderava e que não tinha alinhamento com nenhum dos extremos. A chapa de esquerda, retirou a candidatura, nos apoiou e fizemos uma composição de alguns cargos. E, assim, vencemos a eleição do CAPB com uma diferença mínima de dois votos.

Em 1964, após o 31 de março, tivemos dias tensos e difíceis. O grupo conservador que perdera veio a forra, com ameaças e perseguições. Professores foram perseguidos. O Prof. Lindenberg foi banido. A partir de 1965, os novos alunos que entravam, em sua maioria guardavam silêncio de suas posições políticas, e ambiente de perseguição impunha medo. Pessoalmente, eu nunca fiz política partidária, tinha mais uma vocação para o social e o religioso.

Eu me casei em 1965, ainda durante o curso, e estudava e trabalhava muito. Fiz minha vida profissional e acadêmica sempre ligado à Escola, tendo o orgulho de ter feito uma carreira universitária completa: Doutorado, Doutorado, Livre Docência e Professor

Titular. Fui Chefe do Departamento de Ortopedia e cheguei a Reitor da UNIFESP. Em 1994 eu participei, como Titular, da Congregação da EPM que aprovou a transformação da Escola em Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, na área das ciências da saúde, incorporando os cursos de Medicina, Enfermagem, Biomedicina, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica. A partir de 2003, veio a expansão para outros campi e outras áreas do conhecimento, que acompanhei com entusiasmo.

Como estudante participei de perto das gestões e ideias do Prof. Lindenberg para criar uma Universidade Federal em São Paulo, a partir da EPM. Sempre tive grande admiração pelo Prof. Marcos Lindenberg, não só como cientista e professor, mas sobretudo por seus ideais. Por minha influência a minha Turma de Formatura, em 1966, escolheu o Prof. Lindenberg para Paraninfo. Mesmo estando cassado, ele aceitou e apesar da proibição da cerimônia pela diretoria da EPM, sem becas ou diplomas, ele nos brindou na ocasião com um discurso memorável.

V. Recomendações

1. Recomendações relativas às relações entre a universidade e a sociedade no que diz respeito a políticas públicas de respeito aos Direitos Humanos

1. Estabelecer parcerias com a sociedade, em especial com as organizações de defesa dos direitos humanos, de familiares e vítimas da violência de Estado, da ditadura e da democracia, para a implementação de políticas públicas com vistas à elaboração de mecanismos de prevenção e erradicação da tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados por parte de agentes públicos e, no mesmo sentido, para a desmilitarização da polícia;

2. Criar locais de recordação e preservação da memória da experiência da comunidade UNIFESPiana em todos os campi, notadamente por meio de concursos a serem organizado pelo departamento de História da Arte com edital público de convocação para os alunos de graduação.

3. Incentivar a criação de condições políticas e institucionais que possibilitem garantir a autonomia do Instituto de Medicina Legal e do Instituto de Perícia dos órgãos de segurança pública, a fim de viabilizar a execução de um trabalho de investigação independente, transparente e ético;

4. Incentivar o debate sobre a Lei de Anistia de modo a informar os poderes públicos no sentido de rever seus conteúdos e efetivamente poder julgar as violações de direitos humanos durante a ditadura. Cabe à Universidade, por meio de suas pesquisas e ações, informar o Estado na estruturação do Estado democrático de direito e na produção da justiça, especialmente no que diz respeito a violações de direitos humanos cometidas por militares e civis no exercício de suas funções.

5. Criar um observatório de direitos humanos, a funcionar como uma secretaria independente, ligado diretamente à Reitoria que tenha como objetivo concentrar ações de combate e prevenção às violações de direitos humanos na universidade, bem como servir de suporte

aos demais grupos de estudos e pesquisas sobre o tema na instituição, com recursos técnicos, orçamentários e estruturais dedicados para os trabalhos do órgão, possibilitando inclusive o estabelecimento de uma rede com outras universidades e instituições para aprofundamento do debate e fortalecimento de ações.

6. Homenagear aos membros da comunidade acadêmica que tenham sofrido violações de direitos humanos atribuindo seus nomes a lugares, e órgãos institucionais da universidade, como unidades acadêmicas, prédios, bibliotecas, laboratórios, auditórios, entre outros.

7. Revogar homenagens àqueles indivíduos que tenham colaborado de algum modo com a ditadura, ou com qualquer violação de direitos humanos, listados em qualquer relatório de comissões sobre o tema.

8. Incentivar o debate sobre ética em pesquisa e sobre direitos humanos nos cursos de graduação da UNIFESP.

9. Manter os trabalhos de arquivamento e publicitação da documentação recolhida e guardada pela CV/UNIFESP por meio do Repositório Institucional.

10. Manter o apoio ao Centro de formação e de estudos de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF/UNIFESP), assim como fomentar outros grupos e centros de estudos voltados para políticas de direitos humanos dentro da UNIFESP, que garantam a continuidade das pesquisas relativas ao tema, bem como a formação de técnicos e profissionais qualificados.

11. Incentivar, por meio do CAAF, políticas públicas que auxiliem a organização da documentação dos cemitérios públicos, tais como mapas/plantas dos cemitérios, livros de registros dos sepultamentos e demais documentos.

2. Recomendações relativas às investigações de Perus, considerando a parceria desta CV com a CV ALESP e com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

1. Manter os trabalhos de identificação das ossadas e criar todas as condições necessárias para prosseguir as investigações sobre os casos da Vala de Perus, com a urgência que o tempo transcorrido requer, priorizando os desaparecidos políticos, tendo em vista que esses casos acumulam mais informações antropométricas e materiais genéticos;

2. Garantir a permanente manutenção da casa onde se localiza o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP (CAAF/UNIFESP), em conjunto com os demais órgãos competentes do Estado brasileiro, permitindo condições técnicas e estruturais para continuidade dos trabalhos em andamento, bem como possibilitar a ação em novas frentes;

3. Manter o apoio à instalação do Laboratório Genético do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense vinculado à UNIFESP, a fim de garantir qualidade e celeridade nas pesquisas e análises;

4. Apresentar e entregar a cada familiar documento de análise dos dados coletados pelo Banco do DNA, garantindo-lhes um certificado de controle de custódia para cada família que tenha feito doação de material genético;

5. Solicitar aos órgãos policiais as fichas datiloscópicas, feitas em vida, dos desaparecidos políticos para possibilitar a realização do confronto com aquelas feitas pelos IML relativas a “desconhecidos” ou “indigentes”;

Deixamos sinalizada uma solicitação dos familiares entregue a esta CV por conta da parceria da CV com a comissão de familiares e com a CV/Alesp:

- Priorizar e encaminhar com urgência a investigação dos três desaparecidos políticos: Francisco José de Oliveira, Dimas Casemiro e Grenaldo de Jesus da Silva. É digno de nota que todos os desaparecidos

têm o direito inalienável de ter seus restos mortais localizados, identificados e sepultados dignamente. Priorizar a análise dos restos mortais dos indivíduos mencionados diz respeito a uma questão prática, tendo em vista que estão disponíveis elementos suficientes para identificá-los sem que haja necessidade de realizar outras investigações.

3. Recomendações relativas às investigações de Perus

1. Garantir a continuidade dos trabalhos de identificação das ossadas e criar todas as condições necessárias para prosseguir as investigações sobre os casos da Vala de Perus, com a urgência que o tempo transcorrido requer, priorizando os desaparecidos políticos, tendo em vista que esses casos acumulam mais informações antropométricas e materiais genéticos;

2. Providenciar a finalização da reforma da casa, local onde se encontram as ossadas e se providencia a instalação do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense vinculado a UNIFESP, o qual será pioneiro no Brasil;

3. Providenciar a instalação do Laboratório Genético do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense vinculado à UNIFESP, a fim de garantir qualidade e celeridade nas pesquisas e análises;

4. Apresentar e entregar a cada familiar documento de análise dos dados coletados pelo Banco do DNA, garantindo-lhes um certificado de controle de custódia para cada família que tenha feito doação de material genético;

5. Priorizar e encaminhar com urgência a investigação dos três desaparecidos políticos: Francisco José de Oliveira, Dimas Casemiro e Grenaldo de Jesus da Silva. É digno de nota que todos os desaparecidos têm o direito inalienável de ter seus restos mortais localizados, identificados e sepultados dignamente. Priorizar a análise dos restos mortais dos indivíduos mencionados diz respeito a uma questão prática, tendo em vista que estão disponíveis elementos suficientes para identificá-los sem que haja necessidade de realizar outras investigações;

6. Solicitar aos órgãos policiais as fichas datiloscópicas, feitas em vida, dos desaparecidos políticos para possibilitar a realização do confronto com aquelas feitas pelos IML relativas a “desconhecidos” ou “indigentes”;

7. Criar políticas públicas que auxiliem a organização da documentação dos cemitérios públicos, tais como mapas/plantas dos cemitérios, livros de registros dos sepultamentos e demais documentos;

8. Criar políticas públicas com vistas à elaboração de mecanismos de prevenção e erradicação da tortura, assassinatos e desaparecimentos forçados por parte de agentes públicos;

9. Criar locais de recordação e preservação da memória relativa aos desaparecidos políticos;

10. Criar condições políticas e institucionais que possibilitem garantir a autonomia do Instituto de Medicina Legal e do Instituto de Perícia dos órgãos de segurança pública, a fim de viabilizar a execução de um trabalho de investigação independente, transparente e ético;

11. Criar, na UNIFESP, o Centro de formação e de estudos de Arqueologia e Antropologia Forense, que garanta a continuidade das pesquisas relativas ao tema, bem como a formação de técnicos e profissionais qualificados. Tal iniciativa tem o propósito de fomentar a criação de outros centros semelhantes nas universidades brasileiras.

Editora Pontocom
*Faça o download gratuito de
todos os títulos de nosso catálogo em*
www.editorapontocom.com.br

Comissão da Verdade Marcos Lindenberg
da Universidade Federal de São Paulo